



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Danilo José Alano Melo

É A LAMA, É A LAMA: Uma análise pragmatista das trajetórias da ação pública na
reparação do crime-desastre da Samarco na vila da Regência Augusta – Linhares (ES-Brasil)

Florianópolis/SC
2021

Danilo José Alano Melo

É A LAMA, É A LAMA: Uma análise pragmatista das trajetórias da ação pública na reparação do crime-desastre da Samarco na vila da Regência Augusta – Linhares (ES-Brasil)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Maurício Serva, Dr.

Florianópolis
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Melo, Danilo José Alano

É A LAMA, É A LAMA : uma análise pragmatista das trajetórias da ação pública na reparação do crime-desastre da Samarco na vila da Regência Augusta - Linhares (ES-Brasil) / Danilo José Alano Melo ; orientador, Maurício Serva, 2021. 415 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, , Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Crime-desastre Rio Doce. 3. Ação Pública. 4. Reparação. 5. Pragmatismo. I. Serva, Maurício. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Administração. III. Título.

Danilo José Alano Melo

É A LAMA, É A LAMA: uma análise pragmatista das trajetórias da ação pública na reparação do crime-desastre da Samarco na vila da Regência Augusta – Linhares (ES-Brasil)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Hans Michael van Bellen, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Pedro Jaime, Dr.
Centro Universitário FEI

Prof. Sérgio Luís Boeira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração.

Prof. Renê Birochi, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Prof. Maurício Serva, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2021

Este trabalho é dedicado ao meu terapeuta.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é um empreendimento bastante solitário, ao mesmo tempo coletivo. Ao mesmo tempo que leva uma assinatura, carrega também traços de uma série de relações ao longo do tempo essenciais para sua construção. Agradeço a cada um que, de algum modo, contribuiu para que chegasse aqui, nesta versão.

Antes de tudo agradeço aos meus pais por se doarem tanto, pelas oportunidades, por terem me mostrado a importância da educação, de não desistir, de não aceitar respostas fáceis aos problemas do mundo. Por incentivarem meus sonhos e acolherem meu choro na medida exata, respeitando minhas escolhas e construindo o sentido de lar e de cuidado. Pelas advertências, pelos conselhos, pelos ouvidos. Agradeço também meu irmão, com quem aprendi na vida o que é dividir e sobre as diferenças. Dividimos muito, desde quando herdei suas roupas ou quando tocávamos e jogávamos bola na garagem de casa. Construímos a amizade de hoje compartilhando as diferenças e as pequenas alegrias da vida adulta. Amo vocês!

A todos os familiares e os amigos que entenderam minha ausência nesses últimos anos. Na figura do meu afilhado Noah, que nasceu no primeiro mês do doutorado em uma aula do Silvio e trouxe muita esperança e alegria, agradeço. Obrigado por terem compreendido minhas idas e vindas, meu distanciamento por ter que trabalhar. Eu tinha mesmo!

Ao meu orientador, professor Maurício Serva, que desde a graduação me inspira a construir uma academia crítica e humana, a desenvolver teoria sem desconectar com os problemas mais cotidianos da vida, por mostrar que é possível e necessário dialogar com os atores e autores, a romper com limites e regras impostos ao modo de fazer ciência. Sobretudo, por ter se tornado um grande amigo, por ter apoiado nos momentos mais difíceis dessa tese, por ter sido escuta e o incentivo nos momentos exatos. Obrigado!

A todos os meus professores, em especial àqueles que fizeram parte do processo de doutoramento: Eloíse, Silvio e Serva, nas obrigatórias; Hans, Dépelteau (*in memoriam*), Marcos, Théophilos e Cláudia, nas optativas. Obrigado pelos impulsos e diálogos. Aos membros da banca que ao mesmo tempo que me avaliam, engajam-se nas discussões, dedicam-se ao projeto e à tese conosco, trazem suas contribuições. Ao professor Hans, meu professor na terceira fase da graduação em administração, membro avaliador da minha banca de dissertação e meu professor no doutorado: obrigado por inspirar com sua perspectiva analítica, precisa, gentil e humana. Ao professor Sérgio, membro da minha banca de TCC e

meu professor no mestrado: obrigado por sua generosidade em sugerir caminhos e incentivos à ousadia e ao zelo teóricos. Ao professor Pedro Jaime, que já acompanhava à distância pelos textos: obrigado pelas conversas no SBS sobre conciliar trabalho e o doutorado por estimular a fazer escolhas, adotar posturas, apontar contribuições para administração. Admiro o trabalho de cada um de vocês e sinto-me privilegiado pela leitura cuidadosa, cheia de estímulos e de provocações para aperfeiçoamento do trabalho, para trabalhos futuros. Gostaria de ter dialogado mais com vocês nesse processo, mas a pandemia e suas consequências em mim não me permitiram. Mas “dialogamos mentalmente” nesse processo com os áudios da qualificação e suas contribuições da qualificação reverberaram aqui. Não poderia deixar de agradecer também à Carol por todas as sugestões, contribuições, textos enviados e todo apoio de sempre, e ao Marcus pelo estímulo intelectual. Vocês são inspiradores e vamos continuar os diálogos.

Ao ORD e todos os amigos que levo de lá. Nesses mais de dez anos passaram vários pesquisadores, graduandos, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e professores. Aprendi muito e fiz grandes amigos. Foram algumas gerações do ORD com quem dividi o texto, o vinho e o açaí, as pesquisas e os dilemas da pós-graduação, os GTs e as prévias de banca, os seminários e a organização do Colóquio. Citarei alguns desses amigos que estiveram mais próximos no processo da tese por uma questão de espaço, sei que os demais compreenderão.

Vanêssa, você é incrível e ter você ao meu lado em todas as dificuldades nesse processo do doutoramento fez com que eu chegasse até aqui. Obrigado por estar sempre ao meu lado, sempre disponível, e por todo carinho e cuidado com todos ao teu redor. Gustavo, meu grande irmão, obrigado por compartilhar há tanto tempo das questões da vida, pelos teus questionamentos, tuas provocações e sugestões, e saber que conto contigo mesmo estando distantes hoje numa perspectiva de agenda e de espaço. Daniel, meu segundo irmão mais velho, obrigado pela escuta e pelos comentários sinceros e verdadeiros de sempre. Por compartilharmos à mesa, os drinks, os alertas com relação à saúde, as dicas frente aos meus dilemas de encaminhamentos da tese e de carreira, obrigado. Rapha, obrigado pelos cafés e pelas parcerias. Rogério, mesmo distante, suas (duas) ligações nesse período da tese foram muito importantes, saiba disso. Jorge, obrigado pela parceria, por aceitar os convites e compartilhar a mesa. A todos os colegas do ORD, vamos em frente!

Aos amigos da linha de Organizações, obrigado por estarem próximos e compartilharem o desafio da agenda do doutorado, das disciplinas obrigatórias e mesmo depois das disciplinas, por termos criado um espaço de compartilhar tanto os dilemas profissionais e acadêmicos, como das alegrias. Foi muito duro todo o processo de escrita da

tese e de pesquisa de campo com a pandemia para todos nós, cada um com seu desafio. Lari, MÔ, Juli, Chay, Didico, Kamile, espero que possamos nos encontrar muito em breve nos eventos, nas bancas, nos cafés da vida. Ah, esqueci o vinho!

Aos amigos da UDESC, especialmente do Departamento de Governança Pública com quem compartilhamos os desafios de ensino-aprendizagem e de construir um curso de excelência, os cafés e os churrascos. Aos amigos com quem compartilhei a gestão na direção, aos técnicos e bolsistas com quem pude integrar e vivenciar desafios da universidade pública à frente da extensão por alguns meses. A todos os professores e bolsistas do LISS, que compartilham da construção de um programa de extensão engajado com a comunidade e que contribuíram para sua classificação entre os melhores programas da UDESC. A todos os colegas, servidores e terceirizados, que constroem no dia a dia a universidade pública e fazem da UDESC uma das melhores universidades do país e um excelente local pra trabalhar. A todos os alunos do curso de administração pública da UDESC de Balneário Camboriú, especialmente aos bolsistas e orientandos. Agradeço a todos especialmente pela compreensão quanto à liberação neste último ano para viabilizar um sanduíche, frustrado frente a tamanhas incertezas e riscos. Não citarei nomes porque somos muitos. Citarei alguns colegas mais próximos nesse caminho pelo apoio: José Carlos, Luiz Filipe, Klein, Sasaki, Pompilio, Bruna, Fábio, Luiz Ricardo, Samira e Adilson.

Ao GSPR que aceitou me receber para o sanduíche, enviou as cartas e viabilizou todo processo. Não foi possível dessa vez, mas já sou grato por ter tido essa possibilidade. Obrigado por terem aberto as portas Francis, Josquin, Stéphanie e Camille. Agradeço também ao Waldir por ter me ajudado com o Prospero e ao Gil Sales por ter aberto as portas para a pesquisa de campo. Ao Toninho, Sangália, Joca, obrigado por todo suporte e abertura em campo. A todos do Tamar e ICMBio que me receberam e abriram portas.

Aos amigos da música do Sarau Live que foram meus parceiros em 2020 durante a pandemia e estiveram ao meu lado para espalhar arte e luz nesse período tão difícil. Não poderia deixar de citar o Rico, outro irmão, que me acompanhou nesse caminho compartilhando as canções e as alegrias. A música foi meu respiro e meu consolo, foi minha companheira e meu apoio. Obrigado por estarem ao meu lado virtualmente no isolamento. A vida sem a arte seria mesmo um erro. Ao Dudu, Jean e Caio que me ajudaram a respirar ar puro com o yoga, com o sup, com a guitarra. Sem arte e sua inspiração, sem o corpo e o suor seria impossível chegar aqui. Por fim, à Camila, revisora do trabalho (os erros que restam são meus), e ao meu terapeuta, com quem dividi todos os processos e que viabilizou leituras sobre mim pra chegar aqui.

Todos vocês constituem múltiplos sentidos de “nós”. Não seria possível sem vocês.
E como diria o Emicida: “tudo que ‘nós tem’ é nós”!

Muito obrigado!

Nós somos água; e talvez a gente esteja perdendo tanto da nossa integridade como humanos, da nossa memória ancestral, a ponto de não mais nos reconhecermos como água, olhando para ela como uma coisa fora de nós

Ailton Krenak

RESUMO

A emergência dos desastres tem desafiado as sociedades tanto na compreensão de sua constituição enquanto fenômeno sociotécnico quanto na construção das respostas aos seus efeitos. Os impactos chocam e trazem dramaticidade aos eventos, e, do dia para a noite, as comunidades e os sujeitos afetados tornam-se atingidos e vítimas em busca de reparação e da reconstrução de suas vidas. O rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, da Samarco, em novembro de 2015, foi considerado o maior desastre em termos de volume de lama e distância percorrida. Em função dos erros de planejamento e procedimentos operacionais, o evento tem assumido contornos de um crime-desastre. A pluma de rejeitos atravessou 663 quilômetros do Rio Doce, passando por aproximadamente 40 cidades, e foi lançada ao mar em aproximadamente quinze dias, tendo engendrado uma série de consequências que tem sido alvo de disputas e perpetuam o desastre e o sofrimento nas comunidades. Desde então, atores têm se dedicado a denunciar os efeitos e operam com vistas a reparar nos territórios atingidos. Essa tese tem por objetivo compreender as trajetórias da ação pública da reparação do crime-desastre da Samarco em Regência Augusta, na foz do Rio Doce. Entendemos trajetórias como processos não lineares no espaço e tempo que atravessam as realidades dos atores. Delimitamos as ações de reparação como aquelas que os atores empreendem com vistas a solucionar problemas públicos decorrentes do crime-desastre no território. Propomos, nesta tese, uma abordagem da ação pública a partir de um posicionamento pela democratização ontológica com o pragmatismo e mobilizamos conceitos e operadores analíticos da sociologia pragmática francesa. Procuramos evidenciar as arenas e as cenas, as controvérsias e os argumentos, os dispositivos e os instrumentos nas trajetórias da ação por meio das experiências e dos meios em interação no território. Adotamos uma postura etnográfica com visitas de campo, com aproximadamente 30 dias em campo, e utilizamos recursos da socioinformática das controvérsias com suporte do Prospero, compondo um corpus com 856 reportagens até setembro de 2018. Com relação à coleta de dados primários, durante a pesquisa de campo em 2017, 2019 e 2020, realizamos entrevistas temáticas semiestruturadas com 27 atores e participamos de reuniões. Por meio de uma postura pragmata, centrada na ação e nos seus efeitos, analisamos a trajetória por meio de uma descrição densa das experiências, resgatando memórias e apreensões no território. Identificamos a incomensurabilidade nas lógicas da ação pública de reparação a partir dos repertórios normativos frente aos dispositivos. A construção dos dispositivos oficiais da reparação engendrou desafios sociopolíticos, e sua implementação evidenciou a falta de aderência aos meios (*milieus*), ampliou conflitos ao dividir e categorizar os atingidos, fragilizou lideranças e relações entre atores e submeteu os atores a instrumentos e critérios pouco participativos. A implementação das ações compensatórias de modo individualizado trouxe desafios e exigiu coordenação da ação pública local, que se organizou dentro e fora dos dispositivos oficiais. O que se disputa são as apreensões (*prises*) sobre o desastre e a reparação. Os direitos são, desse modo, conquistados ou disputados com luta e articulação. Enquanto a agenda da reparação oficial tem predominância da Renova com a compensação, os atores locais estruturam uma agenda para federar causas comuns (água, saúde, meio ambiente) na reconfiguração do território. Enquanto a reparação reproduz uma lógica financeira e institucional-legal da reparação, a reconfiguração se apoia no resgate da memória e dos corpos dos atingidos para reconstruírem suas vidas. Considera-se, por fim, que a trajetória de reparação deve se constituir enquanto espaço de investigação coletiva dos efeitos em fóruns híbridos e, sobretudo, ser desenvolvida como uma experimentação pública democrática ancorada nas realidades dos meios (*milieus*) com os atores e para os atores.

Palavras-chave: Crime-desastre Rio Doce; Ação Pública; Reparação; Pragmatismo.

ABSTRACT

The emergence of disasters has challenged societies both to understand their constitution as a socio-technical phenomenon and to build responses to their effects. These events carry drama to populations and overnight communities and individuals become affected people and victims searching for reparation to reconstruct their lives. The failure of Samarco's Fundão tailings dam, in November 2015, is considered the biggest disaster ever in terms of mud volume and distance. Due to errors in planning and operating procedures, it has taken the shape of a crime-disaster. The tailings plume crossed nearly 663 km of the Rio Doce, passing through approximately 40 cities, and was ejected into the sea in around fifteen days. This event engendered consequences that have been the object of disputes in traditional communities. Since then, social actors have been dedicated to denouncing the effects on the water and fish contamination and working to repair the affected environments. This thesis aims to 'understand the trajectories of public action in repairing the crime-disaster of Samarco in Regência Augusta', at the estuary of the Rio Doce. We understand trajectories as non-linear processes in space and time that cross the actors' realities and delimit the actions of reparation as those that actors undertake in solving public problems that arise from the crime-disaster. In this thesis, we propose an approach to public action via pragmatism and we mobilize concepts and analytical operators from French pragmatic sociology. We seek to highlight the arenas and scenes, controversies and arguments, apparatus and instruments on the trajectories of public action interacting on *milieux*. We adopted an ethnographic attitude with 30 days of fieldwork and used resources from the socio-informatics of controversies, supported by Prospero, composing a corpus with 856 reports from November 2015 to September 2018. During fieldwork research, in 2017, 2019 and 2020, we conducted semi-structured interviews with 27 actors and participated in meetings in the community. Through a pragmatist attitude, centered on action and its effects, we analyze the trajectory of action through a dense description of affect on people's experiences, releasing memories and prehensions in the territory. We identified the incommensurability in the logics of public action of reparation, between the normative official devices and the repertoires of critics in their instruments and standards. The official mechanisms of reparation engendered sociopolitical challenges in the community, amplified conflicts by dividing the victims by categorizing them, weakened leadership and relations in the territory, and exposed actors to instruments and criteria that were not participatory. Above all, their implementation highlights the absence of adherence to the *milieu*. The individual compensatory actions brought challenges and required coordination of local public action. What is disputed there are the prehensions (*prises*) about the disaster effects and the ways of repairing. The rights to decide about their lives are, one more time, captured. While the official reparation agenda has been dominated by Renova Foundation, directed mainly by the mining enterprises, local actors work to shape an agenda and combine common causes (*federation des causes*) common causes (water, health, environment) for the reconfiguration of their relations. While reparation reproduces a financial and a legal-institutional logic of reparation, reconfiguration reconnects their memories and bodies to rebuild their own lives. Finally, we argue that the trajectory of reparation should be constituted as a space of collective inquiry, with hybrid forums, and, above all, should be developed as a democratic public experimentation attached to victims' realities, with them and for them.

Keywords: Samarco disaster; Public action sociology; Repairing post-disaster; Pragmatism.

RÉSUMÉ

L'émergence des désastres a défié les sociétés autant dans pour la compréhension de sa constitution comme phénomène sociotechnique, que dans la construction des réponses à ses effets. Les impacts apportent un caractère dramatique aux territoires qui ont leurs populations affectées. Dans jour à l'autre, ces sujets deviennent victimes à la recherche de réparation et de la reconstruction de leurs vies. La rupture, en novembre de 2015, du barrage de résidus de l'entreprise Samarco - dont les actionnaires sont la plus grande entreprise d'exploitation minière brésilienne et l'Anglo-Australienne BHP Billiton-, a été considérée comme le plus grand désastre en termes de volume de boue et de distance parcourue. La vague des résidus a traversé 663 km de la rivière « Rio Doce », traversant approximativement 40 villes, et s'est jetée dans la mer pendant environ quinze jours, ayant engendré une série de conséquences qui ont été la cible de disputes qui perpétue la catastrophe et la souffrance dans les communautés. Depuis lors, des acteurs se consacrent à dénoncer les effets et opèrent en vue de réparer les territoires touchés. Cette thèse a pour objectif « comprendre les trajectoires de l'action publique de la réparation du crime-désastre de Samarco à Regência Augusta », à l'embouchure du Rio Doce. Nous comprenons par trajectoires les processus non linéaires dans l'espace et le temps qui traversent les réalités des acteurs. Nous délimitons les actions de réparation comme celles dans lesquelles les acteurs agissent en vue de résoudre les problèmes publics provenant du crime-catastrophe sur leurs territoires. Dans cette thèse, nous proposons une approche de l'action publique à partir du pragmatisme et nous mobilisons des notions et des opérateurs analytiques de la sociologie pragmatique française, notamment de la sociologie des problèmes publics et de la balistique sociologique. Nous cherchons à mettre en évidence les arènes et les scènes, les controverses et les arguments, les dispositifs et les instruments dans les trajectoires d'action au milieu d'expérience et d'interaction. Nous adoptons une posture ethnographique avec des visites de terrain et utilisons les ressources de la socio-informatique des controverses, avec comme support du software Prospero. Nous sommes restés 30 jours approximativement dans le terrain et avons composé un corpus de 856 reportages jusqu'à septembre 2018. Concernant la collecte des données primaires, lors de la recherche de terrain spécialement entre 2019 et 2020, nous avons réalisé des interviews semi-structurées avec 27 acteurs. À travers une posture pragmatiste, centrée sur l'action et ses effets, nous avons analysé la trajectoire par moyen d'une description dense des expériences, récupérant les mémoires et les prises sur le territoire. Nous avons identifié l'incommensurabilité des logiques de l'action publique de réparation à partir des répertoires normatifs face aux dispositifs. La construction des dispositifs défie les relations sociopolitiques et sa mise en œuvre peut être vue comme évidence du manque d'adhésion aux milieux. Le dispositif a amplifié les conflits en divisant et en catégorisant les personnes affectées. Elle a fragilisé le leadership et les relations entre les acteurs, et elle a soumis les acteurs à des instruments et critères peu participatifs. La mise en œuvre des actions compensatoires de manière individualisée a apporté des défis et a exigé une coordination de l'action publique locale. Ce qui est objet de dispute ce sont les prises sur le désastre, la réparation et leurs futurs. Alors que l'agenda officiel de réparation a été dominé par Renova, la fondation contrôlée par les entreprises d'exploitation minière, les droits sont de ce fait conquis ou disputés par lutte et articulation. Les acteurs locaux essaient d'organiser son propre agenda pour fédérer des causes communes (l'eau, la santé, l'environnement) dans la reconfiguration du territoire. Pendant que la réparation reproduit une logique financière, institutionnelle et juridique de la réparation, la reconfiguration repose sur la mémoire, prises futures et des corps des affectées pour reconstruire leurs vies. Enfin, on argument que la trajectoire de réparation doit se constituer comme une enquête collective dans des forums hybrides, et, surtout, développer une expérimentation démocratique ancrée aux milieux, avec les acteurs et pour eux.

Mots clés: Catastrophe du Rio Doce; Samarco; sociologie pragmatique française; Réparation;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa temático do caminho do rejeito.....	32
Figura 2 – Paradigmas, correntes e teorias de administração pública.....	58
Figura 3 – Variáveis de análise e suas combinações.....	73
Figura 4 – As pressões na perspectiva sociológica da percepção.....	97
Figura 5 – Seis lógicas de ação nos processos críticos.....	109
Figura 6 – Perspectiva ontológica e epistemológica.....	123
Figura 7 – Operadores analíticos para a ação pública.....	125
Figura 8 – Capas Folha de S.Paulo e Estado de São Paulo.....	133
Figura 9 – Capas Estado de Minas.....	134
Figura 10 – Mapa temático.....	139
Figura 11 – Foz do Rio Doce com a chegada dos rejeitos.....	139
Figura 12 – Entrada da REBIO Comboios.....	140
Figura 13 – Vista da REBIO Comboios.....	144
Figura 14 – Foto aérea de Povoação, Rio Doce e Regência.....	145
Figura 15 – Carros na REBIO Comboios em dezembro de 2019.....	146
Figura 16 – Tocando com músicos locais na casa de Profeta.....	147
Figura 17 – Protesto em Regência.....	151
Figura 18 – Charge Causa Mortis Foz Rio.....	152
Figura 19 – As cores e elementos no rio.....	155
Figura 20 – As cores da maré.....	155
Figura 21 – Efeitos do crime-desastre na “espera” pela lama.....	163
Figura 22 – Ações e objetos.....	165
Figura 23 – Fricções na arena pública.....	166
Figura 24 – Manifestação de abril de 2016.....	168
Figura 25 – Manifestação de abril de 2016.....	168
Figura 26 – Manifestação em novembro de 2016.....	170
Figura 27 – Manifestação em novembro de 2016.....	170
Figura 28 – Danos no território a partir do rompimento da barragem de Fundão.....	171
Figura 29 – Mosaico da Foz do Rio Doce.....	184
Figura 30 – Sistema de Governança TTAC.....	193
Figura 31 – Governança da Fundação Renova.....	195
Figura 32 – Dispositivos e instrumentos na reparação.....	202

Figura 33 – Arranjo atual do processo de reparação	207
Figura 34 – Esquema ilustrativo das instâncias do TAC-Gov	208
Figura 35 – Comprovação da pesca antes do Pescador de Fato	229
Figura 36 – Categorias de indenização da pesca	229
Figura 37 – Modalidades de comprovação de ofício profissional.....	230
Figura 38 – Repertórios normativos sobre os instrumentos na pesca	241
Figura 39 – Prisma de vítima	242
Figura 40 – Reconhecimento.....	244
Figura 41 – Círculo de causas	245
Figura 42 – TEREK.....	247
Figura 43 – Museu Histórico de Regência	249
Figura 44 – Tanques de Petróleo do TEREK vistos da praia de Regência	250
Figura 45 – Sede Associação do Congo	251
Figura 46 – Procissão São Benedito na Festa de Caboclo Bernardo.....	252
Figura 47 – Centro Ecológico de Regência.....	253
Figura 48 – Modelo do ciclo produtivo adotado pelo Tamar.....	256
Figura 49 – Camiseta Congo de Regência	259
Figura 50 – Divulgação do Congo Mirim	261
Figura 51 – Reportagem sobre Congo.....	262
Figura 52 – Possíveis efeitos na saúde das comunidades.....	265
Figura 53 – Calendário de festas em 2007	269
Figura 54 – Placa em frente à praia	271
Figura 55 – Fubica anos 1990	272
Figura 56 – Obra de Luis Natal	273
Figura 57 – Crianças se aventuram nas águas	277
Figura 58 – Reunião com CDH da Câmara dos Deputados na vila	280
Figura 59 – Localização das ondas de <i>surf</i> em Regência.....	281
Figura 60 – Entidades citadas no capítulo.....	282
Figura 61 – Atividades e projetos que atravessam Regência historicamente.....	284
Figura 62 – Charge “Siga aquela lama”	286
Figura 63 – Placa sobre balneabilidade em dezembro de 2019.....	290
Figura 64 – Matriz de avaliação de iniciativas.....	295
Figura 65 – Relatório de Monitoramento Consolidado PG013.....	296
Figura 66 – Divulgaçõa das obras de infraestrutura.....	299

Figura 67 – Assinatura de convênio em andamento.....	304
Figura 68 – Projetos aprovados em Linhares - Edital Doce ES	305
Figura 69 – Narrativas e instrumentos	307
Figura 70 – Síntese analítica da seção	308
Figura 71 – PG 013 e demandas das comunidades	310
Figura 72 – Foto da praia em novembro de 2016.....	311
Figura 73 – Quadro sobre área de saúde da cartilha ComRioComMar.....	343
Figura 74 – Trajetórias da reparação	364
Figura 75 – Agendas dos atores	366
Figura 76 – Causas, alertas, controvérsias e caminhos de experimentação	367
Figura 77 – Transações na ação pública.....	368
Figura 78 – Charge Duke: é a lama, é a lama.....	372

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos, operadores analíticos e procedimentos	131
Quadro 2 – Procedimentos metodológicos e fontes	135
Quadro 3 – Novas instâncias da estrutura de governança.....	206
Quadro 4 – Perspectivas de futuro	354

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACP – Ação Civil Pública
AEDAS – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
AFE – Auxílio Financeiro Emergencial
AGERH – Agência Estadual de Recursos Hídricos
AGU – Advocacia Geral da União
AMOR – Associação de Moradores de Regência
ANA – Agência Nacional de Águas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
ARSH – Avaliação de Risco à Saúde Humana
ARTE – Associação dos Artesãos e Assemelhados de Regência e Região
ASPER – Associação de Pescadores de Regência
ASR – Associação de Surfe de Regência
CBH-Doce – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce
CDH – Comissão de Direitos Humanos
CEMS – Centre d'Études des Mouvements Sociaux
CIF – Comitê Interfederativo
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CSI – Centre de Sociologie de l'Innovation
CT-ECLET – Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esportes e Turismo
CT-OS – Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial
CT-SAÚDE – Câmara Técnica de Saúde
CTBio – Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade
DPES – Defensoria Pública do Espírito Santo
DPMG – Defensoria Pública de Minas Gerais
DPU – Defensoria Pública da União
DRS – Deep Relational Sociology
EHSS – École des Hautes Études en Sciences Sociales
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GAISMA – Gestão Integrada para Saúde e Meio Ambiente

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
GSPM – Groupe de Sociologie Politique et Morale
GSPR – Groupe de Sociologie Pragmatique et Réflexive
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais
LISS – Laboratório de Inovação Social e Sustentabilidade
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MPES – Ministério Público do Espírito Santo
MPF – Ministério Público Federal
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
NISP – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública
NPM – New Public Management
NSP – Novo Serviço Público
NT – Nota Técnica
ONU – Organização das Nações Unidas
ORD – Núcleo de Pesquisa Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento
ORGANON – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais
PG – Programa
PIM – Programa de Indenização Mediada
PIRH – Plano Integrado de Recursos Hídricos
POEMAS – Grupo de Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
PROSPERO – Programme de Sociologie Pragmatique, Expérimentale et Réflexive sur Ordinateur
REBIO – Reserva Biológica
SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
STF – Supremo Tribunal Federal
STS – Science and Technology Studies
SUS – Sistema Único de Saúde
TAC – Termos de Ajustamento de Conduta
TAC-GOV – Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança
TAP – Termo de Ajuste Preliminar

TCSA – Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar

TEREG – Terminal Regência

TRF – Tribunal Regional Federal

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

UBS – Unidade Básica de Saúde

UC – Unidade de Conservação

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UVV – Universidade de Vila Velha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	28
1.2	OBJETIVOS.....	31
1.2.1	Objetivos específicos.....	31
1.3	JUSTIFICATIVA.....	31
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	41
2.1	PRÓLOGO: POR UMA DEMOCRACIA ONTOLÓGICA PRAGMATISTA	41
2.2	REAPROXIMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PRAGMATISMO .	51
2.2.1	Da política pública à ação pública pragmatista.....	67
2.3	O PRAGMATISMO NA SOCIOLOGIA FRANCESA	75
2.3.1	Problemas públicos e arenas públicas em Daniel Cefaï.....	82
2.3.2	Controvérsias e transformações em Francis Chateauraynaud	94
2.3.3	Vitimização e reparação: repertórios normativos e a antropologia moral.....	114
2.3.4	Síntese da seção.....	122
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	126
3.1	OBJETIVOS DE PESQUISA E MÉTODOS	128
3.2	CONSTRUÇÃO E COLETA DE DADOS.....	131
3.3	A ENTRADA NO CAMPO	138
4	ANÁLISES	148
4.1	PRÓLOGO SOBRE A ARENA PÚBLICA	149
4.1.1	As ações iniciais no território	157
4.1.2	As primeiras manifestações na arena e os públicos.....	166
4.2	TRAJETÓRIA DE REPARAÇÃO: ONDE O RIO ENCONTRA O MAR	172
4.2.1	A pesca: da lama ao caos	172
4.2.2	Dispositivos de reparação e repertórios normativos: TTAC.....	186
4.2.2.1	Críticas na arena: uma questão técnica e política.....	197

4.2.2.2	Críticas dos atores no território	208
4.2.3	A cena: sou pescador de fato, quais os meus direitos?	225
4.2.4	Síntese da seção: desafios, vítima e reconhecimento	240
4.3	O TERRITÓRIO ONDE O RIO ENCONTRA O MAR.....	246
4.3.1	Modos de habitar: o congo, a conservação, o surf, a ancestralidade.....	248
4.3.2	As narrativas e engajamentos nas ações públicas	278
4.3.3	Das tensões entre atividades no território da reparação	285
4.3.4	A cultura e os instrumentos de reparação.....	293
4.3.5	Síntese da seção.....	306
4.4	TRAJETÓRIAS DA AÇÃO PÚBLICA: AÇÃO COLETIVA E GOVERNANÇA DA REPARAÇÃO	312
4.4.1	Transformações dos atores estatais e seus efeitos.....	319
4.4.2	Os dados e as demandas: movimentos e preensões	330
4.4.3	A experimentação, os futuros e os desafios da ação	351
4.4.4	Síntese do capítulo: reparação, reconfiguração.....	361
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	371
5.1	REFLEXÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO	379
5.2	SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS	380
	REFERÊNCIAS	384

1 INTRODUÇÃO

Tarefa difícil a minha, tarefa difícil a nossa: aprender a ser atingidos. Como assim? Precisamos nos comportar como atingidos. Tem comportamento próprio para atingido? Não sei. Sei que precisamos aprender a viver/conviver com essa realidade. Realidade que me faz pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos, fundação, reconstrução, reassentamento... Conceitos que me deixam confusa. Confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como: pedir, exigir, negociar, lutar, certo, errado. Choro por isso. Me sinto atingido por não saber ser atingido.

Peixoto (2016).

Em 05 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão da Samarco, controlada pela Vale e BHP Billiton, na cidade de Mariana (MG,) lançou aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração no Rio Doce (ESCOBAR, 2015). A sirene do sistema de alarme e alerta de segurança para as comunidades próximas não tocou, e o “tsunami de lama” de rejeitos de mineração causou 19 mortes e foi lançado no Rio Doce. Desde então, alteraram-se os modos de vida de comunidades de aproximadamente quarenta municípios ao longo do rio, de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), à vila de Regência Augusta, no município de Linhares (ES). Em Bento Rodrigues e Barra Longa, o rejeito inundou a vila e destruiu residências e infraestrutura, submersas na lama, sendo soterrados meio ambiente, construções e, também, os projetos de vida e os laços. O desastre, considerado o maior em termos de volume de lama e distância percorrida (FREITAS et al., 2016), fez chegar os rejeitos de mineração na Foz do Rio Doce no dia 21 de novembro (ESCOBAR, 2015).

Desde então, espécies endêmicas, atividades tradicionais, modos de vida e relações foram atravessados pelo crime-desastre, e a pluma de rejeitos caminhou aproximadamente 663km até ser lançado ao mar (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS REOVÁEIS – IBAMA, 2015). Ela espalhou-se por toda a costa do Espírito Santo, chegando no extremo sul da Bahia e ao extremo norte do Rio de Janeiro (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO, 2017). A pluma de rejeitos chegou na vila de Regência Augusta no período de desova de tartarugas e surgiram incertezas com relação aos seus efeitos no objeto de conservação. Ela foi identificada também no Parque Nacional de Abrolhos, a 250 metros da foz do Rio Doce, e ambientalistas e profissionais da conservação alertaram sobre as incertezas em torno dos impactos do evento em médio e longo prazos (ICMBIO, 2017).

Nos municípios afetados pelo rejeito de mineração, os efeitos foram diversos, com regularidades e heterogeneidades. Em um dos primeiros relatórios técnicos, lemos:

mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas, sendo que algumas ainda restam desaparecidas; desalojamento de populações; devastação de localidades e a consequente desagregação dos vínculos sociais das comunidades; destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas etc.); destruição de áreas agrícolas e pastos, com perdas de receitas econômicas; interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candongá, Aimorés e Mascarenhas); destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa de Mata Atlântica; mortandade de biodiversidade e aquática e fauna terrestre; assoreamento de cursos d'água; interrupção do abastecimento de água; interrupção da pesca por tempo indeterminado; interrupção do turismo; perda e fragmentação de habitats; restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas; alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada; sensação de perigo e desamparo na população. (IBAMA, 2015, p. 4-5).

Os impactos do crime-desastre¹ foram diversos e muitos estão por ser identificados, tendo em vista os diferentes efeitos sociais, econômicos e ambientais (MILANEZ; LOSEKANN, 2016). Essas comunidades e sujeitos passaram a protagonizar, desde aquele momento, um papel específico no cenário social de desastre, figurando enquanto atingidos e vítimas. Os desastres, como objeto de pesquisa, não são um tema novo nas ciências sociais (QUARANTELLI, 1978; QUARANTELLI, 1998; MATTEDI, 2017) e têm mobilizado pesquisadores de diferentes escolas, mas, ainda assim, não se tem um consenso sobre o que sejam (VALÊNCIO, 2010). Os desastres apresentam características e efeitos singulares nos territórios (LUDWIG; MATTEDI, 2016) e podem ser compreendidos como eventos sociotécnicos (VALÊNCIO, 2010; MATTEDI, 2017; MARCHEZINI, 2018), como “eventos críticos” (DAS, 1995) marcados por controvérsias (ZHOURI et al., 2017).

As escolas que estudam o desastre, de acordo com Marchezini (2018) e Mattedi (2010), propõem distintos modos de interpretá-los e estudá-los, que se misturam com as formas de agir frente aos eventos. Algumas mais ligadas à perspectiva norte-americana sobre as instituições e o comportamento dos indivíduos destacam as fases (prevenção, preparação, resposta, reconstrução), outras, seguindo uma abordagem da economia política inglesa, analisam o desastre com perspectivas críticas ao desenvolvimento, à emergência de vulnerabilidades e afetações, passando pela pluralidade de estudos antropológicos próximos

¹ Adotamos ao longo da tese a noção de crime-desastre para demarcar os posicionamentos nos campos de investigação e de experiência. Ou seja, alguns autores descrevem a investigação de um crime corporativo, enquanto outros sugerem a análise a partir de uma perspectiva sociológica do desastre. Desse modo procuramos contemplar as nuances desses campos. Além disso, na pesquisa de campo, por vezes, os entrevistados demarcam a noção de que o que vivenciam é um crime. Com isso, procuramos visibilizar os campos de experiência e de investigação e, mais do que encerrar a discussão com um termo que dá conta da pluralidade, o objetivo é manter latente a discussão sobre o crime e o desastre e evidenciá-la.

aos atores. O campo dos desastres e da reparação é, assim, um campo permeado de organizações, de formas de organizar e de agir com vistas a compreendê-lo e enfrentá-lo.

Marchezini (2018) argumenta que a gestão do desastre produz classificações com objetivo de criar discursos de verdade e enquadrar a complexidade, de modo que seja administrável, quantificável e solucionável. Nesse sentido, Zhouri et al. (2017) destacam que a narrativa empresarial sobre o evento recodifica, por taxonomias técnicas da reparação, as reivindicações das vítimas. Ou seja, há um processo de problematização em torno do desastre que é disputado pelos atores e constitui-se uma arena pública da reparação. Essas respostas e ressignificações, que minimizam as reivindicações de atingidos, com o passar do tempo, “deixam morrer” o evento, mas, nem por isso, o desastre deixa de persistir na vida dos atingidos, com riscos de prolongar o sofrimento e o abandono social (VALÊNCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011). Assim, Silva (2010) e Marchezini (2018) sugerem a passagem do estudo de um evento (antes, durante, depois) para um processo. Nesse sentido, evitaremos, nesta tese, falar em pós-desastre, tendo em vista a continuidade do crime-desastre de modo processual.

As formas de lidar com um desastre pelas organizações, a partir de etapas e de instrumentos disponíveis para resposta, para as definições e soluções quanto ao que é e como resolvê-lo, nem sempre se conectam entre instrumentos e as expectativas das vítimas. Os autores, então, sugerem lançar olhares para a ação coletiva, para as práticas de resistência frente ao sofrimento enfrentado (MARCHEZINI, 2018; ZHOURI, 2018; 2019), para além da racionalidade técnica, de modo que seja possível adentrar diferentes perspectivas de reconstrução e, assim, ver a mobilização, por exemplo, conforme sugere Losekann (2017), para o caso da Samarco. Valêncio (2010) pondera, ainda, que o modelo das etapas de gestão do desastre limitaria a visão, distanciando-a dos princípios de cidadania, dos direitos das vítimas, e, mais que isso, desqualificando-as continuamente (MATTEDI, 2017; MARCHEZINI, 2018). Além das mobilizações e repertórios de enfrentamento e luta na busca por direitos, Das (1995) considera que o silêncio também é uma das formas de expressão do sofrimento nesses contextos, o que exige sensibilidade do pesquisador, tendo em vista a carga de dramaticidade dos eventos.

Desde novembro de 2015, atores e comunidades atravessados pelo rejeito de mineração – ou pela lama como chamam – vivenciam o processo de reparação. Suas queixas adentram decisões judiciais, passam por dispositivos jurídicos e administrativos, por diferentes modos de organizar com vistas a “reparar”. São criados dispositivos de reparação e instrumentos de ação pública, como Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), espaços de

governança, comitês e câmaras técnicas, para definições do desastre e seu enfrentamento, que chegam no local e interagem com as realidades locais dos atingidos. Os autores que nos antecedem no estudo dos crimes-desastres alertam quanto à importância da sensibilidade às vulnerabilidades, enfatizam a importância de compreender como os direitos das vítimas são fabricados na interação com instrumentos e da ação coletiva nas comunidades. Argumentamos, assim, que os desastres são eventos oportunos para análise da ação pública, tendo em vista que o momento exige ação com vistas a configurar e solucionar problemas públicos. Eles permitem, também, refletir sobre as formas de ser e agir no mundo a partir das rupturas (MATTEDI, 2017), que, ao produzirem turbulência, aceleram fricções e transformações no vivido, o que Revet (2007) chama de uma dupla contração do tempo e espaço. Assim, uma perspectiva pragmatista² da ação pública permite, ainda, contribuir para a reflexão sobre a ação em meio às incertezas (BARTHE; CALLON; LASCOUMES, 2014) e sobre a governança em tempos turbulentos (ANSEL; TRONDAL; ØGÅRD, 2017).

Buscamos, por conseguinte, nas revistas de administração, o tema “desastre”³ para identificar as abordagens teóricas e metodológicas mobilizadas para o estudo do tema. Identificamos, então, múltiplas abordagens para estudar o fenômeno. Algumas linhas têm se dedicado a estudar os contornos de desastre que envolvem empresas enquanto crimes corporativos, como o caso da Samarco (SARAIVA; FERREIRA, 2018; MEDEIROS; ALCADIPANI; OLIVEIRA, 2018; FREITAS et al., 2019; TEIXEIRA et al., 2020). Nessa via, identificamos estudos sobre *sensegiving* nas narrativas da Samarco (CENI; RESE, 2020), sobre o exercício de poder corporativo em anular sistemas de pesos e contrapesos e que criticam o contexto de crescente financeirização, em que se reduzem custos operacionais que poderiam evitar o desastre (MILANEZ et al., 2019). Outros autores dedicam-se ao estudo da Defesa Civil nos contextos de desastre, sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) (RODRIGUES; CARPES; RAFFAGNATO, 2020), sobre políticas públicas de gestão de risco em contextos específicos (COSTA; HOLANDA; DÍAZ-AMBRONA, 2016) e

² Aprofundaremos a noção sobre pragmatismo e a perspectiva pragmatista adotada nesta tese na base teórica. Alertamos o leitor, de antemão, que não utilizaremos o sentido vulgar e corrente reduzido ao prático ou ao agir com eficiência. Apoiamo-nos nos autores do pragmatismo filosófico e da sociologia pragmatista francesa para construir a noção de ação pública pragmatista. Nesse sentido, adiantamos as sete máximas de uma abordagem pragmatista das transformações sociais apresentadas em Chateauraynaud (2016) e que norteiam esta tese: i) primado da experiência; ii) orientação pela ação; iii) consequencialismo; iv) abdução; v) dimensão coletiva da investigação; vi) emergência de públicos inesperados; e vii) a reversibilidade das provas (*l'épreuves*) e de posições de poder.

³ Utilizando o termo “desastre” na base de dados da Spell em março de 2021.

sobre gestão do conhecimento na Defesa Civil (CARDOSO et al., 2014). Outra forma de leitura empreendida no campo tem sido aquela que evoca a noção de risco (HUTTER; POWER, 2005). Os estudos que mobilizam a análise de desastre e risco na área têm se dedicado a compreender as lições aprendidas (SANTOS, 2021), o direito internacional na gestão de risco de desastres (CARVALHO, 2020) e os modelos de análise de vulnerabilidade psicossocial na noção de risco (PÉREZ; CARRASCAL; RIVERA, 2017).

Em nossa área de conhecimento, destacamos também a perspectiva contábil dos eventos. Nessa perspectiva, identificamos estudos que procuram compreender os impactos do desastre nas demonstrações contábeis da mineradora (FABRÍCIO; FERREIRA; BORBA, 2021) e na reputação da empresa (ALVES; CARNEIRO; PAIVA, 2020). Há, ainda, aqueles que estudam as melhores práticas na área de auditoria na gestão de desastres (SANTOS, 2015). Já na área de responsabilidade social corporativa, Pires et al. (2020) estudam, a partir de dados psicométricos, a identificação social com a empresa, pelos benefícios econômicos gerado nas cidades, como um fator de redução da intenção punitiva e da atribuição de culpa pelos munícipes no caso da Samarco. Destacamos, ainda, os estudos sobre dilemas morais na gestão pública frente aos desastres (SANTOS; SERAFIM, 2020) e aqueles que estudam o efeito dos desastres ditos naturais no turismo (ROCHA; MATTEDI, 2016; ZUCCO; MAGALHÃES; MORETTI, 2010; TAVARES; MACHADO, 2020; ROCHA; SILVEIRA, 2021), que aproximam a noção de refugiados para tratar do contexto de desastre de Bento Rodrigues (SILVA; BOAVA; MACEDO, 2017) e que abordam o tema da logística humanitária (SILVA, 2013).

Nesse sentido, identificamos uma lacuna em relação a um olhar para o fenômeno, a partir da administração pública e dos estudos organizacionais, sobre a ação pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012) em tempos de turbulência (ANSELL; TRONDAL; ØGÅRD, 2017), que se aproximasse dos atores que vivenciam o processo de reparação, de suas experiências (DEWEY, 1974; 2010a) e dos meios (*milieux*) em que a ação ocorre (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). A reparação implica uma série de atores no enfrentamento da situação problemática. Entendemos que, em meio ao crime-desastre, os atores criam dispositivos e lançam argumentos e contra-argumentos na esfera pública para configurar o tema; os atores se mobilizam, demandam ações de entidades específicas, recorrem ao governo e à Justiça, organizam-se em movimentos para demandarem direitos ou para empreenderem ações conjuntas. Consideramos, assim, que a perspectiva da ação pública pode trazer contribuições para pluralizar as leituras sobre o fenômeno na área, especialmente centrada na ação nos contextos de desastre e reparação, bem como o pragmatismo, ao se

dedicar à análise das situações problemáticas em arenas públicas (CEFAÏ, 2017a), da construção de problemas públicos e das controvérsias em torno delas (DEWEY, 2010b; CEFAÏ, 2017a; CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Entendendo a administração como uma ciência social aplicada, sugerimos uma via teórica e metodológica que permita refletir sobre a ação, como um espaço de possibilidades, para contribuir, também, com as reflexões sobre as relações Estado-sociedade em situações críticas.

As ações empreendidas no contexto de reparação apresentam efeitos no território, e, por isso, consideramos necessária a aproximação dos locais em que a ação, os dispositivos e os argumentos repercutem e engendram seus efeitos (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Essas ações podem reorganizar e reconfigurar os modos de vida, atribuir sentidos sobre o crime-desastre e sobre o que cabe na reparação. Assim sendo, é preciso estar atento à pluralidade de atores e instrumentos que se interconectam na produção da ação de reparação, e algumas das questões nos acompanharam nesse processo foram: quais ações os atores disputam e empreendem com finalidade de reparar?; como dispositivos e modelos de governança são implementados e vivenciados pelos atores no território?; como os atores problematizam os danos que os atravessam?; como lidam com essas incertezas com relação a esses danos?; quais controvérsias estão em jogo em torno da reparação?; quais provas os atores mobilizam para se provarem enquanto vítimas?; como os atores se engajam nos processos de reparação e como avaliam as ações realizadas para esta finalidade?

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Em setembro de 2017, aproximamo-nos pela primeira vez da vila de Regência Augusta, que divide com Povoação a margem direita e esquerda da Foz do Rio Doce. Ambas são “comunidades pesqueiras que desenvolveram atividades turísticas de pequena escala relacionadas à praia. Na costa, há uma série de áreas protegidas” (SÁNCHEZ et al., 2018, p. 12). Nossa aproximação com o campo se deu naquele momento, da reparação para eles, com aproximadamente dois anos do rompimento da barragem, e para mim o primeiro ano do doutorado, cursando as disciplinas obrigatórias e atuando como professor no curso de administração pública. Fomos apresentados à vila de Regência em meio à dramática que vivenciávamos. Naquele momento, lideranças e atores da conservação do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Tamar nos apresentaram os processos em curso, algumas controvérsias e incertezas, os desafios de virar a página, de reconstruir um futuro em meio a tantas tensões. A vila tinha se tornado um “canteiro” de

jornalistas e pesquisadores, de projetos de consultoria e de atores externos, que vinham com a finalidade de “ver” e “acompanhar” o desastre. Éramos mais um grupo na vila com esse objetivo. A complexidade que o fenômeno tomava, pelas múltiplas redes de atores e elementos materiais que estavam em jogo, levou-nos a refletir sobre a possibilidade de empreender nosso estudo de tese na vila. As organizações locais se movimentavam em torno do projeto de reparação, e chegavam também atores de fora com esse objetivo. Assim, a temática nos atravessava politicamente, tanto por sermos afetados pelo sofrimento dos atingidos quanto pelo interesse em compreender como a ação pública seria construída com vistas a reparar o fenômeno.

Enquanto escrevia o projeto desta tese, mais uma tragédia com barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho, deixava mais de 200 mortos, 30 desaparecidos e aproximadamente 400 resgatados. Em pouco mais de três anos, a aproximadamente 100 km de Mariana, um novo rompimento, um novo drama reforçava a urgência de reflexão sobre esses crimes-desastres. Num cenário macrossocial, é necessário pensar sobre os projetos de desenvolvimento focados em mineração e a minerodependência (COELHO, 2018; SZWAKO; LAVALLE; DRESCH; DOWBOR, 2019; ARÁOZ, 2020); sobre a flexibilização de licenciamentos ambientais dos últimos anos no contexto nacional (ZHOURI et al., 2016)⁴; e, num aspecto mais local, em diferentes escalas de tempo e espaço, sobre os significados de ser atingido (MENDES, 2020), sobre os impactos do desastre se alastrando nos territórios, com efeitos nas comunidades, nos rios e no mar (MIRANDA; MARQUES, 2016; MIRANDA et al., 2017; GOMES et al., 2019; BARRETO; ROSA; MAYORGA, 2020).

Durante a pesquisa, os atores no território também se organizavam para enfrentar outros desastres, como a chegada de óleo na costa brasileira em 2019⁵ e, em 2020, a pandemia da Covid-19. Este evento, por exemplo, como desastre global, exigiu coordenação da ação pública e desafiou atores na tomada de decisão, em diferentes instâncias de governança, assim como práticas de cuidado no nível individual que, sobretudo, colocaram em questão as relações ecossistêmicas e os amplos desafios societários na sociedade do risco (BECK, 2010),

⁴ “A tendência é que este cenário se amplie, devido à flexibilização do licenciamento ambiental, tendo em vista a PEC 65/2012, aprovada em abril de 2016 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado; a discussão acerca do Novo Código da Mineração proposto pelo Ministério das Minas e Energia; o Projeto de Lei 654/2015 em tramitação no Senado Federal; e o Projeto de Lei 2.946/2015, aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em dezembro de 2015” (ZHOURI et al., 2016, p. 36)

⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/27/oleo-no-litoral-um-ano-depois-marinha-conclui-investigacao-sem-apontar-culpados-ou-origem-do-desastre.ghtml>>.

na era das catástrofes (STENGERS, 2015), em meio ao festival de incertezas (MORIN, 2020). Pensadores de nosso tempo têm colocado questões sobre “onde aterrar?” (LATOIR, 2020), como agir?

Nesta tese, portanto, propomo-nos a refletir sobre o processo de reparação em um território em movimento, de modo a levar em conta as experiências dos atores. Refletimos sobre os desafios que as abordagens tradicionais na área da administração nos colocavam, suas lacunas, e sobre a importância de empreender projetos para analisar a ação pública próxima aos atores, que estivessem atentos aos modos como os atores reelaboram suas experiências, como praticam a reparação, como se relacionam em torno dela, como ressignificam seus modos de vida a partir dos instrumentos e categorizações na arena pública. Assim, esta tese segue a via aberta nos núcleos de pesquisa Organização, Racionalidade e Desenvolvimento (ORD-UFSC) e Núcleo de Inovação Social na Esfera Pública (NISP-UDESC), sugerindo uma aproximação do campo dos estudos organizacionais e da administração pública com o pragmatismo e a sociologia pragmatista francesa, as quais levam em conta a irredutibilidade do campo da experiência em seus estudos (DEWEY, 2001; 2011; CHATEAURAYNAUD, 2011; 2016; ANSELL; BOIN, 2019).

Procuramos, sobretudo, entender como os atores lidam com as ações públicas que lhes são impostas por meio de uma série de dispositivos e instrumentos de gestão e governança, assim como compreender como criam suas próprias ações na esfera pública, pela ação coletiva, com mobilizações e práticas de resistência. Isto é, queremos aprofundar a compreensão da ação pública, seja pelos dispositivos criados para reparar, enquanto instrumentos da ação pública (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019), seja pelas ações do poder público local ou da ação coletiva das redes e organizações da sociedade civil em comunidades atingidas, de movimentos sociais, por meio dos quais atores empreendem um esforço de reconstruírem suas vidas. Adotamos a perspectiva pragmatista, por consequência, por dar ênfase às aberturas no fluxo da experiência e permitir acompanhar as ações de modo processual. A partir de um desenho para pensar a ação pública em movimento, mais que um modelo do que deveria ser a reparação ou o que é a ação pública ou o sofrimento das vítimas, com essa perspectiva, procuramos analisar a pluralidade, a heterogeneidade, os diálogos, as tensões e os conflitos entre as lógicas, produtores de sentidos, efeitos e significados para os atores, principalmente, com a seguinte questão em vista: **“Como se desenvolve a ação pública no contexto do crime-desastre da Samarco na vila de Regência Augusta?”**.

1.2 OBJETIVOS

A partir das problematizações e questões postas, o objetivo geral deste trabalho é **compreender as trajetórias da ação pública na reparação do crime-desastre da Samarco em Regência Augusta.**

1.2.1 Objetivos específicos

A partir do objetivo geral, estruturamos os seguintes objetivos específicos:

- a) **Descrever e analisar, pela perspectiva pragmatista, as ações públicas e seus efeitos na arena de reparação;**
- b) **Analisar dispositivos, lógicas de ação, moralidades e argumentos empregados nas controvérsias sobre a reparação;**
- c) **Examinar as trajetórias e a coordenação da ação pública.**

1.3 JUSTIFICATIVA

Sou mais um pesquisador enfrentando o desafio de estudar o crime-desastre da Samarco. A urgência e a dramaticidade em compreender as diversas faces do maior desastre ambiental do Brasil trazem pesquisadores de diversas áreas para o campo. Esbarramo-nos com geógrafos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, historiadores, engenheiros, biólogos e oceanógrafos ao longo do processo, no campo e nos textos. A maior catástrofe socioambiental da mineração brasileira (POEMAS, 2015), em uma bacia com população estimada em 3,5 milhões de habitantes e aproximadamente 850 km, drena uma área de mais de 86 mil quilômetros quadrados, atravessando dois Estados (CDH DOCE, 2010). O rompimento da barragem afetou diretamente 663,2 km de corpos hídricos e foi considerado um desastre de muito grande porte, de nível IV, de acordo com a classificação da Defesa Civil (IBAMA, 2015).

No relatório do IBAMA (2015, p. 4-5) que acompanha a evolução do desastre, destacam-se como efeitos:

mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas, sendo que algumas ainda restam desaparecidas; desalojamento de populações; devastação de localidades e a consequente desagregação dos vínculos sociais das comunidades; destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas etc.); destruição de áreas agrícolas e pastos, com perdas de receitas econômicas;

interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candonga, Aimorés e Mascarenhas); destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa de Mata Atlântica; mortandade de biodiversidade e aquática e fauna terrestre; assoreamento de cursos d'água; interrupção do abastecimento de água; interrupção da pesca por tempo indeterminado; interrupção do turismo; perda e fragmentação de habitats; restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas; alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada; sensação de perigo e desamparo na população.

Na Figura 1, vemos o rastro da destruição:



Figura 1 – Mapa temático do caminho do rejeito

Fonte: Barcelos et al. (2014).

No dia desta defesa, completam-se 2104 dias desde o rompimento da barragem do Fundão em Mariana. Se por um lado, podemos justificar a importância de estudar o evento pela grandeza de seu impacto, por outro destacamos a importância de compreender as respostas e seus efeitos no curso da ação. No entanto, antes de entrarmos em alguns porquês de estudar o fenômeno do modo como propomos aqui, a partir da perspectiva pragmática, justificar nossas posturas, escolhas e entradas em campo, discorrerei um pouco sobre meus interesses e sobre as questões que levo para o campo. Desde minha primeira visita de campo, são 1401 dias que o tema me atravessa.

Esta tese faz parte de um percurso amplo de minhas áreas de interesse. A área da administração pública surge para mim como um campo de pesquisa tanto pelos seus objetos quanto por minha atuação profissional. Em fevereiro de 2016, ingressei como professor do Departamento de Governança Pública da UDESC em Balneário Camboriú e, desde então, tenho lecionado e dialogado sobre teorias de administração pública, desenvolvimento territorial sustentável, ciência política e democracia, governança, gestão social e inovação social com alunos da graduação, colegas de pesquisa e parceiros na extensão universitária.

No grupo de pesquisa de que faço parte na UFSC, desde 2008, Núcleo ORD, temos empreendido aproximações com o pragmatismo há uma década, que resultaram em publicações nossas (MATARAZZO; MELO, 2015; MELO, 2020), e, especialmente, em teses de doutorado (TONET, 2014; KARAM, 2014; CAITANO, 2016; MACIEL, 2016; MATARAZZO, 2017; STURMER, 2020). Nesse percurso, estudamos perspectivas distintas, aproximamo-nos também de autores da sociologia pragmatista francesa nos Colóquios de Epistemologia que organizamos, em reuniões de pesquisa e nos almoços, com Laurent Thévenot, Daniel Cefaï, Yves Cohen e Francis Chateauraynaud. Em 2018, passei meu período de férias na *École de Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS-Paris). Esses diálogos científicos atravessaram meu modo de ver as disciplinas que leciono, dialogando com os estudos organizacionais e com a administração pública, e refletir sobre minhas práticas de pesquisa. Desse modo, esses caminhos me levaram a refletir sobre o pragmatismo para análise da ação pública, como um campo de possibilidades para ensino, pesquisa e extensão, em um curso cujo foco é a governança pública.

Em minhas reflexões, identificava a possibilidade de aproximações e a força dessa perspectiva, ontológica, epistemológica e metodologicamente, para lidar com as questões públicas que eram postas nos casos, nos textos. Os filósofos pragmatistas clássicos construíram perspectivas do público e da democracia e, por sua vez, identificamos influência em alguns dos autores clássicos do campo da administração pública e das políticas públicas, com as quais hoje dialogo, mas predominam perspectivas outras. Por outro lado, nas interações com autores da sociologia pragmatista francesa, vi uma ciência sendo construída interessada na pluralidade, nas situações, nas práticas, nos conflitos, que me pareciam trazer elementos essenciais para pensar fenômenos da administração pública, frente às dimensões normativo-prescritiva e/ou idealizadas quanto ao bem público ou bem comum. Concomitantemente aos nossos esforços de olhar para a ação pública pelo pragmatismo como abertura para ampliar os desenhos de pesquisas – ao aproximar e levar a sério os atores mesmos, a ação, seus sentidos e seus efeitos, a fabricação das normas e seus usos, as práticas

em torno da gestão e da governança –, no NISP, nossos parceiros de pesquisa, empreendiam também aproximações pragmatistas para pensar a ação pública, governança colaborativa o experimentalismo democrático (MAGALHÃES, 2020; ANDION; MAGALHÃES, 2021).

Enquanto discente e docente na área, o que mais ouvi ao longo desses (ainda poucos) anos foi: “na teoria é uma coisa, na prática é diferente”. Essa “expressão de ordem” vinha dos estudantes, de meus colegas, de interlocutores de pesquisa. Cheguei a desenvolver uma resposta para isso, por meu apreço à teoria e pela área. Costumava ter em meu *pendrive* uma “aula pronta” sobre esse assunto, pela sua recorrência e necessidade de retornar à discussão sobre a produção do conhecimento, apontar os limites do que se considerava “prática” e “teoria”, da divisão ingênua que faziam, por vezes, e refletir juntos sobre o que isso implicava para nossa área enquanto uma ciência social aplicada, para nossas pesquisas. Certamente era preciso refletir sobre nossas bases, conforme nos sugeriu Guerreiro Ramos (1989). No entanto, frente a essas inquietações, para as quais as respostas tradicionais de metodologia da ciência e da pesquisa davam conta em grande parte – pelo menos para mim, afinal importava que compreendessem “que teoria”, “que método” e “que prática” estavam em questão –, percebi, com o passar do tempo, outros sentidos possíveis para essa divisão. Esses desafios pareciam, também, relacionarem-se à dimensão normativa e ao distanciamento das realidades que os estudantes vivenciavam, fosse por lerem teorias advindas de um contexto internacional, sem uma redução sociológica, extremamente necessária para nosso contexto (GUERREIRO RAMOS, 1965), fosse por trazerem reflexões que não davam conta da complexidade irreduzível da experiência de suas vidas profissionais.

Para além do mérito da confusão conceitual que eles empreendiam ao mobilizar os termos ou de um certo apreço por definições que simplesmente “funcionem” sem uma reflexão sobre sua aplicação e mobilização dos contextos, de certo desinteresse (que me parecia crescente) pela leitura, eu refletia sobre os desafios da produção de conhecimento e da formação na área enquanto professor e pesquisador. Em que medida nossas formas de conhecer e de ensinar davam conta das práticas? O que causava tanto estranhamento? Identificava, em contrapartida, que os estudos com postura etnográfica e histórica, sobre as práticas, sobre inovações sociais e sobre a implementação de políticas públicas, por exemplo, passavam a ganhar a atenção dos acadêmicos. Tratava-se de temáticas, por exemplo, que lotavam nossos auditórios lá em Balneário, nos quais os alunos ficavam até o fim para falar com o professor convidado.

Realizamos, nesse período, pelo laboratório de extensão que coordeno no departamento, Laboratório de Inovação Social e Sustentabilidade (LISS-UDESC), eventos

com analistas de unidades de conservação sobre gestão e governança de UCs; com atores de organizações da sociedade civil com temáticas relacionadas à gestão, à governança e aos conflitos na gestão na/para sustentabilidade; assim como visitas técnicas em que levávamos os alunos para dialogar sobre desenvolvimento territorial sustentável apoiado na ação coletiva e na agricultura familiar com os próprios atores. Visitamos a Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima, e os estudantes podiam dialogar com os agricultores, ouvir suas histórias, vivenciar um pouco das dificuldades na estrada e do acolhimento no campo. Nessas ocasiões, eles conheciam, por meio dos relatos, os desafios que os agricultores locais enfrentaram com a produção do fumo e da exploração de madeira, como o associativismo mudara suas leituras estéticas do próprio local e podiam lançar suas questões e dúvidas sobre a ação coletiva e o desenvolvimento. Esses diferentes campos, nos textos e nos diálogos, apontavam para a possibilidade de uma visão de administração pública que, mais do que aplicação de modelos explicativos, normativos e institucionais para formar gestor público eficiente, descrevesse a ação e os espaços de interação com os atores e suas experiências. Víamos essa perspectiva como possibilidade, não só pelos retornos positivos que recebíamos com relação a essas ações pedagógicas, mas, sobretudo, porque nosso interesse estava em encontrar caminhos e formas outras de ver e reconhecer a ação pública. Essa via não consiste em uma proposta que negue a importância dos estudos tradicionais e proponha, a partir de então, uma nova e única maneira de pensar a ação, mas, para usar uma analogia com o caso da Acolhida, que traga novos olhares, como o agricultor que, agora, olhava para seu terreno e identificava outros elementos, fotografava os pássaros, via a beleza de estar integrado no seu ambiente.

Destacamos o pragmatismo, como posicionamento ontológico e epistemológico, e a ação pública como objeto, no contexto das trajetórias de reparação nesta tese como essa proposta de buscar novos olhares. No doutorado, iniciado em 2017, além das disciplinas obrigatórias do programa, sobre métodos, epistemologia e desenvolvimento, dialogamos sobre governança ambiental, história oral, sociologia relacional, análise pragmática de organizações, vitimização e intervenção social, antropologia de tecnologias de governo, nas disciplinas em diferentes programas. Além disso, participei, durante a estada na EHESS-Paris, do seminário sobre crise e crítica de Didier Fassin e de algumas aulas dos seminários de Francis Chateauraynaud sobre sociologia da ciência e pragmatismo e conflitualidade. Esses diálogos deram base para a reflexão teórica sobre meu objeto de pesquisa, mas sobretudo, permitiram, a partir de diferentes lugares, cultivar olhares para o fenômeno.

O exercício de teorizar próximo aos sujeitos, e não em gabinete ou em estruturas e quadros fechados – uma das críticas que a sociologia pragmática lançou como contribuição

frente à sociologia crítica bourdieusiana no campo francês –, não significa, cabe lembrar, uma perspectiva de empirismo sem reflexividade, mas uma busca pela superação das dualidades da ciência moderna, que invadem os campos de pesquisa como modelo de produção de conhecimento. Esse exercício é também um movimento, muito embora não seja novo e único nas ciências sociais, que se aproxima das preocupações dos praticantes. Nesse sentido, uma analogia musical, que outros autores já fizeram, é que mais do que escrever e discutir partituras para que os atores toquem, ou comparar a execução com a partitura, o objetivo do projeto pragmatista é analisar as cenas em que a música é tocada, com a relação dos sons emitidos no acoplamento do músico e instrumento, ao investirem seus corpos na interpretação das partituras, e entre os músicos, gerando harmonia, tensões e repousos, ritmo, reações, precisão e erro, movimentos. Nessa cena, destaca-se ainda a interação com o ambiente, as vibrações entre cordas em um espaço, a interação com uma plateia, amortecendo nas cadeiras e nas cortinas, em um teatro, ecoando em uma rua, num continente. Ora, trata-se dos elementos materiais da vida mesma entrando nas caixas e estruturas sociais e abrindo-as para permitir uma reflexão com os atores sobre suas ações, uma democratização epistêmica e, também, ontológica.

Essa proposta de leitura para a administração pública tem sido objeto de reflexão cotidiana desde então. Olhando para as questões ambientais e para as organizações, dialogando com as teorias da ação pública, com a sociologia pragmatista francesa, mergulho em um território do desastre. Levo essas preocupações e, nesse campo, em um processo reflexivo, proponho-me, de algum modo, a trazer contribuições para **pensar a ação pública** em contextos de reparação, reconstrução, reconfiguração, dialogando, também, com as pesquisas sobre governança em tempos de crise, que levem em conta as catástrofes e incertezas de nossos tempos no contexto do antropoceno e capitaloceno.

Ao participar de eventos e acompanhar autores que se debruçam sobre sociologia dos desastres e, especialmente, sobre o desastre da Samarco, refletia sobre os espaços de interlocução possíveis vindo da minha área. Essa reflexão e demarcação me parecia necessária tanto em respeito a um outro campo de conhecimento com suas próprias questões e literaturas quanto pelo meu interesse nas aberturas supracitadas. Esta tese é um diálogo com autores e atores para refletir sobre a ação pública e os elementos organizacionais em torno do processo de reparação com uma dupla questão: qual a contribuição vinda do campo da administração para pensar o fenômeno?; qual a contribuição do fenômeno para pensar a ação pública para a administração?

Desse modo, este trabalho representa, sobretudo, um compromisso com os atores locais em dar visibilidade às suas experiências no processo de reparação, de trazer outras lentes e olhares para o fenômeno e do refletir juntos. Compartilhei dos seus sofrimentos nas entrevistas, dos dilemas vivenciados em busca de reconhecimento, de suas dores em um processo que se alonga e reproduz desigualdades. O maior crime-desastre ambiental do país, uma estrutura de governança inédita, dispositivos legais e gerenciais que adotam boas práticas, *compliance*, transparência *accountability*, mobilizam recursos de gestão, e o que temos nós a falar sobre eles? Esses elementos todos, junto com pesquisadores e mídias internacionais, chegam no território, numa pequena vila com aproximadamente mil habitantes, com sua forma de vida tradicional. É essa realidade dos muitos “Brasis” que vivenciamos, em contextos periféricos, que me chamou a atenção: como a ação pública é produzida nessa interação. E a partir de nossa “dupla questão”, como mobilizar empreendimentos teóricos europeus e americanos nas nossas realidades? É nessa realidade tipicamente brasileira que mergulhamos para olhar a reparação como uma rede de ações e atores, mobilizando uma perspectiva histórica que leve em conta o campo das experiências próximas aos atores, suas memórias e percepções. Consideramos, assim, que relatar os caminhos da ação pública no território desde o anúncio do rompimento, as distintas repercussões e efeitos, os diferentes repertórios, que interagem entre si e bifurcam, é um compromisso, então, com a ação pública e com os atores.

A mineração tem sua história imbricada pelo desastre e pela exploração, pela lógica de dominação do ecossistema e uma condição (neo)colonial que perdura a construção de uma violência e um sofrimento legítimos (ARÁOZ, 2020; MENDES, 2020). Aráoz (2020), ao refletir sobre a mineração na América Latina, argumenta que o oportunismo da exportação da natureza, o passaporte de entrada em um sistema-mundo, ocorre em paralelo com a violação de direitos, a monotonia de paisagens, como uma violência legítima. O autor nomeia “fenomenologia do horror” em que “as condições dos corpos refletem, assim, as agressões aos territórios” e “a violência material se soma à violência simbólica de instituições públicas, organismos de saúde e de Justiça, que negam e minimizam sistematicamente a drástica emergência dos novos transtornos com os sabidos argumentos: faltam provas; foram cumpridas as exigências legais; são doenças multifatoriais; as empresas dão emprego e fazem doações” (ARÁOZ, 2020, p. 42-43). Esses eventos “atingem a paisagem, impactando diferentes dimensões, humanas, bióticas e abióticas, com repercussões múltiplas sobre os *habitats*, hábitos e coabitantes” (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019, p. 144). Metais pesados, doenças dermatológicas e respiratórias e fantasma do câncer invadem os “territórios

contaminados”. A tese de Aráoz (2020, p. 94) é de que a mineração moderno-colonial foi o detonante fundamental do capitaloceno que, por sua vez, engendra uma “menos-valia ontológica da alteridade” que coloca os nativos em uma condição sub-humana.

O desastre da Samarco nos traz um retrato político e de gestão entrelaçados no contexto atual: i) por estratégias de desenvolvimento neocoloniais com um papel específico no sistema-mundo (ARÁOZ, 2020); ii) pelos desafios de regulação e fiscalização, além do desmantelamento da gestão e governança políticas ambientais (ZORZAL et al., 2019; ZHOURI, 2018); iii) pela crise de legitimidade dos dispositivos de governança de vidas precárias e a participação em contextos de desastre (TEIXEIRA; ZHOURI; MOTTA, 2020; LOSEKANN, 2020); iv) pelas invisibilizações e afetações em comunidades periféricas frente aos projetos de desenvolvimento (ZHOURI et al., 2017; VORMITAGG; OLIVEIRA; GLERIANO, 2018); v) por não ser um evento isolado (POEMAS, 2015; FREITAS et al., 2019). Para Cocco (2016), a catástrofe do Rio Doce é a Tchernobyl brasileira e representa uma crise tripla: econômica, política e ambiental.

Quanto a esses pontos, o relatório do Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS–UFJF) destaca que no contexto brasileiro há uma relação estrutural entre os rompimentos de barragens e ciclos econômicos de mineração. “Há indícios de que existe um aumento do risco de rompimento de barragens no novo ciclo pós-*boom* do preço dos minérios” (POEMAS, 2015, p. 5). Assim, há uma pressão e aceleração do licenciamento ambiental justificado pelo desenvolvimento, e empreendem-se ações para intensificar produção e reduzir custos para ser competitivo. Essa conjuntura apresenta, sobretudo, desafios para pensar a ação pública em contextos periféricos, levando em conta as questões ambientais, de saúde pública e sociais na arena pública. Em nossa pesquisa, sugerimos o estudo no processo de reconstrução da vila atingida para nos aproximar dessas realidades que os discursos oficiais procuram ocultar. As desconfiças, as incertezas, os silenciamentos, os medos, as experiências dos atores importam em nossa perspectiva, e, por isso, defendemos um desenho de pesquisa com postura etnográfica e historiográfica, para considerar a memória e o processo de reparação, adotando uma pesquisa próxima aos atores mesmos.

Entendemos que essa postura e entrada na arena pelo território permite compreender a ação pública em interlocução com os atores que vivenciam as práticas e os efeitos dessa ação. Alguns podem dizer que na área da administração isso seria uma entrada pelo micro e que estamos tomando partido pelos atores. Sim, estamos tomando partido. Afinal, como diria Howard Becker (2009), se escolhêssemos uma entrada por dispositivos ou discursos oficiais

também teríamos tomado um lado. Além disso, parece perdurar na área a visão de que aqueles que estão mais acima da hierarquia falam com mais propriedade ou coerência sobre a organização, o que precisa, no mínimo, ser problematizado. Nosso objetivo é dar visibilidade à pluralidade de formas como essa ação é recebida, contada, sentida, experienciada. À vista disso, na fundamentação, aprofundamo-nos em nossa compreensão sobre o micro e as relações nos jogos de escala (REVEL, 1996; CEFAÏ, 2011; DÉPELTEAU, 2015).

As pesquisas pragmatistas que temos desenvolvido no campo da administração pública e dos estudos organizacionais pelo Núcleo ORD propõem alternativas às teorizações tradicionais na área, que estratificam o social e se afasta dos atores, seja em uma abordagem mais harmônica e da regulação, seja numa abordagem mais crítica e da mudança (BURREL; MORGAN, 2008). O que propomos em nosso grupo de pesquisa é um afastamento dessas noções para concentrar na ação, nas práticas e nos atores. Recentemente, no grupo, foi defendido um estudo etnográfico sobre gestão de Unidades de Conservação (MATARAZZO, 2017), sobre dispositivos de gestão de governança em uma horta comunitária (QUINTÃO, 2019) e sobre governança ambiental a partir da prática em Unidades de Conservação (STÜRMER, 2020), para citar alguns exemplos apenas. Fruto desses trabalhos e discussões, destacamos, ainda, o artigo de Matarazzo, Quintão e Serva (2021) que problematiza a noção de governança ambiental a partir da experiência.

Como apresentamos na introdução, os desastres como objeto de pesquisa têm sido estudados por diferentes abordagens teóricas em nossa área. Em uma pesquisa realizada na base de dados Spell, que congrega periódicos da área da administração, identificamos 13 artigos que tratam da Samarco até a defesa desta tese. Além dos trabalhos focados no impacto, nas narrativas, nas ações e sobre responsabilidade social corporativa, destacamos uma edição especial da Revista Farol, publicada em maio de 2019, que congrega cinco artigos no dossiê “Da Lama ao Caos”. O artigo que abre e apresenta a seção, coordenada por Yuna Fontoura, Flávia Naves, Armindo dos Santos de Sousa Teosósio e Marcus Vinicius Peinado Gomes, enfatiza a necessidade de se aprofundar o debate em torno da relação entre os atores, Estado, mercado, notadamente grandes corporações, e sociedade civil, ao se tratar dos conflitos e impactos ambientais causados pela atividade mineradora. Esse estudo ressalta, ainda, que as abordagens na área de administração, em ética na administração e responsabilidade socioambiental, até então, apontavam para vertentes pouco críticas do fenômeno. Diante disso, colocamo-nos nesse lugar para visibilizar a ação pública nesse contexto, a partir das controvérsias e das alterações múltiplas nas paisagens, para pluralizar olhares sobre as práticas na área da gestão e apresentar perspectiva crítica do processo que

leve a sério a capacidade crítica dos atores e suas experiências. Essas são as principais justificativas desta tese, deste desenho, com relação à originalidade e à relevância.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo desenvolve as abordagens teóricas e apresenta os posicionamentos ontológicos e epistemológicos. Antes de tudo, iniciamos o capítulo com um prólogo, como um posicionamento ontológico a partir do pragmatismo. Posteriormente, apresentamos algumas considerações sobre os modelos e perspectivas predominantes na área, com o compromisso de identificar lacunas teóricas e, o que consideramos, desafios para reflexão sobre a ação na administração pública. Neste artesanato científico, então, apresentamos brevemente alguns dos limites das abordagens predominantes e, dialogando com autores que nos antecedem (SHIELDS, 1999; SNIDER; 2000; HILDEBRAND, 2005; ZIMMERMANN, 2006; BOHMAN, 2008; SABEL, 2012; ANDION et al., 2017; MAGALHÃES; ANDION; ALPERSTEDT, 2020), pontuamos algumas aproximações com o pragmatismo para analisar a ação pública. Ainda neste capítulo, sugerimos uma noção plural da ação pública pragmatista, que nos ajuda a democratizar ontologicamente o fenômeno, e, em diálogo com autores da sociologia pragmatista francesa, construímos nossos operadores analíticos desta tese.

2.1 PRÓLOGO: POR UMA DEMOCRACIA ONTOLÓGICA PRAGMATISTA

Peirce evoca 'a teoria de que uma concepção, isto é, o alcance racional de uma palavra ou expressão, reside apenas nos efeitos concebíveis que é provável que tenha sobre a conduta [...] na medida em que não é, obviamente, nada além do que, podendo ter um efeito direto sobre a conduta, não poderia resultar da experiência'

(Cometti, 2010, p. 18, tradução nossa⁶).

Este prólogo tem por objetivo apresentar alguns dos posicionamentos ontológicos e epistemológicos adotados nesta tese. Apresentamos a noção de transação com a perspectiva relacional, de experiência e de investigação pela perspectiva filosófica pragmatista que consideramos as mais relevantes para a noção de ação pública que desenvolvemos. Essas noções contribuem para a compreensão dos operadores analíticos, mas, acima de tudo, para

⁶ “Peirce évoque ‘la théorie aux termes de laquelle une conception, c’est-à-dire la portée rationnelle d’un mot ou d’une expression, réside uniquement dans les effets concevables qu’elle est susceptible d’avoir sur la conduite de la vie dans la mesure où il n’est manifestement rien qui, pouvant avoir un effet direct sur la conduite, pourrait ne pas résulter de l’expérience, on trouvera dans la possibilité de définir avec exactitude l’intégralité du phénomène expérimental concevable, susceptible d’être impliqué par l’affirmation ou la négation d’un concept, une définition complète de ce concept, sans qu’il n’y ait absolument rien de plus en lui’”. (COMETTI, 2010, p. 18).

uma postura pragmatista na área (ELKJAER; SIMPSON, 2011; ANDION et al., 2017; SHIELDS, 2003).

A perspectiva de uma democracia ontológica tem sido proposta por uma das vertentes da virada relacional nas ciências sociais que indica a reaproximação com o pragmatismo clássico (VANDENBERGHE, 2017). Embora as ideias em torno da “relação” já estivessem presentes em autores clássicos das ciências sociais⁷, é com o manifesto de Emirbayer (1997) que se tornam um programa de pesquisa e com Dépelteau (2015; 2018) que essa abordagem segue a via pragmatista para analisar a relação, resgatando a noção de transação (*trans-action*).

Emirbayer (1997, p. 285), autor do manifesto, apresenta a virada como uma perspectiva antissubstancialista, opondo a visão clássica de que *coisas, seres e espécies* sejam pré-formatados, evitando padrões gramaticais que reificam que as substâncias fazem todo o agir na vida social. Manterys (2017) apresenta também uma explicação antiestrutural, em que as formas não são externas ao processo interacional, e sintetiza, de modo relacional, a categoria de uma relação social: “a mudança para a problematização das relações reafirma a categoria-chave de atores / agentes e suas associações com categorias de papel, posição, campo, rede, estrutura, sistema, capital ou cultura” (MANTERYYS, 2017, p. 68-69, tradução nossa⁸). Nessas abordagens, “o desafio é sempre transformar qualquer abordagem rival (escolha racional, funcionalismo, sociologia cultural) ou conceito (poder, identidade, função) e reformular suas categorias em termos processuais, transacionais e relacionais” (VANDENBERGHE, 2017, p. 346).

Esse olhar para a relação fora sugerido por Dewey (2011), para quem “bens existem e se preservam somente através da mútua comunicação, e de que a associação é o meio de se efetuarem coparticipações está implícito no senso moderno de humanidade e de democracia” (DEWEY, 2011, p. 171). Nesse sentido, queremos evidenciar, aqui, que, ao olhar para as relações, o pragmatismo permite uma perspectiva democrática dos seres e das associações no mundo (ontológica) e das formas de conhecer e da investigação (epistemológica e socialmente comprometida), superando dualismos (BERNSTEIN, 2010).

⁷ Como Marx, Simmel, Tarde e Mauss (VANDENBERGHE, 2017); no interacionismo simbólico, na Actor-Network-Theory, em Norbert Elias, John Dewey, Merleau-Ponty, Alfred Whitehead, Ernst Cassirer e até mesmo em alguns textos de Durkheim (DÉPELTEAU, 2015).

⁸ “a problem shift to relations readdresses the key category of actors/agents and their associations with categories of role, position, field, network, structure, system, capital, or culture”. (MANTERYYS, 2017, p. 68-69).

A abordagem pragmático-processual da *Deep Relational Sociology* (DRS), de François Dépelteau, defende os seguintes princípios: i) interdependência e rejeição de substâncias; ii) pensamento processual; iii) rejeição de dualismos; iv) princípio da coprodução (DÉPELTEAU, 2017; 2018). Epistemologicamente, ela opõe-se às abordagens categóricas que socializam o social (“coisas sociais”, “sociedade”, “campos sociais”) e assume o pensamento processual-relacional⁹. Algumas das vantagens da perspectiva processual, que dessubstancializa o social, são: evitar reificação, dualismos, determinismos e codeterminismos. Desse modo, ela desafia as visões de mundo do voluntarismo (indivíduos autônomos) e do determinismo (forças externas sobre os indivíduos) como perspectivas ontológicas nas teorias sociais e permite um olhar para os processos de associação.

Em outras palavras, o pragmatismo rejeita a ideia de que o social é externo aos indivíduos sem se tornar subjetivismo ou individualismo metodológico. Assim, ele vai além de outro dualismo clássico: “objetividade e subjetividade” (DÉPELTEAU, 2015). John Dewey ressignifica essa separação dualista propondo a simbiose entre experiência e natureza, logo não se separam sujeito e objeto (DEWEY, 1974). Nessa perspectiva, a experiência não é de um indivíduo que age ou é constrangido por elementos externos (estrutura ou cultura), mas está em transação com eles. Também não são os valores “subjetivos e psíquicos, nem transcendentais e objetivos; em vez disso, devem existir na natureza tal como são experienciados” (SHOOK, 2002, p. 157).

O método empírico no pragmatismo, para o qual as dicotomias presentes no cartesianismo, no positivismo e no idealismo são limitantes, procura superar as dualidades em todo seu projeto filosófico:

É significativo que ‘vida’ e ‘história’ possuam a mesma plenitude de sentido indiviso. Vida denota uma função, uma atividade compreensiva, em que organismo e ambiência acham-se incluídos. Somente em consequência da análise reflexiva resolve-se em condições externas – ar respirado, alimento consumido, terreno percorrido – e estruturas internas – pulmões respirando, estômago digerindo, pernas caminhando. A extensão de ‘história’ é amplamente conhecida: as proezas realizadas, as tragédias sofridas; também o comentário humano, o registro, a interpretação que inevitavelmente se seguem. Objetivamente, a história compreende rios, montanhas, campos e florestas, leis e instituições; subjetivamente inclui propósitos e planos, os desejos e emoções, através dos quais aquelas coisas são administradas e transformadas. Ora, o método empírico é o único método capaz de fazer justiça a essa inteireza inclusiva de ‘experiência’. (DEWEY, 1974, p. 168).

⁹ Snider (1998; 2011) argumenta que a autora Mary Parker Follet apresentava uma visão processualista para a administração, que foi pouco desenvolvida e merece ser resgatada.

Essa simbiose da experiência é marcada pela interdependência. Dépelteau (2015) resgata, nos *modos de percepção* de ação propostos por John Dewey e Arthur Bentley, a noção de transação (*trans-action*) como modo de ver as relações. Nesse sentido, ele considera os campos sociais como cadeias de transação (*trans-actions*) constantemente coproduzidas (feitas, transformadas e destruídas) por operadores interdependentes (DÉPELTEAU, 2015). Por meio da interdependência, a perspectiva relacional-pragmatista rejeita a ideia de estruturas sociais com agência sobre os indivíduos (determinismo), sem ter de aceitar que os indivíduos sejam identidades livres interagindo (voluntarismo). Assim, ela constitui uma possibilidade de ir além e contra as perspectivas holísticas (estruturalistas) e individualistas (egocêntricas e utilitaristas¹⁰) e defende uma ontologia plana (*flat ontology*), em que há apenas um estrato, uma escala da vida social (DÉPELTEAU, 2015, p. 54), em fluxo, em processo social fluido e conectável¹¹.

John Dewey e Arthur Bentley diferenciam três visões gerais sobre como percebemos as relações ou forças entre entidades enquanto filósofos da ciência: *self-action*; *inter-action*; *trans-action*. Dépelteau (2015) desenvolve sua abordagem adaptando (livremente) esses conceitos às relações sociais: *self-action* como determinismos (egocentrismo e/ou poderes externos – $A \rightarrow B$); *inter-action* como codeterminismo (agências, em que as propriedades/identidades das entidades não mudam – $A \rightarrow B$; $B \rightarrow A$); *trans-action* (perspectiva processual – não se pode entender entidades e identidades fora da relação $A \leftrightarrow B$). Para a perspectiva pragmatista, as relações existem enquanto transações (*trans-actions*) (DÉPELTEAU, 2018).

¹⁰ A demarcação com relação ao utilitarismo é apontada por Dewey: “do mesmo modo que o utilitarismo, a teoria submete cada forma de organização a um contínuo exame crítico. Mas, em vez de nos levar a perguntar como atua cada forma de organização no processo de causar sofrimentos e prazeres a indivíduos já existentes, ela investiga o que é feito no sentido de liberar capacidades específicas e de coordená-las em poderes funcionais. Que espécie de indivíduos é criada? O desperdício de energia mental, proveniente da prática de discutir problemas de ordem social em termos de conceitos universais é surpreendente” (DEWEY, 2011, p. 166).

¹¹ Revel (1996, p. 14), ao sintetizar sua posição sobre os jogos de escala nas ciências sociais, “vê no princípio da variação de escala um recurso de excepcional fecundidade, porque possibilita que se construam objetos complexos e portanto que se leve em consideração a estrutura folheada do social. Ela afirma ao mesmo tempo que nenhuma escala tem privilégio sobre outra, já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico”. Além dessa posição, considerada relativista, a noção fundamentalista “afirma que, na produção das formas e das relações sociais, o ‘micro’ engendra o ‘macro’ e defende portanto um privilégio absoluto do primeiro, já que é nesse nível que, a seu ver, ‘operam os processos causais eficientes’” (REVEL, 1996, p. 13). Aqui, portanto, a noção de ontologia plana que adotamos se alinha com a visão dos jogos de escala como lentes do fenômeno, não como uma estratificação do social. Assim, nas análises “é o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular” (REVEL, 1996, p. 20).

Transações não são simplesmente interações, o que significa que as ações de A e B são relacionais - elas não são apenas causadas por algumas essências ou características dadas, mesmo que as características pessoais de A e B (suas respectivas essências, humores, valores, interpretações, conhecimentos, corpos etc.) certamente podem ser dimensões importantes de suas transações (DÉPELTEAU, 2015, p. 56, tradução e grifo nossos¹²).

Em uma perspectiva ecológica da experiência, “a vida social humana não é dividida em um plano separado do resto da natureza, mas faz parte do que está acontecendo em todo o mundo orgânico” (INGOLD, 2015, p. 32)¹³. Altera-se, assim, a noção de que os objetos e entidades são unidades isoladas, todos, estáveis, puros. Ingold (2012, p. 26) destaca que o desafio consiste em “derrubar o próprio modelo, e substituí-lo por uma ontologia que dê primazia aos processos de formação ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria. Relembrando Klee, forma é morte; dar forma é vida”. Para isso é necessário se afastar “da fixação com objetos e imagens” e apreciar os “fluxos materiais e correntes de consciência sensorial nos quais tanto as ideias como as coisas tomam forma reciprocamente” (INGOLD, 2015, p. 35).

Isso implica a rejeição da causalidade (A→B), na medida em que o poder se torna relacional e interdependente e a “transação implica dois interactantes ou mais que fazem um ao outro em termos de identidades e práticas através das relações” (DÉPELTEAU, 2018, p. 2, tradução nossa¹⁴). O conceito de poder, assim, é transformado de uma substância para uma relação (EMIRBAYER, 1997). Ao mesmo tempo, isso não significa assumir ingenuamente que todos são iguais nessas relações, mas assumir que essas forças ocorrem em relação, não em estruturas e entidades prévias, mas em processos de **tornar-se** (*becoming*).

Em geral, estamos falando sobre uma sociologia empírica de experiências fluidas e ‘devires’ abertos, ao invés do estudo de ‘seres’ e (ou) relações previsíveis de causalidade entre entidades sendo externas umas às outras. [...] Esta é uma

¹² *Transactions are not simply interactions, meaning that the actions of A and B are relational - they are not just caused by some pre-given essences or characteristics, even if the personal characteristics of A and B (their respective essences, moods, values, interpretations, knowledge, bodies, etc.) can certainly be important dimensions of their transactions.* (DÉPELTEAU, 2015, p. 56).

¹³ James Gibson e Tim Ingold, por mais que não sejam explicitamente vinculados ao pragmatismo, têm sido aproximados pelos sociólogos pragmatistas franceses, especialmente, em suas perspectivas de *affordances* (GIBSON, 2014) e *malha* (INGOLD, 2015). Bidet, Boutet e Chave (2019, p. 30), por exemplo, relatam para Isaac Joseph “a ecologia da percepção associada ao nome de J. J. Gibson é ‘implicitamente pragmatista’”. A obra de Francis Chateauraynaud, especialmente a noção de *prises*, dialoga com esses autores. Para ver mais, ver: Bessy e Chateauraynaud (1994) e Chateauraynaud (2011).

¹⁴ “‘*trans-action*’ implies two interactants or more who make each other in terms of identities and practices through their relations”. (DÉPELTEAU, 2018, p. 2).

sociologia da interdependência em que dualismos são rejeitados e a criatividade social reconhecida. (DÉPELTEAU, 2017, p. 417, grifo nosso¹⁵).

Frega e Silva (2011) destacaram a potencialidade do pragmatismo para ultrapassar as dualidades. A transação, por exemplo, para Dewey (2010a, p. 109), ocorre no fluxo da experiência continuamente “porque a interação do ser vivo com as condições ambientais está envolvida no próprio processo de viver. Nas situações de resistência e conflito, os aspectos e elementos do *eu* e do mundo implicados nessa interação modificam a experiência com emoções e ideias”. Para Bidet, Boutet e Chave (2019, p. 29), a noção de transação “afirma a primazia do acoplamento do organismo e do ambiente”, não mais de uma relação de um sobre o outro. O organismo existe em suas conexões. Essa relação pode ser mais bem compreendida a partir da noção de **experiência** em John Dewey: “a noção de transação convida, assim, a analisar a atividade coletiva de forma mais ampla, a partir da experiência” (BIDET; BOUTET; CHAVE, 2019, p. 30). Para o filósofo pragmatista, experiência e natureza não podem ser separadas, já que estão imbricadas no fluxo da experiência, logo o interno e o externo coexistem. “Em uma experiência o fluxo vai de algo para algo. [...] não há buracos, junções mecânicas nem centros mortos quando temos uma experiência singular. Há pausas, lugares de repouso, mas eles pontuam e definem a qualidade do movimento” (DEWEY, 2010a, p. 111). A experiência é “da” natureza tanto quanto “na” natureza, para Dewey. A experiência está na interdependência¹⁶.

¹⁵ Overall, we are talking about an empirical sociology of fluid experiences and open ‘becomings’ rather than about the study of ‘beings’ and (or) predictable relations of causality between entities being external to each other. [...] This is a sociology of interdependence where dualisms are rejected and social creativity recognized. (DÉPELTEAU, 2017, p. 417).

¹⁶ Argumentamos que a noção de transação, de coexistência, aponta para a interdependência e para a pluralidade das entidades, seguindo as reflexões de Ann Tsing (2015a; 2015b). Trazemos aqui alguns trechos que contribuem para essa discussão: “A interdependência entre as espécies é um fato bem conhecido – exceto quando diz respeito aos humanos. O excepcionalismo humano nos cega. A ciência herdou das grandes religiões monoteístas narrativas sobre a superioridade humana. Essas histórias alimentam pressupostos sobre a autonomia humana e levantam questões relacionadas ao controle, ao impacto humano e à natureza, ao invés de instigar questões sobre a interdependência das espécies” (TSING, 2015b, p. 184). “As visões deterministas ou codeterministas parecem não enxergar a interdependência radical da existência e a importância da diversidade. Chamou-nos atenção, em especial, o seguinte trecho para reflexão sobre diversidade de entidades nesta tese: “a diversidade, biológica e social, se amontoa defensivamente em margens despercebidas. Em selvas urbanas, bem como nos recantos rurais, ainda ferve o amontoado de diversidade que os planejadores imperiais tendem a considerar excessiva. Os pequenos agricultores convivem com uma diversidade biológica significativamente maior do que o fazem as grandes fazendas de capital intensivo, e não apenas em suas lavouras. Mesmo os fungos do solo e outros microorganismos preferem pequenas propriedades” (Vandermeer; Perfecto, 1995). Apesar do ritmo frenético do comércio genético, os processos evolutivos em zonas despercebidas continuam a produzir mais espécies úteis e interações entre espécies em muitas ordens de magnitude. Os fungos são representativos. Que ser é capaz de se desenvolver em áreas de mineração contaminadas? Muitos cogumelos de micorrizas, da guloseima *Laccaria laccata* aos perturbadores *Pisolithus*

Experiência é uma noção de duplo sentido, trata-se do ‘que’ e do ‘como’ experienciar: ‘[...] não admite divisão entre ato e matéria, sujeito e objeto, mas os contém numa totalidade não analisada’. ‘Coisa’ e ‘pensamento’, como diz James no mesmo contexto, são de sentido único; referem-se a produtos discriminados pela reflexão a partir da experiência primária. É significativo que ‘vida’ e ‘história’ possuam a mesma plenitude de sentido indiviso. (DEWEY, 1974, p. 168).

Dewey (2011), ao trazer a noção de fluxo, também lança um olhar sobre a retenção. As memórias são vistas como retenções da experiência que ressoam não o passado em si, mas a experiência passada pelo que acrescenta ou significa no presente. Para o filósofo, “a vida principal da memória é mais emocional do que intelectual e prática [...] é de fantasia e de imaginação mais do que de uma recordação detalhada. Afinal, o que importa é a história, o drama” (DEWEY, 2011, p. 36). A experiência no mundo, desse modo, não é atomizada ou momentânea, mas, como um fluxo, está em referência com o meio (natureza), com o que passou ou que está para acontecer (DEWEY, 2011). Talone (2019, p. 389, grifo nosso) constrói o conceito de memória actancial como:

O conjunto articulado de lembranças (incluindo histórias não vividas por si próprio, como aquelas ouvidas de outrem, pessoal ou institucional), experiências correntes sucedendo-se a cada momento, e afetos e emoções vivenciadas (junto aos elementos no mundo que as completam) de um passado desdobrando-se paralelamente ao esboço de planejamento para uma ação futura e à sustentação da ação presente. É actancial pois comparece como elemento forte (isto é, com forte actância) na definição da situação em curso.

Huebner (2017) destaca a importância de Mead para uma visão não-teleológica da história e para ultrapassar a linearidade. O autor considera que quando Mead faz considerações sobre a história o faz por meio de problemas eminentemente práticos.

O passado só pode assumir significado em relação a um presente, então o tipo de características e eventos que a história tem é continuamente ‘reconstruído’ a partir dessa realidade de processo social contínuo. O passado é ‘irrevogável e revogável’ em sua visão, com ênfase em como o ‘passado ‘real’ supostamente irrevogável’ só é encontrado por meio do presente dentro do qual emergem as descobertas, de modo que cada novo presente emergente contribui para um ‘diferente passado’. [...] É fácil ver como o passado é ‘revogável’, na visão dinâmica de Mead, mas sua ‘irrevogabilidade’ parece se referir ao ‘aparato’ de ‘documentos, testemunho oral e vestígios históricos’, ‘imagens de memória e as evidências pelas quais construímos o passado’ que têm uma duração ao longo do tempo para que formem o dado - mas não essencialmente permanente - pano de fundo contra o qual ocorrem as

tintorius, acumulam metais pesados, protegendo os seus parceiros florestais, as plantas, da contaminação (Dighton, 2003, p. 323-339). Novos fungos radioativos colonizaram as paredes da sala do reator nas ruínas de Chernobyl. Se alguém decidir sequestrar a radioatividade, tais espécies serão necessárias (Dighton, 2003, p. 350-351). Claro que nem todo o desenvolvimento das espécies de fungos é benigno, mas é apenas na profusão confusa da diversidade que é possível a adaptação. De fato, na maioria dos lugares existe uma correlação negativa entre, de um lado, a diversidade e, de outro, a intensidade de investimento de capital e controle do Estado. Para aqueles que amam a diversidade, talvez seja necessário um projeto de desmapeamento do Capital-Estado” (TSING, 2015b, p. 193).

descobertas de novas evidências do passado, ou reinterpretações desses aparelhos duráveis no presente (Mead, 1932: 5, 29-30). [...] O que é necessário não é uma recuperação do passado como ele realmente era, mas uma reconstrução que nos permite ‘interpretar o que está surgindo no futuro que pertence ao presente’ (Mead 1932: 30). (HUEBNER, 2017, p. 6, tradução nossa¹⁷).

Mais uma vez, não é a interação de um passado puro no presente, não é um passado que se dá no presente, é uma transação no fluxo da experiência, mediado pela percepção e emoção, que se integra no processo de deliberação, julgamento e valoração. A tradição cartesiana afastou sensação e emoção e deu prioridade à cognição. “Os inimigos do estético não são o prático nem o intelectual. São a monotonia, a desatenção para com as pendências, a submissão às convenções na prática e no procedimento intelectual” (DEWEY, 2010a, p. 117). Dewey (1974, p. 174) critica essa noção na qual “raramente se afirma que a experiência estética e moral revela características das coisas reais tão verdadeiramente quanto o faz a experiência intelectual”. Para Dewey (1974, p. 175), as *coisas*, antes de serem conhecidas, “são *tidas*”. Na ecologia da percepção, de James Gibson, “a percepção é a realização não de uma mente em um corpo, mas do organismo inteiro enquanto percorre o seu ambiente, e o que ele percebe não são as coisas como tais, mas o que elas oferecem para prossecução de sua atividade corrente” (INGOLD, 2015, p. 37).

O conhecer tem seus efeitos no “enriquecimento dos objetos da experiência bruta”, ou seja, está implicado em ações, em função, em interação (DEWEY, 1974, p. 175). Retomando a máxima pragmatista dos efeitos, sem negar a instrumentalidade que direciona a experiência, a experiência está vinculada aos objetivos da investigação em curso. “O material escolhido é selecionado com determinado propósito” nas experiências ordinárias e nas investigações científicas, e a definição do objetivo e do problema particular em questão atuam nessa demarcação, nas escolhas (DEWEY, 1974, p. 177).

Dewey (1974, p. 178) afirma que “a experiência bruta está carregada do emaranhado e do complexo”, mas, frente às incertezas, impermanências e complexidades, é comum a

¹⁷ *The past can only take on significance in relation to a present, so the kind of features and events history has is continually ‘reconstructed’ from this reality of ongoing social process. The past is both ‘irrevocable and revocable’ in his view, with an emphasis on how the supposedly irrevocable ‘real’ past’ is only ever encountered through the present within which discoveries emerge, so each new emergent-present makes for a ‘different past’. [...] It is easy to see how the past is ‘revocable’, in Mead’s dynamic view, but its ‘irrevocability’ seems to refer to the ‘apparatus’ of ‘documents, oral testimony, and historical remains’, the ‘memory images and the evidences by which we build up the past’ that have a duration through time so that they form the given – but not essentially permanent – background against which discoveries of new evidence of the past, or reinterpretations of those durable apparatus, occur in the present (Mead 1932: 5, 29-30). [...] What is needed is not a recovery of the past as it really was, but a reconstruction that enables us to ‘interpret what is arising in the future that belongs to the present’ (Mead 1932: 30). (HUEBER, 2017, p. 6).*

redução seletiva da experiência ao seguro, ao eterno e ao elementar. O autor sugere levar em conta que “a exigência e a resposta adequada são sempre encontradas empiricamente num contexto específico; [as experiências] surgem por causa de uma necessidade particular e com o fito de produção de consequências específicas” (DEWEY, 1974, p. 179). Assim, conceber algo como indiferente à experiência, ao contexto no espaço-tempo, é uma escolha, o que assinala um interesse moral. O problema da “ênfase seletiva” não está em ser uma escolha ou evocar moralidades, mas, sobretudo, em negar ou ocultar tais operações, como se inexistentes fossem. A superação da ênfase seletiva e da presença da moralidade e da estética na ação não está em ultrapassá-la, mas assumi-la enquanto elemento próprio da experiência. “O método empírico encontra e aponta a operação da escolha como faz com qualquer outro evento. Portanto, protege-nos da conversão de funções eventuais em existências antecedentes” (DEWEY, 1974, p. 180), o que exige um processo reiterativo da investigação (*inquiry*).

Para Cometti (2010, p. 19, tradução nossa¹⁸), o conceito de investigação (*inquiry*) “se demarca de uma concepção estática da razão:

Em princípio, a investigação é provavelmente o que melhor caracteriza os caminhos que o pragmatismo originalmente abriu: difere de uma concepção estática da razão; favorece os processos e abordagens do trabalho na constituição do conhecimento; permite destacar o caráter público; o falibilismo é uma obra-prima; como Peirce indicou em dois textos significativos de 1876 e 1877, o papel desempenhado pela dúvida é indissociável de um pano de fundo de crenças anteriores, definidas como aquilo que articula a investigação em condições que são também as de nossas crenças, elas próprias concebidas como ‘hábitos de ação’. (COMETTI, 2010, p. 19).

Huebner (2017, p. 10, tradução nossa¹⁹), acrescenta que:

A investigação científica moderna não pode determinar os fins para os quais a reconstrução social deve ser direcionada, mas tal investigação pode formular esses fins mais sistematicamente em virtude de sua capacidade de estimar as consequências de várias atividades. Mead leva esse insight em uma nova direção, argumentando que a democracia é uma condição necessária da investigação científica, porque a boa ciência acolhe todos os investigadores interessados em suas deliberações.

¹⁸ *Dans son principe, l'enquête (inquiry) est probablement ce qui caractérise le mieux les voies que le pragmatisme a primitivement ouvertes: elle se démarque d'une conception statique de la raison; elle privilégie les processus et les démarches à l'œuvre dans la constitution des connaissances; elle permet d'en mettre en évidence le caractère public; le faillibilisme en est une pièce maîtresse; comme Peirce l'a indiqué dans deux textes significatifs de 1876 et 1877, le rôle qu'y joue le doute est indissociable d'un arrière-plan de croyances préalables, définies comme ce qui articule l'enquête à des conditions qui sont également celles de nos croyances, elles-mêmes conçues comme 'habitudes d'action'. (COMETTI, 2010, p. 19).*

¹⁹ *Modern scientific inquiry cannot determine the ends toward which social reconstruction should be directed, but such inquiry can formulate those ends more systematically by virtue of its capacity to estimate the consequences of various pursuits. Mead takes this insight in a novel direction by arguing that democracy is a necessary condition of scientific inquiry, because good science welcomes all interested inquirers to its deliberations. (HUEBNER, 2017, p. 10).*

O pragmatismo, portanto, integra as noções de transação-experiência-investigação como proposição ontológica, epistemológica e metodológica, por uma perspectiva democrática dos seres **na e pela** experiência, com objetivo de enriquecê-la. Ele não concebe entidades isoladas e dadas, verdades objetivas e absolutas ou métodos *puros*. Nessa perspectiva, o conhecer é um processo constante que passa pela experiência, é plural, intencional, complexo e permeado de escolhas e moralidades.

Os problemas aos quais o método empírico dá lugar propiciam, em uma palavra, **oportunidades para mais investigações**, que produzirão frutos em novas e mais ricas experiências. Mas os problemas a que dá lugar em filosofia o método não empírico são obstáculos a investigação, becos sem saída; são quebra-cabeças, em vez de problemas, resolvidos apenas pelo chamar o material original da experiência primeira de ‘fenomenal’, mera aparência, meras impressões, ou por algum outro nome depreciativo. (DEWEY, 1974, p. 167, grifo nosso).

Ao colocar a realidade em relação, em processo, tudo está em movimento, o que exige superar a dualidade regularidade-mudança e entender o processo dialeticamente em curso (*en train de se faire*). Sobretudo, essa perspectiva abre-se à emergência, em que os seres e entidades em transação estão em “constante estado de tornar-se, de *vir-a-ser* [...]. Nada mais é garantido, exceto as metamorfoses intermináveis” (DÉPELTEAU, 2018, p. 10, tradução nossa²⁰). Nesse sentido, mais do que uma filosofia do presente, como disse Bergson à James, o pragmatismo é **uma filosofia do futuro** (*l’avenir*) (ZASK, 2010).

Argumentamos, por fim, que a democracia ontológica, aqui proposta, norteia as aberturas para as abordagens que seguem nesta tese. Essas noções convergem para o que Corrêa (2019) chama da inversão do argumento ontológico, como um dos gestos da sociologia pragmática. Ao assumir que o social não é substância, e está em constantes processos de associações (DEWEY, 2011; LATOUR, 2012), assume-se uma democracia ontológica em que o social é um tipo de conexão entre organismos que se constituem. Essa abertura às conexões é apoiada na perspectiva relacional e plana (*flat ontology*), na transação (*transaction*), na experiência, levando em conta as moralidades e normatividades nos processos em curso (*en train de se faire*). As práticas normativas (justificação, crítica, revisão, ajustamento) em problemas inesperados, nas situações em constante mudança, por sua vez, também modificam o conteúdo das normas que servem de guia para a ação (OGIEN, 2015).

²⁰ *Constant state of Becoming [...] Nothing is guaranteed anymore, except never-ending metamorphoses.* (DÉPELTEAU, 2018, p. 10).

Essas aberturas pragmatistas serão resgatadas para pensar a ação pública e na aproximação com a sociologia pragmática francesa.

Demarcamos esse empreendimento, portanto, com o estilo de pensar do *ethos* pragmatista indicado por Bernstein (2013), marcado pelo: (i) antifundacionalismo, que nega fundações fixas do conhecimento ou da realidade; (ii) falibilismo, que reconhece o caráter provisório das teorias e crenças, exigindo um processo constante de investigação; (iii) caráter social do *self* e a necessidade de cultivar uma comunidade de investigadores; (iv) a consciência e a sensibilidade à contingência radical como inerente ao universo, exigindo uma inteligência reflexiva; e, por fim, (v) o reconhecimento das pluralidades. Ademais, consideramos, sobretudo, uma das contribuições marcantes do pragmatismo clássico: o compromisso democrático (FREGA; SILVA, 2011).

Resgataremos e refletiremos sobre os efeitos desse posicionamento ao longo do capítulo teórico. Nas próximas seções aproximamos o pragmatismo da ação pública, seguimos com uma discussão sobre o pragmatismo na sociologia francesa e, por fim, concentramo-nos nos trabalhos sobre as abordagens dos problemas públicos, da balística sociológica e dos processos de vitimização.

2.2 REAPROXIMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PRAGMATISMO

O filósofo social, que vive na região dos seus conceitos, 'resolve' problemas ao mostrar a relação das ideias, em vez de auxiliar os homens a resolver os problemas em concreto, subministrando-lhes hipóteses a serem usadas e provadas em projetos de reforma.

Dewey (2011, p. 162).

A reaproximação da administração pública com o pragmatismo tem por objetivo propor uma alternativa à visão normativa predominante na área (ANDION, 2012), que preconiza modelos heurísticos, prescritivos, para a construção da ação ou para identificação de desvios e correção do curso da ação. Aqui, apresentamos alguns dos limites dessas abordagens e, a partir dessas reflexões, buscamos algumas saídas a partir do pragmatismo. Argumentamos, também, que o pragmatismo pode se constituir em uma epistemologia aderente aos desafios de uma ciência social aplicada, para além do funcionalismo.

Os estudos iniciais na área de administração pública se embasaram em enfoques formais e jurídicos e, apesar das exceções, compartilhavam entre as características comuns o velho institucionalismo, para o qual as instituições eram “consideradas como verdade axiomática, um fenômeno consumado” (THOENIG, 2010, p. 167). Essa perspectiva engessou

a própria concepção dos objetos possíveis para os estudos. Keinert (2000), ao analisar o campo no Brasil, identifica que a perspectiva de público ficou concentrada no Estado entre 1930 e 1980. A agenda de estudos possíveis, nessa matriz estadocêntrica, em linhas gerais, tinha como base o racionalismo e o funcionalismo, a função e as estruturas como sendo a priori. Era preciso uma gestão racional, construir em organogramas e estabelecer os princípios que estruturariam os procedimentos dos funcionários públicos, separando quem pensa de quem executa, a política da administração e, mais que isso, Estado da sociedade (WILSON, 1887; DENHARDT, 2012). Esse período foi marcado pelas prescrições e pela construção dos órgãos públicos enquanto burocracias.

Na administração pública, nesse momento, a preocupação central era a estruturação do aparelho do Estado, com influência da burocracia e da administração clássica, perspectivas em que a metáfora central é das organizações como máquinas (MORGAN, 1996). Ganham importância, então, a formação de quadros para atuarem no governo e, especialmente, a busca da superação das gramáticas políticas tradicionais, como o patrimonialismo e o clientelismo na esfera pública (NUNES, 1997). Nesse período, no Brasil, para Oliveira e Keinet (2016, p. 2), “o perfil das políticas públicas brasileiras foi marcado pela concentração decisória e de recursos junto à União, pela fragmentação institucional e pela natureza descoordenada, descontínua e unilateral, monológica, de muitos programas”. Preconizando a separação entre política e administração, fato e valor, pensar e executar, meios e fins, teoria e prática, a gestão deveria ser neutra e a burocracia o modelo de eficiência. No entanto, Harmon (2006) destaca que, se analisarmos o dualismo, verificamos que o que estava em jogo, com a pretensão desses afastamentos, na verdade, era o moralismo, o racionalismo, o gerencialismo e o tecnicismo.

O modelo burocrático não atendeu às demandas emergentes no contexto internacional na década de 1980 e no período de redemocratização no Brasil, sendo considerado pouco permeável ao público. As disfunções da burocracia passaram a ser vistas como motivos do fracasso em atingir objetivos públicos (BRYNER, 2010). A tecnoburocracia, por seu elemento político autoritário, trazia riscos ao próprio modo de organizar a coisa pública no longo prazo (BRESSER-PEREIRA, 1995), o que engendrou crise e uma agenda de reformas (ABRUCIO, 1997; KETTL, 1998).

Essas reformas sugerem ampliar a noção de público, especialmente de atores implicados na prestação de serviços públicos, haja vista os desafios de sair do Estado autocentrado para responder às demandas e às exigências por transparência e por eficiência. Kettl (1998, p. 78) descreve que nesse período:

A maioria das nações se preocupou em ‘aparar’ os contornos da administração pública valendo-se para tanto de inúmeros mecanismos: limitação das dimensões do setor público; privatização; comercialização ou corporativização de órgãos públicos; descentralização para governos subnacionais; desconcentração no governo central; uso de mecanismos típicos de mercado; novas atribuições aos órgãos da administração central; outras iniciativas de reestruturação ou ‘racionalização’.

As reformas não foram homogêneas (ABRUCIO, 1997), mas foram responsáveis por disseminar uma agenda gerencialista do *New Public Management* (NPM), que ocupou espaço central com as reformas pelo mundo e disseminou a visão de que “a estrutura de governo existente já não atende às necessidades do governo” (KETTTL, 1998, p. 79). A agenda, pela crise fiscal, mas também social e política do Estado, relacionadas ao Estado burocrático autocentrado e à crise de representação e de legitimidade, visava à governança e à governabilidade (ABRUCIO, 1997); BRESSER-PEREIRA, 1998). Os estudos em governança se ampliaram no contexto gerencialista, especialmente com a adoção de uma visão de um Estado catalisador (OSBORNE; GAEBLER, 1994), o que permitiu a inclusão de outras formas de organizar a implementação de serviços públicos na busca da eficiência, integrando organizações sociais e empresas nos arranjos de governança e na entrega de serviços (KETTTL, 1998; BRESSER-PEREIRA, 1998). A visão da eficiência como um valor vai ao encontro da separação “política e administração” tradicionais no campo, e, nesse sentido, pouco problematiza a dimensão política da gestão. Com isso, o modo de administrar genérico, dito neutro, mas, sobretudo, inspirado no mundo das empresas, amplia a hegemonia gerencialista em organizações com distintas finalidades. Nesse momento no Brasil, como um dos efeitos, a identidade do curso em administração pública é questionada, o que quase ocasionou num currículo mínimo e genérico, além do risco de desaparecimento da formação em Administração Pública quando o Conselho Federal de Administração sugeriu extinguir os adjetivos do curso (habilitação em marketing, recursos humanos, logística) e colocou o “Pública” como mera habilitação, e não como um curso específico ou campo de práticas distinto (FARAH, 2018). Houve uma busca por despolitizar a gestão, o que engendra o que Farah (2011, p. 816) chamou de “esvaziamento’ da dimensão pública da administração”.

Esta ‘despolitização’ da administração pública, aliada à ênfase no conceito de eficiência governamental, fez com que Christopher Pollitt (1990), um dos maiores críticos do modelo gerencial inglês, classificasse o *managerialism* como um ‘neotaylorismo’, isto é, uma proposta calcada na busca da produtividade e na implantação do modelo de gestão da empresa privada no setor público. (ABRUCIO, 1997, p. 19).

Essa agenda de reforma gerencialista enfatizava a importação de técnicas e ferramentas do mercado e preconizava máximas como: foco em resultados, alta

discrecionabilidade do gestor, cidadão como cliente, controle de resultados e avaliação de desempenho. Se por um lado ela trouxe uma abertura para a área, com as noções de *accountability* e governança, por outro esse movimento não extinguiu controles tradicionais nem implicou em resultados mais eficientes (MOTTA, 2013), tendo corroborado, em contrapartida, uma visão negativa da máquina pública, do gasto público e do próprio servidor público, especialmente ao adotar as empresas como modelo de eficiência do organizar. Embasada na escolha pública (*public choice*), essa perspectiva “responde aos autointeresses de curto prazo de indivíduos isolados (consumidores) em vez de um governo que apoia a busca de interesses públicos definidos publicamente por meio de um processo deliberativo (por cidadãos)” (DENHARDT, 2012, p. 205). Essa tentativa de se abrir ao público foi criticada como uma abertura neoliberal ou um esvaziamento do Estado por alguns autores (MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017).

Motta (2013, p. 86) pondera que “as novas práticas de gestão ligadas ao NPM mudaram muito pouco o acesso e a qualidade dos serviços públicos. O otimismo e o entusiasmo inicial com o NPM reduziram-se, não por decepção ideológica, mas pelo fracasso nos resultados e na qualidade do serviço público”. E a afirmação de Mintzberg (1996 apud DENHARDT, 2012, p. 207) é emblemática: “de meu governo espero mais do que apenas uma distante e fria relação comercial e menos do que um estímulo para o consumo”, destacando a distinta finalidade das organizações públicas.

Assim, surge no campo norte-americano, como contraponto às reformas gerencialistas, outras propostas com objetivo de ampliar a abertura do público e resgatar os valores e o interesse público, com destaque para o Novo Serviço Público (NSP) na década de 1990. No Brasil, essa abordagem é desenvolvida, especialmente, por professores de Santa Catarina; o curso de Administração Pública da UDESC em Florianópolis passa a dar ênfase à coprodução do bem público; e surgem também outras perspectivas, como a de gestão social (TENÓRIO, 1998).

Os autores que desenvolvem a abordagem do NSP estabelecem o foco nos cidadãos, na responsividade e nos processos democráticos, reafirmando os valores da democracia, da cidadania e do interesse público (DENHARDT; DENHARDT, 2000; DENHARDT; DENHARDT, 2015). Nessa abordagem “importa não apenas melhorar o desempenho do governo na prestação do serviço público, mas principalmente criar novos padrões de relação entre Estado e sociedade” (ANDION, 2012, p. 10). Sobretudo, é o fazer juntos, a pluralidade de atores e das regulações que é apresentada nas perspectivas de coprodução (SALM;

MENEGASSO; RIBEIRO, 2007; SCHOMMER et al., 2015; ROCHA et al., 2021) e de governança pública (KISLER; HEIDEMANN, 2006; RONCONI, 2011).

No início dos anos 2000, autores norte-americanos procuraram destacar o pragmatismo como caminho para superação dos dualismos (HARMON, 2006) e consideraram o pragmatismo aderente ao campo por ser prático, pluralista, participatório e provisório (SHIELDS, 2008). Os estudos se constituem, em sua maioria, de ensaios teóricos que destacam noções do pragmatismo clássico para a área (SHIELDS, 2003; HILDEBRAND, 2005; ZIMMERMANN, 2006; BOHMAN, 2008; ALLEN, 2012) e sugerem leituras específicas para a relação Estado-sociedade especialmente com a noção de governança (GARRISON, 2000; HARMON, 2006; ANSELL; TRONDAL; ØGÅRD, 2017).

Snider (2000, p. 337) considera que, ao se tornar “pragmática”, entretanto, a administração afastou-se do pragmatismo, converteu-se aos princípios prescritivos, à especialização e à divisão intelectual do trabalho, separando quem pensa de quem executa.

Finalmente, no florescente governo do New Deal, as perspectivas de Dewey sobre a democracia participativa expressas em *The Public and Its Problems* (1927), por exemplo, devem ter parecido a muitos na administração pública um tanto estranhas e deslocadas, assim como as de Follett pareceram a Dwight Waldo. Tanto Dewey quanto Follett enfatizaram a importância do local e do comunal na democracia, mas, como Rowland Egger (1975) descreveu, as tendências sociais e políticas desse período estavam em uma direção oposta. (SNIDER, 2000, p. 342, tradução nossa²¹).

Dieleman (2017) considera, no entanto, que as novas visões que surgiram da administração pública, incrementalista, gerencial e democráticas, ao longo do tempo, levaram à busca de maior participação e accountability. O autor resgata Sossin (apud DIELEMAN, 2017) para argumentar que conhecer o conteúdo político da gestão, a abertura à comunicação *bottom-up* e a valorização do pragmatismo ajudaram a criar as condições para o surgimento da crítica à administração pública em bases democráticas.

No Brasil, a agenda de pesquisa em administração pública se modifica com a redemocratização, especialmente após os anos 1990, ganhando outros contornos e objetos. Keinert (2000) vai intitular de matriz sociocêntrica aquela em que conceito de público é ampliado para além do aparelho do Estado. A autora argumenta que o espaço público se

²¹ “Finally, in the burgeoning government of the New Deal, Dewey’s perspectives on participative democracy expressed in *The Public and Its Problems* (1927), for example, must have seemed to many in public administration somewhat quaint and misplaced, much as Follett’s had seemed to Dwight Waldo. Both Dewey and Follett emphasized the importance of the local and the communal in democracy, but, as Rowland Egger (1975) has described, the social and political trends of this period were in an opposing direction” (SNIDER, 2000, p. 342).

define tanto na relação entre Estado-sociedade, quanto no modelo de gestão pública. Na matriz estadocêntrica, as teorias da administração pública obliteravam a dimensão política e concentravam-se na gestão, numa perspectiva interna e limitada à eficiência. Com a reforma gerencialista, ainda que essas teorias se abrissem ao ambiente, consideravam o interesse da organização limitado à eficiência. Já na matriz sociocêntrica, a noção de público se estende pela sociedade, como um valor compartilhado, um poder permeável à participação, e a dimensão externa passa a ser considerada do governo para a governança. Para Keinert (2000, p. 920) “o público precisa tornar-se um valor compartilhado, mais do que uma localização institucional”, e essa perspectiva pode ser aprofundada com o pragmatismo de Dewey (2011).

Os fóruns, conselhos e orçamentos participativos passam a proliferar no Brasil como objetivos e como objetos de análise das relações entre Estado-sociedade. A reaproximação entre “política e administração” reintroduziu a importância da análise de políticas públicas no campo, reconhecendo o administrador como *policy maker*, por exemplo. No entanto, alguns autores consideram que esse movimento não significou uma superação da dicotomia na área, mas seu deslocamento para a área de análise de políticas públicas (FARAH, 2011). Ou seja, a área da administração pública passa a discutir política, no entanto, adota as perspectivas tecnocrática e economicista nas análises. A ênfase no planejamento na área de políticas públicas no Brasil, por exemplo, é uma peculiaridade no campo (FARAH, 2011), ao mesmo tempo que um dos desafios, já que, segundo Motta (2013), em vez de ser visto como processo é visto como um produto técnico.

A formação em políticas públicas ganha força no Brasil, em instituições de nível superior, a partir dos anos 2000 (FARAH, 2016), procurando-se criar uma área própria de conhecimento que integrasse uma perspectiva interdisciplinar, mas própria de “pública”, com a aproximação entre teorias das organizações e administração pública:

Uma delimitação da área que contemple a confluência entre políticas públicas e análise organizacional pode contribuir para a constituição da administração pública como área de pesquisa e conhecimento. Há uma ampla gama de questões que precisam ser analisadas, que remetem ao conjunto de processos e fatores que operam dentro do aparato estatal. Governar é bem mais complexo do que exercer a vontade política – e há demanda de pesquisa e conhecimento sobre isso. A ciência política *stricto sensu* interessa-se pela formação da agenda, por atores e intermediação de interesses, governabilidade, padrões de relação entre os poderes – mas dificilmente se ocupa da governança, da implementação das políticas, das ‘caixas pretas’ representadas por estruturas e processos organizacionais. Governos são arranjos complexos, envolvendo política mais estruturas e pessoas – e deve-se conhecê-los e analisá-los. (PACHECO, 2003, p. 70).

São essas caixas-pretas, sinalizadas por Pacheco (2003), que o pragmatismo permite explorar e “abrir”. Mesmo diante desses novos modelos de pensar a administração pública, os

padrões tradicionais de relação Estado-sociedade persistiram, especialmente o insulamento burocrático, o patrimonialismo na esfera municipal e “um amplo contingente populacional que ainda se situa totalmente fora da cobertura do Estado no Brasil, demonstrando a incapacidade da administração pública de garantir o princípio da universalidade” (ANDION, 2012, p. 12). A coexistência desses modelos, por meio das relações, dos instrumentos e dos espaços, desafia as análises e interpretação dos fenômenos a partir de perspectivas prescritivas ou que estabelecem os valores a priori.

Andion (2012), ao analisar o campo da administração pública, sistematiza as correntes e teorias de administração pública nos quadrantes de Burrell e Morgan (2008), a partir dos eixos de mudança e regulação, objetividade e subjetividade (Figura 2). A autora, ainda, argumenta que é necessário desenvolver novos enfoques epistemológicos para áreas interdisciplinares.

O predomínio do paradigma funcionalista na administração pública brasileira tem estimulado uma visão objetivista no campo, com pouco espaço para a historicidade, o conflito e a subjetividade dos atores políticos [...]. Muito embora essas constatações sejam absolutamente verdadeiras, é importante ressaltar que a concepção funcionalista não é a única que está presente no campo. (ANDION, 2012, p. 13).

Os estudos sobre participação e controle social assim como o diálogo entre a administração pública e a ciência política ampliaram as reflexões sobre os espaços públicos enquanto espaços de luta (PAES DE PAULA, 2007), com alternativas ao funcionalismo com diferentes vertentes como vemos nos quadrantes (ANDION, 2012). O NSP, por exemplo, opõe-se à objetividade funcionalista dos modelos burocráticos e gerencialistas, no entanto, ainda assim, traz “à tona novos princípios normativos e descritivos para o campo” (ANDION, 2012, p. 10). Ou seja, ele nutre a administração de princípios normativos para pensar e avaliar a ação, a regulação. Entendemos, no entanto, por uma perspectiva pragmatista, que os próprios valores dos *experts* devem ser colocados em discussão com os atores, isso para democratizar a própria construção do conhecimento na área. Argumentamos, sobretudo, que a adoção de modelos prescritivos esbarra no formalismo de sociedades prismáticas (GUERREIRO RAMOS, 1983) e, por isso, dificultam o olhar para a ação como modelo heurístico, mais do que ajudam.

Na perspectiva da mudança racial, configuraram-se vertentes pluralistas para refletir sobre os movimentos sociais, a democracia participativa, os estudos críticos sobre o Estado e suas ideologias. É nessa abertura ao público, logo, que sugerimos a reaproximação com o pragmatismo, não como a proposição de um novo modelo normativo, mas com uma

perspectiva ontológica e epistemológica que aprofunde a compreensão da ação pela experiência, sem separar sujeito e objeto, natureza e cultura, política e administração. Essas perspectivas, no entanto, veem com restrições a ação pública governamental e os modelos organizacionais (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012).

SOCIOLOGIA DA MUDANÇA RADICAL	
PARADIGMA DO HUMANISMO RADICAL Ênfase na mobilização da sociedade civil e na sua atuação enquanto sujeito de mudança social. CORRENTE PLURALISTA (ESTUDOS CRÍTICOS E HUMANISTAS) <ul style="list-style-type: none"> - Teorias sobre os Novos Movimentos Sociais - Teorias da Democracia Participativa - Teorias críticas na administração pública 	PARADIGMA DO ESTRUTURALISMO RADICAL Ênfase nas relações entre Estado e Sociedade. Estado como espaço de luta entre as classes sociais. CORRENTE PLURALISTA (ESTUDOS MARXISTAS E NEOMARXISTAS) <ul style="list-style-type: none"> - Teorias dos Movimentos Sociais - Teorias sobre o Estado Capitalista
PARADIGMA INTERPRETATIVO Ênfase na compreensão da realidade da administração pública, considerando a subjetividade da política (importância dos valores). CORRENTE DO NOVO SERVIÇO PÚBLICO <ul style="list-style-type: none"> - Teorias da coprodução dos serviços públicos - Teorias da participação comunitária e da sociedade civil - Teorias críticas, humanistas e do discurso - Novas teorias do desenvolvimento (territorial e sustentável) 	PARADIGMA FUNCIONALISTA Ênfase na concepção de leis universais que permitam explicar o funcionamento da administração pública e o comportamento dos atores políticos, com vistas a promover ordem e equilíbrio (regularidades). CORRENTE ESTADOCÊNTRICA <ul style="list-style-type: none"> - Teoria da administração científica - Teoria da burocracia - <i>Progressive Public Administration</i> - Teorias comportamentais - Teorias de sistemas CORRENTE DA NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA <ul style="list-style-type: none"> - Teoria das escolhas públicas - Teoria da agência - Neo-institucionalismo das escolhas racionais - Neo-institucionalismo econômico - Gerencialismo e Neo-gerencialismo - Teoria da Boa Governança
SOCIOLOGIA DA REGULAÇÃO	

Figura 2 – Paradigmas, correntes e teorias de administração pública

Fonte: Andion (2012, p. 14).

As abordagens interpretativistas no campo são, ainda, marcadas pelo institucionalismo, e Ansell (2012) e Andion (2012) sugerem, então, ir além dos modelos

ideais para pensar a administração pública e a governança pública. Internacionalmente, especialmente em países anglo-saxões, a agenda institucionalista no campo da administração pública é atualizada com o institucionalismo histórico e o institucionalismo sociológico. Para o primeiro, a administração pública integra a vida política e o Estado não é o “todo neutro”, havendo relações assimétricas de poder; o resultado das políticas públicas não é fruto de meras intencionalidades racionais ou preferências agregadas, mas é *path-dependent*, ou seja, as escolhas passadas interferem nas escolhas no presente. De acordo com Thoenig (2010, p. 171):

Enquanto o velho institucionalismo postula que as instituições moldam as políticas públicas e as ações políticas, o enfoque histórico ou longitudinal enfatiza o fato de que as políticas públicas e as ações políticas moldam as instituições. As instituições públicas são consideradas uma verdade axiomática e fornecem infraestrutura para a ação coletiva. Adquirem o status de convenções sociais e nunca são questionadas.

Já o institucionalismo sociológico, em linhas gerais, define a organização pública por ela mesma e como campos organizacionais em um processo cognitivo que passa pela legitimidade e conformidade (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Busca-se, então, compreender “regras e procedimentos formais, ela inclui símbolos, modelos morais e esquemas cognitivos” (THOENIG, 2010, p. 173). Ao assumir uma perspectiva simbólica, a imaginação das soluções é limitada e legitimada no campo-sistema, moldando as ações e “de alguma maneira, a ação opera sem atores específicos” (THOENIG, 2010, p. 173).

Atualmente, o campo nacional de análise de políticas públicas é também marcado por vertentes do neoinstitucionalismo (SOUZA, 2006; FARAH, 2018), em especial pelo neoinstitucionalismo histórico:

Contemplando temas como ‘descentralização e recentralização, capacidade estatal, federalismo e relações intergovernamentais’ (ARRETCHE, 2012; ABRUCIO, 2005; ICHIR, 2016; TROJBICZ, 2017). O neoinstitucionalismo também serve de arcabouço teórico para análises de novos arranjos institucionais, em especial das novas instâncias de participação, como conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo e conferência (WAMPLER; AVRITZER, 2004; CORTES, 2007), iluminando a discussão de uma das temáticas nucleares do período pós democratização – relativa à incorporação de novos atores pelo processo de política pública. (FARAH, 2018, p. 71).

Destacamos, também, a passagem dos estudos sobre formulação de política pública (processo decisório) para os estudos sobre formação de agenda e sobre implementação. A abordagem cognitiva também passa a ser mobilizada e desloca as análises do processo de decisão para a o processo de formação de agenda e concepção do problema, com vertentes que analisam coalizão de defesa, proposta por Paul Sabatier, por exemplo, mas também outras perspectivas, de vertente interpretativista e argumentativa (FARAH, 2018; FISCHER;

FORESTER, 1996). Fischer (1998) critica a abordagem neopositivista que predomina no campo e sugere a virada argumentativa como um caminho pós-positivista. Assim, migra-se da compreensão tradicional da prova científica, dos desenhos empíricos e dos ferramentais estatísticos para a compreensão contextual e discursiva da investigação social, sugerindo-se integração entre o analista de políticas públicas, o cidadão e o administrador público (*policy maker*), como resgate da prática democrática. Ainda cabe destacar o crescimento dos estudos sobre implementação de políticas públicas (LIPSKY, 2010; LOTTA, 2010; PIRES, 2016; CAVALCANTI; LOTTA; PIRES, 2018; PIRES; LOTTA; OLIVEIRA, 2018; LOTTA, 2018) com destaque para temas como “discricionariedade da burocracia, intersetorialidade, redes, cooperação e coordenação” (FARAH, 2018, p. 72).

Procuramos sintetizar, então, a partir de algumas das análises e críticas que analisam os usos dos institucionalismos no campo e propõem alternativas (MISOCZKY, 2003; BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016), o que consideramos alguns dos desafios à abordagem: i) analisar os movimentos, devido à ênfase nas estabilidades ou estabilizações, no instituído ou na institucionalização; ii) não reificar as organizações e os sistemas culturais, ou, dito de outro modo, a homogeneidade e a legitimidade do campo; iii) ultrapassar as dicotomias agência-estrutura, indivíduo-sociedade e reencontrar o indivíduo e a ação, via percepção e natureza; iv) dar conta das relações de poder; v) integrar uma perspectiva de ambiente para além da causalidade objetivista nos fenômenos organizacionais.

Entendemos que aprofundar nas nuances de cada uma das perspectivas institucionalistas exigiria maior aprofundamento em cada uma das distintas “famílias”, seus fundamentos e decorrências, dos novos e velhos institucionalismos por exemplo. Esse esforço, portanto, ultrapassaria, em muito, o objetivo aqui proposto, que consiste em apresentar as abordagens predominantes no campo. Nossa proposta concentra-se, sobretudo, em propor a aproximação com o pragmatismo, como alternativa, a partir do que consideramos desafios do funcionalismo e dos institucionalismos na área. Lembramos, ainda, que a própria economia institucional, com Thorstein Veblen, e o antigo institucionalismo Philip Selznick foram influenciados pelo pragmatismo (FARJOUN; ANSELL; BOIN, 2015, p. 14), do mesmo modo que Harold Lasswell, autor do termo análise de políticas públicas, foi fortemente influenciado por John Dewey em sua orientação ao problema (*problem orientation*). Consideramos, também, que essas aproximações e influências não são puras, e, por exemplo, o hábito ganhou outra dimensão, inclusive mais central, no institucionalismo.

Por mais que certa noção de hábito (estabilidade e regularidade) estivesse presente no pragmatismo, além de não ser a única perspectiva, ou a fundamental, ela não pressupunha

uma noção de reação mecânica e rotinizada da ação, ou sua inculcação nos atores (OGIEN, 2015). Pelo contrário, ela considera haver uma dualidade constitutiva do hábito, ou seja, uma norma/regra ativa que é sempre colocada à prova na experiência e aberta às possibilidades. Para aprofundar a noção de hábito, Ogien (2014) sugere seguir as pistas de John Dewey com a noção de valoração, para a qual o valor se apresenta à medida que os indivíduos descobrem juntos, ou seja, é visto como um princípio de ação partilhado que é elaborado e descoberto no curso das práticas.

Do mesmo modo, destacamos que, por mais que Lasswell tenha seguido uma via pragmatista, o autor se aproximou também do positivismo lógico que estava em ascensão na Escola de Chicago à época, com a atmosfera behaviorista (SNIDER, 2000), a qual também influenciou Herbert Simon. Essa vertente propôs dois polos para a ciência política: o estudo científico dos problemas e a formulação de políticas em torno desses problemas, modificando a proposição pragmatista de não separar fatos e valores (TURNBULL, 2008).

A aproximação desses autores com o behaviorismo e com o positivismo lógico demanda, então, que destaquemos aqui algumas das distinções com o pragmatismo:

Primeiramente, ambas as filosofias abraçaram o empirismo, mas enquanto o pragmatismo adotou uma gama bastante ampla de maneiras aceitáveis de criar verificação empírica, o positivismo lógico encontrou significado apenas nas relações lógicas e formais entre as sentenças. Em segundo lugar, os pragmatistas aceitaram um significado muito mais amplo do termo ciência. Segundo Lewis, a ciência conotava para o pragmático ‘o método da ciência e seu ponto de vista experimental e instrumental’, enquanto o positivista enfatizava ‘o conteúdo da ciência como formulação exata em termos da física’ (p. 135). Terceiro, enquanto o pragmatismo permitiria declarações metafísicas como significantes e significativas, o positivismo lógico negava significado a todas as questões metafísicas. Finalmente e, para Lewis, o mais significativo, o pragmatismo sustentava que todos os julgamentos são implicitamente julgamentos de valor e, como não pode haver, em última análise, nenhuma distinção válida entre o teórico e o prático, não pode haver separação final entre questões de verdade de qualquer tipo e questões de fins justificáveis de ação. (p. 135). O positivismo lógico, ao contrário, exigia uma separação estrita de fatos (verdade) e valores (fins). Sustentou que as declarações de valor, por serem expressivas ou normativas, não estavam sujeitas à verificação empírica e, portanto, não tinham sentido. (SNIDER, 2000, p. 344-345, tradução nossa²²).

²² “First both philosophies embraced empiricism, but whereas pragmatism espoused a rather wide range of acceptable ways of creating empirical verification, logical positivism found meaning only in logical and formal relations between sentences. Second, pragmatists accepted a much wider meaning of the term science. According to Lewis, science connoted for the pragmatist “the method of science and its experimental and instrumental point of view,” whereas the positivist emphasized “the content of science as exact formulation in physical terms” (p. 135). Third, whereas pragmatism would allow meta-physical statements as meaningful and significant, logical positivism denied significance to all metaphysical issues. Finally and, for Lewis, most significantly, pragmatism held that all judgements are implicitly judgements of value, and that, as there can be ultimately no valid distinction of theoretical from practical, so there can be no final separation of questions of truth of any kind from questions of justifiable ends of action. (p. 135). Logical positivism, on the contrary, required a strict separation of facts (truth) and values (ends). It held that value statements, because they were

John Dewey não deixa de considerar a relação meios e fins, mas, segundo Zask (2001, p. 14), não considera o fim como objetivo último e intangível e deixa de estabelecer um objetivo final, sem fim, para ter um “objetivo em vista – provisório e contextual”. É, sobretudo, uma superação do corte entre política e ética que está em vista, sem deixar de lado o ideal democrático contido na investigação ao resgatar o conceito de “público” (ZASK, 2001).

John Dewey fez também suas ressalvas com relação ao institucionalismo:

As regras são práticas; são meios habituais de fazer coisas. Os princípios, porém, são intelectuais; são métodos finais usados ao julgarem-se normas de ações que foram sugeridas. O erro do institucionalista é que ele está na expectativa de regras que, por si mesmas, digam aos agentes justamente qual a norma de ação que devem seguir; ao passo que o objeto do princípio moral é fornecer pontos-de-vista e métodos que capacitem o indivíduo a fazer, para si, uma análise dos elementos do bem e do mal na situação particular em que se encontre. Nenhum princípio moral verdadeiro prescreve um curso de ação específico. (DEWEY, 1964, p. 127).

Propomos, então, uma abordagem que dê conta dos movimentos, que aceite as contradições e os processos de valoração, sem negar os valores ou estabelecê-los a priori; que dê visibilidade aos processos normativos mais do que às normas; às experimentações com atores híbridos, mais do que os desenhos de experimentos dos experts; às consequências da ação, mais do que as perspectivas a priori sobre atores ou instituições (DEWEY, 2010b).

É nessa via que propomos uma forma de estudar a ação pública, com base no pragmatismo, e fazer avançar a compreensão de democracia. Citamos, aqui, uma passagem de Dagnino (2002, p. 295) em estudo que discute a relação Estado-sociedade no contexto brasileiro e problematiza os formatos institucionais de democracia: “assim, se formatos mais democráticos certamente constituem avanços significativos, há inúmeros exemplos, na experiência dos Conselhos, de mecanismos utilizados com sucesso para burlar os seus efeitos sobre a dinâmica concreta de funcionamento desses espaços”. Essa análise aponta para a importância de ir além dos formatos institucionais e olhar as ações e os efeitos, as emergências e os conflitos, mais do que estabilidades e mimetismos nos processos de organizar.

Com os institucionalismos, procuraram-se abrir as fronteiras e analisar o ambiente, mas justamente essa pode ser considerada de suas maiores falhas, especialmente quando nos

expressive or normative, were not subject to empirical verification and so were meaningless”. (SNIDER, 2000, p. 344-345)

aproximamos de perspectivas interdisciplinares (BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016). Por isso, sugerimos a **ação pública pragmatista** como perspectiva que permite analisar a pluralidade e as relações, sem estabelecer valores ou um modelo a priori, mas problematizando a ação. Isso não significa, em contrapartida, um esforço de negar o que se produziu até então com base em outras perspectivas teóricas, mas, sobretudo, sugerir caminhos para análises a partir da reaproximação da administração pública com o pragmatismo. Falamos em reaproximação porque entendemos que a perspectiva pragmatista influenciou autores clássicos da teoria organizacional e da análise de políticas públicas, mas que em suas construções se aproximaram do estrutural-funcionalismo e do positivismo vigentes no campo científico à época, ainda que essa perspectiva seja controversa (SNIDER, 2000). Entendemos, ainda, que as reconfigurações recentes nas relações Estado-sociedade (DAGNINO, 2002; ANDION, 2012), as crises da democracia (CASTELLS, 2018; AVRITZER, 2018), que se seguem da crise do fordismo (LIPIETZ, 1991; CLARKE, 1991), os apartidarismos (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015), a desconfiança nas instituições (MOISES, 2005), as críticas sobre a administração pública (PAES DE PAULA, 2007) e a exigência de novas posturas para pensar a participação (MILANI, 2008), a governança (TEIXEIRA; GOMES, 2019) e gestão social (TENÓRIO; TEIXEIRA, 2021) no contexto brasileiro marcado pelo formalismo (GUERREIRO RAMOS, 1983) parecem demandar novas formas de olhar para essa relação.

As noções pragmatistas de investigação (*inquiry*) e experimentalismo democrático são profícuas como modo de refletir sobre as reconfigurações e a superação das dicotomias (HILDEBRAND, 2005; SHIELDS, 2003). Antes de tudo, o pragmatismo ajuda a refletir sobre os limites da noção de interesse público e suas consequências no campo. A definição do interesse público não pode ser estabelecida a priori sem a constituição do público, e em Dewey o interesse público é “fruto da múltipla convergência entre as pessoas afetadas” em um trabalho de “autoconstituição do público por ele mesmo” (ZASK, 2001, p. 56). Mesmo a definição da função ou limite do Estado não deve ser dada a priori, mas deve ser definida de modo crítico e experimental pelo público (ZASK, 2001).

Para Shields (2003), a noção de comunidade de investigação (*community of inquiry*) pragmatista permite uma orientação democrática para a definição e interpretação das consequências dos problemas públicos. Assim: a comunidade de investigação não é um método como qualidade total e outros, mais que isso é um princípio de organizar que permite solo fértil para métodos serem desenvolvidos e testados [...]. Assim ele é um princípio de

organizar que encoraja melhores métodos, melhor teoria e democracia (SHIELDS, 2003, p. 512, tradução nossa²³).

Shields (2003) defende como ideias-chave da comunidade de investigação: as situações problemáticas, a atitude científica e a democracia participativa. Dieleman (2017) destaca como contribuições do pragmatismo para a administração pública: i) a noção de falibilismo, que permite a tomada de decisão na incerteza; ii) a intersubjetividade da investigação participativa; iii) a disponibilização de ferramentas para os novos papéis, para *expertises* e *experts* que permitem alcançar objetivos democráticos. Garrison (2000) considera que a maior contribuição do pragmatismo para a administração pública é realinhar teoria e práxis, especialmente pelas preocupações com a “racionalidade prática”, pela investigação e experimentação.

A noção de experimentação está incorporada numa noção mais ampla de investigação, sendo provisória, comprovatória, criativa e definida em conjunto (ANSELL, 2012). Zask (2001, p. 11), no entanto, demonstra que é raro que a política seja considerada ou aceita como experimentação “porque parece que ela reivindica mais a princípios fechados e atos eficazes, não as hipóteses, tentativa e erro e progresso passo a passo, sem falar em questionamentos, erros e equívocos”. No entanto, Hildebrand (2005, p. 354) argumenta que as noções de *inquiry* (investigação) e *experience* (experiência) fornecem o solo no qual os métodos em administração pública podem prosperar, especialmente porque toda sociedade vivencia o desafio de “harmonizar valores ideais com realidades práticas”, como exemplo a aplicação de políticas, leis e normas a realidades particulares e fluidas, situações, circunstâncias e redes de atores.

Shields (2003) indica, nesse sentido, como benefícios do pragmatismo clássico para a ação pública, a forma de ver um problema e de encontrar métodos para solucioná-lo, tendo-se em vista que a noção de resolução de problemas é central em Dewey (2011).

A noção de comunidade de investigação é poderosa porque é um princípio organizador que pode ser aplicado a diversos contextos da administração pública. Também reconcilia algumas das controvérsias proeminentes na administração pública (AP), como a dicotomia prática / teoria, o papel da expertise e as formas de incluir a democracia na prática. Em segundo lugar, este artigo mostra como o conceito de comunidade de investigação pode ser aplicado tanto à teoria de

²³ “*The community of inquiry is not a method, such as total quality management and others; rather, it is an organizing principle that provides fertile grounds for methods to be developed and tried. It is conducive to making mistakes, and making progress [...] Thus it is an organizing principle that encourages better method, better theory, and democracy*” (SHIELDS, 2003, p. 512).

administração pública quanto à sua prática. (SHIELDS, 2003, p. 511, tradução nossa²⁴).

Snider (2000) destaca, ainda, que o pragmatismo sugere uma passagem da *expertise* para a experimentação e, logo, uma visão comunitária e democrática da ciência.

Conflitos entre crenças podem ser resolvidos por apelos ao método da ciência que, segundo Peirce, tinha três elementos críticos. Em primeiro lugar, deve-se não apenas declarar em que acredita, mas também como passou a acreditar. Em segundo lugar, as conclusões com relação às crenças devem estar abertas a novas evidências e percepções. Terceiro, a cooperação entre os investigadores é essencial. (SNIDER, 2000, p. 332, tradução nossa²⁵).

Nesse sentido, as ideias são vistas mais como hipóteses do que representações imutáveis de verdades e fins em Dewey e devem ser experimentadas pelo público (SNIDER, 2000). A concepção de experimentalismo democrático é vista como uma forma de pesquisa pública cooperativa (*public inquiry*) (ANSELL, 2012), e Bohman (2008) sugere que a realização da democracia passe pelo experimentalismo. Esse experimentalismo reconecta ciência e política, uma das clássicas dicotomias do campo da administração pública, que afasta valores da técnica em busca de uma gestão neutra. Por isso, a ideia de experimentalismo procura superar a lógica dos experimentos controlados e randômicos, já que assumem que os sujeitos são também experimentadores do processo. Assim, assumir a experimentação, para além do experimento, significa testar os desenhos em situações reais e particulares, utilizar abordagens multimétodos, incluir os participantes no desenho, ser cuidadoso na transferência dos resultados para outros contextos, visto que desenhos são contingentes (ANSELL, 2012). Essa noção, além de direcionar a democracia para uma forma de investigação cooperativa, permite democratizar a ciência, tornando seus aspectos básicos compreensíveis a todos os cidadãos (BOHMAN, 1999 apud ANSELL, 2012).

²⁴ “*In practice, the community of inquiry is an ideal position to which public administrators should strive. It is the position from which public administrators can most effectively examine how they approach problems, consider data, and communicate. [...] The community of inquiry notion is powerful because it is an organizing principle that can be applied to diverse public administration contexts. It also reconciles some of the prominent controversies in public administration (PA), such as the practice/theory dichotomy, the role of expertise, and ways to include democracy in practice. Second, this article shows how the community of inquiry concept can be applied to both PA theory and PA practice*” (SHIELDS, 2003, p. 511).

²⁵ “*Conflicts among beliefs may be resolved by appeals to the method of science that, according to Peirce, had three critical elements. First, one must not only state what one believes but also how one came to believe it. Second, conclusions with regard to beliefs must be open to new evidence and insights. Third, cooperation among inquirers is essential*” (SNIDER, 2000, p. 332).

Para Garrison (2000, p. 470, tradução nossa²⁶), os administradores devem se aproximar das comunidades em que procuram fazer valer seus efeitos, porque os públicos a que os administradores servem têm seu próprio “estilo”, ou “*ethos*”, e “criar fins similares demanda diferentes estratégias em diferentes contextos”. A aplicação de regras universais não atende aos propósitos do raciocínio prático ou da deliberação, que para John Dewey é entendido como:

Um ensaio dramático (na imaginação) de várias linhas de ação possíveis concorrentes. Começa com o bloqueio da ação aberta eficiente... A deliberação é um experimento para descobrir como são realmente as várias linhas de ação possíveis... Mas o julgamento está na imaginação, não em um fato evidente... Um ato abertamente experimentado é irrevogável, suas consequências não podem ser apagadas. Um ato experimentado na imaginação não é final ou fatal (pp. 132-133). (DEWEY apud GARRISON, 2000, p. 467, tradução nossa²⁷).

Nesse sentido, Ansell e Boin (2019) concebem também que o pragmatismo clássico apresenta princípios e modos de pensar que podem contribuir com a gestão de riscos, crises e desastres, haja vista a noção de investigação, deliberação coletiva, contexto de incerteza radical. “Uma crise ocorre quando uma resposta urgente é necessária em uma situação incerta que ameaça os valores fundamentais ou os sistemas de suporte à vida” (ANSELL; TRONDAL; ØGÅRD, 2017, p. 2, tradução nossa²⁸).

O pragmatismo desafia, ainda, a visão de democracia antropocêntrica. Allen (2012, p. 89, tradução nossa²⁹), por exemplo, enfatiza a necessidade de integrar os não humanos nessa perspectiva.

Meu argumento é que a democracia por vir terá de experimentar disposições constitucionais para agência não humana. Negligenciar tais experimentos e tentar governar com um contrato meramente social deve erodir irreversivelmente as precondições ecológicas de qualquer democracia.

²⁶ “Furthermore, the publics that administrators serve also have their own style, or more exactly, their own *ethos*. Creating similar ends requires different strategies in different contexts” (GARRISON, 2000, p. 470).

²⁷ “Here is how Dewey (1922/1983) understood practical reasoning, or what he often simply called rational deliberation: Deliberation is a dramatic rehearsal (in imagination) of various competing possible lines of action. It starts from the blocking of efficient overt action... Deliberation is an experiment in finding out what the various lines of possible action are really like... But the trial is in the imagination, not in overt fact... An act overtly tried out is irrevocable, its consequences cannot be blotted out. An act tried out in imagination is not final or fatal. (pp. 132-133)” (GARRISON, 2000, p. 467).

²⁸ “A crisis occurs where an urgent response is required in an uncertain situation that threatens fundamental values or life-sustaining systems” (ANSELL; TRONDAL; ØGÅRD, 2017, p. 2).

²⁹ “My argument has been that the democracy to come will have to experiment with constitutional provision for non-human agency. To neglect such experiments, and try to govern with a merely social contract, must irreversibly erode the ecological preconditions of any democracy at all” (ALLEN, 2012, p. 89).

Essa perspectiva se coaduna à noção de democracia ontológica. A partir dessas aproximações, os conceitos tradicionais do campo são desafiados. Seguimos, na próxima seção, desenvolvendo a passagem da visão tradicional de políticas públicas para a noção de ação pública pragmatista.

2.2.1 Da política pública à ação pública pragmatista

Lascoumes e Le Galès (2012) são os principais expoentes da ação pública no campo francês. Essa abordagem é praxiológica, “integra a ciência e a ciência aplicada no esforço de interrogar criticamente a respeito dos sentidos e possibilidades de fazer ação pública, de seus instrumentos (SILVA, 2018, p. 195). Essa perspectiva é, segundo Silva (2018), parte de uma tradição de compreensão de políticas públicas pouco conhecida ou ensinada no Brasil, e isso pode ser evidenciado com a busca na base de dados Scielo, em que são encontrados, ao buscar a palavra-chave “ação pública” com filtro para a área de Administração, apenas nove artigos.

Para os autores franceses, a ação pública é vista como a ação coletiva que participa da criação de uma ordem social, regulando tensões e tratando conflitos, e não está concentrada em atores estatais. O próprio autor que concebeu o termo “políticas públicas”, Harold Lasswell, foi autor do conceito de ação pública (SILVA, 2018). Aderir a essa perspectiva é mais do que a proposição de um novo conceito, é um giro ontológico ao modo de pensar os problemas públicos e a relação Estado-sociedade, temáticas de tamanha importância frente às crises do Estado de Bem-estar (ANDION; MORAES; GONSALVES; 2017; SILVA, 2018). Essa noção permite, além de explicar (ou renovar) as transformações na democracia, do Estado ou do governo, apresentar os limites da regulação quando “os atores econômicos e sociais que resistem, manipulam, colonizam, neutralizam a ação pública” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 7, tradução nossa³⁰), por estar aberta ao conflito e à pluralidade.

Nessa perspectiva, três rupturas são decisivas: i) com o voluntarismo político e “a fascinação pelos atores políticos, as elites burocráticas, as decisões justificadas pelo bem comum e os jogos partidários”; ii) “a unicidade do Estado”, homogêneo e imparcial, um todo

³⁰ “*acteurs économiques et sociaux qui résistent, manipulent, colonisent, neutralisent l’action publique*” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 7).

coerente; iii) “fetichismo de uma decisão mais ou menos racional” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 18, tradução nossa³¹).

Thoenig (2005), ao abordar a passagem da política pública à ação pública, destaca que as mudanças na forma de entender e estender os objetos na teoria das organizações e na sociologia política contribuíram com esse novo olhar: da centralidade da organização para as redes organizacionais, da centralidade no Estado para a multiplicidade de formas e arranjos de governança. Lascoumes e Le Galès (2012) argumentam que o interesse nas políticas públicas se alargou com a ampliação das escalas espaciais de ação para cima (instâncias de governança internacionais), para baixo (governança local e territorial) e transversalmente (redes de atores transnacionais) e propõem uma compreensão multicêntrica da ação pública. Em todos os níveis, multiplicam-se as fontes de *expertise*, os espaços de debate e de decisão e a participação e integração de organizações não governamentais, privadas e da sociedade civil (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012).

Spink (2016) problematiza a centralidade que as políticas públicas ganharam no campo para representar a relação Estado-público, como se fosse a única maneira de apresentar e representar as preocupações públicas. Para ultrapassar a noção “onipresente das políticas públicas”, o autor apresenta quatro argumentos: i) a centralidade que as políticas públicas ganharam no campo ultrapassou a sua utilidade analítica, tornando-se sinônimo crítico para as ações governamentais; ii) a política pública não é a única linguagem de ação presente na arena pública, que se realiza de muitas outras formas em redes sociotécnicas heterogêneas; iii) a política pública é apenas uma entre outras formas de linguagem social de fazer a coisa pública, e o autor propõe a adoção da noção de “linguagens de ação pública” para incluir as ações de governo para o público, assim como ação do público para pressionar ações ou, até mesmo, para responder coletivamente às necessidades públicas; iv) os pesquisadores e *experts* atuam na disciplinaridade, em sentido foucaultiano, das linguagens sociais dos assuntos públicos, e isso traz importantes consequências.

Lascoumes e Le Galès (2012) sustentam, também, que a noção da ação pública permite reconciliar as perspectivas de políticas públicas que se interessam pela ação estatal sobre os sistemas sociais com aquelas abordagens que concebem somente grandes controvérsias e os movimentos sociais como criadores de dinâmicas para modificar a ação

³¹ “*le volontarisme politique et la fascination pour les acteurs politiques, les élites bureaucratiques, les décisions justifiées par le bien commun, les jeux partisans. [...] l’unicité de l’État [...] fétichisme d’une décision plus ou moins rationnelle*” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 18).

pública. Quanto à primeira perspectiva, a ação pública mostra a via de uma ordem negociada e a importância dos espaços de ação que dispõem os atores da implementação e os próprios destinatários na configuração das políticas. Quanto à segunda visão, a ação pública evidencia uma relação, mais do que uma via unilateral, e os atores da mudança interagem com instituições bem como realizam adaptações recíprocas, ao mesmo tempo que os embates são reconfigurados.

As novas relações e *expertises* que a ação pública visibiliza exigem teorias mais abertas para pensar o público, já que não se trata da simples junção de política pública e ação social (ALVES et al., 2008). “O termo ‘política pública’ é então abandonado em proveito da noção de ação pública por levar em conta o conjunto de interações que agem em níveis múltiplos” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 8, tradução nossa³²). Nesse sentido, Alves et al. (2008, p. 61) definem ação pública como:

A ação de diferentes instituições públicas, que envolvem, de forma mais ampla, toda atividade que é articulada na esfera pública e que se desenvolve com vistas a um bem comum (LABORIER e TROM, 2003). Isso inclui tanto aquelas atividades diretamente relacionadas ao exercício do poder público quanto aquelas que resultam das ações dos cidadãos que se preocupam com a vida coletiva (MAHEU e SALES, 1992). Dessa perspectiva, a ação pública representa uma arena híbrida (SPINK e ALVES, 2008) [...] Trata-se de um espaço de atuação de diferentes organizações sociais (ALVES et al., 2008, p. 61-62, grifos nossos).

Com essa pluralidade de atores, em um contexto policêntrico, Spink (2016) entende que precisamos ir além do reconhecimento dos assuntos públicos como reflexo das ações e intenções de Estado ou do governo. Novos termos surgem para lidar com questões públicas, como governança e democracia deliberativa, fazendo-se necessário ir além da perspectiva estadocêntrica. Aliás, a democracia é o fundamento da ação pública bem como “o pressuposto de mudanças sociais profícuas que *resolubilizam* problemas a partir do reconhecimento das capacidades e competências de múltiplos atores” (SILVA, 2018, p. 196), o que exige estar atento às alterações no seio da relação entre Estado e sociedade. Entre os elementos que alimentam a perspectiva empírica da ação pública, estão:

- o estado não governa os assuntos públicos de uma forma autárquica;
- a sociedade recorre a múltiplas formas de tratamento de seus problemas coletivos, entre os quais a esfera pública é apenas uma das possibilidades;

³² "Le terme « politique publique » est donc aujourd'hui délaissé au profit de la notion d' « action publique » pour prendre compte l'ensemble des interactions qui agissent à des niveaux multiples" (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 8).

- a dimensão política deve ser uma questão central para as ciências sociais, já que sua existência não tem significado a priori e não é dada em si mesma. (THOENIG, 2005, p. 6-7, tradução nossa³³).

É com a própria noção de pluralidade dos públicos que a ação pública permite dialogar para Spink (2016), especialmente em contextos periféricos do terceiro mundo, em que a ausência de um Estado de Bem-estar efetivo exigiu avanços na área de serviços locais e na construção de ações e soluções propostas pelos próprios cidadãos. Nesse sentido,

Outro caminho abre ainda mais a perspectiva da análise da ação pública. Identifica onde, quando e como uma sociedade recorre à intervenção pública. Existem múltiplas tipologias que estabelecem um inventário das formas sociais que a resolução de problemas coletivos pode assumir: o clientelismo, a rede de vizinhança, o sistema de saúde, a associação, o mercado. (THOENIG, 2005, p. 10, tradução nossa³⁴).

Silva (2018, p. 201), ao refletir sobre a obra de Lascoumes e Le Galès para um contexto não europeu, latino-americano especificamente, afirma que:

Não se trata de validar a ação pública europeia, pois somos diferentes e com outras possibilidades de organizar a vida e de existir que são singulares [...]. A governança no interior da América Latina é plural e heterogênea. Os problemas públicos são diferentes e os desafios, por conseguinte, maiores dadas as desigualdades que afligem a região. Essas peculiaridades regionais impõem à ação pública do Estado e dos demais agentes sociais buscaram outros caminhos, outros saberes e outras soluções criativas para superar as barreiras que nos separam em nível regional, mas também nacional e subnacional. E esses desafios podem – e chegam – no íntimo de cada sujeito.

Enquanto os modelos teóricos de políticas públicas tradicionais prescrevem as etapas de um processo, da definição do problema à avaliação, pelas sociedades de referência de seus autores, a ação pública pretende abrir esse processo, essa caixa preta. As noções dos modelos, nem por isso, devem ser descartadas, mas devem ser vistas em ação e pelos seus efeitos. A ação pública, logo, permite uma contextualização sociopolítica dos próprios instrumentos e da própria investigação, mais do que sua aplicação (SHIELDS, 2003; HILDEBRAND, 2005).

³³ “Trois éléments principaux nourrissent la perspective théorique, méthodologique et empirique que se donne l’action publique :

- l’État ne gouverne pas les affaires publiques le concernant de façon autarcique ;
- la société a recours à de multiples formes de traitement de ses problèmes collectifs, au nombre desquelles la sphère publique ne représente qu’une des possibilités ;
- la nature du politique doit être une question centrale pour les sciences sociales. Son existence ne va pas soi et n’est pas donnée en soi” (THOENIG, 2005, p. 6-7).

³⁴ “Une autre filière ouvre encore davantage l’angle de vue de l’analyse de l’action publique. Elle identifie ou, quand et comment une société a recours à l’intervention publique. De multiples typologies existent qui établissent un inventaire des formes sociales que peut prendre la résolution de problèmes collectifs : le clientélisme, le réseau de voisinage, le système de santé, l’association, le marché” (THOENIG, 2005, p. 10).

Lascoumes e Le Galès (2012) consideram indispensável, por exemplo, considerar os atores da implementação; caracterizar as configurações locais de atores (públicos e privados) e cartografar as relações de força no território; realizar uma análise histórica dos aparelhos do estado no nível territorial; considerar a ação dos próprios destinatários da política e suas relações com os aparelhos e atores do estado no local. Os autores consideram que, nos espaços de ajuste, de negociação e de interpretação possíveis na implementação da ação, “a tentação é sempre forte em certos momentos de reintroduzir um ponto de vista normativo e desqualificar uma sequência, tal ator ou tal resultado. Mas ao contrário, o que é útil é compreender o que os torna possível” (LASCOUTMES; LE GALÈS, 2012, p. 40, tradução nossa³⁵). Ou seja, a ação pública coloca seu interesse na construção política e na pluralidade, mais do que no modelo, nos desenhos ou nas capacidades estatais, que, sobretudo, limitam o reconhecimento e compreensão dos problemas públicos em sua complexidade e emergência (LASCOUTMES; LE GALÈS, 2012; SILVA, 2018).

Spink (2016, p. 173, tradução e grifos nossos³⁶) dá destaque à hibridez das ações públicas frente aos problemas, às suas abordagens e linguagens “múltiplas e desarticuladas”, como chave “para compreender os padrões emergentes de ‘público’ e desenvolver abordagens alternativas da ação democrática”. Milani (2008, p. 576) considera que, frente aos desafios de democratização e efetividade da gestão pública, “as ações públicas locais podem ser uma oportunidade sobretudo para as políticas sociais” (MILANI, 2008, p. 576). Se a própria democracia é vista em sentido normativo e analisada dentro de modelos como experimento, as caixas que a circunscrevem podem não dar conta da pluralidade democrática e, desse modo, invisibilizar públicos e esconder a nuance dos processos e das relações. Assim, o pragmatismo sugere não engessar o social, cimentar legítimo espaço da ação ou instituir as finalidades dessa ação. O que se pretende, a partir da análise da ação pública, é dar inteligibilidade e visibilidade aos distintos modos de conceber os problemas e os públicos em movimento, logo num processo de experimentação, mais do que como um experimento (DEWEY, 2001).

³⁵ “La tentation est toujours forte à certains moments de réintroduire un point de vue normatif et de disqualifier telle séquence, tel acteur ou tel résultat. Au contraire, ce qui est utile c’est de comprendre ce qui les rend possibles” (LASCOUTMES; LE GALÈS, 2012, p. 40).

³⁶ “Rethinking public affairs from the broader approach of public action and accepting its multiple and disjointed languages and its hybrid characteristics (Spink, Hossain & Best, 2009) could be key to understanding emerging patterns of ‘public’ and developing alternative approaches to democratic action. We need, remembering Garfinkel (1967), to take more seriously how people find and lose each other amongst the spoken practices of everyday public action” (SPINK, 2016, p. 173).

Com John Dewey, a política está relacionada à experimentação, e o público não é um conceito definido a priori e fechado em grupos de atores. Zask (2001, p. 57), no prefácio de o *Público e seus problemas*, de John Dewey, afirma que “a ação pública impõe uma ação do público” (ZASK, 2010 p. 57), que se constrói em torno de problemas pelos quais são atravessados. Assim, a ação pública deve ser vista como uma hipótese de trabalho, como uma forma particular de ação coletiva, como uma experimentação (DEWEY, 2001; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012).

Enquanto nos trabalhos clássicos de políticas públicas há uma tensão entre os trabalhos empíricos e a conceptualização de modelos atribuindo coerência à ação (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012), os trabalhos da ação pública, por outro lado, recorrem a um conjunto de disciplinas para compreender a “articulação das regulações sociais e políticas, os conflitos e as atividades políticas que os regem”, levando em conta “atores, suas relações e os sentidos que lhes são atribuídos, mas também as instituições, as normas, os procedimentos que governam o conjunto das interações, assim como as representações coletivas” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 11, tradução nossa³⁷) nas interações situadas (Figura 3).

³⁷ “*l’articulation des régulations sociales et politiques, les conflits et les activités politiques de leur règlement [...] les acteurs, leurs échanges et le sens qu’ils leur donnent, mais aussi les institutions, les normes, les procédures qui gouvernent l’ensemble de ces interactions, ainsi que les représentations collectives*” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 11).

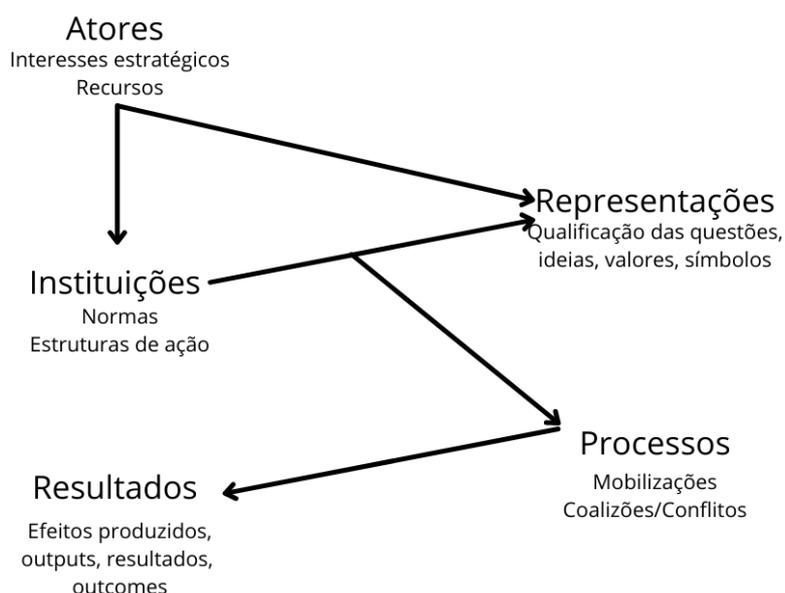


Figura 3 – Variáveis de análise e suas combinações

Fonte: Traduzido de Lascoumes e Le Galès (2012, p. 15).

A política pública de Estado pode ser estudada, nessa vertente, enquanto um instrumento de ação pública, sendo analisada criticamente do mesmo modo que outros temas da área são estudados (*accountability*, participação, arranjos), mais do que por uma perspectiva técnica, neutra ou por uma utilidade (a priori). Nesse agir multipolar, relações de poder são configuradas e reconfiguradas entre Estado e sociedade, inclusive a própria definição e limites desses espaços. Além disso, é nessa relação que se constituem os atores legítimos, as categorizações adequadas, os efeitos desejados. Desse modo, “fica patente que a ação pública é processual, relacional, movimentam, significam e ressignificam os papéis dos múltiplos atores e sustenta-se (e depende) de um agir em rede” (SILVA, 2018, p. 197). Realçamos, ainda, que há uma inversão do argumento tradicional: as políticas públicas são um instrumento da ação pública, e não a ação pública uma questão de política pública tradicional.

Enquanto os caminhos teóricos sobre decisão nas políticas públicas foram tratados pela racionalidade limitada de Simon, pelo incrementalismo de Lindblom, com as anarquias organizadas, do modelo da lata do lixo (*garbage can*) de March e Olsen, vemos distanciamentos da visão racionalista clássica. Na ação pública pragmatista, podemos avançar na discussão do processo de deliberação que se abre às incertezas, às controvérsias e às

situações imprevistas, redefinindo problemas e, assim, a própria noção de deliberação. O que queremos destacar é o processo de investigação como um aspecto plural e híbrido (BARTHE; CALLON; LASCOUMES, 2014), que o pragmatismo permite aos gestores decidirem em meio às incertezas (DIELEMAN, 2017) e, mais do que tolerar, considera a incerteza um princípio vital da existência social (HARMON, 2006).

Thoenig (2005), ao refletir sobre a epistemologia da ação pública, demonstrou duas preocupações centrais com relação ao conceito: i) o risco de tornar-se uma quase-conceptualização e perder o rigor e a força teórica ao ser utilizado de modo corrente, mas incoerente, próximo ao senso comum ou como uma mera metáfora; e ii) a redução ao método no lugar de teoria, sem reflexão conceitual e com uso indiscriminado, e com aplicação do “conceito-método” sem considerar os limites do uso nos distintos campos (concretude deslocada). Essa reflexão exige, portanto, cuidado ao tratar do termo. Aqui, sugerimos a aproximação com perspectivas teóricas e metodológicas que façam avançar a compreensão sobre a ação pública no campo e permitam construções teóricas e metodológicas coerentes e aderentes às realidades locais.

Para além da polarização entre desenhos e discursos, Duran e Thoenig (1996) defendem a territorialização da ação pública não apenas como uma concessão ao concreto, mas como uma forma de analisar as configurações e propriedades políticas, de trazer a dimensão política de volta, tendo em vista a passagem da lógica da produção da ação pública como a entrega de serviços para uma lógica de construção da ação pública. Outra via para a análise da ação pública tem sugerido a entrada via instrumentos. Os instrumentos de ação pública são portadores de valores, não são neutros, meramente técnicos ou racionais, são também políticos, o que pode ser evidenciado pelos seus efeitos (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012). Com as reformas gerenciais e a ampliação de arranjos de governança, Hood (2007) argumenta que o estudo dos instrumentos precisa manter-se atualizado, haja vista as mudanças sistemáticas nos instrumentos de provisão de serviços públicos.

Lascoumes e Simard (2011) consideram que a entrada analítica pelos instrumentos pode constituir um caminho metodológico profícuo, para além do voluntarismo ou das retóricas políticas, pela materialidade da ação pública. A noção dos instrumentos, nem por isso, é nova, mas, na visão funcionalista, eles são vistos como meios de governar, taxar, legislar, controlar, informar, em função de um objetivo ou de um problema (LASCOUMES; SIMARD, 2011). Linder e Peters (1993) atribuem ao trabalho de Dahl e Lindblom desde os anos 1950 a importância das técnicas de intervenção política e sugerem, em outro sentido, a discussão sobre os instrumentos de governo a partir do julgamento que os atores fazem da

conveniência dos instrumentos para resolver os problemas, logo configuração e seleção dos desenhos dos instrumentos. Andrade e Valadão (2017, p. 408) enfatizam, no entanto, que “os instrumentos têm sido pouco explorados nas análises das políticas públicas, em especial no Brasil”.

A ação pública, então, lida com problemas plurais e heterogêneos, atores e espaços múltiplos e com “caixas de ferramentas” distintas (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012). A proliferação de objetos, atores e instrumentos reconfigura a ação pública e desafia as ciências sociais, para Lascoumes e Le Galès (2012), a dar conta dessa complexidade, já que (i) os problemas se interconectam e misturam dimensões (econômicas, técnicas, ambientais e de saúde, por exemplo); (ii) os atores e espaços de governança se sobrepõem (territorial, nacional, internacional); (iii) os instrumentos de ação se empilham, e, tendo em vista que não são neutros, sua utilização concomitante desafia a coerência e coordenação (conselhos, políticas, fóruns, relatórios técnicos, por exemplo). Isto posto, consideramos que essa noção plural e híbrida exige concepções teóricas e metodológicas que reflitam sobre o local em que essas ações ocorrem, em uma passagem da esfera pública para a arena pública. É nesse espaço, da constituição dos públicos e de seus problemas, em interação, que propomos operadores analíticos da sociologia pragmatista para o desenho teórico da ação pública. Assim, com o posicionamento ontológico e epistemológico adotado, pretendemos ampliar a concepção e olhar para ação pública em um momento de incerteza radical, nos processos de reparação, para que possa dar conta das organizações e seus arranjos em movimento, dos instrumentos de ação pública e da relação (conflitos e disputas) entre atores na construção da reparação.

2.3 O PRAGMATISMO NA SOCIOLOGIA FRANCESA

Nesta seção, resgatamos a interface do pragmatismo com a sociologia francesa. Assim, mais do que uma corrente homogênea, falamos em pragmatismos e procuramos em seus fundamentos as aproximações, seguindo a proposta do historiador do pragmatismo Bernstein (2010, p. 11, tradução nossa³⁸): “em vez de tentar definir o pragmatismo de novo, espero mostrar, por meio de minha discussão de temas específicos, o que considero ser característico do melhor da tradição pragmática”.

³⁸ “rather than attempting to define pragmatism anew, I hope to show through my discussion of specific themes what I take to be characteristic of the best of the pragmatic tradition” (BERNSTEIN, 2010, p. 11).

O surgimento do pragmatismo norte-americano, com o *Metaphysical Group*, a partir do questionamento da tradição filosófica europeia, procurava desenhar uma abordagem ancorada na experiência. Entre seus principais expoentes estão Charles S. Peirce, William James, John Dewey e George H. Mead. Destacamos, aqui, a pluralidade de carreiras e objetos de pesquisa: resumidamente, o primeiro desenvolvia estudos sobre lógica e teoria dos signos; o segundo sobre psicologia e empirismo radical; o terceiro avançou numa concepção pluralista da investigação (*inquiry*) e procurou desenvolver uma filosofia para uma sociedade democrática e progressista; e o último elaborou uma psicologia social que inspirou interacionistas e a psicologia experimental (SHOOK, 2002; BERNSTEIN, 2010).

Os textos de Charles Peirce, “Como tornar suas ideias claras” e “*The fixation of belief*”, são tidos como os textos fundadores do pragmatismo (LORINO, 2018; BERNSTEIN, 2010). Além do anti-idealismo, é marcante a influência do contexto social e teórico nessa abordagem: a Guerra Civil recém encerrada e o crescimento econômico pulsante (BERNSTEIN, 2010); a influência do evolucionismo de Charles Darwin, que fica claro em Dewey (1951), por exemplo. Do evolucionismo, ele busca a dimensão da processualidade, do indeterminado, da mudança.

A crítica ao “espírito do cartesianismo”, como diria Peirce, busca no empirismo britânico e na filosofia moderna alemã suas fontes (LORINO, 2018). Alguns aspectos devem ser destacados: i) os filósofos pragmatistas clássicos pensavam que sempre iniciamos uma ação e investigação (*inquiry*) no meio de situações e a equipamos por hábitos historicamente adquiridos; ii) questionam o fundamento do individualismo subjetivo numa consciência individual, argumentando a construção social das ideias; iii) argumentam que não temos poder de pensar sem mediação de signos; iv) propuseram um pensamento não fundacional e autocorretivo da ação humana como um processo falível (falibilismo); v) acreditavam que as dicotomias destruíam a possibilidade de compreender a complexidade da experiência (LORINO, 2018; BERNSTEIN, 2010).

A popularidade do pragmatismo trouxe também a utilização banal e pejorativa do termo: “não só a palavra se espalhou, mas o pragmatismo foi selvagemmente caricaturado e severamente criticado” (BERNSTEIN, 2010, p. 4, tradução nossa³⁹). Como prova disso, Peirce colocou em desuso o termo pragmatismo, optando por ‘pragmaticismo’, e John Dewey criticava a interpretação superficial do pragmatismo como mero instrumentalismo ou reflexo

³⁹ “not only had the word spread, but pragmatism was savagely caricatured and severely criticized” (BERNSTEIN, 2010, p. 4).

do materialismo norte-americano, utilizando outras terminologias (BERNSTEIN, 2010). O uso banalizado do termo acabou “adquirindo conotações novas e muitas vezes negativas, como ‘desprovido de princípios’, ‘apenas preocupado com a eficiência’, ‘materialista’ e ‘individualista’” (LORINO, 2018, p. 16, tradução nossa⁴⁰), aspectos que não correspondem ao pragmatismo filosófico.

As discussões em torno do pragmatismo na sociologia francesa, malgrado o uso do adjetivo pragmática, precisam ser analisadas com cautela. Albert Ogien (2014, p. 563) aponta que, ainda que a sociologia francesa tenha sido influenciada pelo pragmatismo, a corrente filosófica continua pouco conhecida, apesar de seu potencial para análises de fenômenos sociais. O autor considera que uma série de trabalhos apresentam os princípios do pragmatismo, mesmo sem expressar a referência:

O primado da prática, a natureza determinante do contexto, o lugar da incerteza e da contingência, a temporalidade da ação. É essa proximidade que Louis Quéré (2012) lembra ao mostrar como a pesquisa em ciências sociais integrou uma série de temas (dimensão prática da racionalidade, causalidade consequencialista, natureza sensível da experiência, ecologia da ação) e noções (hábito, investigação, experimentação, avaliação, transação) que são extraídas diretamente do pragmatismo, ou podem estar relacionadas a ele. (OGIEN, 2014, p. 565, tradução nossa⁴¹).

O desenvolvimento dessas perspectivas próximas e inspiradas, para Ogien (2014, p. 563, tradução nossa⁴²), tem sido empreendido por diferentes tradições nas ciências sociais na França: “em torno de Isaac Joseph e Daniel Cefaï na Universidade de Nanterre; Bruno Latour e Antoine Hennion na *École des Mines*; Louis Quéré, Michel de Fornel e Albert Ogien ou Luc Boltanski e Laurent Thévenot na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*”.

O termo abarcou, sobretudo, diferentes linhas de pesquisa que contribuíram para renovar as ciências sociais na França (THÉVENOT; STAUVO-DEBAUGE, 2015; BREVIGLIERI; STAUVO-DEBAUGE, 1999). São identificados como gestos fundadores: i) a

⁴⁰ “acquiring new and often negative connotations, such as ‘devoid of principles’, ‘only concerned with efficiency’, ‘materialist’, and ‘individualistic’” (LORINO, 2018, p. 16).

⁴¹ “la primauté de la pratique, le caractère déterminant du contexte, la place de l’incertitude et de la contingence, la temporalité de l’action. C’est cette proximité que Louis Quéré (2012) rappelle en montrant comment la recherche en sciences sociales a intégré une série de thèmes (dimension pratique de la rationalité, causalité conséquentialiste, caractère sensible de l’expérience, écologie de l’action) et de notions (habitude, enquête, expérimentation, valuation, transaction) qui sont soit directement tirés du pragmatisme, soit peuvent lui être apparentés” (OGIEN, 2014, p. 565).

⁴² “Des traditions de recherche différentes se sont organisées autour d’Isaac Joseph et Daniel Cefaï à l’université de Nanterre, de Bruno Latour et Antoine Hennion à l’École des Mines, de Louis Quéré, Michel de Fornel et Albert Ogien ou de Luc Boltanski et Laurent Thévenot à l’EHESS” (OGIEN, 2014, p. 563).

publicação das obras de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, especialmente *De la justification*, em 1991, dentro do *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), criado em 1984; e ii) a linha editorial adotada por Louis Quéré na tradicional revista *Raison Pratique*, renovando o interesse pelas teorias de ação e pelo diálogo entre filosofia e ciências sociais. Esse movimento se inicia no final da década de 1980 com o cruzamento de correntes já largamente desenvolvidas em outros países, como o interacionismo e a etnometodologia, mas também com a nova sociologia da ciência de Bruno Latour e Michel Callon (DODIER, 2005; CEFAÏ, 2009). Por trás desses gestos, estão as críticas e os distanciamentos do projeto de Pierre Bourdieu e sua hegemonia na sociologia francesa, resgatando o ator e destacando, agora, as competências críticas desses atores em oposição à reprodução das estruturas pelas práticas “habitualizadas” e à divisão interna do trabalho intelectual, por meio de vias menos hierárquicas e mais plurais no projeto epistemológico.

François Dosse (2003, p. 16) apresenta essa “constelação pragmática” como um distanciamento dos paradigmas unitários e uma revisão da ação por outras bases epistemológicas:

diante da crise dos grandes paradigmas unitários (funcionalismo, marxismo, estruturalismo), assim como, paralelamente, das respostas holísticas e deterministas às questões sociais, quer por intermédio do todo-Estado, ou pela mão invisível do mercado, as novas abordagens teóricas apostam numa revisão pragmática da teoria da ação, numa dinamização das ‘oficinas da razão práticas’ e, mais geralmente, poder-se-ia dizer, numa ‘humanização das ciências humanas’. Não se trata portanto de um retorno puro e simples ao sujeito ou a uma forma de humanismo pré-crítico, mas de um reequilíbrio, de uma mudança de escala que permite se interrogar no nível do indivíduo sobre quem se fundamenta o ‘ser-conjunto’, o vínculo social. [...] Essa guinada pragmática permite uma posição central à ação dotada de sentido, reabilita a intencionalidade e as justificações dos atores numa determinação recíproca do dizer e do fazer. O social não é mais então concebido como uma coisa, ele não é mais objeto de reificação pois o ator e o cientista são tomados ambos numa relação de interpretação que implica a intersubjetividade.

Corrêa e Dias (2016) consideram que a “virada pragmática” na sociologia francesa associou-se a uma crítica à sociologia clássica de Durkheim e à sociologia crítica de Bourdieu, recuperando tradições pragmatistas a partir da escola de Chicago e da crítica pós-estruturalista. Construiu-se uma oposição ao fundacionalismo e a sua consciência coletiva e distanciou-se do estruturalismo e de suas disposições duráveis. Os três eixos de produção que os autores identificam são: *Centre de Sociologie de L’innovation* (CSI), o *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM) e o *Centre d’Études des Mouvements Sociaux* (CEMS). Nesse mesmo sentido, Mello (2019) destaca a abordagem sociotécnica de Bruno Latour e Michel Callon, a economia das convenções e justificação de Luc Boltanski e Laurent

Thévenot e os trabalhos mais próximos ao interacionismo e à etnometodologia de Isaac Joseph, Louis Queré e Bernard Conein.

Essas abordagens têm em comum sua oposição às perspectivas da sociologia crítica e da escolha racional, apresentando alternativas. A sociologia que reduz os atores a maximizadores de utilidade (escolha racional) ou entende o mundo social com base na fraude ou dissimulação (sociologia crítica) “deixaria de gozar da capacidade de explicar as experiências dos próprios atores sociais” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 9). Essas categorizações prévias da ação não permitem a pluralidade/criatividade do agir no mundo (JOAS, 1996). A pragmática dos regimes de ação é, nesse sentido, um esforço “de descrever e analisar, em situação, a grande confusão de lógicas de racionalidade e de legitimidade que se imbricam em seus cursos de ação, e de decifrar os modos de organização da experiência de seus atores e espectadores” (CEFAÏ, 2009, p. 23).

A sociedade deixou de existir em sua dimensão funcional e totalizante e passou a ser encarada enquanto redes de associação de ‘elementos heterogêneos’ (Latour 2006:13), uma multiplicidade de arenas e coletivos (Cefaï & Trom 2001) ou simplesmente de públicos (Dewey 1927). A linearidade e a regularidade do mundo social, embora não completamente deixadas de lado, deram lugar à ênfase em rupturas, bifurcações, inovações e incertezas. Daí o novo peso conferido às noções de ‘evento’, ‘controvérsia’, ‘affaire’, ‘crise’, ‘prova’ e ‘situação’. (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 70).

É preciso destacar que o pragmatismo filosófico norte-americano, nesse primeiro momento, não figurava entre as fontes primárias da sociologia pragmática em Boltanski e Thévenot (THÉVENOT; STAUVO-DEBAUGE, 2015), e essa aproximação é tardia no campo, o que Mello (2019) chamou de uma segunda geração. Stavo-Debauge (2012), em um texto crítico sobre a virada pragmática, cita entrevistas em que Laurent Thévenot e Luc Boltanski afirmaram ter lido a filosofia pragmatista depois da publicação de *De la justification*. Além disso, o autor, membro do GSPM, afirma que “De la critique”, de Boltanski (2009), é um “gesto bem pouco pragmático” (STAVO-DEBAUGE, 2012, p. 3). Stavo-Debauge (2012) considera que podemos perceber essa aproximação ao pragmatismo clássico norte-americano com os trabalhos de: Isaac Joseph, Louis Queré, Albert Ogien, Alexandra Bidet. Destacamos, também, a aproximação com as obras dos filósofos americanos, especialmente John Dewey, nos trabalhos de Daniel Cefaï e Francis Chateauraynaud (CORRÊA; DIAS, 2016; CEFAÏ; JOSEPH, 2002; MELLO, 2019).

Nesse “guarda-chuva” da sociologia pragmática, não há uma identidade sobre a prática do saber sociológico, nem um engajamento comum, mas sim um “ar de família”, inspirações e traços, para reformulação de uma teoria da ação social. Com o questionamento

das categorias sociológicas tradicionais, classe e estrutura, por exemplo, surgem abordagens em que a ação, o ator e o plano da experiência ganham centralidade. Totalidade, estabilidade e hábitos são substituídos, então, por microssituações, controvérsias e emergências. Chateauraynaud (2017) identifica nessas variações um triângulo epistêmico: justificação, rede e ação situada. O autor destaca que a pluralidade de correntes sociológicas que resgatam os autores clássicos do pragmatismo americano apoia-se em uma longa tradição de estudos dos fenômenos coletivos, na construção de problemas públicos e lógicas de ação situada, defendendo pluralismo metodológico (CHATEAURAYNAUD, 2016; CEFAÏ, 2015). Ele considera que as abordagens possuem em comum alguns traços: i) reivindicam o empirismo; ii) centralizam a ação e a pluralidade de suas lógicas; iii) prioridade coletiva da pesquisa; iv) multiplicidade de formas de experiências e de saberes (CHATEAURAYNAUD, 2017).

Quéré e Tezi (2011) sugerem que a pesquisa etnometodológica ganharia com a aproximação com o pragmatismo ao levar em consideração a natureza estética e experimental da experiência, bem como a papel da emoção na orientação da ação. Mais do que uma análise das interações sociais, aponta-se para uma análise em termos de transações (*trans-action*). Quéré e Terzi (2015) buscam, então, desenvolver uma abordagem da experiência pública a partir da aproximação entre filosofia pragmatista e sociologia etnometodológica. Os autores citam duas intuições a partir dos estudos empíricos: i) a coletividade política se constitui pelos processos empreendidos por seus membros para colocar certas questões, e não outras, e para solucionar determinados problemas públicos; ii) o trabalho ganharia ao utilizar métodos habitualmente reservados às análises de interações. Desse modo, eles assumem os problemas públicos enquanto processos contingentes, não como resultados dados, e utilizam os métodos desenvolvidos pela etnometodologia e análise da conversação.

Nos esforçamos, então, em documentar como as atividades e os atos discursivos intervêm na condução das investigações e informar sobre suas consequências, em particular no que diz respeito à configuração dos problemas e à organização dos coletivos políticos que eles realizam [...] o pragmatismo de Dewey nos conduziu a afirmar o caráter reflexivo de nossas análises dos problemas públicos enquanto investigações (sociológicas) sobre as investigações (públicas). (QUÉRÉ; TERZI, 2015, p. 3, tradução nossa⁴³).

⁴³ “*Nous nous efforçons donc de documenter comment des activités et des actes de discours interviennent dans la conduite des enquêtes et de rendre compte de leurs conséquences notamment s’agissant de la configuration des problèmes et de l’organisation des collectifs politiques qu’elles accomplissent. [...] le pragmatisme deweyen nous a conduits à affirmer le caractère réflexif de nos analyses des problèmes publics en tant qu’enquêtes (sociologiques) sur des enquêtes (publiques)*” (QUÉRÉ; TERZI, 2015, p. 3).

Sendo assim, como **posturas pragmatistas** comuns, temos: i) a pluralidade de modos de ação; ii) a capacidade crítica dos atores de estarem atentos às suas práticas; iii) a reintrodução dos não humanos (objetos, actantes, dispositivos); iv) atenção às controvérsias, conflitos e transformações. Ou seja, elas afastam-se das explicações engessadas/deterministas do social, para ir além da dicotomia agência-estrutura, e, por isso, permitem problematizar as dimensões política e moral do agir; centram sua atenção nos interesses e nas moralidades, bem como das consequências da ação, como objetos de pesquisa, e não na explicação total da ação; e buscam reconciliar a criatividade do agir e a regularidade da ação social (pelas aderências e fricções).

A filosofia de John Dewey está estreitamente associada à obra dos autores, pela abordagem dos problemas públicos com as noções de situação problemática, de investigação e de organização dos públicos, por exemplo (QUÉRÉ; TERZI, 2015). Em Dewey, como vimos, a investigação (*inquiry*) é mais que um conceito, é um método de organização da experiência, inscrita num contexto, com processo aberto e pluralista de descoberta. “A teoria da investigação de J. Dewey prevê um mundo no qual a experimentação serve como um método de resolução de problemas e de fixação (e mudança) de valores e hábitos” (OGIEN, 2014, p. 573, tradução nossa⁴⁴). Como decorrência na sociologia pragmatista, destacamos a abordagem dos problemas públicos em Cefai e Terzi (2012), com aprofundamento da constituição dos problemas públicos a partir de etnografias. Cefai (2017b, p. 130) considera que Mead e Dewey “repetiram muitas vezes: a política deve definir e resolver os problemas públicos por um método de indagação e de experimentação”.

Hans Joas defende que as abordagens pragmatistas possibilitam uma teoria de ação mais adequada que a versão racionalista de Habermas (JOAS, 1996). A abordagem semiótica da ação de Mead, para o autor alemão, permite o surgimento de múltiplos e sobrepostos universos de discurso e ações simbólicas coletivas, como os atos de uma instituição social. Desse modo, a teoria da ação em Mead “centra a natureza corpórea ou corporificada da ação humana, a natureza necessariamente situacional ou contextual da intencionalidade e a

⁴⁴ “*La théorie de l'enquête de J. Dewey envisage un monde dans lequel l'expérimentation sert de méthode de résolution des problèmes et de fixation (et de changement) des valeurs et des habitudes*” (OGIEN, 2014, p. 573).

natureza essencialmente social da ação, tanto ontogênica quanto filogenética” (HUEBNER, 2017, p. 4, tradução nossa⁴⁵).

Aprofundaremos, na próxima seção, na noção de arenas e de problemas públicos com Daniel Cefaï e na balística sociológica das transformações com Francis Chateauraynaud, ou seja, segunda geração da sociologia pragmatista francesa (MELLO, 2019), para construir os operadores analíticos para analisar a ação pública pragmatista nesta tese. Traremos, então, algumas notas conceituais do projeto de Daniel Cefaï e Francis Chateauraynaud, explorando textos seminais da abordagem e destacando algumas aproximações com a noção de ação pública em contextos de reparação.

2.3.1 Problemas públicos e arenas públicas em Daniel Cefaï

A renovação do interesse pelo conceito de público de inspiração pragmatista surge nos anos 1990 na França. Encontramos, nesse período, uma defesa pela ecologia da experiência nos estudos do público, “uma perspectiva pragmatista em contraponto às pesquisas realizadas em ciência política sobre a mudança institucional, o aprendizado evolutivo, a inclusão na agenda e a fábrica das políticas públicas” (CEFAÏ, 2017a, p. 188). O ponto de partida da reestruturação é “O público e seus problemas”, de John Dewey. Cefaï et al. (2015, p. 1, tradução nossa⁴⁶) referem-se a esse projeto de reaproximação do seguinte modo:

Nossa primeira tarefa foi fazer um balanço dela, identificar um certo número de questões, escolher e reler alguns textos, entender como esse ou aquele autor se apoderou de uma determinada ideia e a utilizou em seu próprio trabalho de pesquisa. Como o pragmatismo funciona para nós? O que nós lembramos? Como o mundo dessas obras ainda fala conosco? Quais foram as modalidades e desafios desses processos de recepção, apropriação, interpretação e aplicação? O que foi dito e feito

⁴⁵ “centers the corporeal or embodied nature of human action, the necessarily situational or contextual nature of intentionality, and the essentially social nature of action, both onto- and phylo-genetically” (HUEBNER, 2017, p. 4).

⁴⁶ “Notre première tâche aura été d’en faire le point, de repérer un certain nombre d’interrogations, de choisir et de relire quelques textes, de comprendre comment tel ou tel auteur s’est emparé d’une idée particulière et l’a fait jouer dans son propre travail de recherche. Comment le pragmatisme nous travaille-t-il ? Qu’en retenons-nous ? En quoi le monde de ces œuvres nous parle-t-il encore ? Quels ont été les modalités et les enjeux de ces processus de réception, d’appropriation, d’interprétation et d’application ? Qu’est-ce qui a été dit et fait de ces textes, qu’est-ce qu’on leur a fait dire et qu’est-ce qu’ils ont permis de faire ? Mais aussi, en quoi une démarche pragmatiste, dont le sens reste à définir, s’éprouve-t-elle dans les façons de s’engager dans des enquêtes de sciences sociales ? En quoi la référence aux pragmatismes nous aide-t-elle à travailler ? Comment et pour quoi ces idées, qui datent pour certaines de plus d’un siècle, nous permettent-elles de décrire et d’analyser le monde contemporain ? Que nous disent-elles et de quoi nous rendent-elles capables ?” (CEFAÏ et al., 2015, p. 1).

com esses textos, o que eles foram feitos para dizer e o que eles permitiram que fosse feito? Mas também, como uma abordagem pragmatista, cujo significado ainda precisa ser definido, pode ser sentida nas formas de engajamento em pesquisas de ciências sociais? Como a referência aos pragmatismos nos ajuda a trabalhar? Como e para que essas ideias, algumas das quais datam de mais de um século, nos permitem descrever e analisar o mundo contemporâneo? O que eles nos dizem e do que nos tornam capazes?" (CEFAÏ et al., 2015, p. 1).

Em diálogo com essas questões postas, esta seção pretende refletir sobre os caminhos que a abordagem dos problemas públicos em Daniel Cefaï nos torna capazes de dizer, o que e como nos faz ver e fazer em campo ou, dito de outro modo, como nos ajuda a pesquisar a ação pública. Destacamos, de antemão, nessa vertente, as seguintes noções: problematização, *tornar público* (publicização⁴⁷) e arenas públicas.

O espaço de disputa do político, nessa perspectiva, se dá em torno de uma situação problemática. Em vez de analisar a “construção” dos problemas sociais, como uma questão de representações subjetivas, a abordagem concentra-se em descrever a “ecologia da experiência pública” (CEFAÏ, 2017a). Essa concepção mobiliza as noções de experiência-investigação-transação para compreensão da situação problemática. Com isso, levam-se em conta as provas sensíveis, afetivas e avaliativas que integram o processo de investigação para compreender o distúrbio, e o modo como se constitui (ou não) enquanto problema público. Essa experiência, sem separar o cognitivo-racional do sensível-percebido, recoloca os seres em transação. Trata-se, então, de compreender a experiência dos problemas públicos em seu “habitat experiencial”, a saber, pelas “transações que as formas de vida mantêm com seu ambiente” (CEFAÏ, 2017a, p. 191). Para trazer inteligibilidade a essa *ecologia*, então, é necessário descrever dimensões ordinárias da experiência, costumes, modos de ver, dizer e fazer em interação com os meios (*milieux*).

Essa perspectiva ultrapassa a separação micro e macro, entre os atores e seus meios. Na experiência, mesclam-se pessoas, objetos, regras, instituições e discursos materializados, sensações, memórias e fenômenos históricos, perspectivas de futuro e consequências ancoradas nos meios (*milieux*), o que torna necessária uma descrição densa. A partir de tais premissas, “as categorias descritivas e analíticas do investigador estão ancoradas nos

⁴⁷ Consideramos que o conceito de publicização no campo da administração possa ser problemático e deve ser utilizado com cautela, na medida em que pode confundir o leitor habituado com seu uso como processo dar publicidade no âmbito da comunicação pública ou, ainda, do sentido atribuído por Bresser-Pereira com o Plano de Reforma Administrativa do Estado (PDRAE), em analogia à privatização como a passagem dos serviços para o privado, em que chamou a passagem dos serviços não-exclusivos do Estado para a propriedade pública não-estatal como publicização. Para ver mais: PEREIRA, L. C. B. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 5-42, 2014.

contextos de experiência dos entrevistados” (CEFAĬ, 2011, p. 549, tradução nossa⁴⁸), e, nesse sentido, destacam-se os métodos fenomenológico, etnográfico e etnometodológico. Cefaï (2011, p. 549, tradução nossa⁴⁹) destaca que uma análise de situação não é uma tomada de posição pelo “micro” e contra o “macro”, mas uma compreensão de que os próprios atores implicados são capazes de movimentar suas referências, local-global, dentro-fora, nativo-estrangeiro, no espaço e tempo:

Variar as escalas de referência e os gradientes de relevância, de enquadrar e ampliar aquilo com que estão lidando em várias quantidades espaciais e durações temporais. E longe de se moverem em uma presença pura, atuam em meio a estruturas sociais e processos históricos, de todos os tipos, que se materializam em objetos, discursos, regras, instituições. Praticar a análise de situação, como faz a etnografia, não é tomar o lado do 'micro' contra o 'macro', mas aprender a observar e descrever, a partir de pistas capturadas *in situ*, contextos de experiência política

Por meio da noção de experiência, não se separa sujeito-objeto, já que atores e seus meios constituem-se mutuamente em transações.

A totalidade integrada, formada pelas transações do organismo e de seu ambiente, conhece uma crise. Como ser vivo (*life form*), o organismo deve iniciar uma pesquisa [*inquiry*] para determinar qual é o problema e tentar resolvê-lo transformando seu meio de vida e as relações que mantém com ele. (CEFAĬ, 2017a, p. 188-189).

A situação problemática, portanto, não é apenas uma questão de uma representação de um problema pelo ator, mas ocorre na transação atores-meios (*milieux*) no fluxo da experiência. É a partir da dinâmica coletiva em torno de um distúrbio, visando enfrentar uma problemática que afeta seres humanos, seres vivos e planeta, por meio de questionamentos e de uma investigação (*inquiry*), que emerge o problema e seu público (DEWEY, 2010b; CEFAĬ, 2017a). Assim, a passagem do distúrbio à situação problemática se dá pela investigação.

Um distúrbio nasce da indeterminação da situação que os membros de uma coletividade deverão circunscrever, conter, compreender, controlar [...] Então, pessoas, grupos, organizações e instituições se mobilizam, em lugares e momentos diversos, e tentam reconhecer, cada um a partir de sua perspectiva, em que consiste

⁴⁸ “Si l’on part de telles prémisses, les catégories descriptives et analytiques de l’enquêteur s’ancrent dans les contextes d’expérience des enquêtes” (CEFAĬ, 2011, p. 549).

⁴⁹ “Du reste, les acteurs sont eux-mêmes capables de faire varier les échelles de référence et les gradients de pertinence, de cadrer et de zoomer ce à quoi ils ont affaire dans diverses grandeurs spatiales et durées temporelles. Et loin de se mouvoir dans une pure présence, ils s’activent au milieu de structures sociales et de processus historiques, de tous types, qui se matérialisent dans des objets, des discours, des règles, des institutions. Pratiquer l’analyse de situation, comme le fait l’ethnographie, ce n’est pas prendre le parti du ‘micro’ contre le ‘macro’, mais apprendre à observer et à décrire, à partir d’indices saisis *in situ*, des contextes d’expérience du politique” (CEFAĬ, 2011, p. 549).

esse distúrbio e, se necessário, tentam identificá-lo e defini-lo, atribuir-lhe causas e razões, determiná-lo como um problema. Examinam seus diferentes aspectos, tendo em vista sair do nevoeiro da indeterminação, tentam delimitar ‘o que está errado’, formulam hipóteses ou conjecturas, propõem explicações e interpretações. Fazem uma investigação. (CEFAÏ, 2017a, p. 189).

Quando surge, como uma incógnita, e ainda sem articulação conceitual ou na linguagem, o distúrbio é vivido como inquietação, como angústia, abala a sensação de segurança ontológica. Antes de agir sobre o distúrbio, ou até mesmo de torná-lo um problema público, os atores padecem e se compadecem, “são *afetados* pelas situações que eles contribuem para definir e controlar, e passam por avaliações daquilo que, ali, é desagradável, repugnante, inaceitável ou insuportável e daquilo que, ao contrário seria desejável” (CEFAÏ, 2017a, p. 191).

Os atores iniciam o processo de investigação para apreendê-lo, “tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, deliberam, interpelam a opinião e os poderes públicos” (CEFAÏ, 2017a, p. 188). É por meio da investigação que o sentido político se constrói. Nessa perspectiva, ele não pode ser determinado *a priori*, mas se forma através do processo de mobilização coletiva no processo de investigação. Nesse processo investigativo, os atores contam com conexões e suportes materiais (dados, medições, estatísticas, parâmetros, por exemplo) e mediações organizacionais (associações, mídia, órgãos públicos, por exemplo) (CEFAÏ, 2017a).

Uma trama de suportes e de conexões materiais — corpus de saberes, bancos de dados, estatísticas para quantificar, leis para acionar e técnicas para usar: o distúrbio é configurado num espaço de equivalências mediante, por exemplo, séries de medições meteorológicas, classificações segundo nosologias médicas ou categorizações regulamentares ou legais. E essas configurações têm como operadores as mediações organizacionais, já existentes ou que venham a surgir. (CEFAÏ, 2017a, p. 193).

As cenas de reparação são repletas de suportes tecno-científicos, jurídicos, equipamentos e estatísticas do risco. O reconhecimento e credibilidade do distúrbio enquanto situação-problema dependem, também, dessa trama de conexões, de dispositivos jurídicos, simbólicos, contábeis e midiáticos. Ao mesmo tempo, com os dispositivos, o distúrbio vai tomando forma, em interação, pela categorização e intervenção disponíveis de públicos específicos. O problema público, dito de outro modo, existe enquanto experiência coletiva, e essa experiência se apresenta de três modos: a “dimensão estética, experimental e interacional”, logo a “capacidade de sentir, julgar e agir” (CEFAÏ, 2017a, p. 196). Ou seja, i) há uma prova estética, os sentidos afetivos e estéticos, aquém dos raciocínios e lógicas, dão acesso ao mundo; ii) é uma experimentação prática, e os testes de realidade nos dão

capacidade de ação; iii) é uma troca interacional em que o acesso “ao bem, ao direito ou à verdade nunca é solitário, mas passa por interações com os outros e com as coisas” (CEFAÏ, 2017a, p. 196).

A constituição de um problema público atravessa, portanto, percepção, memória e moralidade. A transformação dos ambientes com a situação problemática e a investigação, nesses momentos, reconfigura os contextos de percepção e os modos de uso dos objetos bem como rearticula os campos de experiência. Ou seja, ela mobiliza novas transações e leituras dessas relações a partir “das memórias, da sensibilidade e do imaginário” (CEFAÏ, 2017a, p. 194).

Então, pessoas, grupos, organizações e instituições se mobilizam, em lugares e momentos diversos, e tentam reconhecer, cada um a partir de sua perspectiva, em que consiste esse distúrbio e, se necessário, tentam identificá-lo e defini-lo, atribuir-lhe causas e razões, determiná-lo como um problema. Examinam seus diferentes aspectos, tendo em vista sair do nevoeiro da indeterminação, tentam delimitar ‘o que está errado’, formulam hipóteses ou conjecturas, propõem explicações e interpretações. Fazem uma investigação. Essa investigação tem necessariamente uma dimensão normativa: trata-se simultaneamente de imputar responsabilidades, denunciar negligências ou infrações, eventualmente designar vítimas e culpados, em suma, fazer julgamentos de ordem estética, moral, legal ou política a fim de reparar os danos ou punir os erros. (CEFAÏ, 2017a, p. 189).

Diante de uma situação problemática, os atores lançam perguntas em torno do problema, procuram causas, culpados, vítimas, consequências prováveis.

Quem fez o quê, com quem, contra quem, onde, quando, como, por quê, visando o quê e com que consequências, diretas ou indiretas? [...] Quem deve responder por seus atos? Com que grau de intenção ou negligência agiu o suposto culpado? Quem sofreu os danos e pode exigir justiça? Quem está habilitado a julgar? Quem é encarregado de punir ou de reparar? Quais atores devem ser designados como responsáveis pelo processo de restauração da ordem? (CEFAÏ, 2017a, p. 197-198).

Essas questões se inter-relacionam na experiência, mobilizam provas sensíveis, afetivas e avaliativas dos atores implicados na investigação. O conflito em torno da definição do problema engendra processos de discussão, de mobilização e de deliberação. Os atores disputam as categorizações e as respostas, as quais operam no processo de definição do problema e de suas soluções. Em um campo de experiências coletivas a respeito da situação problema, modos de ver, dizer e fazer, narrativas e depoimentos, os atores procuram apreender um estado das coisas (CEFAÏ, 2017a). “Sem o envolvimento num processo de definição e de resolução de situações problemáticas que leve ao reconhecimento delas, à sua explicitação e ao seu controle, tanto afetiva como cognitiva e normativa, o distúrbio permanece tácito ou latente” (CEFAÏ, 2017a, p. 192). A configuração de um distúrbio

enquanto problema passa pelos atravessamentos, pelas provas no habitat da experiência e pelas categorizações e enquadramentos que lhe são aplicados.

A partir da problematização, os atores procuram lançar o problema como público e, para isso, precisam convencer e sensibilizar um público mais amplo de que aquele é um problema público legítimo, que merece atenção e intervenção.

Inventam, na teoria e na prática, dispositivos de intervenção cuja operacionalização requer convencer outras pessoas, em privado e em público, sobre a legitimidade de seus diagnósticos. É preciso sensibilizá-las, envolvê-las e talvez mobilizá-las. Em suma, entram numa lógica do *problem-defining* e do *problem-solving*. (CEFAÏ, 2017a, p. 189-190).

A designação de um responsável, de um culpado, atua no processo de compreensão mais amplo do político, para além dos atores implicados no espaço público (CEFAÏ, 2011). As organizações (associações locais, organizações da mídia ou de pesquisa, por exemplo) podem se tornar caixas de ressonância e fazer reverberar informações, diagnósticos e relatos (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011). Assim, associações podem ser criadas ou mobilizadas (ou não) frente à situação problemática; organizações de comunicação e da mídia podem dar visibilidade (ou não) para outros públicos; organizações de pesquisa podem atuar contribuindo (ou não) para melhor compreensão da situação; organizações públicas podem querer trazer a definição e solução do problema pra si (ou não). Organizações de comunicação, grupos políticos, associações e coletivos, portanto, integram a arena pública ao formularem críticas, diagnósticos e prognósticos, ao produzirem depoimentos ou lançarem perspectivas do possível (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011). As organizações, sobretudo, devem ser vistas pelos modos como associam e dissociam as pautas, as agendas, as narrativas e os objetos.

Felstiner, Abel e Sarat (1980) destacam três atividades centrais em situações de disputa: nomear (*naming*); culpar (*blaming*); reivindicar (*claming*), e sugerem o estudo desses processos, de suas transformações. Os autores consideram que essas etapas são instáveis e reativas e, em seu *framework*, apresentaram como elementos para analisar esses processos: as partes, os grupos de referência, os representantes, as instituições de disputa, as atribuições de responsabilidade, o conflito, os objetivos, os mecanismos, as ideologias que prevalecem (FELSTINER; ABEL; SARAT, 1980). Eles estavam interessados, sobretudo, na emergência e nas transformações das disputas. Cefaï (2017a) considera que essas atividades atuam no sentido de lançar o problema como público e demandar respostas, implicar institucionalidades.

O processo de transformação de uma experiência particular em uma experiência de dano percebido é o que os autores chamam de nomear (*naming*). Eles exemplificam, por exemplo, com o caso do aumento da incidência de câncer em uma zona de testes nucleares. Até que se torne um dano, a vítima deve aprender que está doente. Ou seja, deve haver uma transformação de um dano não percebido em “uma experiência de um dano percebido”⁵⁰ (FELSTINER; ABEL; SARAT, 1980, p. 633). O próximo passo é a transformação de um dano em uma queixa, mas não uma queixa genérica; trata-se de atribuir “culpa” a um indivíduo ou grupo, de identificar falhas e causas, o(s) responsável(eis). Os autores chamam esse processo de culpar (*blaming*). A transformação para a reivindicação (*claming*), passa pela comunicação da reivindicação, quando dirigem a reivindicação de alguma remediação a outrem, e, quando não é atendida, abre-se um processo de disputa. Essa rejeição pode ser expressa e anunciada, mas pode ser uma rejeição parcial, uma resistência, um atraso (FELSTINER; ABEL; SARAT, 1980).

Para Cefai (1996), ao narrar e nomear, os atores já estão agindo, entrando em uma lógica de descrição do problema com vistas a resolver a situação. Por vezes, a identificação do problema já sugere a solução, o culpado, a vítima e as reivindicações, e, por isso, é repleta de contestações e conflitos. Por exemplo, ao definirem a área de contaminação proveniente de uma fábrica, os atores não só se identificam o problema (a contaminação), como o culpado (a empresa), as vítimas (usuários da água naquela região) e os implicados (comitês de governança da água, ministério público, poder público, agência reguladora, Justiça). A partir das definições do alcance do problema (no tempo e espaço), os atores procuram os modos legítimos de buscar suas reivindicações (interrupção das atividades escolares na região até abastecimento com água potável; descontaminação da água; compensações pelas perdas de produção das empresas locais desabastecidas e pelos custos dos moradores). Essas definições são disputadas pelos atores, e pode se iniciar um *blame-game*, quando procuram atribuir a culpa pelos problemas ou pela solução uns aos outros (HOOD, 2011).

Os conflitos, aqui, são produtores de sentidos na perspectiva dos problemas públicos. Há uma face criativa do conflito capaz de trazer efeitos institucionais e morais a respeito de problemas públicos (CEFAI, 2017a). Os conflitos podem reconfigurar as dinâmicas locais, e, por isso, a situação de crise é, acima de tudo, criativa, exige mobilização e engajamentos. Sem

⁵⁰ “*perceived injurious experience*”.

engajamento e mobilização o distúrbio pode até não se configurar como problema. Cefai, Veiga e Mota (2011, p. 51) consideram que “engajamento pessoal e mobilização coletiva contribuem para a formação da experiência do mundo, de si e do outro, e para a emergência de normas éticas, jurídicas e políticas de um bem-viver coletivamente”. Assim, por meio dessas emergências para solucionar o problema, procura-se estabilizar o conflito em torno de uma comunidade, de uma opinião pública, de uma discussão técnica ou racional, de uma disputa jurídica ou de instrumentos ou leis (CEFAÏ, 2017a). Essas disputas assumem diferentes formas e movimentos de acordo com o ambiente em que ocorrem (CEFAÏ, 2017a).

A emergência do político não pode, por isso, ser definida a priori, já que se constitui pelos públicos que se formam em torno de situações problemáticas, dessas disputas ou “quando há um bem público a ser alcançado ou um mal a ser evitado” (CEFAÏ, 2011, p. 546, tradução nossa⁵¹). Os atores se conectam com finalidade de resolver as situações problemáticas e procuram ultrapassar os limites daqueles imediatamente implicados na situação para que o processo se torne político, torne-se público. A abordagem dos problemas públicos apresenta, assim, o problema e o público em sua processualidade e torna necessário o aprofundamento das múltiplas dimensões de sua constituição, bem como de seus movimentos em busca de estabilizações. Em síntese, ela destrincha como os atores, por meio da investigação, em suas experiências coletivas, nos meios (*milieux*), fazem emergir um problema; como apreendem e categorizam elementos, mobilizam atores, repertórios e materiais; como se engajam, disputam ou se associam, com vistas a definir um distúrbio enquanto um problema que, por ser público, merece ser resolvido. Nesses processos, as normatividades e moralidades podem ser acessadas em situação, já que o problema não, necessariamente, é o mesmo em diferentes meios. À vista disso, faz-se necessária a perspectiva ecológica da experiência e dos habitats, para evidenciar essa pluralidade e estar atento à pluralidade de modos de ver, fazer e sentir.

Cefai (2017a, p. 194-195), considerando crucial a descrição dessas primeiras etapas de problematização e de tornar público, exemplifica:

A emergência de uma síndrome de hipersensibilidade química pode apoiar-se em redes de médicos já empenhados na cura de doenças semelhantes — hipersensibilidade eletromagnética ou síndrome do edifício doente. Pode utilizar as mesmas plataformas web de outras doenças — miopatia ou aids — em que ‘pacientes’ se tornaram ativos na pilotagem de suas doenças e de seu tratamento e

⁵¹ “*Quelque chose comme du ‘politique’ émerge comme tel chaque fois que des collectifs se forment, s’interrogent ou s’engagent autour d’enjeux où il y va d’un bien commun/ public à atteindre ou d’un mal commun/public à écarter*” (CEFAÏ, 2011, p. 546).

nas suas batalhas com as instituições de saúde pública, com o corpo médico e os trustes farmacêuticos. Mas para entender esse processo é preciso descrever como pessoas comuns se transformaram em médicos clínicos, epidemiologistas ou farmacologistas, como aprenderam a descrever sua experiência, a compará-la com outras, a identificar seus traços em comum, a criar novas categorias, a descobrir causas e a testar terapias.

Essas provas e categorizações devem ser compreendidas na situação, já que os atores podem culpar um determinado ator (humano ou não humano) em um meio, enquanto em outro essas mesmas provas podem não ser suficientes para transformar esse elemento em um problema com contextos de percepção apreendidos por outras forças. Dessa maneira, compreender como os atores se conectam (transacionam) nos meios (*milieux*) com as materialidades, as normatividades e as moralidades é importante. Isso porque não se assumem os problemas como evidentes. Essas moralidades, por exemplo, ecológicas e econômicas, que atuam na problematização de um desastre, no julgamento das provas, nos repertórios, tornam-se inteligíveis somente a partir do ponto de vista dos atores mesmos e, por isso, devem ser analisados em situação (CEFAÏ; VEIGA; MOTTA, 2011). Assim, uma atenção particular deve ser dirigida:

Aos significados normativos que os atores dão a seus engajamentos nos contextos da experiência. Eles entram em disputas em torno das provas de decência, de respeito ou de dignidade, de liberdade, de direito e de justiça. Eles se afrontam pela troca de críticas, de denúncias e de reivindicações e se refêm às ‘economias morais’ do bem e do mal, do aceitável e do intolerável, do autorizado e do ilegítimo. E eles não cessam, diante de suas tomadas de posição, de transformar os jogos de poder nos quais estão presos – irredutíveis às simples relações de dominação, quedas-de-braço ou conflitos de interesse. (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 14).

Com a configuração do problema e dos públicos, as arenas públicas se manifestam como esse espaço em que o político se manifesta. A arena tem uma característica dramaturgica, de espaço de luta, de uma ordem simbólica em Daniel Cefaï, que se inspira em Erving Goffman, Joseph Gusfield e Victor Turner, por exemplo, e resgata uma perspectiva pragmatista especialmente de Dewey. A arena é constituída, portanto, de cenas, de lutas e de dramas. Desse modo, bastidores, palco, luzes, objetos, atores centrais e coadjuvantes, *performance*, repertórios, auditórios, relações de força, conflitos e disputas, provocações e acordos, clímax e momentos estáveis integram a leitura das cenas (CEFAÏ, 2007). Em certo sentido, constituir o problema é também pacificá-lo e evitar uma crise, sendo que as pesquisas são um meio de impor autoridade cultural e manipular audiências.

Diferentes cenas compõem uma arena, e cada uma delas possui suas operações de dramatização, argumentação e narração que transportam seus auditórios (públicos) para o

campo da experiência. Há, especialmente, dispositivos e arranjos nessas cenas que agem e fazem agir (CEFAÏ, 2017b).

Existem arenas sociais de todo tipo, mas só quando esses mundos de mundos sociais, que configuram territórios, conhecimentos, tecnologias, organizações e instituições, são ordenados visando realizar um bem público ou evitar um mal público é que se fala de arenas públicas. Uma arena pública configura-se temporalmente sem que seja possível lhe atribuir fronteiras já instituídas. Ela se manifesta contando com seus apoios e lançando passarelas entre diferentes cenas públicas — faz com que se joguem, uma dentro da outra, publicidade midiática, judiciária, científica, política etc. (CEFAÏ, 2017a, p. 208).

Uma arena, portanto, é uma constelação de cenas jurídicas, midiáticas, administrativas, por exemplo, que interagem entre si, que se sobrepõem ou se combinam, que se anulam ou se impulsionam. O problema público pode ganhar força quando as cenas se nutrem mutuamente. Cefai (2017a, p. 209) afirma, por exemplo, que:

Sua força aumenta quando crescem o grau de mobilização dos múltiplos atores e o grau de ressonância junto a números auditórios, quando as diferentes cenas entram em ressonância umas com as outras, se interpelam e se respondem, se emprestam temas, recursos e informações.

A arena se organiza em termos de terrenos de indagação e laboratórios de experimentação (CEFAÏ, 2017b, p. 129), para públicos e auditórios diferentes. Nesse sentido, a arena não é um espaço-tempo uniforme ou homogêneo, articula-se em termos de organizações e formas de mobilização coletiva, de opiniões públicas e de dispositivos de ação (CEFAÏ, VEIGA; MOTA, 2011). As cenas podem acelerar a dinâmica de resolução do problema ou subordiná-lo a uma classe deles. Os problemas podem ainda ficar escondidos em zonas sombreadas das cenas (CEFAÏ, 2017b), e o processo de tornar público, por vezes, depende de lançar luz sobre essas cenas reservadas ao privado, de colocar no palco novos atores que estavam nos bastidores. Por vezes, as relações que se mantêm nos bastidores também são alvo de denúncia, como ilegítimas e imorais, e o ideal da transparência é evocado. Esse próprio ideal pode ter como efeitos colaterais a desconfiança e a vigilância em alguns ambientes. Cabe ao pesquisador compreender a composição das cenas, do aparato de iluminação às cortinas, e, ao descrevê-las, lançar luz sobre aspectos invisibilizados e invisibilizadores, sobre *performances* que mais agradam os públicos ou que os afastam das cenas, assim como “acompanhar e levar a sério os critérios de verdade, direito e justiça que surgem em meio à experiência dos atores, enquanto eles fazem indagações e experimentações” (CEFAÏ, 2017b, p. 134-135).

A arena pública, em Cefai (2017a; 2017b), procura integrar, mas ir além da lógica do lucro do mercado (estratégias racionais), da lógica de dominação de um campo (dominantes e

dominados), da lógica da argumentação ou de uma *ágora*, reunindo diferentes lógicas em uma ecologia dos problemas públicos. Não se negam as lógicas, mas, como vimos na “virada pragmática”, interessa o modo como elas são mobilizadas e utilizadas pelos atores mesmos. Sobretudo, “é preciso descrever precisamente, em cada lugar e em cada momento, de que modo categorias, argumentos, dramas e narrativas adquirem sentido por parte de seus produtores e receptores” (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 13).

Na arena, os grupos de interesse e os movimentos, por exemplo, procuram lançar seus argumentos a fim de convencer e recrutar atores e audiência na base das afinidades e das convergências ideológicas e políticas, enquanto os atores escolhidos como principais pelo auditório podem tentar desligar os interruptores da luz principal do palco ou apontá-la para outros cantos. Em uma arena, como “conjunto organizado de acomodamentos e competições, de negociações e arranjos, de protestos e consentimentos, de promessas e engajamentos, de contratos e convenções, de concessões e compromissos, de tensões e acordos mais ou menos simbolizados e ritualizados”, os atores disputam o próprio interesse público (CEFAÏ, 2017a, p. 208). O que queremos mostrar com essas noções é que o interesse público não pode ser encontrado ou definido a priori, mas acontece em ação, nas cenas e disputas que compõem a arena. Mais que isso, é uma pergunta sobre de quem são esses interesses ou o que eles fazem fazer nessas cenas, quais performam melhor nos meios (*milieux*). Mais ainda, passamos de etapas de um ciclo de políticas, para uma arena, o que amplia a complexidade e o interesse pela ação nos meios em interação (transação).

Não há público sem corpos sensíveis, sentidos e sentindo no meio do teatro do mundo, afetados por situações para ele insustentáveis, envolvidos na gestão das aparências, na troca de ideias ou no contágio das emoções, atentos a encontrar formas de viver junto. Não há público sem um sentido comum que se revela nas provas da sensibilidade, da afetividade e do imaginário, da memória e do projeto — sem uma experiência pública que funde novas dimensões da vida comum. (CEFAÏ, 2017b, p. 140-141).

Cefaï, Veiga e Mota (2011, p. 16) sistematizam algumas questões para a análise pragmatista das arenas que perpassam os conceitos apresentados até aqui:

Qual é o encadeamento que conduz as provas de sentimentos de injustiça à formulação de discursos de protesto nos espaços públicos (de proximidades ou mediados pelos meios de comunicação de massa e por instituições estatais), à organização de ações coletivas (constituição de associações, sensibilização de auditórios, mobilização de constituencies) e aos recursos apelativos das instituições judiciárias (*naming, blaming, claming*), cujo papel é regular os litígios, obter reparações às penas e fazer reconhecer direitos? (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 16).

Assim, o campo de experiência na situação problemática é uma prova estética, uma experimentação prática e uma troca interacional nas arenas públicas, “refere-se à capacidade de sentir, julgar e agir” (CEFAI, 2017a, p. 196). Acompanhar os processos de problematização e publicização nas arenas pode ajudar a compreender os processos de reconfiguração dos contextos de percepção, das formas de lidar e manusear os objetos e a rearticulação dos campos de experiência, com expectativas futuras e memórias sendo mobilizadas. Essa abordagem convida os pesquisadores a um “mergulho” na situação.

A reparação compõe o repertório de conceitos, para Cefai, Veiga e Mota (2011), que nos permite observar a complexidade de situações. Pensar a ação pública nesse contexto implica compreender o próprio processo de investigação e as configurações e reconfigurações que engendram nos meios em movimento; as provas e os suportes materiais e morais mobilizados pelos atores para nomear, culpar ou reivindicar; os elementos a que reivindicam e como se organizam em torno deles, mobilizam-se e engajam-se; os atores nas cenas e aqueles nos bastidores a quem procuram lançar luz; os dispositivos, arranjos e suportes jurídicos e institucionais em cena. Sobretudo, assumimos que as definições do desastre e da reparação estão em disputa em torno da *problematização* e da *publicização* (tornar público) dos distúrbios e seus limites.

Cada indagação — inquérito policial, reportagem jornalística, investigação judiciária, experimentação científica, audiência parlamentar, relatório de organização não governamental etc. — tenta estabilizar versões mais ou menos aceitáveis pelas diferentes partes do público e fixar as implicações do conflito. (CEFAI, 2017a, p. 198).

Desse modo, ao mobilizar a noção de arena pública para pensar a reparação, é a própria noção da ação pública aceita e elaborada pelos meios (*milieux*) para lidar com a situação problemática que está em análise. Além de compreender a ação pública na arena em torno de quem demanda (atores), o que demandam (objeto da disputa), para quem demandam (responsáveis e culpados) e como demandam (mobilizações, enquadramentos e repertórios), precisamos compreender a ação pública sendo disputada e organizada em torno da reparação pelos públicos.

O público, mais do que ser determinado por estruturas de mercado ou de campo, redefine o horizonte dos possíveis e organiza a experiência de suas tomadas de posição, a avaliação das imposições e das oportunidades que pesam sobre sua ação. Selecionando os elementos de definição da situação problemática em função da dialética dos meios e dos fins que eles projetam diante de si, os membros do público derrubam a influência que essa situação problemática tem sobre eles, dando-se oportunidades, formulando hipóteses e submetendo-as a testes que lhes permitem saber melhor com o que estão lidando. Reencontram uma capacidade de se orientar no mundo, de controlar suas trajetórias de vida, de compreender os acontecimentos que os afetam e, a partir daí, a liberdade de não serem passivos diante do que lhes

acontece, de reconquistarem uma autonomia nas relações de poder e, às vezes, de realizar ideais de direito ou de justiça. (CEFAÏ, 2017b, p. 132).

Para aprofundar na compreensão das trajetórias da ação pública em torno dos problemas comuns, as temporalidades das controvérsias, a noção de percepção e das relações de força nesses meios (*milieux*), na próxima seção nos aprofundamos em noções da balística sociológica de Francis Chateauraynaud.

2.3.2 Controvérsias e transformações em Francis Chateauraynaud

O trabalho de Francis Chateauraynaud também explora regiões teóricas e metodológicas também inexploradas pela primeira geração da “sociologia pragmática” e, além disso, reafirma o compromisso com os filósofos clássicos do pragmatismo para compor uma “sociologia pragmatista”. Para Mello (2019, p. 160), o autor desenvolve as “mais sólidas e pertinentes reconstruções conceituais na sociologia pragmática francesa em sua segunda onda, oferecendo uma pertinente articulação entre os aspectos perceptivo e comunicativo da ação”. Em seu projeto, Chateauraynaud desenvolve uma sociologia da percepção, dialogando pragmatismo e fenomenologia em torno da noção de *prises* (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014); dedica-se à argumentação e às trajetórias dos processos em torno de controvérsias, renovando aspectos epistemológicos e metodológicos (CHATEAURAYNAUD, 2011); alarga as possibilidades de análise das fábricas de cenários futuros e da criatividade dos meios (*milieux*) em torno das controvérsias, a partir de dossiês sanitários, ambientais e tecnológicos (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). O autor mescla a socioinformática das controvérsias com pesquisas de campo, dá destaque ao meio (*milieu*), às argumentações, temporalidades e transformações em dossiês de longa duração, ou seja, articula, metodologicamente, análise de grandes dossiês com descrições densas do campo. O grupo coordenado por Chateauraynaud, *Groupe de Sociologie Pragmatique e Réflexive* (GSPR), tem se dedicado ao seguinte: “a sociologia dos alertas e dos riscos; a sociologia das controvérsias e dos debates públicos; sociologia digital ou socioinformática; a sociologia da expertise; os modos de roteirização do futuro; a sociologia de novas formas de poder e da captura (*emprise*); formas de mobilização na escala internacional” (GROUPE DE

SOCIOLOGIE PRAGMATIQUE E RÉFLEXIVE, 2019, n.p., tradução nossa⁵²). Seus interesses estão tanto para “narrativas e argumentos, quanto em experiências, dispositivos e instrumentos sensíveis, meios e restrições materiais de ação e do julgamento no mundo (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2019, p. 127, tradução nossa⁵³).

Faremos, aqui, um breve diálogo com elementos centrais de sua obra que consideramos importantes para compreender a ação pública nesta tese. Desse modo, dialogamos com algumas de suas obras, *Experts et Faussaires* (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014), *Argumenter dans um champ de forces* (CHATEAURAYNAUD, 2011) e *Aux bord de l'irreversible* (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017), sem sermos exaustivos na complexidade de suas construções, mas procurando aprofundar nos conceitos e noções que permitem uma descrição da ação pública, como o conceito de apreensão (*prise*), a noção de balística e trajetória para pensar temporalidades e bifurcações nos dossiês e a interação das sócio-lógicas de ação em processos críticos nos meios (*milieux*).

Para iniciar, apresentamos alguns elementos da perspectiva sociológica da percepção desenvolvida por Francis Chateauraynaud em parceria com Christian Bessy que permitem compreender algumas de suas preocupações e seus posicionamentos que atravessam suas obras. No posfácio da segunda edição, em 2014, de *Experts et faussaires*, obra originalmente lançada em 1995, Bessy e Chateauraynaud (2014) ponderam que, no momento em que a obra foi escrita, contexto da primeira geração da sociologia pragmática da economia das grandezas e da teoria ator-rede, sem negar a importância das redes ou das disputas do sentido do justo que essas agendas fizeram avançar, consideravam que era necessário retomar a atenção às *coisas*, aos *corpos*, num quadro alargado dos afetos e das percepções. Para Chateauraynaud e Debaz (2017), os afetos referem-se às mudanças de estado que reconectam seres e situações, enquanto percebemos o mundo pelas mudanças que ocorrem nas apreensões sensíveis ao corpo.

⁵² “*la sociologie des alertes et des risques; la sociologie des controverses et des débats publics; la sociologie numérique ou socio-informatique; la sociologie de l'expertise; les modes de scénarisation du futur ; la sociologie des nouvelles formes de pouvoir et d'emprise; les formes de mobilisation à l'échelle internationale*” (GSPR, 2019).

⁵³ “*À vrai dire, la sociologie pragmatique des transformations telle que nous la pratiquons s'intéresse tout autant aux récits et aux arguments qu'aux expériences sensibles, aux dispositifs et aux instruments, aux milieux et aux contraintes matérielles de l'action et du jugement dans le monde*” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2019, p. 127).

Os autores preocupam-se com o que é invisibilizado ao partir do imperativo da generalidade (*monter en généralité*), quando representantes dos meios (*milieus*) traduzem de modo desencarnado suas questões ou as lançam nos espaços de justo “pré-fabricados”, o que gera alta carga emocional aos atores locais (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014). A preocupação com aquilo que está nas bordas da argumentação pública, que não emerge nas arenas, mas habita nos micromundos, é central para as análises: “a invisibilização das formas de vida, a produção do esquecimento ou da negação” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 479, tradução nossa⁵⁴). Consideramos esta construção profícua para pensar a ação pública, especialmente no contexto de reparação em questão, momento com alta carga dramática, pois, como vimos na seção anterior, frente a um distúrbio os atores são atravessados. Ademais, frente a esses atravessamentos, eles precisam, antes de argumentar, “ancorar em um mundo sensível”.

Bessy e Chateauraynaud (2014), então, desenvolvem uma leitura sociológica da experiência e da percepção, impulsionando as análises pragmatistas, por meio do conceito de *prises* (preensões ou aderências). Os atores recorrem, em interação, às preensões, como apoios da ação, que estão nas referências ou representações (*repères*) da realidade bem como na partilha da experiência perceptiva por meio das dobras (*plis*) dos corpos, para interpretar a experiência, como pontos de ancoragem. Essa construção pretende superar o binômio que separa percepção-representação, e os autores desenvolvem essa noção em diálogo, especialmente, com Merleau-Ponty e Deleuze.

A preensão reúne essas duas versões de pensar as *expertises*, como o encontro entre o dispositivo trazido pelos atores e uma rede de corpos em um momento de prova. Esses corpos oferecem as “saliências, dobras e interstícios” que fazem prova do real no fluxo da experiência (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 295). Essa noção “permite restabelecer o jogo entre os corpos e as qualificações, entre os engajamentos físicos e os enunciados” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 295, tradução nossa⁵⁵). A Figura 4 sistematiza as relações entre as representações (*repères*) e as dobras (*plis*) na obra.

⁵⁴ “L’invisibilisation de formes de vie, la production de l’oubli ou du déni font partie des opérations à prendre en compte dans nos analyses” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 479).

⁵⁵ “La notion de prise amorce une restitution des jeux entre les corps et les qualifications, entre les engagements physiques et les énoncés” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 295).



Figura 4 – As preensões na perspectiva sociológica da percepção

Fonte: adaptado de Bessy e Chateauraynaud (2014, p. 300).

A preensão se constrói pela relação entre as referências cognitivas e as dobras dos corpos e, portanto, permite trazer os corpos e as qualificações, os engajamentos físicos e os enunciados na pesquisa (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014). As preensões (*prises*) são demandadas em situações de prova quando não há, ou diminui, aderência entre as referências comuns atribuídas aos objetos e situações e as dobras dos corpos. As diferenças entre representações e estados dos corpos levam, então, os atores em busca de novas dobras (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014), em busca da “facticidade do mundo” (CORRÊA, 2014, p. 52). Assim, “contra a redução da percepção dentro de uma lógica de crenças e opiniões, ou ainda de vieses cognitivos, a sociologia pode entrar pelas fábricas de preensões, assim como das perdas de preensão, constitutivas da experiência do perigo, do risco e da incerteza” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 421, tradução nossa⁵⁶).

Ao investigar as trajetórias de problemas públicos, Chateauraynaud e Debaz (2017, p. 377, tradução nossa⁵⁷) destacam que precisamos estar atentos às formas de contra-

⁵⁶ “*Contre la réduction de la perception ordinaire dans la logique des croyances et des opinions, ou encore dans celle des biais cognitifs, la sociologie peut entrer par la fabrique des prises, et donc aussi des pertes de prise, constitutives de l’expérience du danger, du risque et de l’incertitude*” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 421).

⁵⁷ “*Si l’on veut comprendre comment se jouent, sur les bords, dans les angles morts de la focalisation sur les trajectoires publiques, les processus de différenciation qui défont et feront les articulations pratiques entre émotions et jugements, affects et percepts, il faut organiser des formes de contre-enquêtes. C’est un des*

investigação, ou seja, como os atores escapam, sentem, percebem e julgam as representações e os dispositivos que procuram atribuir sentidos ao vivido pelos atores.

Se quisermos entender como se desenvolvem, nas bordas, nos pontos cegos do enfoque nas trajetórias públicas, os processos de diferenciação que desfazem e farão as articulações práticas entre emoções e julgamentos, afetos e percepções, deve-se organizar formas de contra-investigações. É uma das principais fontes de uma sociologia pragmática se esforçar em apreender, em seus processos de transformação, as apreensões sensíveis que as pessoas e grupos fabricam e enfrentam, mesmo às margens dos dispositivos de objetivação das controvérsias públicas.

As competências presentes nas experiências ordinárias são mobilizadas nos momentos de prova ontológica. Em momentos críticos, essas competências consistem em acessar conhecimentos necessários para compreender as disputas, elaborar um sentido comum ou uma aprendizagem coletiva sobre e uma competência crítica. Sem entrar nos aspectos técnicos e formais que dividem *experts* e leigos, Chateauraynaud (2011) aponta para a elaboração de apreensões como elemento essencial dessas competências. Os *experts* precisam mobilizar mediações mais ou menos aceitas nessa relação dinâmica entre os pontos de referência e as dobras (representação e percepção). A noção de apreensão foi tomada como um processo gerador nesses momentos: “cada apreensão gera apreensões derivadas, o que se deve à variação contínua da experiência de buscar ‘ter apreensão sobre’ e discernir ‘o que dá apreensão a’” (CHATAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 606, tradução nossa⁵⁸). Ou seja, os atores procuram as mediações *certaines* nos momentos de prova, a saber, aquelas que vão gerar aderência dos seus raciocínios e explicações, de suas referências, nos *milieux*. Dito de outro modo, conquistar apreensões está relacionado a defender um “mundo sensível” e desenvolver sua capacidade de agir e convergir experiências sensíveis nos *milieux* e nos dispositivos (CHATEURAYNAUD, 2011). “Uma apreensão comum permite a qualquer protagonista refazer a prova, para reduzir a dúvida ou a tensão decorrente da relação com os objetos” (BESSY; CHATEURAYNAUD, 2014, p. 291).

Esse operador sociológico do ser-no-mundo apresenta um movimento de dupla operação (ação-percepção) e abre espaço para refletir sobre as relações de poder enquanto capacidade de agir sobre a ação de outro – resgatando a processualidade do poder, bem como

ressorts majeurs d'une sociologie pragmatique que de s'efforcer de saisir, dans leurs processus de transformation, les prises sensibles que forgent les personnes et les groupes face, ou plutôt, en marge des dispositifs d'objectivation les plus frayés par les controverses publiques” (CHATEURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 377).

⁵⁸ “chaque prise engendre des prises dérivées, ce qui tient à la mise en variation continue de l'expérience consistant à chercher à “avoir prise sur” et à discerner “ce qui donne prise à” (CHATAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 606).

torna-se uma abertura para os corpos pela noção de dobra (*plis*), ao lançar atenção sobre os detalhes da ação na relação situação-dispositivo-*milieux* e não pelas práticas incorporadas. Um ator engajado em um *milieu* e com aderência (*pris*) “qualificará espontaneamente como autêntica as experiências que desenvolve, porque fundadas sobre uma atenção às coisas e, cada vez mais, tenderá a dobrar (*replier*) o núcleo de experiências para avaliar alternativas argumentativas e produzir hierarquias” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 479, tradução nossa⁵⁹). O que está em jogo é a fábrica política de categorias e representações e a invenção de um espaço de expressão que dê conta das manifestações intersubjetivas e dos protocolos de objetivação (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Levada ao extremo, uma assimetria de preensões pode se transformar em uma *captura* (*emprise*), quando se controlam os acessos aos recursos para emancipação de outro. Há, sempre, para Chateauraynaud e Debaz (2017), tanto um maquiavelismo quanto uma servidão voluntária nesse processo, e o poder pode ser descrito nessa processualidade (CHATEAURAYNAUD, 2017).

Bessy e Chateauraynaud (2014) afirmam que os atores organizam sua experiência no tecido ontológico, e quatro elementos, ou pontos sensíveis, ajudam nesse processo de “*savoir-prendre*” a realidade. Mello (2019, p. 162, grifo nosso) sintetiza-os:

A existência de codificações de natureza simbólica que auxiliam na comunicação intersubjetiva em torno da incerteza sobre a validade de algum objeto; as impressões sensoriais provocadas pela fricção corpórea entre tal objeto e as pessoas que se relacionam com e sobre ele; os instrumentos de mensuração controlada que auxiliam na verificação e estimação dos objetos; e, por fim, os movimentos fluidos das redes que os fazem circular em diferentes coordenadas.

Esses elementos se constituem mutuamente, não isoladamente. Cabe, no desenvolvimento das análises das preensões, descrevê-los em ação e como, em maior ou menor grau, integram as preensões nos meios (*milieux*). Ou seja, como instrumentos, codificações, impressões e redes adentram o campo da experiência e permitem ou facilitam determinados pontos de contato entre os corpos, “pegadas” ou “deslizes”. Por vezes, de um lado temos protocolos, padrões e categorias de avaliação dos problemas e, de outro, reivindicações ancoradas na sensibilidade individual de atores nos meios (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). A abordagem das transformações procura levar a sério esses processos e essas reivindicações, que no curso da controvérsia podem ser classificadas como paranoicas, inclusive.

⁵⁹ “qualifiera spontanément d’authentiques, parce que fondées sur une attention aux choses, et plus il aura tendance à se replier sur son noyau d’expériences pour évaluer les alternatives argumentatives et produire des hiérarchies” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 479).

Um conceito central na teoria de Francis Chateauraynaud é o do lançador de alertas. Os alertas podem ser lançados e relançados no interior dos meios em interação e trata-se “de um trabalho perceptual, que trata de restituir positivamente a experiência contra a redução de uma percepção ordinária numa lógica de crenças e opiniões” (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 375, tradução nossa⁶⁰). O lançador pode ser qualquer pessoa, grupo ou instituição que interpela um curso de ação com vistas a evitar uma catástrofe ou pessoa, grupo ou instituição que rompe o silêncio para desvelar fatos passados (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). O ator, frente às questões problemáticas:

opera um trabalho de conversão e tradução, mais ou menos longa, mais ou menos visível, mais ou menos defensável, dando substância a slogans e representações resultantes de intensas batalhas argumentativas. O alcance dos argumentos deve, portanto, ser medido por seu grau de presença nos contextos de ação e julgamento diários. (CHATEAURAYNAUD, 2011, p. 17, tradução nossa⁶¹).

Os argumentos sofrem transformações ao longo das controvérsias, recebendo contra-argumentações, com as demandas por factuaisidades, pelas interações nas múltiplas cenas que passam. Essas transformações permitem analisar diferentes formas de disputa e de controvérsia, os modos de expressão da crítica que os atores mobilizam, assim como as fontes da mobilização coletiva (CHATEAURAYNAUD, 2011).

Para evitar o internalismo ou o externalismo ao tratar dos argumentos, ou seja, tratá-los como unidades isoladas da análise ou de uma predominância dos jogos de força que compõem, Chateauraynaud (2011) propôs a noção de alcance (*portée*), que integra sua balística sociológica, e, ao pensar no argumento como um dispositivo, permite analisar: o lançador ou enunciador; o objeto temático; e a sua extensão, suas consequências. O argumento pode atravessar diversas arenas e ele é considerado um bom argumento se consegue atravessar, se tem alcance. A ideia central de uma balística⁶² é a não linearidade dos

⁶⁰ “*d’un travail perceptuel, dont il s’agit de restituer positivement l’expérience contre la réduction de la perception ordinaire dans la logique des croyances et des opinions*” (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 375).

⁶¹ “*opère un travail de conversion et de traduction, plus ou moins long, plus ou moins visible, plus ou moins défendable, en donnant corps à des mots d’ordre et des représentations issus d’intenses batailles argumentatives. La portée des arguments doit ainsi pouvoir se mesurer à leur degré de présence dans des contextes d’action et de jugement quotidiens*” CHATEAURAYNAUD, 2011, p. 17).

⁶² Neste trecho, Chateauraynaud (2011, p. 74) desenvolve as noções em torno do termo balística: “*La référence, en sociologie, à l’idée de balistique est-elle métaphorique? S’agissant de décrire et de comparer des processus de lancement, des trajectoires et des points de chute, la question de l’utilité du recours à la métaphore est moins important que la cohérence interne du jeu de langage qu’elle permet de construire. Le répertoire notionnel sur lequel peut prendre appui ce jeu de langage est particulièrement nourri. Il y a d’abord des termes essentiels renvoyant aux visées des acteurs comme “cible”, “objectifs”, “visée”, “position”, “angle de tir”, “collimateur”, “ligne de mire” ou “champ de tir”; puis des termes qui indiquent*

processos, por isso o destaque na obra para figuras como: rebote (*rebondissement*), bifurcações (*bifurcations*), lançador (ex. *lanceur d'alerte*), ângulos (ex. *angles de futur*).

O trabalho crítico consiste em descrever em que contexto os argumentos são lançados, os seres ou objetos que ele afeta diretamente e o tipo de abertura ou de mudança que ele propõe (CHATEAURAYNAUD, 2011). O argumento é capaz, portanto, de relacionar passado, presente e futuro. Chateauraynaud (2012) expressou sua preocupação com relação à criação de um estado de emergência permanente na fenomenologia ordinária do mundo em rede que, em sua visão, escondeu ângulos futuros. Ao tentar resgatar essa perspectiva de futuro, mais uma vez, não se ancora apenas nos discursos, mas nos dispositivos que lhe dão suporte e nas pressões sobre o futuro. A noção de futuro torna manifesta a modalização entre percepção, argumentação e ação, modelização que engaja os atores num trabalho coletivo de levar em conta e de hierarquização de cenários múltiplos ou modelos de futuro – desejáveis ou não, abertos ou fechados, plausíveis, prováveis, possíveis ou imaginários (CHATEAURAYNAUD, 2012, p. 3, tradução nossa⁶³). Formar um bom ângulo de futuro é um dos objetivos dos lançadores em meio às controvérsias.

Chateauraynaud e Debaz (2017) apresentam a necessidade de estar atento e distinguir entre controvérsias públicas e controvérsias científicas. Isso porque elas não constituem a mesma categoria de provas, mas, por vezes, as incertezas científicas são mobilizadas por atores que assumem projetos diferentes, e, por vezes, opostos. Mais do que as distinguir, cabe compreender como elas são mobilizadas e se entrelaçam nas arenas, como se demarcam, como lançam argumentos. Além disso, os diferentes usos que os atores fazem

la force nécessaire à la formation d'un mouvement, à la description d'une trajectoire: "lanceur", "lancement", "rampe de lancement", "mise à feu", "détonateur", "propulsion", suivent des notions qui désignent la "trajectoire" elle-même comme l'"ascension", l'"apogée", la "descente" ou la "chute" mais aussi la "courbe", la "trace", le "parcours", ou le "tracé", la "rotation" ou la "mise sur orbite". D'autres mots concernent les modalités de "déplacement", le "mouvement", sa "vitesse", sa "déviation" ou sa "bifurcation", son "rebondissement" ou sa "dérivation", sans oublier l'"accident de parcours" et l'"erreur de tir". Il y a aussi les termes qui désignent les "impacts", la "portée", les "répercussion" et les "ricochets", les "effets rebonds" ou les "effets collatéraux". D'autres encore témoignent d'actions défensives ou de tentatives d'inversion comme de "contre-feu", l'"interception", de "détournement", la "réplique" ou même de "tir de barrage". De multiples expressions verbales enrichissent ce répertoire: "monter en puissance", "prendre son envol", "ne pas se tromper en cible", "corriger le tir", "atteindre ses objectifs", "avoir fait du chemin", "toucher au but", "décocher un trait", "faire mouche", "faire machine arrière", "laisser retomber", "attendre que cela retombe", "saisir la balle au bond"... et bien sûr "lancer une alerte". Malgré l'hétérogénéité des univers sémantiques auxquels renvoient tous ces mots et ces expressions, ils servent tous à caractériser l'action et le mouvement, en ouvrant sur une pragmatique des processus et des transformations".

⁶³ "Elles rendent en effet manifeste la modalisation nécessaire des rapports entre perception, argumentation et action, modalisation qui engage les acteurs dans un travail collectif de prise en compte et de hiérarchisation de multiples scénarios ou modèles du futur –souhaitables ou non souhaitables, ouverts ou fermés, plausibles, probables, possibles ou encore imaginaires" (CHATEAURAYNAUD, 2012, p. 3).

dessas controvérsias para seus posicionamentos políticos devem ser problematizados. Chateauraynaud (2014, p. 128) pondera que “no caso das controvérsias, ocorre uma forma de ruptura epistêmica, um abismo se instala, entre a restituição das configurações relacionais que ligam atores ou temas e o que está no cerne de qualquer controvérsia: o confronto argumentativo”.

Para o autor, na teoria das argumentações “dois tipos de argumentos referem-se aos métodos disponíveis para convencer da ocorrência de uma situação ou da plausibilidade de um futuro: o suporte de um ou mais precedentes e o raciocínio por consequências” (CHATAURAYNAUD, 2012, p. 4, tradução nossa⁶⁴). Para acompanhar as trajetórias, Chateauraynaud (2012) sugere: i) não fixar uma lista determinada de consequências para ver como elas se fabricam; e ii) levar em conta os ângulos de visão dos futuros dos quais dispõem os atores. O autor identifica a recorrência de uma tensão entre dois movimentos na sequência narrativa da visão de futuro: i) a referência ao passado que pode operar segundo a anterioridade (esse evento já existia), a comparação (já existiu um evento deste tipo) e propensão (nós já somos lá); ii) o futuro imediato (em breve seguiremos), o futuro que necessariamente virá (em breve teremos que) ou o futuro plausível ou provável (em breve isso pode acontecer) (CHATEAURAYNAUD, 2012).

Um mesmo dispositivo de ação pode associar duas lógicas temporais: da antecipação e do inevitável. Os regimes de enunciação do futuro passam por construções que rearticulam passado, dilemas do presente e futuros em aberto, sobre o curto e longo prazo. Quando os atores se engajam em visões de futuro, precisam ultrapassar a tensão entre as escalas temporais relacionadas aos objetos em questão; as modalidades temporais da ação ou de sua expressão pública; e os regimes de enunciação, que tomam forma de **urgência** ou de **espera**, de **antecipação** ou de **previsão**, de **promessa** ou de **profecia** (CHATEAURAYNAUD, 2012).

Compreender eventos e momentos de prova, nesse sentido, depende de explorar as aderências fluidas e descrever como esses regimes, em suas múltiplas formas, mobilizam aspectos históricos e trabalham nas aberturas ou fechamentos de ângulos de futuro (CHATEAURAYNAUD, 2016).

⁶⁴ “Dans les théories de l’argumentation, deux types d’arguments renvoient aux procédés disponibles pour convaincre de l’avènement d’une situation ou de la plausibilité d’un futur : l’appui sur un ou plusieurs précédents et le raisonnement par les conséquences (Walton et alii, 2008 ; Chateauraynaud et Doury, 2011)” (CHATEAURAYNAUD, 2012, p. 4).

A atenção às marcas de tempo nos permite olhar como as categorias de curto, médio e longo prazo são definidas no contexto. Dito isso, a distinção entre atenuação e adaptação não tem apenas uma dimensão temporal, porque também envolve uma dimensão espacial por meio do compartilhamento, constantemente retrabalhado, entre o global e o local. (CHATEAURAYNAUD, 2012, p. 8, tradução nossa⁶⁵).

Essa noção se aprofunda, portanto, nas temporalidades abertas num momento de prova e em como as projeções futuras mobilizam percepções e aberturas, resgates e memórias, para a ação presente. Ou seja, os regimes de enunciação sugerem lógicas de ação e formas de crítica que devem ser levadas em conta na pesquisa. Ao analisar os futuros imaginados e suas consequências na ação, seja pela noção de incerteza ou irreversibilidade, de determinismos ou fatalismos, os autores sugerem a identificação das bordas, interstícios e margens criadas. Chateauraynaud e Debaz (2017, p. 21) afirmam que os enunciados sobre o futuro ganham quando não são vistos como determinados pelo “espaço de possibilidades e dos ângulos de futuros irrisórios, mas também pressões cognitivas e práticas no mundo. Fazer o exercício proíbe seriamente esquecer que qualquer orientação para o futuro envolve escolhas sobre o que lembrar do passado”. E essa relação passa pelos dispositivos, pela ação (coletiva) e pelas memórias.

Dito de outro modo, a percepção está ligada ao corpo a corpo com os coros e vai se formando na forma de memória graças à educação dos sentidos. Se a demonstração de Bergson sobre a ‘percepção pura’ não pode ser validada empiricamente e assim se destacar da psicologia clássica, ele encontra um caminho indireto por meio da análise experimental de memória em casos de patologias. Nas situações atuais, parece difícil separar empiricamente ‘percepção pura’ e ‘efeito memória’, uma vez que tudo acontece como se nossas percepções emanassem de nosso estado cerebral. (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 322, tradução nossa⁶⁶).

No regime da urgência, por exemplo, o tempo necessário excede o tempo disponível e há uma corrida contra o tempo. A crítica que esse regime costuma receber é a de que faltou preparação, e agir com urgência exige uma tomada de decisões com consequências não intencionais, possivelmente negativas. Na espera, há um tempo em suspenso, que exige

⁶⁵ “L’attention aux marques temporelles permet de regarder comment se définissent en contexte les catégories de court, moyen et long terme. Cela dit, la distinction entre atténuation et adaptation n’a pas seulement une dimension temporelle, car elle engage aussi une dimension spatiale à travers le partage, constamment réélabore, entre le global et le local” (CHATEAURAYNAUD, 2012, p. 8).

⁶⁶ “Autrement dit, la perception est liée aux corps-à-corps avec les chores et se constitue progressivement sous forme de mémoire grâce à l’éducation des sens. Si la démonstration de Bergson sur la “perception pure” ne peut pas être validée empiriquement et ainsi se démarquer de la psychologie classique, il trouve une voie indirecte par l’analyse expérimentale du rôle de la mémoire dans des cas de pathologies. Dans les situations courantes, il semble difficile de départager empiriquement la “perception pure” et l’“effet de mémoire” puisque tout se passe comme si nos perceptions émanaient de notre état cérébral” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 322).

paciência e senso de visão do que pode acontecer, e a crítica ao regime retrata a perda de tempo, inatividade, imobilismo, inércia. O regime de antecipação (*preparedness*) permite superar os dois anteriores à medida que sugere estar pronto, dispor de referências e dispositivos que permitam o enfrentamento e de algum modo assegurar o futuro desejado. Entre as formas de crítica, podemos encontrar a falta de vigilância, exageros com relação aos sinais ou estar num “ritmo mais acelerado que a música”⁶⁷. O regime de previsão se baseia na lógica dos dispositivos, modelos, projeções e cálculos, e, como forma de crítica, podemos elencar a imprevisibilidade e o enquadramento ingênuo do futuro pelo passado. O regime prospectivo lança mão dos cenários futuros e abre uma pluralidade temporal, tendo, como forma de crítica, o relativismo com a proliferação de cenários e o crescimento das incertezas. A promessa, como regime bastante utilizado para amenizar os riscos, tem como lógica relatar o futuro, enquanto a profecia tem como lógica a fatalidade e, pela assimetria de quem lança a questões e quem as recebe, aposta em tempo escatológico, opondo-se no mesmo enquadramento catástrofe e otimismo da cornucópia.

Nas diferentes arenas de discussão onde são lançados os argumentos, podemos identificar, segundo Chateauraynaud (2011, p. 144-145): i) comprometimento dominante sobre os argumentos; ii) instância de referência que atua como árbitro; iii) motivo de encerramento. Em uma conversa, por exemplo, o comprometimento é marcado pela “civildade”; enquanto em um fórum são os “pontos de vista e testemunhos heterogêneos”; numa polêmica, a “coerência da retórica”; numa prova de forças, compromete-se com alianças, mobilizações e resistências. Os auditórios que avaliam e servem de referência também mudam, conforme os enquadramentos, assim em um caso é a justiça; em um debate político, o eleitor; em uma controvérsia, a “comunidade de atores competentes”. Do mesmo modo, os motivos de encerramento podem ser o relógio (num fórum), a vitória (numa prova de forças), o cansaço (em uma polêmica), o risco de ruptura da relação (em uma disputa). Chateauraynaud (2011) pondera que os exemplos servem para iluminar as diferentes configurações, no entanto não são exaustivas ou dão conta dos diferentes contextos e cenas nas arenas.

Para Chateauraynaud (2011, p. 151), há uma cartografia dessas configurações (*frames*) dessas cenas, que, de acordo com o grau de simetria (simétrico ou assimétrico), grau de codificação (codificação fraca, codificação forte, conflito de códigos) e a referência dos

⁶⁷ “*aller plus vite que la musique*” (CHATEAURAYNAUD, 2012, p. 10).

argumentos mobilizáveis (constrangimentos locais, constrangimentos procedimentais, constrangimentos globais), podem ser descritas como “processos interpretativos ordinários”, “argumentos fixados sobre dispositivos”, “poder de expressão no campo política”. Assim, pode-se analisar a aderência às configurações, as formas de se portar, de lançar o argumento, mas, mais do que encaixá-los em ordens políticas ou descrevê-los como teatro, em Chateauraynaud (2011), devemos seguir os efeitos da argumentação, as suas transformações do informal ao procedimental, do debate público às novas disputas. Afinal, em uma balística, os efeitos e consequências são importantes.

Nessas transformações, nesse trabalho político, é preciso estar atento às fabricações das preensões, nesse trabalho político nos meios (*milieux*). Ao resgatar essa interação entre percepção-argumentação, podemos ultrapassar as análises internas ou externas da linguagem.

Qual é o alcance de um argumento? Quem o faz e em qual arena? Ele viveu um processo de concordância ou discordância? Com quais ontologias, quais lógicas epistêmicas, quais axiologias é fundamentalmente incompatível? Ao analisar a trajetória das causas como produto de uma atividade argumentativa coletiva em preensões com meios e dispositivos, eventos e instituições, recolocamos as teorias da argumentação nas histórias em construção - o que pressupõe romper com a interpretação lógico-linguística do argumento. (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 363, tradução nossa⁶⁸, grifo nosso).

O sociólogo distingue, ainda, diferentes regimes de crítica com os quais os atores operam nas arenas: i) *crítica técnica ou procedimental* – contesta os cálculos, os métodos, as escolhas técnicas e os instrumentos de avaliação; ii) *crítica em justiça* – aqui constituem-se as vítimas, tendo a Justiça como caminho mais utilizado, mas com repertório de ação fornecido pela indignação e em que as figuras de reparação, da restituição ao reconhecimento, têm papel central no encerramento ou abertura da crítica; iii) *crítica radical do sistema* – realizado pelas minorias e pelos movimentos, colocando em questão a dominação econômica, o modelo de desenvolvimento e as imposições de normas culturais (CHATEAURAYNAUD, 2016).

Apontamos o potencial analítico dessa abordagem para pensar o fenômeno das trajetórias de reparação e da ação pública, marcando a importância da dimensão temporal, do mundo sensível, das projeções futuras, que são mobilizadas pelos lançadores de alerta (incertezas, riscos imaginados), pelas argumentações e pelas aderências nos micromundos.

⁶⁸ “quelle est la portée d’un argument ? Qui s’en saisit et dans quelle arène ? Vit-il nourrir un processus d’accord ou de divergence ? Avec quelles ontologies, quelles logiques épistémiques, quelles axiologies est-il foncièrement incompatible ? En analysant la trajectoire des causes comme le produit **d’une activité argumentative collective aux prises avec des milieux et des dispositifs**, des événements et des institutions, on remet les théories de l’argumentation dans des histoires en train de se faire – ce qui suppose de rompre avec l’interprétation lógico-linguistique de l’argumentation” (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 363, grifo nosso).

Aqui, o campo de forças não é dado a priori, mas se configura, potencializa-se no curso das provas, das argumentações e preensões. A pragmática das transformações centra-se no conjunto de alertas e controvérsias e em suas interdependências, pelos jogos argumentativos e entre os atores, e, desse modo, a pragmática sociológica das controvérsias coloca atenção especial nos pontos de virada (*turning points*).

A produção de uma bifurcação, afetando a trajetória de um processo, muitas vezes está no centro das disputas, gerando um intenso trabalho interpretativo. O espaço interpretativo varia de acordo com o grau de intencionalidade que os atores atribuem aos acontecimentos e, principalmente, de acordo com o tipo de consequências que propõem. Este ponto é decisivo, porque o consequencialismo em ação nas controvérsias e nos debates públicos é de natureza abducativa: com o surgimento de atores, acontecimentos, argumentos ou disposições, novas questões e hipóteses passam a modificar o espaço de raciocínio coletivo dos protagonistas. (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 361, tradução nossa⁶⁹).

Um dos principais elementos enfrentados pela pragmática das transformações é a temporalidade, da ação e dos julgamentos, especialmente ao estudar fenômenos de longa duração. Nesse sentido, para compreender longa duração é necessário considerar ilusório o encerramento de disputas, seja porque permanecem as oposições, seja porque atores e argumentos, dispositivos e normas se reconfiguram (CHATEAURAYNAUD, 2016). A *processualidade* do social aparece no fluxo, em uma multiplicidade de arenas, de tempo e espaço, e possibilita a escrita de trajetórias não lineares, marcadas por bifurcações e mudanças de regimes e cenas (CHATEAURAYNAUD, 2016). Essa abordagem empreende uma história pragmática na qual são os próprios atores que fazem prova das bifurcações e dos rebotes.

A cada movimento, o alerta deve ser recontextualizado e não deve ser essencializado, isso porque as emergências e micromovimentos são importantes, e o pesquisador deve estar atento às nuances. Chateauraynaud e Debaz (2017) propõem que, em seu curso pouco linear, os fenômenos coletivos podem desviar em seis sócio-lógicas em que a consistência é sensível aos contextos (conforme Box 1).

⁶⁹ “*La production d’une bifurcation, affectant la trajectoire d’un processus, est souvent au cœur des disputes en suscitant un intense travail interprétatif. L’espace interprétatif varie selon le degré d’intentionnalité que les acteurs attribuent aux événements, et surtout selon le type de conséquences qu’ils mettent en avant. Ce point est décisif, car le conséquentialisme à l’œuvre dans les controverses et les débats publics est de nature abductive: au fil de surgissement d’acteurs, d’évènements, d’argumentations ou de dispositions, de nouvelles questions et hypothèses viennent modifier l’espace de raisonnement collective des protagonistes*” (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 361).

Socio-lógica	Conceito
Discurso dominante	A primeira lógica do social trata-se de “um discurso dominante permite que os enunciadores deem coerência a conceitos, normas, representações, instituições e valores” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 499-500, tradução nossa ⁷⁰).
Contradiscurso	A segunda lógica refere-se àquelas em que aparecem como crítica ao discurso dominante. “Os argumentos críticos são integrados, digeridos ou reformulados no discurso dominante, de maneira que a normatividade deste último é ainda mais poderosa” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 501-502, tradução nossa ⁷¹).
Dispositivos, instrumentos, procedimentos e instituições	A terceira sócio-lógica tem como modo de expressão “a produção de relatórios e atas de reuniões, atas de audiências ou deliberações: inventário, documentos de trabalho, avaliações, revisões, consultas, pareceres, resumos, revisões de literatura científica, comitê e trabalho de comissão, relatórios parlamentares ou governamentais, notas de grupos de trabalho” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 505-506, tradução nossa ⁷²).
Alertas e riscos emergentes	A quarta lógica refere-se aos “processos não lineares, trajetórias retorcidas, voltas e reviravoltas inesperadas, tão múltiplas quanto perturbadoras [...]. Os processos críticos são constituídos por transbordamentos e rupturas, mudanças bruscas de regime e surtos espetaculares” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 507). “Por meio das interações, tão complexas quanto contínuas, que se desenvolvem entre essas quatro esferas ou lógicas de ação, muitos processos se tornam inteligíveis. O espaço de transformação assim desenhado permite formular hipóteses interpretativas realistas sobre as mudanças de regime operadas pelos atores” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 508). Trata-se de “examinar a forma como processos contingentes instalam, modificam, reconfiguram ou desestabilizam uma hegemonia” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 508, tradução nossa ⁷³).
Coalisão e poder hegemônico de uma	A quinta lógica trata das coalizões que se dão “a partir de longos períodos de cristalização de relações de poder e legitimidade, visa à formação, por um determinado período, do

⁷⁰ “Ce que l’on en retient pour la pragmatique des transformations est assez simple : un discours dominant permet à des énonciateurs de mettre en cohérence des concepts, des normes, des représentations, des institutions et des valeurs” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 499-500) ;

⁷¹ “Les arguments critiques sont intégrés, digérés ou reformulés dans le discours dominant, de sorte que la normativité de ce dernier n’en est que plus puissante ” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 501-502) ;

⁷² “Le mode d’expression caractéristique de cette troisième logique sociale est en effet la production de rapports et de comptes rendus de réunions, de procès-verbaux d’auditions ou de délibérations : états de lieux, documents de travail, évaluations, bilans, consultations, avis, synthèses, revues de littérature scientifique, travaux de comités et de commissions, rapports parlementaires ou remis au gouvernement, notes de groupes de travail” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 505-506).

⁷³ “La quatrième logique sociale est donc celle qui renvoie aux processus non-linéaires, aux trajectoires tordues, aux rebondissements inattendus, aussi multiples que dérangement [...]. Les processus critiques sont faits de débordements et de ruptures, de changements brusques de régime et de surgissements spectaculaires” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 507). “À travers les interactions, aussi complexes que continues, qui se développent entre ces quatre sphères ou logiques d’action, de nombreux processus sont rendus intelligibles. L’espace de transformation ainsi conçu permet de formuler des hypothèses interprétatives réalistes sur le changements de régime opérés par les acteurs” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 508). “d’examiner la manière dont des processus contingents installent, modifient, reconfigurent ou déstabilisent une hégémonie” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 508).

entidade nos meios (<i>milieux</i>)	poder hegemônico de uma entidade ou de uma coalizão de entidades sobre ambientes” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 508). “É raro ver meios concretos aceitarem, sem teste crítico, alguma forma de relação hierárquica. Predominam negociações, retraduições, reversões, resistências ou rebeliões [...] O grau de visibilidade desses atritos é variável e certas configurações históricas os favorecem” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 510, tradução nossa ⁷⁴).
Associacionismo que nasce das interações dos meios (<i>milieux</i>)	Por fim, a sexta lógica trata das interações, dos arranjos. “A entrada pelos meios em interação envolve a investigação nos interstícios e nas dobras, nas fendas e nas galerias do mundo sensível, aí onde se jogam os apoios desenvolvidos pelos seres animados e suas capacidades de configuração do mundo pela percepção [...]. É nesta sexta lógica que o sociólogo ou antropólogo, dotado de um saber em etnografia combinatória, atravessa de forma mais direta o ecólogo de campo buscando caracterizar as microtransformações dos ecossistemas e sua lógica de adaptação” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 512, tradução nossa ⁷⁵).

Box 1 – Socio-lógica das transformações

Fonte: adaptado de Chateauraynaud e Debaz (2017).

Mais do que as lógicas em si, as interações entre elas são profícuas na balística das transformações (Figura 5). É nesse jogo de discursos e contradiscursos que se operam os filtros e hierarquização de argumentos que devem ser aceitos ou rejeitados e lançam mão de argumentos e regimes de futuro e de crítica. A interação discurso e contradiscurso configura as arenas e os públicos em diferentes cenas, onde são formadas as palavras de ordem, os conceitos-chave, os princípios e as normas, que engendram os movimentos.

⁷⁴ “fondée sur de longues périodes de cristallisation de rapports de forces et de légitimités, elle vise la formation, pour une certaine durée, du pouvoir hégémonique d’une entité ou d’une coalition d’entités sur des milieux” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 508). “Il est rare de voir des milieux concrets s’aligner en acceptant, sans épreuve critique, une forme de relation hiérarchique. Négociations, retraductions, retournements, résistances ou rébellions prédominent [...] Le degré de visibilité de ces frictions est variable, et certaines configurations historiques les favorisent” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 510).

⁷⁵ “L’entrée par leur milieu en interactions engage l’enquête dans les interstices et les plis, les fissures et les galeries du monde sensibles, là où se jouent les prises développées par les êtres animés et leurs capacités de configuration du monde par la perception” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 512). “C’est dans cette sixième logique que le sociologue ou l’anthropologue, doté d’un savoir-faire en ethnographie combinatoire, croise le plus directement l’écologue de terrain cherchant à caractériser les micro-transformations des écosystèmes et leurs logiques d’adaptation” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 512).

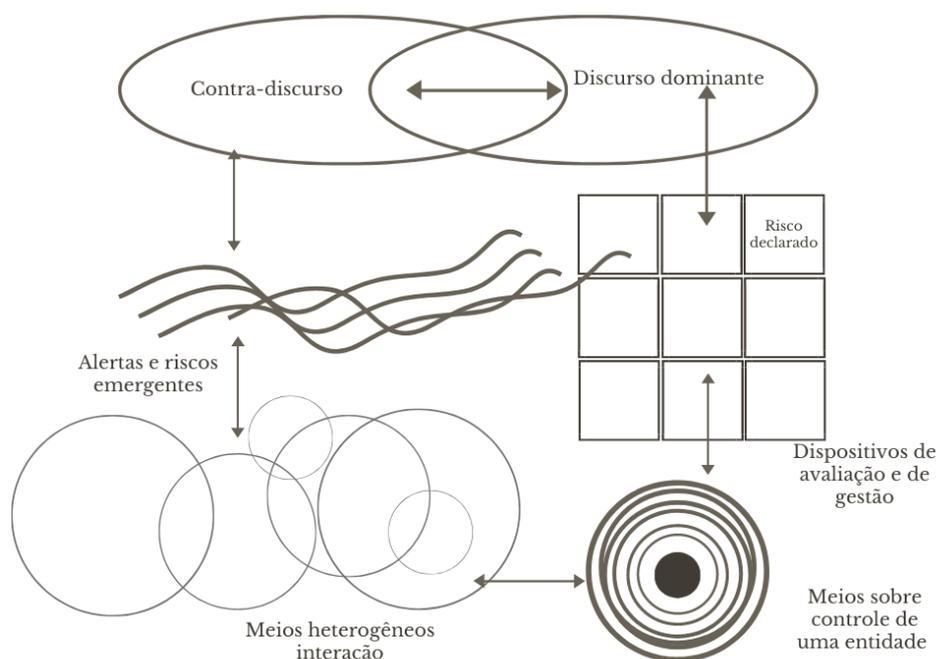


Figura 5 – Seis lógicas de ação nos processos críticos

Fonte: Traduzido de Chateauraynaud e Debaz (2017, p. 501).

A terceira “lógica do social” apresentada por Chateauraynaud e Debaz (2017) constitui a lógica que se organiza em torno dos dispositivos e instrumentos, dos procedimentos e das instituições. Assumindo que não há uma transposição mecânica ou linear entre discurso e lógica procedimental, o jogo de procedimentos apresenta-se como labirintos nas arenas, permitindo ver determinados caminhos e chegar em determinados fins nos meios. Portanto, trata-se de lógicas ligadas às assimetrias e jogos de poder criados pelos domínios de competência e da capacidade de ação nos meios (*milieux*). Colocando em tensão a lógica procedimental e os jogos de discursos e contradiscursos, ou o que Dodier e Barbot (2017) chamam repertórios normativos, a abordagem repousa sobre as operações críticas empreendidas pelos atores para sustentar ou contestar regras.

A tensão entre discurso e contradiscurso passa pelos dispositivos e lançadores de alertas, chega nos meios (*milieux*), e é preciso estar atento a essas transformações e às apreensões. Enquanto o dispositivo procura atribuir “preensão à” e engendrar um meio capturado, com centralidade em uma entidade ou coalizão que domina o discurso, os lançadores de alerta lançam a dúvida, desenvolvem um ângulo de visão sobre o futuro para evitar uma catástrofe, denunciam casos que consideram problemáticos, sugerindo que os atores desenvolvam apreensões com novas dobras e pontos de contato, e problematizam,

sobretudo, a redução da percepção imposta pelos dispositivos. Enquanto um procura estabilizar a arena e propõe uma assimetria de preensões, o outro denuncia a captura (*emprise*) e procura desestabilizar para que os atores possam se desacoplar e desenvolver novas preensões, menos aderentes às entidades e dispositivos considerados problemáticos. Assim como o discurso procura negar ou apreender argumentos do contradiscurso, do mesmo modo, os dispositivos procuram estabilizar as tensões em jogo com os alertas e as noções de risco, de um modo procedimental, categorizando e restringindo seu alcance. Essas interações devem ser lidas por uma perspectiva processual, em que coexiste a captura de preensões e a emergência de novas dobras e preensões, de novos modos de perceber, de agir e de se arranjar (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017).

A via das transformações, ao somar outras duas lógicas sociais decisivas, as configurações e reconfigurações de coalizões e hegemonias nos meios e as interações heterogêneas, portanto, recentra nos atores e nos meios as relações de força (CHATEAURAYNAUD, 2017). Assim, ela não nega o poder, mas também não nega a criatividade do agir (JOAS, 1996). Os elementos do meio podem penetrar mais ou menos gradualmente as barreiras de proteção estabelecidas pelas entidades geradoras da captura (*emprise*), sejam elas materiais ou simbólicas. Uma particularidade dos meios (*milieux*) é que jamais estão completamente sob controle, escapam ao funcionamento dos dispositivos e, por vezes, até contrariam suas rotinas (CHATEAURAYNAUD, 2016; CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017).

O mundo sensível é o lugar de atrito, de confronto, de interação, às vezes de simples justaposição ou superposição, entre meios heterogêneos. A maioria das situações críticas surgem nos pontos de contato entre esses meios, cujas interações e trocas criam um número infinito de combinações possíveis que, sob certas condições contingentes, podem produzir eventos disruptivos. (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 602, tradução nossa⁷⁶).

As principais relações de transformação esquematizadas pelo diagrama de Chateauraynaud e Debaz (2017) levam em conta os discursos que se cruzam, os direitos de passagem e transbordamentos entre as lógicas e as mudanças da turbulência para a ação nos meios (*milieux*). “É por isso que os testes interpretativos que são implantados em pontos de contato, ou fricção, entre defensores e instituições constituem em si todo um programa de

⁷⁶ “Le monde sensible est le lieu de friction, de confrontation, d’interaction, parfois de simples juxtaposition ou superposition, entre des milieux hétérogènes. La plupart des situations critiques naissent aux points de contact entre ces milieux dont les interactions et les échanges créent une infinité de combinaisons possibles qui, sur certaines conditions, contingentes, peuvent produire des événements de ruptures” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 602).

pesquisa” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 519, tradução nossa⁷⁷). Os autores, então, distinguem esses planos para compreender os processos de transformação. As interações, articulações e traduções passam pelas provas, que têm durações variáveis – certos processos levam anos, enquanto outros processos geram pressões quase instantâneas, online. Os autores consideram, por isso, inútil tentar conter nos conceitos fechados as singularidades dos processos críticos, especialmente pelo esforço de dar visibilidade em processos de longa duração e complexos (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017).

A análise em profundidade desses processos exige uma aproximação do funcionamento ordinário dos meios (*milieux*) e dos dispositivos. Desse modo, ela exige a atenção aos detalhes, descrevendo-se as dinâmicas por trás dos *slogans*, mas concentrando-se, sobretudo, em como se age, como se *preende* e como se experiencia (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Chateauraynaud e Debaz (2017) afirmam que, durante as análises das controvérsias, é comum a tendência a privilegiar as estruturas duráveis em vez dos fluxos caóticos. O principal risco é fixar os jogos de atores e argumentos, atribuir identidades estáveis e ignorar variações nos momentos de prova. Olhar para a controvérsia de modo mais amplo, como sugere Chateauraynaud (2016), por outro lado, é estar atento aos momentos de prova e às bifurcações da trajetória. Ou seja, trata-se de uma abordagem atenta aos movimentos. Por isso ela privilegia a micro-história e admite as capacidades/possibilidades de transformação dos atores frente às inércias estruturais. Enquanto os discursos e estruturas globalizantes reduzem o espaço de atuação, a entrada pelos mundos sensíveis conduz a não esquivar à irredutibilidade do singular (CHATEAURAYNAUD, 2016).

A controvérsia pode conduzir a diferentes formas de ação na trajetória, da cooperação, acordo, consenso ou à diferença, desacordo e dissenso. Destacamos, ainda, a importância de abordagens com sensibilidade historiográfica, com os futuros em aberto, com as percepções dos sujeitos para o estudo da ação pública.

Ao se interessar pela forma como são elaboradas, avaliadas, construídas ou destruídas as relações entre séries de eventos ou provas anteriores (as formas do passado), as disputas atuais de ação e julgamento (a figuração do presente), e dos ângulos de visão do futuro (as aberturas do futuro), este programa contribui para reformular as questões de validade epistêmica das descrições sociológicas, que sempre têm a ver com a história em curso. (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 356, tradução nossa⁷⁸).

⁷⁷ “C’est pourquoi les épreuves interprétatives qui se déploient aux points de contact, ou de friction, entre les porteurs de cause et les institutions constituent en soi tout un programme de recherche” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 519).

⁷⁸ “En s’intéressant à la manière dont sont élaborées, évaluées, construites ou déconstruites les relations entre des séries d’événements ou d’épreuves antérieures (les formes du passé), des contraintes actuelles de l’action

No caso da reparação, cria-se um espaço profícuo para refletir sobre a ação pública pelas controvérsias e argumentos, pelas preensões nos meios (*milieux*), as dobras (*plis*), frente ao contexto de fortes incertezas com o desastre. Apoiar-se nos mundos sensíveis dos atores, nos meios (*milieux*) que coabitam para agir e refletir sobre a ação e seus efeitos, estar atento aos argumentos e dispositivos, às causas e objetos, às percepções e ações, e, sobretudo, às consequências são algumas das atitudes que partem da balística. Chateauraynaud (2016, p. 351-352) destaca ainda que “as consequências são objeto de expressões e interpretações situadas, que atestam as formas de incerteza em que operam os atores, inclusive aqueles que são dotados a priori de uma forte capacidade de configuração do mundo”.

Lançar um alerta, portar uma causa, mobilizar-se em torno de um problema público, tentar reverter um processo, abrir um espaço intersticial para práticas alternativas, é entrar em campos de forças compostos de ambientes e dispositivos, de choques, confrontos físicos e discursivos, de experiências de tensionamento, representações e cálculos. Para apreender todas essas provas, não é necessário supor a ativação contínua de ‘formas simbólicas’ ou ‘gramáticas’ do social em que toda a história humana se cristalizaria, pairando como um conjunto de meta-regras sobre a totalidade das trocas. A descrição formal do espaço de transformação que emerge do cruzamento contínuo de escalas empíricas é baseada em conceitos capazes de nomear a pluralidade de agenciamentos, de apreender as circulações que eles facilitam ou inibem. Entre as diferentes formas de organizar as experiências, os movimentos são mais ou menos fluidos, as relações mais ou menos equipadas e as interpretações mais ou menos claras, compartilhadas e duradouras. (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 496, tradução nossa⁷⁹).

Pela aproximação com os meios (*milieux*), podemos encontrar versões complexas das preensões, da percepção e das ações, das decisões e, sobretudo, da existência de disputas múltiplas para impor configurações e provas, para reabrir questões tidas como estabilizadas, para lançar perspectivas de futuro, ou seja, as preensões ontológicas do real no contexto da reparação (CHATEAURAYNAUD, 2016). Mais do que explicar a ação pública da reparação

et du jugement (la figuration du présent), et des angles de vision du futur (les ouvertures d’avenir), ce programme contribue à reformuler les questions de validité épistémique des descriptions sociologiques, qui ont toujours affaire à l’histoire en train de se faire” (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 356).

⁷⁹ “Lancer une alerte, porter une cause, mobiliser autour d’un problème public, tenter de réversibiliser un processus, ouvrir un espace interstitiel pour des pratiques alternatives, c’est entrer dans des champs de forces faits de milieu et de dispositifs, de chocs physiques et de confrontations discursives, de mises en tension d’expériences, de représentations et de calculs. Pour saisir toutes ces épreuves, il n’est pas nécessaire de supposer l’activation continue de « formes symboliques » ou de « grammaticales » du social dans lesquelles serait cristallisée toute l’histoire humaine, planât comme un ensemble de métarègles sur la totalité des échanges. La description formelle de l’espace de transformation qui émerge du croisement continu des échelles empiriques repose sur des concepts capables de nommer la pluralité des agencements, de saisir les circulations qu’ils facilitent où qu’ils inhibent. Entre les différentes façons d’agencer les expériences, les mouvements sont plus ou moins fluides, les relations plus ou moins outillées et les interprétations plus ou moins claires, partagées et durables” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 496).

a partir de um discurso global, pelos discursos e contradiscursos ou pelos dispositivos, a balística sociológica considera-os como sócio-lógicas e entra **pelas interações** cotidianas, as quais podem mobilizar ou serem mobilizadas pelos instrumentos e discursos globais, mas em interação.

discursos e instrumentos globais ameaçam muitas das alternativas que surgem das práticas, no seio dos meios em interação, nos quais se formam os verdadeiros contra-antropocenos. Em outras palavras, a primeira parte do trabalho mostra que a crítica mais radical do sistema dominante pode errar o alvo, até agravar as assimetrias das apreensões, ao impor um contradiscurso que deixa pouco espaço para processos emergentes e variações infinitas operadas no centro das interações cotidianas. A entrada nos mundos sensíveis leva a não se esquivar de sua irredutibilidade em favor de máquinas críticas excessivamente lubrificadas. (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 26, tradução nossa⁸⁰, grifo nosso).

A obra de Francis Chateauraynaud é bastante desafiadora e criativa em lidar com as dualidades e seus resquícios na teoria social. O autor nos lança no território como ecologistas que buscam a diversidade; como etnometodólogos e etnógrafos que se interessam pelos modos e pelas situações; como fenomenólogos e filósofos interessados nos corpos, modos de existência e nos seres que coabitam; como micro-historiadores, futurologistas e analistas da argumentação para analisar os regimes de enunciação; como balísticos pragmatistas que acompanham as trajetórias e os efeitos da ação. Ao mesmo tempo que permite descrever a regulação, ela permite enxergar a mudança radical.

Ao abrir espaço para essas microfissuras da emergência nos processos, às dobras que os atores estabelecem procurando aderência e pegadas no real, a saber, as apreensões epistemológicas, axiológicas e ontológicas, que podem reconfigurar os espaços, a abordagem em questão permite avistar as coisas que coabitam, os modos de valorar, as formas de conhecimento e de conhecer. Isso pode, sobretudo, enriquecer a análise da ação pública e sobre suas transformações, contemplando a pluralidade ontológica. Trata-se, portanto, de um exercício de reflexividade ao lado dos atores mesmos (BECKER, 2018), dos seus mundos, de suas emoções e afetos, que procuram reconstruir suas vidas frente ao desastre. Para além de uma descrição do desastre, em si, o que propomos estudar com a balística sociológica são as transformações das ações com vistas à reparação no território.

⁸⁰ “discours et instruments globaux menacent bien des alternatives qui naissent des pratiques, au cœur des milieux en interactions, dans lesquels se forment les véritables contre-anthropocènes. Autrement dit, la première partie de l’ouvrage montre que la critique la plus radicale du système dominant peut rater sa cible, voire aggraver les asymétries des prises, en imposant un contre-discours qui laisse peu de place aux processus émergent et aux infinies variations opérées au cœur des interactions quotidiennes. L’entrée dans les mondes sensibles conduit à ne pas esquivar leur irréductibilité au profit de machines critiques trop bien huilées” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 26).

Em uma arena carregada de dramaticidade em torno das controvérsias, com discursos e contradiscursos, alertas e dispositivos (CHATEAURAYNAUD, 2016), carregados de moralidades e de repertórios normativos (DODIER; BARBOT, 2017), sugerimos, por fim, um breve diálogo sobre os processos de vitimização e reparação. Essa entrada alinha-se com a perspectiva de acessar os meios (*milieux*), dialogar com os atores e refletir sobre a experiência do sofrimento. É um último mergulho, um breve mergulho, para uma aproximação que julgamos necessária nas entradas de campo para pensar as moralidades e normatividades em torno da relação entre dispositivos e atores em seus meios. Sobretudo, ele lança um olhar para refletir sobre os processos de vitimização e as invisibilidades, marcados pela continuidade do desastre, pelos jogos, cenas e argumentos nos meios, e abre, por isso, a possibilidade de iniciar uma reflexão sobre a questão moral e normativa em torno dos instrumentos que atravessam a ação pública.

2.3.3 Vitimização e reparação: repertórios normativos e a antropologia moral

As moralidades podem conter e expressar tanto o discurso quanto a prática. Assim como as emoções agem sobre o self e sobre o mundo, o argumento é que a moralidade constitui o self e contribui para a ação no mundo.

Howell (1997, p. 4, tradução nossa⁸¹).

Fassin (2008, p. 335) entende que uma antropologia moral⁸² não deve pressupor um código de conduta ou guia para uma sociedade melhor, uma antropologia moralista, mas sim

⁸¹ “*Moralities can be made to contain and express both discourse and practice. Just as emotions act on the self and on the world, the argument is that morality constitutes the self and makes for action in the world*” (HOWELL, 1997, p. 4).

⁸² Destacamos que a abordagem de Didier Fassin não se insere na “constelação pragmatista”. Inclusive o autor, em entrevista, destacou sua visão quanto à oposição e ao impasse nas ciências sociais na França entre a “sociologia crítica” e a “sociologia da crítica”, para a qual posicionou sua perspectiva como “na fronteira”. Reconhecemos que o autor apresentou críticas ao empreendimento pragmatista, especialmente em torno das gramáticas da justificação, a primeira geração, tendo qualificado como um empreendimento hipócrita por deixar de levar em conta as estruturas. Defendemos, ainda, que o projeto pragmatista avançou na perspectiva crítica, a partir das capturas e da perspectiva processual dos dispositivos, a saber do poder em relação. É nessa fronteira que dialogamos com a obra do antropólogo nesta tese. Em entrevista Didier destacou: “Em outras palavras, o impasse no qual se encontrava a sociologia era o de se ver obrigada a escolher entre o olhar de cima, daquele que sabe o que os agentes sociais ignoram, em razão de estarem submetidos pela dominação ideológica; e a adesão à perspectiva dos atores sociais, ao ponto de conceber a análise como um exercício redundante ou mais precisamente uma simples tradução do que eles sabem melhor do que ninguém. O retorno à pesquisa de campo permitia defender outra postura teórica, que eu descrevi como “na fronteira” Se retomarmos a metáfora platônica da caverna, pode-se dizer que a sociologia crítica se situava do lado de fora, na claridade da luz solar, enquanto que a sociologia da crítica se colocava no interior, na obscuridade que fazia

uma centralidade à moralidade como objeto de estudos. Ou seja, o autor busca entender os princípios de avaliação, justificações e práticas operando no mundo. Como objetos dessa antropologia, Howell (1997) apresenta: os códigos morais – a indignação, os *scripts* culturais, ordem legal e narrativas religiosas; responsabilidade e direitos – regras e sanções, punições, causalidade e internacionalidade; barômetros morais – ações e avaliações, qualidades e noções de bem e mal, culpa, vergonha e dignidade.

Didier Fassin (2010) apresenta como os sentimentos morais tornaram-se elemento essencial das políticas contemporâneas, nutrindo discursos e legitimando práticas ao serem endereçadas aos necessitados e dominados, sejam próximos (pobres, estrangeiros doentes, moradores de rua) ou distantes (vítimas de fome, guerras, epidemias). Construídas em torno de uma gramática do sofrimento, da compaixão e do humanitário, as moralidades fazem parte da vida política, servindo para descrever problemas e argumentar escolhas. O autor assinala duas modalidades: “as moralidades locais, que são descrições dos sistemas de normas e de valores próprios e de uma dada sociedade; as economias morais, que são descrições que envolvem as relações desses sistemas com outros âmbitos da vida social” (FASSIN, 2018, p. 229).

Didier Fassin também aponta certo cinismo ao se utilizar da linguagem de sentimentos morais. Ainda que sejam implementados programas que aumentam as desigualdades sociais, programas que fragilizam as populações imigrantes ou operações militares, ele considera que seguem objetivos, essencialmente estratégicos, ou seja, jogam com uma linguagem dos sentimentos para impor a lei do mercado e da *realpolitik*. Frente a isso, Fassin (2010) coloca a seguinte questão: mas por que da eficácia desses discursos?

O grande desafio da antropologia moral, para Fassin (2008), é tornar visível e significante o “*taken for granted*”, para além de um discurso moralista ou moralizante, e propor uma análise crítica que considera o sentido moral das palavras e dos atos inscritos em um contexto histórico e político. Para tanto, o antropólogo destaca a importância da

tomar as sombras como realidade. Eu defendo uma posição não intermediária, mas liminar, no limiar da caverna, ali onde um passo de um lado ou de outro conduz à luz ou à obscuridade. De maneira concreta, isso significa estar, ao mesmo tempo, suficientemente mergulhado em uma etnografia para poder dar conta honestamente da inteligência e da reflexividade dos atores, e bem distanciado em uma antropologia para ser capaz de desenvolver uma análise autônoma revelando o que escapa a esses mesmos atores. É no limiar da caverna que tento, por exemplo, desenvolver minha crítica da razão humanitária (Fassin, 2010b, 2011), trabalhando com as organizações não governamentais, mas ao mesmo tempo me esforçando para pensá-las em suas contradições e paradoxos” (JAIME; LIMA, 2011). Para ver mais: FASSIN, D. Une science sociale critique peut-elle être utile?. *Tracés. Revue de Sciences humaines*, n. 09, p. 199-211, 2009.

compreensão do que chama “sistemas locais de valores morais dentro de sociedades específicas” (FASSIN, 2008, p. 336, tradução nossa⁸³), e, aqui, temos um dos pontos de contato para compreensão das moralidades nos meios (*milieux*).

Por sentimentos morais, Fassin (2010) entende as emoções frente aos infortúnios (a miséria) de outros e nos faz querer corrigir a experiência do sofrimento (emoção) que precede a noção de bem (moral). O autor, no entanto, destaca um certo paradoxo e tensão entre a política da desigualdade – visam-se os mais pobres, mais miseráveis – e uma política da solidariedade – reconhecimento do outro como semelhante (FASSIN, 2010).

Fassin (2010) propõe, então, uma política da compaixão para além da doutrina cristã e sinaliza que, sem contradom, sem reciprocidade possível, espera-se a humildade de um credor/devedor e não de um par/igual/titular de direitos. O autor propõe, assim, chamar de Governo Humanitário esse desdobramento dos sentimentos morais nas políticas, que liga valores e afetos e serve para definir e justificar as práticas de governo dos homens: uma política de vidas precárias. Ele entende por *gouvernement* o conjunto de dispositivos e de ações conduzidas para administrar, regular, favorecer a existência de seres humanos; isso inclui, mas ultrapassa a intervenção do Estado, dos coletivos territoriais, das organizações internacionais; e como *humanitaire* apresenta duas dimensões: i) conjunto de seres humanos que pertencem a uma mesma condição – uma demanda por direitos e uma esperança universal; ii) movimento afetivo relativo aos próximos – obrigação de assistência e cuidado com o outro.

O autor destaca uma mudança na própria linguagem quando termos clássicos, inclusive da análise sociológica, são desmobilizados em detrimento de termos mais apropriados a fazer agir: desigualdade se apaga em nome da exclusão, a dominação se transforma em aflição, a injustiça é apresentada nos termos do sofrimento, a violência exprime-se enquanto trauma. “O que mudou é o nosso olhar e a nossa atitude em relação a ele, como bem sabem os policiais, ontem encarregados de prendê-lo, hoje dirigidos a ignorá-lo quando ele for ao dispensador de seringas” (FASSIN, 2010, p. 15, tradução nossa⁸⁴). Em

⁸³ “*local systems of moral values within specific societies*” (FASSIN, 2008, p. 336).

⁸⁴ “*Ce qui s’est transformé, c’est notre regard et notre attitude à son égard, comme le savent bien les policiers, hier chargés de l’arrêter, aujourd’hui sommés de l’ignorer lorsqu’il se rend au distributeur de seringues*” (FASSIN, 2010, p. 15).

etnografias de atividades do Estado, Fassin (2015, p. 10, tradução nossa⁸⁵) tem sugerido, por exemplo, que uma antropologia moral permite ultrapassar a visão de códigos fixos e estáveis, para compreender as mudanças e apropriações pelos atores, assim “normas e valores não são simplesmente impostos a eles e, além disso, estão associados com emoções e sentimentos”.

Do desvio ao sofrimento, da luta política à assistência humanitária: são esses deslocamentos antropológicos que interessam ao autor, sobretudo para destacar o que se ganha e o que se perde, quais efeitos e consequências objetivas e subjetivas, com essa nova semântica/gramática moral. O antropólogo francês ainda alerta sobre a importância de submeter a antropologia política e moral à etnografia, para a inteligibilidade do mundo social, e não perder de vista o sofrimento, mas sem essencializá-lo.

Em sua construção teórica, Fassin (2010) apresenta as moralidades em torno do exame de situações individuais, em que analisa as modalidades concretas da divisão do recurso, revela os princípios de justiça e as práticas de julgamento na implementação de políticas e serviços pelo Estado em uma política pública de assistência na França. A questão norteadora era: como distribuir de forma justa e eficaz os recursos? E a resposta que o autor destaca é que a forma de súplica passa a ser elemento central da demanda para lograr êxito. Sendo assim, a compaixão torna-se fonte da decisão, e é papel do demandante emocionar e convencer os leitores dos pedidos/súplicas. Fassin (2010), então, analisa princípios de justiça e as práticas de julgamento na implementação de políticas e serviços pelo Estado a partir da divisão de recursos, mediante exame de situações individuais, e propõe analisar os princípios de justiça postos em execução.

O autor propõe então, como objetivo teórico, compreender as lógicas dos atores e as justificações da ação, dar inteligibilidade à reconfiguração da política de vidas precárias, em sua relação com o poder em pedir e suplicar, apreender as lógicas e as consequências da implementação da razão humanitária. Aproximamos essas preocupações, a partir da antropologia moral, com algumas das perspectivas sociológicas que descrevemos e adotamos, a saber, a dinâmica de justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), tornar visível o *taken for granted* nas situações (CEFAÏ, 2017a), dar inteligibilidade à reconfiguração da política (CHATEAURAYNAUD, 2016), apreender os repertórios normativos em torno dos

⁸⁵ “norms and values are not simply imposed upon them, and furthermore they are associated with emotions and sentiments” (FASSIN, 2015, p. 10).

dispositivos (DODIER; BARBOT, 2017) e as lógicas e as consequências da implementação de um *raisonnement* pela ação (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017).

Jeanine Barbot e Nicolas Dodier, autores da perspectiva processual do dispositivo na sociologia pragmatista francesa, têm se dedicado a analisar dispositivos de indenização por atividades médica. Aproximamos, nesse sentido, as figuras de vítimas e as moralidades com a perspectiva que os autores desenvolvem sobre os trabalhos normativos que os demandantes endereçam a um dispositivo com diferentes justificações e permeados pelo sofrimento moral (BARBOT; WINANCE; PARIZOT, 2015; BARBOT; CAILBAULT, 2010; BARBOT; DODIER, 2010; BARBOT; DODIER, 2011; DODIER; BARBOT, 2019).

Dodier e Barbot (2019, p. 335-336) descrevem uma das transformações no significado de vítimas que chamou atenção dos intelectuais:

A dificuldade do direito para tratar de novos problemas de responsabilidade, e a necessidade de conceber dispositivos inéditos para a matéria. A questão emergiu sob dois ângulos. O primeiro remete à tomada de consciência da aparição de novos riscos na história das sociedades humanas. Vários autores colocaram acento, a partir, notadamente, de grandes catástrofes ambientais emblemáticas (Seveso, Bhopal, Tchernobyl, etc) sobre o aumento de danos caracterizado como irreversíveis, cercados de fortes incertezas e de impacto de longo prazo (Lagadec, 1981; Ewald, 1997). Alguns autores também insistiram sobre a necessidade de estabelecer cadeias de responsabilidade mais complexas que as anteriores, em razão da amplitude e da escala inédita das interdependências entre atividades, ao nível nacional e internacional (Engel, 1993). O segundo ângulo remete ao lugar do processo judiciário em nossas sociedades, em torno do qual duas opiniões se puseram. Alguns autores destacaram os méritos do processo, considerado como uma maneira de reviver a ação política a partir de grupos de vítimas, numa época em que eles tinham dificuldades de se expressar (Isarél, 2009); ou como uma maneira de fazer valer a justiça e a verdade, diante das técnicas não judiciárias de apoio às vítimas, notadamente as indenizações financeiras (Jobin, 2006). Eles colocaram em destaque as novas finalidades que poderiam ser associadas ao processo, como a 'reconstrução' das vítimas, de maneira a superar a crise simbólica com a qual o sistema judiciário lhes parecia confrontado (Garapon, 2001). Outros foram, ao contrário, muito críticos ao lugar excessivo atribuído ao processo, colocando em questão os desvios de uma judicialização da sociedade. [...] Alguns valorizaram o desenvolvimento de alternativas ao processo: as indenizações não judiciárias (Ewald, 1986, 1997), as formas de relação entre vítimas e ofensores inspiradas em sistemas vindicativos tradicionais (Verdier, 1984), e os dispositivos do tipo 'reconciliação e verdade' no quadro da justiça de transição.

Esses debates se aprofundaram, no entanto não permitiam ver a pluralidade de expectativas e práticas que as pessoas utilizavam para reivindicar (DODIER; BARBOT, 2019). É a partir dessa problematização que os autores sugerem examinar o trabalho normativo dos atores, ou seja, como avaliam e discernem os danos e as violações, quais suas expectativas e demandas, como interagem com dispositivo (DODIER; BARBOT, 2017). Nas ações de reparação, as vítimas lidam com diferentes dispositivos (processos, indenizações não judiciárias, suportes para ação coletiva). Por intermédio dos dispositivos, elas interagem com

outros atores, juízes, jornalistas, militantes, burocratas, e, por meio deles, constituem-se vítimas na arena. Se por um lado elas se apoiam neles para acessar a reparação, outras vezes criticam os mecanismos desses instrumentos ou procuram construir seus próprios dispositivos.

Dodier e Barbot (2019) analisam que os intelectuais percebem as vítimas como encerradas em interesses pessoais ou envolvidas em causas mais amplas e, frente a isso, propõem a noção da vítima dividida, ou seja, que emerge de uma heterogeneidade de expectativas e procura guardar a coerência de uma vítima legítima frente aos instrumentos, contextos, meios. Se por um lado esses repertórios normativos podem se aproximar, por outro cada vítima pode assumir uma forma de agir. Para Dodier e Barbot (2019, p. 344) “não podemos compreender o conjunto do processo de reparação se não levarmos em consideração como as vítimas devem gerar, entre elas, divergências e conflitualidade”.

Ao analisar um dispositivo de resolução amigável para indenização, ligado às atividades médicas, Barbot, Winance e Parizot (2015, p. 94) mostram que uma vocação do dispositivo em questão é organizar a indenização de vítimas. Os autores elencam, entre as demandas por compensação financeira dos danos: aquelas de compensação por novos custos de saúde, benefícios não cobertos e perda de rendimentos; as demandas por sanção pelo dano ao suposto autor e identificam a justificativa vingativa, altruísta e militante nas ações; demandas de reabilitação, que se relacionam aos sofrimentos morais. Neste último, Barbot, Winance e Parizot (2015, p. 98, tradução nossa⁸⁶) afirmam:

Em todos os casos, os denunciante expressam que a sua necessidade de ‘avançar’ é impedida por algo que o procedimento deva resolver: a ausência de uma explicação clara das circunstâncias ou das causas de uma tragédia, o não reconhecimento do sofrimento vivido ou infligido etc. Alguns dizem que esperam que o procedimento forneça uma forma de fechamento sobre os fatos, o que evita reexames, questionamentos e dúvidas que geram sofrimento.

A indenização pode ser vista, nesse processo, como uma forma de compensar, de fazer alguém pagar, de encerrar uma questão, um sofrimento. Além das diferentes formas de se dirigir ao dispositivo, ou melhor, de expectativas em torno deles, estão em questão

⁸⁶ Dans tous les cas, les plaignants expriment que leur besoin d’aller de *l’avant* » est empêché par quelque chose que la procédure devrait régler : l’absence d’une explication claire sur les circonstances ou les causes d’un drame, la non-reconnaissance des souffrances traversées ou infligées, etc. Certains disent attendre de la procédure une forme de clôture sur les faits, qui permette d’éviter le ressassement, les interrogations et les doutes générateurs de souffrances (BARBOT; WINANCE; PARIZOT, 2015, p. 98).

moralidades, da falha, do erro, do culpado, do sofrimento (BARBOT; WINANCE; PARIZOT, 2015).

Ao tratar dos processos de reparação e produção de justiça, Rifiotis (2014, p. 9) mostra o “caráter central que ocupam as lutas por reconhecimento, especialmente, por direitos na sociedade contemporânea”. A ênfase na normatividade nesses campos abre possibilidades de estudos a partir da antropologia moral, e destacamos a problematização que o autor faz sobre os processos normativos:

Não estaria havendo uma inversão capital que nos parece um ‘ganho’ (muitas vezes normativo), mas que invisibiliza os problemas da dimensão vivencial dos sujeitos? Assim como as políticas de estado, as lutas sociais não estão cada vez mais se concentrando nos ‘ganhos’ normativos? (RIFIOTIS, 2014, p. 15).

Essa provocação trata da transformação de um alerta ou uma demanda em um dispositivo, que reconhece, mas engendra outros processos de invisibilização. Ou seja, o problema se configurou como problema público e ganhou uma institucionalidade, mas o que se faz a partir disso? Quais as consequências de ser reconhecido?

Outra questão que pode ser posta é: quando sempre as vítimas não conseguem ser reconhecidas, quais os efeitos? Essas são questões que permeiam as reparações de desastres, como mostrou Veena Das (1995, p. 149) ao tratar do caso do desastre químico em Bhopal:

Mas a própria certeza exigida pelos juízes, num contexto em que os perigos tóxicos dos produtos químicos não eram conhecidos ou não eram revelados pela indústria química, roubou às vítimas os meios pelos quais os danos causados a elas podiam ser comprovados. efeito de ser instruído a aprender a transformar seu sofrimento na linguagem da ciência para que seja judicialmente reconhecido.

A noção de vítima serve, desse modo, como uma espécie de denúncia pública, legitimando as demandas por justiça e reparação. Fassin e Rechtman (2009) fazem um alerta metodológico, apontando que sobreviventes de desastres, opressão e perseguição, ao adotarem a *persona* que permite a escuta pública, a da vítima, falam mais do que as economias morais de nossa época, do que de si. Assim, para compreendê-las “seria necessário atentar tanto aos instrumentos administrativos e institucionais que direcionam os discursos, quanto aos significados e emoções atribuídos pelos atores a esses discursos” (FONSECA; MARICATO, 2013, p. 270). Nesse sentido, sugerimos as análises mais próximas aos atores para atentar, logo, às emoções, percepções e ações nos meios (*milieux*).

A noção de reparação e da vítima são centrais nos desastres. O trabalho de Laura Centemeri (2011), por exemplo, analisa o desastre da indústria química em Seveso, em 1976, que marca a emergência histórica da questão ambiental na Europa. O desastre em questão é marcado pela ausência de uma “causa pública em torno do reconhecimento e da reparação

jurídica do dano ambiental”, o que é considerado marcante, tendo em vista o “reconhecimento científico do dano à saúde pública, provado nos últimos anos pelos estudos epidemiológicos ainda realizados atualmente” (CENTEMERI, 2011, p. 214), e vai demandar participação de ecologistas, atingidos, cientistas e poder público no processo de reparar. Centemeri (2011) apresenta os caminhos da reparação em Seveso, das imbricações com o território, as moralidades em torno das ações e dos engajamentos, o que permitiu descrever os movimentos e tensões entre os atores nesse processo, atentar para uma pluralidade de males – ou bens esperados – em jogo.

Além disso, o acontecimento, o acidente, em virtude de sua realização específica, desempenhou um papel de constrangimento dos suportes da experiência que se configuram como ‘teste de realidade’ dos esforços argumentativos. Isso sugere um olhar menos ingênuo para a inovação política e para o número crescente de projetos de construção de uma ‘democracia ecológica’. (CENTEMERI, 2011, p. 239, tradução nossa⁸⁷).

Jasanoff (2005), sobre o desastre na fábrica de pesticidas em Bhopal, na Índia, em 1984, argumenta que o processo de construção das noções do desastre integra quadro com elementos factuais e causas morais, que podem ser explorados em torno das noções de responsabilidade e de culpa. A autora afirma:

Em Bhopal, a empresa, o governo e as vítimas eram céticos quanto às abordagens uns dos outros para apuração de fatos e essa suspeita mútua nunca se resolveu. A Union Carbide continuou a insistir na teoria da sabotagem, embora as vítimas a ridicularizassem; o governo continuou a negar algumas das reclamações de saúde das vítimas e vinculou a compensação a classificações administrativas em vez de avaliações subjetivas de danos; e as vítimas continuaram a insistir que eles e seus filhos foram irreparavelmente danificados de maneiras não totalmente contabilizadas por especialistas médicos oficiais ou cálculos financeiros. (JASANOFF, 2005, p. 228).

Assinalamos a potencialidade de discutir as moralidades em torno das lógicas sociais e das passagens e transações entre elas por meio de uma antropologia moral. Jasanoff (2005) mostra, por exemplo, que, para alguns atores, apenas o dinheiro como reparação não poderia dar conta da catástrofe moral. Na etnografia de Veena Das (1995), sobre o mesmo caso, a antropóloga discute o sofrimento das vítimas e identifica a noção de uma teodiceia em torno desse sofrimento, localizada não apenas na religião e em noções de carma, mas na burocracia, na lei, na medicina. Essa perspectiva normativa e moral na arena deslegitimou, por sua vez, o

⁸⁷ “*En outre, l'événement, l'accident, en raison de sa réalisation spécifique, a joué un rôle en contraignant les appuis de l'expérience qui se configurent comme « épreuve de réalité » des efforts argumentatifs. Cela nous suggère un regard moins ingénu sur l'innovation politique et sur les projets qui se multiplient de construction d'une « démocratie écologique »*” (CENTEMERI, 2011, p. 239).

direito da vítima de se provar enquanto tal, ao lançar uma orientação interna do sofrimento, atribuindo responsabilidade aos atores mesmos, como pessoalmente responsáveis pelo mal que lhes aflige, como máscara à fabricação do sofrimento. Esse sofrimento não se traduziu em um problema público, e isso também precisa ser um foco de atenção do pesquisador em processos de reparação.

Dor e sofrimento, no entanto, não são simplesmente experiências individuais que surgem da contingência da vida e ameaçam perturbar um mundo conhecido. Também podem ser experiências ativamente criadas e distribuídas pela própria ordem social. Localizados em corpos individuais, eles batem a marca da autoridade da sociedade até os corpos dóceis de seus membros. (DAS, 1995, p. 138).

Descrevemos esses poucos casos com o objetivo de mostrar a riqueza ao se explorar a complexidade das moralidades em torno dos processos de reparação e vitimização. Consideramos que o diálogo entre as arenas, a balística e as moralidades em questão podem contribuir para explorar a ação pública. Como vimos, as diferentes formas de descrever o crime-desastre, evento, crime ou desastre, carrega elementos de uma economia moral do justo, sobretudo configurados e reconfigurados em interação. Nesta breve seção, mais do que lançar um operador analítico, procuramos apontar para as moralidades nos encontros dispositivos-meios a fim de lançar algumas luzes complementares a essa cena, ou seja, mais que um conceito abrir algumas questões: Qual a ação de reparação justa? Como os atores se dirigem aos dispositivos de reparação (instrumentos, organizações e formulários)? Qual o perfil da “boa vítima”? Quais critérios são considerados válidos ou não no processo? O que devem fazer as vítimas? Como os atores avaliam as vítimas indenizadas? Além disso, qual o espaço dos não-humanos (seres que coabitam o território) nesse processo? Ou seja, quais moralidades sustentam que a reparação do dano deva ser endereçada a alguns atores e não a outros? Como as moralidades permeiam os processos de reconhecimento e de reparação?

2.3.4 Síntese da seção

Ao longo deste capítulo lançamos uma série de questões, posicionamentos e procuramos explorar, de algum modo, as interseções entre as abordagens mobilizadas. Nesta subseção, como encerramento do capítulo, e tendo em vista a pluralidade (ou complexidade em torno) dos conceitos, realizamos uma síntese por meio da qual apresentamos, brevemente, desde os fundamentos pragmatistas que são centrais nesta construção (Figura 6) aos operadores (Figura 7) que nos permitem explorar o objeto central desta tese, que é a ação pública. Como já demarcamos, aproximamo-nos de operadores analíticos da sociologia

pragmatista francesa a partir das arenas públicas de Daniel Cefaï e da balística sociológica de Francis Chateauraynaud. Além disso, lançamos noções sobre uma antropologia moral (FASSIN, 2011), para um diálogo com a noção de repertórios normativos dos dispositivos e para procurar dar inteligibilidade às moralidades nas interações entre os meios (*milieux*) e nas passagens e transbordamentos entre as lógicas sociais de Chateauraynaud e Debaz (2017)

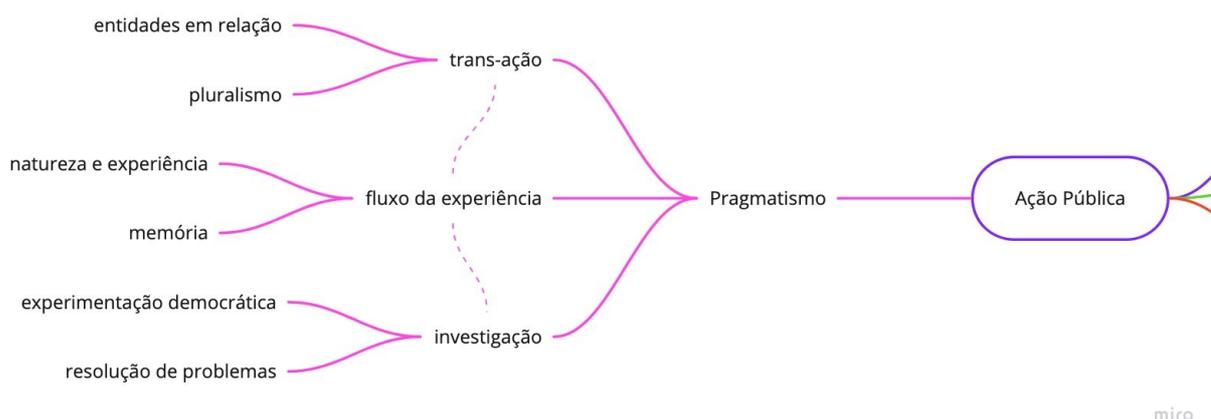


Figura 6 – Perspectiva ontológica e epistemológica

Fonte: elaborado pelo autor.

A noção de definição do problema e de resolução do problema é profícua para refletir sobre a ação pública em contexto de desastre e reparação. Os elementos que estão em jogo são: i) a construção da noção de desastre e o papel dos dispositivos, dos modos de intervenção à legitimidade; ii) a temporalidade em torno da situação-problema (desde quando e até quando); iii) o escopo da definição do problema e sua solução. Desse modo, a noção de desastre a partir da situação-problema vai além do processo de definição, mas se conecta com o escopo de intervenção e com as consequências das ações em curso. A própria construção da noção do que está em jogo, do desastre e da reparação, do público, da prova, do reconhecimento, pode ser analisada por meio das experiências e apreensões elaboradas nos meios em situações de controvérsias (CEFAÏ, 2017A; CHATEAURAYNAUD, 2011).

Zhou et al. (2017) mostram que as classificações, taxonomias, questionários apresentam a racionalidade do modo empresarial de gerir a reparação, performam modos de reconstrução do viver, classificando o que é desastre e merece ou não reparação (*problem-solving*). Aqui, lançamo-nos para olhar essas interações entre dispositivos e meios (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017), as cenas e arenas (CEFAÏ, 2017a) e suas interações com os atores (FASSIN; 2011; DODIER; BARBOT, 2017). A própria construção das reivindicações comunitárias também deve ser analisada (CEFAÏ, 2017a; 2017b;

CHATEURAYNAUD, 2016). Losekann (2018), por exemplo, apresenta processos emergentes de mobilização para os quais os mecanismos emocionais têm importante papel na construção da ação coletiva. Os próprios instrumentos são postos à prova, e os atores devem provar-se em suas reivindicações. Há, sobretudo, uma biopolítica do desastre que merece ser analisada:

Nesse período de emergência, a ênfase nas ações de resgate, busca e salvamento, doações de alimentos, organização de abrigos temporários, trabalho voluntário e a solidariedade da sociedade civil compõem essas formas de ‘fazer viver’ a vida em seu sentido biológico. Entretanto, em dado momento, a emergência cessa e o desastre não é mais noticiado, a assistência social se esvai, assim como o trabalho voluntário e a solidariedade. Nesse processo de ‘deixar morrer’, o desastre persiste na vida cotidiana dos atingidos com diferentes formas de sofrimento social e tentativas de resistência. (MARCHEZINI, 2018, p. 59).

Nesse sentido, além da atenção às transformações, lançamos atenção ao vivido pelos atores (CHATEURAYNAUD, 2011). Esses operadores têm por objetivo explorar a ação pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012), as cenas que integram a arena da reparação e os movimentos em que se formam os públicos (CEIFAÏ, 2017a), nos quais disputam a definição do problema público (CEIFAÏ, 2017a) e de vítima (FASSIN, 2011), em meio ao desastre, são disputadas por atores que lutam pelas definições e enquadramentos da disputa (FELSTINER; ABEL; SARAT, 1980; CEIFAÏ, 2017a; 2017b), elaboram argumentos e lançam alertas sobre os danos (CHATEURAYNAUD, 2011) para configurar tornar o problema público (CEIFAÏ, 2017a).

Nesse processo, objetivamos descrever como se mobilizam dispositivos e discursos e como os atores se organizam nos meios para a ação pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; DODIER; BARBOT, 2016; CHATEURAYNAUD; DEBAZ, 2017), destacando as interações dos atores com esses dispositivos pelos repertórios normativos e morais (DODIER; BARBOT, 2016; FASSIN, 2011) e os processos de apreensão e de captura (CHATEURAYNAUD, 2011). Além disso, intencionamos analisar como as lógicas sociais se atravessam ou transbordam em torno da ação pública (CHATEURAYNAUD, 2016). Adotamos, sobretudo, uma leitura das ações pelo território em que os atores coabitam o mundo sensível e, portanto, procuramos estar atentos às apreensões, dobras e referências, aderências e deslizamentos, como os atores elaboram as provas e se provam, (CHATEURAYNAUD, 2011), com atenção ao sofrimento e aos silenciamentos (FASSIN, 2011; CHATEURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Essas noções e relações estão na Figura 7, que desenha essas relações.

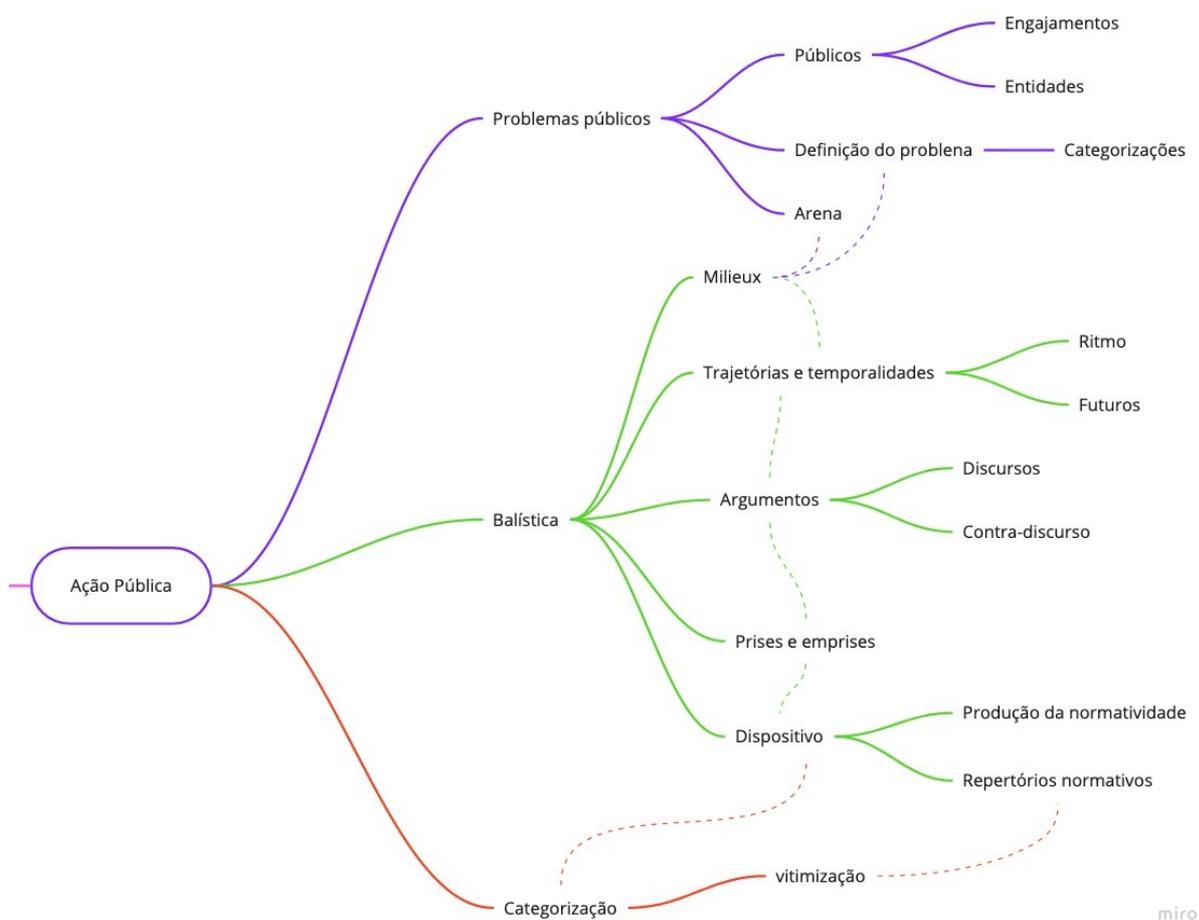


Figura 7 – Operadores analíticos para a ação pública

Fonte: elaborado pelo autor.

Esses, portanto, são os operadores analíticos mobilizados para a análise da ação pública pela via pragmatistas. No próximo capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos desta tese, apresentando os instrumentos de coleta e análise e a operacionalização da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentaremos o desenho desta pesquisa para alcançar os objetivos propostos. Assim, tendo como objetivo **compreender as trajetórias da ação pública na reparação do crime-desastre da Samarco em Regência Augusta**, a pesquisa adota abordagem predominantemente **qualitativa**, assumindo um processo interpretativo ao analisar com destaque as interações e as relações (DENZIN; LINCOLN, 2011). Argumentamos que as abordagens pragmatistas mobilizadas nesta tese trazem também proposições e reflexões metodológicas para dar conta da experiência e das interações nos meios (*milieux*). Destacamos, ainda, que fomos a campo com desenhos metodológicos que foram sendo adaptados, fizemos escolhas e complementamos a construção dos instrumentos de coleta, em diálogo com os interlocutores, o que evidencia o caráter emergente da pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2007).

O pragmatismo nos exige métodos abertos para os fluxos da experiência (DEWEY, 2010a; 2011). Por isso, iniciamos nosso desenho metodológico levando em conta, especialmente, as propostas metodológicas dos autores da sociologia pragmatista francesa de nossa base teórica: engajamento etnográfico e socioinformática das controvérsias. Enfatizamos, em diálogo com nossa base teórica, a importância do engajamento etnográfico nos estudos das arenas públicas (CEFAÏ, 2011), dos processos associativos (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011), das políticas de Estado (FASSIN, 2015) e dos dispositivos (BARBOT; DODIER, 2011). Destacamos, de antemão, que não realizamos uma etnografia nesta tese, considerando nossas limitações de agenda para longos períodos em campo, já que a pesquisa foi realizada sem afastamento oficial da docência na UDESC e, quando o afastamento foi autorizado, em 2020, vivenciamos a crise sanitária do coronavírus. Adotamos o que chamamos de postura etnográfica nos períodos de pesquisa de campo, seguindo as sugestões de Cefaï (2011; 2013) para observar e descrever, a partir das situações, dos contextos, a experiência. Esse engajamento, com a observação e descrição, sugere o autor, permite avançar na compreensão das dimensões políticas e morais nas situações de prova e, também, acessar significados normativos quanto aos engajamentos no curso da experiência (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011).

Francis Chateauraynaud tem desenvolvido, em sua balística sociológica, um conjunto de instrumentos e procedimentos metodológicos para análise de controvérsias em dossiês de longa duração (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Além de alargar a possibilidade de análises no tempo, para compreender as configurações dos problemas ao

longo do tempo, do alerta à estabilização e relançamento, Chateauraynaud e Debaz (2017) ampliam também o olhar para as temporalidades que os atores mobilizam em suas preensões. Em seu desenvolvimento teórico, Chateauraynaud (2011) resgata ferramentas da análise da argumentação para dar conta do trabalho argumentativo nas controvérsias e desenvolve uma socioinformática das controvérsias, aliada com as pesquisas de campo para sua balística sociológica (CHATEAURAYNAUD, 2011; CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Em sua obra mais recente, Chateauraynaud e Debaz (2017) integram o sensível, pelas preensões, os dispositivos, as argumentações e as moralidades em torno das provas e buscam evidenciar a tangibilidade das queixas e causas. O meio em interação, para Francis Chateauraynaud, portanto, é central em sua obra, para tratar das controvérsias e situações de prova, das preensões (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014) às transformações (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). O meio (*milieu*), tanto como um campo de interação quanto um plano de imanência, na obra do autor, é “tomado como a textura material da vida, como o entorno vivido pelos seres em seus encontros cooperativos e conflituosos” (MELLO, 2019, p. 170), e, por isso, o sociólogo francês não concebe a argumentação (argumento e contra-argumento) como mero discurso ou arranjo linguístico deslocado dos meios (*milieux*).

Ainda que esteja mais próxima da análise dos problemas públicos e da balística sociológica proposta por Cefai (2017a) e Chateauraynaud (2011), as considerações de Venturini (2010) para a cartografia de controvérsias ajudam, de algum modo, a descrever o modo como operamos em campo. A observação e a descrição em cartografias sociais acontecem sempre juntas, já que durante esse processo desenvolve-se uma fábrica coletiva da existência à medida que os atores estabelecem laços e desenlaces de relações, questionando categorias e entidades ao longo da construção da realidade social. “Nenhum cartógrafo sério viajaria por um território sem fazer anotações, esboçar planos, corrigir atlas anteriores. É assim que os mapas sempre foram fabricados: por meio de um ajuste recursivo de observações e descrições” (VENTURINI, 2010, p. 2, tradução nossa⁸⁸). Venturini (2010, p. 5) sumariza entre recomendações para uma cartografia das controvérsias: ouvir os atores; observar o máximo de pontos de vista possíveis; não se restringir a uma teoria ou um método;

⁸⁸ “No serious cartographer would travel a territory without taking notes, sketching plans, amending previous atlases. This is how maps have always been manufactured: through a recursive adjustment of observations and descriptions” (VENTURINI, 2010, p. 2).

ajustar as descrições e observações recursivamente; simplificar a complexidade, com respeito às singularidades; atribuir visibilidade aos atores conforme seus pesos.

Essas referências teórico-metodológicas guiaram nosso desenho. Em diálogo com os autores de nossa base teórica, então, operacionalizamos os objetivos desta pesquisa. A balística sociológica, a postura etnográfica nas arenas e para estudo dos dispositivos e vitimização permitem avançar na compreensão da ação pública, cercado com diferentes instrumentos, triangulando fontes e técnicas. Vamos retomar, desse modo, os objetivos específicos e apresentar as questões norteadoras para, posteriormente, expor as abordagens e instrumentos metodológicos, técnicas de coleta, de construção e de análise que mobilizamos. Ao final deste capítulo, introduzimos limitações da pesquisa e nossa entrada do campo.

3.1 OBJETIVOS DE PESQUISA E MÉTODOS

Resgatamos nossos objetivos específicos para apresentar alguns dos principais conceitos e operadores analíticos mobilizados e as escolhas pelos procedimentos metodológicos. Para estudar as ações públicas na arena e as controvérsias em torno de elementos da ação, iniciamos com a pesquisa de campo com postura etnográfica. Durante a pesquisa de campo, identificamos a importância da oralidade na comunidade e de sua história. A postura pragmatista apresentada por Francis Chateauraynaud permitiu, então, integrar as temporalidades, e, em diálogo com uma historiografia pragmatista (CHATEURAYNAUD; CHOEN, 2016) e atenção às memórias e às noções de futuro por meio das preensões (CHATEURAYNAUD, 2011; CHATEURAYNAUD; DEBAZ, 2017), adotamos na coleta-construção de dados, complementarmente à pesquisa de campo, as entrevistas temáticas, vindas do método da história oral. A abertura para o estudo do tempo presente (re)incorpora o papel do indivíduo no processo social e estimula o uso de fontes orais (FERREIRA, 1994; ALBERTI, 2005a; 2005b). A história oral é um método de pesquisa que privilegia a história do tempo presente, a partir dos atores e de suas narrativas, como atribuem significados e avaliam suas experiências. Ela “trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo” (PORTELLI, 1997, p. 26), em que o “sentido do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral” (CHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 182).

A história oral é impossível sem trabalho de campo: “lidamos com interpretações de relatos significados na memória, contidas nas falas das pessoas” (MONTYSUMA, 2006, p. 118). Portelli (1993) considera que por vezes os relatos não coincidem com o que ocorreu, mas na possibilidade, no incoformismo com a realidade, com a ucronia, aquilo que poderia ter

ocorrido, um presente alternativo. Ou seja, em um processo imaginativo, o evento poderia ter tomado um rumo diferente. Por isso, é preciso habilidade do pesquisador para lidar com essas questões, incertezas, mais do que assumir a narrativa como loucura, mentira e, portanto, descartável. Ao assumir como carregado de sentido, é a “racionalização do passado feito por indivíduos [...] Também devemos considerar o lugar da uchronia dentro da história individual de cada um. [...] é colocada de forma a coincidir com o pico da vida pessoal do narrador” (PORTELLI, 1993, p. 51). É necessário, desse modo, entender aspectos simbólicos e morais dos discursos entendidos como falsos ou “mentirosos”, por não corresponder com a fidedignidade dos fatos históricos. Amado (1995, p. 132) mostra que:

a memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo. [...] ‘É o sujeito que lembra’, escreveu Halbwachs (1990). Memória e história conjugam-se também para conferir identidade a quem recorda. Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias; embora estas sejam sempre sociais, um determinado conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa. Somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações e sentimentos, e de conferir-lhes significados; por isso, sua ausência, a amnésia, necessariamente conduz à perda de identidade.

A memória individual “resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões” (POLLAK, 1989, p. 13), e ao centrarmos em como os atores narram as trajetórias de reparação do meio ambiente, descrevem as ações e seus efeitos, avaliam os dispositivos e argumentos, justificam suas práticas, falam e silenciam, é possível descrever o meio, as moralidades/julgamentos/avaliações e identificar as preensões. Aproximamos, assim, a técnica da história oral temática no desenho da tese, especialmente para avançar no diálogo das temporalidades com metodologias qualitativas que levam a sério os atores. Mais do que uma técnica de coleta para uma história do tempo presente, a história oral temática permite uma postura com relação à memória. A memória é em si uma construção do passado pautada em emoções e vivências, sendo flexível, e “os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 1994, p. 8). Para além de tratar a memória como um dado, pretendemos entender a memória no campo da experiência dos atores na fábrica das preensões (CHATEAURAYNAUD, 2011).

Para análise das trajetórias e da argumentação na arena, consideramos a socioinformática das controvérsias. Francis Chateauraynaud e Jean-Pierre Charriau, na década

de 1990, desenvolveram o Prospéro (PROgramme de Sociologie Pragmatique, Expérimentale et Réflexive sur Ordinateur) para explorar os dados da mídia:

um software de análise de textos que permite a exploração de dossiês complexos e de corpora de grandes extensões, visando ao acompanhamento de controvérsias e polêmicas em longos períodos de tempo. O Prospéro revela-se também útil ao estudo dos momentos de consenso, cooperação e arrefecimento das discussões, momentos esses geralmente presentes em casos controversos de temporalidade relativamente extensa. (GOUVEIA, 2016, p. 86).

Mais do que um *software* para análise de dados qualitativos que permite contagem de palavras e organização do material, a aplicação permite ir e voltar reflexivamente no corpus, identificando nuances linguísticas, transformações temáticas e nuances na argumentação. O Prospéro torna possível também a análise estatística, bastante utilizada nas análises de conteúdo, mas vai além, com as dimensões semântica, histórica e pragmática, de modo autônomo e com possibilidade de adaptabilidade investigativa, conectando elementos, classificando marcadores de acordo com os dossiês.

A análise de processos complexos, tanto pela heterogeneidade dos atores envolvidos quanto pela pluralidade de arenas por onde passam, em períodos relativamente longos para a sociologia, exige, portanto, a superação da divisão entre abordagens qualitativas e quantitativas. Um dos caminhos possíveis é o de uma abordagem pragmática da investigação. [...] A abordagem adotada na socioinformática de controvérsias nunca envolve o analista ou o intérprete em um único modelo de processamento de ‘dados’, mas contribui para a criação de micro-comunidades epistêmicas capazes de trabalhar na reformulação. processa de forma diferente. (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 192-193, tradução nossa⁸⁹).

Assim, a socioinformática das controvérsias e a pesquisa de campo foram se retroalimentando no processo reflexivo do campo. No Quadro 1, apresentamos algumas das noções teóricas centrais (detalhadas na fundamentação teórica) e apresentamos alguns dos procedimentos metodológicos adotados, lembrando que foram os predominantes para a análise dos conceitos em questão, mas foram sendo construídos e ajustados em campo de modo concomitante. Entre os principais procedimentos, então, estão: a pesquisa de campo; a história oral temática; análise de dados secundários e socioinformática das controvérsias.

⁸⁹ “L’analyse de processus complexes, tant par l’hétérogénéité des acteurs impliqués que par la pluralité des arènes qu’ils traversent, sur des durées de surcroît relativement longues pour la sociologie, exige donc de surmonter le partage entre approches qualitatives et quantitatives. Une des voies possibles est celles d’une approche pragmatique de l’enquête. [...] La démarche adoptée en socio-informatique des controverses n’enferme jamais l’analyste ou l’interprète dans un modèle unique de traitement des ‘données’ mais contribue à la création de micro-communautés épistémiques capables d’œuvrer à la reformulation des questions et de regarder autrement les processus en cours” (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017, p. 192-193).

Assim, para descrever e analisar as ações públicas e seus efeitos na arena e, assim, compreender como se configuram os problemas públicos, da problematização e publicização ao engajamento nas situações de prova, utilizamos principalmente a pesquisa de campo e as entrevistas temáticas. Para analisar elementos da ação pública, dispositivos, lógicas de ação, moralidades e argumentos nas controvérsias, além da pesquisa de campo e das entrevistas temáticas, mobilizamos, como ponto de partida, a socioinformática das controvérsias e, ao longo da pesquisa, a triangulação entre os dados primários e secundários, que contribuíram para o processo interpretativo. Por fim, para examinar a trajetória e coordenação da ação, foram prioritários os dados primários.

Quadro 1 – Objetivos, operadores analíticos e procedimentos

Objetivos	Conceitos e operadores analíticos mobilizados	Procedimentos metodológicos
Descrever e analisar, pela perspectiva pragmatista, as ações públicas e seus efeitos na arena de reparação;	Ação pública; efeitos; arenas; cenas; situações de prova; lançadores de alerta; problemas públicos; problematização e publicização.	Pesquisa de campo, entrevistas temáticas, socioinformática das controvérsias e análise de dados secundários.
Analisar dispositivos, lógicas de ação, moralidades e argumentos empregados nas controvérsias sobre a reparação;	Dispositivos e repertórios normativos; argumentos e contra-argumentos; controvérsias e situações de prova; preensões e engajamentos.	
Examinar as trajetórias e coordenação da ação pública.	Preensões sobre futuro; dispositivos de coordenação da ação; bifurcações;	

Fonte: elaborado pelo autor.

Detalhamos, por conseguinte, a partir dessas noções centrais norteadoras do desenho metodológico, os procedimentos de construção dos dados, especificando os materiais coletados e as escolhas de entrevistados. Posteriormente, então, apresentamos a entrada no campo.

3.2 CONSTRUÇÃO E COLETA DOS DADOS

Para a socioinformática das controvérsias produzimos nossos dados, na arena, em conjunto com os interlocutores, seja pelas nossas observações, seja pelas entrevistas. Adotamos uma postura historiográfica pragmatista ao conduzir as entrevistas (CHATEAURAYNAUD; COHEN, 2016). Isso porque a memória passa a ser elemento central tanto para os atores, enquanto no processo de reparação, quanto para meu projeto de pesquisa. Assim, com relação à socioinformática das controvérsias, levantamos 856 reportagens desde 05/11/2015 até 12/09/2018, com os termos de busca [mariana and (desastre or crime or acidente or catástrofe) and (barragem or barragens or fund'ão' or samarco)] na base da Factiva, e, por dificuldades de acesso à base, complementamos com a busca de notícias pontuais a partir dos relatos dos atores. Aproximadamente 40% das notícias identificadas datam do primeiro mês do desastre. Assim, iniciamos os primeiros usos do *software* para identificar suas potencialidades.

Durante a exploração inicial do material, percebemos que as reportagens contextualizam a baixa aprovação do governo Dilma, as tensões e divisões quanto ao apoio ao atentado em Paris ou/e à Mariana. Relembramos, aqui, as capas dos jornais do dia 06/11/2015 que levam imagens na capa, mas não é a manchete principal nos jornais de São Paulo:



Figura 8 – Capas Folha de S.Paulo e Estado de São Paulo

Fonte: Grassano (2017, p. 228).

Enquanto isso, a capa do Estado de Minas mantém o desastre como capa, inclusive com a manchete de Paris (respectivamente: 05/11; 14/11 e 05/12):



Figura 9 – Capas Estado de Minas

Fonte: Grassano (2017, p. 241).

A partir de ajustes no corpus ao longo da pesquisa, realizamos o processo de mineração dos dados, ajustamos o dicionário do Prospéro e exploramos as entidades, regimes discursivos e redes de relações no corpus. Entre as entidades, figura Mariana e Samarco, o rompimento enquanto situação crítica, as vítimas e a lama. As possibilidades de identificar como as entidades se relacionam com os enunciados ao longo do tempo, qualificadores mais utilizados e operadores de crítica são alguns dos recursos do *software*.

Além disso, com relação aos dados secundários, analisamos uma série de documentos que eram citados e mobilizados pelos atores para descreverem ações (relatórios de pesquisa, notas técnicas, deliberações do CIF, atas de câmaras técnicas e da Renova, relatórios de consultoria, ações civis públicas, publicações de redes sociais e de sites oficiais). Esses relatórios são citados ao longo das análises e, como uma rede de elementos, mobilizam outros atores e dados. Esses documentos foram sendo coletados em uma pasta e inseridos no NVivo®, tendo sido utilizados para construir as narrativas e detalhar as controvérsias, e estão referenciados ao longo das análises.

Realizamos entrevistas exploratórias em setembro de 2017 e, a partir de final de setembro de 2019, iniciamos nossa construção dos dados. Na primeira visita, já para a tese, realizamos apenas duas entrevistas. Optamos, primeiramente, por observar, conversar e, sobretudo, apresentar-nos ao campo. Sabendo das resistências no campo com relação às pesquisas, optamos por essa estratégia e, principalmente, por acessar os entrevistados por meio de indicações, utilizando a técnica de bola de neve. Os atores indicavam outros atores para serem entrevistados, e nossos contatos iniciais foram indicadores pelos atores da conservação.

No Quadro 2, apresentamos as fontes de cada um dos procedimentos.

Quadro 2 – Procedimentos metodológicos e fontes

Procedimentos	Fontes
Pesquisa de campo	Visitas de campo em out/2017; ago/2019; set-out/2019; dez/2019; jan/2020;
Entrevistas temáticas	27 entrevistados, incluindo atingidos (pescadores, surfistas, artesãos, comerciantes, moradores), defensor e advogado dos atingidos; atores da conservação (membros do Tamar e ICMBio), servidores públicos (educação, assistência e saúde).
Socioinformática das controvérsias com a utilização do Prospéro,	856 reportagens desde 05/11/2015 a 12/09/2018 com os termos de busca [mariana and (desastre or crime or acidente or catástrofe) and (barragem or barragens or fund'ão' or samarco)]
Análise de documentos	Relatórios de pesquisa, notas técnicas, deliberações do CIF, atas de câmaras técnicas e da Renova, relatórios de consultoria, ações civis públicas, publicações de redes sociais e de sites oficiais indicados ou citados nas entrevistas pelos entrevistados.

Fonte: elaborado pelo autor.

Participamos, também, de eventos na vila e de reuniões durante a pesquisa. No âmbito do CIF, participamos da Câmara Técnica de Biodiversidade presencialmente em agosto de 2019 e de uma seção virtual da Câmara Técnica de Organização Social de 2020, e na comunidade participamos de duas reuniões, uma com a Defensoria Pública e outra com a

Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Além das notas de campo, em que diariamente descrevíamos nosso cotidiano e refletíamos sobre o que vivenciávamos, realizamos entrevistas com 27 atores locais, de diversos campos de atividades, somando mais de 25 horas de entrevistas gravadas, que foram transcritas e codificadas no NVivo®. Entrevistamos pescadores, atores da conservação, artesãos, comerciantes, servidores públicos, ativistas, membros de associações e coletivos, lideranças e advogados. Um dos entrevistados não autorizou gravação, outros entrevistados pediram para serem acompanhados por colegas em parte das entrevistas e outros concederam entrevista mais de uma vez. As entrevistas aconteciam ao ar livre, nas casas ou nos locais de trabalho. Conversamos mais de uma vez com alguns dos entrevistados e gravamos por duas vezes em duas oportunidades; nos outros reencontros as conversas eram informais.

Na Tabela 1, apresentamos as entrevistas gravadas com a quantidade de horas.

Tabela 1 – Registros das entrevistas

Entrevistado	Data	Horas
Entrevistado 01	out/2019	1:00:51
Entrevistado 02	out/2019	1:25:23
	dez/2019	1:02:04
Entrevistado 03	out/2019	0:24:09
Entrevistado 04	out/2019	0:51:15
Entrevistado 05	out/2019	0:43:19
	dez/2019	1:18:12
Entrevistado 06	dez/2019	0:39:18
Entrevistado 07	dez/2019	1:06:15
Entrevistado 08	dez/2019	0:46:55
Entrevistado 09	dez/2019	0:22:12
Entrevistado 10	dez/2019	2:02:57
Entrevistado 11	dez/2019	0:31:02
Entrevistado 12	dez/2019	1:25:15
Entrevistado 13	dez/2019	1:39:27
Entrevistado 14	dez/2019	0:50:40
Entrevistado 15	dez/2019	1:27:41
Entrevistado 16	jan/2020	1:09:32
Entrevistado 17	jan/2020	1:08:25
Entrevistado 18	jan/2020	0:56:32
Entrevistado 19	jan/2020	0:46:23
Entrevistado 20	jan/2020	não autorizou gravação

Entrevistado 21	jan/2020	0:40:37
Entrevistado 22		
Entrevistado 26	jan/2020	1:49:19
Entrevistado 27		
Entrevistado 23	jan/2020	0:43:56
Entrevistado 24	jan/2020	00:55:01
Entrevistado 25		
Total	-	25:36:40

Fonte: elaborado pelo autor.

Codificamos no NVivo® em diferentes categorias de *nodes*: temporalidade (passado, presente, futuro); controvérsias (técnicas, setores, saúde, modo de vida, lideranças, jurídicas, cartão); atores (samarco, renova, tamar/rebio, poder público, não humanos, mídia, justiça, associações/coletivos); atividades (turismo, pesca, *surf*, lazer, cultura, conservação, comércio). Frente ao grande volume de dados das entrevistas, esse procedimento ajudou a refletir e organizar os dados para compor as análises. Além disso, um dos nós tratava de situações emblemáticas, que nos chamavam a atenção, que nos traziam dúvidas ou que achávamos que era preciso explorar mais. Em outras pesquisas que realizamos, utilizamos a saturação como critério para encerrar as entrevistas. Nesta pesquisa, no entanto, não chegamos à saturação pelos movimentos simultâneos ao processo de pesquisa e uma série de novos elementos, pesquisas, dados e decisões, que aconteciam no curso da pesquisa. Optamos por encerrar as coletas dos dados devido à pandemia da Covid-19, tendo em vista novas interações que atravessavam os meios (*milieux*).

Quanto à coleta de dados para o Prospéro, não conseguimos atualizar as notícias depois de 2018 por não ter acesso à base de dados Factiva. Esperávamos, com o doutorado sanduíche, poder atualizar tanto a versão do Prospéro quanto a base de dados e dialogar os dicionários, apresentar versões parciais de nossos resultados e interagir com o grupo de pesquisa. No entanto, também pela crise sanitária, optamos por avançar por outros caminhos, haja vista o volume de dados já coletado.

Apresentadas as escolhas metodológicas, ajustes ao longo do processo de pesquisa e alguns dos desafios na operacionalização, seguimos com a apresentação de nossa entrada no campo, para posteriormente entrar nas análises.

3.3 A ENTRADA NO CAMPO

Fui apresentado e informado em detalhes ao desastre na Foz do Rio Doce por intermédio de Gil Sales⁹⁰, e, já na primeira visita de campo, acompanhando meu orientador, Maurício Serva, e os pesquisadores do GSPR, Francis Chateauraynaud e Josquin Debaz, fomos atravessados pelas histórias, pelas lutas, pelos dramas. Nosso encontro com Regência Augusta, um distrito da cidade de Linhares-ES, a mais de 100 km de Vitória, que integra a planície costeira da Foz do Rio Doce, foi bastante desafiador. O território é marcado por histórias que remontam ao período colonial, por controvérsias sociotécnicas marcadas pela incerteza, por desafios que afetam as vítimas em seu cotidiano, das atividades econômicas ao lazer. A vila nos toca de maneira muito forte.

Para chegar no território, mais de 1500 km de minha residência, o itinerário incluía dois voos, aluguel de carro e estrada de chão para acessar a vila na foz do Rio Doce. Foi uma escolha de campo pela sua complexidade e por ser também afetado pelas suas histórias, pelos desafios enfrentados nesse processo. Ao voltar para casa, trazia sempre um pouco daquela terra da planície costeira do Rio Doce, no carro e na mala, e todas as despedidas do campo foram marcadas pelo desejo de ficar e retornar, de conhecer mais e aprofundar naquela realidade de coloração avermelhada, do barro e, agora, da “lama”.

⁹⁰ Gilberto Sales é doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde nos conhecemos em projetos e disciplinas, e é servidor de carreira do ICMBio, lotado no Centro de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas - Centro TAMAR. Gil é também membro dos grupos de pesquisa: Observatório da Sustentabilidade e Governança (UFSC), Núcleo de Pesquisa Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento (ORD-UFSC).

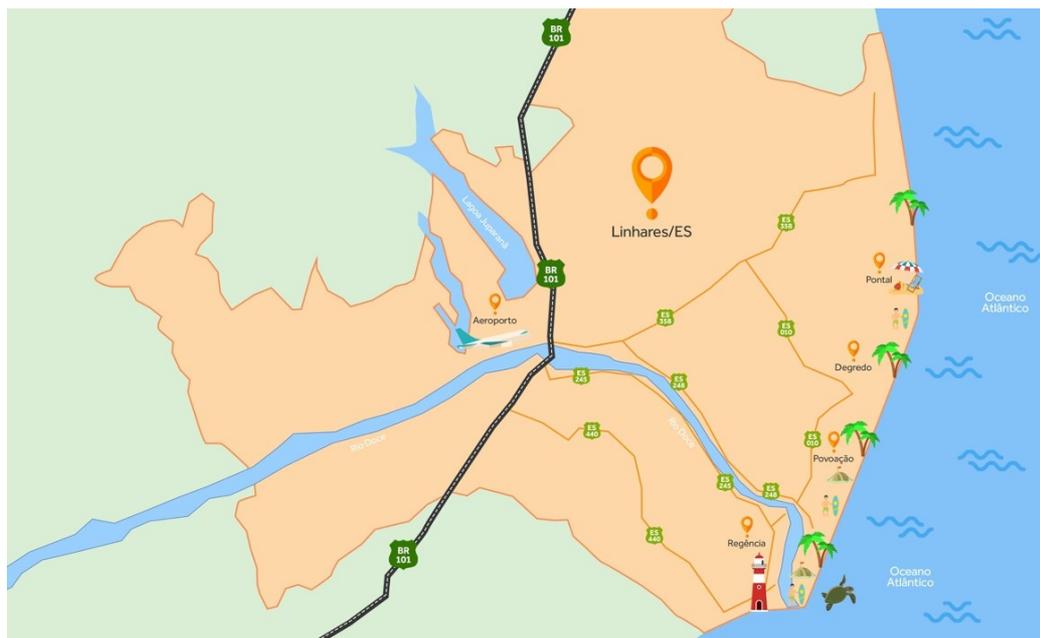


Figura 10 – Mapa temático
 Fonte: Foz do Rio Doce (2020).



Figura 11 – Foz do Rio Doce com a chegada dos rejeitos
 Fonte: Foto de Bernardo Coutinho (FERNANDES, 2020).

Durante a pesquisa de campo, o alojamento de pesquisadores da Reserva Biológica de Comboios (REBIO-Comboios) tornou-se meu ponto de referência, para mim e para meus interlocutores. Para muitos deles, eu estava no Tamar. Na entrada duas placas: Reserva Biológica de Comboios e Base de Proteção do Projeto Tamar.



Figura 12 – Entrada da REBIO Comboios

Fonte: arquivo pessoal.

A 16 km do centro da vila, esse ponto de referência é marcado por siglas (ICMBio, REBIO, Tamar) e histórias, desde a década de 1980, por atores e posicionamentos em prol da conservação. Ao me apresentar aos entrevistados, por exemplo, era comum perguntarem: i) “onde você está?”, “em qual pousada?”; ii) atentavam quem estava comigo ou perguntavam se era de alguma rede (de pesquisa) – “essa pesquisa é pra quem?”; e iii) sobretudo, questionavam sobre a finalidade da pesquisa – “em que essa pesquisa pode nos ajudar?”. É importante destacar esses questionamentos no acesso aos interlocutores porque alguns achados da pesquisa estão nas nuances, nas sombras, nos silenciamentos, até no não dito. É preciso lembrar que o território, mesmo com as dificuldades de acesso pela estrada de chão – que, por vezes, é interditada pela chuva –, tem sido terreno para pesquisadores, consultores, auditores, jornalistas, ONGs e movimentos sociais desde o rompimento da barragem. Além dos trabalhos independentes, existem os trabalhos para a Fundação Renova, para o Ministério Público, entre outros.

Questionar onde eu estava parecia um jeito de facilitar as categorizações e, talvez, seus posicionamentos. Eles convivem com isso agora, e eu era mais um. Saber a pousada ajudava a esclarecer: a gente vai se esbarrar mais uma vez?; qual o seu grupo?; qual a fonte de seus recursos?; o que você ganha com isso?. Além das redes utilizarem diferentes pousadas, mais do que estar em um local comercial: “você estava na casa de alguém?”; “você está na Dulce?”. Também identifiquei nessa questão uma crítica sutil de alguns atores aos

profissionais que faziam seu campo com recursos das empresas ou de fontes de financiamento, quando estes utilizavam o alojamento da Reserva Biológica, e não deixavam recurso na vila, por exemplo. Eles desenvolviam a seguinte forma de argumentação “as empresas e grupos recebem dinheiro para pesquisar isso, a fonte é da (ou pela) reparação, mas o dinheiro não fica na vila”; “recebem e ficam no alojamento”; “alguém está ganhando com isso”. A simples pergunta era mais do que uma pergunta sobre a pousada, continuava um posicionamento, uma leitura e uma crítica. Muitos, ainda, queriam saber se eu estava a serviço da Fundação Renova ou se recebia recursos de seus projetos, logo, das mineradoras.

Nesses momentos, eu afirmava e enfatizava meu lugar enquanto pesquisador independente, financiado por meus próprios recursos, com atuação em universidade pública. Por vezes, destacava meu itinerário de Florianópolis, dois aviões, aluguel de carro, estrada de chão, e que ficava na REBIO porque economizava, já que meu gasto com transporte era alto. A distância os surpreendia também. Universidades de Santa Catarina não estavam na lista dos frequentadores comuns. Em muitas entrevistas, eu citava quem os havia indicado, por meio de quem soube da atuação do entrevistado ou quem já havia dialogado comigo. Ao longo das visitas de campo, essas referências: “ah, você conhece fulano”; “ah, você está na reserva”, eram marcadores de uma abertura ao diálogo. Essas redes e referências abriam portas. Alguns entrevistados diziam: “ah, então você está do nosso lado”. Nessa interação, eu já buscava entender que lados eles viam, como categorizavam os lados. Não posso ser ingênuo, portanto, sobre o fato de que essa conduta abria algumas portas e de que essas portas levavam a alguns cômodos. É a partir desse lugar e dessas referências que realizei meu campo. Assim, preciso retomar o “nosso lado”.

Eu queria entender de que lado eu estava, de que lado eles estavam e como categorizavam esses lados. Em geral, o “nós” referia-se aos atingidos, “nós, os atingidos”. No entanto, nem sempre esse “nós” era plural, era um “nós” de um meio específico, com seus objetos e experiências do “ser atingido”. Alguns pescadores, por exemplo, conheceram-me numa das reuniões agendadas pela Defensoria Pública. Conheci o Defensor Público no Colóquio Franco-Brasileiro sobre Riscos e Desastres na Universidade Vilha Velha (UVV). Trocamos contatos e o defensor me comunicou da reunião.

Ao chegar, conversamos rapidamente, e, logo, deu-se início à reunião. Eu me posicionei nas cadeiras à direita do auditório do Tamar, numa posição central. Um dos advogados, que entrevistara no dia anterior, ao chegar, cumprimentou-me. Durante a reunião, eu tomava notas em meu caderno de campo. A maioria dos pescadores nunca tinham me visto, era nosso primeiro contato. Percebi certa curiosidade após a reunião. Alguns pescadores

se aproximaram, e começamos a conversar. Em determinado momento, ficou claro a questão que queriam responder: “você está aqui em nome de quem?”. Ter conversado com os atores da cena jurídica, como chamaremos em sentido amplo, foi o suficiente para desconfiarem que eu integrava ou Defensoria ou Renova. Um deles, antes de perguntar quem eu representava, quis logo me explicar as questões de sua indenização e se emocionou ao tratar das dificuldades em ser reconhecido pelas políticas, da sua relação com o Rio Doce e com a vila. Quando expliquei que não era da equipe do defensor e que era pesquisador, ele me lançou a seguinte pergunta: “o que essa sua pesquisa pode fazer por mim?”. Essa pergunta sempre me toca em campo. Afirmei, naquele momento, que o que eu poderia fazer era dar visibilidade às suas histórias. Relatei que aquilo que era tão forte em campo, as injustiças e lentidão dos processos que eles relatavam, quando saía de lá não tinham a mesma repercussão, parecia até encaminhado ou resolvido pelo modelo de governança adotado, com uma Fundação para implementar ações e um Comitê Interfederativo (CIF) e suas Câmaras Técnicas (CT), em distintas áreas, para avaliar e indicar ações. Eu fui atravessado pela história do seu João⁹¹ e de tantos outros atores. Essa pergunta me atravessou e, por essa razão, abro a seção falando sobre isso, porque o campo foi repleto dessas emoções.

Algumas entrevistas eram previamente agendadas, e a maioria delas contou com a contribuição e indicação tanto dos servidores e terceirizados dos órgãos de conservação quanto dos próprios entrevistados e amigos que fiz durante a pesquisa. “Você tem que conhecer ciclano”; “já falou com beltrano?”, “vamos na casa do fulano”. Eles me indicavam não só pessoas, cláusulas e relatórios, compartilhavam suas experiências culturais: “tem que ir no Fubica!”, “tem que conhecer o congo!”, “conhece terno de reis?”. Uma semana antes da viagem, lembrava Toninho, chefe da REBIO, de minha chegada, o qual prontamente confirmava que estavam me aguardando. Numa das primeiras visitas de campo, o chefe aproveitou uma reunião com todos os servidores, apresentou-me e pediu ajuda e contribuição de todos para conversarem comigo e indicarem pessoas-chave da comunidade, afinal eram em sua maioria nativos. Na acolhida no campo, desde os primeiros contatos, e na reunião que apresentei meu projeto para atores da conservação, estes destacavam sempre a importância de dialogar os aspectos sociais e econômicos.

Nessa reunião com atores da conservação, analistas ambientais do ICMBio e do TAMAR, perguntaram-me se eu trataria apenas da reparação ou também queria saber da

⁹¹ Nome fictício.

mitigação e da compensação. Minha resposta naquele momento foi por uma saída pragmática: interessam-me os usos dos atores do termo reparação; caso entendam mitigar e compensar como práticas dentro de reparação, levarei em conta. Essa linguagem estava muito próxima da linguagem jurídica e da construção do direito. Na atuação ambiental, os técnicos lidam com uma normatividade. Os analistas ambientais tinham boa entrada no campo, eram respeitados e conhecidos. Eles, por vezes, eram mediadores e traduziam questões técnicas para a comunidade. Os atores da conservação pareciam distinguir essas questões, enquanto os moradores locais não. A indenização era reparação, a estrada era reparação. Nessa mesma apresentação, recomendaram-me o uso da expressão “pluma de rejeitos” em minha tese, afinal lama era um uso inapropriado, afinal lama, para eles, é lugar de vida e tem importância nos biomas, diferente dos rejeitos.

Quando eu chegava na REBIO, era recebido pelos analistas ou terceirizados, que perguntavam como estava a estrada, comentavam sobre as agendas de reuniões da semana na Vila e perguntavam qual era minha programação e com quem pretendia conversar. Costumava, então, dialogar com eles o que eu estava “elaborando sobre”; compartilhava meus “achados” até ali, minhas intuições e perguntava se fazia sentido para eles. Nessas interações, por vezes, diziam-me: “você tem que conhecer o pesquisador tal”. Mais do que confirmação dos caminhos, era o diálogo que importava na construção da tese, justamente essa compreensão do “porquê é” ou “não é por aí” que me interessava.



Figura 13 – Vista da REBIO Comboios

Fonte: arquivo pessoal.

Depois de me instalar no alojamento, em todas as visitas, fazia um passeio de carro pela vila, que ficava a alguns quilômetros do alojamento da REBIO, para me ambientar. Por vezes, identificava transformações no local. No comércio, conversava sobre o movimento do final de semana anterior, as reuniões e suas percepções. Um dos restaurantes locais tornou-se “escritório” para responder e-mails, resolver pendências do dia a dia da universidade, mas especialmente para tomar notas e refletir sobre os caminhos da pesquisa e sobre o que acabava de ouvir, ver e sentir. Quando dialogava com os proprietários e os nativos, compartilhava do ordinário, para entender o clima e o vento, os pratos e os peixes, as músicas e sons que ouviam. Lembro-me, por exemplo, de que a “maior lua” que vi foi do mirante do alojamento e desci para perguntar o que estava acontecendo na vila, ao que o vigia me disse: “é lua cheia, vá na praia ver”. Eram as paisagens que destoavam do meu olhar habitual. Lembrei-me, ainda, em algumas situações, de temáticas que vivenciei na minha infância na cidade de Jaguaruna, especialmente com relação às vilas do Farol de Santa Marta e algumas

praias de Imbituba e Garopaba: estrada de chão para acessar, surfistas e pescadores. Havia, ali, um ar familiar, de interior, mas muitas diferenças também.



Figura 14 – Foto aérea de Povoação, Rio Doce e Regência
Fonte: Natura Ecoturismo (s.d.).

Nas primeiras visitas de campo, era comum estar só no restaurante, e toda movimentação de carro me chamava a atenção. Com o passar do tempo, comecei a perceber mais carros e uma dinâmica diferente na vila. Do mesmo modo, também eu era percebido enquanto dirigia; parecia que os moradores olhavam o carro, procuravam a referência, a logo. Talvez a placa de Belo Horizonte e o meu costume de andar com vidros fechados chamassem atenção. Quando me dava conta disso, abria os vidros. Essas dinâmicas da vila, dos eventos, das festas, do comércio, das ruas, eram os primeiros detalhes que eu procurava ver e saber quando chegava ali. Percebia dinâmicas novas na vila, desde a primeira visita, e pude acompanhar algumas que me chamaram a atenção: se nas primeiras visitas estava só no alojamento, no restaurante e nas ruas, fui aos poucos vendo carros de surfistas na Reserva (Figura 15), pessoas na rua e eventos na praça, materiais de construção (areia, pedra) em frente às casas; pesquisadores na rua coletando dados; bicicletas e carros novos; *mix* de produtos no mercado local; placas de novos comércio e movimento nos restaurantes; logos de universidades, redes de pesquisa e consultorias plotadas em carros.



Figura 15 – Carros na REBIO Comboios em dezembro de 2019

Fonte: arquivo pessoal.

Em alguns dias em que pela manhã não tinha agenda de entrevistas, pude acompanhar a dinâmica de trabalho na Reserva e no Centro Ecológico. O filho do chefe da Unidade de Conservação é músico, e, por essas interações – nem me lembro bem, mas acho que foram as unhas da mão direita que me denunciaram como músico –, fui sendo apresentado, também, como músico. Esse foi um ponto de contato que abriu diálogo: a música. Logo, tínhamos outros assuntos; eles queriam mostrar sua arte, queriam cantar seus compositores.

Realizávamos as entrevistas temáticas em salas de reunião, mas também almoçando, tomando café da manhã e caminhando pela praia. Também fui convidado a ir às casas, aos saraus e rodas de violão nas pousadas, à “casa de...” (Figura 16). Estar a alguns quilômetros de distância do centro da vila, no alojamento, dificultou algumas das interações, já que muitos não “eram chegados” ao WhatsApp. Em alguns casos, vi que agendar antes nem sempre funcionava. No começo, pensava até que estava sendo inconveniente ou que tinham se esquecido, mudado a programação, mas, no outro dia, diziam: “era só chegar”. Com o tempo, eu chegava. Outras vezes me ligavam, especialmente os membros do Tamar, e eu pegava o carro e partia para a vila. Acompanhado do violão, pude conhecer pesquisadores, estagiários do Tamar e interagir com artistas, com nativos e seus repertórios, também musicais.



Figura 16 – Tocando com músicos locais na casa de Profeta

Fonte: arquivo pessoal.

Este prólogo é uma forma de localizar o leitor nas entradas em campo, nas minhas posturas, procuras e nas questões que me tocaram. No próximo capítulo, prosseguiremos com descrições e análises sobre as trajetórias da ação pública. Iniciamos com um prólogo destacando as ações iniciais e as primeiras manifestações e organizamos as demais seções em torno das atividades econômicas e dos dispositivos; dos modos de habitar e as atividades culturais; e, por fim, apresentamos uma sistematização em torno das trajetórias das ações pelos campos de experiência.

4 ANÁLISES

Neste capítulo, abordaremos as trajetórias da ação pública de reparação na arena pública (CEFAÏ, 2017a), por meio dos argumentos e sócio-lógicas (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017) e dos repertórios normativos (DODIER; BARBOT, 2017), a partir da interlocução com os atores no território. Buscamos evidenciar as trajetórias, ou seja, como se configuram e se reconfiguram os problemas e os público na arena pública de reparação, as interações entre as lógicas sociais nos meios (*milieux*). Retomamos as questões que norteiam este trabalho: **como as trajetórias da ação pública se configuram na arena de reparação no território?; como os argumentos, lógicas e dispositivos em torno das controvérsias públicas são mobilizados nos meios?; quais as moralidades e repertórios normativos em torno dos dispositivos de reparação?**

Assim, pretendemos dar inteligibilidade e visibilidade às situações e às experiências (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017) e, mais do que discutir o social, queremos identificar transformações, as teias e malhas (INGOLD, 2015; LATOUR, 2012; CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017) das configurações e reconfigurações da reparação nos meios (*milieux*). Levamos em conta os movimentos e as transações nas trajetórias da ação pública como aspectos importantes para compreendê-la (CHATEAURAYNAUD, 2011; DEWEY, 2010).

Um dos maiores desafios em torno da escrita da tese passou pela organização dos dados para resgatar e apresentar essas experiências vividas no campo, as conexões e as redes de sentidos abertos em interação com os meios (*milieux*). Desse modo, optamos por organizar as seções deste capítulo em torno de atividades. Isso para que o leitor possa também acompanhar e conectar-se com essas trajetórias, elaborar suas próprias questões e abrir outras. As escolhas aqui feitas aproximam-se do vivido pelos atores, de suas experiências, de percepções e memórias. Como um campo em movimento, pondero também que algumas das questões aqui postas, relatadas, já não estão no mesmo lugar na arena. Nem por isso consideramos desnecessários os relatos, muito pelo contrário. Analisar as trajetórias não se trata de ter o último ponto, mas de acompanhar esses fluxos e movimentos. Trata-se, portanto, de retratos que, quando escrevo, já se desatualizam no fluxo da experiência.

Analisamos, na primeira seção, os movimentos em torno da chegada da pluma de rejeitos. Na segunda parte, aprofundamos na trajetória de reparação em torno das atividades econômicas, lógicas da indenização e dispositivos bem como as inter-relações entre dispositivos e meios (*milieux*). Na terceira seção, aprofundamos na as práticas culturais, os

modos de vida e as narrativas que coabitam o território. Na última seção, damos ênfase a reflexões sobre a ação pública e as trajetórias.

4.1 PRÓLOGO SOBRE A ARENA PÚBLICA

Os rejeitos caíram no curso do Doce bem na sua formação, na junção dos rios Piranga e do Carmo, na Zona da Mata, e a previsão é que eles percorram os cerca de 870 quilômetros até a foz, em Regência Augusta, distrito de Linhares (ES). Ao longo desse caminho, a lama produziu cena de devastação, com toneladas de peixes mortos, além de restos de vegetação, lixo e outros animais em decomposição nas margens. Ontem, a cheia do rio já tinha sido observada em Linhares, mas a previsão é que o grosso da lama chegue na cidade capixaba na terça-feira.

Estado de Minas, 12 de novembro de 2015.

A lama estava a caminho⁹². A primeira reportagem sobre Regência no corpus data de 18 de novembro de 2015. A reportagem de O Globo intitulada “Em Regência, no Espírito Santo, primeira manifestação em quase sete décadas pede pela preservação da natureza local” apresenta uma manifestação que integra adultos e crianças na vila caminhando pelo estuário do Rio Doce e “pedindo a contenção da lama”. Ela dá início à configuração de disputas em torno das incertezas e controvérsias que se abrem na arena pública em torno da chegada da lama. Entre os objetos que compõem a prova (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017) da devastação e do desastre, os peixes mortos e os restos em decomposição às margens.

Pescadora aposentada, Alda Ribeiro, de 67 anos, deixou ontem as linhas e agulhas de crochê, companheiras matutinas de todos os dias, e rumou para a praça de Regência, na foz do Rio Doce, a 60 quilômetros de Linhares (ES), para participar de uma manifestação - a primeira que viu na vila em quase sete décadas de vida. No ato público extraordinário, Alda expressava, ao lado de outros 30 moradores, a vontade modesta de quem alimentou os dez filhos com animais apanhados no rio. ‘Queremos água, não queremos lama’, bradava o grupo integrado por senhoras, mulheres, homens e crianças ao percorrer ruas de terra batida. (O GLOBO, 18 de novembro de 2015, grifos nossos).

As ruas de terra batida da comunidade, com o rompimento da barragem, são, inicialmente, percorridas pelos moradores com o objetivo de protestar contra a possível

⁹² Destacamos duas das primeiras reportagens que tratam das impressões sobre a chegada da lama na Vila: i) documentário *Últimos dias em Regência*, material divulgado na TV UFES e realizado pelos grupos de pesquisa: Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES) e em Cultura, Audiovisual e Tecnologia (CAT), disponível em: <https://youtu.be/1Ynm5uXD9Q> ; ii) documentário *Regência: as últimas horas da lama*, produzido por Leonardo Merçon, Thiago Ferrari e Eric Freitas, disponível em: <https://youtu.be/3LLBlyfarew>.

chegada da lama. O rompimento da barragem, a quilômetros de distância, marcará a vila de Regência em “antes da lama” e “depois da lama”. Distinta por seus traços culturais, vida simples e atividades tradicionais, com a chegada da lama, os atores locais passam a se manifestar em busca de respostas, para problematizar essa chegada (CEFAÏ, 2017a). A dinâmica de organização social ganha um novo contorno e repertório frente à incerteza: o protesto.

Na paisagem, os barcos dos pescadores locais são trocados pelos helicópteros que sobrevoam o rio. A serviço das empresas, do Estado e até de particulares, os helicópteros sobrevoam a área e acompanham a chegada da pluma de rejeitos da mineração, os *restos* carregados. É preciso nomear esses elementos, que chegam enquanto prova de realidade para os atores. Há curiosidade dos particulares em torno da chegada da lama, assim como a necessidade, por parte de atores públicos, pesquisadores e servidores, de seguir os caminhos da lama e traçar estratégias de mitigação e resposta junto das empresas.

Os moradores relatam que Regência passa a ser sobrevoada no período de chegada da lama e recebe jornalistas, pesquisadores, advogados, ONGs, atores clássicos das cenas numa arena (CEFAÏ, 2017a). Esses atores chegam como novos objetos, novos argumentos, novas preensões, e inicia-se uma disputa em torno do que é essa lama e quais seus possíveis efeitos. Nos relatos dos primeiros protestos, alguns atores locais comentaram que a ideia do protesto surgiu da necessidade de aproveitar os olhares sobre Regência, uma oportunidade e um meio de denunciar um crime que acometia a vila, como modo de articular a comunidade e uni-la em torno de uma pauta, de configurar um “nós”, um público (DEWEY, 2010). Na cena do desastre, surgem também as “oportunidades”, das capas de jornal, de novos clientes para processos contra grandes empresas, assim como as oportunidades para trabalhos com a comunidade na resposta ao desastre e de pesquisa para acompanhamento dos impactos do desastre – elementos heterogêneos que atraem novos atores para a vila. É o momento, então, como relatam os atores, de oportunidades e de oportunismos.

Entre as *performances* com tom de denúncia, repercutiu pelo mundo uma encenação: o funeral do Rio Doce (Figura 17), denunciando as práticas do crime corporativo (PROTESTO..., 2015, n.p). Enquanto os atores se expressavam, estavam também assimilando o que teria acontecido, o que teria morrido e quais seriam os desencadeamentos dessa cena. Ao encenar o funeral, eles entravam em processo de luto. Para alguns pescadores, eram a própria atividade profissional e o modo de vida que tinham sido atingidos.

Os moradores a caminho do Portinho Histórico de Regência carregavam faixas que levavam o nome da Vale, e a “morte” tinha em sua foice o nome da Samarco.

Moradores e ambientalistas acompanhavam a mudança da paisagem. Anteontem, dois manifestantes vestidos de morte arrancaram aplausos ao transitar de barco vestidos de morte. Um deles carregava uma foice em que estava escrito o nome da Samarco, empresa controlada pela Vale e pela BHP Billiton, responsável pela barragem que se rompeu no dia 5 deste mês, devastando o distrito de Bento Rodrigues.

- Tive coragem de vir aqui só umas quatro horas depois de acordar. O rio já estava assolado há tempos, agora vai acabar de morrer - lamentou a servidora pública Joselita dos Anjos, de 49 anos, moradora de Regência. (O GLOBO, 23 de novembro de 2015, grifo nosso).



Figura 17 – Protesto em Regência

Fonte: Fotografia de Secundo Rezende (PROTESTO..., 2015).

As manifestações, assim como as charges, evidenciam, como modos de protesto, o clima fúnebre e são modos de expressar e construir sentidos. Uma das charges (Figura 18) coletadas ao longo do desenvolvimento da tese ajuda a construir essa compreensão do fenômeno e se conecta com a preocupação de Dona Joselita, autora do relato acima:



Figura 18 – Charge Causa Mortis Foz Rio

Fonte: Canozo (2019).

A reportagem apresenta dois conjuntos de atores acompanhando a mudança da paisagem, os moradores e os ambientalistas. Entre as preocupações, está o que é visível e o que é invisível: o que é essa lama e quais seriam os riscos e futuros possíveis com sua chegada? O que aconteceria com a pesca, com os peixes, com as espécies, com o rio? A lama inundaria a comunidade? Quais seriam os efeitos no ecossistema e em suas vidas?

Com a chegada da lama e dos peixes mortos e contaminados, com a turbidez da água e o risco do consumo desse pescado, os barcos ficam parados. É algo jamais imaginado pelos pescadores locais, que há gerações vivem da pesca. Eles não imaginavam o risco do impacto por barragem, não estava no imaginário. A atividade de pesca, tradicional no Rio Doce como um todo, é ameaçada. Em reportagem sobre outros municípios no corpus, por exemplo, pescadores demonstram intenção de deixar a vila:

Se para a população em geral o maior problema é a desconfiança com a qualidade da água, para os pescadores a tragédia de Mariana representou o fim de uma história. Eduardo Cunha, de 51 anos, é pescador e fabricante de barcos desde os 14. Ou era. Sem perspectiva de continuar trabalhando em qualquer das duas atividades, ele diz que pretende deixar a cidade. ‘Não tenho mais o que fazer aqui. Vou sobreviver de quê? Como? O Rio Doce está morto. Que futuro tenho? Aqui não tem peixe nem vai ter pelo menos nos próximos 10 anos’, acredita. (O GLOBO, 24 de novembro de 2015, grifos nossos).

Vemos, no material e nas entrevistas, as perspectivas de que levará décadas para recuperar o rio, a vida. Já se passaram cinco anos. A ministra do meio ambiente à época, por exemplo, afirmou que o processo de recuperação do rio Doce levaria “pelo menos uma década” (FOLHA DE S.PAULO, 17 de novembro de 2015) e “a recuperação total da área afetada pela tragédia em Mariana poderá levar até três décadas” (O GLOBO, 20 de novembro de 2015). Especialistas afirmaram que a recuperação levará ainda mais tempo:

‘aqui há muita vida por causa dessa cadeia de montanhas, que interfere nas correntes e retém os nutrientes arrastados pelos rios. Mas o que retém os nutrientes também pode reter a poluição’, explica Ruschi, que salienta que os efeitos da onda de lama, se ela efetivamente chegar ao mar, serão sentidos por mais tempo do que se imagina. ‘Alguns falam em décadas. Eu digo que serão necessários até 300 anos para nos livrarmos das consequências desse crime’, afirma o biólogo. (FOLHA DE S.PAULO, 19 de novembro de 2015).

A perspectiva temporal dos efeitos do desastre, inclusive com os mesmos marcadores em números de anos, pode trazer significados e consequências distintas para os atores e para a ação, tendo em vista os ciclos das atividades. Os atores elaboram os futuros que virão (em breve teremos que) e o plausível (em breve isso pode acontecer) (CHATEAURAYNAUD, 2012). Em Regência, pescadores, pescadoras e marisqueiras preocupam-se com as dificuldades de trabalho e de renda imediatas e plausíveis, e, também, das futuras gerações:

- A partir de agora vai ser muito difícil criar menino em Regência. O barco do meu filho está parado desde semana passada. Não sei como ele vai fazer para pescar. Com fé em Deus, São Benedito vai nos ajudar - disse Darília Siqueira, de 64 anos, que criou os 14 filhos com os peixes da foz do Rio Doce. (O GLOBO, 24 de novembro de 2015, grifos nossos).

O excerto acima demonstra, além da preocupação com a possibilidade do fim de um ciclo de gerações que vivem da pesca, a preocupação com o sagrado, em que se apoiam para buscar ajuda, e com o gênero, para quem considera que ficará difícil a criação. Essa perspectiva de que o crime-desastre trouxe prejuízos à criação de menino em Regência garantirá aos meninos direito à reparação? E às meninas? Alertados por trabalhos anteriores, que destacam a invisibilização de pescadoras e marisqueiras no processo de reparação, quando nos deparamos com este excerto, atentamo-nos para a questão de gênero no processo. Nesse sentido, acompanhar a cena é importante para entender em que medida a expectativa do efeito do desastre, em atividades e grupos, norteia a ação em busca pela reparação. Em que medida a perspectiva de que o efeito se concentra nos “meninos” e na pesca poderia contribuir (ou autorizar, permitir) para a invisibilização de mulheres e de outras atividades profissionais nas demandas por reparação?

O desastre afeta, sobretudo, a perspectiva das futuras gerações. Por mais fluido que esse elemento possa parecer, os atores passam a associar as dificuldades em torno da renda e da água na escola, ao vislumbrarem os efeitos nas atividades econômicas e de lazer. Como ficará a pesca e o turismo, as duas principais atividades na vila, a partir da chegada da lama? Com a interrupção da pesca, como as gerações futuras aprenderão a atividade? Poderão aprender a pescar? Para os moradores, a chegada da lama é, portanto, um funeral do rio que já se encontrava doente, e com ele são carregados não apenas os peixes mortos no presente, mas as preocupações em torno do futuro da comunidade. Ao entrar em processo de luto: a comunidade protesta e procura entender o que aconteceu, como vai ser viver sem a “entidade” rio, que lhes garantia, até ali, sustento, lazer e um modo de vida. Agora, a comunidade entra também em luta. Para os analistas ambientais no território, chega com a pluma de rejeitos uma carga de trabalho e de reuniões em diferentes instâncias, com diferentes atores, para compreender e tomar decisões.

Ainda que os moradores estivessem acostumados com a coloração amarelada em época de cheia, como relatam, dessa vez a coloração aponta para outros significados e preocupações que se relacionam às práticas de empresas, à morte e à turbidez do futuro. Eles afirmam que é cor de sangue. Que o rio chora e sangra. Entrevistados relataram que os idosos foram chorar à beira do rio, e alguns diziam que parecia que sabiam que nunca mais se banhariam e interagiriam com ele. Com clima de luto e de luta, alguns entrevistados relataram que se despediram do rio com um último mergulho naqueles dias, antes da chegada dos rejeitos, levando sua família para alguma ilha, para o portinho, para a praia.



Figura 19 – As cores e elementos no rio

Fonte: Landau (2017).



Figura 20 – As cores da maré

Fonte: Foto de Hauley Valim em Aliança Rio Doce (2020).

A luta e o luto marcaram esse período. Em frente à base da Samarco, a comunidade protestou. Em silêncio a comunidade chorou:

Eu não vou mentir pra você, depois da tragédia, eu tive no canto do Rio Doce, eu sabia que já tinha estourado a barragem, aí levei meu filho no canto do rio, por incrível que pareça, um dia depois, a água ficou igual àquela parede ali, não vou mentir pra você, eu sentei no canto do rio e a lágrima desceu. (Entrevistado 9).

Percebemos várias fases do luto nas narrativas dos entrevistados e das entrevistadas. A relação íntima com o Rio Doce fez com que muitos perdessem não só sua fonte de renda, mas seu lazer. A primeira incerteza girou em torno do conteúdo da lama, e a empresa afirmou: “material inerte”. Meses depois, descobre-se que, para além de material inerte, contém metal pesado. O argumento de que o Rio Doce morreu é respondido com o contra-argumento à morte do rio: o Rio Doce já estava morto. Sabe-se que a qualidade da água na bacia do Rio Doce vinha sendo prejudicada pela ação da iniciativa privada⁹³ e inação do poder público. Os atores ainda relatam que, por disporem de poucos dados e mensurações, isso dificulta configurar a cena do crime e fabricar “as provas”, pois torna difícil a comparação e engendra controvérsias. Assim, inicia-se uma disputa pelos dados enquanto provas.

Relatório fala em ‘súbita e expressiva elevação’ de metais pesados nas águas da bacia. Samarco, no entanto, diz que nível é compatível com resultados antes do rompimento da barragem. A Agência Nacional de Águas (ANA) detectou uma ‘súbita e expressiva elevação’ de concentrações de alumínio, cádmio, chumbo, níquel, ferro e manganês nas águas do Rio Doce logo após o rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro. Houve um ‘rápido decaimento’ dessas concentrações nos dias seguintes ao acidente, ocorrido no município de Mariana (MG), mas com valores ainda acima dos registrados em amostragens anteriores. ‘A confirmação dessa tendência (de decaimento) deverá ser confirmada pelas novas campanhas de amostragem e ensaios de laboratório’, diz o parecer da agência do governo federal. O documento foi citado na ação em que a União pediu indenização de R\$ 20 bilhões em razão do estouro da barragem. Outro laudo usado na ação, dessa vez de autoria do ICMBio, dá a dimensão dos prejuízos com o desastre ambiental: somente a restauração de espécies de peixes diretamente atingidas pelo desastre depende de aportes de R\$ 191,7 milhões durante dez anos. Onze espécies são consideradas como ameaçadas e outras 60 são nativas do rio. A recuperação de áreas de desovas de tartarugas-marinhas, diretamente impactadas, consumiriam mais R\$ 30,3 milhões. (O GLOBO, 29 de novembro de 2015, grifos nossos).

Essas provas são utilizadas nas cenas jurídicas e políticas com ações civis públicas. Órgãos estatais denunciam os metais pesados na água e lançam alertas sobre os riscos de espécies ameaçadas, como as tartarugas-marinhas. Por sua vez, os atores políticos se pronunciaram e destacaram a importância do monitoramento de um fundo para recuperar o rio.

Após uma reunião com os governadores dos Estados atingidos pela lama, Fernando Pimentel (Minas Gerais) e Paulo Hartung (Espírito Santo), Dilma prometeu um

⁹³ “A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica” (COMITÊ DA BACI HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE – CBH-DOCE, 2010, p. 32).

plano para recuperar o rio Doce, para torná-lo ‘melhor do que ele estava antes’ e afirmou que o programa pode ser financiado por um fundo, mas que ainda não há detalhes para o projeto. ‘Você pode ter um fundo, pode não ser um fundo, não sabemos ainda. Nós estamos cuidando ainda do monitoramento, a parte maior foi emergencial [...] A recuperação do rio é algo que nós temos que tornar uma questão objetiva a ser feita agora por um motivo: é a única forma de a gente responder à população que foi atingida de uma forma positiva’, afirmou a presidente. (FOLHA DE S.PAULO, 17 de novembro de 2015, grifos nossos),

Pesquisadores chegaram no território para elaborar quadros comparativos antes da chegada da lama, e os laboratórios evidenciaram a construção de um perfil de *experts*. A lama levou, aproximadamente, quinze dias para chegar, e, nesse período, surgiram as primeiras ações de enfrentamento no território. A partir de então, os atores locais disputam a configuração da arena, entram em novas cenas (jurídica, administrativa, de protesto) e lidam com novos discursos e controvérsias (contaminação e risco dos metais), vivenciam o drama e agem em busca de soluções.

4.1.1 As ações iniciais no território

A chegada da pluma de rejeitos pode ser entendida como uma situação de prova no território a todo ecossistema. Ela coloca pressões em suspenso, e os atores precisam buscar dobras e referências para compreenderem o problema. Inicia-se um processo de configuração dos problemas públicos. Perceber a cor avermelhada do rio agora, por exemplo, remete a outra leitura e interpretação. Por isso, consideramos necessário mapear as interpretações que levam em conta os argumentos técnicos e do mundo sensível dos atores, a partir dos relatos dados nas entrevistas, assim como as ações-resposta implementadas logo nos primeiros dias de preparação para a chegada da lama na vila.

Com a notícia do rompimento, há um esforço por parte dos atores de órgãos de meio ambiente em conhecer e identificar os possíveis impactos na região, que se articulam com universidades para elaboração de um “branco”. “Aqui a gente fez o branco, porque a gente foi avisado que iria chegar a tragédia. Então os órgãos ambientais e as universidades se reuniram, fizemos dois workshops, fizemos plano de trabalho, definimos quem ia fazer o quê e fomos para o campo” (Entrevistado 10).

Na comunidade, o protesto surge como um novo repertório para os atores locais, como forma de encarar o crime-desastre. A demanda dos moradores nesse enfrentamento era: “queremos respostas!”. Enquanto isso, os analistas ambientais no território organizam e

mobilizam pesquisadores para construir as perguntas para pesquisas e os projetos para mensuração de impacto.

As incertezas chegam pelo rio, adentram o mar, as casas, a vida cotidiana.

- O pessoal diz que, se aquela lama chegar aqui, nunca mais esse problema acaba - lamentou ela, empunhando um cartaz em que se lia a indagação ‘Samarco, cadê o respeito?’. Ao longo da hora e meia de manifestação, os participantes especularam sobre a possibilidade de a Samarco, responsável pela barragem que se rompeu em Mariana (MG) no início do mês, interromper a chegada da onda de rejeitos de minério ao estuário. A previsão do Serviço Geológico do Brasil é de que o material alcance Linhares após a próxima sexta-feira. (O GLOBO, 18 de novembro de 2015, grifos nossos).

A partir de uma visão opaca sobre o futuro – “o pessoal diz” e “nunca mais” –, os atores locais desenvolvem suas preensões frente às incertezas, reagem, exigem respeito num repertório moral do sofrimento (FASSIN, 2011). O pedido para conter a lama, para que não chegasse na Foz foi apresentado nos relatos de analistas ambientais e moradores. Foi uma das primeiras possibilidades de ação que visualizaram no curtíssimo prazo para se evitarem os impactos na vila e à biodiversidade local. Eles endereçaram ofícios aos Ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia. Outros especialistas, no entanto, contra-argumentaram que o desvio ou a contenção da pluma de rejeitos poderia trazer riscos às barragens que tentassem frear e desviar o conteúdo, tendo em vista a força do deslocamento – chamado por alguns de “tsunami de lama” –, que poderia romper a barragem que tentasse detê-la. Por outro lado, as incertezas com relação aos impactos com a chegada dos rejeitos no mar também marcaram o momento de decisão.

Sem a interrupção do curso da lama, quase que “naturalmente” ela chega na Foz, talvez pela incerteza quanto à capacidade de contenção e desvio da lama, talvez por cálculos quanto aos riscos de agir, talvez simplesmente pelo caos e despreparo no gerenciamento da crise. Para alguns atores locais, o que se evidenciou foi a incapacidade do Estado de responder ao evento e a falta de respeito e omissão com as comunidades ribeirinhas. As críticas são construídas com o argumento: “Eles poderiam ...” e “se eles tivessem...”.

Especulou-se, primeiramente, sobre a possibilidade de os rejeitos inundarem a vila, pela força que partira, mas, aos poucos, o fluxo de lama foi perdendo sua força, e, alguns dias depois do previsto, a lama chegou. Sua chegada é vista como uma **bifurcação irreversível** na trajetória do território. É a trajetória da lama e do território que se cruzam. Com as novas transações materiais postas, chegam também redes de atores, novas cenas, novos desafios e perspectivas de futuro na arena pública. Esse encontro demandou um novo repertório para a comunidade – a manifestação, o protesto nesse primeiro momento – e implicou na articulação

de analistas e *experts* exigindo ação – na contenção e mitigação dos danos, na análise de suas consequências.

As reportagens mostram que a própria dinâmica da vila se altera pelo estado de urgência e incerteza. A **noção do tempo** muda para os moradores. Tanto para os cidadãos-manifestantes, quanto para os atores da conservação do meio ambiente, a agenda agora se concentra na interlocução com atores estatais e da mineração; com mídias, tradicional e alternativa; com pesquisadores que chegam no território logo nos primeiros momentos para acompanhar os impactos. A atenção de atores locais volta-se para acompanhar os caminhos e os encaminhamentos com a chegada de novos atores, dos novos impactos e incertezas futuras.

- Nós não sabemos qual será o impacto disso nesse mar onde vivem tantas espécies. Clamamos para que a empresa pare essa lama, se houver qualquer chance de detê-la - pediu a enfermeira e editora do blog ‘Regência Surf’, Aline Goulart, de 42 anos, doze deles morando na vila cuja economia é baseada no turismo e na pesca. O protesto foi organizado às pressas, num ritmo que se impôs à pacata vila desde que os cerca de dois mil habitantes souberam que as consequências do acidente em Minas Gerais poderiam chegar até lá. A caminhada começou a ser organizada por mensagens entre moradores na noite de anteontem. A estudante Thalena Pereira, de 24 anos, foi uma das que desde às 6h30m iam de casa em casa, a pé ou de bicicleta, bater nas portas e convocar participantes. (O GLOBO, 18 de novembro de 2015, grifos nossos).

Montou-se uma espécie de comitê de gerenciamento de crise local no Centro Ecológico do Tamar, e uma equipe da Samarco chegou no local. O Entrevistado 10 lembrou que um funcionário da Samarco ligou para um dos coordenadores do Tamar na vila, tendo em vista o contato anterior em um projeto de sustentabilidade que culminara no prêmio Findes/Senai de Meio Ambiente em 2014 na categoria “Uso de tecnologia limpas” para a empresa. O *case* premiado, de gestão portuária, consistia na adaptação da iluminação em sua atuação em Anchieta (ES) para evitar que a luminosidade artificial alterasse ciclo de reprodução da tartaruga cabeçuda⁹⁴. A Samarco ganhou, com o mesmo projeto, o prêmio *Green Mine*, da revista *In The Mine*, na categoria biodiversidade. A empresa, então, conectou-se com o Tamar para o gerenciamento da crise. Agora, a Samarco se apresenta não pelo prêmio na categoria biodiversidade, mas pelo rompimento da barragem. As tartarugas que antes eram beneficiadas pelo projeto agora desovam em meio aos riscos que são lançados na

⁹⁴Ainda quanto aos prêmios, o Relatório de Sustentabilidade de 2014 destaca os prêmios da Revista Exame de Melhor Mineradora e a segunda Maior Mineradora do País. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>

vila. Naqueles primeiros dias, houve uma mobilização para evitar contaminação e preservar os ninhos das tartarugas, afinal, em novembro, já em período de desova.

Frente às incertezas e demandas por informações, a prefeitura de Linhares solicitou quiosque de informações na vila:

A prefeitura de Linhares] Questionada sobre a adoção de medidas que minimizem o impacto ambiental provocado pela lama no rio Doce, a Prefeitura de Linhares informou, em nota, que ‘o município exigiu que a mineradora reforce a barragem do rio Pequeno e que instale quiosques de informação no centro de Linhares, perto do Mercado Municipal, e também nas associações de moradores de Regência e Povoação’. (FOLHA DE S.PAULO, 19 de novembro de 2015, grifos nossos).

Com o fechamento da boca do rio, anterior ao evento, a região já passava por problemas relacionados à bacia do Rio Doce, a seca (MARTINS, 2018). O desafio enfrentado em toda a bacia tinha seus efeitos na pesca e na captação d’água. As máquinas da prefeitura já estavam na cena para abertura da barra. Depois, a abertura da boca do rio dividiu opiniões: conter a pluma de rejeitos ou deixar que ela chegasse no mar? Com a boca do rio fechada, era necessário decidir e agir: conter na foz poderia limitar os efeitos desconhecidos, mas contaminaria sobremaneira a área; deixar ir ao mar diluiria e dispersaria o efeito, mas ampliaria as localidades atingidas. As ações, naquele momento, que chamamos de **preparação do território**, procuravam formas de lidar com os rejeitos. Alguns moradores questionaram por que não havia um plano de emergência para tirar as pessoas da vila⁹⁵ e temiam que os rejeitos pudessem inundar a vila caso não tivessem vazão.

Decisões judiciais que tencionavam pela abertura representavam a manutenção do fluxo para evitar que os rejeitos ficassem retidos na região, trazendo riscos à rica biodiversidade. As boias de contenção foram vistas, assim, como uma forma de conter os danos dos rejeitos à fauna e à flora local, que margeia o rio, e, para alguns, uma forma de impedir que chegasse no mar pelos possíveis danos à ictiofauna. Tratava-se de uma controvérsia que exigia decisão rápida: “qual traria o maior dano?”; e “para quem seria esse dano?”. No curso da ação, decidiu-se pela abertura da barra ao sul e instalação de boias para proteger as margens: “outra medida apontada pela prefeitura é o fechamento da barra norte da foz do rio Doce, enquanto a secretaria municipal de Meio Ambiente trabalha na abertura da barra sul. ‘O processo visa facilitar o escoamento dos rejeitos’, afirma a nota” (FOLHA DE S.PAULO, 19 de novembro de 2015).

95 Como vemos em reportagem da TV UFES a declaração de um dos moradores sobre o dilema de “ou salvar Regência, ou salvar o mar”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1Ynmu5uXD9Q>>.

Com a aproximação dos rejeitos de mineração, prevalece a ação das máquinas da prefeitura retirando areia para abrir a boca do rio e facilitar a passagem da onda de rejeitos. Com relação às boias, por meio da articulação entre associação de pescadores e analistas de meio ambiente do território, sugeriu-se à Samarco a contratação dos próprios pescadores para a empreitada de instalação do material. Não sendo contida a pluma, temia-se a possibilidade de, além de ficar retida, perdurar efeitos já conhecidos, que trouxessem danos ainda desconhecidos na biodiversidade, no território.

Em outras frentes, o Tamar mobilizou suas equipes de monitoramento para deslocamentos dos ovos, para evitar que os filhotes tivessem contato com a lama:

equipes abriram ninhos escavados pelas fêmeas nas praias, cujos ovos já haviam eclodido, para retirar os filhotes e transportá-los já nascidos a alguns quilômetros mais distante da lama que está na foz do rio Doce, para que caminhassem até um mar limpo. ‘Queríamos que o primeiro contato deste filhote não fosse com a lama’, disse Cecília Baptistotte, coordenadora regional do Tamar. (FOLHA DE S.PAULO, 24 de novembro de 2015).

Após decisão judicial, um escritório improvisado da Samarco chegou no local: “(1) tenda como posto de atendimento e informação na praça; (2) os grandes e inúmeros carretéis com as boias de contenção, originalmente fabricadas para conter vazamentos de óleo, e que foram instaladas ao longo da foz do rio e (3) banheiros químicos” (CREADO et al, 2016, p. 247).

Nove quilômetros de boias, normalmente usadas na contenção de derramamento de óleo, foram instalados em áreas sensíveis do rio. De acordo com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, a turbidez constatada antecorrem na região central da cidade, a 50 quilômetros da foz, foi de quatro mil NTU. O limite para tratamento de água é mil NTU. (O GLOBO, 23 de novembro de 2015).

A Samarco precisava instalar as boias com a decisão judicial para contenção dos rejeitos, naquele momento na calha do rio, com o objetivo de impedir acúmulo dos rejeitos na vegetação. Em vez de contratar atores externos, por uma ação de atores locais, integração entre Tamar e Associação de Pescadores, incluíram na ação os pescadores locais.

Antes de chegar a lama, que chegou a Samarco. ‘Ah, tá, nós ‘vamo’ trazer a empresa e tal, pra instalar as boias [...] Os pescadores [...] – ‘a empresa vai vir, vai trazer um monte de gente pra botar as boias, nós ‘vamo’ fazer o quê?’ – falei, [...] então ‘vamo’ fazer o seguinte, ‘vamo’ conversar com a empresa e mostrar que não precisa trazer ninguém. Se insistir vocês não aceitam, vocês fecham o porto. (Entrevistado 5).

A disposição das boias tinha por objetivo mitigar danos ambientais, na cena jurídica, mas, na cena local, ganhou outro significado: geração de renda para os pescadores, que, naquele momento, estavam impedidos de pescar pela lama. A adaptação de material para

contenção de óleo depois se mostrou pouco eficiente para os rejeitos em questão, mas era preciso “fazer alguma coisa” e “a justiça determinou”.

Uma força-tarefa formada por operários, voluntários e pescadores está trabalhando na foz do rio Doce, em Linhares, no litoral norte capixaba, para tentar impedir que a enxurrada de lama e rejeitos que vazaram de barragens da mineradora Samarco, em Mariana (MG), cheguem ao mar. Barreiras flutuantes, semelhantes às usadas para contenção de vazamentos de óleo, estão sendo espalhadas pelo local. A medida, no entanto, não é suficiente para impedir que os detritos cheguem ao mar. (FOLHA DE S.PAULO, 19 de novembro de 2015, grifos nossos).

A decisão muda, do mar para as margens. O “fazer alguma coisa” dirige-se para a reflexão sobre o agir em meio à incerteza radical. A empresa afirmou dias depois que: “segundo análises realizadas nesta manhã, a eficiência das barreiras instaladas nas áreas protegidas chegou a ser de até 80%, se compararmos a turbidez da água de dentro do estuário ao canal principal do rio’, diz a empresa”. (EBC, 22 de novembro de 2015).

O Entrevistado 13, ao relatar o caso das boias durante a pesquisa, afirmou: “por determinação judicial a Samarco teve que implantar defensas pra proteger ninguém sabe o quê!”. A decisão foi sendo ajustada na cena jurídica e na cena local, mas na visão do entrevistado não teve eficiência e foi descabida por usar material inapropriado para óleo. Hoje, essa visão é compartilhada pelos atores da conservação. Entendemos que, num momento de incerteza radical, as percepções sobre eficiência das decisões vão sendo ajustadas no curso da ação. Os atores locais recorrem à *expertise* e redes de contatos institucionais dos atores da conservação para levarem suas questões e inquietações. As boias foram instaladas pela Oceanpact, adaptadas de boias para derramamento de petróleo, e as atividades foram realizadas por mão de obra local. Nesse caso das boias, a ação garantiu que parte da comunidade mantivesse renda. Essa avaliação da ineficiência técnica e “de ninguém sabe pra quê” integra o repertório normativo dos atores sobre essa ação.

Labor (2016, p. 91), revista do Ministério Público, mostra que essa ação também teve problemas de execução:

uma empresa terceirizada da Samarco contratou mais de 40 pescadores da vila para trabalhar no monitoramento, na coleta de sedimentos e na instalação de boias e barreiras de contenção, com o objetivo de reduzir o acúmulo da lama na foz do rio Doce e evitar o avanço dos prejuízos. Foi acordado que os profissionais devem receber R\$ 150 por dia trabalhado e R\$ 300 pelo aluguel do barco. Todavia, houve atraso no pagamento, e os pescadores paralisaram as atividades no dia 5 de janeiro para protestar.

Outra dificuldade com a terceirizada consta no relatório do Leonardo et al. (2017, p. 49), em que se relata: “pescadores contratados trabalharam cerca de sete meses para a empresa em regime de total informalidade [...] Diante disso, nos foi explicado que a

Associação de Pescadores de Regência está processando a subcontratada da Samarco”. Além disso, surgiram também desconfiças com relação aos critérios para contratação e a intermediação de lideranças locais, que, segundo relatos colhidos no relatório: “parece ter resultado em relações clientelistas nas localidades” (LEONARDO et al., 2017, p. 51).

No relatório do Leonardo et al. (2017, p. 23), sistematizam-se dezenas de efeitos na espera da lama (Figura 21).

Efeitos do desastre narrados e observados nos distritos de Regência e Povoação – durante “a espera pela lama”
1. Desinformação generalizada sobre o desastre
2. Falta de informação sobre os componentes químicos presentes na barragem e derramados no rio
3. Falta de informação sobre a situação dos distritos no momento da chegada da lama e como lidar com a situação (medo de enchente, necessidade de evacuação)
4. Falta de informação sobre como seria o abastecimento de água na vila após a chegada da lama
5. Necessidade da abertura da foz do Rio Doce com uso de draga
6. Sentimentos de ausências do poder público na região
7. Espera pela chegada da empresa na região (não havia contato pretérito com a empresa)
8. Restrição do abastecimento de água (falta de água com frequência)
9. Prejuízo na pesca com a proibição da atividade no rio
10. Proibição da navegação no rio
11. Prejuízo na agricultura com a paralisação da irrigação com água do Rio Doce
12. Preocupação com a atividade agrícola nas ilhas e margens após a chegada da lama
13. Preocupação com a alimentação dos moradores no futuro
14. Prejuízo no comércio local (supermercado, mercearia, padaria, material de construção e outros informais)
15. Redução do turismo para lazer
16. Cancelamento de diárias em pousadas e alugéis de casa (estabelecimentos formais e informais)
17. Cogitação da necessidade de migração familiar
18. Presença de maquinários, trabalhadores da Samarco, tendas de informação e helicópteros que alteraram a paisagem e a rotina dos moradores
19. Inserção de outsiders na localidade: trabalhadores da Samarco e contratadas, jornalistas, pesquisadores, advogados e curiosos
20. Contratação pela empresa de pescadores locais para trabalhar na mitigação do dano
21. Inserção de vários advogados oportunistas (“abutres”)
22. Sucessivas reuniões “de portas fechadas” entre a Samarco e representantes de segmentos sociais locais
23. Abalo emocional generalizado: ansiedade, nervosismo, preocupação, medo, insegurança, insônia
24. Doação externa de água e mantimentos para famílias necessitadas

Figura 21 – Efeitos do crime-desastre na “espera” pela lama

Fonte: Leonardo et al. (2017, p. 23).

Após 15 dias descendo pelo Rio Doce, na manhã do dia 21 de novembro, a lama da Samarco, como dizem popularmente, ou a pluma de rejeitos, em uma linguagem mais técnica, chegou em Regência, distrito de Linhares (ES). De acordo com a Nota técnica 005/2016 da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, no dia 07 de dezembro, a pluma chegou à Unidade de Conservação de Comboios (REBIO Comboios), criada com o objetivo de conservar as Tartarugas Marinhas, por se tratar de um local de desova de duas tartarugas ameaçadas de extinção: *Dermochelys coriacea* e *Caretta caretta*. Nesse

movimento, incertezas e poucas informações. Tartarugas foram deslocadas, máquinas começavam a ser operadas para abertura da foz do Rio Doce já no dia 09 de novembro, aguardando a chegada da lama, e durante os primeiros dias, por intermédio de atores do ICMBio e Tamar, boletins diários passaram a ser comunicados para lideranças da comunidade, atualizando-as sobre os caminhos da pluma de rejeitos.

Decisões judiciais, pesquisas, boletins, protestos e denúncias, ações emergenciais, foram performando concomitantemente na arena pública e foram sendo traduzidas nas diferentes cenas. O espaço de cálculo opaco que os atores tinham para decidir, precisando tomar decisões rápidas em meio à crise, gerou também alterações rápidas nos discursos nesse primeiro momento. Os atores articularam diferentes frentes, e os atores da conservação, Tamar e REBIO, também articularam, especialmente na tradução das cenas (da cena local para jurídica e vice-versa). Desse modo, além do objetivo na esfera pública – mitigar o dano ambiental –, a forma como as ações foram articuladas contemplou também mitigação do dano social para atores locais, com a ocupação e geração de renda pela prestação de serviços dos pescadores locais.

Na esfera local, a lógica da falha foi mobilizada como elemento de responsabilização, como vemos na fala do prefeito de Linhares, que a evocou como elemento para reparação judicial:

Prefeito de Linhares, Nozinho Correia (PP), afirmou que o município acionará a Samarco judicialmente caso se comprove que a fauna e a flora local foram destruídas:

- A Samarco tem de estar consciente que vai ser responsabilizada por tudo o que acontecer. Até agora temos a informação de que por onde essa água passa, ela mata tudo. Caso existam falhas, vamos entrar na Justiça. (O GLOBO, 23 de novembro de 2015, grifo nosso).

Caminhões-pipa foram mobilizados para abastecimento de água, tendo em vista que a contaminação exige uma alteração na forma de oferta à população, pela interrupção da captação. Esse problema também percorreu toda a calha rio acima, com dificuldade de abastecimento nas comunidades. A pesca foi interrompida, assim como a captação de água, pelas incertezas com relação à contaminação e aos riscos de consumo. A questão do fornecimento d'água, sobretudo no que diz respeito a sua qualidade, tornou-se uma exigência legal e uma preocupação cotidiana. Iniciou-se, assim, um campo de controvérsias em torno da qualidade da água e dos rejeitos. Todos aguardavam informações sobre a contaminação, e essa espera impactou fortemente o dia a dia e o futuro.

A percepção da contaminação para moradores passa pelos relatos dos pares e pela leitura sensorial da coloração da água, do cheiro e dos efeitos na pele e gastrointestinais,

elementos que atravessam os corpos dos atores na atribuição dos sentidos do desastre e da reparação. Eles questionam-se sobre quais seriam os elementos presentes, agora, no rio. O caminhão e as boias são objetos que chegam no território.



Figura 22 – Ações e objetos

Fonte: elaborado pelo autor, com fotos de Landau (2017), UOL (2017), Rui (2016).

Nesse momento, os desenhos de um fundo, citado anteriormente pela presidente Dilma para a recuperação da Bacia, começam a ser configurados entre os órgãos, e vemos, na arena jurídica, o surgimento de Termos visando mitigação. A empresa anuncia um primeiro Termo assinado com Ministérios Públicos e, também, a contratação de empresas especializadas para elaboração de planos de gestão, com ações de monitoramento e mitigação nas áreas tidas como impactadas em 22 de novembro:

A empresa acrescentou que as consequências que não puderem ser mitigadas com essas ações estarão cobertas pelo Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) preliminar, assinado com o Ministério Público do Espírito Santo, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho. [...] A Samarco diz ainda que contratou uma empresa especialista ‘em desastres dessa magnitude, que se dedicará à elaboração dos planos, gestão e supervisão das ações que serão implementadas em todas as áreas impactadas ao longo do Rio Doce’ (EBC, 22 de novembro de 2015, grifos nossos).

Na Figura 23, sintetizamos algumas das fricções com o meio geradas a partir da chegada da lama no território, tanto pelos efeitos na economia local e meio ambiente quanto pelas cenas que surgem na arena e os modos como a empresa atua nesse primeiro momento,

como a fonte de recursos, implementando as decisões judiciais e firmando compromissos, assim como anunciando a contratação de consultorias e especialistas em “desastres dessa magnitude”.

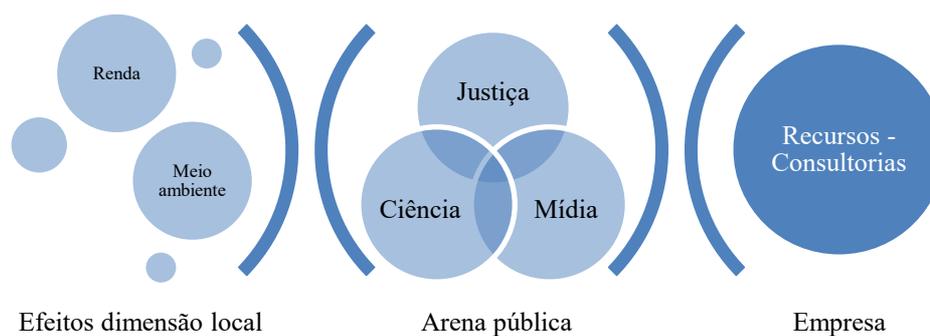


Figura 23 – Fricções na arena pública

Fonte: elaborado pelo autor.

Diferentes campos da arena pública interagem, portanto, na construção do processo de reparação, buscando visibilidade, dados ou direitos. Os atores locais, entretanto, encontram barreiras para fazer emergir na arena pública elementos do sensível enquanto provas, pedem respeito e mais participação, enquanto as empresas possuem recursos para especialistas – advogados, assessorias e cientistas –, para elaboração de planos, que estabelecem os critérios e as regras do jogo, e de provas aceitas na arena pública. Os atores utilizam-se, então, da manifestação para lançar suas demandas, expectativas e reivindicações.

4.1.2 As primeiras manifestações na arena e os públicos

Meses depois do evento, dispositivos jurídicos começam a ser implementados, mas as incertezas com relação à água, ao rio e às atividades na vila perduravam. Em abril, uma manifestação teve repercussão no corpus. “Desde a quarta-feira, dia 27 [de abril de 2016], não recebemos ninguém da Samarco, nem o parecer aqui no nosso manifesto. Então a gente continua com o mesmo sentimento de indignação e o desrespeito, descaso, com todos nós seres humanos” (MANIFESTOS..., 2016), afirma um dos manifestantes no vídeo. Na

sequência do vídeo, um ator afirma: “não estamos reivindicando só à Samarco [...] que o ICMBio, junto com o Tamar, junto com o Ibama, junto com o IEMA e junto com a sociedade resolva o nosso problema aqui, estamos sofrendo nessa situação” (MANIFESTOS..., 2016).

Uma das moradoras afirma:

Nos aqui nativos, a comunidade que está aqui lutando, só vamos parar com o manifesto quando a gente tiver algum representante da Samarco aqui conversando com nós de frente à frente e mostrando o respeito que a gente merece pra a gente ter a ação e comprovar né, atender os nossos direitos, que isso que isso que aconteceu foi um crime ambiental e tem que ser pago para todos nós aqui da comunidade [...]. Nós nos representamos. (MANIFESTOS..., 2016).

Nessa fala, a nativa manifesta o descontentamento com a forma como o processo tem ocorrido: “nós nos representamos”; “frente-a-frente”, “respeito”. No vídeo, “Manifestos de uma Regência viva⁹⁶”, na rede YouTube, vemos uma barricada com objetivo de demandar uma resposta à Samarco. Uma das queixas, nesse momento, eram as faltas: de um parecer, de água, de recursos financeiros, da pesca, do turismo. Em reportagem, o presidente da associação de moradores detalha o drama: estava faltando água e estava faltando alimento. “A população está passando por uma água que não sabe a procedência. Que seja doada água imediatamente para a escola e para a creche, porque todas as merendas estão sendo feitas com essa água. Alguns alunos apresentam coceira, dor de barriga. A gente está sem informações do que está acontecendo” (RUI, 2016). Em resposta, a Samarco afirmou que estava se reunindo com representantes das associações de moradores e de comerciantes. Os moradores mostram descontentamento com o processo e marcam na placa do posto de atendimento: “posto de atendimento dos afetados” (Figura 24). Pedem, também, que a Samarco assuma sua responsabilidade (Figura 25).

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vxgfhI8RUfY>>.



Figura 24 – Manifestação de abril de 2016

Fonte: Aliança Rio Doce (2020).



Figura 25 – Manifestação de abril de 2016

Fonte: Aliança Rio Doce (2020).

A repercussão do crime-desastre na mídia se, por um lado, permite que os atores consigam “lançar mais longe” suas causas, por outro lado parece também, incomodá-los com relação a como Regência passa a ser vista. Eles entendiam que isso repercutia negativamente nas atividades turísticas da vila. Um dos eventos feitos anualmente, em junho, na vila, dessa

vez, leva o nome de Regência Viva 2016. O vídeo de divulgação no YouTube da Samarco Mineração⁹⁷ apresenta a seguinte descrição: “Com o objetivo de resgatar e difundir as raízes culturais capixabas, a Festa do Caboclo Bernardo reuniu mais de 6 mil pessoas em Regência, Espírito Santo. A festa teve o apoio cultural e realização da Samarco, por meio do programa de ‘Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer’” (FESTA..., 2021). No vídeo, percebemos o tom de reconstrução, o destaque à ocupação dos leitos das pousadas e a uma narrativa que desfazia a “propaganda negativa feita no início”. Essa “propaganda negativa” refere-se à ampla divulgação do desastre, cobertura em redes nacionais e internacionais. E, se por um lado, os atores protestaram encenando a morte, agora anunciam a cultura e as tradições locais como forma de manter Regência Viva. Manter Regência Viva é agora uma luta. Um aspecto que merece maior atenção é compreender o que entendem por propaganda negativa. Os atores se uniram em torno dessa agenda de comunicação: divulgar qualidades de Regência, mostrar que a vila está viva. Em alguns depoimentos, escutamos esse argumento repercutir: “Regência está viva porque tem cultura e história, quem tem história não morre jamais”. As práticas culturais, aqui, são alguns dos elementos de prova de que está viva (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017), e merece ser comunicado também que os tambores em Regência ainda batem. Trata-se de uma agenda que se inicia na vila, que lança outros repertórios de ação e narrativas.

Com um ano do desastre, aconteceu no portinho da vila uma outra manifestação, divulgada no perfil da Aliança Rio Doce. Nos cartazes, os moradores denunciam que a Samarco dividiu a comunidade com “perfis”, “somos todos impactados”. Esse repertório de um “nós” ampliado, contra a divisão, representa, também, um dos movimentos que emergem, com uma rede de atores (Figura 26). Lemos também nos cartazes: “eu tomei banho no rio e comi muitos peixes, nossos filhos não terão o mesmo privilégio”; “um ano depois: #lama #descaso #incerteza; “a nossa comunidade clama pela água doce”; “1 ano: sem laudo, sem lazer, sem peixe, quanto vale?”; “o nosso desespero está sendo maior que a nossa força” (Figura 27). Nessa manifestação, eles declaram suas perdas – lazer com o rio, pescado, água –, elencam também como se sentem – sem esperanças para os seus filhos, sentem-se abandonados e divididos em meio às incertezas.

⁹⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vk8twvQDvns>>.



Figura 26 – Manifestação em novembro de 2016

Fonte: Aliança Rio Doce (2020).



Figura 27 – Manifestação em novembro de 2016

Fonte: Aliança Rio Doce (2020).

Neste prólogo, quisemos mostrar ao leitor como essa arena foi se configurando de modo heterogêneo e bifurcando-se, como surgiram novas questões e novos repertórios e como outras continuam as mesmas. Trata-se de questões lançadas na arena – a questão do turismo, da pesca, do lazer – e da configuração de um “nós”: “nós, os atingidos”, “nós, afetados”, “nós,

seres humanos”, “nós, pais”, “nós, nativos”, “nós pescadores”, “nós, moradores”, “nós, os divididos”. Esses “nós” são formas de compreender os públicos concernidos, atravessados bem como os distintos repertórios e formas como lançam seus argumentos e justificam suas demandas. Entre os problemas, estão a água, o desrespeito, o lazer, nosso rio, nossos peixes, nosso turismo, nossas relações, nossos modos de vida.

No inventário de danos levantado pela pesquisa do GEPEDES (2016-17), coordenado pelas professoras da UFES Aline Trigueiro e Eliana Creado na região da Foz, em Regência e Povoação, divulgados pelo Greenpeace (LEONARDO et al., 2017), identificamos uma pluralidade de danos e afetações na Figura 28:

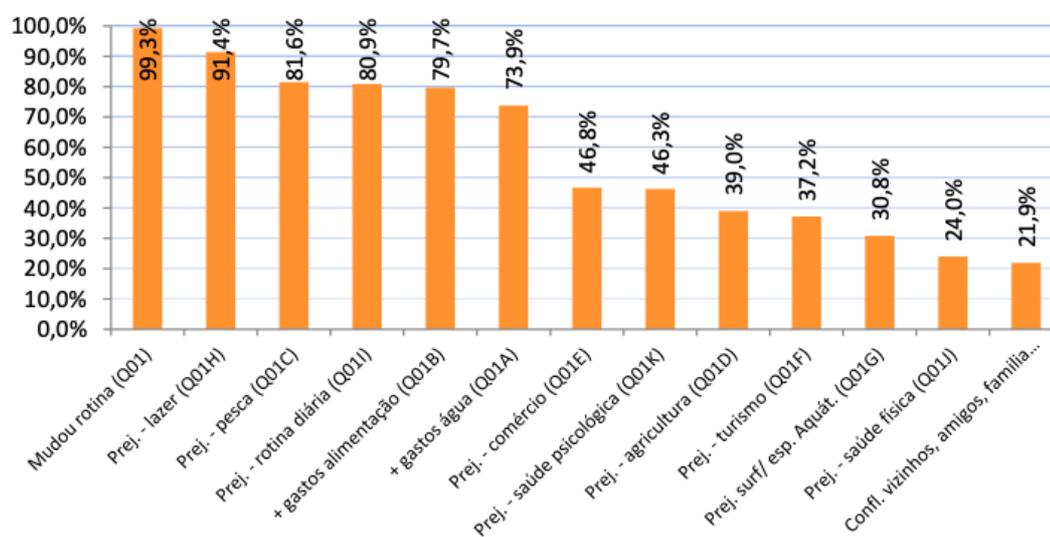


Figura 28 – Danos no território a partir do rompimento da barragem de Fundão

Fonte: Leonardo et al. (2017, p. 14).

Desde então, as atividades no território foram prejudicadas em distintos setores, pesca, comércio e serviços, agricultura, turismo, construção civil, uma pluralidade de efeitos e desencadeamentos. A rotina também foi afetada, bem como o lazer e as relações com vizinhos, amigos e família. Houve danos à saúde física e mental dos atingidos, ao seu modo de vida e seu lazer.

Na sequência, retornaremos aos elementos sobre quem “somos”, por meio do território, resgatando as narrativas sobre Regência, suas associações, procurando compreender como resgatam esses elementos de sua história no enfrentamento ao crime-desastre. Todavia, antes, aprofundaremos-nos em questões centrais no processo de reparação: a criação dos dispositivos, as críticas endereçadas aos instrumentos na arena e nos meios (*milieus*), as cenas

da interação entre dispositivos e meios, no setor da pesca na vila, e as modificações em torno desses instrumentos.

4.2 TRAJETÓRIA DE REPARAÇÃO: ONDE O RIO ENCONTRA O MAR

A escolha por apresentar as trajetórias de reparação em torno de atividades econômicas no território não ocorre apenas porque estamos em uma escola de gestão, mas também porque essas atividades ganham centralidade nos dispositivos de reparação, nas disputas, especialmente porque existem também pontos cegos e invisibilizações em torno desses instrumentos. A trajetória de reparação não é um caminho linear, mas ganha diferentes sentidos para diferentes públicos, e, por isso, a nossa construção analítica também procura evidenciar dinâmicas dessa trajetória, pelo entrelaçamento das experiências narradas e vividas no território.

Ao longo deste capítulo, procuramos evidenciar situações – cotidianas, posicionamentos públicos, em reuniões e na mídia, assim como momentos críticos relacionados às atividades –, atores – nativos e moradores, analistas e gestores, lideranças e membros de associações, vítimas e advogados –, dispositivos e instrumentos – jurídicos, organizacionais, financeiro-econômicos. Isso para construir noções de reparação, no plural, a partir de ações e consequências narradas nos meios (*milieux*), identificando alertas, moralidades, problematizações que surgem no curso da reparação. Buscando ultrapassar as unidimensionalidades, e mesmo as dualidades, em um processo reparatório, procuramos evidenciar a pluralidade de noções, nem sempre coerentes, sobre esses processos. Assim, organizamos o capítulo sinalizando argumentos e causas que ganham força, no tempo e nos espaços, e a interação entre dispositivos e meios (CHATEAURAYNAUD, 2011).

4.2.1 A pesca: da lama ao caos

Da lama pra cá tudo mudou. A pesca ficou proibida. Os pescadores primeiro receberam isso [instalação das boias], depois receberam cartão auxílio. Tem um aporte financeiro aqui sem precedentes.

Entrevistado 10.

Retomamos o caso da instalação das boias, para compreendermos um pouco mais sobre o processo de reparação, em sentido amplo, e o reconhecimento dos pescadores. Essa articulação local, ao nosso ver, reconhece os pescadores como impactados – ao assumir o reconhecimento da atividade pelas práticas reparatórias. Recuperamos, então, alguns

argumentos em torno desse reconhecimento e seus efeitos, nos atores e na comunidade, a partir dos contornos que a reparação vai tomando.

Entre os argumentos mobilizados para justificar a contratação de pescadores locais, estão o conhecimento do território, os meios (*milieux*) e instrumentos de trabalho, o *savoir-faire*.

‘cara, os caras que sabem aí aonde que enche, aonde que não enche, aonde que é prioridade, aonde que não é prioridade e tem barco tem tudo, cara. Você vai trazer gente de fora que nunca atravessou [...]? E qual é a correnteza ou em tal canal?’ Aí ‘fizemo’ uma reunião com as lideranças da pesca, ‘só a empresa organiza’, aí contratou, na época, 40 pescadores, que eram os verdadeiros pescadores, hoje tem mais de 100, na verdade, 40 já era muito. (Entrevistado 5).

Ao narrar o ocorrido, aproximadamente quatro anos depois da chegada da lama, o entrevistado utiliza o marcador “verdadeiro” em sua explicação sobre os pescadores que foram integrados à ação. O uso da expressão “verdadeiros pescadores” nos chama a atenção ao escrevermos este processo, especialmente, porque o que está em jogo são os regimes de verdade das provas de ter sido atingido. Eles são verdadeiros porque conhecem (prova epistêmica); são verdadeiros porque são profissionais (prova mercantil); são verdadeiros porque são reconhecidos localmente como pescadores (prova intersubjetiva); são verdadeiros porque possuem a carteira de pesca do antigo Ministério da Pesca (prova institucional); são verdadeiros porque são nativos (prova antropológica). Em torno dessa questão vai também se desenrolar uma das principais controvérsias no campo pelo e no processo de reparação: quem são os (verdadeiros) atingidos?; que provas são aceitas no processo de reparação?.

A trajetória de reparação vai sendo construída em meio a novos repertórios, novas relações e novas tensões em torno de seus efeitos. Na definição do critério de “verdade” e do “justo”, são postas algumas questões: quais provas são aceitas para se estabelecer quem é pescador?; o que faz um verdadeiro pescador?; como se identificam os falsos pescadores?; como esses critérios se interagem e moldam as cenas a partir da figura da vítima?; como eles interagem com os dispositivos para estabelecer esses critérios?; quais repertórios normativos e com quais expectativas os atores se dirigem aos instrumentos de reparação?; quais as possibilidades em torno desse reconhecimento?.

As ações de preparação permitiram um fôlego financeiro aos pescadores, que alugaram sua força de trabalho e seus barcos à mineradora nos meses iniciais. Isso porque a pesca não estava no seu auge devido à seca e à barra fechada, no período que antecedeu a chegada da lama, afirmam alguns entrevistados. Os desafios pelos quais passavam os pescadores, com a crise hídrica, relacionavam-se à indeterminação. Naquele momento, eram

os rejeitos da mineração que levavam incertezas para a cena. É interessante perceber que, se antes os pescadores dependiam das marés, luas e ventos, agora dependem dos dispositivos e estão em uma relação com a mineradora.

Os pescadores passam por um momento de prova com a chegada da lama, e a demanda pela instalação das boias, motivada pela dimensão ambiental, para atores locais, também está vinculada à manutenção de atividades que possam gerar renda e manter os pescadores ativos. A renda, agora, tem tabela de precificação pelos serviços e demanda prestação de contas para a comunidade. Eles devem se provar vítimas legítimas (FASSIN, 2011). A explicação com relação ao trabalho para a comunidade está, agora, em um regime público, passa para uma dimensão pública (CEFAÏ, 2017b).

A preocupação com o trabalho é um elemento que os atores locais julgam como centrais no processo de reparação. E isso se relaciona, sobretudo, à questão da renda. Na arena pública, atores políticos, estatais e da Justiça discutem a criação de meios para garantia da renda, com um fundo, com uma “bolsa” aos atingidos, depois das ações emergenciais, especialmente, em Minas Gerais. A noção de reparação vai conectando-se, no âmbito local e estatal, por meio da dimensão financeira. O trabalho também se relaciona à ocupação e à identidade dos atores na vila. O trabalho relacional coloca os atores em uma outra dinâmica, em redes, em barcos. Cabe compreender como os atingidos se posicionam, como atribuem sentido e prestam contas dessas relações.

A instalação das boias de contenção mediante a articulação de atores locais com a empresa para contratar localmente permitiu conter a perda abrupta de renda de alguns pescadores. Sem entrar no mérito de quantos e quais eram os verdadeiros, importa entender como e por que distinguem moralmente os atores. Os pescadores vinculados à Associação de Pescadores são, prioritariamente, os reconhecidos como atingidos no processo ao serem incluídos na etapa de preparação. As boias, adaptadas, contiveram inicialmente a perda de renda de alguns pescadores, porém, como consequência de determinação judicial e da articulação de atores locais, a economia de Regência passa a receber aporte financeiro da Samarco por meio de serviços.

As ações reparatórias são desenvolvidas para atender ações judiciais. Entre as primeiras ações, em 09 de novembro, a ação cautelar preparatória à “Ação Civil Pública de Reparação por Danos Ambientais e Danos Morais Coletivos, com pedido de antecipação de tutela”, ACP 0132641-52.2015.4.02.5005, pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, “obriga Samarco Mineração S/A e poder público a preservar provas para

reparar os danos pelo desastre” (BRASL, 2015). O objetivo era acompanhar para reparar territórios a partir dos efeitos da onda de lama no rio.

Assim, após contatos com os órgãos ambientais envolvidos, bem como órgão pericial do próprio primeiro demandante, pugnam: a) pela imediata realização de coleta de água do Rio Doce, nos moldes como delineado na inicial, ao menos nos Municípios de Baixo Guandu, Colatina e Linhares, antes, durante e após a passagem da “onda” de rejeitos, a fim de efetuar análises laboratoriais que se fizerem necessárias; b) acompanhamento aéreo da evolução da ‘onda’ decorrente do rompimento das barragens, mediante o apoio de aeronave própria. (VARA FEDERAL DE COLATINA-ES, 2015, grifos nossos).

Outra Ação Civil Pública, Ministério Público Federal/ES e Ministério Público do Estado do Espírito Santo, ACP 0132998- 35.2015.4.02.5004, tem decisão em 11 de novembro, cuja sentença determina:

- 1) Identificar e promover, antes da passagem da onda de sedimentos pelo Rio Doce pelo município de Linhares/ES, o resgate da fauna que poderá ser comprometida com a presença desses sedimentos tanto na água do rio como do mar nas proximidades de sua foz;
- 2) Realizar a análise de amostras de espécies existentes no ambiente fluvial e marítimo, antes e após a passagem da onda de sedimentos pelo Rio Doce até dispersão no oceano, além de realizar a coleta e a análise da água do mar em conformidade com as orientações fornecidas pelo setor pericial do Ministério Público Federal (4ª Câmara de Coordenação e Revisão) [...]
- 3) Realizar a coleta da água do Rio Doce, no Município de Linhares, em conformidade com as orientações fornecidas pelo setor pericial do Ministério Público Federal. (BRASIL, 2016, grifos nossos).

As primeiras decisões concentraram-se na contenção e avaliação dos efeitos da lama no meio. Todavia, uma das questões que ficam em aberto diz respeito à noção de tempo: até quando? Até quando podem os possíveis metais pesados terem efeitos nos territórios? A noção da temporalidade do efeito envolve perspectivas de futuros possíveis (CHATEAURAYNAUD, 2012). Em 15 de novembro, um Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) foi assinado, mas, ainda que tenham aceitado firmar o acordo, as empresas não reconhecem **responsabilidade** pelo acidente no documento. As decisões no campo jurídico, por exemplo, organizam o processo de reparação, e as empresas seguem um *modus operandi* respondendo a essas demandas – talvez pela sua experiência com desastres –, enquanto os atores locais experienciam, pela primeira vez, o polo de atingidos e aparecem tutelados. “CONSIDERANDO que a SAMARCO aceitou o convite dos COMPROMITENTES a fim de firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL PRELIMINAR, apesar de **não reconhecer responsabilidade** pelo acidente” (TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE AMBIENTAL PRELIMINAR – TCSA, 2016, p. 4, grifo nosso).

O TCSA estabelece “ações e procedimentos iniciais e necessários à prevenção e mitigação de impactos sobre os Municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares” (TCSA, 2016, p. 5) e apresenta plano emergencial de contenção, prevenção e mitigação dos impactos; plano de abastecimento d’água, de coleta e análise da água; plano de coleta e análise de espécies da fauna.

Nesse mesmo documento, priorizam-se os mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos “CONSIDERANDO que sempre que possível as partes **priorizarão mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos**, evitando a propositura das ações judiciais sem prévio **diálogo**” (TCSA, 2016, p. 4, grifo nosso). A noção do diálogo para resolução de conflitos é destacada no documento. A escolha por tais mecanismos com objetivo declarado de trazer celeridade no processo de reparação das vítimas demanda um olhar sobre o diálogo, as mesas e os espaços de participação, ou seja, “qual diálogo será construído?” e “quem poderá participar desse diálogo?”. Viégas (2013) argumenta que na literatura jurídica os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) não são consensuais, uma vez que possuem diferentes entendimentos, por exemplo, quanto a quem possui legitimidade para propor; sobre qual natureza jurídica é formado (unilateral ou negociado); qual a exigência de participação do Ministério Público na celebração.

Em reportagem, o Advogado-Geral da União suporta o argumento já presente no TCSA de priorizar vias de conciliação e constrói a noção de que as ações serão pactuadas, discutidas e haverá maior *enforcement* no processo reparatório.

Além dos representantes dos governos federal, dos estados e dos principais municípios atingidos, o acordo conta com a Defensoria Pública da União que seria representante das comunidades atingidas pelo desastre ambiental. Segundo o Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, o acordo não envolve a discussão das indenizações devidas a quem quiser entrar na Justiça. Mas pretende incentivar a conciliação entre os atingidos e as empresas para evitar o alongamento das discussões. ‘[Estamos em] busca de atuação integrada, pactuando e executando aquilo que for melhor para a solução do problema. Sempre me agrada quando o instrumental jurídico é utilizado para a conciliação. O direito é para incentivar a paz’, afirmou Cardozo. De acordo com o procurador-geral federal da AGU, Renato Vieira, o objetivo do comitê é tomar as decisões coletivas pactuadas entre todos os entes para evitar que a empresa não cumpra seu compromisso de revitalizar o Rio Doce. Em março, a empresa se comprometeu a pagar R\$ 2 bilhões somente em 2016 para iniciar a revitalização do Rio em 39 ações previamente acordadas. Segundo Vieira, com as prioridades definidas previamente no comitê e com a concordância de todos, a companhia terá que cumprir o que for determinado. ‘A pior coisa que poderia acontecer seria um ente público pedir uma coisa e o outro não concordar. No comitê, vamos discutir previamente e obrigar a empresa a fazer’, afirmou o procurador-geral. (FOLHA DE S.PAULO, 11 de abril de 2016, grifos nossos).

O primeiro aditivo ao Termo, assinado em dezembro de 2015, tem por objetivo garantir **renda mínima aos afetados** pela lama do Rio Doce, sendo, portanto, um instrumento de garantia de direitos dos atingidos pela dimensão financeira no dispositivo. Alguns atores argumentam, no entanto, que são mais alvos de decisões do que participantes da construção desses instrumentos, uma crítica procedimental (CHATEAURAYNAUD, 2016) que compõe um dos repertórios em torno do dispositivo (DODIER; BARBOT, 2017). Em dezembro, as comunidades passam a ser alvo da política de manutenção da renda e amparo:

O aditivo prevê a elaboração de plano de identificação, manutenção de renda e amparo de todas as pessoas que exerciam atividades laborativas vinculadas ao Rio Doce, seus afluentes e respectivas margens, bem como lagos, lagoas e águas marinhas atingidas pelo impacto do rompimento da barragem da mineradora. (MPF, 2020, grifos nossos).

Argumentamos que há uma construção do perfil de atingido nas ações classificadas como “pós-emergenciais” com um modelo de compensação financeira para trabalhos vinculados ao rio. A urgência em atender agricultores e pescadores já era sinalizada desde os primeiros dias do desastre:

Segundo antecipou a Folha de S. Paulo, entre as ações que o governo está tratando como ‘pós-emergenciais’, está a cobrança por parte de Dilma a Samarco e suas controladoras, Vale e BHP, que ofereçam uma espécie de ‘bolsa-estiagem’ ou ‘bolsa-defeso’ para as famílias que dependem da agricultura e da pesca, por exemplo. (FOLHA DE S.PAULO. 17 de novembro de 2015, grifos nossos).

A noção de urgência e de “bolsa” molda a representação (CHATEAURAYNAUD, 2011) sobre o instrumento de reparação do atingido. Buscam-se celeridade e diálogo, e os atingidos não são integrados na construção das políticas reparatórias. Pensa-se nos formatos, sem eles. A reparação é pensada a partir das atividades econômicas **vinculadas** ao rio, há uma delimitação do escopo do conceito de atingido. Nesses termos, alguns pescadores da comunidade de Regência passam a ser reconhecidos pelo impacto direto do rompimento pelo auxílio emergencial, que configura uma resposta ao desastre.

O aditivo é apresentado à comunidade de Regência em 14 de dezembro de 2015 durante audiência pública no auditório do Tamar:

A Samarco deverá conceder aos trabalhadores um auxílio-subsistência mensal no valor de um salário-mínimo, com correção na mesma data e nos mesmos índices do salário-mínimo, com o aumento de 20% do valor previsto por cada cônjuge, companheiro e filhos, independentemente de ser ou não o trabalhador segurado no INSS. A empresa também fica responsável pelo recolhimento da contribuição previdenciária e imposto renda decorrentes dos pagamentos efetuados. [...] A concessão do auxílio-subsistência e da cesta básica tem previsão de início a partir de 11/12/2015. Caso não cumpra as obrigações firmadas no termo, a Samarco ficará sujeita ao pagamento de multa de R\$ 1 milhão por dia de descumprimento. A empresa fica obrigada a enviar mensalmente relatório que comprove todas as

atividades realizadas do âmbito desse plano. A assinatura do termo não inibe os Ministérios Públicos de adotarem todas e quaisquer medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, em decorrência de eventuais irregularidades constatadas. (MPF/ES, 2015, grifos nossos).

O auxílio-subsistência mensal é estabelecido em um salário-mínimo, com acréscimo percentual para “dependentes”, além de cesta básica. A determinação dos valores está relacionada à garantia de uma renda mínima, a uma “bolsa” aos atingidos. A empresa fica obrigada a efetuar o pagamento e enviar relatório mensal de atividades, ficando sujeita a multa. Além disso, o termo não exige a empresa de outras medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Em uma balística sociológica (CHATEAURAYNAUD, 2011), identificamos algumas lógicas em torno desses valores financeiros estabelecidos, de pagamento e de multas. Parece haver expectativa de punição por um crime, que está nas cenas midiáticas, para fazer justiça às populações ribeirinhas; os atores levam em conta que, por ser o maior desastre do país, as multas devem ser as maiores para desincentivar crimes futuros ao atuar nos cálculos relacionados ao risco – quanto ao valor em si, no entanto, alguns consideram pouco, outros acham muito dinheiro. Nosso desenho de pesquisa concentra a atenção menos sobre a indexação do valor financeiro e mais sobre as moralidades e repertórios normativos em questão. Assim, interessa-nos compreender os efeitos desses auxílios financeiros na vila, seus usos e os repertórios daqueles que os receberam, dos que não receberam e daqueles que avaliam os efeitos locais dos usos e da chegada dos recursos financeiros.

Ao relatar essas experiências, os atores concentram-se, por outro lado, em apontar críticas sobre o procedimento de deliberação e o escopo de atingido e impactado na construção auxílio-subsistência. Não há consenso com relação aos repertórios em torno do salário-mínimo. A frase: “tá todo mundo ganhando um salário-mínimo” pode apontar que essa questão já esteja pacificada, para criticar como os atores foram colocados em uma mesma categoria, apesar de suas diferenças, assim como para denunciar que muitos estão recebendo além daquilo que seria necessário e que isso gera comportamentos negativos na vila. Essas noções são carregadas de lógicas e de moralidades. Em alguns grupos socioprofissionais surgem questionamentos com relação ao valor de referência ser um salário-mínimo. Eles apontam que ganhavam antes, com a pesca, por exemplo, valores muito superiores ao valor do auxílio, que chega em forma de cartão, e esperam que uma indenização faça justiça. Aqui, no entanto, as controvérsias concentram-se mais na dimensão procedimental: i) nos formulários e cadastros (quem cadastra, como cadastra e quais as

provas); ii) no perfil de atingido (grupos aceitos); iii) na classificação de atingidos legítimos e ilegítimos e provas; iii) no reconhecimento e na invisibilização dos dependentes (jovens e mulheres); iv) na temporalidade com que os processos correm.

O auxílio começa a ser pago pela Samarco e fica conhecido como “cartão”. O auxílio, entretanto, não distingue financeiramente os atores pelas atividades ou pela renda anterior, é binário: ou é atingido ou não é atingido. A prova é o vínculo laboral com o Rio Doce e traz uma série de procedimentos e referências que adentram a linguagem dos moradores.

Consideramos que esses processos normativos se relacionam ao reconhecimento dos atingidos. Eles são múltiplos, e cada um dos elementos poderia ter um aprofundamento específico. Nesta tese, a partir do diálogo com pesquisas anteriores de grupos de pesquisa que acompanharam a construção dos instrumentos no início do processo de cadastro e pagamento e que, em parceria com organizações e movimentos sociais, denunciaram problemas nesses processos, interessa-nos dialogar com a percepção dos efeitos e as experiências no período em que estivemos em campo, alguns anos após a implementação dos auxílios.

A Samarco inicia o processo de cadastro emergencial, e, simultaneamente, está em discussão a possibilidade de criação de um fundo de recuperação. A finalidade do auxílio era atender as emergências pela interrupção da renda, e a criação de um fundo é vista como maior garantia para financiar as ações do dito “pós-tragédia”.

O fundo de recuperação que os governos entraram na Justiça para criar é fundamental [União mais os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo assinaram ação conjunta contra a Samarco para financiar o pós-tragédia], seja pela via judicial, seja por meio de um acordo, o que seria de maior garantia. A Samarco não sinalizou que quer, mas a Vale [controladora da empresa ao lado da BHP Billiton, anglo-australiana] já sinalizou com a proposta de conversar sobre a constituição de um fundo de R\$ 20 bilhões. (FOLHA DE S.PAULO. 11 de janeiro de 2016, grifos nossos).

Entre as ações que serão listadas como emergenciais e prioritárias estavam: i) limpeza da calha; ii) reparação aos atingidos. Como em uma sequência de prioridades colocam-se os moradores das vilas de Minas Gerais, que tiveram suas realidades soterradas, e os pescadores e agricultores, que dependiam da água para suas atividades.

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG), que provocou a maior catástrofe ambiental da história do Brasil, mostrou o quanto o país está despreparado para lidar com eventos de grande magnitude. A avaliação é de Leonardo Deptulski (PT), 54, prefeito de Colatina (ES), uma das centenas de cidades atingidas pelos mais de 40 bilhões de litros de lama que vazaram para o meio ambiente. Ele também preside o Comitê Hidrográfico da Bacia do Rio Doce, que foi todo atingido pelos rejeitos [...]. Segundo Deptulski, a limpeza do início do rio Doce, a aproximadamente 100 km do epicentro do desastre, está sendo feita de forma muito lenta pela Samarco, empresa responsável pela barragem. A mineradora,

presidida por Ricardo Vescovi, tampouco conseguiu estancar a lama, que continua a vazar de Fundão.

Outro ponto central do pós-tragédia, segundo o prefeito de Colatina, é a reparação aos atingidos, sobretudo os moradores de Bento Rodrigues e outros distritos da região de Mariana, que perderam familiares e suas casas, e pescadores e agricultores que dependiam da água do rio Doce para alimentar o gado ou irrigar plantações. ‘As ações emergenciais precisam urgentemente ganhar velocidade e dimensão. O que se fez foi cuidar do abastecimento das cidades que dependem do rio Doce, era a principal demanda. As pessoas que vivem da pesca ou da agricultura precisam de ajuda, elas estão passando por dificuldades e perderam o sustento com o rio. O monitoramento do mar está sendo feito com empenho pelos órgãos públicos e pela Samarco, mas falta a limpeza da calha do rio Doce’. (FOLHA DE S.PAULO, 11 de janeiro de 2016, grifos nossos).

Em 22 de fevereiro de 2016, a **pesca é oficialmente proibida**. Essa proibição é implementada por decisão judicial, a pedido do MPF, para o litoral norte do Espírito Santo por tempo indeterminado. A finalidade da medida é a saúde, o meio ambiente e a pesquisa, e o pedido assinala a **precaução** e o **poluidor-pagador** como princípios orientadores, tendo em vista a interconexão ecossistêmica e as consequências no espaço e no tempo das ações:

medida visa preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já impactadas pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem, ocorrido em novembro de 2015. Além disso, a interdição da pesca garantirá a conclusão dos trabalhos técnicos que buscam diagnosticar os impactos da lama no mar e a contaminação dos recursos pesqueiros. [...] A Justiça ratificou esse entendimento e frisou, na decisão liminar, que ‘o bem ambiental é ubíquo, isto é, conectado a todo lugar, de tal sorte que uma pequena intervenção negativa em sua estrutura pode redundar em prejuízos transfronteiriços e, mais ainda, intertemporais, prejudicando populações de diversos lugares e, até mesmo, mais de uma geração’.

O MPF, no entanto, vai recorrer a respeito de alguns pontos que foram indeferidos pela Justiça. Entre eles o pedido para obrigar a mineradora a custear as operações de fiscalização a serem promovidas pelos órgãos públicos e a identificar e cadastrar os pescadores impactados pela proibição da pesca para o pagamento de auxílio-subsistência, no valor de um salário-mínimo, com acréscimo de 20% por integrante da família e uma cesta básica mensal, nos moldes do Termo de Compromisso Socioambiental já firmado entre a empresa e o Ministério Público.

Segundo a força-tarefa do MPF, recusar que a Samarco arque com os custos da fiscalização da proibição da pesca é onerar os cofres públicos com despesas que a própria empresa deu causa. ‘A interdição da pesca, neste caso, só está sendo necessária em virtude da contínua deposição de rejeitos de mineração no meio ambiente. Logo, a fiscalização dessa proibição pelos órgãos públicos é atividade extraordinária e, portanto, não pode ser paga pela sociedade. Trata-se de hipótese muito clara da aplicação do princípio do poluidor-pagador, que determina que o empreendedor que lucra com uma atividade deve também suportar os prejuízos causados por ela’, afirma a procuradora da República Walquiria Picoli, que integra a força-tarefa do MPF. (MPF, 2016, grifos nossos).

Órgãos do Ministério Público e das Defensorias se unem em uma **força-tarefa**, atuando na garantia de direitos, com forte atuação na arena pública e na cena jurídica, bastante agitada. É a construção dos direitos dos atingidos que está em jogo: o direito à

reparação e à construção da reparação. Ou seja, mais do que o direito ao acesso, eles procuram o direito à participação no processo de construção e avaliação das ações. Nesse sentido, além de se aproximarem das comunidades e procurarem representar seus interesses, esses órgãos defendem que os atingidos-mesmos possam integrar as mesas de diálogo. Frente às assimetrias de poder, os atingidos aprendem a ser “atingidos” durante o processo, lutam por espaços, por informação, por direitos.

Identificamos a vinculação entre auxílio financeiro e contaminação do rio; da saúde e do meio ambiente juntos na incerteza da contaminação; da água e do pescado e seus efeitos. Essa incerteza afeta a comercialização do pescado como atividade econômica, que perdura no meio: – “Cara, a gente nem sabe, a população não compra mais peixe” (Entrevistado 14). Também afeta modos de vida em torno da pesca, prática que atribuía sentido e dinâmica ao cotidiano ao pescador, que lança repertórios e chaves de leitura para passado, presente e futuro, sobre a reparação.

Uma forma de superar a incerteza é pela pesquisa, pela ciência, e os fóruns, grupos de trabalho desenvolvidos pelos órgãos ambientais em parceria com unidades, além das pesquisas independentes e aquelas realizadas pela empresa, por decisão judicial ou não, levam ao território uma série de profissionais e *experts*. A pergunta que pescadores, moradores e consumidores se fazem é: **pode consumir o peixe e a água?**. A pergunta que dá base às decisões administrativas e jurídicas, fabricadas no campo científico e nos laboratórios, procura o nível de metal presente na água e no pescado de acordo com determinado método. Conhecimento este que precisa ser interpretado e fazer sentido para os locais e para os próprios pesquisadores, *experts* e leigos (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014).

Procuram-se os níveis considerados tóxicos para consumo humano, junto às agências de regulação, nacional e internacional, junto a pesquisadores. Diferentes escalas de classificação quanto à contaminação da biota são utilizadas pelos órgãos de regulação. Os níveis, desse modo, dependem tanto das pesquisas quanto dos acordos e das políticas de regulação. E o que fazer quando não há regramento oficial ou orientação com relação a elementos específicos? Para alguns atores locais, o rio virou uma “tabela periódica”, em torno do qual inicia-se, já no primeiro ano, uma batalha sociotécnica e também jurídica para provar se há ou não contaminação das águas e do pescado. A empresa sugere que alguns elementos não estavam na barragem e questiona o vínculo da presença desses materiais ao rompimento. Quando esse argumento é lançado, ele parece reconfigurar a cena jurídica e inverter o ônus da prova – terão que provar que foi ela a culpada. Nas entrevistas, ouvíamos: “eu que não

coloquei esses elementos ali, se foi ela que lançou ou se foi carregado pela lama que ela enviou a culpa é dela”.

Dois questionamentos são postos ao problema: “esse problema é de quem?”; “ele é um problema?”. Essas disputas na definição do problema, nomeá-lo e culpar, na arena pública (CEFAÏ, 2017a; FELSTINER; ABEL; SARAT, 1980,) passam pelas controvérsias e argumentos (CHATEAURAYNAUD, 2011). Essas métricas e escalas atuam como elementos da disputa do reconhecimento dos atingidos – do rio e do ribeirão, do pescado e do pescador. Nesse sentido, no relatório do primeiro ano das ações, a Samarco afirma:

A Samarco realizou estudos e análises de bioacumulação que corroboram com a conclusão de que os resultados de metais pesados encontrados nos peixes não estão diretamente relacionados à pluma. Os estudos foram disponibilizados ao Comitê Interfederativo, instância presidida pelo Ibama. O último relatório do Igam também demonstra que as condições da água do Doce, de uma forma geral, estão dentro dos parâmetros. A proibição da pesca na região da foz do Rio Doce, no Espírito Santo, foi uma decisão da Justiça Federal baseada no princípio da precaução, a partir de uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal (MPF). (SAMARCO, 2016, p. 47, grifos nossos).

No pronunciamento, a sequência dos argumentos parece querer relativizar e desvincular a bioacumulação e a proibição da pesca. O princípio da precaução é usado de modo até relativista, como se a decisão fosse “excessiva” e “não tivesse fundamento”. Mais uma vez, no campo da disputa, os atores questionam os fundamentos das decisões, utilizando como prova os resultados das análises divulgadas pela própria empresa. O que nos chama a atenção é que não se questiona a contaminação, questiona-se a **vinculação** com a pluma de rejeitos. Enquanto o relatório da Samarco afirma que seus estudos concluem que a contaminação não está relacionada à pluma, a Nota Técnica 006/2016 do Centro Tamar, Apa Costa das Algas, REBIO de Comboios e RVS de Santa Cruz, de 18 de março de 2016, como contraprova, traz os resultados da expedição de pesquisadores da UFES e da FURG. Esse documento é utilizado pelo MPF como fundamento técnico para solicitar a ampliação da área de proibição da pesca. Nas considerações do referido relatório:

Os indícios verificados a partir das informações apresentadas pelos pesquisadores indicam que a contaminação observada na água e nos sedimentos analisados está associada à pluma do rio Doce, tendo em vista o perfil de decaimento dos teores verificados em direção ao norte a ao sul da região da Foz [...] Ressalta-se ainda que, conforme o relato dos pesquisadores, os dados observados indicam a existência de estresse fisiológico nos animais analisados, com impactos potenciais ao ambiente e aos organismos que se encontram sob estresse, além do risco de eventual contaminação humana pelo consumo do pescado. (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO, 2016, p. 6-7, grifos nossos).

Na nota técnica a contaminação “está associada à pluma do rio Doce”, enquanto na nota da Samarco “não estão diretamente relacionados à pluma”. Essa é mais uma controvérsia (CHATEAURAYNAUD, 2011b), agora em torno do vínculo, que figura o início de uma disputa jurídica que entrará no cotidiano dos atores locais anos depois em torno do **nexo causal**. A potencialidade dos impactos na nota técnica inclui estresse fisiológico e ambiental e **risco** de eventual contaminação humana. Recomenda-se no item F da Nota técnica:

buscar o ajuste da compensação aos pescadores, prevista na decisão de proibição da pesca estabelecida pela Justiça Federal, tendo em vista que as pescarias afetadas pela mesma, de média escala ou artesanal de pequena escala, e, conseqüentemente, os pescadores que nelas atuam, assim como toda a cadeia produtiva, não se enquadram no perfil de pequenos pescadores ribeirinhos previstos na referida decisão. Estes têm enfrentado prejuízos e dificuldades financeiras em razão da suspensão da pesca, estabelecida em função dos possíveis efeitos do alcance da pluma de rejeitos da Samarco na região pesqueira marinha. (ICMBIO, 2016, p. 8, grifos nossos).

Os analistas ambientais do ICMBio, portanto, recomendam uma ação que favorece categorias de pescadores e toda a cadeia produtiva, que foram reconhecidas pelos acordos e pela decisão judicial de proibição da pesca. Eles justificam, ainda, que as dificuldades financeiras que os pescadores poderiam ocasionar a não aceitação da restrição da pesca em Unidades de Conservação, e isso poderia implicar no aumento do esforço de pesca na APA Costa das Algas e RVS de Santa Cruz, um risco à conservação. A atuação em mosaico das unidades de conservação (Figura 29) permite e possibilita um parecer sobre as pressões sobre o ecossistema local e uma visão integrada e sensível às causas dos pescadores locais. Os atores da conservação próximos às realidades do território apresentam a sensibilidade do ambiente em diferentes sentidos: pela contaminação em si e pelo processo de resposta às decisões, tendo em vista o risco de sofrer maiores impactos.

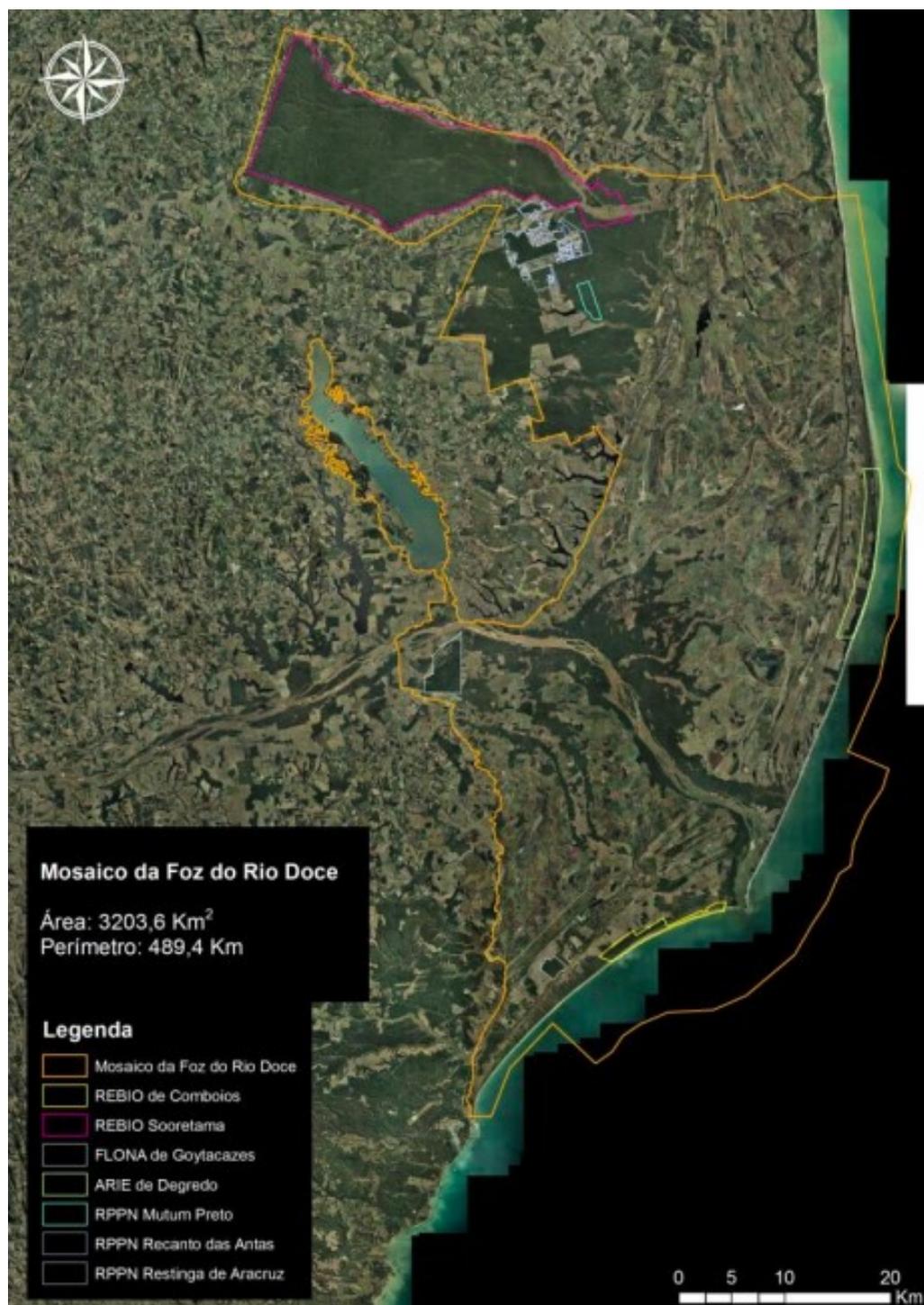


Figura 29 – Mosaico da Foz do Rio Doce

Fonte: REBIO Comboios (2018, p. 12).

Quando a ação das boias foi interrompida, pescadores interagiram com Tamar para pensarem em projetos e ações que mantivessem as atividades dos pescadores para propor à empresa. A intenção era passar das boias a outros projetos. Nessa perspectiva, do campo das

possibilidades, a reparação não está limitada a determinar um valor de benefício, mas em trazer remuneração e ocupação aos atores.

Aí os pescadores não sentiram muito o impacto, porque ficaram 6 meses trabalhando e tal [com as boias]. E aí, ‘não pode deixar tirar essas barreiras agora não’, incentivando o ICMBio a mostrar que era necessidade, [mas] ‘essas barreiras não tão funcionando mais. Vamos fazer o seguinte, vamos conversar com as empresas agora pra criar outras ações de trabalho, vai ter que monitorar isso tudo, é, vai ter que fazer limpeza, vai ter que reflorestar.’ Aí fizemos vários projetos pras empresas, até hoje... aí passou pra Samarco, pra Renova, a Renova até hoje, né? E aí, no que terminou 6 meses, antes de terminar de 6 meses ‘e aí, como é que nós ‘vamo’ ficar? Como é que nós ‘vamo’ ficar sem trabalhar? Como é que nós ‘vamo’ receber indenização? Pois é, ‘temo’ que preocupar isso, como é que vai ser? Quanto custa o trabalho? Aí ninguém sabia quanto que ganhava e tal. (Entrevistado 5).

A prestação de serviços garantiria a renda dos pescadores, que pretendiam desenvolver outras atividades remuneradas para “compensar”, não apenas a renda sem substituição de atividade. Outro elemento que no processo torna-se problemático refere-se a: “quanto recebiam?”. Afinal, em uma lógica de reparação que vai se formando, além do vínculo, o estado anterior é referência. Com isso, pede-se que os atores não interfiram nas provas e que mensurem os efeitos, para identificar o impacto por meio de marcadores, já que pela dimensão socioeconômica, o “justo” é um valor que corresponde à diferença relacionada à realidade anterior. Enquanto pesquisador no campo, entendo a lógica, ela faz sentido para mim e atribui certa objetividade. No entanto, quando me aproximo de outros repertórios em torno do justo, nos meios (*milieux*), percebo que a crítica é se esses “valores objetivos” são precisos, se eles são mensurados e se podemos confiar nas mensurações. Afinal, eles dependem dos marcadores e das configurações problemáticas que se estabelecem no presente, o que pode fechar ângulos de futuro com relação à reparação (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017).

Quanto ao registro da receita nas práticas da pesca, os entrevistados relatam que os pescadores tinham receio de registrar e declarar tudo o que pescavam, afinal temiam que as práticas de controle de órgãos ambientais incorressem em multas. Outros acreditam que os pescadores simplesmente não mantinham registros e fluxos de caixa porque não era preciso. O comércio era feito de modo informal. Duas práticas foram relatadas: i) eles poderiam comercializar o que pescavam sem notas, com os caminhões que passavam na vila; ii) eles deixavam no comércio local como forma de pagamento às compras do mês. Além disso, os pescadores não tinham instrução para o registro contábil, faltando-lhes instrumentos de gestão, até porque não precisavam deles para comercializar. Nesse novo contexto, no entanto, o registro passa a ser demandado, nas formalidades da prova, enquanto para os atores locais a prova era a prática, da pesca e da comercialização. Outro elemento ainda marcante nos relatos

é a importância da oralidade na dinâmica da vila. Os contratos podem ser feitos “de boca”, afinal a propriedade na pequena vila “é a palavra”, “eu tenho palavra”, “eu dou a minha palavra”. Essa dimensão do informal, porque não se dá de forma escrita, na interpretação tradicional, resgata o sentido que os atores atribuem à palavra: dar a palavra é um “contrato”. Assim, eles trocam e vendem desse modo, e isso é visto como um elemento de confiança intersubjetiva e de tradição.

A criação de projetos e trabalho altera as dinâmicas locais especialmente pela relação com o “empregador”. O mesmo ator que causara o dano foi “empregador” – mediante empresa decisão judicial e ação empreendida por empresa terceirizada – nos meses iniciais, ainda que por decisão judicial, e, posteriormente, dá nome ao cartão auxílio, de onde vêm os recursos. O rio é a fonte dos recursos pelo crime-desastre. Essa relação se estabelece para além da relação de trabalho, mas na criação de um vínculo de reparação pelo trabalho. A compensação por não poder trabalhar poderia ser atendida na figura de um empregador nessa relação de forças? É preciso problematizar a forma como os próprios atores percebem a chegada desses recursos e os caminhos como chegam, as expectativas de como deveria ser o processo, que se alteram conforme os instrumentos vão sendo implementados.

Uma das fontes de recursos movimentados no território agora vem das empresas. Os recursos são alocados, por exemplo, no pagamento ao atingido pelo impacto e pelo risco de contaminação do pescado, na proteção de caranguejos, de tartarugas e da vegetação. Se antes a presença e a qualidade do pescado garantiam a renda, agora são os efeitos do desastre. A prova da contaminação garante o reconhecimento e o recursos no local, de um modo perverso, porque afeta seu modo de vida e as redes de atividades possíveis no local. O processo de reparação é desencadeado no fluxo da experiência de ser atingido e na percepção da lama e seus efeitos, com os efeitos e atravessamentos em seus corpos e suas relações. Cabe compreender como esses recursos chegam na vila e quais os dispositivos criados para que acessem a reparação.

4.2.2 Dispositivos de reparação e repertórios normativos: TTAC

Em um ano de desastre, a Samarco entrega quase oito mil cartões de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) ao longo dos 663 km do Rio Doce:

Até 7 de novembro de 2016, a Samarco entregou 7.919 cartões de auxílio financeiro emergencial para mais de 19 mil pessoas, entre titulares e dependentes, de municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. Direcionada à comunidade e ribeirinhos, essa é uma alternativa temporária para pagar despesas pessoais e residenciais das famílias impactadas. O valor, depositado até o quinto dia de cada

mês, consiste em um salário-mínimo para cada pessoa do núcleo familiar que tenha perdido renda por atividade laborativa, em decorrência direta do rompimento da barragem. Também é repassado um adicional de 20% do salário-mínimo para cada um dos dependentes e cesta básica, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de Minas Gerais e do Espírito Santo. A entrega do cartão é feita após análise do perfil socioeconômico e de documentos que comprovem o impacto. Essa ação passou a ser de responsabilidade da Fundação Renova, assim como o Programa de Indenização Mediada (PIM), que está em fase de implementação. Seu objetivo é indenizar as pessoas diretamente impactadas de maneira mais ágil, sem os trâmites e custos de uma ação judicial, de forma transparente, igualitária e justa. (SAMARCO, 2016, p. 62, grifos nossos).

Estudos anteriores já apresentavam conflitos em torno do cartão (LEONARDO et al., 2017), inclusive relatórios técnicos do GESTA (2016), que apresentaram críticas ao processo de cadastro dos atingidos. A temática do cartão passou a ocupar um espaço central no processo de reparação. As ações são construídas por deliberações judiciais e pelo arranjo institucional criado durante o processo, que inclui atores do estado na governança da reparação. A gestão da implementação da reparação fica com a Fundação Renova, a partir de sua criação, em junho de 2016, e as comunidades atravessadas pelo desastre precisam fazer emergir suas demandas nesses novos arranjos, na Justiça e na mídia. Na operacionalização do AFE, os critérios de elegibilidade são escolhidos pela empresa, ao estabelecer formulário, perfil e julgar a elegibilidade, em interação com as peças jurídicas. Desde então:

uma série de ações civis públicas foram ajuizadas contra a empresa pelos Ministérios Públicos dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, as quais estavam em curso até março de 2016, quando foi assinado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre governos federal e estaduais e as empresas envolvidas. (ZORZAL; CAYRES; SOUZA, 2019, p. 467).

Por meio do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado entre Estado e empresas, cria-se um modelo de **governança da reparação**. A ministra de meio ambiente à época do rompimento afirmou que se buscavam: “alternativas de instrumentos financeiros que transcendam a visão de curto prazo. E que possam ter controle social e assegurar que a aplicação do dinheiro seja feita sem burocracia, com transparência” (O GLOBO, 20 de novembro de 2015). Capitaneado pela Advocacia Geral da União (AGU), criaram-se, em diálogo com os órgãos estatais e empresas, a Fundação Renova e o Comitê Interfederativo (CIF). A primeira ficou responsável pela implementação, em um formato de fundação, para dar agilidade no processo, e ao outro caberia pautar e controlar as ações de reparação.

A ministra criticou a companhia, uma sociedade das mineradoras Vale (Brasil) e BHP (Austrália), pelo que vem fazendo até agora para recuperar o Rio Doce, atingido pelos rejeitos que vazaram da barragem. A crítica da ministra ocorreu durante a assinatura do termo de cooperação entre o governo federal e os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais que cria um Comitê que vai definir a utilização dos

recursos da indenização a ser paga pela empresa em ações para recuperar o Rio Doce. ‘Estamos vendo pelo noticiário que ainda está muito aquém a ação de resposta por parte da empresa em face dos danos que pudemos identificar’, afirmou a ministra citando o caso da cidade de Regência (ES), na foz do rio, onde o acidente impactou setores como turismo e a pesca. ‘O acidente ainda está vivo. Ainda tem lama e impacto. Mas é hora de começarmos a recuperação’ (FOLHA DE S.PAULO, 11 de abril de 2016, grifos nossos).

Desse modo, Regência consegue se lançar na mídia mais uma vez, agora, dando visibilidade aos setores impactados. O Termo proposto surge como uma alternativa às ações das empresas, alvo de críticas na arena pelos efeitos nos territórios. Constrói-se, então, numa retórica da mudança, dos projetos e da eficiência, o modelo de governança. No Box 1, vemos os princípios do TTAC.

Cláusula 6 - Princípios para elaboração e execução de ações e medidas dos programas socioambientais e socioeconômicos no TTAC;

- I) A recuperação socioambiental e socioeconômica terá por objetivo remediar, mitigar e reparar, incluindo indenizar, os impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, advindos do EVENTO com base na SITUAÇÃO ANTERIOR;
- II) Os PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS serão definidos conforme estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do EVENTO, observados os prazos do Acordo, a ser realizado por EXPERTS [...];
- III) Com o objetivo e conferir celeridade e eficiência, os PROJETOS serão elaborados em etapas [...] considerando, entre outras, as seguintes etapas:
 - a. Preliminarmente, avaliação inicial dos impactos, realizada a partir das informações conhecidas e de possível levantamento;
 - b. Estabelecimento de programas de monitoramento e definição da SITUAÇÃO ANTERIOR;
 - c. Avaliação dos impactos, observados riscos identificados deles derivados;
 - d. Estabelecimento de critérios para mensuração e avaliação de efetividade na implementação dos PROJETOS;
 - e. Definição de projetos, ações e medidas de recuperação socioambiental e socioeconômica estabelecida a partir da identificação dos recursos ambientais impactados pelo EVENTO;
- IV) Em regra, os PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS de natureza reparatória têm preferência em relação aos demais PROGRAMAS.
- V) OS PROJETOS SOCIOECONÔMICOS serão elaborados e executados com foco principal nos IMPACTADOS, de modo a buscar efetividade às medidas implementadas, de acordo com critérios objetivos de transparência, liberdade de contratação, racionalidade, reconhecimento da cidadania e dignidade humana, visando a promover a autossuficiência social e econômica, e de acordo com princípios gerais de lei brasileira e parâmetros contidos na jurisprudência brasileira existente em casos similares;
- VI) Os PROJETOS SOCIOECONÔMICOS deverão buscar estabelecer e prover benefícios eficientes e céleres para os IMPACTADOS, priorizando os IMPACTADOS que tenham sofrido deslocamento ou que tenham perdido integralmente a capacidade produtiva e que satisfaçam os critérios estabelecidos neste Acordo, sem prejuízo das medidas emergenciais que já estejam em curso.
- VII) Se, ao longo da execução deste Acordo, restar tecnicamente comprovada a inexistência de solução possível ou viável para as ações de recuperação, mitigação, remediação e/ou reparação previstas nos PROGRAMAS e PROJETOS, considerando proporcionalidade e eficiência, tais ações serão substituídas por medidas compensatórias adicionais àquelas previstas neste Acordo, conforme validado pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO, ouvidos os órgãos competentes;
- VIII) Tais medidas compensatórias serão definidas por meio de estudos realizados pelos EXPERTS contratados pela FUNDAÇÃO e aprovados pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO, ouvidos os órgãos públicos competentes;
- IX) Sempre que a execução de medidas reparatórias causar impactos ambientais que superem os benefícios ambientais projetados, a FUNDAÇÃO proporá ao COMITÊ INTERFEDERATIVO a substituição de tais medidas reparatórias por medidas compensatórias economicamente equivalentes adicionais àquelas previstas neste Acordo.
- X) Devem ser incluídos e limitados ao valor estabelecido no caput da CLÁUSULA 232 as medidas previstas no item VII e IX desta cláusula e as demais medidas compensatórias previstas neste acordo (240 mil/ ano em 15 anos);
- XI) Não devem ser incluídos nem limitados ao valor estabelecido no caput da CLÁUSULA 232 (i) a quantia de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) a ser disponibilizada para o Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos, nos termos da CLÁUSULA 169; (ii) as medidas compensatórias previstas nas hipóteses dos incisos VII e IX da presente Cláusula porventura derivadas da obrigação de reparação da Barragem de Fundão,

- nos termos da CLÁUSULAS 150 e 152; e (iii) a hipótese prevista na CLÁUSULA 203, parágrafo terceiro [...];
- XIII) Em até 60 (sessenta) dias da constituição da FUNDAÇÃO, esta deverá apresentar um planejamento inicial dos PROGRAMAS, atividades e ações e medidas de cada um dos PROGRAMAS, o qual deverá ser validado pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO, nos termos deste Acordo, sem prejuízo de prazos específicos menores previstos ou da execução de ações emergenciais;
- XIV) O planejamento aprovado pelas instâncias internas da FUNDAÇÃO deverá prever o orçamento, indicadores, metas e cronograma de cada PROGRAMA, devendo levar em consideração as diretrizes contidas neste Acordo e os critérios técnicos aplicáveis;
- XV) Devem ser produzidos relatórios periódicos do andamento de todos os PROGRAMAS e enviados ao COMITÊ INTERFEDERATIVO, nos termos desse Acordo;
- XVI) Todas as atividades desenvolvidas pela FUNDAÇÃO estarão sujeitas à auditoria externa independente a ser contratada pela FUNDAÇÃO, nos termos deste Acordo;
- XVII) A FUNDAÇÃO fará a revisão periódica de todos os PROGRAMAS, de forma a mensurar e buscar a efetividade das atividades de reparação e compensação, submetendo o resultado da avaliação ao COMITÊ INTERFEDERATIVO;
- XVIII) A FUNDAÇÃO possuirá em sua estrutura de governança interna um conselho consultivo que opinará sobre PROGRAMAS e PROJETOS, indicará propostas de solução para os cenários presentes e futuros decorrentes do caráter dinâmico dos impactos causados pelo EVENTO e deverá ouvir as associações legitimadas para a defesa dos direitos dos IMPACTADOS, bem como estabelecer canais de participação da sociedade civil, podendo, para tanto, convocar reuniões específicas e ouvir organizações interessadas;
- XIX) A FUNDAÇÃO elaborará políticas e manuais de compliance, incluindo anticorrupção, com base em padrões internacionais;
- XX) O PODER PÚBLICO constituirá um COMITÊ INTERFEDERATIVO, como instância externa e independente da FUNDAÇÃO, para interlocução permanente com a FUNDAÇÃO, e para definir prioridades na implementação e execução dos PROJETOS, acompanhando, monitorando e fiscalizado os resultados;
- XXI) Caberá ao COMITÊ INTERFEDERATIVO validar os PROGRAMAS e PROJETOS apresentados pela FUNDAÇÃO [...];
- XXII) O processo de validação de PROGRAMAS e PROJETOS deverá basear-se em um diálogo ordenado entre as partes, no qual a FUNDAÇÃO submeterá à validação pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO os PROGRAMAS e PROJETOS conforme os PRINCÍPIOS e as diretrizes estabelecidas pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO;
- XXIII) O COMITÊ INTERFEDERATIVO examinará os PROGRAMAS e PROJETOS submetidos e indicará a necessidade de correções, readequações ou fará questionamentos nas ações a serem desempenhadas. Permanecendo divergência entre a FUNDAÇÃO e o COMITÊ INTERFEDERATIVO, qualquer das partes poderá submeter a questão ao PAINEL DE ESPECIALISTAS, bem como, posteriormente, se for o caso, ao Juízo competente.
- XXIV) Cada PROGRAMA ou PROJETO deverá ser individualmente encerrado quando atingidas as metas e objetivos nele previstos, mediante a demonstração objetiva apoiada em indicadores e dados técnicos, conforme aplicável;
- XXV) O COMITÊ INTEFEDERATIVO deverá atestar o integral cumprimento do PROGRAMA;
- XXVI) Após integral cumprimento de todos os PROJETOS elaboradores e executados no âmbito dos PROGRAMAS, o qual será atestado pelo COMITÊ INTEFEDERATIVO, ouvidos os órgãos públicos competentes, restarão abrangidos e reparados, ou compensados conforme o caso, todos os direitos, pleitos e interesses a que se referem a ACP e este acordo. Nesta hipótese, as COMPROMITENTES darão plena e irrevogável quitação à FUNDAÇÃO, à SAMARCO e aos AÇIONISTAS.

Cláusula 7 – A elaboração e a execução dos PROGRAMAS previstos no presente Acordo deverão considerar os seguintes princípios

- a) Recuperação do meio ambiente ao estado que se encontrava na SITUAÇÃO ANTERIOR;
- b) Recuperar, mitigar, remediar, reparar, inclusive indenizar, bem como, quando inviável alcançar esses resultados compensar pelos impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do EVENTO, na forma deste ACORDO;
- c) Transparência e engajamento das comunidades nas discussões sobre as ações;
- d) Preferência pela contratação e utilização de mão de obra local e regional para estímulo à economia mineira e capixaba.

- e) Realização das ações socioeconômicas com observância às normas e políticas públicas setoriais;
- f) Recuperação de infraestruturas públicas e privadas impactadas pelo EVENTO, revertendo-os para operação e consequentes custeio e manutenção por seus titulares;
- g) Estabelecimento de cronogramas para os PROJETOS indicando dados de início e término das ações, metas e indicadores definidos;
- h) Negociações nos termos do PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA descrito neste ACORDO;
- i) Utilização de conceitos de proporcionalidade e eficiência, além de critérios técnicos e científicos, quando for o caso, para avaliação e quantificação dos impactos e na implantação dos PROJETOS;
- j) Realização das ações socioeconômicas, inclusive assistenciais, voltadas ao restabelecimento da SITUAÇÃO ANTEIROR, sem prejuízo das demais medidas contempladas neste Acordo;
- k) Reconhecimento do caráter público da difusão das informações relacionadas às ações desenvolvidas no âmbito dos PROGRAMAS deste Acordo;
- l) A interlocução e o diálogo entre a FUNDAÇÃO, o COMITÊ INTERFEDERATIVO e os IMPACTADOS;
- m) Monitoramento dos impactos e das ações corretivas, bem como prevenção de eventuais novos impactos;
- n) Execução responsável e planejada dos PROGRAMAS, devendo-se evitar os impactos ambientais e sociais decorrentes dos próprios PROGRAMAS ou, na impossibilidade, mitigá-los;
- o) Execução privada, sob fiscalização e supervisão do PODER PÚBLICO na forma da lei e deste Acordo;
- p) Acompanhamento monitoramento e fiscalização pelo PODER PÚBLICO e pela auditoria independente contratada;
- q) Promover a transparência e o acesso às informações pela sociedade no processo de execução das ações previstas neste Acordo; e
- r) Respeito ao direito de privacidade dos IMPACTADOS.

Box 2 – Princípios TTAC (2016) (parte 1)

Fonte: TTAC (2016).

A proposição de um Termo é uma **alternativa** à burocracia do processo judicial das ações civis públicas. Ele é justificado também para evitar morosidade nas “ações de resposta emergencial, como assistência e indenizações para as pessoas afetadas” (SÁNCHEZ et al., 2018, p. IX), com as Ações Civis Públicas. O Termo define, então, uma lógica de funcionamento da reparação que passa por diferentes instâncias de tomada de decisão e controle, princípios e estruturas, com objetivo de tornar mais “eficiente a reparação e compensação em decorrência do Evento” (TTAC, 2016, p. 7).

A preocupação dos autores que têm estudado o caso é que por trás desse instrumento está uma lógica de harmonia, e para que os conflitos ambientais “sejam tratados em arenas específicas, de forma individualizada e com a presença de atores tidos como autoridades no assunto” (ZORZAL; CAYRES; SOUZA, 2019, p. 472).

Tais dispositivos são mobilizados sob a justificativa da necessidade de uma ação mais célere e eficaz em contraste com a ênfase em punições por via da judicialização, com a responsabilização dos agentes corporativos e o cumprimento das demandas colocadas pelos atingidos. Não obstante as justificativas, esse processo de contratualização (4) se realiza, de fato, em detrimento dos espaços e

possibilidades de participação dos atingidos e apoiadores, segmentos que não foram ouvidos ou consultados quando da elaboração do referido termo (ZHOURI et al., 2016, p. 36, grifos nossos).

Na leitura do documento, nas considerações preliminares, encontramos: “considerando a importância na retomada das operações da SAMARCO, devendo ser precedida do cumprimento dos procedimentos legais apropriados” (TTAC, 2016, p. 6), entre os demais pontos que tocam aspectos relativos às atividades, aos impactos, ao monitoramento e à pesquisa, à participação social e à transparência. Para Zorzal, Cayres e Souza (2019), foram apresentados desafios à participação e ao controle social tanto na sua formulação quanto na sua implementação.

Nas definições técnicas do termo, colocam-se as “pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo Evento” como Impactados e arrolam onze impactos: i) perdas por óbito ou desaparecimento de familiares até segundo grau ou companheiros; ii) “perdas por óbito ou desaparecimento de familiares com graus de parentesco diversos que coabitavam ou com quem mantinham relação de dependência econômica”; iii) “perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel”; iv) perda da capacidade produtiva; vi) perda comprovada de áreas de exercício de atividade pesqueira e de recursos, que inviabilizem a atividade; vii) “perda de fonte de renda, trabalho ou autossustentância das quais dependam economicamente”; viii) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais; ix) inviabilização de acesso ou manejo de recursos naturais e pesqueiros, afetando renda, subsistência e modo de vida; x) danos à saúde física ou mental; xi) “destruição de modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas” (TTAC, 2016, p. 8).

Define-se, ainda, uma categoria de impactados indiretamente, cuja definição consiste em: “as pessoas físicas e jurídicas, presentes ou futuras, que não se enquadrem nos incisos anteriores, que residam ou venham a residir na área de abrangência e que sofram limitação no exercício dos seus direitos fundamentais” (TTAC, 2016, p. 8). O Termo ainda separa duas áreas, área ambiental e área de abrangência socioeconômica, e elenca os municípios dos Estados em questão. Separam-se os programas em: socioeconômico e socioambiental. O primeiro trata da reparação, mitigação, compensação e indenização pelos danos socioeconômicos, enquanto o segundo trata da reparação e compensação por danos socioambientais. Entende-se por reparação “mitigar, remediar ou reparar impactos”, e por

compensação as ações para “compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis”. Destaca-se, ainda, a definição de situação anterior: “situação socioambiental e socioeconômica imediatamente anterior a 05/11/2015” (TTAC, 2016, p. 12).

A recuperação do meio ambiente e das condições socioeconômicas tem, então, por objetivo restaurar a situação anterior, observando “padrão e normas das políticas públicas aplicáveis” e que ficará sob responsabilidade dos projetos as medidas. Zorzal, Cayres e Souza (2019) apresentam o modelo de governança adotado na Figura 30.



Figura 30 – Sistema de Governança TTAC

Fonte: Silva, Cayres e Souza (2019, p. 476).

O Comitê Interfederativo é uma instância externa e independente da Fundação, fundado “exclusivamente por representantes do Poder Público” (TTAC, 2016, p. 108). Ele é definido como uma instância de interlocução que não afasta necessidade das obrigações legais de licenças dos órgãos ambientais à Fundação. O CIF é composto por dois membros do MMA, dois representantes do Governo Federal, dois representantes de MG, dois representantes do ES, dois representantes dos municípios atingidos em MG, um representante dos municípios atingidos no ES e um representante do Comitê de Bacias do Doce (CBH-Doce). O comitê é presidido por membro indicado do Ministério do Meio Ambiente, e entre seus objetivos destacamos: orientar as ações da Renova; definir diretrizes para execução e

elaboração dos programas; avaliar, monitorar e fiscalizar a elaboração e execução dos planos. O CIF conta com Câmaras Técnicas para auxiliar nas suas funções e elaborar pareceres para fundamentar suas deliberações com relação aos projetos enviados pela Fundação para parecer e aprovação.

Devido à natureza multijurisdicional das competências legais dos órgãos governamentais, os principais órgãos responsáveis negociaram a criação de uma estrutura inovadora: o Comitê Interfederativo, ou CIF. O CIF é composto por 11 Câmaras Técnicas, onde representantes de 70 órgãos de governo (federal, estaduais e municipais) se reúnem para elaborar as diretrizes de implementação dos 42 programas. O CIF, sob recomendação de suas Câmaras Técnicas, orienta as ações realizadas pela Fundação Renova, uma fundação privada criada em agosto de 2016 para implementar as medidas de mitigação. A Renova é financiada pela Samarco. (SÁNCHEZ et al., 2018, p. 15).

As Câmaras Técnicas⁹⁸, portanto, são instâncias prioritárias da discussão técnica sobre os projetos e avaliam e recomendam, ou não, a aprovação do projeto encaminhado, incluindo discussões e sugestões para atender aos interesses dos atingidos. Esses representantes do poder público assumem a responsabilidade de atuar nas recomendações e ajustes às ações, e “nem sempre encontra curso fácil para exercer seu poder disciplinar sobre as estratégias da Fundação Renova para driblar os interesses públicos em favor dos interesses corporativos das mantenedoras” (ZORZAL; CAYRES; SOUZA, 2019, p. 480).

Na maioria das vezes as notas técnicas tratam de problemas de inadequação, inconsistências e/ou desrespeito às cláusulas do TTAC, contidos nas propostas apresentadas pela Renova ao CIF. Como resultado, instala-se um círculo vicioso, que faz com que uma dada proposição retorne diversas vezes a Fundação Renova, para que seja revista e alterada segundo as exigências apresentadas pela Câmara Técnica que a analisou. Em termos processuais, essa dinâmica gera morosidade e descompassos entre o que está sendo discutido no âmbito das Câmaras Técnicas e do CIF, e o que de fato está ocorrendo nos territórios atingidos. (ZORZAL; CAYRES; SOUZA, 2019, p. 480).

De acordo com o TTAC, a Fundação será composta por: i) **Conselho de Curadores** composto por sete membros, sendo dois da Samarco, dois da Vale, dois da BHP e um do CIF, responsável por aprovar os programas e projetos que deverão ser propostos para a Diretoria Executiva, sendo ouvido o Conselho Consultivo; ii) **Diretoria Executiva** – responsável por elaborar, propor, viabilizar e executar ações aprovadas pelo Conselho de Curadores, além das

⁹⁸ São onze Câmaras Técnicas: Comunicação, participação, diálogo e controle social (CT-CPDCS); ii) Organização social e auxílio emergencial (CT-OS); iii) Educação, cultura, lazer e informação (CT-ECLET); iv) Saúde (CT-Saúde); v) Indígena e povos e comunidades tradicionais (CT-IPCT); vi) Economia e inovação (CT-EI); vii) Conservação e biodiversidade (CT-Bio); viii) Gestão dos rejeitos e segurança ambiental (CT-GRSA); ix) Restauração florestal e produção de água (CT-Flor); x) Segurança hídrica e qualidade da água (CT-SHQA); xi) Reconstrução e recuperação de infraestrutura (CT-Infra) (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021, online).

ações rotineiras da fundação; será composta por membros eleitos pelo conselho de curadores; iii) **Conselho Consultivo** da Fundação, composto por 17 membros e inclui cinco representantes da comunidade, representantes de instituições de ensino (5), membros do Comitê de Bacias do Doce (5) e membros da comissão interministerial para recursos do mar (2) e tem por objetivo assessorar e opinar sobre planos e indicar ações e soluções, sendo o espaço para ouvir as associações de defesa dos direitos dos impactos e estabelecer canais de participação da sociedade civil; iii) **Conselho Fiscal**, composto por sete membros, sendo as indicações do conselho curador (1), Samarco (1), Vale (1), BHP (1), MG (1), ES (1) e União (1). Além de conselho fiscal, o TTAC criou um painel de especialistas e exigiu auditoria independente.

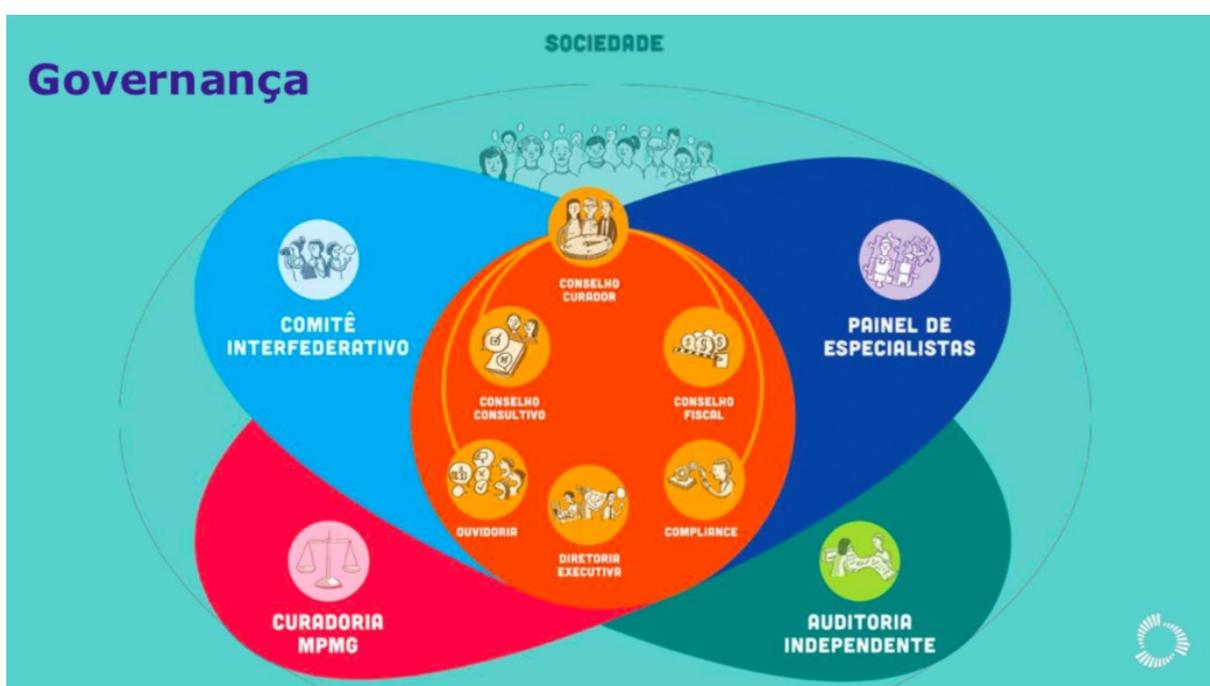


Figura 31 – Governança da Fundação Renova

Fonte: Renova (2016, p. 19-20).

As áreas de atuação da Fundação concentram-se em três eixos: 1) Pessoas e comunidades (Identificação e indenização; Educação e cultura; Saúde e bem-estar; Comunidades tradicionais e indígenas; Fomento à economia; Engajamento e diálogo)⁹⁹; 2)

⁹⁹ **PROGRAMAS RELACIONADOS EIXO 1:** Cadastro dos impactados / Ressarcimento e Indenização dos Impactados / Proteção e Recuperação da Qualidade da Vida dos Povos Indígenas / Qualidade de vida dos outros povos e comunidades tradicionais / Proteção Social / Diálogo, Comunicação e Participação Social / Recuperação de Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar / Memória Histórica, Cultural e Artística /

Terra e água (Uso do solo; Gestão hídrica; Manejo de rejeito; Biodiversidade; Assistência aos animais; Inovação)¹⁰⁰; 3) Reconstrução e Infraestrutura (Reassentamento; Contenção de rejeito; Tratamento de água e efluentes; Infraestrutura urbana e acessos)¹⁰¹. Na interação com as Câmaras Técnicas, uma série de conflitos e tensões são geradas, com relação a aspectos metodológicos, à definição dos conceitos e à interpretação do TTAC. Os atores criticam a Fundação por não ser independente dos interesses das mineradoras, como era preconizado, e por dificultar o acesso aos direitos e ao reconhecimento. Ouvimos e acompanhamos reuniões em que, mesmo anos depois do evento, a definição de impactado, de vulnerabilidade, essenciais no escopo de projetos emergenciais, voltavam à questão com risco de limitar atingidos.

A Fundação Renova conta com sua própria estrutura de governança, desenhada no TTAC (2016). A governança fundacional da Renova foi objeto de tese recém defendida na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, na qual Thiago Neves (em fase de elaboração¹⁰²) identifica a relevante assimetria de informações entre os agentes e ressalta que não há tratamento adequado a situações de conflitos de interesse, havendo alta influência das mantenedoras, a saber as mineradoras. Para o autor, o dispositivo regulatório criou dois fóruns de deliberação e identificou conflito entre Conselho Curador, CIF e Diretoria Executiva.

Zorzal, Cayres e Souza (2019, p. 475) destacam:

decorrem desse modelo institucional dinâmicas muito complexas na interação entre os governos e suas diversas instituições envolvidas, o Comitê Interfederativo e as Câmaras Técnicas, de um lado e, a Fundação Renova e suas

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer / Saúde Física e Mental da População Impactada / Auxílio Financeiro Emergencial / Educação Ambiental / Informação para a População / Comunicação Nacional e Internacional / Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras / Desenvolvimento e Diversificação Econômica / Recuperação de Micro e Pequenos Negócios / Estímulo à Contratação Local / Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários (RENOVA, 2020)

¹⁰⁰ **PROGRAMAS RELACIONADOS EIXO 2:** Assistência aos Animais / Reservatório Usina Hidrelétrica Risoleta Neves / Retomada das Atividades Agropecuárias / Manejo dos Rejeitos / Recuperação da Área Ambiental 1 / Recuperação das Áreas de Preservação Permanente / Recuperação das Nascentes / Conservação da Biodiversidade / Recuperação da Fauna Silvestre / Fauna e Flora Terrestre / Monitoramento da Bacia do Rio Doce / Preparação para as Emergências Ambientais / Unidades de Conservação / Implementação de CAR e PRA / Promoção da Inovação (RENOVA, 2020).

¹⁰¹ **PROGRAMAS RELACIONADOS EIXO 3:** Reconstrução de Vilas / Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas / Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água / Coleta e Tratamento de Esgoto / Sistema de Contenção dos Rejeitos e Tratamento dos Rios / Gestão de Riscos Ambientais (RENOVA, 2020).

¹⁰² Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração – FEA-USP – com o título: Governança e alta gestão em organizações sem fins lucrativos multistakeholder: estudo de caso da Fundação Renova. Apresentação da defesa disponível em: <<https://youtu.be/WalpM2L2DL0>>.

mantenedoras, de outro. A forma como esse conjunto de instituições governamentais e a Fundação Renova visualiza as metas e os objetivos dos programas a serem implementados, confluem para um processo decisório no âmbito do CIF que nem sempre encontra trânsito fácil, o que acaba gerando morosidade na definição dos mesmos e, por conseguinte, a situação de atraso e não atendimento das populações impactadas na urgência necessária que a situação de desastre socioambiental exige.

A Renova, criada para cumprir as determinações judiciais de reparação, reúne técnicos, especialistas e dezenas de entidades/consultorias que prestam serviços socioambientais envolvendo em torno de sete mil pessoas no processo de reparação (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019). Seguem algumas das críticas dos atores sobre a **passagem** da reparação da Samarco para a Fundação Renova: i) “foi uma forma de esconder as mineradoras” e “blindá-las”, sendo uma “jogada de marketing” para que seus nomes não aparecessem; ii) “era melhor negociar com quem decide”, com a empresa em si, do que com a Fundação; iii) a “Fundação foi criada para gastar o dinheiro dos atingidos”, pagar altos salários, contratar empresas de consultoria, gastar dinheiro em uma estrutura autocentrada que só serve aos interesses das empresas, não com finalidade da reparação em si. A “Samarco, a Vale e a BHP criaram uma fundação, chamada Renova, que tenta assumir o ônus da recuperação de uma forma que desvincule esse processo dos nomes das empresas que a financiam” (FOLHA DE S.PAULO, 26 de outubro de 2016, grifos nossos).

Como visto, surgem críticas na arena sobre os processos para a criação da reparação e dos instrumentos criados. Na próxima seção aprofundamo-nos nas críticas e alertas lançados sobre essas dimensões.

4.2.2.1 Críticas na arena: uma questão técnica e política

No campo do direito, uma série de argumentos foram lançados na crítica ao dispositivo de reparação criado. Há críticas sobre a estrutura, o procedimento e a coordenação do Estado, considerando-se que não avança a **reparação dos atingidos**, tampouco em **instrumentos de regulação** que possam evitar novos rompimentos, desaprovando-se, inclusive, a falta de “vontade política” das casas legislativas:

- O Brasil está em crise política e econômica. E parece sem clima para discutir meio ambiente. Não deveria. O desastre e o impacto sobre a indústria da mineração estão aí para deixar claro que é preciso mudar, que há grandes erros. Isso é urgente - salienta Porto, especialista em Direito ambiental e econômico. [...] O coordenador de Meio Ambiente do MP de Minas, promotor Carlos Eduardo Pinto, afirma que as tragédias ambientais do Brasil estão associadas a descasos no licenciamento:
- É claro que precisamos de mudanças. Mas elas devem ser de aperfeiçoamento. É preciso estruturar os órgãos de licenciamento. Os órgãos ambientais federais e

estaduais estão sucateados. O licenciamento é o maior instrumento de prevenção. Falhou em Mariana. Não pode falhar mais. (O GLOBO, 14 de novembro de 2016, grifos nossos).

Nessa notícia, o promotor lança na cena da mídia o destaque para discutir meio ambiente e licenciamento, mesmo “sem clima”. Na data da notícia, o presidente já era Michel Temer, que assume no final de agosto de 2016 no lugar da presidente impedida. O processo de *impeachment* foi aberto em dezembro de 2015, e, desde então, iniciaram-se as batalhas políticas e jurídica em torno da crise política. A presidente foi afastada em 12 de maio e, em 31 de agosto, perdeu o cargo. No corpus, identificamos notícias que indicam a pressão de deputados de Minas para a troca do comando da Vale. Destacam-se, ainda, a tensão nos municípios que dependem da mineração em decorrência do crime-desastre e a queda do valor de mercado na empresa desde 2010.

Após a conclusão do processo de impeachment, caso o afastamento de Dilma Rousseff seja confirmado, as pressões sobre o presidente interino, Michel Temer, para a troca de comando na Vale devem ser retomadas, segundo fontes. O movimento seria liderado pela bancada mineira do PMDB, insatisfeita com as demissões promovidas no estado pelo presidente da Vale, Murilo Ferreira, ao longo do ano passado e com o impacto do acidente da Samarco, empresa da qual a mineradora é sócia ao lado da australiana BHP, em Mariana (MG). No ano passado, a Vale interrompeu algumas unidades de beneficiamento de minério de ferro no estado que tinham custo mais alto e demitiu centenas de pessoas. A tragédia da Samarco, após o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro, agravou a situação dos municípios mineiros. A Vale ainda discute na Justiça uma ação, de autoria da União e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para que a mineradora desembolse R\$ 20 bilhões para recuperar a Bacia do Rio Doce, atingido no acidente. [...] O valor de mercado da Vale caiu mais de 80% desde 2010. Suas concorrentes BHP e Rio Tinto recuaram 67% e 59%, respectivamente. Uma primeira tentativa de afastar Ferreira da presidência foi ensaiada em maio. Na ocasião, o então ministro do Planejamento Romero Jucá (PMDB-RR) era quem articulava a troca de comando na mineradora nos bastidores. Assim como o governo Temer mudou o comando das estatais, afastando executivos ligados ao PT, a ideia era substituir Ferreira, pois ele era próximo de Dilma. Com a saída de Jucá, as pressões perderam força. Segundo fontes ligadas aos fundos de pensão, a tendência é encontrar ‘saída menos traumática’ e esperar o fim do mandato de Ferreira, que termina em abril de 2017. Interlocutores de Temer afirmam que ‘só haverá troca no próximo ano’. (O GLOBO, 26 de agosto de 2016, grifos nossos).

A empresa, os municípios, o Governo, os órgãos ambientais e o meio ambiente são vistos como em crise, cada um com suas cenas e problematizações. Essas arenas se cruzam nas explicações que os atores dão sobre o desastre, por meio das quais eles lançam críticas aos interesses das empresas causadoras do desastre, aos jogos políticos implicados, aos interesses em jogo.

Trata-se de um período para sugerir mudanças, e o promotor lança o argumento sobre a importância do licenciamento ambiental e da estruturação dos órgãos ambientais. Ele aponta o licenciamento como prevenção. Uma **lógica da falha** é associada ao processo de

licenciamento e fiscalização. No modo de denúncia, tragédias ambientais podem ser evitadas pelo funcionamento desses instrumentos. Somam-se a essas críticas sobre processo de licenciamento a dificuldade de o desastre entrar na agenda pública, em meio às crises política e econômica. Assim, os pesquisadores da área do direito, como portadores de causa, lançam alertas:

Um ano após o maior desastre ambiental da História, o Brasil se mantém despreparado. A lama despejada pelo rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco, em novembro de 2015, ainda avança para os rios da Bacia do Rio Doce. Praticamente parada está a discussão sobre o licenciamento ambiental, principal instrumento para prevenir desastres. E, em caso de falência da Samarco, que não opera desde a tragédia, o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) acertado com os governos federal e dos estados de Minas e Espírito Santo é omissos e não prevê garantias de pagamento. O alerta está no recém-lançado 'Depois da lama', editado pela FGV Direito Rio e organizado por Joaquim Falcão, Antônio José Maristrello Porto e Paulo Augusto Franco de Alcântara. A obra analisa os desdobramentos jurídicos e institucionais do desastre. E compara o TTAC ao acordo assinado pelos EUA com a petroleira BP, causadora de desastre ambiental no Golfo do México em 2010. Este tem uma cláusula que garante o pagamento de indenizações e reparações em parcela única, caso a empresa venha a falir ou pedir reestruturação societária. (O GLOBO, 14 de novembro de 2016).

Ao destacar as falhas na construção dos **instrumentos**, os pesquisadores do direito trazem, a partir do exemplo da tragédia do Golfo do México, uma reflexão sobre as precauções com relação a um processo de falência da empresa responsável e continuam a crítica com relação aos papéis, considerando o dispositivo criado falho:

- Não avançamos. Se acontecesse outro desastre agora, continuaríamos com as mesmas dúvidas. Quem faz o quê? Quais os papéis de União, estados e municípios? Não saberia dizer juridicamente - destaca o professor Maristrello Porto [...]. O livro destaca ainda a falha do TTAC, que levou à criação da Fundação Renova, para reparar danos, e teve a homologação suspensa em agosto.
- Além de não dar voz aos atingidos nem na elaboração nem no conselho de curadores da Renova, o TTAC tem outros pontos problemáticos. Ele coloca os recursos e a execução de medidas nas mãos de um conselho integrado pela Samarco e suas controladoras Vale e BHP Billiton. Não me parece confortável que o causador dos danos os resolva - diz Porto. Ele destaca que a ideia de estabelecer um limite de recursos também não é adequada.
- Os R\$ 20 bilhões do TTAC parecem muito dinheiro. Mas podem não ser suficientes, já que sequer a verdadeira dimensão do dano é conhecida. Para Paulo Alcântara, a criação da Renova é sobretudo uma estratégia para tentar assegurar a reputação global da mineração, com uma aparente isenção na execução dos projetos de reparação de danos.
- Na tragédia do Golfo do México, coube aos EUA a gestão da reparação dos danos. A BP só pagou. Aqui, ao ter no conselho da Renova a empresa que causou o desastre e suas controladoras e não dar assento no conselho a representantes das vítimas, é como colocar o lobo para tomar conta do galinheiro - diz Alcântara. (O GLOBO, 14 de novembro de 2016, grifos nossos).

Entre as falhas, estão também: definição dos papéis, falta de participação dos atingidos no conselho de curadores (em que 85% dos membros são das empresas), definição de valores sem definição da verdadeira dimensão do desastre. Ao destacar as falhas na

construção dos **instrumentos**, os pesquisadores do direito trazem, a partir do exemplo da tragédia do Golfo do México, uma reflexão sobre os papéis e espaços de decisão aos atores desenhados no sistema de governança da reparação. Afinal, uma Fundação, criada por um acordo entre Estado e mineradoras e que tem nos membros do conselho curador as empresas, seria legítima para implementar o processo de reparação?

Outra crítica, em modo de denúncia, evidencia o engajamento de pesquisadores que, frente aos desafios do processo de reparação, indignam-se e lançam alerta sobre as condições físicas e mentais dos atingidos ante a lentidão de um processo que anda no papel:

Quase nada de concreto foi feito para reparar os danos à natureza provocados ao longo da Bacia do Rio Doce e para socorrer as famílias atingidas pela maior catástrofe socioambiental da história do país, ocorrida há mais de um semestre. A denúncia é do professor e biólogo Ricardo Motta Pinto Coelho, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB/UFMG), que alerta para o agravamento das condições de saúde física e mental dos afetados. ‘O Rio Doce ainda está com suas águas poluídas e os peixes, contaminados’, diz o especialista, lembrando que uma lista de ações que foram prometidas ou deveriam ser realizadas continua no papel. O especialista lembra que, passados mais de seis meses da catástrofe que tirou a vida de 19 pessoas, diversas ações anunciadas para conter os danos ficaram somente na conversa. ‘Nunca se viu tanto blá-blá-blá na história do Brasil’, denuncia. Lembrando que até hoje ‘ninguém foi preso ou punido’, ele ressalta que a Samarco não pagou ainda nenhuma multa ao governo para recuperação ambiental. ‘Recursos congelados não despoluem o ambiente, e a deterioração aumenta a cada dia’, alerta. Segundo o biólogo, vários problemas decorrentes do rompimento da barragem continuam sem solução. ‘Nos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, os ribeirinhos sofrem com nuvens de poeira tóxica. A pesca em Regência (na foz do Rio Doce, no Espírito Santo) está interrompida’, exemplifica. Ricardo Motta Pinto Coelho aponta como um dos problemas mais sérios a falta de perspectivas econômicas para as milhares de famílias de pequenos produtores e pescadores atingidas pelo desastre ao longo do Rio Doce. Para ele, em vez de simplesmente pagar uma compensação mensal às famílias, deveria ser realizado um estudo para a realocação dos atingidos e para criar meios de renda para eles. ‘É preciso oferecer alternativa econômica a essas pessoas. Podem pagar até R\$ 5 mil para cada família que não resolve. É preciso repensar a relação do homem com o rio; é necessário elevar a autoestima das pessoas. Dar somente o dinheiro, sem novas perspectivas de vida, vai aumentar as taxas de suicídio, alcoolismo e de consumo de drogas’, alerta o biólogo da UFMG. (ESTADO DE MINAS, 15 de maio de 2016, grifos nossos).

As nuvens de poeira tóxicas e os peixes contaminados aliam-se à falta de perspectiva, de alternativas, como riscos à saúde. Em seu alerta, na mídia, o biólogo Ricardo Motta Pinto Coelho destaca que as medidas financeiras de compensação, sem perspectiva, podem levar ao aumento das taxas de suicídio, alcoolismo e consumo de drogas. Sistematizamos o alerta do especialista para a relação que é construída no processo de reparação em três sentidos: i) interromper o curso dos efeitos nas condições físicas no presente; ii) (re)construir as relações econômicas; iii) possibilitar futuros, imaginados/imagináveis aos atingidos. Águas e peixes contaminados e atingidos

vulnerabilizados são as provas de que é preciso interromper a trajetória do desastre, mas também trabalhar na abertura de futuros, de perspectivas econômicas e resgatar modos de vida (relação homem com o rio), porque se conectam. A reparação estabelecida, com auxílio emergencial e indenizatório (moeda), é criticada por não abrir possibilidades de futuro e imprimir uma relação econômica de dependência, que é ela-mesma geradora de problemas sociais.

Como repertórios frente à estrutura do TTAC na arena, identificamos as seguintes críticas ao dispositivo: i) é um acordo entre as partes envolvidas no crime-desastre – uma acusação direcionada; ii) exclusão de atores centrais no processo – os atingidos – com baixa participação e controle social – uma acusação de injustiça; iii) a definição sobre os projetos fica em aberto, sem uma necessária compreensão do escopo de atuação, sem defini-lo – acusação procedimental; iv) há lentidão e sobreposições na estrutura de governança criada – acusação técnica; v) sobrecarrega o trabalho de servidores públicos que atuam no arranjo e mantêm suas atividades nos órgãos de origem, enquanto a Renova tem equipes dedicadas e contrata consultorias e assessorias – alerta sobre a estrutura de governança.

A Força-Tarefa de investigação dos Ministérios Públicos Federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo emite nota criticando a celebração do acordo e torna-se um ator central contra o discurso oficial sobre o processo. Nomeia-se, em conferências e eventos, o acordo de **acordo**, como forma de nomear o novo problema e de lançar um alerta (CEFAÏ, 2017a; CHATEAURAYNAUD, 2011). Em nota, o MPF afirma:

A Força-Tarefa considera a legislação socioambiental brasileira avançada e afirma que o acordo, nos moldes como foi desenhado, além de não garantir a reparação integral do dano, não segue critério técnico. Também não observou os direitos à informação e de participação das populações atingidas e, com relação aos povos e comunidades tradicionais, o direito à consulta prévia, livre e informada. Para o Ministério Público, o Termo de Ajustamento e de Transação celebrado entre o poder público e as empresas Samarco, Vale e BHP não tutela de forma integral, adequada e suficiente os direitos coletivos afetados, diante da ausência de participação efetiva dos atingidos nas negociações e da limitação de aportes de recursos por parte das empresas para a adoção de medidas reparatórias e compensatórias. Além disso, concedeu-se injustificadamente tratamento beneficiado à Vale e à BHP Billiton, vulnerando a garantia de responsabilização solidária. A FT destaca também que o acordo desconsidera a garantia de responsabilidade solidária do próprio poder público para a reparação do dano, não tendo sido nem sequer estabelecidos mecanismos jurídicos capazes de garantir a efetividade do cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas, o que transformou o ajustamento em algo próximo de uma carta de intenções. (MPF, 2016b, grifos nossos).

Ao longo do processo, críticas destacam a lentidão da reparação e o despreparo do próprio Estado para enfrentar os desastres, e os atores do Ministério Público, então, lançam suas reivindicações: **reparação integral, participação dos atingidos e responsabilidade**

solidária do Estado. Eles colocam em suspeita os acordos de reparação e as representações e tutelas dos interesses dos atingidos. A pergunta que está subjacente é: “qual a legitimidade dos atores que falam em nome dos atingidos nos acordos?”. O Estado, que assina o acordo e defende o discurso da celeridade e da garantia de justa reparação, é acusado de estar lado a lado com as empresas no desastre, inclusive desde sua constituição (associada ao processo de licenciamento falho). Assim, ele é visto como corresponsável pelo crime, pela **falha na regulação e fiscalização**, por limitar o aporte de recursos, nas cláusulas, mesmo com as incertezas postas, e por **tutelar direitos** na cena jurídica sem a participação dos atingidos ou seus representantes. O Estado traz para si a função de estabelecer o acordo para garantia do direito das vítimas e do controle social sobre o processo de reparação. No entanto, ao trazer para si a tutela, afasta a participação dos atingidos na construção dos seus direitos, colocando-os como membros de um conselho consultivo, em que não participam dos acordos ou das instâncias de deliberação do processo. Sintetizamos, na Figura 32, as principais críticas:

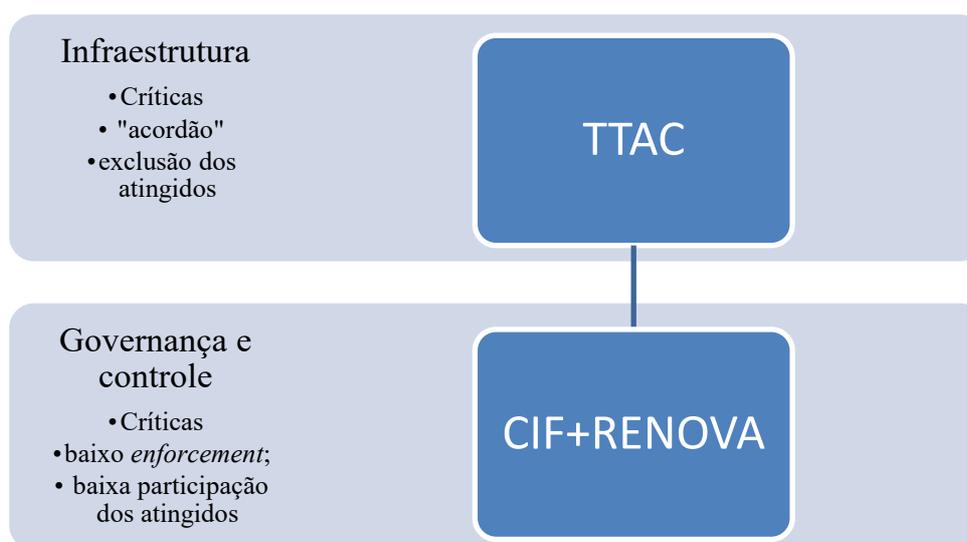


Figura 32 – Dispositivos e instrumentos na reparação

Fonte: elaborado pelo autor.

O MPF não aceitou o acordo do TTAC, de 20 bilhões em 15 anos para a reparação, e entrou com ação contra a Samarco em 2017, estimando em 155 bilhões os prejuízos. Iniciou-se, então, um processo para encontrar ajustes ao TTAC. Durante esses caminhos da construção dos instrumentos, atores da Justiça, Ministérios Públicos (MPs) e Defensorias Públicas (DPs) se mobilizam para propor melhorias no dispositivo de reparação. Entre os ajustes destacamos: i) no âmbito da ACP 0023863-07.2016.4.01.3800, celebrou-se o Termo de Acordo Preliminar (TAP) em 18/01/2017, que estabeleceu a contratação de *experts* e

assessorias para auxiliar Ministério Público Federal no diagnóstico das ações de reparação, aditivado em 16/11/2017 com objetivo de substituir a consultoria escolhida para o eixo socioeconômico por outra entidade e outras adequações; ii) no âmbito da ACP 69758-61.2015.4.01.3400 e da ACP 0023863-07.2016.4.01.3800, celebrou-se o Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), assinado em 25/06/2018 pela Samarco, Vale e BHP, demais signatários do TTAC e os Ministérios Públicos Federal (MPF), Estaduais de Minas Gerais (MPE-MG) e do Espírito Santo (MPE-ES) e Defensores Públicos da União (DPU) e dos referidos Estados (DPE-MG; DPE-ES), que previu alteração no processo de governança, com mecanismos e instâncias de participação, e no processo de negociação para repactuação de programas, projetos e ações.

O Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), tinha por objetivo organizar a contratação de peritos e assistentes técnicos para auxiliarem o MPF no diagnóstico dos danos socioambientais e socioeconômicos. Ficou estabelecido pelo TAP, dentre outros pontos, que a Integratio seria a responsável pelo diagnóstico socioeconômico e pela assistência técnica aos atingidos. No entanto, essa escolha não agradou a população atingida que não teve sequer a oportunidade de se manifestar para a produção do documento e já estava se organizando no campo com o auxílio de outros atores, tais como o MAB e a Cáritas. Sendo assim, após diversas manifestações contrárias por parte dos atingidos e atingidas, o MPF organizou um grupo de trabalho, convidando alguns atores da sociedade civil que estivessem de alguma forma envolvidos com o caso do rompimento da barragem, tais como movimentos sociais, grupos religiosos e acadêmicos, entre outros. Após muitas rodadas de discussão com representantes desses grupos sociais, o MPF, no tocante ao eixo socioeconômico, propôs um termo aditivo ao TAP que se preocupou com a reformulação do sistema de diagnóstico de danos socioeconômicos, bem como com uma estruturação das assessorias técnicas aos atingidos, mais concernente com as demandas da população em questão. (ROLAND et al., 2018, p. 5, grifos nossos).

Vemos, portanto, que o TAP proposto pelo MPF sofreu as mesmas críticas sobre ausência de participação das populações atingidas. Entre as ações, destacamos a contratação de organizações para realizarem perícias, assessoria e/ou assistência técnica ao MPF e aos atingidos.

- LACTEC, para o diagnóstico socioambiental;
- INTEGRATIO, para o diagnóstico socioeconômico e assistência aos atingidos;
- RAMBOLL, para a avaliação e monitoramento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica;
- BANCO MUNDIAL, ou outra entidade definida pelas partes, para coordenação dos trabalhos e consultoria ao MPF. (TAP, 2017, p. 2).

Com as críticas na esfera pública, os movimentos sociais lançaram alertas sobre possíveis conflitos de interesse, tendo em vista contrato anterior da Integratio com a Samarco na prestação de serviços e que a Lactec tinha a Vale como cliente (LOSEKANN; MILANEZ, 2018). Desse modo, celebrou-se aditivo ao TAP para trocar a Integratio pelo Fundo Brasil de

Direitos Humanos (Fundo Brasil) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A primeira, para auxiliar as comunidades na contratação de Assessorias Técnicas:

possui expertise em desenvolvimento sustentável e Direitos Humanos, para, segundo a melhor técnica e em cumprimento aos deveres de legalidade, moralidade, independência técnica, autonomia e responsabilidade, realizar a coordenação e contratações de assessorias técnicas às pessoas atingidas, dar suporte à realização de audiências públicas junto às comunidades atingidas e às consultas prévias a serem realizadas, pelos órgãos públicos, aos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, acompanhar o diagnóstico socioeconômico e as ações de reparação das comunidades atingidas, conforme os critérios deste Aditivo (Assessoria Técnica às Pessoas Atingidas). (TAP ADITIVO, 2017, p. 3-4).

E a segunda, para atuar no diagnóstico socioeconômico, com a seguinte justificativa:

possui expertise em desenvolvimento sustentável, avaliação e valoração de impactos de grandes empreendimentos e Direitos Humanos, para, segundo a melhor técnica e em cumprimento aos deveres de legalidade, moralidade, independência técnica, autonomia e responsabilidade, realizar diagnóstico e avaliação dos danos socioeconômicos nos modos de vida das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, incluso os povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, ao longo da Bacia do Rio Doce e áreas litorâneas atingidas pelos rejeitos (Diagnóstico Socioeconômico) (TAP ADITIVO, 2017, p. 4).

Mais uma vez, questiona-se a indicação de uma das consultorias, dessa vez da FGV, já que a Vale integrava Conselho de Curadores da FGV, mas, ainda assim, a FGV foi mantida. Segundo Losekann e Milanez (2018), a implementação das assessorias pelo aditivo do TAP “nunca chegou a ser realizada integralmente e seu cumprimento ficou atrelado ao novo acordo que recomendava a revisão da governança no TTAC”. Surge, então, mais um acordo, em cima dos acordos anteriores, para corrigir e ajustar o processo de governança. Com o TAC-GOV, uma emenda ao TTAC, ao TAP e ao aditivo ao TAP, propuseram-se os seguintes princípios:

Cláusula segunda. O presente ACORDO rege-se pelos seguintes princípios:

- I. A efetiva participação das pessoas atingidas na criação, discussão, avaliação e fiscalização dos PROGRAMAS, PROJETOS e AÇÕES;
- II. O fortalecimento da atuação conjunta e articulada das esferas de governo na proteção dos direitos das pessoas atingidas pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO;
- III. A transparência na difusão de informações acerca das ações de reparação integral no contexto de reparação dos efeitos do ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO;
- IV. A restauração das condições de vida das pessoas atingidas pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO;
- V. A realização de pesquisas e diagnósticos, considerando as diversidades regionais, para fins de cumprimento das obrigações estabelecidas no TTAC e neste ACORDO;
- VI. A preferência pela contratação e utilização de mão de obra local e o estímulo à contratação de rede de fornecedores locais nas ações tomadas em razão do ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, sempre respeitadas as condições de mercado;
- VII. O acesso amplo e adequado à informação;
- VIII. O estabelecimento de canais de diálogo e de interlocução entre as pessoas atingidas, o PODER PÚBLICO, e as EMPRESAS, a FUNDAÇÃO e a sociedade;
- IX. A execução de medidas de reparação integral que sejam adequadas à diversidade dos danos decorrentes do ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO;
- X. O reconhecimento, na implementação dos PROGRAMAS, PROJETOS e AÇÕES de reparação integral, da especificidade das situações de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e doentes crônicos, entre outros;
- XI. O reconhecimento das especificidades e singularidades de cada povo indígena, quilombola e tradicional, quando da reparação integral dos danos;
- XII. A transparência no processo de pesquisa e definição dos parâmetros de indenização das pessoas atingidas, assegurada a sua participação nos termos do TTAC e deste ACORDO;
- XIII. A proteção dos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, sobretudo no que tange à implementação e observância de consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção no. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT;
- XIV. O reconhecimento dos princípios previstos no TAP, no ADITIVO AO TAP e na cláusula 7 do TTAC, respeitadas as alterações do presente ACORDO.

Box 2 – Princípios TAC-GOV (2018)

Fonte: TAC-GOV (2018).

O TAC-GOV (2018) inclui no arranjo, de forma institucionalizada, instâncias consultivas formadas exclusivamente por atingidos, com apoio das assessorias técnicas. Essa inclusão “responde, em parte, a um processo de mobilização que foi ampla e difusamente brotando entre as pessoas atingidas nos territórios, e articulado de forma mais organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras organizações que surgiram no processo” (LOSEKANN, MILANEZ, 2018, p. 31). São criadas, desse modo, as comissões locais, as câmaras regionais e o fórum de observadores (Quadro 3).

Assim, as Assessorias Técnicas, contratadas e coordenadas pelo Fundo Brasil, um dos *experts* do Ministério Público (MP), deverão construir conhecimento sobre o processo junto aos atingidos, ao lado do Fundo Brasil, do MP e da Defensoria Pública (DP). Cada Comissão Local deverá contar com uma Assessoria Técnica. Segundo Losekann e Milanez (2018), o Fórum de Observadores funcionaria como uma segunda instância de participação,

em que os indicados pelas Comissões Locais dialogariam com acadêmicos e movimentos sociais para construir suas avaliações críticas sobre o processo, avaliando programas e *experts*.

Quadro 3 – Novas instâncias da estrutura de governança

Comissões locais (Cláusula 8)	Câmaras Regionais (Cap. 6)	Fórum de observadores (Cap.5)
<ul style="list-style-type: none"> • Formados voluntariamente por atingidos residentes nos municípios atingidos, respeitando a autoorganização com apoio de Assessorias Técnicas - inicialmente 19, limite 39; • Expert do MP auxiliando na constituição e indicação de treinamento em gestão participativa de políticas públicas e em monitoramento e controle social que garantam recuperação e gestão sustentável da bacia do Rio Doce 	<ul style="list-style-type: none"> • Até 6 câmaras regionais • MP, DP, CIF, CTs direito à participação em reuniões, mas sem direito a voto, sendo obrigatória a presença de representantes da FR; • Forma de participação será de decidida pelos próprios atingidos com apoio do expert do MP responsável pela contratação de assessorias técnicas e da própria assessoria técnica contratada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Composto por representantes da sociedade civil (12), de grupos acadêmicos, das pessoas atingidas e dos povos e comunidades tradicionais atingidos;

Fonte: elaborado pelo autor com base no TAC-GOV (2018).

Além disso, o TAC-GOV (2018) propôs a seguinte reestruturação do CIF: i) dois representantes do MMA; ii) dois outros representantes do Governo Federal; iii) dois representantes do Estado de MG; iv) dois representantes do Estado do ES; v) dois representantes de municípios atingidos em MG; vi) um representante de municípios atingidos no ES; vii) três pessoas atingidas ou técnicos por elas indicados; viii) um técnico indicado pela Defensoria Pública; ix) um representante do CBH-Doce. No parágrafo segundo da 36ª. Cláusula, destaca-se que a indicação de atingidos será articulada pelas Câmaras Regionais.

O Conselho de Curadores passa de sete para nove membros com o TAC-Gov, incluindo 2 membros indicados pelas Câmaras Regionais, e o Conselho Consultivo de 17 membros para 19 com a seguinte composição: i) quatro membros indicados pelo CBH-Doce, preferencialmente entidades civis; ii) sete atingidos; iii) dois representantes de organizações não governamentais, um atuante na área marinha e outro na defesa de direitos socioambientais na área atingida; iv) três representantes de instituições acadêmicas, um indicado pela FR, outro pelo CIF e outro pelo MP; v) dois representantes de entidades da área de Direitos

Humanos , um indicado pelo MP e outro pela DP; vi) um representante de entidades atuantes na área de desenvolvimento econômico, indicado pela FR. Assim, a nova estrutura de governança fica ainda mais complicada, conforme vemos na Figura 33.

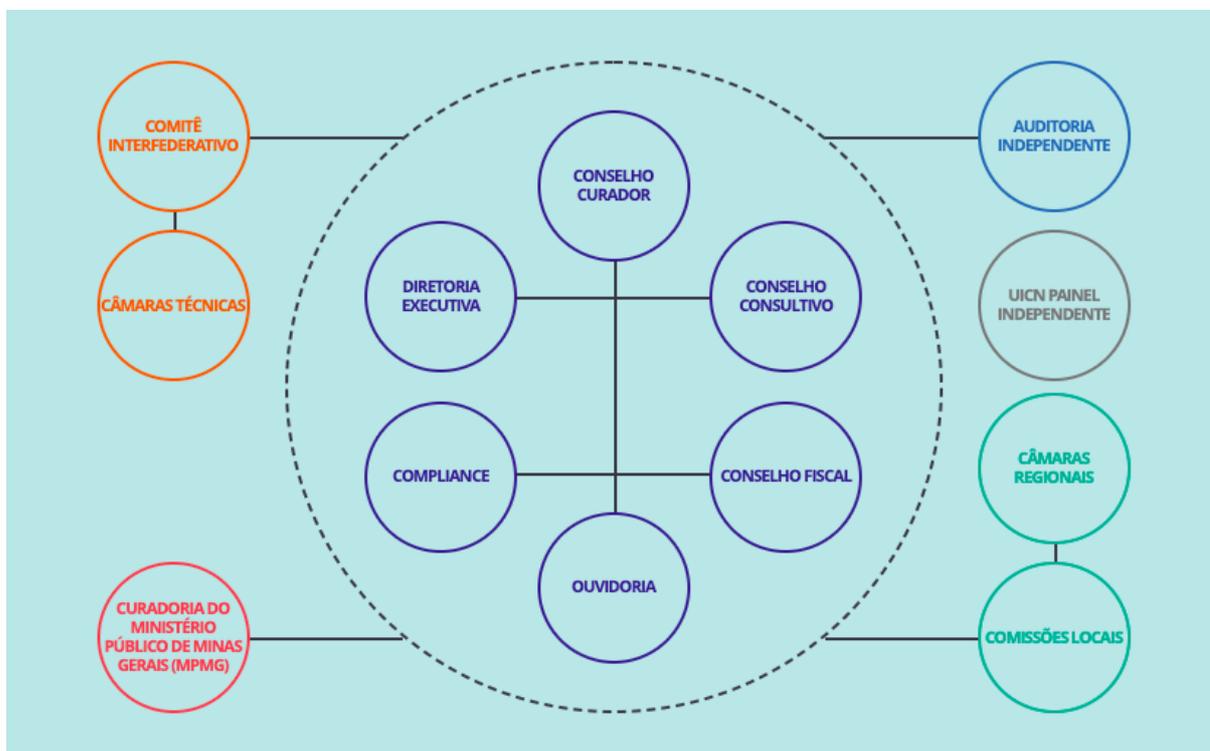


Figura 33 – Arranjo atual do processo de reparação

Fonte: Renova (2020).

Losekann e Milanez (2018, p. 27) consideram que o TAC-Gov apresenta pequenos avanços quando comparado com os acordos anteriores e, com relação à institucionalização da participação, que “esses poucos avanços tendem a ser ainda mais reduzidos devido à excessiva complexidade do desenho institucional proposto”. Entre as críticas que os autores tecem sobre o TAC-Gov, destacamos: i) o uso do termo “participação” aparece 40 vezes com significados e contextos distintos; ii) “é impossível garantir inclusividade no modelo construído” (LOSEKANN; MILANEZ, 2018, p. 35), uma vez que o conceito de atingido é colocado de modo abstrato e falta conhecimento dos públicos em questão; iii) predomina uma noção de participação ligada à ideia de presença, próxima ao modelo de audiências públicas conhecido pelos atores que propõem o modelo, com “potencial risco de se tornar um processo de legitimação das decisões já tomadas” (LOSEKANN; MILANEZ, 2018, p. 36). Losekann e Milanez (2018) questionam também a capacidade institucional dos atores do MP em definir sistemas de participação, tanto por falta de formação – faltando elementos básicos de

planejamento e definições claras de funções e objetivos – quanto de integração com os públicos já existentes. Por fim, destacamos, em consonância com Losekann e Milanez (2018), que os acordos são herdeiros do TTAC, logo também de seus problemas e do modo de operar. Vemos na Figura 34 o complexo sistema de governança, ilustrado por Losekann e Milanez (2018) a partir do TAC-GOV (2018).

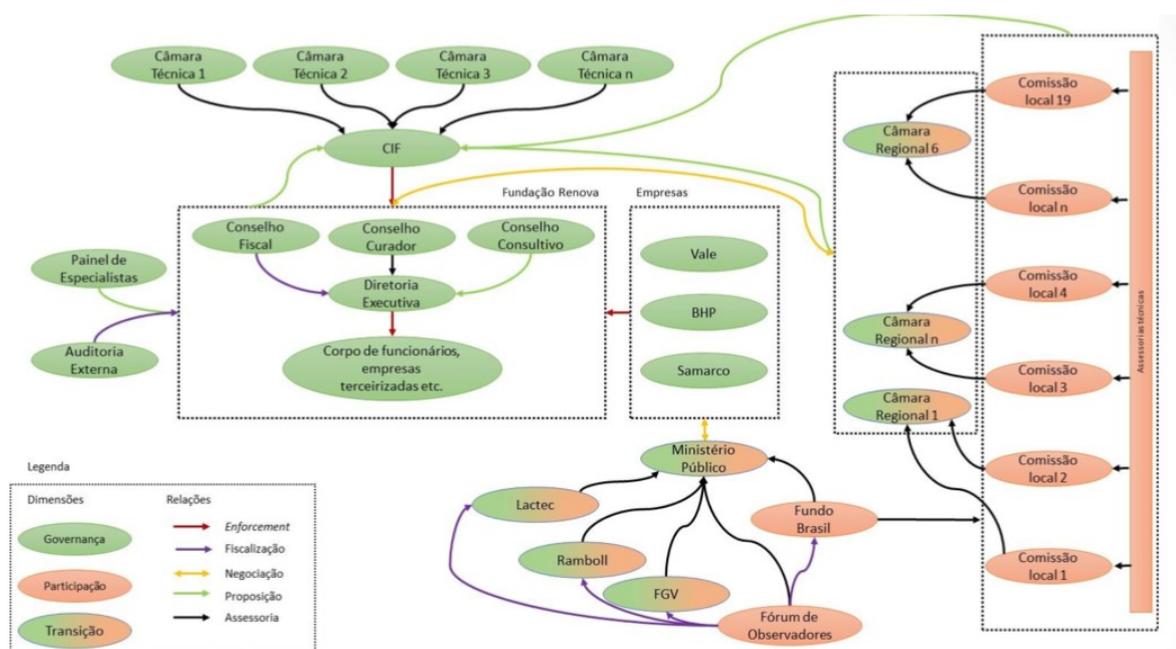


Figura 34 – Esquema ilustrativo das instâncias do TAC-Gov

Fonte: Losekann e Milanez (2018, p. 45).

Vemos, então, uma série de desafios pela falta de clareza dos instrumentos e, sobretudo, por uma espécie de fetiche pelas institucionalidades, mais comitês e espaços de participação, sem sequer integrar os públicos. No decorrer dessas cenas e alertas, temos casas legislativas que lutam por flexibilização da legislação ambiental, e, no curso da reparação, além do *impeachment* e da crise das *commodities*, vemos a eleição de candidato que afirma “não gostar” dos órgãos ambientais. O dispositivo de reparação sofre ajustes, mas, mais do que ficar preso nele, sugerimos aprofundar nos processos a partir dos meios (*milieux*), dos contextos em que a reparação se constrói. Na próxima subseção, destacamos algumas das críticas dos atores no território endereçadas ao dispositivo e seus efeitos.

4.2.2.2 Críticas dos atores no território

A governança montada é muito complexa. Ela é interestadual. Governo Federal no meio coordenando isso. E mudança de governo, saindo do governo do PT,

para o governo do Temer, para o governo Bolsonaro, foi só piorando. Essa complexidade do sistema montado leva à demora, gastos excessivos. Uma fundação criada para reparar isso tudo, que a ideia inicial é boa, né? Uma entidade para ter agilidade, pra aplicar recursos... criou um monstro. Mais de mil funcionários, usando regras mais restritas que o serviço público para gastar o dinheiro. Isso gerou uma descrença. Hoje a gente vive uma descrença no processo e desgaste de quem está vivendo isso há quatro anos, como eu. Estou cansado já!

Entrevistado 13.

A cada novo dispositivo, novos instrumentos, novas pesquisas, novos atores chegam no território com novos discursos e novas representações do desastre e da reparação, e, nessa interação, os atores desenvolvem suas expectativas, e as preensões se movimentam. Muitas ideias boas, alguns “monstros”. Os atores locais elencam aspectos técnicos, econômicos, ecológicos e sociais em suas críticas aos “monstros montados”. Essas críticas estão permeadas também do sofrimento daqueles que vivem com a descrença no processo, o cansaço.

A frase mais comum que a gente escuta é: ‘ah, eu to vindo de Mariana a Regência para avaliar o impacto’, seja social, seja ambiental, ou ‘ah, eu estou indo de Regência a Mariana ...’. Então centenas de projetos de pesquisa e de análise que a gente nem sabe que fim leva. Passam, a gente dá uma entrevista como essa e não sabe muito bem que fim vira isso, fez doutorado, mestrado, mas na prática mesmo não volta nada! E tanto nós, pesquisadores, estamos sentindo isso como a comunidade sente: chega mais uma pessoa fazendo questionário. Isso passou a ser rotina na vida das pessoas e as pessoas tem até estratégia. Sabe quem é, muda a forma de falar e tal. Já tem toda uma percepção disso, né? Essas centenas de pesquisa, então muitos pesquisadores circulando, gera um outro público que não tinha. Isso é um impacto também. (Entrevistado 13).

No excerto que abre esta subseção, o Entrevistado 13 mostra um desgaste. Trata-se, também, de um desgaste e uma descrença pela pesquisa. Introduzo brevemente esta questão. Fomos mais um pesquisador no campo, dialogando sobre questões sensíveis, e, para alguns atores locais, os membros da comunidade já estavam cansados, tinham suas “artimanhas” e estratégias. Como dialogamos na seção metodológica, não se trata de ser ingênuo ou de considerá-los “mentirosos”, mas de levar a sério suas questões. O tema do cartão e das indenizações, por exemplo, talvez esteja entre os mais espinhosos na pesquisa de campo, mas também foi um dos temas mais citados.

Ouvimos na crítica às pesquisas semelhanças àquela crítica que separa teoria e prática, do que se faz com as pesquisas, com os dados, com as entrevistas, quase um “pra que elas servem?”. Nesse posicionamento, até um pouco hostil para quem está no campo, o nosso desafio enquanto pesquisadores deveria ser levar “algo pra prática”. Fomos bem recebidos e tivemos boas interlocuções, mas os atores estavam cansados e queriam respostas. O que era

novo para mim em alguns relatos, para eles era mais uma entrevista que concediam a mais um pesquisador, mais um relato sobre o crime-desastre nos quatro anos de luta que vivenciavam, no momento das entrevistas. Voltaremos nessa questão mais adiante.

Sobre o cartão, parecia-me que, enquanto outras pautas ainda estavam sendo construídas, os atores estavam assimilando ou aguardando os dados – essa agenda estava latente e bem presente no seu cotidiano. Alguns temas interessavam, outros nem tanto. Por exemplo, alguns relativizavam a contaminação do peixe e diziam que havia estudos que provavam que não teria tido alteração, enquanto outros recorriam às incertezas sobre a contaminação da água, dos seus corpos, para justificar algumas práticas. Alguns analistas ambientais diziam que a chegada de novos atores para colher as provas e pesquisar o impacto criava ainda mais impactos, especialmente porque ao longo do processo chegavam as auditorias da Fundação Renova, as consultorias do CIF e os *experts* contratados para o Ministério Público. Nessa perspectiva, a dimensão humana, atender seus interesses e responder suas perguntas, criava problemas. Eles citaram uma situação que lhes incomodava: em alguns casos, eram feitas várias coletas de material para checar o impacto, pela Renova, pela sua auditoria, pela rede de pesquisa contratada para produzir subsídios às decisões do CIF, pela consultoria contratada pelo Ministério Público, e, por vezes, em dispositivos diferentes, essas demandas por dados, segundo os atores, também traziam impacto. Para eles, era legítimo identificar os danos, fazer pesquisa, mas alertavam que, em algumas coletas, a restinga era pressionada, o que poderia afetar as espécies.

Pescadores se incomodavam, ainda, que pesquisadores tivessem levado caminhões e caminhões de peixe para fazer pesquisa e até agora não trouxessem respostas. Nessa mesma linha, um argumento que ouvimos foi de que a natureza estaria se regenerando e de que a comunidade seria o lugar onde os efeitos do crime-desastre ainda estariam mais presentes. Entendemos que para alguns atores da conservação a natureza seria mais resiliente e mais capaz de se recuperar que a comunidade, e, por isso, a pressão sobre o meio ambiente com as múltiplas coletas, inclusive, eram prejudiciais. Nesse sentido, seria melhor deixar que ela se recuperasse. Destacamos, assim, uma visão de que a pressão humana para atender seus interesses não deve se separar da reflexão sobre o próprio ambiente e “seus interesses”. No alojamento, encontramos com especialistas que diziam que em determinadas espécies não havia alteração de comportamento ou impactos. Estava marcado, no entanto, em diversas narrativas sobre o desastre que “a vila mudou”, enquanto a natureza “estava retornando”, “era mais resiliente”. A dinâmica do “social” era mais lenta, nessa perspectiva. Cada um desses caminhos abria não só as dobras e geravam outras, mas apontavam para qual seria a ação.

Identificamos, com relação aos efeitos da reparação e aos repertórios normativos sobre os dispositivos de reparação, algumas questões problemáticas: i) as categorizações e cadastros; ii) a centralidade da moeda e seus efeitos; iii) os novos atores e a divisão que trouxe para a comunidade; iii) as tensões em torno do reconhecimento e de suas provas. Nas interações com os meios (*milieux*), os dispositivos procuram configurar e estruturar os caminhos das ações e das provas, ou seja, de quem e do que foi impactado, do que é possível de ser feito. A Samarco, a Fundação e as consultorias, que contratam terceirizando as ações, ocupam um espaço de estruturação dos caminhos, de interpretação do TTAC. Essa interpretação, no entanto, é disputada com atores na arena pública, no CIF e nos meios (*milieux*).

O TTAC, no relato do Entrevistado 20, é citado como uma “bíblia” para o atingido:

E aí no início tinha muitas reuniões, mas a gente não conseguia avançar porque todo mundo queria ser indenizado. Até quando a gente sabia que era só a cadeia de pesca que estava sendo, que tinha direito ao auxílio emergencial, a comunidade ficou tranquila, é pesca, porque desde o início a gente sabia que era pesca, aí a gente começou a descobrir que tinha um cara de Vitória que não era pescador que tinha recebido, fulano que era parente de pescador e estava recebendo, ‘opa, pera aí, tem alguma coisa errada’, foi quando a gente começou [...]. E toda reunião, pelo fato de eu estar ainda no comitê de bacia, eu sempre falava que o TTAC era a nossa bíblia e se eu quisesse brigar a gente teria que brigar dentro do TTAC, dentro do TTAC. Então quando a gente começou a ver o que era atingido direto, indiretamente, das considerações e Regência cabia dentro das considerações de singularidades, nós temos singularidades, porque a gente pertence a uma comunidade artesanal, a uma comunidade tradicional porque a pesca é artesanal, nós vivemos única e exclusivamente da água, você vem de Linhares, não tem empresa, não tem indústria, não tem grandes plantios, não temos nada, a gente vive exclusivamente da água do rio e do mar, nós temos uma singularidade, isso está respaldado dentro do TTAC. Então, nós tínhamos sido atingidos, o que que falta?

Nessa entrevista, identificamos que encontrar espaços e disputar interpretações sobre o instrumento com as empresas que implementam as ações é um modo de tentar alargar a compreensão estreita de alguns encaminhamentos. Por outro lado, o entrevistado se preocupa com a ideia de ter uma referência da qual eles não participaram da escrita e que deixa margem para que as definições dos projetos fiquem distantes deles. Desse modo, os atores procuram formas de encurtar as distâncias e disputar as interpretações, de criticar a maneira como “agem sobre” eles. Para fazer chegar suas questões no dispositivo, eles podem tentar negociar com a empresa, lançá-las na arena pública como alerta, recorrer aos atores do CIF, ou do Conselho Consultivo da Renova, ou do Ministério Público e da Defensoria Pública.

As primeiras ações de cadastro e pagamento de auxílio emergencial referem-se às compensações, desenhadas no TCSA, posteriormente nos programas da Renova, com o PG01, de levantamento e cadastro, e PG02, de ressarcimento e indenizações. As políticas ficam

conhecidas como Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), popularmente “o cartão”, e como Programa de Indenização Mediada (PIM)¹⁰³.

Com a chegada do rejeito, a comunidade tem pressa, precisa dos auxílios, das indenizações. Manifestam-se contra a falta de informação e com os dramas vividos, como vimos na seção 4.1.2. Na trajetória da reparação, os membros da comunidade sentem na pele as críticas lançadas na arena pelos especialistas sobre a falta de participação. Vários esforços são empreendidos: procuram alinhar as expectativas com o que cabe no dispositivo para ser compensado, também criticam a Renova e lutam para reformar o modelo de governança adotado, alvo de críticas, como uma caixa preta para acessar seus direitos. No relato de Milton, do jornal A Sirene, na primeira edição do relatório da Renova, ele questiona a legitimidade de uma fundação sem representatividade:

Para nós, a fundação não tem representatividade, embora ela seja reconhecida juridicamente. Na época de sua criação, disseram que o trâmite seria mais fácil. Mas não é assim que acontece. Eles estão lidando com gente da roça, com pessoas que dão muito valor à honestidade e à palavra (RENOVA, 2017, p. 16).

Os atingidos são cadastrados, encaminham seus documentos e apresentam-se nos canais de atendimento da Samarco e, posteriormente, da Fundação Renova para demandarem as compensações, auxílios e indenizações. A chegada desse processo do cadastro apresentou tensões na comunidade: i) pela chegada de atores e instrumentos externos para implementar a reparação; ii) pela chegada de atores em busca da reparação. A trajetória da vila se bifurca.

Nas primeiras etapas de reparação, pela lógica de empresa, estruturam-se formulários, criam-se processos e terceiriza-se para uma empresa cadastrar, atendendo-se as demandas judiciais. Com a chegada da Synergia, empresa que realizou os primeiros cadastros, a autodeclaração facilitou as fraudes e chegada dos “de fora”, interessados apenas no cartão.

¹⁰³ Em notícia de junho de 2021, em seu site Renova (2021) afirma: “Até abril deste ano, cerca de 323 mil pessoas de Minas Gerais e do Espírito Santo receberam indenizações por danos materiais, morais, lucros cessantes e pagamentos do Auxílio Financeiro Emergencial. Até dezembro de 2020, foram pagos R\$ 3,26 bilhões e, de janeiro a abril de 2021, o valor chegou a R\$ 4,09 bilhões, um aumento de 25% no montante pago, que representa, aproximadamente, R\$ 830 milhões. A indenização é calculada de forma individual e leva em consideração as particularidades dos casos. O Programa de Indenização Mediada (PIM) é destinado a pagamentos por danos comprovados em atividades econômicas. Até abril, cerca de R\$ 1,13 bilhão foram pagos em Danos Gerais para mais de 10,4 mil atingidos. Já o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) é pago aos atingidos que sofreram impacto direto na atividade econômica ou produtiva. Desde 2015, 24,4 mil pessoas foram atendidas nessa modalidade e o valor desembolsado chegou a cerca de R\$ 1,58 bilhão”.

Essas fraudes em desastres são relatadas em outros estudos¹⁰⁴, também aconteceram em outras localidades, ao longo do rio:

o presidente da Colônia dos Pescadores Profissionais do Leste Mineiro, Rodolfo Zulske, afirma que pescadores aposentados por invalidez e até lavadoras de roupas estão requerendo o benefício - de um salário-mínimo e uma cesta básica, acrescida de 20% por dependente de cada família. O auxílio é destinado a pessoas que tiveram atividades profissionais suspensas devido ao rompimento da barragem e consequente contaminação do Rio Doce. Mas, na avaliação dele, o processo de cadastramento é fácil de burlar e por isso muita gente está se beneficiando indevidamente. Em 30 de dezembro fraude semelhante foi denunciada ao Estado de Minas por pescadores de Regência, no estado do Espírito Santo. (ESTADO DE MINAS, 05 de fevereiro de 2016, grifos nossos).

A autodeclaração inicial no cadastro da consultoria Synergia, que parecia ter por objetivo levar em conta a “palavra”, permitiu “fraudes”, e os entrevistados consideram que a comunidade aumentou com a chegada do cartão. Eles relatam que novos atores chegam ou retornam à comunidade para demandar o cartão auxílio, naquele momento destinado aos pescadores, e citam casos de parentes de moradores, também de atores sem vínculos, de outras regiões. Essas chegadas para obter o cartão fragiliza as relações de confiança em condições de adversidade. “Às vezes, é um cara que vem de fora, quer morar em Regência pra ganhar um cartão pra ficar livre” (Entrevistado 11).

É, alguns lugares que aumentou a proporção de não sei quantas pessoas lá pra mais de 1000 (mil) pessoas, das pessoas que migraram pra receber esse benefício, enquanto algumas pessoas aí da vila não foram beneficiadas, porque, claro, como aconteceu em outros lugares também, foi fraudado, eu acredito que pessoas que não tem nada a ver, pra quem é nativa e adoce, as pessoas que não tem nada a ver com a vila foram beneficiadas e outros não, não tiveram esse benefício. (Entrevistado 1).

Nas entrevistas e nas conversas pela vila, nos relatos sobre a chegada de pessoas de fora para receber o cartão, é amplamente citado: “a vila aumentou”. Alguns pedem para não gravar e comentam que conhecem casos de quem aluga, onde moram. Outros moradores que vieram tinham empreendimentos na vila e relataram que tiveram que sair da vila para tentar suas vidas, pela dificuldade de acessar compensação e pelos conflitos. A narrativa mais forte, no entanto, é sobre as chegadas em busca do cartão. Os que chegam não estão em busca da reconstrução e reconfiguração, apenas do cartão-benefício.

Os atores relatam que os dados do posto de saúde provam esse aumento de moradores, mas não conseguimos acesso aos dados. Na escola e na assistência social, os funcionários relatam que perceberam a chegada de novos moradores.

¹⁰⁴ As análises sobre o processo são aprofundadas no Relatório Técnico do GESTA (2016). Para uma análise etnográfica sobre os primeiros anos do desastre na Foz do Rio Doce, ver Greenpeace (2017).

E logo que eu assumi a escola, eles me falaram, ‘ó, o perfil da escola mudou muito, por quê? Justamente por esperar essa indenização, teve muita gente que veio morar aqui’. Então muita gente que é parente, que vem, a impressão que eu tenho, que vem, mora um tempo, consegue o cartão, vai embora, então tem uma [...] alteração de alunos, grande até. (Entrevistado 18).

Numa pequena vila, em que todos se conhecem pelo nome, a chegada de pessoas de fora, em um contexto de desastre e reparação e com desafios relacionados à ocupação, afasta os moradores e instaura a desconfiança com relação a intenções e interesses de quem chega, de quem volta, de quem está lá.

Pessoas que vêm de fora, chega aqui e aluga casa [...] pra receber benefício, cara. Ainda tem muita gente aqui, cara, ainda tá vindo de fora. A Renova tem um escritório ali, faz um cadastro desse sujeito, daqui a pouco ele tá recebendo. E pessoas daqui, filhos daqui, não recebem e vem gente de fora e recebe. A nossa revolta é isso. (Entrevistado 22).

A crítica ao procedimento escala em uma crítica sobre a injustiça. Essa chegada de novos atores na vila com objetivo de receber o cartão gerou conflitos, especialmente quando nativos, que eram reconhecidos pela comunidade, não receberam o cartão, logo não sendo reconhecidos pelo dispositivo:

Gente que não tinha nada a ver, mas que veio por causa disso. Então isso teve assim, teve esse inchaço na vila, essa mudança. E essa mudança de comportamento, que aí passou a ser esse comportamento pela grana, pela, só fala nisso, só fala nisso, de conseguir cartão, naranã, naranã. Ficou uma coisa muito sem graça, ficou uma coisa muito chata. (Entrevistado 17).

Os moradores da comunidade acreditam que as “falhas” do processo são intencionais, para gerar conflitos entre os grupos, dentro das próprias famílias. Eles afirmam que até mesmo alguns moradores de Regência que não tinham a pesca como atividade principal declaravam-se pescadores no cadastro, colocavam rede no quintal, para provar com fotos que eram pescadores, para garantir a reparação, enquanto outros atores da cadeia produtiva da pesca não eram reconhecidos. Os questionamentos surgem em torno da questão de como provar-se enquanto atingido, nos procedimentos. Desse modo, percebemos os conflitos quanto às provas e quanto às fraudes, assim como “por que apenas pescadores?”. De acordo com um dos entrevistados: “[...] tivemos informações que pessoas pegavam rede de outros assim e botavam no quintal lá e a pessoa ia lá e tirava foto, assim, “pô, esse aqui é pescador, eu tenho foto ali e tal”, e acabou tendo esses” (Entrevistado 1).

Com relação aos procedimentos, membros da associação de pescadores relatam que em algum momento enviavam cadastros de membros e relatórios para a empresa, mas o

desencontro das informações que recebiam gerava desconforto para as lideranças na comunidade.

Chego na porta, chegou um moço aqui no portão, um pastor – até me arrepio, até me arrepio – ‘vem cá, senhor, ‘viemo’ aqui pra fazer meu documento aqui, sobre a pescaria’ – ele não era pastor daqui, não. Ele era de fora. Até isso tava errado, mas tudo bem, ‘vamo’ adiante. Aí nós, eu quis, a conversa era pra parar tudo, só aceitava só pescador. [...] ele queria ter o documento de pesca, ele queria de alguma forma, [...], ‘olha, senhor, nós recebemos agora uma notícia que não vai vim mais cadastro pra ninguém aqui, não.’ [...] ‘ó, senhor, infelizmente, nós tava fazendo cadastro, são todos pescadores aqui da comunidade, pra mandar. Aí a moça falou que não era pra fazer.’ – O pastor – ‘Ah, é, é?’ – E foi embora. Um mês depois o cara tava com um cartão na mão, dele e da mulher dele da indenização. Ele conseguiu. Quer dizer, entendeu? Um mês depois estava, ‘pô, eu consegui lá entrar e consegui meu benefício.’ Como se não podia fazer pela associação, não podia dizendo que não era pra fazer? Então, quer dizer, o sistema tá errado, entendeu? Eu fiquei assim, eu fiquei com vergonha. (Entrevistado 27).

Essas informações descompassadas também prejudicam a credibilidade do processo, e até das lideranças. Além dos conflitos gerados pelas fraudes, atribuídas à facilidade do cadastro – que deveria ser um ponto positivo na garantia do direito e acesso dos atingidos –, o reconhecimento das trabalhadoras da cadeia produtiva e dos jovens pescadores também tornou-se uma questão problemática. Isso trouxe tensões nas famílias. A categoria do dependente, portanto, ao acolher cônjuges e filhos, dificultou a garantia do direito das marisqueiras e dos jovens pescadores que foram classificados como dependentes. Quando enquadrados como dependentes, e não como beneficiários, garantiam apenas 20% a mais do benefício ao titular. Sobretudo, destacamos que essa categorização alterou não só a dinâmica da comunidade, mas da família. Um dos entrevistados, inclusive, afirma a importância de se conhecer a realidade local, em que não se pesca sozinho, em que há uma dinâmica própria nas famílias de pescadores, com divisão do trabalho e, por vezes, compartilhamento de atividades.

Então assim, problema social, pô gigantesco, entre marido e mulher também, eu tenho uns dois amigos aqui que semana passada foi lá em Linhares, lei Maria da Penha, os caras brigando dentro de casa por causa de cartão da Samarco, entendeu? Que a mulher não foi reconhecida, o cara foi reconhecido, aí quer gastar, e o outro não quer que gaste, assim, problema social gigantesco aí. (Entrevistado 2).

A informação e o detalhamento também aos elegíveis, da mesma forma, são problemáticos e geram conflitos no seio das famílias. Por vezes, eles coabitam o mesmo terreno e, pelo vínculo e mesmo comprovante de residência, as categorizações os enquadram nessa configuração de dependentes em um núcleo familiar:

A Renova, ela chega, ao invés de chegar aqui, eu e você, somos irmão, pai e filho, tem mais dois ali, uma mulher, tem seis pessoas dentro de uma família, todos produtivos, mão de obra produtiva, a Renova vem e dá um cartão pra o núcleo familiar, ou reconhece o núcleo familiar e aí indeniza um e bota os outros como

dependentes. Então um pai tem 5 filhos de 40 anos como dependente dele, aí o filho vai lá pedir ‘não, você é dependente do seu pai’, aí o cara vira pro pai ‘ô pai, dá minha parte aí, pai’ – ‘não, você não é meu dependente’. Aí várias vezes já sentou aqui pai, filho, mãe, uma família inteira aqui, um emburrado pro outro, cara feia, ‘o que foi?’ – ‘não, porque tá falando que sou dependente no dinheiro’, aí cê entra no sistema da Renova, ‘não tem nenhum dependente do cara aqui não’. Então, a Renova, ela joga um contra o outro. Marido e mulher, mulher e nada, é a mesma coisa pra Renova, cara. Mulher e, desculpa a expressão, e bosta é a mesma coisa, porque entra numa casa, seu marido trabalha? Trabalha, cartão pra ele, a senhora é dependente. ‘Ué, mas eu trabalho’- ‘não, é núcleo familiar’. Marisqueira e nada é a mesma coisa aqui em Regência. (Entrevistado 2).

O dispositivo de reparação, portanto, não considera a dinâmica da vila também quanto à cadeia produtiva da pesca, e, ao ser implementada, a política atribui classificações que, mais do que não corresponderem à realidade local, constroem e negam reconhecimento e direitos de atingidas. Ou seja, até na própria atividade reconhecida como impactada publicamente e nos dispositivos, a pesca, há um encaminhamento que encaixa a realidade local e deixa atores de fora. Esse distanciamento no processo de construção do instrumento de reparação, assim como no seu uso, como já citamos em outros momentos, torna ainda mais embaraçado o processo de reparação. “Mas eu trabalhava, ele pescava o peixe, quem cuidava, quem limpava, quem vendia?. Que o cara tá o dia inteiro pescando, ele não tem um tempo de processar” (Entrevistado 2).

Alguns pescadores que não foram reconhecidos na “primeira leva” das indenizações, mas foram reconhecidos por meio de outras categorizações criadas no curso do processo para acomodar e dar conta das realidades locais, questionam a própria forma como a empresa entrega a resposta sobre seu processo ao atingido: “E aí depois chegou uma carta que eu não me encaixaria nesse perfil de pessoas atingidas [...] A gente mandou, né, fez tudo certinho, preencheu tudo e depois veio por carta ‘você não foi contemplado, não foi beneficiado e tal, porque não tem esse perfil’” (Entrevistado 1, grifos nossos).

Na implementação da reparação, portanto, cria-se um perfil elegível e uma lógica de benefício, com critérios confusos e pouco transparentes para os atingidos, tendo em vista que atores locais próximos, que eles consideravam da mesma categoria e com os quais dividiam barco ou rotina, por vezes tinham resultados/respostas diferentes. Assim, eles passam a refletir sobre o preenchimento dos formulários, os distintos modos de acessar a empresa. Os entrevistados relataram casos de atendentes que, ao compreenderem suas questões e ajudando-os, eram afastados do setor, e eles eram transferidos para outro atendente, tendo que recomeçar a explicar toda situação. Eles desconfiam que essa alteração dos quadros era intencional, para não lhes dar acesso, e criticam essas descontinuidades administrativas.

O maior questionamento no processo de não-elegibilidade está relacionado à falta de justificativa clara do porquê de não ser elegível nas negativas. Nas respostas breves, em carta ou em ligações, os atingidos encontram a informação “não elegível” e refletem sobre o que poderiam ter respondido de errado. Alguns atores comentam que ouviam dos atendentes: “para este perfil você é não elegível, mas terão outras políticas”. Ainda em 2020, em reunião da Câmara Técnica de Organização Social (CTOS), do CIF, escutamos relatos de casos como esses. A Defensoria Pública, em 2019, em diálogo conosco, também relatou dificuldade de ter acesso aos porquês das negativas, porque a Renova recorria a uma cláusula de confidencialidade e, com isso, era pouco transparente. Todo esse processo dificultou o acesso aos direitos dos atingidos e conflitos. Alguns davam por aceito não ter sido elegível ou aguardavam as próximas políticas em que pudessem ser reconhecidos.

Os moradores tiveram suas atividades impactadas, mas não somente na pesca. Essa própria categorização de perfis virou alvo de crítica dos atores sobre os “encaixes” no modelo, e os atores locais parecem se dividir entre: i) aqueles que defendem “cartão para todos”, “fomos todos atingidos”; e ii) aqueles que consideram justo o reconhecimento por estratos, já que um cartão único igualaria todos. Nessa perspectiva, há uma divisão entre aqueles mais atingidos, “obviamente atingidos”, e menos atingidos, e os cadastros deveriam ser, na verdade, mais completos e fidedignos para distingui-los e evitar fraudes. Trata-se de caminhos e expectativas distintas. Sobretudo, o cartão vira um *problema em si*. Dialeticamente, ele é a solução e o problema; pragmaticamente, ele atribui sentido e efeitos ao vivido.

A divisão da comunidade, antes norteadada pela distinção entre nativos e os “de fora”, acontece, agora, por meio da construção de categorias distintas de atingidos, criando-se novas divisões. A implementação da reparação **categoriza, divide** e, principalmente, **decide** sobre as vidas dos atores locais. Como resposta, alguns atores se unem e protestam: “cartão para todos”, “somos todos atingidos”, “não somos Facebook para ter perfil”.

E comecei a fazer essa questão das movimentações, a gente nesse meio tempo fez o primeiro movimento dentro do Espírito Santo, enfrentamento contra a Samarco, que foi o movimento ‘Cartão para Todos’, talvez você ache alguma coisa no Youtube e tal, veio um pessoal da França, um pessoal do Canadá, da Alemanha. Que até então, só os pescadores eram reconhecidos, no nosso, no nosso movimento ‘Cartão para Todos’, a gente pedia que todo mundo era atingido. A gente nunca aceitou o direta ou indiretamente, o TTAC fala, não, todo mundo é atingido. E aí foi o primeiro lugar reconhecido, como comerciante tinha direito ao cartão, foi em Regência por causa do movimento ‘Cartão para Todos’, e a partir o movimento, ‘Cartão para Todos’, ele começou a se espalhar essa questão do comerciante ser reconhecido, os artesãos e tudo mais. (Entrevistado 20).

Para alguns entrevistados, mudou a forma de interagir pelas ruas:

E aí com o rompimento, com o desastre, com a possibilidade de conseguir recursos por meio das mantenedoras, das empresas e, depois, da Fundação Renova, toda a dinâmica do território foi alterado, né? O modo de vida da comunidade sofreu grandes alterações, com a entrada de pessoas desconhecidas, de que muitos anos já não estavam ali e retornaram, de pessoas que nunca tiveram ali e que foram pra lá, de pesquisadores, de Fundação Renova, de empresas atuando no território na tentativa de mitigar e de reduzir pelo menos os impactos. Então o impacto foi grande nesse sentido, no aspecto social. Econômico, talvez nem tanto, nos primeiros momentos. Porque já era algo que estava posto, a fragilidade econômica, a vulnerabilidade econômica do território, porque a economia local era, basicamente, em torno da pesca, apesar de que a pesca foi a principal impactada, é, não eram rios de dinheiro, do ponto de vista quantitativo, mas no aspecto qualitativo a gente sabe que se você interfere nessa cadeia, por menor que seja a renda vai haver um impacto ali. Então, acho que talvez um dos grandes impactos acho que tenha sido essa, essa questão do modo de vida, talvez mais que o econômico, né, que é claro que tem a sua importância. Mas, esse econômico, gerou muitos outros problemas que a gente não imaginava que fosse ter. (Entrevistado 15).

No excerto acima, vemos o destaque para a dimensão econômica em dois aspectos: o quantitativo ou financeiro (agora tem rios de dinheiro) e o qualitativo ou relacional (interfere na cadeia produtiva). Em ambos, produzem efeitos na dinâmica da vila: reconfiguram a “cadeia produtiva” da reparação; fazem prova dos laços e vínculos; geram conflitos e tensões entre grupos socioeconômicos, entre nativos e de fora, entre beneficiário e dependente; e reengendram outros danos que a comunidade não vivenciava antes do desastre.

Nas entrevistas, os atores destacam que o impacto social foi grande. Entendemos que esse impacto é fruto das fricções nas interações dos meios (*milieux*) com os dispositivos (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Ainda, consideramos a própria nomenclatura “beneficiário” seja problemática, porque pode afastar a noção de um direito. O Entrevistado 15 relata o impacto social que o processo de reparação gera no território com a chegada novos atores. A chegada do cartão, da moeda, é uma marca que distingue esses momentos, o que antecede o desastre e o que o sucede. Mediante a implementação do dispositivo de reparação, constroem-se polos ativos e passivos em torno da moeda. Para implementar a política reparatória, estabelece-se o perfil do impactado, da boa vítima, de vítima legítima, que merece reconhecimento tanto nos documentos quanto na comunidade (FASSIN, 2011; BARBOT; CAILBAULT, 2010). Argumentamos que os dispositivos performados nas práticas de reparação procuram capturar essas definições (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017) e perpetuam o sofrimento e a vulnerabilidade dos atingidos pelo crime-desastre. Uma das formas de perpetuar o sofrimento é colocar o pescador num polo de beneficiário da política, em vários sentidos. Enquanto beneficiário, ele agora deve ser aprovado – e quem detém o “gabarito” é a empresa – e deve também prestar contas, provar-se atingido para a empresa e para a comunidade.

Para o Entrevistado 21, isso é uma estratégia: “um questionamento muito forte é: é muito estranho que o reconhecimento de ser atingido tenha ficado sob posse dela, né? É uma estratégia também”. Agora há uma nova distinção: elegíveis e não elegíveis, que para os atores locais é a principal estratégia das empresas, para **dividir a comunidade**. O Entrevistado 7 afirma: “Eu venho falando em todas as reuniões “ó gente, isso é estratégia militar deles, dá pro seu vizinho e não dá indenização pra você, pra enfraquecer, pra criar a discórdia, então vocês tomem cuidado com isso”. Essa lógica seguiu do cartão emergencial da Samarco, e, depois, com a atuação da Renova se perpetuou com os programas.

Essa divisão **esvazia as reuniões e enfraquece as próprias lideranças** comunitárias, que passam a ser alvo de críticas e desconfiança.

No início era muito fácil mobilizar, a partir do momento que ela passou a dar um cartão pra outro, ela dividiu a comunidade. E aí mudou as nossas relações intersociais, aí eu tive o segundo impacto. O primeiro quando eu vi os idosos chorando, o segundo impacto foi quando eu constatei que, a gente passava na rua e falava bom dia! E alguém falava assim, antes de responder: as meninas do Synergia tá aí? Que eram as meninas responsáveis pelo cadastro. Como é que você tá? Era só, ‘cartão chegou?’ Então a gente começou a perceber que isso, sabe? Que tava mudando as relações interpessoais, e que, ‘eu recebi meu cartão, eu já não falava com meu vizinho porque eu ficava com medo do meu vizinho descobrir que eu tinha ganhado e ir lá falar: ‘por que que fulana ganhou e eu não ganhei?’ E cortariam meu cartão. E aí começaram a subir os muros, sabe? (Entrevistado 20).

Uma das lideranças chama o cartão instituído logo no início das ações de reparação de “cartão cala a boca” e explica: “com o cartão as pessoas entendem que não podem lutar pelos seus direitos, com medo de perder o benefício”. O cartão-benefício gera um processo de **desmobilização** e, sobretudo, de competição entre as categorias, agora criadas na comunidade, para se tornar elegível e com perfil. Isso porque justamente individualiza e divide as categorias socioprofissionais, a comunidade e até mesmo as famílias. Esses perfis são construídos na justiça e na gestão, pelas determinações judiciais e pelos formulários e discricionariedade dos implementadores da reparação.

Assim, as tensões em torno do cartão – quanto às categorias, quanto aos valores, quanto às fraudes, quanto aos equívocos – mantêm a comunidade ocupada e preocupada, em estado de vigilância (CHATEARAYNAUD; DEBAZ, 2017) até com seus pares, tendo em vista que é a renda da qual dependem. Eles temem perdê-la, lutam ou adaptam-se para ganhá-la. O pescador luta por seu direito como atingido e quando alcança procura mantê-lo. Portanto, os elegíveis temem que o “benefício” seja “cortado”, afinal o critério de elegibilidade e toda a implementação, agora, fica sob responsabilidade da empresa, ainda que passe pelo CIF e pelas Câmaras Técnicas. Ao individualizar, a causa e a negociação dos

atingidos, os ajustes são negociados numa relação de forças desigual, de mineradoras e pescadores-ribeirinhos.

De quarenta e poucos pescadores viraram cento e dez, um monte de gente virou pescador nesses cadastros malfeitos da Samarco, depois da Renova, que permitiu isso. A incompetência do Ministério da Pesca até então – que depois virou não sei o quê, Secretaria da Agricultura -, que desde 2014 não regularizava ninguém. Então tava tudo caos já e continua até hoje. Então isso alterou toda a configuração daqui. (Entrevistado 13).

As fraudes são assim consideradas pelos cadastros malfeitos pelas empresas, pelas dificuldades de se provar enquanto vítima, haja vista a fragilização institucional da pesca, e, assim, sem um documento oficial, sem uma prova institucional, com a dificuldade de reorganizar as atividades econômicas, em uma vila que tem suas principais atividades afetadas, os atores começam a usar o critério da empresa como critério de reconhecimento do atingido.

O tema cartão e reparação financeira também passa a estruturar as discussões e torna-se a pauta principal das reuniões, dito de outro modo: passa a desmobilizar. O Entrevistado 16 lembra que as vulnerabilidades antes os uniam, mas, agora, com a reparação, por ser individualizada e tecnicamente falha, as vulnerabilidades no território se ampliam especialmente pela desagregação dos atores. O rio e a comunidade já estavam vulneráveis pelo processo de desenvolvimento exploratório, com seus efeitos da degradação ambiental da Bacia e com as fragilidades de uma comunidade ribeirinha que mantém suas tradições, lutando contra as “vocações” “dos ciclos do petróleo em terra, madeireiro, da pecuária extensiva e da monocultura do eucalipto”, atividades que engendraram “intensa degradação ambiental na região e profundas alterações na paisagem, nos modos de trabalho e vida de comunidades que residem historicamente na região” (LEONARDO et al., 2017, p. 37). Os atores afirmam que a vulnerabilidade econômica já é anterior à chegada da lama e consideram que os rejeitos a acentuaram com a contaminação e que os modos como o processo de reparação foi estabelecido também trouxe impactos.

Justamente em função disso. E como eu não tenho problema, não bate, não está faltando dinheiro pra mim, então eu acho que, eu não estou me preocupando com o resto. [...] Aí você atua, você aumenta o consumo, você aumenta o lixo, as pessoas [...], como elas estão capitalizadas, parece que não tem problema (risos). (Entrevistado 16).

Os atores criticam certo individualismo com a chegada da moeda. Nesse “todo” do território – ou resto –, a hierarquização daquilo que é mais legítimo, justo, mais necessário estar em pauta, entra em choque. Aqueles que estão interessados nos projetos coletivos

desenvolvidos no território criticam a prioridade que o dinheiro ganha depois de novembro de 2015 e, especialmente suas consequências na desmobilização das pautas e agendas coletivas de enfrentamento.

Assim, no meu ver, o maior impacto, foi justamente, há [...], o aumento da renda per capita através das indenizações e de cartões, que as pessoas estão recebendo. Não que eu não ache que elas não tenham direito, eu acho que é de direito, elas têm que ser indenizadas mesmo, tiraram o ambiente e o sustento das pessoas, a pesca e com outros. Mas como tudo, ele, isso cria um impacto no comportamento, se você achar que só o dinheiro vai te resolver. (Entrevistado 16).

Essa percepção de que o dinheiro, o individual e o interesse privado, tendo por objeto-símbolo o cartão, atrapalham as relações em conjunto e o interesse público na comunidade compõe um regime de crítica ao processo de reparação que se ancora no coletivo. Nessa crítica, considera-se que há uma captura do interesse público e da ação da reparação, do coletivo, assim como da autonomia, pelo bolso, pelo privado. Os atores consideram que há uma dinâmica, individual e coletiva, das relações sendo reconfiguradas com a chegada das mineradoras. Uma das provas dessa alteração é citada pelo Entrevistado 7, ao mencionar o dilema de engajar as pessoas nas associações e projetos coletivos da vila:

Aí agora, tem um mês e pouco, eu tentei buscar essas pessoas novamente, vamos voltar o comitê de turismo pra gente tomar as atitudes em conjunto. Aí andei convidando pras reuniões, aí já não foram, foi só uns 2-3 e mais ninguém. Então, quer dizer, tô sentindo que porque, eles já estão com dinheiro no bolso, a indenização, não tão sentindo a necessidade de querer participar. (Entrevistado 7).

O Entrevistado 17 argumenta, também, que os caminhos da reparação deveriam ter sido construídos para o coletivo:

Pois é, eu, esse lado aí, teve um lado de, de um certo pouco incentivo, a coisa principal assim, agora voltando a coisa do acidente, do desastre, do crime, do rio, né, dessa interferência do processo natural da vila, a partir de 2015 lá, né, quando aconteceu o rompimento da barragem – esse, onde deveria ter sido o foco principal de ajuda e de organização, era, justamente, na escola, serviço de saúde, pra você levantar um pouco o [...] e não no coiso pessoal. Então se pensou muito na reparação pessoal. E pouco na reparação coletiva. (Entrevistado 17).

Nessas críticas, a **economia do desastre** é vista como momento dos oportunismos, apoiada em uma lógica individualista, que atrai pessoas e grupos interesseiros, permeada de corrupção e fraudes, que também permite relações clientelistas de lideranças para favorecer os seus. Além disso, ela passa a ser relacionada com o consumismo, com o desengajamento com o meio ambiente, além dos conflitos sociais, do sofrimento engendrado pelas fraudes e da desconfiança entre os moradores.

Todas as incoerências do ser humano, em todos os níveis. Desde o ribeirinho que mente dizendo que arrecada 5mil por mês com pesca e que trabalhava tirando areia e

ganhava mais 5mil, até o empresário que transforma um sobrevoos que era 5mil, vira 15mil, pra Samarco no início, pra Renova depois. Todos os oportunismos que você possa pensar eu tenho visto. Até as empresas de consultoria produzindo coisas muito ruins, muito, muito ruins! Vários relatórios negados por falhas metodológicas, por falta de execução, por análises malfeitas, forçadas. Tudo muito ruim. E aí nós batemos o pé para que fosse feito pelas Universidades. (Entrevistado 13).

Os espaços de participação construídos a partir da década de 1980 no território, agora, são frequentados para tratar dos benefícios e das indenizações, o que para muitos atores perde o sentido comunitário e fragiliza as próprias lideranças. O cartão ganha, portanto, centralidade: i) no reconhecimento – ao estabelecer elegibilidade; ii) como meio de sobrevivência – como a fonte de renda; iii) interfere no modo de se relacionar – entre os pares, familiares, grupos. Além disso, quando se fala em reparação, alguns atores conectam-na diretamente com o cartão, mas, por esse caminho, o direito das comunidades é acessado individualmente, e a individualização proposta no instrumento de reparação promove desengajamentos com as questões locais e comuns, incentiva comportamentos oportunistas e promove o consumo.

A preocupação com a chegada dos “de fora” também se relaciona com as oportunidades disponíveis aos “filhos da terra”, aos nativos que no momento do desastre não estavam trabalhando com pesca e perderam a oportunidade nesses mais de cinco anos, e com perspectiva de ficar na vila e continuar sua trajetória na pesca. É a própria tradição da pesca que se interrompe, visto que os pescadores param de ensinar aos filhos seu ofício. Essa preocupação também se relaciona, ainda, com os contratados para atuar na reparação que recebem recursos da reparação. Trata-se de profissionais de diversas áreas que passam a frequentar a vila para atuar nos Programas da Renova e são remunerados pela economia do desastre. “É muita empresa que ela tem contratado; ela tá lucrando, rendendo dinheiro e não paga” (informação verbal)¹⁰⁵. Os atores consideram que esses gastos são destinados à “estrutura” e que se gasta muito na atividade-meio, na propaganda, nas consultorias. Está em jogo o que a reparação “deveria ser”: “deveria ser coletiva”, “deveria olhar para o futuro”, “deveria ser para os atingidos”.

Os atores elaboram uma crítica que ganha espaço na vila, de que essa divisão pelas categorias e moeda tira o foco do que importa: construir uma noção/ação de reparação para/com os atingidos, lutando pela interpretação do TTAC. Nessa crítica, eles não aceitam ser o **polo passivo da reparação**, na figura de beneficiário, e entendem que o acusado não

¹⁰⁵ Fala de um pescador durante Reunião da Comissão de Direitos Humanos.

deveria se manter no polo ativo na definição da reparação. Nesses meios (*milieux*) heterogêneos, enquanto alguns aceitam as classificações e se adaptam, outros questionam radicalmente o processo, criando ações fora dele, com várias gradações de um polo a outro – daqueles que querem brigar dentro do TTAC e reinterpretá-lo àqueles que querem criar novas categorias e espaços em que “caibam”.

Esses movimentos, portanto, são também heterogêneos. A vila, que já vivenciou diversos conflitos com a chegada da lama, também relacionados à chegada de organizações sociais, logo no início do desastre, com o objetivo de “reconstruir o social”, destruindo para reconstruir as lideranças e o tecido social, agora, frente às múltiplas afetações e divisões, vê movimentos de fortalecimento de vínculos e laços. Os atores que defendem essa bandeira argumentam, principalmente, que, com a divisão, a comunidade é atravessada pelo individualismo e pela ganância, já que o processo privilegia um comportamento oportunista. Eles procuram, então, enfatizar as dimensões coletivas da reparação, pela cultura e pela tradição, mais do que pela categorização e subdivisões.

Nesse sentido, alguns entrevistados que se aliam a esse movimento consideram que os próprios pescadores poderiam ter atuado mais em prol da comunidade, não apenas nas causas de seus associados, o que acabou reforçando as divisões. No entanto, os próprios pescadores vivem uma série de dificuldades para fazer valer seus direitos e consideram que sua atividade tenha sido, sim, mais impactada, sendo justo que busquem reparação. Por conseguinte, consideramos que existe mais do que ganância nesse processo; existem elementos morais outros na disputa pelo reconhecimento em si:

Às vezes aquele cara que não tinha, tipo assim, antigamente, antes do evento da lama, não tinha tanto recurso financeiro, vivia ali de humildezinho, ou então o cara gostava de beber, de fazer uma arruaça, e não tinha tanta estrutura, vem a Renova colocar um dinheiro no bolso dele, o cara comprou um carro, levantou a casa, e o vizinho ali do lado que é aquele cara ponta firme, que acordava cedo, ia pescar, fazia tudo direitinho, mas não foi reconhecido, ele ficou lá em baixo, o cara botou uma [...]. Pô, já vieram várias aqui na minha frente falar ‘pô, que a casa que o meu vizinho construiu é gigante e eu até agora não fui reconhecido’, então isso está impactando a vida social das pessoas, que o vizinho que ele olhava e via que não corria atrás de nada, hoje tem uma casa gigante e a dele tá lá, aquele barraco, porque a Renova não reconheceu ele ainda. (Entrevistado 2).

A indenização se apresentou como a compensação que garantiria a justa medida da reparação pecuniária aos indivíduos. As matrizes de danos nesse processo viram alvo de disputa, e alguns pesquisadores destacam que a matriz de dano para toda a bacia é em si um erro por não levar em conta as particularidades de cada território, o que exigiu outro esforço de ampliação dos critérios do que seria considerado para estratificar os danos em valores financeiros. O instrumento categoriza uma série de elementos relacionados à pesca, por

exemplo, os instrumentos de trabalho utilizados, embarcações e tipos de pesca, organizados em matrizes de danos¹⁰⁶. Os valores da indenização distinguem e aportam quantias de recurso de uma vez jamais vistas para os atores locais. “Teve pescador que colocou 200 mil no bolso” (Entrevistado 13).

Eu acho que agora a gente tá caminhando para um outro processo, como as pessoas também, elas foram indenizadas, isso também aumentou a renda, as pessoas, acabou que [...], isso é uma realidade, a gente não pode fugir disso, aumentou uma renda, tem cartão, tem indenização, então mudou o perfil. (Entrevistado 16).

Alguns atores que auxiliam os pescadores nas indenizações consideram, por outro lado, que eles não conseguem precificar e calcular os valores necessários para a indenização. Afinal, eles entendem que aceitar um valor sem saber exatamente qual o período que ficarão sem trabalho e renda é o que está em jogo. Com isso, a perspectiva de muito ou pouco é geometricamente variável a partir da temporalidade.

Então eles não conseguiram enxergar que ele movimentava mais de 5-10 mil por mês, não enxergam. Várias estão vindo aqui e eu vou construindo isso pra eles ‘vamos lá cara’- ‘Vocês pegavam 3 robalos num dia – ‘quando era ruim, é’ [...] Quantas carapebas, quantas tainhas, quantas [...]?’ ‘Num da você fazia 3 mil reais cara’. ‘Orra, negocieei 3 mil o mês inteiro’. É negociou errado. Então assim, os cara deixaram todo mundo desamparado, chegou e deu uma esmola [...] Na verdade, a gente traz família como empresa, o pai ele vai lá e pesca o peixe, a mãe ela manufatura, e o filho vende. Isso é claro aqui, só que eles têm tanta dificuldade de entender como que isso acontecia, que eles negociaram valores irrisórios aí, cara. Se você vê, igual eu te falo, o topo da cadeia daqui dos pescadores que eu acho que era um cara aqui que podia pedir milhões, não botou nem 300 mil no bolso. (Entrevistado 2).

Essas categorias e matrizes colocam os limites, assim como o TTAC (2016). Era difícil para o pescador calcular qual era sua receita, e, por isso, os valores negociados pareciam altos, fosse porque havia escambo – trocas eram feitas com frequência, e as mercadorias e serviços circulavam de outros modos, por vezes, indexados ao pescado –, fosse porque o valor chegava de uma vez em sua conta. A Associação de Pescadores se orgulha de ter conseguido fazer avançar algumas negociações porque tinham estatística da pesca. Em alguns relatos, a construção dessas planilhas estava vinculada tanto à percepção do risco do petróleo, não da mineração, quanto aos projetos de criação de uma nova Unidade de Conservação, uma APA, com auxílio do ICMBio e Tamar:

e aí, o pessoal da APA lá tava querendo começar a trabalhar com eles a questão de estatística e eles tavam meio assim ainda [...] ‘ó, ainda bem que tinha 3 dados de

¹⁰⁶ Para maiores informações sobre as matrizes de danos, ver: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-das-matrizes-de-danos-no-contexto-da-reparacao-do-desastre-do-rio-doce.pdf>.

estatística pesqueira e tal. E vocês aqui tem o turismo aí, se der algum problema, tem petróleo. Vai começar mais exploração de petróleo perto de vocês, não vai?’ – ‘Vai.’ – ‘Pois é, e se tiver algum incidente desse, algum crime igual teve lá, como vocês iam provar o que vocês ganham?’ – cara, e aí hoje chegou o óleo. (Entrevistado 5).

Visando que viesse uma coisa do mar e veio do rio, tá? Aí tinha alguns censos preliminares também, não era anos e anos, não, era 6 meses, mas não chegava a ser um ano. Aí então a gente tinha alguma coisa de barco pesqueiro aqui na associação via Projeto TAMAR, via Incaper, que é do estado [...]. A gente tinha algumas coisas que, ‘não, olha, nós temos um documento aqui que prova que nós temos isso.’ Aí já se sabe, não fomos pra rede não, fomos pra briga e entregamos as provas. (Entrevistado 22).

A estatística, as planilhas, as redes locais, as percepções de risco e a construção de uma nova unidade de conservação deram aos pescadores algumas provas que foram aceitas – a prova pelos documentos. Fica evidenciado, também, nesses relatos, o apoio dos analistas de meio ambiente para que os pescadores conseguissem fazer valer seus dados. Para o reconhecimento das provas, para terem seu direito reconhecido no espaço institucional e técnico, os analistas do território circulam com fluidez.

Renova sentou na curva, porque, apesar de ter os dados a gente não tinha o pessoal do técnico, nós fomos lá no Ministério Público, levamos o seu Joca aqui ‘levamo’ lá dentro da Renova, “‘falamos’ ‘você quer técnico, tá aqui.’ Eles que fizeram o negócio, que são técnicos do ICMBio, entendeu? Que foram pra dentro da reunião com a gente pra dar respaldo técnico ao que nós *tinha* apresentado. Que aí vingou. (Entrevistado 26).

Identificamos, ainda, a atuação de atores da conservação e pescadores locais na construção do programa “pescador de fato”. Esse programa visava alargar a compreensão da pesca, pelas suas limitações de categorias e provas até então, e compreender outros atores e relações, no processo de reparação, que estavam em busca do reconhecimento. Esse programa procurava ampliar os critérios e provas documentais, especialmente com relação à carteira de pesca, que não foram elegíveis nos programas anteriores.

4.2.3 A cena: sou pescador de fato, quais os meus direitos?

A fabricação da justiça está em jogo no processo de reparação. Múltiplos atores e experiências no campo trazem noções de justo, do aceitável, ao tratar dos critérios e enquadramentos para se tornarem elegíveis e reconhecidos na política reparatória. As noções de repertório normativo e de dispositivos em Barbot e Dodier (2017) nos ajudam a sistematizar a compreensão sobre as experiências dos atores ao construir e lutar por seus

direitos. Para os atores, a dimensão de justo ultrapassa o TTAC e a deliberação dos juízes quando afirmam: “A justiça é injusta”, que segue com uma explicação: “não é pra pobre”.

Com o intuito de ampliar o escopo da noção de atingido adotado pela empresa e garantir direitos, surge a proposta de uma categoria para contemplar os atingidos que esbarravam nos formulários e nos critérios estabelecidos até então, por peculiaridades dos territórios, como a primazia da oralidade.

A proposta de participar da construção das políticas de reparação é defendida no Conselho Consultivo da Fundação por atores locais e é aceita. O Conselho decide pelo projeto piloto em Regência e Povoação, no Espírito Santo, e em Conselheiro Pena, em Minas Gerais, antes da expansão do projeto ao longo do Rio Doce. A ideia de construir uma cartografia com participação das próprias comunidades começa a ser desenhada em abril de 2018 com participação de representantes de organizações locais, do Tamar e das Associações de Pescadores, no Conselho Consultivo em conjunto com a Diretoria da Fundação Renova. Ela foi apresentada em maio de 2018, em reunião ordinária da CTOS, dentro do PG-02 (Programa de Indenização Mediada), embasada na Cláusula 21 do TTAC (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV, 2020).

Em linhas gerais, a proposta consiste na elaboração da chamada cartografia da pesca, que reunirá as características da atividade em cada comunidade. Assim que ela estiver concluída, os pescadores informais serão chamados e deverão entregar uma declaração na qual mais dois pescadores confirmam suas atividades. A partir daí, eles participarão de entrevistas de autonarrativa, cujo conteúdo será avaliado considerando sua compatibilidade com a cartografia da pesca na região. Ao fim do processo, será decidido o deferimento da indenização [...] Para solucionar o problema, o caminho encontrado foi estabelecer parâmetros que permitam a avaliação da autonarrativa. ‘Foi aí que nós identificamos a oportunidade de construir uma cartografia da pesca. É um mapa falado. Um mapa que traça perfis de pescadores de fato em cada comunidade. E as próprias comunidades pesqueiras de cada lugar vão nos dizer como se dá a pesca, quais são as espécies da região e atributos específicos de cada uma delas. Vão nos dizer, por exemplo, qual o período do ano de pesca, o horário do dia mais propício para cada espécie, quais os preparativos necessários, os apetrechos usados, os aspectos culturais da pesca na região’ (EBC, 4 de abril de 2019, grifos nossos).

No piloto, a comunidade de Regência contou com 80 participantes na fase de entrevistas. Na aplicação da metodologia, as narrativas dos pescadores (autonarrativas) foram gravadas em áudio e vídeo, e a empresa contratada foi a consultoria *Knowledge Media*. Além das entrevistas com “pescadores de fato” e os representantes que atuaram na construção, participamos de reunião agendada na comunidade pela Defensoria Pública em 2019 para tratar do Projeto Piloto e consultamos notas técnicas, da CTOS (Nota Técnica nº

022/2018/CTOS-CIF e NT nº 43/2020/CTOS-CIF¹⁰⁷) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020).

O relatório da FGV (2020, p. 4) destaca a informalidade e a pluriatividade nas comunidades, além das alterações das orientações de governo para “identificação, caracterização e atendimento ao setor produtivo pesqueiro no Brasil”. Institucionalmente, é preciso destacar que o Ministério da Pesca deixa de existir em outubro de 2015, sendo integrado ao Ministério da Agricultura, e desde 2008 não se coletam os dados de desembarque de peixe (LAMBERT, 2016), para exemplificar a fragilidade encontrada com relação à produção de dados e coordenação das ações, especialmente com as reformas administrativas e desafios da regulação da pesca. O TTAC (2016, p. 13) previa que as políticas de reparação deveriam “observar o padrão e normas das políticas públicas aplicáveis” e que a Fundação e *experts* deveriam “considerar a tecnologia disponível, metodologia vigente e os padrões de política pública” (TTAC, 2016, p. 15).

A carteira de pesca, por exemplo, já foi emitida por diferentes órgãos, com diferentes procedimentos e tem sua emissão suspensa. Alguns entrevistados relataram que deram entrada para regularizar ou atualizar suas carteiras antes do rompimento da barragem, mas que ficaram com o protocolo em mãos, pois a carteira não chegou. O projeto piloto, assim, procura assumir que os pescadores não podem ser penalizados por questões institucionais da regulação do setor e por características tradicionais no local, que são consideradas informalidades. A Renova, nesse momento, parecia exigir mais dados, tendo em vista as fraudes.

A criação do programa Pescador de Fato surge para corrigir o curso da política indenizatória e contemplar aqueles que, anos depois do rompimento da barragem e da suspensão de suas atividades, continuavam de fora da reparação. A ação integra as políticas indenizatórias no âmbito do PG02, o Programa de Indenização Mediada (“PIM”). Cabe analisar, além de motivações de surgimento, ajustes e adaptações no programa, a sua aplicação no território, local do Piloto.

Para ir além da autodeclaração, que já gerou problemas no território com fraudes, foi proposta uma metodologia participativa para o reconhecimento dos atingidos na pesca, baseada no **testemunho**. O programa nasce com a perspectiva de aumentar a aderência com o campo, haja vista os desafios já detalhados ao longo do processo. Ele prevê ultrapassar a

¹⁰⁷ Para ver mais: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2020/cif-ct-os-nt-2020-43.pdf>>.

dificuldade de reconhecimento de pescadores que não possuíam documentos em dia, que desenvolviam modelo de pluriatividades e aqueles que integravam a cadeia produtiva, mas foram considerados como dependentes, em um núcleo familiar, por exemplo.

O Cadastro Integrado da Fundação Renova identificou um significativo número de pessoas que declararam ter como principal fonte de renda a captura e comercialização de pescados sem a devida regularização, ou seja, essas pessoas possuíam Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP com prazo de validade expirado ou mesmo não conseguiram adquirir esta habilitação. Assim, o grande desafio seria identificar e comprovar, através da comprovação regular do ofício, quem exercia ou não a atividade de pesca comercial à época do rompimento. De maneira específica, mediante às constantes manifestações verbais e por ofício, no Conselho Consultivo da Fundação Renova, os representantes das comunidades pesqueiras artesanais de Povoação e Regência Augusta, localizadas na foz do Rio Doce, Linhares (ES), expuseram que a atual política de indenização mediada do segmento pesqueiro e seus respectivos grupo e subgrupos tratados, não estão de acordo com toda a realidade das mesmas, uma vez que muitos dos pescadores que não possuem RGP e/ou que possuem, mas estão com estes documentos nas condições de suspensos ou cancelados, devido a vários passivos do governo (recadastramentos sem devida divulgação, falta de emissão, de entrega do RGP, falta de pessoal no órgão responsável, constantes mudanças de gestão, etc) não podem ser indenizados como pescador profissional artesanal, conforme é o seu verdadeiro ofício. Esta realidade culminou na elaboração de um projeto piloto que consistiu na criação de um Grupo de Trabalho – GT contando com membros do Conselho Consultivo e técnicos da Fundação Renova, visando a construção de uma proposta de Política para o Pescador de Fato. (RENOVA, 2018, p. 7-8).

A documentação comprovatória exigida até então para o PIM é apresentada na Figura 35. A Renova, antes do Projeto Pescador, de fato aceitava carteiras alternativas à RGP, desde que com outro conjunto de documentos, e o valor da indenização tinha apenas uma faixa: pescador não regularizado, conforme Figura 36.

PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA: <small>*UMA DAS OPÇÕES ABAIXO</small>	PESCADOR COMERCIAL NÃO REGULARIZADO DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:
<p>(i) RGP – Pescador Profissional Artesanal</p> <ul style="list-style-type: none"> • O primeiro registro RGP deve ter data até novembro de 2015 <p>(ii) Protocolo de Solicitação de RGP</p> <ul style="list-style-type: none"> • O requerente deve constar na lista de Solicitantes de RPG recebida via CTOS • O protocolo deve ter data posterior a 01/01/2014 <p>(iii) Comprovante de recebimento do Seguro Defeso</p> <ul style="list-style-type: none"> • O recebimento deve ter se dado em 2014, 2015 ou 2016 • Os beneficiários do Seguro Defeso constam no Portal da Transparência (http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/seguro-defeso?ordenarPor=portaria&direcao=asc) <p>(iv) Declaração do INSS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Referente contribuições até novembro/2015, como pescador artesanal nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> • Assegurado Especial • Contribuição Autônomo • Contribuinte Facultativo 	<p>Obrigatoriamente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação da pessoa atingida • Comprovação de Residência em área atingida • Comprovação laboral <p>Possíveis documentos de comprovação laboral (Carteiras Emitidas até novembro de 2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> • CARTEIRA DA SUDEPE (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA) - emitida entre 1972 e 1989 • CARTEIRA DO IBAMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) - emitida entre 1989 e 2001 • CARTEIRA DO MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA) - emitida entre 2001 e 2003 • CARTEIRA DA SEAP/PR (SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA) - emitida entre 2003 e 2010 • CARTEIRA MPA (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA) - emitida entre 2009 e 2015 • Comprovante de recebimento do Seguro Defeso entre 2008 e 2013. Os beneficiários do Seguro Defeso constam no Portal da Transparência58)

Figura 35 – Comprovação da pesca antes do Pescador de Fato

Fonte: FGV (2020, p. 28)

CATEGORIAS DE INDENIZAÇÃO - PESCA				
<small>*Sem atualização Financeira</small>				
Categoria	Lucro Cessante (até dez/18)	Danos Materiais	Danos Moral	TOTAL
Pescador Não Regularizado	33.366,00	4.000,00	10.000,00	50.366,00
Pescador Profissional com RGP - Região Continental				
Dono de Embarcação com Motor de Popa	68.970,00	17.000,00	10.000,00	95.970,00
Tripulante de Embarcação de Motor de Popa	35.606,00	4.000,00	10.000,00	49.606,00
Dono de Embarcação a Remo (sem motor)	48.279,00	12.000,00	10.000,00	70.279,00
Tripulante de Embarcação de Motor a Remo	35.606,00	2.000,00	10.000,00	47.606,00
Pescador desembarcado	35.606,00	2.000,00	10.000,00	47.606,00
Pescador Profissional com RGP - Região Estuarina / Marinha				
Dono de Embarcação com Motor de Centro	193.057,86	R\$ 20.000,00	10.000,00	223.057,86
Tripulante de Embarcação com Motor de Centro	77.223,22	R\$ 4.000,00	10.000,00	91.223,22
Armador /Proprietário de Embarcação com Motor de Centro	115.834,64	R\$ 20.000,00	10.000,00	145.834,64
Dono de Embarcação com Motor de Popa	129.200,00	R\$ 15.000,00	10.000,00	154.200,00
Tripulante de Embarcação de Motor de Popa	52.972,00	R\$ 4.000,00	10.000,00	66.972,00
Dono de Embarcação a Remo (sem motor)	49.400,00	R\$ 10.000,00	10.000,00	69.400,00
Tripulante de Embarcação de Motor a Remo (sem motor)	43.700,00	R\$ 4.000,00	10.000,00	57.700,00
Dono de Batera Marinha	104.857,92	R\$ 16.000,00	10.000,00	130.857,92
Tripulante de Batera Marinha	63.395,40	R\$ 7.000,00	10.000,00	80.395,40
Pescador desembarcado	43.700,00	R\$ 4.000,00	10.000,00	57.700,00
Dono de Embarcação Camaroeira - embarcação grande	247.000,00	R\$ 25.000,00	10.000,00	282.000,00
Tripulante de Embarcação Camaroeira - embarcação grande	123.500,00	R\$ 4.000,00	10.000,00	137.500,00
Dono de Embarcação Camaroeira - embarcação média	228.000,00	R\$ 25.000,00	10.000,00	263.000,00
Tripulante de Embarcação Camaroeira - embarcação média	114.000,00	R\$ 4.000,00	10.000,00	128.000,00

Figura 36 – Categorias de indenização da pesca

Fonte: FGV (2020, p. 30)

Com a proposta piloto, os pescadores que receberam em outras categorias ou tiveram seu valor limitado às categorias de indenização anteriores, poderão solicitar o complemento da indenização, e aqueles que sequer foram reconhecidos poderão tentar a “elegibilidade”. O projeto, então, permite categorização e ajustes de categorização daqueles que receberam em modalidades outras, por não estarem com registro regular, conforme excerto abaixo:

Os atingidos que já tiverem sido indenizados nas categorias de pesca ‘não regularizada’ ou pesca para subsistência, mas que evidenciarem praticar a pesca profissional comercial, poderão solicitar sua alteração de categoria e serem indenizados de forma complementar. (RENOVA, 2018, p. 21).

Os pescadores alcançam com o Pescador de Fato a ampliação dos elementos de prova sobre ofício profissional, que devem ser juntados no pedido com comprovante de residência no território no momento do rompimento da barragem. Na Figura 37, identificamos as modalidades criadas para o que a Renova chama de “para além da modalidade ‘oficial’”, com a possibilidade de outros documentos e fontes, além dos testemunhos, declarações e narrativas.

As modalidades ‘2’ e ‘3’, recomendadas pelo Conselho Consultivo, ampliam as alternativas de comprovação do ofício para o pescador que praticava a pesca com fins comerciais. As duas modalidades estabelecem como requisito a declaração de dois pescadores profissionais regularizados, que deverão possuir no mínimo 8 anos de prática regular da pesca comercial, atestando que o atingido que pleiteia este reconhecimento é um pescador profissional ‘de fato’, ainda que não possua a comprovação laboral, conforme ‘Modalidade 1’. (RENOVA, 2018, p. 13, grifo nosso).



Figura 37 – Modalidades de comprovação de ofício profissional

Fonte: Renova (2018).

No documento encaminhado ao CIF e CTOS pelo Conselho Consultivo em 18 de junho de 2018, quando se encaminha o desenho da proposta, solicita-se parecer para que a projeto piloto inicie já em julho de 2018. Na NT n. 022/2018/CTOS-CIF, de 22 de julho, o parecer é favorável à aprovação e apresentam-se recomendações, destacando elogiosamente o processo de inclusão dos pescadores na formulação do projeto. Além da sugestão de início do piloto em 30 dias, a partir da aprovação no CIF, aprovado em 30 de julho com a Deliberação 182/2018, destacamos:

Recomenda-se que o Conselho Consultivo/Fundação Renova apresentem à CTOS, tempestivamente, para apreciação, os modelos do Formulário e Questionário a serem aplicados aos pescadores nas metodologias de comprovação de ofício de pescador profissional artesanal, conforme previsto no Conjunto de evidências '2' e '3', bem como esclareçam como será feita a aplicação, análise e avaliação das respostas (NT n. 022/2018/CTOS-CIF, 2018, p. 3, grifos nossos).

Essas questões evidenciam que não basta o desenho, já que sua operacionalização, formulários, metodologias, análises e avaliações podem ser problemáticos. O projeto piloto inicia em Regência em dezembro de 2018 após manifestações quanto à morosidade nos encaminhamentos tanto pelo CIF quanto pela CTOS. A deliberação 236 do CIF, de novembro de 2018, por exemplo, fixa multa punitiva diária. Os pescadores da vila são entrevistados entre fevereiro e maio, e o projeto piloto se encerra em dezembro de 2019, conduzido por uma empresa contratada pela Renova para a execução da cartografia e entrevistas (FGV, 2020).

O relatório da FGV (2020, p. 20) pontua os atrasos e as “mudanças unilaterais no procedimento do piloto” por parte da Renova. Na reunião promovida pela Defensoria Pública em Regência, em 2019, uma espécie de oitiva sobre a execução do Piloto, participaram majoritariamente pescadores que não foram aprovados ou que não sabiam se tinham sido aprovados para a categoria Pescador de Fato, assim como alguns pescadores antigos que foram testemunhar em favor daqueles que pleiteavam a categoria recém-criada.

A reunião aconteceu no auditório do Tamar, e os relatos dos pescadores evidenciavam o desconforto e a falta de clareza do processo. Por vezes, eles tinham dificuldade em explicar seu caso. Eles levavam documentos ao Defensor e tinham outras dúvidas e questões para serem tratadas para além do Pescador de Fato. Essa falta de clareza e as respostas confusas e não conclusivas que os pescadores afirmam ter recebido dificultam os encaminhamentos. O programa gerava a expectativa de que eles fossem, agora, contemplados, mas a demora e a falta de clareza seguem o padrão de respostas da Fundação para o Entrevistado 2:

Só que um problema jurídico que tá acontecendo aqui muito grande: a Renova, ela faz o seguinte, ela faz um cadastro com você em 2015, aí passa três meses ela te

manda uma cartinha, passa mais dois meses, outro mês, três meses, seis meses, dez meses, um ano: Dizendo nada! Vai e volta, o negócio vai e volta. Fica numa lengalenga, não te dá informação nenhuma, ‘tamos apurando’. A gente pergunta mais alguma coisa, pede mais um documento, pá, pá, pá, pá, pe, pe [...]. No final, hoje, quatro-três anos depois, você entra no seu sistema: eu, Danilo, putz, não impactado! O que que eu vou fazer? Você corre pra justiça, lógico. Aí eu [advogado] falo com o juiz ‘excelência, aqui eu quero um pedido liminar, que esse cara tá morrendo de fome, cara, a Renova tá enrolando ele até agora, o cara não conseguiu nada, a família passando necessidade’. Aí o juiz te fala: ‘mas, doutor, um dos requisitos da tutela antecipada, é o risco da demora, você demorou quatro anos pra vir me pedir na justiça, que demora é essa?!’ Aí eu falo: ‘pô excelência, quatro anos que a Renova vem me enrolando, agora que ela decidiu avisar’. ‘Então, você esperou quatro anos, está disposto a esperar mais um pouco.’ Aí esses processos começam a andar no ritmo de justiça Brasil. (Entrevistado 2).

A reunião, no auditório do Centro Ecológico, inicia-se com o Defensor Público destacando que seriam tratadas, naquela manhã, apenas questões relacionadas ao projeto piloto do Pescador de Fato, que estaria gerando insatisfação na comunidade. Os pescadores confirmam a insatisfação, e o Defensor contextualiza como o desenho do projeto nasce, justamente, para fazer justiça às realidades do território e destaca a participação da comunidade no desenho do projeto. Ele afirma, ainda, que seria necessário, agora, colher os depoimentos dos pescadores para entender o que teria acontecido na execução do Piloto e evitar que os problemas se alastrassem, ao gerar um aprendizado e correção de rota, na aplicação do Projeto em outras comunidades, bem como atuar na reparação das injustiças causadas nesse âmbito para os pescadores locais.

Ao iniciar a reunião, o Defensor contextualiza toda a situação:

Vocês sabem que desde 2015, teve o desastre, criou-se a Fundação Renova e criou-se vários programas pra tentar indenizar as pessoas, os atingidos e as atingidas. Como o programa não tava funcionando, eles criaram uma primeira coisa chamada: política indenizatória. E aí vocês passaram a conhecer a famosa pesca de subsistência; comercial não regulamentado; comercial não regulamentado com motor, sem motor, com barco, sem barco; comercial regulamentado. Mas, mesmo assim, os pescadores não estavam conseguindo ser reconhecidos. Aí a Fundação Renova decide dar mais um passo. Eles falaram: vamos, partindo de uma ideia que surgiu no conselho consultivo - a partir da ideia do nosso amigo Carlos Sangália que cedeu esse espaço aqui, um parceiro nosso -, vamos ouvir o pescador pra identificar o pescador. O Pescador de Fato começou com a ideia de que a própria comunidade tinha total conhecimento, total experiência, para conhecer o seu próximo. O que que acontece, como tá tudo atrasado. Para vocês terem uma ideia, a gente tem em torno de 100.000 atingidos, MG e ES, e vamos fazer uma estimativa aí: 10 a 20mil indenizações pagas. Vamos chutar alto, tem 20mil, mas não é isso tudo não. Tem 80.000 pessoas esperando. 80.000! Aqui é uma fraçãozinha do que a gente está vendo no território todo. E por quê? Burocracia, documento. A Renova está com receio de pagar as pessoas porque fica com medo de pagar errado [...]. Essa ideia passou pelo Conselho Consultivo, mas ela teve uma mudança. Mudaram o projeto que foi idealizado. E criaram um sistema, primeiro iria ser feito umas oficinas, uma cartografia social. Pra depois saber quem é e quem não é. Muitos devem ter participado das oficinas, das rodas de conversa, era pra trocar uma ideia, uma coisa mais tranquila. E depois finalmente conseguiram ter acesso ao programa do Pescador de Fato e aí vocês tiveram os problemas já relacionados: a levar testemunhas, a convencer a testemunha pra conversar com você (Reunião 3)

O Defensor Público resgata um histórico do processo e dá destaque à lógica do **reconhecimento pelos pares** como critério imperioso para o projeto de reparação. As dificuldades em acessar a política indenizatória, mesmo com uma série de categorias criadas, relaciona-se, no relato do Defensor, à burocracia e ao receio da Fundação Renova em pagar errado. “Pagar errado” diz respeito ao que aconteceu no caso das irregularidades já citadas – daqueles que chegavam (ou voltavam) no território meramente pelo cartão, autodeclarando-se atingidos dentro das categorias que estavam disponíveis. Esses problemas, como vimos, geraram tensões e rachaduras na teia social, assim como na “reputação” da Fundação encarregada de reparar. No entanto, os números que o Defensor traz de atingidos aguardando reparação demonstra que, mesmo com mais quatro anos depois do evento, as dificuldades na trajetória de reparação e os desafios vividos pelos sujeitos atingidos pelo desastre e suas decorrências são de grandes proporções.

Nesse sentido, outras vulnerabilidades evidenciam-se nas exigências e deliberações no âmbito da justificativa para os atingidos. O Entrevistado 2 exemplifica a dificuldade de se conseguirem documentos comprobatórios comumente exigidos em processos judiciais – como conta de luz para comprovar residência, ou mesmo CPF –, o que gera uma série de entraves.

Porque o cara, igual eu te falei, às vezes, não tem um RG, acabou de tirar porque senão não ia nem conseguir mover a ação – um cara de 40 anos não tinha CPF e RG, ‘mas como que você não tem?’ – ‘nunca precisei disso pra nada, vou ali no rio, pesco meu peixe, pago ali, pego e vou pra casa, acabou, minha vida é essa’. Entendeu? (Entrevistado 2).

Na comunidade, portanto, por vezes os pescadores não dispõem dos documentos, seja porque moravam em propriedades plurifamiliares – para contrastar com a categoria de unidade familiar – ou porque nunca tinham precisado de documentos.

Aí o juiz vira pra mim e fala: ‘doutor traz aqui pra mim um comprovante de residência do cara de 2015’. – ‘Excelência, esse cara em 2015 tinha 16 anos de idade.’ – ‘Ah não interessa, tem que ter, se não tiver não vai ganhar.’ Aí fui, arranjei uns documentos do colégio, que o cara estudou lá, ‘ah não, isso aqui é um documento que alguém preencheu a mão, pra mim não vale’. Então você vai encontrando uma série de entraves processuais pra ‘conseguir’ [...] pra construir justiça! Por quê? Porque demoramos quatro anos, mas não fomos nós que demoramos quatro anos, foi a Renova que demorou quatro anos pra concluir o seu cadastro e te falar que você não é impactado. Isso, sem contar os que são reconhecidos como impactados e que também não botaram nada no bolso até agora. Então assim, judicializar uma questão, eu como operador de direito, é até ruim falar isso, mas é o pior cenário pra quem quer pagar as contas, quem quer pagar as contas hoje tá enfrentando o pior cenário que é ter que judicializar, mas é o único meio que eu tô vendo que vai garantir a integralidade do direito do cara. (Entrevistado 2).

A burocracia citada pelo Defensor refere-se às provas exigidas aos atingidos, mas podem também ser extensíveis para uma lógica de caixa preta, sem transparência na deliberação sobre as categorizações feitas pela Fundação e de modo unilateral: “então, quer dizer, é, na verdade eles tão querendo impor, né, porque é o que fazem as grandes empresas e companhias que existem, no Brasil, pelo menos é dessa forma, né?” (Entrevistado 26).

Mesmo que as categorias tenham sido construídas coletivamente, com aval de associações e das instâncias de governança instauradas, na execução, os processos tomam outros caminhos, e a interpretação do TTAC gera conflitos entre atingidos, representantes dos atingidos e membros do Comitê Interfederativo e a Fundação Renova. “O TAC acabou dando essa enquadrada [...], essas categorias foram construídas junto com a associação de pesca, enfim” (Entrevistado 2).

O reconhecimento pelos pares estabeleceria uma noção de reparação construída coletivamente, com menor interferência de atores externos, empresas, consultorias, técnicos, em que a comunidade pudesse construir e se corresponsabilizar pelo processo:

Quem sabe melhor sobre quem é pescador e quem não é pescador numa comunidade? O próprio pescador, a própria comunidade. É um pesquisador ou um funcionário da Renova que nunca pisou no território? Não! É o Dr. Rafael que vai dizer quem é e quem não é? Também não! É o Dr. Paulo Tralha? Também não! É o João? Não! É uma construção coletiva porque ninguém conhece todo mundo também (informação verbal¹⁰⁸).

Algumas perguntas e discussões apresentadas ao longo das análises, como “quem são os verdadeiros pescadores?”, o Defensor ainda destaca na reunião: “tem muito pescador aí há 10, 20, 30 anos, de repente chegou lá: ‘você não é pescador não’. Também teve pescadores, ou atingidos, que foram reprovados, mas não eram de fato. Então a gente precisa fazer um filtro e descobrir quem é e quem não é” (informação verbal). A disputa concentra-se nos filtros metodológicos para acessar a reparação e nos instrumentos de implementação das políticas.

O pescador de fato, aquele que também comercializava, no entanto, não está no mesmo *status* do profissional, e desconfiava-se que os valores da indenização seriam menores do que aqueles da Figura 36.

Na verdade é o seguinte, são duas grandes categorias, o comerciante e o pescador. Aí, dentro do pescador, existem, eles dividiram a grosso modo, o pescador que estava regular com os documentos tudo certinho, e aí tem subcategorias, o pescador que está regular, ele pode ser motor de polpa, um barco de motor de polpa, um barco de motor de centro, pode ser um pescador de barranco, pode ser um pescador de

¹⁰⁸ Fala do Defensor na reunião sobre Pescador de Fato na vila.

subsistência. ‘Ah, esse tem os documentos tudo certinho’, beleza, também foram valores distintos, né, cada uma dessas pessoas pegaram. Isso quem eram os pescadores regular, tinha os documentos, todos certos. Agora, o cara que era pescador irregular, ele tá tendo que entrar nessa questão de Pescador de Fato, que pelo que a gente já tá vendo e os rumores, é que os valores são totalmente diferentes pra quem tava regular, e o fato de tá regular é pagar ou não taxinha da carteirinha ali, do RGP da pesca. Então assim, tem pescadores aqui que são tradicionais, os caras conhecido, monstro do mar, mas que vai ter que ir pro Pescador de Fato porque ele não tinha um documento pra provar. (Entrevistado 2).

Essa distinção na categoria da pesca aproxima-se da noção de que alguns sejam mais “pescadores” que outros e contrasta com a visão de que os “verdadeiros”, os profissionais, todos já receberam, de que o número ampliou com o desastre, como vimos naquelas críticas à ampliação da abrangência. Essa distinção, na questão do exercício de atividade profissional, passa pela tradição, pelas redes e pelos vínculos antes do desastre. Na própria comunidade, pescadores afirmam, por exemplo: “ficava difícil de entrar no processo de indenização, então criou-se o Pescador de Fato pra abranger essa população que não tem documento. Então, enfim, o profissional hoje, a “maoria” já foi indenizado, entendeu?” (Entrevistado 27).

Outros criticam a subcategorização e entendem que as particularidades da vila ultrapassam a compreensão formal:

E o pescador aqui, cara, é um pescador-índio, entendeu? O cara não vai emitir uma nota, o cara não vai [...]. Tipo, então assim, a galera aqui não tinha o mínimo de organização, muitos desses pescador não tem um RG, um CPF, não tem documento nenhum. Aqui a gente tá pedindo pro cara um comprovante de residência, o cara não tem. (Entrevistado 2).

A pergunta “nós fomos atingidos, o que é que falta?” é resgatada também na problematização sobre os (des)caminhos da política do pescador, de fato, nas falas dos atingidos durante a reunião. Apesar de seu desenho, construído coletivamente, aprovado pelas comunidades e pelas instâncias de governança da Renova e do CIF, repetem-se as reclamações em torno da conduta da Renova e das empresas que contratam. Critica-se a demora na execução da política. Diante dessas questões, perguntamo-nos se a terceirização do processo não seria uma garantia contratual, uma espécie de segurança jurídica para a Renova no processo, em analogia à própria construção de uma Fundação para conduzir a reparação. A reparação vai sendo “terceirizada” por meio dos dispositivos jurídicos (Estado + Empresas = TTAC → Renova e CIF → Empresas e contratos, termos de referência, consultorias). Esse processo não facilitaria a terceirização da culpa, em analogia ao *blame-game* (HOOD, 2011)? Há uma complexidade em levar em conta as singularidades dos locais e implementar as ações.

O Entrevistado 8 relatou que foram duas tentativas para “passar” nas entrevistas. A forma como a política indenizatória toma formato de prova, em que não basta ser vítima, tem

que responder enquanto tal, parece, no mínimo, preocupante: “aí teve um teve o tal de pescador de fato aí, aí eu fui lá, levei as duas testemunhas e tal, aí eu [...] não, na primeira eu não passei, eu passei na segunda, né? Faltou alguma coisa lá, no critério deles lá”.

Por vezes, os pescadores sequer sabem o que “faltou”, acham que responderam “certo”, mas não recebem “o gabarito ou a correção das provas”. Nos relatos da reunião, eles contavam as dificuldades em entender as perguntas que se repetiam, o estranhamento com relação a estarem depondo em frente às câmaras em sessões de horas. Para eles, parecia que estavam sendo investigados, como suspeitos, e alguns contam que se sentiam confrontados com relação às suas respostas. Na reunião, chegaram a relatar duas entrevistas com mais de 3h seguidas, e relatam que recebiam perguntas que se repetiam como se desejassem que caíssem em contradição.

Para um dos atores locais, foi criado um tribunal para os pescadores:

Igual uma questão aí que eles colocaram do Pescador de Fato, criaram um tribunal de exceção, que é a suposta entrevista do Pescador de Fato, te colocam, botam um cara que nunca fez uma entrevista nem de emprego, ‘mermão’, o cara nunca fez uma entrevista de emprego, o cara é pescador aqui, ‘senta aí. Qual a malha da sua rede? Qual peixe? Que dia? Quanto? Que horas? Como é que é?’ Então, tipo assim, criaram esse tribunal de exceção justamente pra dificultar pra galera, entendeu? (Entrevistado 2).

Mesmo durante a reunião, alguns pescadores não conseguiam expressar em público o que acontecera e era ajudado pela esposa, que complementava ou tentava explicar para o Defensor, o que teria acontecido na entrevista. Em busca de inteligibilidade, o Defensor habilmente procurava repetir o que o pescador teria dito e listava o que tinha entendido, para compreender com clareza o que teria se passado com o pescador, acolhendo ao colher os depoimentos.

O Entrevistado 8 destaca algumas das questões técnicas que eles tinham que responder: períodos de defeso para as espécies, malhas, piracema e comportamento dos peixes.

O cara me perguntou: ‘O que que é uma rede de manjuba?’ – ‘Uma rede de manjuba é uma rede ponta de dedo, né, só pega manjuba mesmo, pode pegar um bagre, outras coisas lá, né, porque tem eles têm como eles ficar por causa das espinhas, da nadadeira dele, né? Então pega o peixe maior. Rede carapé é uma rede de pescadinha, rede de, rede maieira lá’. Os caras me perguntaram tudo. Então, o espinhel, eu falei ‘rapaz, o espinhel que a gente usa aqui, corda x, corda 8, corda 6, né? Anzol aí, é 8/0, o cabo de aço aí, então a gente usa aí é o 8/0 também que é um anzol, um cabo de aço fino, que pra nós aqui é fino, mas lá fora lá ele se torna grossão pra aguentar peso mesmo, né?’ Dependendo da situação de cada barco – varia muito – barco pequeno bota 200 (duzentos) anzóis aí, barco grande bota 1400 (mil e quatrocentos) anzóis, 1500 (mil e quinhentos anzóis). No barco mesmo que eu pescava – depois eu saí do meu tio, saí, né? Aí fui pescar com um rapaz de Regência também. O barco que a gente pescava era um MWM, motor série 10, tinha capacidade, na urna 4000 (quatro mil) quilos de camarão. Então, na caixa de isopor

em cima, mais 1000 (mil) quilos aí. Então o barco chegava a carregar 5000 (cinco mil) quilos de peixe aí. (Entrevistado 8).

Um dos pescadores conta que quando perguntaram qual era o comportamento do peixe, ele não entendeu a pergunta, pediu para explicar melhor o que queriam: “perguntaram o que o peixe come e onde se alimenta. Aí rapaz eu fique em dúvida... olha, come em qualquer lugar, quando o cara tá com fome ele come até pedra” (informação verbal¹⁰⁹). Algumas dessas questões, legais e técnicas, sequer eram compreendidas pelos pescadores, eram até consideradas desnecessárias para o ofício, e comentavam: “quem realmente precisa saber disso pra pescar?”, “tá, mas sabe consertar uma rede, jogar uma tarrafa?”, “desafio esses técnicos aí a virem aqui pescar na Foz”.

Ao ouvir aqueles depoimentos públicos, tomávamos notas e procurávamos entender o que parecia se tratar de incoerências e nos causavam estranhamentos. Por exemplo, com relação ao período de defeso, um pescador disse: “pra quem é ‘de fato’ não tem defeso”. Imediatamente, penso que ele está relatando uma pesca irregular, pois, já que não recebia defeso, deveria continuar pescando, à margem.

Durante a reunião, alguns relevaram que não foram considerados pescadores, “mas que disseram que ligariam”, o que gerava nos pescadores certa expectativa. A expectativa de receber uma ligação, mesmo sem compreender bem do que se trataria, parecia gerar e renovar esperança de ser “contemplado” em outro programa. Algumas das frases que os pescadores citam durante a reunião com a devolutiva que receberam, fundamentando a negativa, foram: “a devolutiva era que eu não teria tempo pra pescar”, e rebatiam “trabalho com carteira, mas quem estragou (a pesca) foi a Samarco!”; “diziam que os dados não estavam batendo. ‘Pelas respostas que você deu você não é pescador de fato’”. Além das críticas aos procedimentos, aos próprios avaliadores, as respostas inconclusivas aos atingidos dificultam aos pescadores construir contraprovas: “esse analista sabe analisar as coisas? Disseram que contratariam quatro pescadores profissionais para julgar...”; “Quer dizer que uma vida inteira de pesca não tem sentido algum?”; “Não fui aprovada por esses métodos”.

Em uma sentença referente à petição de comissão de atingidos de uma outra região, que solicitava pagamento integral de indenizações, em um excerto da defesa, as empresas réis apresentam a média de elegibilidade do projeto piloto, que inclui a vila de Regência:

77. É importante destacar que nos locais onde foi aplicada a metodologia (Povoação, Regência e Conselheiro Pena, todas localidades previstas na definição de Área

¹⁰⁹ Depoimento de um pescador na reunião com Defensoria Pública sobre o projeto piloto do pescador de fato.

Impactada do TTAC), a média de elegibilidade dos Pescadores que participaram do processo não superou 12,5% dos solicitantes. Ou seja, 87,5% dos pleiteantes que se diziam Pescadores de Fato não souberam informar detalhes, de forma coerente, sobre a atividade exercida e, portanto, não lograram demonstrar praticarem a pesca comercial informal (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO – TRF1, 2020, p. 67, grifos nossos).

Uma outra situação que nos chamou a atenção foi quando um dos pescadores afirmou “a pesca tava em crise e um mês antes, a gente tava recebendo cesta básica” (informação verbal¹¹⁰), ao que o Defensor não escuta e alguns pescadores se incomodam ao ouvir o depoimento e parecem tentar dissuadi-lo, comentando que essa fala é ponto para “eles”. Esses relatos das dificuldades vividas anteriormente já foram utilizados em outras controvérsias, sobre a qualidade da água e do rio, sobre a vulnerabilidade econômica, para tentar diminuir ou relativizar a noção do impacto. O que está em disputa constante é essa percepção: melhorou ou piorou?. Assim, devem-se selecionar as informações para que o contraste se evidencie.

Enquanto relatavam sobre a entrevista, como se sentiram, quais eram as questões e quais as devolutivas e interações com a Fundação, um deles questiona: “não tem QI?”. Essa afirmação vem depois de um dos antigos pescadores da vila, que fora reconhecido no início das indenizações como pescador profissional, ter afirmado que deu duas declarações, mas as declarações “não valeram de nada!”, questionando o processo como um todo e afirmando indignado: “passei por mentiroso!”. Alguns pescadores questionam se não há “quem indica”, desconfiando de que lideranças da pesca tenham influenciado de algum modo na escolha dos pescadores de fato. Essa tensão com os pescadores regularizados nos pareceu forte.

Se por um lado, a Renova fica com “receio de pagar errado”, os nativos ficam com receio de não receber certo. Nesse sentido, o vínculo institucional com relação ao registro de pesca, como prova, garantiu o pagamento mais rápido na categoria, enquanto aqueles menos preocupados com esses aspectos hoje procuram espaço no dispositivo de reparação.

A dimensão do reconhecimento passa, mais uma vez, da comunidade para o dispositivo de reparação, que se ancora nos documentos e nas formalidades, seja pela lógica jurídica, seja pela lógica empresarial, seja pelos *experts*. Os pescadores que não receberam citam a Renova como barreira ilegítima:

Ué? O que que deu errado? O que eu respondi errado? Como foi minha entrevista? O que que eu falei, o que eu não falei? Por que eles chegaram a essa conclusão se eu sou pescador? E acima de tudo gente: se a comunidade pesqueira – associação,

¹¹⁰ Comentário durante a reunião com Defensoria Pública sobre o projeto piloto do pescador de fato.

colônia, sindicatos, as pessoas que moram – sabem decor que eu sou pescador, que eu pesco no dia tal, que pesco assim, pesco assado, por que chegou Renova agora e falou que eu não sou pescador?. (informação verbal¹¹¹).

Outros atores do processo citam não apenas a Fundação como barreira, mas as próprias instituições da justiça, das quais desconfiam, lançam dúvidas sobre os vínculos políticos:

Agora quando você volta pra Justiça Estadual, você já começa a ter que pensar num contexto todo, contexto todo eu digo o quê? Quem aparelha uma justiça ou não? O Governo Estadual, aí você busca informações, 90% dos nossos políticos, foram eleitos com repasse, com financiamento da Vale e da Samarco, e aí você fala ‘como que esses caras vão potencializar a justiça?’ Jamais, esses caras vão fazer o contrário. Eles vão dificultar que a justiça ande. E assim, mas essa é a realidade da Justiça Estadual em todo Brasil, não é um privilégio nosso. (Entrevistado 2).

Sobre as possíveis tentativas de fraudes, no comércio local alguns empresários relataram que receberam pedidos de declarações para que dessem entrada no processo: “nunca me vendeu um peixe! Dei declaração apenas para uma marisqueira que realmente vendia pra gente”. Durante a reunião, o Defensor também destaca a importância de confiança mútua no processo e a responsabilidade que devem ter ao testemunhar e ao ser inquerido, colocando a sanção como inibidor ao testemunho falso: “e se Defensoria Pública e Ministério Público estão entrando na jogada é porque também a gente tem muita responsabilidade de saber o que: aquela pessoa que tá em testemunho falso ou busca burlar o procedimento, está sujeita a algum tipo de sanção” (informação verbal). E reafirma a necessidade de identificar as falhas e corrigi-las: “se ninguém reclamar é porque o programa é uma beleza. Vai sair, vai ganhar prêmio: método arrojado de identificação comunitária. Mas pelo fato de essa sala estar cheia, quer dizer que alguma coisa deu errado, correto?” (informação verbal).

Essa crítica parece-nos conectada com a crítica aos gastos com propaganda que a Renova empreende. Essa interface midiática da Renova e o gasto que faz em publicidade, por exemplo, retorna aqui na construção de uma imagem sobre o processo de reparação, que possa de algum modo ser visto como exemplar e tornar-se *case de sucesso*.

O caso, no entanto, é apontado também como uma aprendizagem para os processos de reparação, haja vista as aprendizagens para Brumadinho e para a atuação dos órgãos de defesa de direitos e de mobilização dos atingidos. Destaca-se, também, que essa aprendizagem se deu na base do sofrimento.

¹¹¹ Fala do Defensor Público ao introduzir a reunião sobre o projeto piloto do pescador de fato.

Vocês estão num processo inédito. Não teve no Brasil um desastre tão grande quanto esse. Brumadinho, de fato, tem o mesmo responsável, é muito parecido, mas tem uma limitação territorial menor. As coisas lá estão andando de outro jeito, felizmente com as experiências que a gente colheu da atuação no Rio Doce. Vou dar um exemplo de Brumadinho para vocês verem como é que lá está sendo diferente: quem cadastra os atingidos não é a Renova, nem as empresas. Isso já mudou. A gente teve que aprender na base, no martírio, no sofrimento, no suor. Com os erros e acertos que estão acontecendo no Rio Doce. A Fundação Renova foi criada antes do Ministério Público e Defensoria Pública sentarem e falarem o que precisava, das questões certas. Numa ideia de boa fé os poderes públicos, sei lá, mas tá tudo errado! (informação verbal¹¹²)

O Defensor encerra a reunião explicando os encaminhamentos e dizendo que poderiam contar com a Defensoria, o Ministério Público, as consultorias Rumble e FGV que atendem ao MP, e sugere que seja criado um Conselho de Reconhecimento, baseado numa relação de confiança dos atores locais e da cadeia da pesca. Enquanto alguns meios parecem estar mais alinhados com os dispositivos e com seu discurso sobre a reparação, outros criticam dos procedimentos às injustiças (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Vemos, sobretudo, nessas interações em nomear e culpar, no processo de problematização das questões (CEFAÏ, 2017b) um processo heterogêneo e com muitas camadas que atuam na identificação dos desafios e do reconhecimento enquanto vítimas.

4.2.4 Síntese da seção: desafios, vítima e reconhecimento

Em interação com o território, os dispositivos, especialmente por não serem aderentes à realidade local, apresentaram efeitos que precisam ser discutidos, denunciados e corrigidos, para acesso aos direitos, de marisqueiras, de pescadores de fato. Os principais desafios identificados nas críticas dos atores quanto ao processo de reparação envolveram a discussão sobre os dependentes, sobre as categorizações, sobre as provas aceitas e a sobre comunicação e participação dos atingidos na construção dos instrumentos.

¹¹² Fala do Defensor Público ao introduzir a reunião sobre o projeto piloto do pescador de fato.

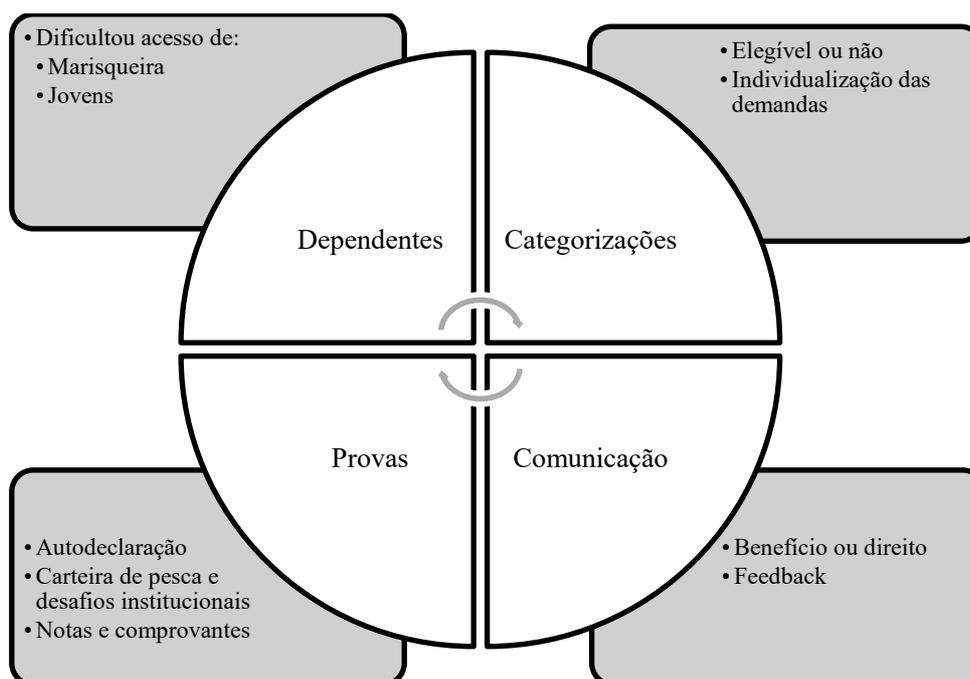


Figura 38 – Repertórios normativos sobre os instrumentos na pesca

Fonte: elaborado pelo autor.

As singularidades do território, com relação à cadeia produtiva e o conceito de unidade familiar, dificultaram acesso de atores específicos na reparação, como as mulheres e os jovens pescadores. Além disso, nas categorizações, tratou-se de atribuir rótulo de elegível ou não e ao individualizar as demandas trouxe desafios nos cadastros, questionamentos e desconfiança com relação ao processo. As formas como comunicavam sobre o cartão também colocaram o ator num polo de beneficiário, o que dificultava a compreensão enquanto um direito, e os *feedbacks* com relação à elegibilidade e à política eram confusos na perspectiva dos atores locais. Por fim, as provas solicitadas causaram dificuldades aos atores em terem seus direitos reconhecidos. Se, por um lado, o cadastro inicial trouxe conflitos, por outro, a rigidez ao solicitar documentos em uma comunidade pesqueira, sem conhecer suas dinâmicas e levar em conta os desafios institucionais do setor da pesca dificultaram reconhecimento dos pescadores.

As dinâmicas das relações locais passam a ser intermediadas pela moeda da reparação. O dispositivo, portanto, captura a dimensão do reconhecimento por meio de seus instrumentos. De um elemento emergencial para garantia de direitos ele passa a dificultar acesso aos atingidos com adoção de metodologias e procedimentos sem aderência com às singularidades do local. O cartão é visto como elemento de desarticulação das associações e das relações dos atores, tendo como consequências o desinteresse pelas pautas e projetos

coletivos, que ficam para trás por falta de coordenação das ações, por falta de confiança nos pares. A moeda parece virar um fim em si mesmo e representar a lógica individualista, com efeitos em uma teia de relações.

Para falar de maneira rápida, avançamos a hipótese de que o esfacelamento de nossas relações comunitárias, o isolamento crescente dos indivíduos uns em relação aos outros, através de uma forma de vida individualista onde a sociedade tem mais o sentido de meio ou possibilidade de realização individual, e não de vida em comum, favorece o que poderíamos chamar de uma estrutura de sociedade paranoica. Afinal, nessa estrutura de sociedade, a percepção que temos do outro, separado de nós e tomado como vontade de ganho próprio, tende a ser a de uma ameaça em potencial. (FURLAN, 2015, p. 338).

O dispositivo, como citado numa entrevista, virou uma bíblia. Essa metáfora ajuda a explorar a dimensão moral do dispositivo e também das vítimas, como interpretação das próprias ações dos moradores frente aos dispositivos. Assim, por vezes, o pescador é classificado ou se percebe enquanto vítima reconhecida por meio das categorias possíveis. Outras vezes, são classificados como falsas vítimas quando não conseguem acessar seus direitos. Quando sua palavra não vale, passam por mentirosos ou gananciosos na interação com o dispositivo e seus instrumentos (Figura 39). Ou seja, no processo de reparação, parece haver um prisma sobre os olhares de como podemos ver as vítimas, pelos dispositivos.

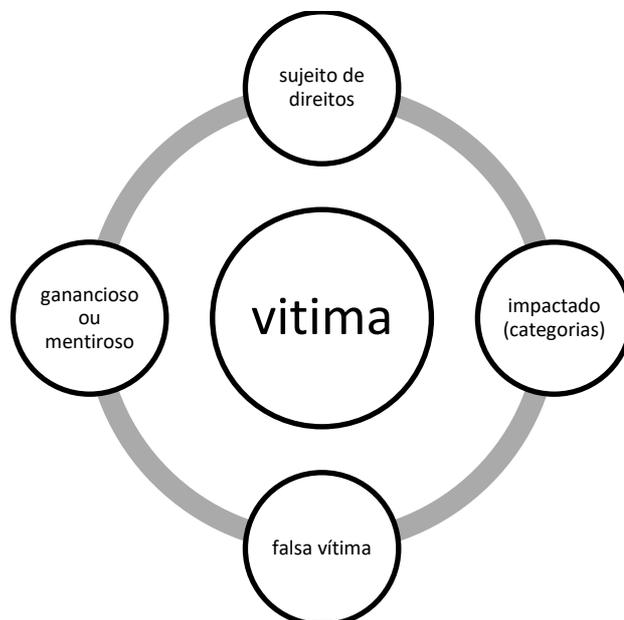


Figura 39 – Prisma de vítima

Fonte: elaborado pelo autor.

Por conseguinte, identificamos os seguintes elementos do reconhecimento no processo: a materialidade, a alteridade, as provas e as matrizes-julgamentos. A materialidade do reconhecimento está centrada no cartão, que tem efeitos nas relações econômicas da vila; a

alteridade passa pelos grupos sociais e categorias socioprofissionais, em uma primeira dimensão, e aprofunda com uma dimensão moral de vítima “verdadeira” nos testemunhos (no caso do pescador de fato, por exemplo); por fim, a matriz é construída pela empresa que elabora matrizes que servem de encaixe para as realidades, terceirizam os processos com empresas, elaboram critérios para aceitarem as provas e julgam documentos, narrativas, testemunhas, atingidos. Por isso, aspectos que têm sido problematizados no processo são: o controle dos critérios de elegibilidade pela empresa; a construção dos instrumentos e a interpretação que fazem das provas; e a falta de transparência na comunicação com o atingido sobre o seu *status*. Essa comunicação truncada, cartas sem informações detalhadas, não permite que os atingidos compreendam os porquês e afasta-os da compreensão e do acesso aos seus direitos.

Alguns atores sugerem a reorganização do processo de reconhecimento (Figura 40) em um dispositivo colaborativo, um conselho, um fórum híbrido. Cabe destacar, no entanto, que o desenho da política do pescador de fato estava alinhado a essa perspectiva, um reconhecimento por uma cartografia social, testemunhos dos pares. No entanto, durante o processo de implementação, os formulários, os procedimentos e as interpretações dificultaram mais uma vez o acesso de atores. Portanto, é preciso um olhar pragmatista e processualista da construção da reparação, não apenas a sugestão de um dispositivo, modelo ou arranjo institucional, mas do conjunto de materialidades que compõem a rede de relações, acompanhado de uma reflexão coletiva, uma democratização dos instrumentos. Isso porque o desenho da política não se separa de sua implementação.

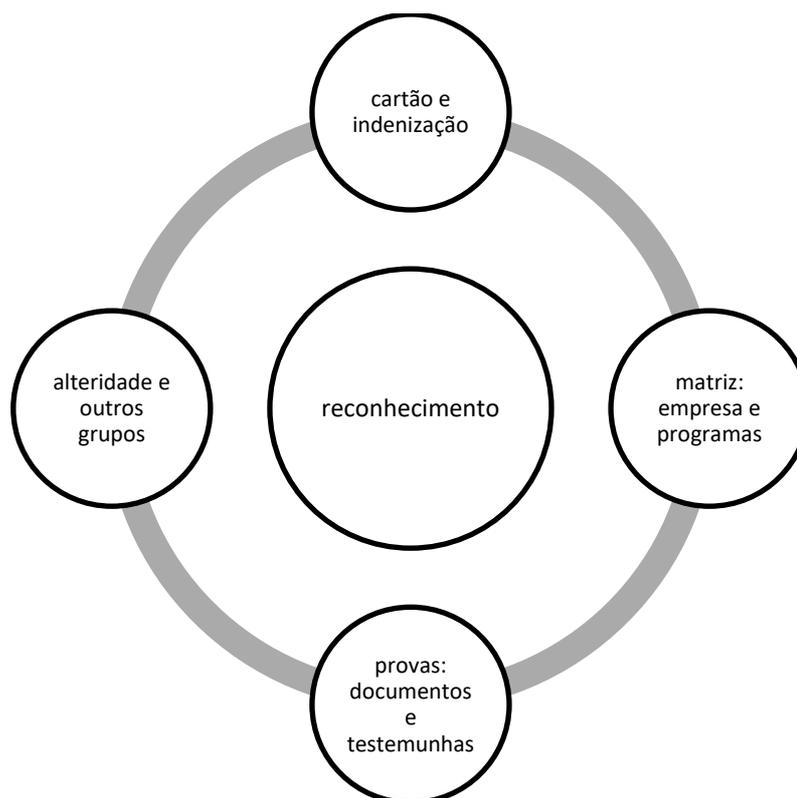


Figura 40 – Reconhecimento

Fonte: elaborado pelo autor.

Sendo “reconhecidos”, nessa nova dinâmica, os atores acessam recursos e projetos, mas esse processo também tem seus efeitos. Agora eles “prestam contas” de seus atos, de suas preocupações, de suas compras. Ao longo das análises, procuramos evidenciar como a ganância e o individualismo eram criticados pelos atores. Há uma moralidade em torno da moeda, do dinheiro, antes na troca. São também criticados os usos dos recursos da indenização para reformar, para compra de carro, mas, sobretudo, pela construção da desconfiança e dos muros nas relações. O Entrevistado 8 comenta: “rapaz, eu falo uma coisa pra você, o dinheiro sobe à cabeça”.

Na trajetória da reparação, os atores locais procuram alargar a noção da reparação limitada à renda, à interpretação estreita de atingido, aos programas da Renova, aos critérios de elegibilidade.

Na trajetória da reparação os atores locais procuram alargar a noção da renda quanto à quantia (mínima, auxílio, indenização), para quem (para os elegíveis, os impactados, para todos), assim como mobilizam elementos morais como renda justa e para além da renda (Figura 41). Desse modo, procura-se ampliar a noção de reparação limitada à renda, à interpretação estreita de atingido, aos programas da Fundação Renova, aos critérios de

elegibilidade. Entendemos que o que está em disputa é a própria construção do direito nesses movimentos (quantitativos, qualitativos e morais).

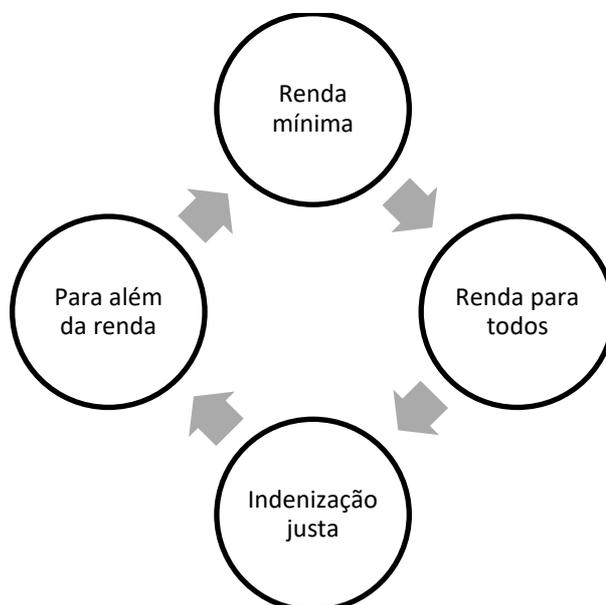


Figura 41 – Círculo de causas

Fonte: elaborado pelo autor

No entanto, os procedimentos e metodologias de reparação relacionados à renda decididos pela Fundação Renova passam a trazer as representações para os meios (*milieux*), as definições sobre ser atingido e, com isso, atuam na captura dos atores locais quanto à leitura do desastre e da reparação. As tensões e controvérsias estão presentes: i) na (des)confiança quanto ao ajustamento de conduta em que as partes envolvidas definem o escopo da reparação e não incluem os atingidos no processo, ou seja, o Estado traz para si a responsabilidade e representação, mas sem ouvir os públicos concernidos; ii) na interpretação que a Renova faz sobre o dispositivo TTAC torna-se uma caixa preta para os atingidos, e as discussões perduram nas instâncias do CIF, que solicita maior transparência, mas há limites na regulação, auditoria e controle das práticas, além da lentidão; iii) na execução dos planos por empresas que a Renova costumeiramente contrata para executar os trabalhos, e os detalhes procedimentais e metodológicos ficam nessa instância, trazendo mais uma camada de interpretação – ou, para os atores locais, de conveniências; iv) na esfera local, os espaços de discussão são invadidos pelas cláusulas do TTAC, pelos cartões e pelas indenizações, e quando não tratam dessas questões os atores consideram que há um desinteresse pelas causas coletivas. Portanto, os embates em torno da renda criaram dilemas quanto: i) à representação dos atingidos; ii) à interpretação dos direitos capturada pelos dispositivos; iii) aos detalhes

procedimentais da reparação; iv) à individualização das agendas e esvaziamentos na esfera pública local.

Tendo em vista as passagens sobre as singularidades e dimensões relacionais do território, as peculiaridades da pesca no local, que envolvem dimensões tradicionais fortes da comunidade, e da própria noção de que o desastre afetou as relações, vamos aprofundar, na próxima seção, uma leitura sobre o território onde o rio encontra o mar, visando entender um pouco mais sobre os meios (*milieux*) em que a reparação é construída. Posteriormente, resgataremos as trajetórias da ação pública nesse contexto.

4.3 O TERRITÓRIO ONDE O RIO ENCONTRA O MAR

Minas sangra em suas entranhas,
Corre um rio agora morto,
Rumo ao mar, rumo ao mar

“Estranhas ao mar”, de Daniel de Oliveira

As paisagens até a chegada na pequena vila apresentam elementos que nos oferecem a riqueza e a complexidade do território. Ao longo da estrada, vemos marcas da história recente nas fazendas cacauceiras e de gado às margens da estrada de chão, que remontam ao período de exploração do cacau no território, que remontam à recessão pela construção da estrada de ferro em detrimento do Rio Doce para escoar mercadoria, que remontam à exploração mineral e ao período colonial. Essas conexões e trajetórias são marcas e resquícios dos projetos de desenvolvimento. Elas são marcas também de período de exploração de mão de obra dos caboclos brasileiros (VALIM, 2008). Quando avistamos a Reserva Biológica de Comboios, criada por decreto em 1984, começamos a avistar o mar pela mata de restinga na estrada que margeia a praia até a entrada da vila. Na estrada até a vila, vemos também os gasodutos da Unidade de Processamento de Gás Natural da Lagoa Parada do Terminal de Regência (TEREG), desativado, ainda com logo da Petrobrás (Figura 42). O terminal foi alvo de ação civil pública do MPF e MP-ES em 2012¹¹³, por estar em Área de Preservação

¹¹³ De acordo com O MPF e MP-ES, a localidade de Comboios, região costeira do município de Linhares, tem especial proteção por suas características e biodiversidade. Desde a década de 40 a região já havia sido identificada por ambientalistas como celeiro de tartarugas marinhas. Em 1953 o governo do Estado do **Espírito Santo** a decretou como reserva para fins de constituição do “Parque Ecológico da Região Leste” a área de terrenos devolutos denominada “Ilha de Comboios”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/06/acao-no-es-quer-fim-de-terminal-da-petrobras-em-area-de-preservacao.html>>.

Permanente (APP). Vemos também placas de pousadas e do mercado, que marcam também a entrada da vila.



Figura 42 – TEREÇ

Fonte: Landau (2017).

Na primeira ida a campo, integrando uma equipe de pesquisadores, a vila parecia deserta, e comentávamos entre nós que parecia uma “cidade fantasma”. Apenas alguns caminhões-pipa nas estradas de chão da vila rompiam o silêncio. Placas sinalizavam as pousadas, pontos turísticos e coloriam a vila. Fomos recebidos por atores da conservação do território e, a partir de suas recomendações, acessamos atores de diferentes setores de atividade. Fomos apresentados a lideranças comunitárias e da pesca; visitamos o Centro Ecológico e a confecção do Tamar, a Biblioteca Comunitária, a Praça e o Museu. Pudemos, nesse primeiro encontro, visualizar a riqueza das histórias no território, como se orgulhavam delas. E, durante a pesquisa, esses elementos foram sendo marcadores importantes do nativo. Procuraremos descrever algumas de suas dinâmicas e inter-relações com o processo de reparação.

Desde o primeiro contato, fomos convidados a um mergulho em diferentes dinâmicas e modos de vida. Era como se procurássemos a reparação do desastre, e eles nos entregavam sua história cultural. As interfaces da lama com a conservação, a pesca, o associativismo, o museu, os monumentos, os contos e as narrativas, tudo saltava aos olhos. Fomos levados a conhecer a história da região pelas paisagens e pelas narrativas, agora atravessada pela lama e

pelas trajetórias de reparação. Procuramos, então, a partir dos relatos de nossos interlocutores sobre suas identidades e sobre o território, apresentar seus relatos sobre modo de vida e suas práticas culturais, festas e manifestações artísticas que carimbam as narrativas, os cantos e os contos. Dialogaremos também com os trabalhos de Valim (2008), Bicalho (2012), Leonardo (2014), Cau (2019) e Novaes (2020), que aprofundaram a história da Vila em suas dimensões culturais, étnicas e religiosas.

4.3.1 Modos de habitar: o congo, a conservação, o surf, a ancestralidade

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação, e não para a servidão dos homens

Le Goff (2013, p. 437).

Em nossa primeira, visita fomos levados ao Museu Histórico de Regência. Numa pequena vila, um museu já me chamou a atenção. Ao entrar na casa histórica, que é mantida pelo Tamar, fomos recebidos por um nativo e começamos a explorar as marcas e as identidades locais, personagens e tradições, a navegação no Rio Doce e o encontro do rio com o mar, por meio das fotos e dos documentos. As memórias, cravadas nas atividades, nas heranças, nos objetos, nas relações e nos sobrenomes, distinguem o sentido do que é ser nativo e “estrangeiro”, local e ‘de fora’, dimensões presentes nas narrativas e no cotidiano dos moradores. O museu fora construído coletivamente, com envolvimento da comunidade na pesquisa do acervo e pela dimensão oral. Os moradores conheciam bem aquelas histórias e práticas: era um marcador de ser nativo conhecê-las.

Além do Museu Histórico, outro local que guarda um acervo histórico é a Biblioteca Comunitária, que integra o Centro Ecológico do Tamar. Alguns atores relembram que, depois da criação do Museu, viram a necessidade de fomentar a leitura: “então as pessoas têm que ter o costume de ler, se interessar pela leitura, tem que ter o conhecimento da sua história, tem que despertar pra questão da (leitura)” (Entrevistado 5), e a Biblioteca virou acervo para pesquisa e local para consulta para os estudantes da vila.

Pô, as pessoas têm muita história, Linhares começou através de Regência, foi após entrar pro Rio Doce, com essa história tá tudo perdido. Pô, ‘temo’ que montar um museu pra não se perder essa história porque a história aí, porque a história aí estraga. Conseguir um, ‘vamo’ montar um museu, ‘vamo’ fazer pesquisa com a comunidade, pra comunidade se sentir parte. ‘Pegamo’ material com a comunidade, montamos um museu, com cartolina mesmo, as fotos, os textos, pesquisada, abrimos o museu [...] Aí depois ‘consequimo’ montar o museu do jeito que é hoje. Mas, os primeiros, era com quadrinho mesmo, cartolina e tal. Mas as pessoas se viam lá naquele espaço. (Entrevistado 5).

Em frente ao Museu (Figura 43), consta uma de suas obras mais conhecidas e que marca a paisagem da vila de Regência: a cúpula do Farol. Construído em 1895, no Norte da Foz, em Povoação, foi transferido 12 anos depois para Regência, para oferecer mais segurança aos navegantes. No final da década de 1990, a Marinha construiu um outro farol em concreto no mesmo local, e, depois de desmontada, a cúpula virou peça do Museu, tombada como Patrimônio Histórico-Cultural na Secretaria do Estado, com “laudos do IPHAN e manifestação do Projeto Tamar, alegando sua representação na transformação geográfica, histórica, cultural e econômica do Rio Doce e da Vila de Regência” (FOZ DO RIO DOCE, 2020).



Figura 43 – Museu Histórico de Regência

Fonte: Museu Histórico Facebook (2020).

O farol relembra os desafios de navegação na região: uma das histórias que marca a identidade do nativo, dá nome a festas e relembra a força dos seus ascendentes. A vila tem sua história caracterizada pela relação rio-mar, e a figura de Caboclo Bernardo é uma prova dessa história que se renova ao ser contada. O pescador, filho de índia, fora condecorado por resgatar a tripulação de um cruzador imperial em 1887 (BICALHO, 2011). Conta-se que o Caboclo, depois de várias tentativas, alcançou o barco com uma corda na cintura e salvou mais de 100 tripulantes. Ele representa um perfil de nativo, indígena e pescador, que será resgatado como prova da identidade, da qual a memória é elemento essencial (LE GOFF, 2013). Da praia, os tonéis de embarque de petróleo da Petrobrás de Lagoa Parda desativados tornam-se ponto de referência, ou monumentos, da localização em que o Caboclo Bernardo salva os tripulantes (Figura 44).



Figura 44 – Tanques de Petróleo do TREG vistos da praia de Regência
Fonte: Landau (2020).

Em sua festa, atualmente, homenageia-se também o padroeiro da Vila, São Benedito. Conta-se que São Benedito era um franciscano filho de escravos. Seu nome teria sido o nome evocado por escravos quando haviam naufragado durante a travessia para o Brasil, e ele os teria salvado. Valim (2008) demonstra o *status* de santo de Caboclo Bernardo pelas práticas da vila. Realizada há décadas e já institucionalizada pelo município de Linhares, a Festa de Caboclo Bernardo conta com um festival de bandas de congo desde a década de 1990, atraindo grupos folclóricos da região e turistas. Mais que isso, ele é um herói que, ainda hoje, inspira e tem sido lembrado pela coragem heroica.

No Museu da vila, o Congo¹¹⁴ também é apresentado como “manifestação cultural mais importante de Regência e acredita-se que exista desde o século XVII”. A vila possui uma banda de congo, a Banda de Congo de São Benedito de Regência. Com os escritos “Fundada em 1902” bordados na bandeira, a banda se apresenta nas festas locais e em festivais na região. Com tambores e danças, em roda, conduzidos pelo bastão do Capitão, a programação tradicional incluía: Festa do Caboclo Bernardo no início de junho (Figura 46), Festa do Pescador no final de junho, Santa Catarina – levantada do mastro no final de

¹¹⁴ Vídeo sobre o Congo no Espírito Santo: <<https://www.youtube.com/watch?v=6nppyVFHBc8>>. Atribuem a fíncada e derrubada do mastro como uma tradição europeia para comemoração das colheitas.

novembro e São Sebastião – derrubada do mastro no final de janeiro. Eles possuem associação, a Associação Cultural Congo de Regência, criada em 2012, e uma Sede, na principal praça de Regência (Figura 45).



Figura 45 – Sede Associação do Congo
Fonte: Landau (2020).

Durante as visitas de campo, participamos da festa de São Sebastião e da Folia de Reis. Desde 2016, a comunidade mantém as tradições, no entanto a festa do Pescador não tem sido realizada, de acordo com o Entrevistado 8, em função do risco de colocar os barcos em água, muitos agora sem manutenção, além das incertezas em torno da qualidade da água, temáticas que tocam agora o dia a dia dos nativos. A diretoria da Associação de Pescadores, que é parceira da prefeitura na promoção da festa, defende que é arriscado, afinal como manter a procissão no rio? Quem seria o responsável se algo acontecesse? Por precaução, no dia 29 de junho, dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores, não se entra no rio – um dos efeitos, uma prova tangível de suas preocupações (CHATEAURAYNAUD, 2011).



Figura 46 – Procissão São Benedito na Festa de Caboclo Bernardo
 Fonte: Landau (2020).

Na reportagem do jornal Voz da Foz n. 4 (2018), editado pela Renova para o território da Foz, as tradições locais são lembradas como um elemento da **memória da comunidade**, que se engaja na realização das festas. Os eventos, além de agregarem a comunidade, atraem turistas, o que agrada comerciantes locais e nativos e mantém as características de tranquilidade da vila. Trata-se de uma “vila pacata”, nas palavras do diretor social da Associação de Moradores de Regência (AMOR), que dá o depoimento sobre a importância da festa. Destaca-se a articulação da comunidade e de suas associações para realização do evento, que, criadas antes da chegada da lama, foram postas à prova com o crime-desastre. Na descrição do evento, nos materiais de divulgação da festa, encontramos outras organizações:

Tradição e fé popular se encontram na vila de Regência Augusta, em Linhares (ES), com a festa da Fincada do Mastro do Congo. O evento, organizado pela Associação Cultural Congo de Regência e a Igreja Católica de Regência, em parceria com a Fundação Renova e apoio da Associação Cultural de Regência, do Projeto Tamar e da Associação Cultural Cia de Artes Regência Augusta, já acontece há mais de 100 anos na vila. (RENOVA, 2019, grifos nossos).

Identificamos, aqui, uma rede de atores da sociedade civil organizada, que se engajam com temas da comunidade e estão envolvidos na realização da festa: a associação em parceria com a igreja, além de outras associações culturais – a Cia de Artes Regência Augusta e a Associação Cultural de Regência – e o Projeto Tamar. Na praça principal da vila, identificamos o busto de Caboclo Bernardo e seu Miúdo, guardião da história de Bernardo e

músico da vila (*in memoriam*), o campo de futebol em frente ao centro ecológico, o clube valete de ouro, a peixaria fechada, a antena de comunicação, a cúpula do farol em frente ao museu, a igreja católica e a sede da Associação do Congo.

O Tamar é um dos atores que consideramos centrais nessa rede, de uma história da atual Regência. O Centro Ecológico (Figura 47), na praça principal, onde ele opera suas atividades, dispõe de escritório, fábrica, biblioteca, centro de visitação, auditório e sala de reunião, e uma trilha partindo dali leva ao portinho da vila. Esses são espaços utilizados pela comunidade, para eventos, reuniões e encontros institucionais e do poder público, para receber os turistas. Trata-se de um espaço de mediação, pelo encontro de linguagens, de referências (CHATEAURAYNAUD, 2011). Criado em 1987, 100 anos depois do feito de Caboclo Bernardo, é um centro de convivência, de educação ambiental e atração turística. Na área principal, entre as construções da sede, avistamos uma exposição permanente de ossada de baleia, um aquário e uma mesa com sombra das árvores.



Figura 47 – Centro Ecológico de Regência
Fonte: Foz do Rio Doce (2020).

Há quase quatro décadas no local, o primeiro desafio com a chegada dos atores da conservação foi lidar com um conflito entre as formas de ver as tartarugas e o território. Com o Decreto de 1984, motivado pela conservação da tartaruga gigante, cria-se a Unidade de Conservação, mas é com a prática e com os atores que ela toma forma e constrói por conservação. Fazia parte dos hábitos alimentares dos nativos o consumo da Careba

(tartaruga), e a dinâmica implementada pelo Tamar, para conservação, trouxe os carebeiros, como eram chamados os caçadores de tartarugas e seus ovos, para trabalhar junto na conservação: identificação dos ninhos e influência nos modos de vida dos demais. O Tamar teve que se provar no território, frente aos conflitos de visões sobre o meio ambiente e modos de consumo tradicionais. Tornou-se “errado” o consumo da tartaruga, de um modo que agora o nativo entra em contato com direito ambiental, conservacionismos e preservacionismos, que até então não faziam parte do seu imaginário, nas suas representações, o que sugere novas aderências, novas apreensões (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014). Há diferentes modos de desautorizar uma prática tão arraigada e que fazia com que os pescadores salivassem. Com a chegada do Projeto, os carebeiros passam a ser aqueles que trabalham para a conservação.

A dinâmica de trabalho do Tamar na região foi discutida e apresentada em outros trabalhos que discutem a conservação das tartarugas e contextualiza o envolvimento das comunidades (THOMÉ et al., 2007; ALMEIDA, 2011), assim como existem perspectivas críticas dessa relação com as comunidades (SUASSUNA, 2004; 2005). Destaca-se ainda o modelo de atuação para geração de renda nas comunidades (TAMAR, 2019), como alternativas ao desenvolvimento tradicional.

Então esse foi sempre a nossa ideologia, vamos dizer assim, mostrar que há outras formas de desenvolvimento. E, às vezes, você até consegue efetivá-las, mas não consegue convencer as pessoas, com clareza, de que aquilo, de fato, é, pode ser real. E Regência é um exemplo disso, o TAMAR é o principal gerador de trabalho e renda. (Entrevistado 13).

Nesse processo de conscientização e educação ambiental, assim como de desenvolvimento e opções às “vocações”, o Tamar ganha espaço na comunidade. Ademais, o projeto atrai os *experts*, que utilizam o conhecimento científico e se apresentam como membros interessados em uma perspectiva de desenvolvimento.

Seguindo uma filosofia de auxílio direto às comunidades com o programa educativo, todos os técnicos do TAMAR moram em suas áreas de trabalho. O convívio diário com os problemas e atividades sócio-culturais da comunidade são o fator mais importante para se propor alternativas de desenvolvimento dessas áreas dentro de uma linha conservacionista (BAPTISTOTTE, 1994, p. 36).

Especialistas e *experts* passam a habitar o território. Eles chegam na comunidade e constroem suas vidas, há duas horas da capital, Vitória, interessados na pesquisa e proteção das tartarugas marinhas. A atividade de conservação passa a se relacionar à atividade de atribuição de sentidos e de construção de futuro: a extinção; a lei e a proibição; a integração e incorporação nos quadros. Trata-se de novas dobras à prova (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2016). Os carebeiros, de caçadores, passam a atores da conservação, sendo

ressignificados. Do mesmo modo, eles trazem seus modos de ver o meio ambiente, de fazer conservação e de ser, enquanto moradores da vila com suas famílias.

O modelo adotado pelo Tamar, para envolvimento e engajamento da comunidade para conservação, envolveu não apenas atividades relacionadas às tartarugas, mas vemos suas marcas e seus atores performando para resgatar a história da pequena vila, para fomentar a arte e as associações de Regência. Carlos Sangália, educador ambiental do projeto, é lembrado como uma figura-chave no território, sendo um dos atores que atua com as associações desde o final da década de 1980 com o SOS Regência, quando foi criada a Associação de Moradores, em 1987. Sua atuação na comunidade também é destacada em outras pesquisas (CAU, 2019). Com o modelo de gestão e os atores do Tamar ocupando espaços, consideramos que Regência recebe também atores que representam o território e dialogam com os poderes oficiais. Para além disso, há um fomento à importância do processo de organizar, em associações, de elaborar as atas e os registros, das institucionalidades.

Ao entrevistar Carlos Sangália¹¹⁵, ele relembra que na década de 1980, quando chegou na vila, ajudou na organização do “tecido social”. Ele e outros atores organizaram o museu e biblioteca para movimentar a comunidade e resgatar sua história:

e aí as pessoas têm que se organizar. Porque, às vezes, a gente falava com um, com outro, mas não tinha uma organização, então era difícil trabalhar. Questão de projetos, questões de envolvimento, de organização territorial, de organização da pesca, por exemplo. Porque tinha algumas lideranças, mas separados [...]. Então, pô, nós temos que incentivar os organismos locais pra, também, dar autonomia, pra não ficar só a coisa sendo o Tamar, e o Tamar, e o Tamar. Então, criar os organismos pra que esses organismos possam também ter autonomia e buscar. Aí começamos a incentivar a criação das associações, dos grupos produtivos, entendeu? (Sangália).

¹¹⁵ Durante o desenvolvimento da tese, Sangália, Toninho e Joca foram atores-chave para acesso aos entrevistados. Nos contatos com as associações, ao saberem que a indicação era de “Carlinhos Sangália”, seu nome abria um diálogo. Quando relatava a indicação dos atores da conservação éramos recebidos com referências. Sangália, por exemplo, é lembrado no território pela sua trajetória de apoio às organizações. Encontrei-me com ele algumas vezes durante a pesquisa de campo e, em outubro de 2019, convidamos Toninho para participar de um evento na UDESC, o Congresso de Sustentabilidade organizado pelo Laboratório de Inovação Social e Sustentabilidade. Na oportunidade, ele foi convocado para força-tarefa ligada ao derramamento de óleo na costa e teve que se deslocar a campo. Então articulamos a vinda de Sangália, que proferiu palestra para nossos acadêmicos de administração pública e engenharia de petróleo. Ao encontrar com esses atores, sempre me perguntavam como estava o andamento da tese, quais as percepções atuais. Certa vez, relatei a dificuldade em acessar representantes da prefeitura e atores da câmara técnica e no dia seguinte fiz novo contato e disseram: “Ah, Sangália me ligou ontem e falou da sua pesquisa”. Em Regência, fui recebido em suas casas, almoçamos juntos, conversamos sobre as belezas da região. Fui recebido por Toninho em sua casa em Linhares, onde pude conhecer sons capixabas com seus filhos, cervejas artesanais que Dan produz, o estúdio de Cainã, além de suas obras com madeira e paixão pela marcenaria, uma família artística e acolhedora; Joca me recebeu em sua casa, preparou café, relatou seu desejo de escrever um livro sobre o evento, contou das implicações pessoais; Sangália me falou de Santa Tereza e outras cidades próximas para um futuro retorno, de férias. Além de organizar eventos, dirigir peças da Cia de artes, tocar casaca e outros instrumentos do congo, tem obras dos artistas naïf em sua sala. Todos se emocionaram ao relatar o evento. Com isso, quero reforçar que esses esforços e implicações pessoais não são apenas de ofício, ultrapassam as dimensões institucionais.

Uma outra ação do Projeto Tamar que trouxe para os entrevistados uma revolução na dinâmica da vila foi a confecção. Às 12h, vemos as trabalhadoras a caminho de suas casas em grupos, caminhando ou de bicicleta. Ao chegar no Centro Ecológico, passávamos em frente ao administrativo, sala de reuniões e área de recepção. Fomos apresentados à fábrica na primeira visita de campo. Membros do Tamar explicaram os objetivos, e visitamos todos os ambientes e processo produtivo. A confecção tornou-se uma oportunidade de trabalho para mulheres na vila, ampliou suas possibilidades de renda e hoje é o maior empregador no local, envolvendo aproximadamente 40 mulheres. Para o Entrevistado 17, a confecção trouxe uma emancipação para as mulheres e trouxe dinheiro para a casa, além de maior autonomia na relação. Para o Entrevistado 13, era preciso trazer alternativas econômicas. O modelo preconizado pelo Tamar propõe a produção em suas bases com maior vulnerabilidade econômica para a venda nas bases que mais atraem turistas, como a Praia do Forte e Fernando de Noronha. Trata-se de um modelo de geração e distribuição de renda, segundo os gestores locais.

A Figura abaixo apresenta o modelo:



Figura 48 – Modelo do ciclo produtivo adotado pelo Tamar

Fonte: Tamar (2019).

Além da confecção, outros grupos produtivos e grupos de artesãos da vila foram incentivados e apoiados pela atuação do Tamar. Um dos artesãos destaca que sempre produziu e se dedicou ao artesanato, mas que começou a se dedicar mais quando a comercialização ganhou mais valor: “depois que começou a se ter uma valorização, aí eu comecei a fazer, e começou a sair, comecei a aumentar” (Entrevistado 6).

Tem o grupo de crochê, aí tem o grupo da aldeia indígena, que é o grupo de miçanga, a gente trabalha também com o grupo de bordado, em Povoação, e aqui além do grupo de crochê, tem o grupo das mulheres que fazem as tartarugas de peso, faz as plus, então tem, são [...] de artesanato tem muita gente envolvida, são mais de 70 pessoas envolvidas entre tudo. (Entrevistado 16).

Além disso, o próprio turismo também tem influências da conservação: “a gente sempre foi também o atrativo turístico daqui, né, e trabalhamos isso muito tempo pelo ecoturismo e tal, é, também muita gente se convenceu desse lado bom nosso, vamos dizer assim. Então isso é um processo, que leva aí, de geração, duas gerações pra mudar, né?” (Entrevistado 13). O Entrevistado 13 destaca que estão na terceira geração de nativos atuando com o projeto, os netos dos primeiros carebeiros.

Com a perspectiva de conscientização e educação ambiental, o projeto também se aproximou dos turistas do *surf* há décadas, como vemos na etnografia de Valim (2008):

Estive pela primeira vez na pequena Vila de Regência Augusta para um campeonato de surf chamado ‘O Festival das Tartarugas’, isso no início da década de 90. O evento possuía um forte apelo ecológico e era o mais esperado pelos competidores da região, pois aquela praia possuía a fama de ter as maiores e as melhores ondas do Estado. Além de uma excelente infra-estrutura, o campeonato oferecia uma importante premiação. Os enormes banners verde-amarelos informavam que a Petrobras era a principal patrocinadora [...] A sociabilidade entre surfistas e biólogos(as) foi sendo construída conforme era assimilada a ‘consciência ecológica’, pregada pelos ambientalistas. E com isso, proteger não só aquele ambiente com suas ondas, mas principalmente as tartarugas de qualquer tipo de predação deveria ser o papel dos surfistas. Junto com a agência ambientalista a prática do surf foi imprimindo na vila feições modernas em forma de pranchas desenvolvidas com alta tecnologia, previsões de tempo precisas, camisetas e bermudas multicoloridas e com tecidos sintéticos. (VALIM, 2008, p. 27, grifos nossos).

A vila ficou conhecida como tubolândia capixaba e tem atraído surfistas há quatro décadas (SALDANHA, 2018). A prática esportista também atraiu moradores e movimentou aluguel de casas, especialmente em busca da onda da “boca do Rio”. Os surfistas entrevistados durante a pesquisa descrevem com brilho nos olhos e entusiasmo como aquela onda era incrível, pela sua formação na Foz. A vila entrava para as revistas e sites de *surf* como aquela que tinha uma das melhores ondas. Além disso, organizaram-se com escolinha de surf, Associação de Surf de Regência (ASR), pousadas e serviços com ênfase para

surfistas. A atividade constava entre os potenciais da vila (TEIXEIRA, 2007). Saldanha (2018) relata que não era raro, entre 2010 e 2015, nos dias com boas formações, ver centenas de surfistas no mar. O portal de viagens americano, Expedia, por exemplo, com auxílio de um surfista profissional, elegeu Regência entre as seis melhores ondas no Brasil e “à frente de praias consagradas como Saquarema, no Rio de Janeiro, Florianópolis, em Santa Catarina, e Ubatuba, em São Paulo” (GAZETA, 2017). Com a chegada da lama, Saldanha (2018) afirma que foram dois anos sem a mesma formação de onda na boca do Rio. A lama teve seus efeitos na onda e numa das atividades turísticas da vida.

Valim (2008) citou as cores da Petrobrás, como patrocinadora do evento de surf na década de 1990. Hoje, com o crime-desastre, vemos um novo ator chegando no território como parceiro, financiador de eventos, com novas logos. A primeira edição do evento pós-rompimento da barragem, em 2016, foi financiada pela Samarco.

A festa de Caboclo Bernardo recebeu o subtítulo: Regência Viva 2016¹¹⁶. Esse título é um dos repertórios de resistência frente à chegada da lama e os desafios nesse cenário. Essa resistência está plotada na camiseta do Congo de Regência, o que nos chamou a atenção na pesquisa de campo: “Congo é resistência” (Figura 49). A festa é realizada próximo à data de morte de Bernardo, 03 de junho, e dizem que o próprio Caboclo já “brincou”, como se referem ao festejo que inclui dança e cantigas, apresentando-se ali como um modo de continuar existindo. Realizada anualmente, a manifestação que resgata a ancestralidade, uma prática dos escravos no período colonial, é marcada pelo sincretismo. “Ó o sincretismo e tal, que estava lá falando, o pessoal tocando junto ali na porta da igreja, o cara celebrando um culto lá do católico, os Congo acompanhando, tocando” (Entrevistado 17).

O sincretismo parece ter sido um dos meios de sobrevivência das práticas e manifestações culturais dos escravos – que em uma perspectiva de poder pelo pragmatismo é bastante interessante –, e, hoje, resgatar a ancestralidade e reforçar tais manifestações são considerados formas de resistência na comunidade: sobreviver e “brincar” é resistir. Alguns entrevistados afirmam que com o crescimento e expansão de igrejas evangélicas na comunidade recentemente, o Congo Mirim foi perdendo a procura. Por outro lado, os mais velhos mantiveram a festa e o congo vivos e procuram destacar a importância de reforçar a prática para reforçar sua própria identidade. De acordo com Valim (2008, p. 15), “na vila as

¹¹⁶ Vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=KkkqXvmOo0c>>.

principais representações associam o catolicismo a expressões de origem afro-descendente e especialmente a indígena” (VALIM, 2008, p. 15).



Figura 49 – Camiseta Congo de Regência
Fonte: arquivo pessoal.

O congo é uma prática capixaba, e cada banda se distingue pela instrumentação e células rítmicas, guardando nuances e ritmos próprios:

O Congo Capixaba é uma marca de identidade estratégica no reconhecimento e na produção simbólica do Espírito Santo, sendo uma manifestação cultural que se expressa em grupos de pessoas que cantam e dançam de forma bem característica, participam homens e mulheres, sendo mais conhecidos como Bandas de Congo. Os principais instrumentos utilizados são tambores e casacas, acrescentando também outros instrumentos como: caixas-claras, cuícas, pandeiros, chocalhos, apitos, entre outros, dependendo de cada região. O Congo Capixaba enquanto expressão cultural diversificada, com aspectos religiosos, históricos e culturais, se configura como uma fonte de pesquisa de ampla importância. Ele é uma história, conta uma história e produz uma história, já que segundo Neves (1968) as Bandas de Congo e as Festas do Mastro representam o folclore do Espírito Santo, uma vez que não possuem referência em nenhuma outra região do Brasil. (QUINTINO, 2018, p. 2).

Na história do congo, Cau (2019) relata que a manifestação passou por processos de transformação e absorveu influência de negros escravos, a quem atribuem o ciclo rítmico ‘padrão luba’ que também é encontrado no frevo e maracatu. O autor relata, ainda, a influência de colonizadores europeus, especialmente com relação ao mastro, que era prática comum para comemoração da colheita.

Infelizmente, os primeiros documentaristas de nossas bandas de Congo não registraram o que era cantado pelos conjuntos de então. Padre Antunes da Sequeira, citados por Guilherme Santos Neves afirma que, ‘acocoram-se todos em círculo, batendo com as palmas das mãos no peito e coxas, e soltando guinchos horríveis. Fazem caretas e trejeitos, acompanhados de uma música infernal’. Auguste-François Biard opina que os índios de Santa Cruz ‘não cantavam, gritavam’. (LINS, 2009 apud CAU, 2019, p. 59).

O ritmo marcado e dançante movimentava a todos. Não à toa, diz-se que é “brincadeira”, que Congo é alegria, que Congo é Regência. Tive dificuldades de entender as letras. Durante uma confraternização em uma pousada, algumas pessoas que frequentam Regência há anos comentam com um integrante do congo, que estava conosco, sobre a dificuldade de entenderem as letras, ao que cuidadosamente ele atribuiu à acústica da Igreja. Eles pediram, então, que ele lhes cantasse as letras, considerando essencial como frequentadores de Regência conhecerem. Ele responde, quase que em tom de humor, que às vezes até para os membros entenderem é difícil. Novaes (2020) afirma que cantam “histórias e experiências de seus antepassados, por letras que falam sobre cultura, fé, devoção, formas de estar juntos, o mar e os elementos da natureza presentes nas músicas e no território”. Para Cau (2019, p. 68), “cantar a memória é um ato de resistência”.

O congo no Espírito Santo passou por um período de quase morte, como relembra o Entrevistado 17, mas foi sendo resgatado. Esse resgate é anterior e independente do processo de reparação, segundo ele:

- Olha, eu acho que o Congo até que teve, tem um lado independente, eu acho, dessa, desse processo aqui, mas aí como um processo mais do estado, por exemplo, o Congo especialmente no estado, ele teve uma mudança muito grande. Eu acompanhei muito desde, eu vi o Congo morrendo nos anos 70-80. O Congo tinha, praticamente, acabado no estado. Você ia assim, aqueles encontros que combinam só os velhos lá, sabe, tambores. Então depois, o processo, especialmente, do Congo, começou na Barra do Jucu, Vitória, na universidade, incluíram uma banda de Congo dentro da universidade e tal. Então foi um processo que teve um, uma [...] e aqui aconteceu isso, a gente vê bem. O encontro de bandas de Congo que acontece aqui – você chegou a participar de algum?
[...] Esse encontro é exemplo bem claro disso. Começou com meia dúzia de bandas que vinham, ficavam tocando ali dentro da Dona Mariquinha. Claro, cresceu como cresceu a vila, cresceu tudo. Mas assim, hoje vem 20 bandas, crianças tocando, jovens lá de Vitória, de Manguinhos, que também foi uma banda que tinha acabado

O Congo Mirim (Figura 50) volta a ser organizado, a partir de 2009, pela escola. Alguns entrevistados destacaram a importância do Congo Mirim, como renovação, para a continuidade. Outros relataram que, recentemente, retornaram ao Congo adulto para “não deixar a cultura morrer” (Entrevistado 7). No Voz da Foz, vemos uma divulgação do Congo Mirim a qual relembra que a renovação é uma construção anterior ao desastre por uma atuação de atores locais, destacando especialmente professores e diretores da escola. Nas

redes para promoção do congo, vemos o papel da escola¹¹⁷: “Então tinha um professor na escola que já pegava essas crianças, uns já tinham facilidade em percussão, outros de cantar, então foram agregando isso e hoje já fazem, praticamente, parte do congo adulto” (Entrevistado 1).



Congo-Mirim

Ensaios: segunda e sexta, às 18 h.

Local: na Casa do Congo.

É no som do tambor e da casaca que 15 jovens de 8 a 16 anos mantêm viva a tradição do Congo, importante manifestação cultural de Regência. O grupo Congo-Mirim foi criado na década de 80 pelo Mestre Sabino Bispo, que deixou a cargo de dona Mariquinha a continuação do projeto até o início dos anos 2000. A escola estadual retomou o trabalho em 2009, quando a diretora Maria da Glória percebeu que o Congo estava envelhecendo e os jovens não ocupavam esses espaços. O projeto deu tão certo que ganhou a comunidade. Hoje, a coordenação é de Luciana Souza de Oliveira e de Maria Aparecida de Souza e quem ensaia com os conguistas é o “Seu” Grimaldo Firmino, que também é Capitão do Congo adulto. Eles tocam, dançam e cantam cantigas sobre os moradores da vila, a natureza, a pesca e o Caboclo Bernardo. Para Fabio França Rodrigues, de 14 anos, e conguista há dois no projeto, o Congo-Mirim é divertido. “Gosto das músicas. A minha preferida é a do Caboclo Bernardo, que é assim: Caboclo Bernardo se jogou no mar / 128 Bernardo fez salvar”. Além dos ensaios, o grupo se apresenta nas principais festas típicas de Regência e recebe convites para outras cidades e estados. A agenda dos próximos meses já está lotada. Isso, sim, é sucesso!

**Os projetos sociais divulgados nessa matéria não são patrocinados pela Fundação Renova.*

Figura 50 – Divulgação do Congo Mirim

Fonte: Voz da Foz N. 8 (2019).

O Congo aparece em outras edições da Voz da Foz. Em uma das reportagens, dá-se destaque a seu Humberto, membro da comunidade que constrói e dá manutenção em instrumentos (Figura 51), guardando as tradições. Recordo-me de membros da comunidade se orgulharem de terem aprendido em oficinas a fazer seus próprios instrumentos. Cada grupo de congo tem sua marcação e uma instrumentação específica, alguns com mais instrumentos. Eles relatam a beleza da marcação rítmica de outros grupos e valorizam essas diferenças. Relatam que são influenciados entre si, mas guardam a marcação que lhes é característica. Durante uma das “brincadeiras” em frente à sede da Associação, o capitão convidou alguns “de fora” para tocar, logo fui convidado também a “brincar”. Ao me aproximar, como quem aceita, ele me cede o seu tambor. Confesso que não tive coragem de tocá-lo, achando que a marcação rítmica vinha dele, e não tinha entendido bem a linguagem dos corpos que destacavam início e fim das canções. Eles sabiam pela dança quando Mestre Grimaldo

¹¹⁷ Em vídeo divulgando a Festa de Caboclo Bernardo em junho de 2015, vemos o Congo Mirim com alunos da escola na TV: <<https://globoplay.globo.com/v/4232525/>>.

encerraria, que seria marcado por apito. Além dos tambores, a casaca mantém o ritmo e foi um dos instrumentos que mais vi “os de fora” tocarem e terem em casa.

Humberto aprendeu a produzir seus próprios instrumentos com o conguista da Vila do Riacho, Manoel Izidoro, que lhe apresentou a dança folclórica que é uma mistura da cultura indígena com a dos escravos africanos. Eles catavam madeira no mato e aproveitavam o couro dos bois abatidos para fabricar tambores. “O congo é a nossa diversão, é a nossa devoção a São Benedito. Todo mundo brinca, dança, canta e, quando estou lá, fico sempre satisfeito”, diz Humberto.



Figura 51 – Reportagem sobre Congo

Fonte: Voz da Foz N. 4 (2018)

Essa prática tradicional está associada às provas de ser nativo. Cau (2019), por exemplo, foca em seu trabalho de construção da memória coletiva em torno de práticas culturais da vila que se entrelaçam à pescaria e ao Congo. O trabalho da autora explora a transmissão de conhecimento por meio de contação de histórias, apresenta lembranças comuns, as práticas culturais em torno da pesca e do congo, assim como a relação rio/mar, performando a memória coletiva na vila. Também aprofundando na memória coletiva, Novaes (2020, p. 73) apresenta em seu trabalho, enquanto professora na vila, um trabalho sobre memória coletiva a partir dos anos iniciais e traz o depoimento de uma moradora da vila sobre o congo:

Acredito que o Congo não é simplesmente uma ação cultural. Entendo que ele está inserido na cultura etnográfica e o que os une, identifica, quase como se trouxéssemos a cadência, a musicalidade, o grito da liberdade do negro, da força dos povos indígenas que não aceitam ser subjugados. Parece-me que trazemos isso majestosamente registrado no nosso DNA. [...] é você olhar em uma roda de congo e simplesmente ter a certeza: aqui estou, pertenço a essa gente, a esse chão. Então, hoje o desafio é que essa importância das bandas de congo não se percam em um mundo globalizado. É os conguistas jovens aprenderem a historicidade com os antigos, adultos. A não terem vergonha de serem quem são, de entender dos efeitos passados e valorizar suas raízes. Porque só sabe para onde vai, quem sabe de onde veio.

Durante a pesquisa de campo, recorde de uma expressão de um regenciano “de fora”, há muito tempo na comunidade, que ao relatar a chegada de um grupo de nativos em sua casa no dia anterior elaborou: “pararam aqui na frente, tudo nativos, os casca grossa mesmo, eu perguntei: o que eu fiz?”. Essa força do nativo é marcada nas narrativas.

A ancestralidade está também nas raízes indígenas da região. É preciso lembrar que os botocudos apresentaram forte resistência ao projeto colonial para a região, dificultando o projeto pombalino¹¹⁸ (MARINATO, 2007) e que o nome Regência Augusta é herança do quartel criado em 1800.

Ainda em 1800 foram criados os quartéis de Regência Augusta, na barra do Doce, e de Coutins, que deu origem a um rarefeito povoamento no interior do vale. Este foi destruído em 1808 por ataques dos índios, mas sua população deu suporte à fundação do povoado de Linhares no ano seguinte. O quartel de Regência tinha a função de controlar e transportar os viajantes, comerciantes e colonos que subiam pelo rio. (MARINATO, 2007, p. 47).

Em uma história de resistência, luta e dizimação dos botocudos, recentemente, a comunidade vizinha (Areal) procurou resgatar as origens para demarcação das terras e reconhecimento do Estado, com apoio de pesquisa e estudos da UFES. Recentemente, também, eles apresentaram demandas e enfrentam o desafio de serem reconhecidos como vítimas do desastre, argumentando sobre os impactos na agricultura e outras implicações pela contaminação da água.

Em uma das conversas na vila, ouvi críticas à luta da comunidade pelo reconhecimento, como se a demarcação das terras fosse um projeto de apropriação de território e uma invenção de movimentos sociais e atores “de fora”. Outros entrevistados “de fora” relatam, em contrapartida, em entrevista, que podemos considerar um caso singular de articulação e destacam o engajamento no local. Eles pedem, ao final, sigilo de ambos os lados. Para o entrevistado, lembrando conflitos históricos na formação de Linhares, “um caso de sucesso desse, de organização popular, de uma comunidade indígena numa cidade como é Linhares, não é uma boa coisa pra falar”. Essa tensão tem raízes históricas, segundo o entrevistado. Eles convivem em harmonia, mas acusam os projetos e linhagens que estão por trás, mostram que estão cientes da tensão. Alguns me disseram, “a comunidade não lida bem com esse sobrenome, porque era o sobrenome de um fazendeiro”. No trabalho de Novaes

¹¹⁸ Os ideais pombalinos permaneceram arraigados nos quadros da administração portuguesa, mesmo após a queda do Ministro e a extinção da maior parte de suas ações, por meio das práticas dos neopombalinos, entre os quais estava D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares. O vale do rio Doce foi alvo primordial das ações coloniais planejadas por D. Rodrigo, que visavam, principalmente, ao desenvolvimento agrícola e comercial por meio da navegação. Foi um dos últimos projetos implementados pelos portugueses em sua colônia na América. Como sugeriu Holanda, seguramente isso ocorreu porque o rio Doce era um dos grandes cursos navegáveis, ao menos em parte, o que poderia possibilitar o acesso litorâneo a uma importante capitania do interior, mas, fundamentalmente, porque o Doce abarcava um território que precisava ser controlado, seus povos nativos compunham populações que deveriam ser integradas ou eliminadas, e as possíveis riquezas que guardava deveriam ser aproveitadas ao máximo em função da recuperação econômica da Coroa Portuguesa (MARINATO, 2007, p. 58).

(2020, p. 43), vemos um depoimento em que uma moradora de Regência relata que quando iam no centro ouviam há algumas décadas “de formapreconceituosa”: “lá vem esses índios de Regência”.

O modo de organizar e resgatar as raízes também passa pelos eventos festivos:

A gente faz os eventos, que, na verdade, são os eventos festivos, na verdade, através da festa, a gente trabalha o conteúdo político e cultural. Então a gente traz as lideranças quilombolas, lideranças indígenas, a gente faz uma festa e fica todo mundo cantando e dançando, mas, na verdade, a gente tá ali, fortalecendo o afeto necessário pra gente poder superar os tempos de crise quando precisar dar o grito, né? A gente grita, a gente sabe que os parceiros tão nisso, os caianá tão nisso, os tupiniquins, os botocudos, os guaranis, os payayás, os pataxós, os quilombolas do Degredo, sabe? Os quilombolas das nascentes do Rio Doce, sabe? Então tem uma rede de cuidados, existe uma rede de afeto que é a rede Regenera Rio Doce, e ela é muito diversificada, com todo o tipo de atores. (Entrevistado 21).

Hauley Valim, morador de regência, sociólogo, surfista, ativista e artesão e um dos membros da rede Aliança Rio Doce, destaca, em reportagem no *A Sirene*, a importância do afetos no fortalecimento de vínculos, frente às afetações que os fragilizam:

As comunidades estão muito fragmentadas, muito descrentes dos processos implementados pelas políticas públicas e pelas políticas da Renova e da Samarco. Ninguém acredita em ninguém, ninguém acredita em processo algum. Por isso que hoje é muito difícil a gente conseguir mobilizar as pessoas para encontros comunitários, pra poder discutir os problemas. A partir dessa porta que é o afeto e a partir do fortalecimento dos vínculos – dos vínculos afetivos, que são vínculos socioculturais – nós conseguiremos criar um ambiente favorável para essa mobilização comunitária, coletiva, a médio-longo prazo, que é fundamental para superar a parte mais dramática. A gente não sabe quando será o pior momento que nós iremos viver. A gente não tem como dizer que a chegada da lama tenha sido o pior momento. A gente não tem como dizer que, um ano e meio depois, na ausência da Samarco, da Vale, da BHP, da Renova no território, a gente não sabe se esse, de fato, é o pior momento. A gente não sabe se o pior momento vai vir com 10, 15 anos, em função do tipo de exposição, contaminação, que nós estamos vivenciando. Então, assim... nessa dúvida que nos danifica, nós precisamos criar dispositivos de regeneração, tendo o afeto com porta de entrada para avançarmos na luta pelo Rio Doce e com as comunidades atingidas. (VALIM, 2017, grifos nossos).

Eles recorrem à ancestralidade também em busca de saúde, de alternativas, tendo em vista que uma das controvérsias técnicas em torno da água consiste nos metais pesados nos corpos. Freitas et al. (2019,) sistematizam os possíveis efeitos a partir do desastre de Mariana, dialogando com pesquisas realizadas em Barra Longa (Figura 52):

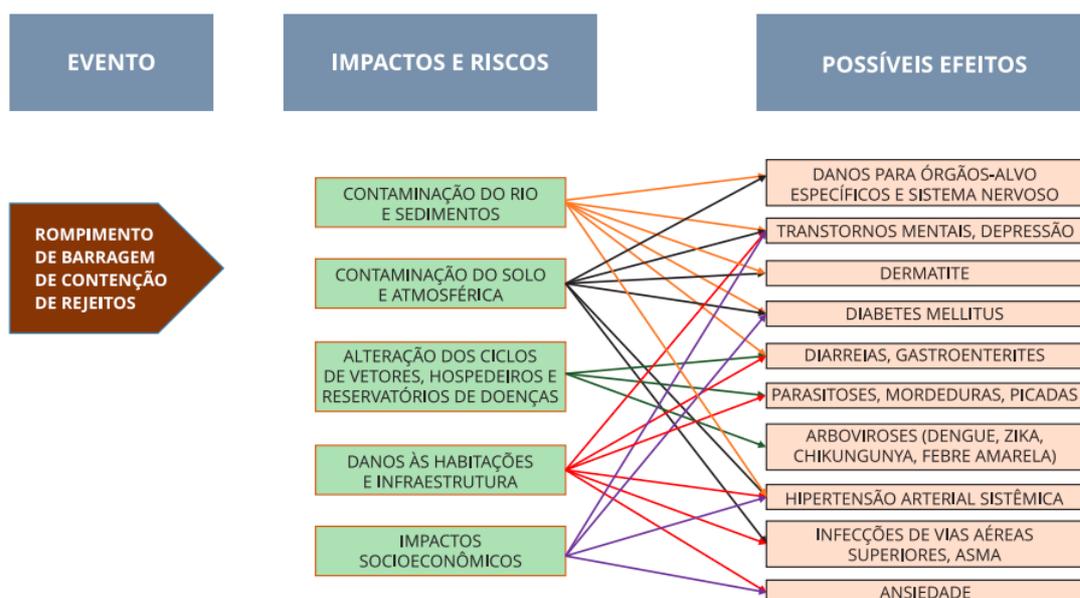


Figura 52 – Possíveis efeitos na saúde das comunidades

Fonte: Freitas et al. (2019, p. 3).

Em um vídeo no canal do Youtube sobre a vila, intitulado Regência Vive, Hauley apresenta uma opção de planta frente aos dilemas que vivem:

a moringa é uma planta que é uma planta da regeneração. Ela, tipo você tem um copo d'água, cheio de metal pesado, você vai fazer um pó dela coloca dentro, a planta vai chupar o metal para o pó e aí depois consumir. Inclusive a gente acredita também que ela tire do corpo também. Ela também é muito boa pra nutrição. A moringa é outra planta sagrada que a gente precisa plantar aqui em função do metal pesado que tá na água, então... (CANAL ABERTA, 2018).

A regeneração passa a ser uma palavra de ordem de um grupo como alternativa, com trabalho coletivo e com resgate da ancestralidade. A mensagem “O Rio Doce Sonha com Regeneração”, de um atingido pela Samarco, durante o Fórum Alternativo Mundial da Água, divulgada no perfil do Facebook da Aliança Rio Doce (2020), apresenta a esperança e a ancestralidade:

Watu!
 É como os povos Krenak chamam o espírito do rio doce Watu, esse ser que não é recurso e que não é bem
 Este grande ser em sua consciência cósmica
 Sempre soube que uma barragem um dia romperia
 Ele sabia que a relação violenta que o ser humano impunha ao Rio terminaria em uma desgraça
 E os peixes choraram
 Os Seres choraram
 As Crianças choraram
 E houve muito choro
 Mas eis que o Rio Doce também sonha
 O Rio Doce sonha com a transformação das águas

Não há como pessoas impactadas cuidarem de si
 Quanto mais cuidarem de um Rio
 Comunidades destroçadas não conseguem cuidar de si
 Quanto mais cuidar de um Rio
 O Rio Doce convoca você,
 Guerreiro e Guerreira das águas
 Para cuidar das tuas águas INTERNAS
 Porque a contaminação das águas externas, as águas do Rios
 É reflexo da contaminação das nossas águas internas
 Água tem a ver com sentimento
 As águas borbulham em nós
 Olhemos e cuidemos das nossas águas
 Para que indivíduos fortalecidos possam se tornar
 Comunidades fortalecidas
 E comunidades fortalecidas sim conseguem cuidar de um
 Rio Sempre pensamos que nós cuidaríamos do Rio Doce,
 Mas é o Rio Doce que tem cuidado de nós.
 Há um convite para que nós sejamos transformados,
 Nossas águas internas sejam transformadas
 Para que os Rios sejam transformados
 O Rio Doce sonha
 Com as margens cobertas de agrofloresta
 Com condições de produzir alimento para os povos
 O Rio Doce sonha
 Com as crianças brincando, correndo nas sua margens
 O Rio Doce continua sonhando
 Com as águas limpas e puras correndo pelo lençol freático
 E alimentando as comunidades indígenas da Foz
 O Rio Doce sonha
 O Rio Doce sonha com a nossa força crescendo e transformando
 O Rio Doce sonha com sementes crioulas
 O Rio Doce sonha com águas límpidas
 O Rio Doce sonha com os surfistas surfando as ondas perfeitas da comunidade de
 Regência.
 O Rio Doce quer transformação mas a transformação começa em você
 Olhe para dentro de você, pense aonde você coloca o teu lixo?
 Pense, como você cuida das águas?
 Pense e reflita, porque o Rio Doce chama,
 O Rio Doce sonha
 O rompimento da barragem poderia ter acontecido em qualquer geração, mas
 aconteceu na nossa geração somos todos responsáveis pela regeneração do rio doce
 o rio doce sonha ser regenerado e a regeneração começa e nos o povo organizado o
 povo fortalecido cuida de si e cuida do rio
 O Rio Doce clama pela esperança
 Nós sabemos quais são os problemas
 Trabalhem pois com as soluções
 Quais são os casos de sucesso? Os projetos de regeneração, de recuperação de
 águas? Quais são as plantas fito restauradoras que podem ser plantadas? O que nós
 podemos fazer para cuidar dos nossos povos?
 O Rio Doce clama para que as crianças sejam ouvidas
 Para que as comunidades tradicionais sejam ouvidas
 Para que os anciãos sejam ouvidos
 O Rio Doce cansou de biólogos, dos sociólogos, dos engenheiros
 O Rio Doce cansou de todos os ólogos
 O Rio Doce quer ouvir o que as crianças têm a dizer
 Sobre a regeneração e a recuperação do Rio
 Todos somos convocados para cuidar do rio doce e cuidar de todas as águas
 convidamos todos para as romarias que acontecerão nas margens do Rio Doce
 convidamos todos e todas para o Fórum Mundial dos Direitos da Mãe Natureza,

E todas essas iniciativas que pretendem tratar o Rio não como bem, não como recursos, **mas como um ser como divindade que nos cuida e que é.**
 Louvemos pois as águas cuidemos das nossas para que a soutras sejam curadas,
 Amém
 Estamos vivos
 Estamos juntos
 E somos muitos
 Viva as águas
 Regenera Rio Doce
 Regenera as águas
 Regeneramos pois todos juntos!

Visualizamos, nessa busca pela ancestralidade, um traço presente em Regência, mas, ainda que estejam conectados e próximos, não parecem se enxergar um território comum com Areal, por exemplo. Alguns atores, inclusive, recomendaram que aprofundássemos no campo de pesquisa em Areal. Todavia, além da complexidade nos meios (*milieux*) e desafios de compreensão dos repertórios em torno das dinâmicas de reparação em Regência, não aprofundamos em outros meios, em outras espiritualidades e outras políticas. É apresentado como outro projeto, outra comunidade, e não captei bem ao certo as interpretações pelas entrelinhas como se sentem ao descrever sobre. Eles não aprofundavam, e logo entrávamos em outro assunto.

Os “de fora” relatavam que os indígenas na vila eram diferentes por essas características tradicionais: “[...] aqui é totalmente diferente de tudo que eu já vi. Eu já vi os pescadores da Guarda do Embaú, já fui várias vezes lá, já vi pescadores de Itacaré, de São Paulo, do Rio [...] vários lugares eu já fui e vi. E o pescador aqui, cara, é um pescador/índio, entendeu?” (Entrevistado 2).

Os novos desafios relacionados à saúde, pela “saúde das e pelas águas”, parecem uma forma de provar a necessidade de resgatar essas práticas e tornar tangível a importância da ancestralidade na vila: pela relação dos indígenas com a água enquanto entidade, pela visão de desenvolvimento, de comunidade, dos usos medicinais das plantas. Apresenta-se como uma prova tangível (CHATEURAYNAUD, 2011).

Com a chegada da lama, muitos desafios foram impostos aos moradores com relação à qualidade da água atingida e tingida pela pluma de rejeitos. As incertezas em torno da possibilidade de tomar a água interfere nos modos de vida. A tradição cacauera, por exemplo, destacada por alguns atores como parte de sua história também foi afetada¹¹⁹. Não só as

¹¹⁹ Linhares é conhecida pela produção de cacau. A cidade recebeu selo de Indicação Geográfica em 2012 e “as amêndoas de Emir de Macedo Gomes Filho, de Povoação, foram premiadas no Salão do Chocolate de Paris de 2017” (VOZ DA FOZ, n. 8, 2019).

atividades produtivas e econômicas foram afetadas com a contaminação d'água por metais pesados, mas esses elementos, agora, estão incorporados nas falas e alteraram dinâmicas cotidianas. Frente à incerteza, o metal tem efeitos na saúde, na organização coletiva, na busca por práticas integrativas e alternativas de saúde. Esse elemento também afeta os usos da água em diversos sentidos, na forma como percebem a água para beber, para se banhar.

A dimensão histórica e cultural é explorada pelo turismo para atrair turistas e, para muitos, reforçar e resgatar essa dimensão do fortalecimento da Vila enquanto destino turístico. No site de uma das pousadas de Regência, destaca-se:

Regência é uma vila de pescadores, descendentes, principalmente, de índios botocudos e negros. Os traços dessas culturas se manifestam na rotina tranquila da vila. A banda de Congo de São Benedito é quem puxa o ritmo das festas populares, no carnaval o Bloco Carnavalesco Valete de Ouro mostra toda sua vitalidade atrás do Fubica. (ARANÃ, 2020, grifo nosso).

Sobre as festas já tradicionais na vila, Teixeira (2007) apresentou um calendário (Figura 53):

Evento	Local	Data	Descrição
Festa de São Sebastião e Folia de Reis de Bicho	Igreja católica de Regência	20 janeiro	Uma tradição com mais de 100 anos do lugar. Apresentação de Bandas de Congo e de Follas de Reis e Derrubada do Mastro . Folguedo popular, é realizado em Regência no final do mês de janeiro por grupos folclóricos vindos de Povoação. Após iniciarem na igreja católica, saem nas casas animando os follões com o vaqueiro, o boi e a bicharada, cantando, dançando até raiar a madrugada em meio a muita alegria, cores, sons.
Festa dos veteranos	Clube Veteranos	29 de janeiro	Festa do clube de Futebol "Os veteranos"
Os Mascarados	Ruas de Regência	De janeiro até o carnaval	Nos finais de tarde os mascarados saem às ruas de Regência mostrando suas personagens e assustando a criançada. Cultura popular desta comunidade.
Carnaval	Ruas de Regência e clube "Valete de ouro" em frente ao campo de futebol		O tradicional clube " Valete de Ouro " promove um animado carnaval. Além dos blocos de rua: o trio elétrico Fubica, ao som de antigas marchinhas e frevos e o Careba (um jipe do Projeto Tamar fantasiado de tartaruga).
Festa de Caboclo Bernardo e Encontro de Bandas de Congo do ES	Concentração na Pousada da Tia mariquinha e segue pelas ruas de Regência até a igreja.	Primeiro fim de semana de junho.	Realizada próximo ao dia 03 de junho, a tradicional homenagem ao Herói Nacional Caboclo Bernardo comemorada há mais de 50 anos com atividades esportivas e culturais como o " Auto do Caboclo Bernardo " e o " Caretta caretta Reggae fest ". Há 15 anos foi na programação o Encontro de Bandas de Congo de Regência, que reúne as bandas de congo e outros folclóricos de todo o Espírito Santo.
Festa dos Pescadores	Praça e Ruas de Regência	No final de semana próximo ao dia 29 de junho (antes ou depois)	Os pescadores comemoram o Dia de São Pedro , com uma alegórica festa. Na programação, atividades recreativas, esportivas e culturais como Procissão de Barco no Rio Doce com a imagem de São Pedro e as Bandas de Congo, Torneio de Pesca, Regata do Rio Doce (corrida de bote/barco a remo), concurso de "causos", Torneio de Confeção de Rede, Corrida de Saco, Thiatlon e o "Arraia dos Pescadores" com quadrilha, casamento na roça, pau-de-cebo, fogueira e forró. A praça e o acesso ao porto são decorados com fogueiras ornamentais, coloridas bandeirolas, balões, fitas e redes com peixes de papel.
Festa junina	Escola, praça e casa do Lezildo	Fins de semana de junho e julho	Cada fim de semana acontece uma festa, da escola, na praia ou a tradicional festa da Dona Branca
Festa de São Benedito e Santa Catarina	Igreja católica de Regência	Último fim de semana de novembro	" Levantada ou Fincada do Mastro " - é um evento realizado pela Igreja Católica e pelo Congo em homenagem a St. Catarina e São Benedito - padroeiro do congo .
Ano Novo	Ruas e Praia de Regência	31 de dezembro	Comemoração a passagem do ano no dia 31 - Os moradores e turistas se reúnem nas cabanas próximas à praia e festejam o ano novo ao som do trio fobika . Caminho de velas ilumina as caminhadas até o mar.

Figura 53 – Calendário de festas em 2007

Fonte: Teixeira (2007, p. 24).

Um dos entrevistados afirma que a música e os eventos parecem elementos da união entre os atores locais frente a tantos desafios cotidianos no processo de reparação. As festas e tradições apresentam uma dimensão estética e interacional da vila.

O fubica continua, a liga da galera, [...] a minha esposa, meus filhos, tudo vai, tudo vai atrás. É tradição da vila. Então se acabar também, aí é complicado. Aí depois tem o Caboclo Bernardo também, aí é outro já, outro festejo também. São encontros de bandas de Congo de cada lugar, então, bem bacana também. Aí depois tem a festa dos pescadores e, por último, é a enfiçada do mastro, também da Santa Catarina, né? (Entrevistado 8).

O Fubica é o nome carinhoso do trio elétrico tradicional em Regência. "Fubica já é, Fubica não é a Fubica, Fubica é Regência e Regência é Fubica. Tipo assim, você viu, há uma interação mesmo" (Entrevistado 17). A atração, desde os anos 1990, promove um carnaval de

rua nos moldes “antigos” como dizem, com crianças e idosos reunidos, cantando marchinhas e músicas consagradas. Os entrevistados perguntavam se eu já tinha ido “atrás do Fubica”. Fubica parecia uma “entidade”, e os atores contam as histórias de tentativa de trocarem por um trio “mais moderno”, mas que a comunidade não aderiu e pediu o retorno do Ford 1929.

O Fubica é uma atração do carnaval desde a década de 90, e há aproximadamente 10 anos organizam o carnaval de inverno – o Mica Fubica. Durante a temporada, o trio também segue pela vila aos finais de semana. Na minha última visita a Regência, em janeiro, tive a oportunidade de acompanhar o trio em um dos finais de semana. Fui convidado por um amigo, nativo de Regência, e aguardamos na casa dele. O Fubica saíria da praça, seguiria pela rua do posto de saúde e da escola, passaria em frente ao Restaurante Carebão, seguiria na rua até a praia, faria o retorno no Bar e Restaurante Zenaide e retornaria pela rua do campo e do clube até a praça. Os grupos e famílias levavam com caixas térmicas, alguns improvisavam carrinhos de supermercado, nativos vendiam cervejas – identifiquei apenas um carro vendendo; a maior parte eram “ambulantes”, e eles não eram muitos. Os entrevistados e interlocutores da pesquisa que me viam seguindo Fubica logo vinham conversar e perguntavam o que estava achando. Era como se fosse o prato principal, depois da refeição servida. Eu era a visita.

O Carnaval de Regência é um atrativo turístico¹²⁰. Os moradores divulgam como um carnaval tranquilo, pelo clima familiar, que permite que crianças e famílias estejam juntas em torno do Trio. Eles se orgulham em dizer que não dá briga, uma das provas da tranquilidade. Com músicos locais, mesclando sucessos nacionais com marchinhas de compositores locais (Miúdo, Vassoura e Profeta), todos cantam juntos, inclusive com mais ânimo e força. O Trio faz suas paradas em frente aos bares e restaurantes e retorna à praça para encerrar o festejo próximo da meia-noite. Alguns dos hinos do Fubica são assinados por Vassoura e Profeta, compositores locais: “Eu vou para regência eu vou, vou remar o rio doce só pra ver o meu amor”. A caminho da praia, encontramos uma placa: “aqui reúnem-se: pescadores, surfistas, sonhadores, fubiqueiros” (Figura 54).

¹²⁰ Vídeo sobre carnaval de 2015: <https://www.youtube.com/watch?v=yIVjm_K3XAA>.



Figura 54 – Placa em frente à praia

Fonte: arquivo pessoal.

O repertório de canções também me chamou a atenção. Além do clima familiar, crianças, jovens, adultos e idosos, todos juntos. E sobre isso eles sempre destacavam que era para a família toda. Era a tranquilidade da vila que estava em festa. As crianças subiam no trio, acenavam, os pais batiam foto. Meu amigo dizia: hoje não tem muita gente – não sei se porque eles tinham como referência o carnaval, o final de semana anterior, a expectativa da vinda de mais turistas ou se porque eu era pesquisador. No entanto as ruas estavam cheias, mas não havia muitos turistas. Ele me ensinou o passinho para seguir o trio “como um nativo”. Depois do trio, que encerrava “cedo”, fomos para o bar do Russo: “vai ter forró” – caixa de som, salgados fritos, cerveja nas mesas e a dança no pequeno espaço aberto.

Tradicional, carnaval de bloquinhos de rua, pessoal, todo mundo com as crianças, atrás do trio fubica, que é uma das atrações do carnaval na vila, então isso proporciona muito pra gente um jeito diferente de estar vendo tudo aquilo que aconteceu, e as pessoas vindo pra conhecer mais o trabalho, a cultura e a história da Vila da Regência, né? (Entrevistado 1).

Durante a pesquisa de campo, participei também de rodas de violão: no “Russo” – Bar Maré Alta – e na “Dulce” – Pousada Aranã. Eles combinavam à tarde informalmente, convidavam sempre Yan e Profeta. Eles não marcam na pousada, eles marcam na Dulce. Yan é um jovem músico e compositor, “neto de Miúdo, músico e Guardiã da memória de Caboclo Bernardo”. Profeta é um artista e artesão nato. Cenógrafo, multi-instrumentista,

compositor de temas sobre a vila, cantados por Dalcenir no Fubica e por todos da vila. É também artesão e tem objetos seus de madeira pela vila. Yan levou dois violões e me emprestou um, o que achava mais confortável ele me deu. Profeta estava acompanhado pelo cavaquinho e flauta. Fico surpreso com o repertório de Yan. Nos divertimos com canções dos baianos, Caetano, Gil e Moraes Moreira. Eles me apresentam Sérgio Sampaio e canções autorais de compositores da vila. A riqueza rítmica e das letras, do que cantam e como cantam, tinha identidade e eles se orgulhavam disso.



Figura 55 – Fubica anos 1990

Fonte: Voz da Foz N. 3 (2018)

Profeta está na vila desde os anos 1990, veio para trabalhar com o Projeto Tamar, por suas habilidades em madeira e pelo teatro, a convite de Joca. Há 6 anos acompanha profissionalmente o Fubica, mas diz que está junto com o Fubica desde sempre. Integra o repertório com canções que assina junto com Vassoura e afirma que sempre cantava e tocava com seu Miúdo, inclusive “andavam juntos”. Vassoura, Profeta e Miúdo são nomes da música de Regência. Hoje novos nomes e artistas são lembrados, a música é uma experiência forte em regência. Almoçamos, comemos pizza e fui convidado para ir à sua casa ver discos, livros e partituras. “E leva o violão”. Levei o violão, ele convidou outros músicos e tocamos, colocava a cifra e a partitura e conversávamos: bossa nova e MPB. No restaurante recordo que ele me dizia: “eu demoro pra comer, pode ir se quiser” e um dos proprietários brinca com ele: “por isso que não engorda”. Ele então disse: “falo isso há muitos anos: o negócio é slow food, não é fast food. Fast food é um absurdo”. As conexões todas fizeram sentido: o modo de

vida e a escolha por Regência. Ao me despedir ele me entrega um caderninho de partituras e diz: “esse é pra você, pra quando voltar”.

O artista também cita nomes que outros atores já haviam citado e me leva à casa de um deles. Fomos à casa de Natal. Luiz Natal é um artista naïf linharensense, um dos grandes nomes de Arte Naïf no estado. Chegando lá, Natal não estava, estava seu irmão. Eles nos mostram as suas obras, na varanda, pergunto se posso fotografar e eles autorizam (Figura 56) como se não fosse preciso perguntar. Outros entrevistados tinham obras de Natal em suas casas, e Natal retratava a vila em suas obras. Além de Natal outro nome bastante citado foi de Vaninho Bragatto, outro artista naïf de expressão. A casa dele parecia distante, já estava escurecendo, e decidimos retornar.

No dia seguinte Profeta convida para uma caminhada, no fim de tarde, na praia. Ele me mostra uma trilha, passamos pela casa onde ficam alojados os estagiários do Tamar, que praticavam yoga naquele momento. Os artistas são respeitados e se envolvem nas associações e ações. Na Festa de Caboclo Bernardo de 2014, por exemplo, a decoração ficou por conta dos artistas: “As flores são produzidas por Luiz Natal. O artista Vaninho Bragato produz e lidera uma equipe que confecciona estandartes feitos com fita e tecido de chita que serão distribuídos nas principais vias. É o estilo naïf que invade o balneário em toda a sua essência” (LINHARES, 2014). As cores fortes marcam o estilo e a vila.

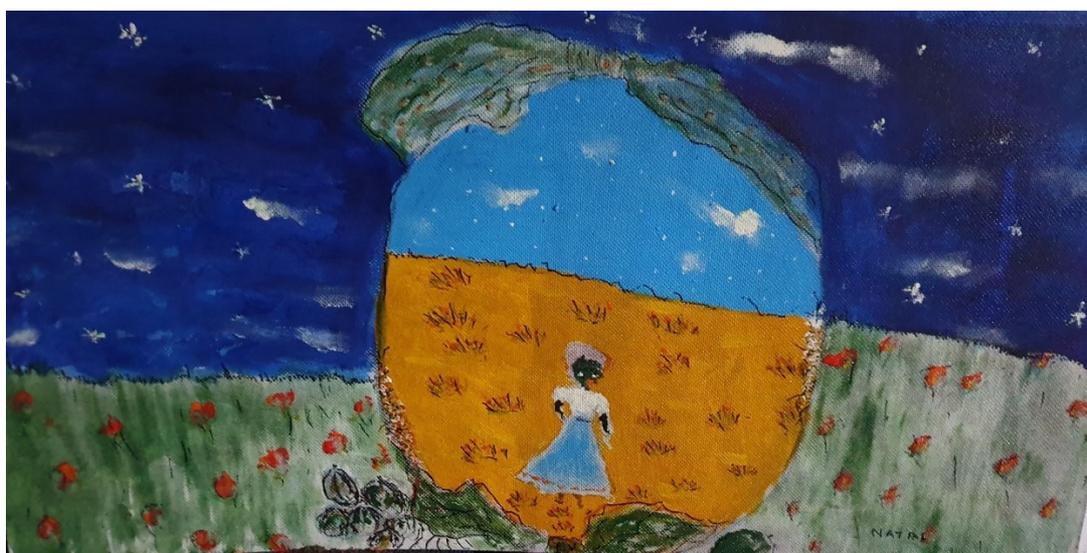


Figura 56 – Obra de Luis Natal

Fonte: arquivo pessoal.

O movimento de reparação pelos atores locais passa pela ancoragem na arte não só como atração turística, mas como identidade e fortalecimento de sua história, agora

atravessada pela lama. Um Museu na vila é reaberto em 2016 com o objetivo de reafirmar a cultura local: o Museu do General Primo Pelissari. Em reportagens sobre o Museu - “Reabertura do museu General Primo Pelissari resgata arte popular de Regência”¹²¹ e “Moradores tentam reviver a Vila depois da maior catástrofe ambiental do Brasil que atingiu o Rio Doce e o mar de Regência”¹²² – destaca-se a arte naíf de Regência e também a importância de atrações para turismo junto de outras atividades e iniciativas na vila. Ao longo das visitas de campo, pude me aproximar de artistas locais e fomos apresentados às obras de artistas, músicos e pintores, que habitam a vila. Casas com telas e pinturas, cores marcantes, e um modo de vida cheio de encontros.

O teatro, um dos motivos da vinda do cenógrafo para a vila, conta ainda com outros moradores no seu fomento. A “Cia de Artes Regência Augusta” é responsável pelas peças na vila. Na descrição do Facebook: “Há 20 anos esbanjando alegria! Desde o Auto do Caboclo Bernardo até Saltimbancos...com a Direção de Alexandro Siqueira e Carlos Alberto Sangália”. Além das *performances* nas festas, apoiam a realização de peças de alunos da escola da vila e procuram resgatar as histórias locais. Destaca-se, assim, conexão dos atores da sociedade civil com a escola, com o congo, com o teatro, com a educação socioambiental.

Em 2014, por exemplo, parcerias locais com setor público merecem destaque. Com o ‘Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos’ do Centro de Referência da Assistência social de Bebedouro (CRAS-Bebedouro) promoveram o projeto “Fazendo Arte”, a partir da “inquietude dos profissionais diante da pouca procura dos jovens pelos serviços até então oferecidos no CRAS” para a juventude de 15 a 17 anos”. E com a E.F.M. Vila Regência foram contemplados no Projeto Mais Cultura do MEC para realização de oficinas artísticas e culturas com artistas locais e os mestres da cultura popular. Para os atores locais “os meninos daqui são muito participativos também. Quando fala disso de teatro, de oficinas, pode ver que eles vão tá lá participando” (Entrevistado 18).

Ainda em 2014 o filme “Onda da vida”¹²³, dos diretores José Augusto Muleta e Raphael Gasparini, foi gravado na vila e contou com moradores como atores coadjuvante, figurantes, e uma atriz local integra o elenco contracenando com um dos protagonistas. O

¹²¹ Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/reabertura-do-museu-general-primo-pelissari-resgata-arte-popular-de-regencia>

¹²² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4861393/>

¹²³ Mais informações: <http://redeglobo.globo.com/tvgazetaes/noticia/2014/05/tv-gazeta-apoia-filme-onda-da-vida-dirigido-por-capixaba.html> Para assistir, durante o período de pandemia foi liberado gratuitamente, no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=J8rIG7uRgT0>

filme retrata o congo, apresenta a Festa de Caboclo Bernardo, a moqueca capixaba. Na sinopse lemos:

acabam descobrindo um paraíso ecológico no Espírito Santo, com belas praias e ondas perfeitas. Na comunidade simples, os meninos entendem o valor da amizade e aprendem com a solidariedade dos moradores, enquanto Tiago se apaixona pela filha de um mal encarado pescador e se depara novamente com os perigos do amor – que ele já havia encarado em uma outra viagem. (HERMSDORFF, 2019).

As ondas e a conservação no território atraem atores para viver, para visitar, para produzir. Em novembro de 2016, o Projeto Tamar, a Associação de Moradores e Interferências Filmes e Projetos, em parceria com associações locais¹²⁴ realizaram o ‘I Doc Regência’, uma mostra de documentários sobre o Rio Doce. O evento, com objetivo de “promover, por meio dos registros audiovisuais, a memória, a reflexão e o debate socioambiental” em torno do Rio Doce com o desastre, integra a criação de acervo do Museu Histórico.

Em 2017, os artistas da Cia de Artes Regência Augusta fizeram tour com apoio do Funcultura da Secretaria Estadual de Cultura junto com a Banda Natividade – da qual Yan, neto de seu Miúdo é integrante –, participando do evento promovido pelo Coletivo Líquida Ação.

Esta turnê é um intercâmbio cultural entre a Cia de Artes Regência Augusta e a Banda Natividade com o coletivo Liquidação do Rio de Janeiro e está sendo realizada com recurso do Funcultura da Secretaria Estadual de Cultura (Secult) pelo edital de locomoção, com o apoio do Projeto Tamar, Galiotto Artes e produções, Moradores de Regência e comércio local. (CIA VILA REGÊNCIA, 2017).

As ações em torno das artes cênicas são históricas também, e, hoje, entre as possibilidades de futuro, alguns atores lembram do teatro enquanto prática que engaja a juventude e meio de disseminar as histórias. Além disso, surgem outras bandas e projetos no território, como os Vampiros de Alexandria, composto por Miguel Saldanha e Yan.

A gente tem sempre esse, ah, se nós pudéssemos ter apoio na parte cultural, como um grupo de teatro, pra sabe, levar, trazer, ter um espaço onde a gente pudesse falar, o grupo de teatro tem um espaço e a gente pode desenvolver artes juntamente com a comunidade, fazer um teatro itinerante, por exemplo, sair mostrando não só esperar junho pra apresentar o auto do Caboclo Bernardo, mas sair com esse grupo e levá-los pra outras escolas, outros lugares e mostrar isso. Isso envolve a juventude. (Entrevistado 1).

¹²⁴ Associação Brasileira de Documentaristas e Curta Metragistas do Espírito Santo, Comitê de Bacias Hidrográficas de Barra do Riacho e Foz do Rio Doce do Espírito Santo, Últimos Refúgios e Pai Grande Filmes, com apoio institucional da Cia de Artes Regência Augusta, Regência Ecotur e Escola de Educação Fundamental e Médio Vila Regência

A busca de uma vida simples, tranquila e com as belezas às margens e na Foz do Rio Doce, como os atores relatam, foram alteradas com a chegada da lama e se chocam com a perspectiva técnica, burocrática e utilitarista apresentadas e disponibilizadas pelos instrumentos de reparação no território. “Você ir pro rio, você tomar banho, você comer o peixe, isso mudou mesmo, impactou mesmo essas relações, né?” (Entrevistado 16).

Exatamente na questão das pessoas que tinham aquela convivência com o rio, tal, ficarem parados, por exemplo, até mesmo aquela vontade que a pessoa tinha de ir no seu quintal, ter uma rede e ficar ali manuseando, que era como se fosse uma terapia também ali no dia a dia e tal, costurando a sua rede e tal, assim, quer dizer, praticamente parou e as pessoas ficaram nessa vulnerabilidade também. Hoje eu vou pescar um bagreção sabe? Quer dizer, passa de fazer o que gostava, que era sair de manhã, ia só voltava à tarde e tal, ficou mais vulnerável a coisa, né? (Entrevistado 1).

Chama-nos a atenção que não se trata da convivência em torno do rio, o Entrevistado fala em convivência com o rio. O rio não é uma entidade externa com a qual interagem, eles estão imersos no rio e na natureza em suas experiências. A conexão com o rio para um ribeirinho... É até difícil de descrever em poucas palavras. Alguns atores atribuem à chegada da lama o aumento do número de óbitos de idosos depois de novembro de 2015, além da tristeza em ter seu modo de viver alterado:

E algumas pessoas eu via assim, nelas, a tristeza de assim, quando foram pra beira do rio, você via a tristeza de cada um, as pessoas chorando mesmo, senhoras, as mais antigas, né, de tudo isso. (Entrevistado 1).

Então, poxa, mil maravilhas, pega a sua família e vai, você ia tomar um banho e tal. E hoje? (Entrevistado 8).

Eu falei pra você, depois disso aí, nem banho mais lá pra lá praquela lado lá do rio a gente toma mais. (Entrevistado 9).

A gente tinha o lazer também, né, que final de semana pegava as crianças, ia pra uma praia dessa no meio do rio, encostava lá e fazia aquela farrinha tradicional, enfim. (Entrevistado 26).

Tô com 72 anos, 73 anos de idade. O meu lazer acabou tudo, cara. (Entrevistado 22).

Os modos de vida giravam em torno do encontro rio-mar, da água. Inclusive os conflitos com relação aos seus usos, que hoje estão interditados: formalmente pela pesca e, informalmente, pela precaução com relação à saúde. O dia a dia incluía passar no porto e ir para a praia fim de tarde para ver o sol se pôr com os amigos, mergulhar. Práticas cotidianas que agora aguardam estudos técnicos, ação do estado, reparação. Alguns ainda se aventuram (Figura 57), mas não sabem quais consequências possíveis.



Figura 57 – Crianças se aventuram nas águas

Fonte: Landau (2017).

Alguns projetos de contraturno escolar foram desenvolvidos por membros da comunidade para a prática esportiva, ensino de línguas e instrumentos musicais, como forma de ocupação para as crianças e adolescentes. Yan, um dos professores de música, afirma que o objetivo é tirar as crianças da rua. A rua, que antes era um local tranquilo, agora também é motivo de preocupação pelo aumento do consumo de drogas. Os projetos, sobretudo, abrem perspectivas de futuro na comunidade. Mesmo anos depois do crime-desastre, as dúvidas e incertezas em torno da qualidade da água ainda estão presentes na comunidade e geram preocupações. Para além dos impactos nas atividades econômicas, fala-se muito dos impactos no lazer, na saúde, não apenas física, mas também mental. Aqueles que se submetem a entrar nas águas convivem com a incerteza em seus corpos. Como poderíamos falar em pós desastre na medida em que os rejeitos perpetuam a mudança no modo de vida no território e atravessam o cotidiano dos atores locais?

Ao longo da seção, vimos as interações entre atores locais, Tamar, órgãos públicos (CRAS, EEFM), comércio local e associações, nas ações coletivas da vila. Vimos repertórios sobre o que é ser nativo, sobre o que os “de fora” trouxeram para a vila, na arte, no *surf*, na conservação. Mas quando falamos em trazer, quisemos evidenciar que são as preensões que tencionam, transacionam. Destacamos, ainda, os eventos e festas tradicionais, especialmente a coprodução dessas atividades. A continuidade das atividades culturais em sentido amplo representa uma das provas sobre Regência estar viva, em torno de diferentes modos de vida.

Esses diferentes modos de vida exigem diferentes modos de reparação. O Entrevistado 16, por exemplo, ao destacar a qualidade de vida e sua escolha por Regência, conclui: “porque lá fora o negócio tá feio, né?”. Por sua vez, os projetos de fortalecimento das identidades e de perspectivas de futuro para Regência agora lidam com projetos e programas que procuram reparar. Consideramos que destacar as narrativas sobre a vila e a forma como se organizam em associações na comunidade, nas festas, contribui para compreender as interações e pressões nos meios (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2012) no momento da reparação. Dito de outro modo, compreender os modos de habitar nos meios (*milieux*) tem por objetivo evidenciar o lugar em que os dispositivos são implementados e as ações públicas ocorrem.

4.3.2 As narrativas e engajamentos nas ações públicas

Enquanto a gente tiver pessoas que sintam orgulho de quem elas são, que sintam orgulho né disso aqui, de saber que o pai foi um pescador, que a mãe foi marisqueira, eu o avô tava lá torrando farinha no forno, que o pai tava na lida do cacau lá pra tirar a popa do cacau pra colocar pra secar, para depois colocar nas barcaças, ser mandado pra Linhares pra depois virar um dos melhores chocolates do mundo... enquanto ele tiver isso dentro dele: o congo não acaba, folia de reis não acaba, os mascarados não. Porque acabar com isso é acabar com você e você não quer sabe, ser esquecido, você quer ficar.

Luciana Oliveira¹²⁵

Neste capítulo, procuramos apresentar as memórias e os modos de habitar, os modos de ser e de fazer em torno do rio, algumas das práticas (conservação, *surf*, artesanato) e das manifestações culturais (congo, festas). Pescadores, surfistas, empreendedores, agricultores, servidores públicos, artistas, profissionais liberais, pesquisadores e ambientalistas compõem a heterogeneidade do território e de meios (*milieux*). Cada um traz um pouco de si para o local, interação (aproximações e conflitos) em seus modos de vida na (re)construção das dinâmicas da vila.

Não só a lama coloca a comunidade à prova, mas o processo de reparação também, à medida que são adotados procedimentos, ao longo de toda bacia, que não levam em conta as singularidades. Os atores recorrem às identidades enquanto prova na arena pública sobre quem são em múltiplos sentidos, sobre os impactos que sofreram. Ser caboclo, ter nascido em Regência ou ter ido em busca das ondas ou da conservação, tocar casaca, saber cantar as

¹²⁵ Canal Aberta (2018). Relato disponível em: <<https://youtu.be/wfFSgnt6FSU?t=1674>>

músicas e a história de Caboclo Bernardo, saber mirar a rede, saber os picos das ondas e saber resistir são algumas das provas de pertencimento ao território. Os modos de vida no território são colocados em xeque.

Em Regência, ouvimos sobre o congo, a ancestralidade, as ondas, o Fubica, o discurso da conservação e das tartarugas, a arte, a tranquilidade e o sossego que os moradores buscavam na vila. Eles recorrem a esses elementos como provas de suas particularidades, por exemplo, a tartaruga que só desova, o congo como sua tradição de resistência, o Fubica, que é um carnaval tranquilo, a onda que só forma lá.

Podemos ver distintas paisagens nesse território, como destaca Saldanha (2018, p. 20):

A paisagem de Regência Augusta pode ser jovem no sentido geológico, antiga na perspectiva colonial, atrasada sob um olhar tecnocrático, em movimento para os pós-modernos, especial do ponto de vista ecológico, plana no sentido agro-industrial, resistência aos originários, explorável para a indústria e um paraíso para os surfistas. (SALDANHA, 2018, p. 20).

Assim, procuramos mostrar que não falamos de uma identidade ou uma paisagem, de unicidade. O território “são” paisagens, meios (*milieux*), em que os atores podem atribuir diferentes sentidos e significações aos seus objetos, transacionam essas apreensões do real e agem. Apresentamos dois exemplos para evidenciar essas questões: o banco de areia e a onda na boca do Rio e os tanques da Petrobrás.

Os atores afirmam que a onda mudou com a chegada da lama, que temem entrar pela contaminação. Um dos membros da ASR afirmou que tinham receio de promover eventos, afinal estavam sem um laudo e poderiam, com isso, ser solidários ou “irresponsáveis” em incentivar a prática. Não era uma recomendação parar de surfar, mas deixavam claro: “*Surf sem laudo*” (Figura 58).



Figura 58 – Reunião com CDH da Câmara dos Deputados na vila

Fonte: acervo próprio.

Com a mudança da onda, os surfistas, quando retornam ao mar, começam a utilizar mais os points, e destacam-se as ações locais para liberar o *surf* em frente à REBIO, ou melhor, dentro dela. O plano de manejo da Reserva, de 1997, destacava os quilômetros 2, 4 e 7 como points para banhistas e *surf*, e ponderava que “a proibição foi paulatina, primeiro proibiu-se a captura de tartarugas, depois entrada de veículos, depois os acampamentos e, finalmente, reduziu-se a três o número de pontos permitidos (REBIO, 1997, p. 534). No novo plano de manejo de 2018, eles afirmam que a partir de oficinas com a comunidade foi sugerido passar de Reserva Biológica para Uso Sustentável, tendo em vista a possibilidade de conciliar usos tradicionais da área. No entanto, ponderam que a prática não altera as atividades de conservação e reconhecem as relações possíveis entre *surf* e conservação:

Apesar da prática do surfe da pesca amadora constituírem, sob a ótica da Lei do SNUC, atividades conflitantes com a categoria da Unidade de Conservação, Reserva Biológica, no caso da REBIO de Comboios este conflito não existe, uma vez que a UC não inclui áreas marinhas. O acesso ao mar para prática de surfe e pesca é realizado através da Unidade, desde antes da sua criação. Destaca-se que esse uso não comprometeu o principal objetivo de conservação da REBIO, as tartarugas marinhas, cujas populações locais apresentam uma recuperação evidenciada pelo aumento no número de ninhos e filhotes gerados anualmente [...] O reconhecimento das relações entre a prática do surfe e a conservação é amplamente assimilado em alguns países, havendo mesmo a categoria formal de Reservas de Surfe na Austrália e Nova Zelândia, e a criação de um movimento recente que reconheceu 09 áreas de surfe como Reservas Mundiais de Surfe (Silva, Santos & Dutra, 2016). (REBIO, 2008, p. 21-22).

Assim sendo, define-se que “[...] a atividade será permitida e disciplinada pelas normas gerais e do zoneamento da UC, mesmo que a categoria de Reserva Biológica seja mantida” (REBIO, 2008, p. 34). Desse modo, a REBIO passa a reconhecer e receber surfistas em sua sede. “A qualidade da onda voltou a atrair centenas de pessoas ligadas à prática do surf, pois em 2018 já é possível lembrar momentos semelhantes àqueles antes da chegada da lama, devido ao aumento do número de pessoas frequentando a praia” (SALDANHA, 2018, p. 109).

Alguns atores relataram nas entrevistas que a onda “se deslocou” que o melhor point acabou sendo o da bancada da REBIO. Destacamos esse processo como uma mudança de preensões.



Figura 59 – Localização das ondas de *surf* em Regência

Fonte: Saldanha (2018, p. 73).

Quanto aos tanques, como vimos, podem ser vistos como projeto de desenvolvimento ou a altura da praia em que Caboclo Bernardo fez seu ato heroico. O Terminal, que foi alvo de disputa com a Petrobrás, mobilizando não humanos nas

justificativas para impedir o projeto de uso para lançar água de produção, água contaminada (TORRES et al., 2017), foi o local desejado pelos analistas do ICMBio para ser a base de uma nova UC para proteção da costa do Espírito Santo, e, agora, a proposta é de um centro de educação, ciência e turismo, em parceria com instituições de ensino. O objeto que era problemático, agora, pode ter uma saída para projetos desejados na vila. Esse processo envolveu a mobilização de atores da conservação, que querem deixar um legado e é endossado pela Carta das Instituições Comunitárias da Foz do Rio Doce enviada ao CIF (CARTA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO DOCE, 2017). Com isso, vemos que o “tecido social” se (re)costura nos projetos e ações frente ao desastre, sendo mais que uma reprodução do que eram, mas sem deixar de levar em conta o que trazem. Trata-se, também, de novas preensões (referências e dobras) no fluxo da experiência (sobre a lama, sobre o que foi atingido, sobre o passado, sobre o futuro), para provar que Regência está viva.

Associação do Congo	Tamar	Associação de Pescadores	Grandes empresas
Associação de Moradores	Associação do Comércio	Cia de Artes Vila Regência	Regenera Rio Doce
Igrejas	CRAS; E.E.F.M. Vila Regência	Artesãos	REBIO

Figura 60 – Entidades citadas no capítulo

Fonte: elaborado pelo autor.

Essas ações coletivas passam pela história e memória do território, as quais parecem garantir uma inteligibilidade no território (como referência), que se prova no presente, e atuam na fábrica de preensões sobre esse momento em que as “pegadas” “deslizam” (BESSY; CHATEAURAYNAUD; 2014). Vamos, então, resgatar algumas das narrativas e ações que se relacionam à Regência. Procuramos, especialmente, a partir das memórias dos atores, de seus argumentos e repertórios, de suas provas, entender meios (*milieux*), atores e controvérsias, que passam também pelas tensões em torno do que é a reparação e do que foi impactado,

nesse campo de experiência de atingido, já que se conectam com suas pressões (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014).

A história da vila nos remete ao período colonial, aos projetos de desenvolvimento e aos diferentes usos do rio e da costa como ativos. Essa trajetória é marcada por ciclos econômicos e tensões em torno dos modelos de desenvolvimento; agora Regência é local da reparação. Na dimensão histórica, elencamos o enfrentamento e a resistência dos nativos e vemos fragmentos de como lidar com a expansão comercial e agrícola como principal uso do Rio e projetos outros para explorar a área. “Tipo, Linhares e Regência e a região aqui, ainda tem um resquício daquele Brasil Colônia, de feudo, as famílias tradicionais” (Entrevistado 2). Destacamos também a história recente de tensão e contradição com relação a projetos de desenvolvimento e conflitos com grandes empreendimentos para a região. Esses projetos que disputam os usos e espaços no território passam pelas seguintes atividades:

a derrubada de áreas de mata atlântica com a exploração de madeiras destinadas à construção civil e à produção de carvão; a drenagem das planícies de inundação do rio Doce na década de 1950, com a disponibilização das terras para a pecuária; nos anos de 1970, as pesquisas e a exploração do petróleo e gás, e a implantação da indústria de celulose com seus monocultivos de eucalipto; e mais recentemente, a especulação da construção do Superporto. (MARTINS, 2018, p. 73).

A relação com grandes projetos e grandes empresas não é nova. Em 1984, Porto de Ferro teve parecer contra dos órgãos ambientais. A região conviveu com a exploração de petróleo e gás, por exemplo, A Petrobrás teve projeto de injetar água de produção, que era jogada no mar, nos poços maduros que coabitam o território, o que geraria fluxo de navios. Além disso, a vila tem a Petrobrás como uma das principais apoiadoras da conservação – ao apoiar a Fundação Pró-Tamar e estampa de materiais e ao financiar projetos locais, mediante recursos de compensação – desde a pesca ao artesanato. O fluxo urbano direcionado para Pontal Ipiranga também permitiu aliviar a pressão urbana das comunidades. Vemos que os atores da conservação integram essa perspectiva em seus discursos da exploração imobiliária, mais do que levar em conta a capacidade de carga e pressões ambientais, consideram as pressões ambientais e os bolsões de pobreza na exploração do litoral, ao comprar os melhores lotes, fazendo com que os nativos vão para as margens, para as periferias: “quem tem dinheiro compra e os pobres vão para o fundo”. O Entrevistado 13 ainda lembra que em setembro de 2015, outro projeto de porto de minério de ferro foi negado por parecer técnico do Ibama e ICMBIO na região da foz em Degredo. O Projeto do Porto Norte, da empresa Manabi, pretendia operar “25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano” (SECULO DIÁRIO, 2015).

Frente ao desastre, os atores vão em busca de reparação, que, ao considerarmos em sentido amplo, traduz-se nessa nova dinâmica de vida e múltiplas afetações, da ação coletiva, da ação pública. A relação dos moradores com o espaço é forte, e como disse Cau (2019, p. 52): “podemos dizer que tudo que afeta o rio/mar em Regência Augusta da mesma forma afeta os moradores da vila” (CAU, 2019, p. 52).

Na Figura 61, abaixo, apontamos, então, algumas das atividades e ciclos que se cruzam no território ao longo da sua história.

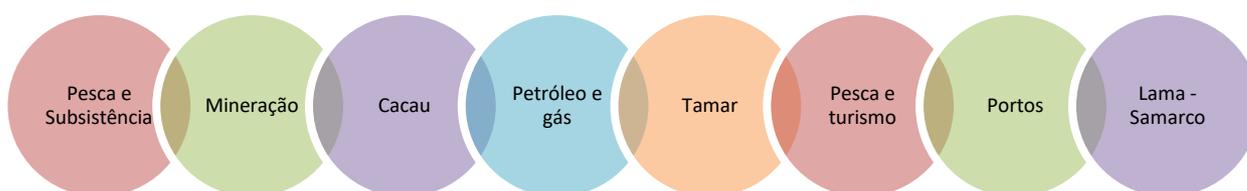


Figura 61 – Atividades e projetos que atravessam Regência historicamente

Fonte: elaborado pelo autor.

A chegada da lama não estava no imaginário dos riscos possíveis à região para os atores locais. Desse modo, é interessante pensar que um novo ator chega no território. Um “novo estrangeiro” no local, em uma comunidade que valoriza o nativo, distingue-se dos “locais”. Para o Entrevistado 5, “o caboclo é cismado”. A dinâmica na vila volta a ser atravessada pela mineração e grandes empresas. As mineradoras possuem seus protocolos, sua forma de lidar, construir e negociar a reparação em seu dispositivo. Isso passa não apenas por critérios técnicos, mas também por ver (ou não ver) as comunidades.

Atravessada pela lama, a comunidade se vê de frente com os desafios de **lidar** com os desastres: os rejeitos da mineração chegaram e exigiram uma coordenação local para enfrentamento e para lidar com seus efeitos. Ou seja, frente às mudanças nas ondas articulam com atores locais para viabilizar alternativas de uso da praia; frente à desarticulação com a moeda, lançam “repertórios de afeto”; frente à categorização em um perfil, recorrem às suas identidades e cultura. Enfim, os atores ressignificam objetos, como a onda e os tanques, assim como se organizam para coordenar a ressignificação desses objetos.

As histórias que marcam o imaginário, a identidade do caboclo e sua força de desbravar o rio-mar seguem presentes no dia a dia da vila de Regência – estão no canto, estão no congo, estão na festa (CAU, 2019). Em torno da Festa de Caboclo Bernardo, reúnem-se pescadores, bandas de congo e arte naïf, associações e entidades que integram o repertório

histórico e cultural da vila. Isso tudo está entre os monumentos Museu Histórico, Biblioteca Comunitária, Centro Ecológico, o Farol e busto de Caboclo Bernardo e de seu Miúdo.

“De 2015 pra cá, houve, sim, uma mudança nas relações da comunidade. Primeiro porque, teve um desastre, um crime ecológico” (Entrevistada 16). Essas mudanças na relação fragilizam, mas também não podemos negar que surgem outras aberturas, com ações coletivas e lutas na esfera pública. Os atores da vila, inicialmente, protagonizam uma manifestação por uma Regência viva em 2016. Vemos que essa narrativa perdura e tem diferentes perspectivas e ações. Eles demandam respostas dos atores públicos de meio ambiente no local, dos “locais”. O repertório utilizado nas manifestações é de acusação, diz respeito a uma luta, um enfrentamento à lama “de fora”. Identificamos, aqui, um regime de crítica em justiça (CHATEAURAYNAUD, 2016).

A dinâmica das ações públicas de reparação em torno da cultura parece iniciar-se acoplada à narrativa: “Regência está viva”. Em torno dessa “vida”, encontramos os registros dos “modos de vida”, das memórias, mediadas para e pela ação coletiva. O “*slogan*” fez parte das manifestações, depois dá nome às festas e integra os discursos dos atores locais, que procuram provar que Regência está viva pela cultura, pelo turismo cultural, pelas tradições, pela arte, pelos visitantes. A cultura tornou-se, assim, uma prova da vida na vila e prova sensível de sua força, ao lidar com os processos de luto, perdas, ressignificações, por meio do que Hauley chamou “dispositivos de afeto”, da mobilização para ação coletiva.

Nesse processo de reparação, temos como efeito um movimento de continuidade do resgate histórico na vila e, para alguns atores, a oportunidade de “girar” a economia local por meio da remuneração de moradores da comunidade trabalhando nas festas e eventos, por meio do turismo. Os atores tateiam os lugares, de atingido, de impactado ou de vítima, e aprendem a lidar com a empresa e seus dispositivos de reparação, resgatando quem são. Eles constroem seus repertórios e narrativas nesse contexto, vivenciando, em seu luto, as cobranças pela reparação, buscando reforçar suas identidades, suas relações com as águas, Foz, rio, ondas. Descobrem caminhos, desenvolvem táticas e estratégias, em torno dessas narrativas, aproximam-se em alguns projetos coletivos (conservação e *surf*, por exemplo) e afastam-se em outros (*surf* e pesca, por exemplo, em que o *surf* é visto como lazer). Vamos nos aprofundar nas tensões entre as atividades na próxima seção.

4.3.3 Das tensões entre atividades no território da reparação

Então Regência começou a crescer, e eu disse “rapaz, a gente precisa crescer um pouco mais também o meu estabelecimento”, porque a Regência tava chegando

uma evolução, né, que era cartão, essas coisas, o cara comprar a crédito, a prazo. Antigamente era só trocas, você comprava o peixe e dava a mercadoria e a gente vendia o peixe em outro lugar, essa era a moeda aqui de Regência, até 2015.

Entrevistado 11.

As duas atividades consideradas principais na vila, pesca e turismo, mobilizam perspectivas distintas sobre Regência, e, aqui, pretendemos explorar mais as nuances e efeitos dessas narrativas no processo de reparação. O excerto que abre a seção mostra uma das visões sobre o crescimento da vila como uma evolução, mas num ciclo interrompido (antigamente). Enquanto a pesca enfrentava desafios antes do rompimento, a perspectiva para o turismo e comércio local era de crescimento. Recordo-me, por exemplo, de um casal que comprou uma propriedade na vila em 2015 e exploraria, economicamente, a primeira temporada quando ocorre o crime-desastre. A vinda para Regência para eles representava uma mudança de vida. Com a chegada da lama, a pousada e os negócios em torno dela ficam em suspenso.



Figura 62 – Charge “Siga aquela lama”

Fonte: Duke e Galvão (2015).

A charge acima (Figura 62) ajuda a compreender algumas das preocupações dos empreendimentos turísticos: a presença da lama afastaria seu público, surfistas e famílias que

vinham aproveitar a região. O setor de turismo viveu um período bastante difícil com cancelamento de reservas:

Mesmo depois de baixar em mais da metade os preços das reservas para o Réveillon, hotéis e pousadas da vila de Regência, em Linhares (ES), não conseguiram trazer de volta os turistas que frequentavam as praias locais. O vilarejo abriga a foz do rio Doce e foi afetado pela chegada da lama da Samarco ao mar no final de 2015 -um ano depois, os efeitos da tragédia na saúde e na biodiversidade ainda são desconhecidos.

Na virada do ano passado, houve um cancelamento em massa de reservas em Regência. Esse ano, poucas foram feitas até esta terça (27), dizem os hoteleiros. ‘Quando você me ligou, fiquei até feliz porque pensava que era alguém querendo reservar quarto. A uma semana do Ano Novo, não fiz uma reserva sequer’, diz Fabrício Fiorot, 41, dono de uma pousada na vila, ao atender o telefonema da reportagem. Outro dono, Sérgio Missagia, 45, diz que as pessoas ligam e perguntam se há laudos sobre a água e ele diz que “não pode responder”. ‘E o pior é que não podemos nem planejar o que comprar ou quem contratar para a temporada, porque não sabemos quem vem. Ano passado comprei 500 kg de camarão. Não consegui alugar os quartos, e tive que comer. Não aguento mais ver camarão em minha frente’, riu. Ambos diminuíram em mais de 50% o pacote para três dias de Ano Novo. O prejuízo também afeta outras empresas que vivem de turismo, como as que alugam caiaques, prática bastante comum antes do rompimento. (FOLHA DE S.PAULO, 30 de dezembro de 2016, grifos nossos).

Nos primeiros anos, o cancelamento das reservas e a falta de perspectiva dificultam o planejamento de seus negócios. A vila, que era cheia de atrações das águas, do rio e mar, agora tem outra atração. Para o Entrevistado 14:

A região de Regência deixou de receber muita gente. Regência é muito conhecida pelo surfe, e foi proibido, num determinado momento. Aquela lama toda tomando conta e as pessoas não podiam surfar, as pessoas não ocupavam as pousadas, as pessoas não se alimentavam nos restaurantes, porque tinham interesse de ir à praia, conhecer a vila, aquela coisa toda. A vila não tinha água potável, porque o Rio Doce estava contaminado, não tinha condições de uso da praia, por conta da lama que estava lá, então virou um deserto. (ENTREVISTADO 14).

A chegada da lama trouxe dificuldades ao setor de turismo, e alguns empreendimentos passam a receber outro perfil do público com a reparação, com a chegada de pesquisadores e curiosos. Outro tipo de turismo cresce e ganha espaço na vila: o turismo científico. Saldanha (2018) afirma que:

Após a chegada da lama, o turismo científico e o turismo das redes solidárias são constantes em Regência, e talvez superem a receita em comparação ao turismo do surf em certos estabelecimentos, pois esses grupos, às vezes, são numerosos (entre 10 a 50 pessoas) e permanecem na vila por períodos de dias e até meses. (SALDANHA, 2018, p. 103).

Ainda que atraia, “atrai até quando?” e qual é a “atração” desse turismo? Existem dilemas e efeitos na economia da vila quanto a serem reconhecidos pela lama. Entendemos que, para além desse “apelo turístico”, as festas, o Tamar e o *surf* constituem formas de atrair turistas e de dar continuidade aos seus projetos de vida. Cultura e lazer, na comunidade,

podem ser vistos como um bem em si e/ou como um meio para fortalecimento da economia, por meio do turismo cultural. Além disso, alguns atores entendem que, para o “turismo do desastre”, quanto pior melhor, enquanto outros entendem que esse turismo afasta os turistas, sendo preciso enfatizar cultura e *surf* como atrativos.

A pesca dividia o mar com os surfistas, mas os surfistas locais não foram reparados enquanto atividade econômica. Ou seja, os surfistas profissionais não foram reconhecidos como impactados, e os atores procuram evidenciar a economia do *surf* na vila, como atividade que movimentava turismo e comércio local. Na justiça, no entanto, um dos entrevistados relatou que ser surfista não fez diferença:

Fui lá, ele falou ‘doutor, você tá vendo que temos foto do cara surfando, título dele [...]’ ‘não quero nada disso, quero que você me traga comprovante de residência de 2015, o cara tava lá? Eu vou dar’. Então não importa se o cara é surfista, se o cara é bodyboarder, se o cara é parapente, ele mora em Regência? Ele teve impacto no lazer dele. Ou seja, ser surfista não faz a menor diferença. (Entrevistado 2).

Alguns dos atores da Associação de Surfistas relatam que não são apenas os surfistas de 2015 os afetados, mas os futuros atletas em potencial que a vila poderia revelar e que tiveram seus treinamentos interrompidos. A vila, nesse sentido, é vista com potencial para grandes surfistas, já que no “quintal” de casa dispõem de uma das melhores ondas. Essas duas “categorias”, pescadores e surfistas, dependem da qualidade da água para suas atividades e práticas, assim como para a continuidade das atividades (o ensino da pesca e do *surf*, pescando e surfando). Enquanto os atores da pesca estão proibidos de pescar, os surfistas não estão. A interdição da pesca mantém os pescadores como grupo reconhecido pelos efeitos da lama, enquanto os surfistas não. Os surfistas procuram, então, provar na comunidade que o esporte é uma profissão e uma atividade econômica, destacam uma cadeia do *surf* que gira a economia local. Na cena da reparação, comércio-pesca-surf interagem e disputam sentidos dos efeitos do crime-desastre e sobre a reparação.

Em nossa pesquisa, dialogamos com surfistas que possuem comércio, que prestam serviços para pescadores, que possuem fortes vínculos com nativos-pescadores. Em uma pequena vila, essas categorias socioprofissionais, por vezes, somam-se, e alguns atores híbridos parecem mediar essas relações entre os meios (*milieux*). Isso porque as preensões que os atores desenvolvem nos diferentes meios se distanciam, assim como as agendas e perspectivas de futuro. Por exemplo, alguns grupos são criticados por não se engajarem na reparação de todos os atingidos, enquanto outros consideram que, para quem recebe o cartão, quanto pior melhor. No entanto, o que está em questão mesmo é justamente essa definição de categorias de atingidos e dos impactos e efeitos aceitos e reconhecidos.

Em uma ocasião, tomávamos café na casa de um dos surfistas da vila, e ele relatava como seu corpo mudara ao parar as práticas diárias de *surf*. Ele temia pela intoxicação, e, além disso, parar também me pareceu estar relacionado a uma coordenação de suas ações. Tendo em vista a postura de questionamento sobre a qualidade da água, ele parecia considerar que entrar na água deslegitimaria sua posição de enfrentamento. Estava proibido pescar, mas não estava proibido surfar. Essa interdição era justificada pelos riscos e, neste caso, também pela coordenação das ações. A onda nem sempre é vista como objeto legítimo de reparação.

A chegada dos rejeitos trouxe alteração nos usos da praia, na formação de ondas e dos locais em que surfistas as buscam. Agora o point é dentro da REBIO, e o argumento de que o *surf* movimentava a economia local é posto à prova. Pela distância do centro da vila, onde estão os empreendimentos, alguns comerciantes consideram, agora, que os surfistas sequer entram na vila, já que surfam e retornam. Questionam até se a ação de incentivar o *surf* é realmente uma prioridade na vila. A resposta dos surfistas locais a esses comerciantes é que retomar as atividades na vila é um processo e que, se os surfistas não entram e ficam na vila, é porque a prática é ligada à saúde e procuram minimizar os riscos.

Uma das controvérsias em torno da comunicação sobre a qualidade da água refere-se aos dados sobre balneabilidade disponíveis no site da Secretaria de Meio Ambiente¹²⁶ e nas placas (Figura 63). Por exemplo, eles podem ser positivos, mas não medem a presença de metais pesados. Além disso, com relação aos dados disponíveis, ativistas consideram que “ela [Fundação Renova] peneira os estudos e prioriza o que quer: liberar a pesca”. Os próprios surfistas utilizam essa decisão da proibição da pesca para mostrar que são impactados, afinal deve ter algum problema com a água. Membros da diretoria da ASR se orgulham em dizer: “não tem um real da Renova na ASR”. E um dos membros afirmou na reunião: “independente das más vontades das empresas vamos avançar. A gente tá gostando, porque estamos fazendo com muita verdade, sangue nos olhos e uma proposta de luz” (informação verbal¹²⁷).

¹²⁶ Para ver mais: <<https://bit.ly/balneabilidadelinhares>>.

¹²⁷ Live da ASR em 19 de novembro de 2020.



Figura 63 – Placa sobre balneabilidade em dezembro de 2019

Fonte: acervo próprio.

No entanto, esse caminho é cheio de desafios intersetoriais, como destaca uma ativista: “falta de diálogo com Renova; ausência do cumprimento do TTAC e não cumprimento do TTAC; não sabíamos o que esperar; insegurança hídrica, alimentar; e o principal desafio: as relações interpessoais”. Esses elementos nos parecem transversais a toda comunidade e aos campos de experiência. Vemos que, frente à divisão entre atividades e meios (*milieus*), que dificulta a federação das causas (CHATEURAYNAUD; DEBAZ, 2017), alguns atores procuram integrá-los em torno de agendas comuns, fora da reparação oficial que os divide.

De acordo com o Relatório de Monitoramento Consolidado da Ramboll (2019), foram indenizados em Regência, entre 2017 a 2019 (dados até 25 de fevereiro de 2019), 1392 pessoas no segmento de pesca, 100 na agricultura, 50 no comércio e 76 no turismo. Regência figura nas primeiras posições nas indenizações da pesca, do comércio e do turismo. Percentualmente, os números representam 18% do total na pesca, 75% do total de indenizações no comércio, 93% do total em PIM no turismo. No entanto, em nossa pesquisa de campo, conversamos com comerciantes que tinham sido reconhecidos, mas ainda não tinham recebido indenização. Essas distinções de tratamento causavam tensões entre os setores, e a chegada de dinheiro na vila mudava, também, as relações.

O comerciante não vende apenas para turista, então é importante destacar que a alteração nas relações pela chegada de outra moeda também teve efeitos nos empreendimentos locais:

Antigamente era a moeda aqui de Regência era o peixe, até mais ou menos 2014. Depois começou a parar, a pesca deu uma caída, e aí em 2015 veio esse problema da lama, e aí a gente começou a parar de mexer com peixe e começou a trabalhar só com cartão, o pessoal que recebeu o benefício, né? (Entrevistado 11).

Em um dos comércios locais, a moeda era o próprio peixe. Não pretendemos extrapolar a fala do entrevistado para todo o comércio local, afinal reconhecemos a existência de funcionários públicos e de empregados e estagiários do Tamar, por exemplo, que não recebem “em peixe”, além do turismo. Entretanto, essas falas, sobre uma economia de trocas, alertaram-nos sobre mudanças nas relações econômicas que se impuseram na vila com o processo de reparação. Ao resgatar a memória do que era a comunidade antes do evento, alguns atores consideram que: “então o escambo era o que imperava aqui dentro Regência, cê vê alguém tirar o dinheiro e pagar, era pouco usual, o escambo imperava, principalmente nos pescadores, marisqueira, essa galera que gira a economia aqui, era muito na base do escambo” (Entrevistado 2).

Agora, vemos a chegada do cartão e de outras sociabilidades em torno dele. O escambo baseava-se na confiança na vila. A utilização das cadernetas em um dos comércios, por exemplo, pode ser vista como prova desse elemento, já que a compra em “crédito” não era atravessada por uma operadora de crédito como garantia de pagamento, mas pela reputação e confiança. Ao circular mais dinheiro na vila, no entanto, nem todo o dinheiro fica na vila. Segundo entrevistados, alguns atores locais passavam a comprar fora da vila, para um dos empreendedores, porque o pescador não queria mostrar seu poder de compra, enquanto outro relata que era uma questão de comodidade: indo ao centro para sacar o dinheiro, de carro, já passava em lojas de rede e fazia suas compras.

Nas visitas em 2019, vimos tijolos e areia em frente das casas, mais carros e motos circulando, empreendimentos sendo reformados, e também me marcou a construção de muros, também relatada em entrevistas. Com a indenização, muitos pescadores compraram ou trocaram de carro, reformaram suas casas. Mas isso trouxe, também, dilemas e críticas quanto aos usos do recurso da indenização. Alguns atores desconfiam de que tenha aumentado o consumo de drogas e álcool, criticam a compra de bens que geram despesas e consideram que faltaram planejamento e perspectiva de futuro quanto aos usos da indenização. “Eu vou tentar abrir um negócio? Investir em alguma coisa? E não é muito isso que acontece. Aí compra carro, reforma casa, faz festa [...], aí hoje em dia tem tudo em Regência, tem festa de aniversário de criança e tem mesversário” (Entrevistado 16).

Alguns destacam que empreendedores investiram em seus negócios:

Como a maioria aqui já foi indenizada. Muitos investiram no seu comércio, já que não temos mais a possibilidade assim de como atrativo, mar e o rio, alguns colocaram piscina, se prepararam de outras formas. E até então eu que venho brigando, até hoje não fui reconhecido ainda (risos) (Entrevistado 7).

De forma geral, o recurso de reparação é criticado pelas suas consequências em diversos sentidos nas entrevistas: i) “tornou mão de obra mais cara”; ii) “faltou planejamento financeiro para investir as indenizações e pensar no longo prazo”; iii) “alguns compraram instrumentos de pesca que causarão mais pressão sobre meio ambiente quando a atividade for liberada”; iv) “construíram muros”. A construção dos muros é relacionada à chegada da indenização em sentido simbólico também.

Os comerciantes relatam que o cartão se tornou uma referência para os salários na comunidade, dificultando contratação de mão de obra para pequenos serviços. Alguns entrevistados alertavam: “você pode ver os efeitos da indenização se for às concessionárias de Linhares”. Ouvi também que nativos nunca viram tanto dinheiro na conta e acabavam sem saber como gerenciá-lo. Vindo da administração e sabendo da falta de planejamento financeiro, eu entendia a crítica. No entanto, para tentar entender esses usos, procurei me afastar desse olhar, familiar para mim, e por meio do qual poderia classificar como um mau gasto os usos que faziam dos auxílios e indenizações.

Conversando com alguns pescadores que foram indenizados, percebemos que as indenizações pareciam uma oportunidade de mudança significativa em suas vidas. Eles buscavam conforto para suas casas, “ajeitar a casa”; trocar ou comprar um carro para poder sair e viajar; fazer as festinhas. Até então eram privados, agora podiam comprar. Quanto às críticas que eram endereçadas aos pescadores de que deveriam empreender, numa conversa informal com um dos entrevistados, depois de ele pedir para ver o carro que tinha alugado, relatou: “não sei quando poderei voltar a trabalhar, porque eu sou pescador... é o que eu sei fazer”. Se por um lado existe a exigência e a pressão para que se reinventem em meio à crise, sejam empreendedores de si, eles respondem que querem sua vida de volta na pesca. Além disso, a Fundação Renova ofertou alguns cursos na vila, e no relatório da Ramboll (2019, p. 83) vemos que “houve críticas à natureza de alguns desses cursos do Sebrae por não corresponderem à realidade ou à potencial demanda nas regiões em que foram oferecidos”.

Existem tensões entre as lógicas de consumo e modos de vida, do nativo e do “de fora”, que se misturam e se chocam. Se por um lado, é uma crítica ao modo de vida, também é uma preocupação com os atingidos e com os caminhos que a vila pode tomar. Os atores locais alertam, sobretudo, para os riscos futuros com a saída dos atores de reparação:

Porque na hora que cortar, eles vão voltar pra vida normal, seja daqui 5-10 anos e aí já vão estar velho, gordo e preguiçoso. Já falei em muitas reuniões isso, porque em ferramentas de trabalho, só dois investiram, são pescadores, não sabem fazer nada, maioria semianalfabeto, aí um comprou dois barcos, o outro comprou, mandou construir um barco, gastou 200 mil reais num barco. Então esses, não saíram da área, né? E a maioria deles, pode não estar investindo na área, mas poderiam estar estudando, tem uns meninos novos aí. Mas tão, se acomodaram com o cartãozinho, indenizaçõzinha. (Entrevistado 7).

O Entrevistado 7 faz críticas ao modo como vivem, e, de certa maneira, preocupamos a reprodução da crítica ao atingido como preguiçoso, acomodado. Isso porque não é uma opção pescar, com a interdição, ainda que alguns o façam e nesses casos são vistos como gananciosos, por estarem recebendo indenização, e/ou “criminosos”, por estarem infringindo uma ordem judicial. Além disso, o investimento em barcos e em instrumentos de pesca é visto como positivo nessa fala, numa perspectiva de empreendedor, mas, em contrapartida, os pescadores se queixam que seus materiais estão estragando sem o uso, aliás alguns atores da conservação alertam que esses barcos poderão trazer uma pressão sobre o meio ambiente ainda maior quando as atividades forem liberadas. Portanto, um mesmo objeto pode ser visto de maneiras distintas nos meios (*milieux*), de um bom investimento a uma ameaça ao meio ambiente.

Uma das queixas que é comuns no território relaciona-se ao lazer, que atingiu a todos, seja para poder aproveitar as ilhas e nadar no portinho, seja para surfar e atrair turistas, seja para revelar novos talentos do esporte e movimentar economia. Vamos apresentar na próxima seção os instrumentos de reparação em torno da cultura, do lazer, do esporte e do turismo.

4.3.4 A cultura e os instrumentos de reparação

Em 2015, no relatório sobre os impactos socioambientais do desastre no Espírito Santo, o grupo Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais Organon (UFES) pontuou: “com a proibição do contato com a água, as atividades das crianças e moradores foram interrompidas, e o lazer de diversas famílias foi inviabilizado sem nenhum sinal de intenção de reparação desse impacto sobre a vida nas regiões afetadas” (ORGANON, 2015, p. 12). Com o TTAC e a Fundação Renova, a reparação passa a considerar o lazer em um programa específico, o Programa que integra Cultura, Lazer, Esporte e Turismo – PG013.

Nessa seção do TTAC, foi previsto: i) Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar; ii) Programa de Preservação da Memória Histórica,

Cultural e Artística; iii) Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório. Volta e meia tinha que consultar a cláusula na pesquisa de campo, já que ouvia “ah, eu atuo na cláusula X; solicitamos na cláusula Y” a todo momento. Parece que se tornou o guia de ação da reparação, a bíblia. As siglas foram incorporadas em alguns campos, tanto por atores que atuavam na Câmaras Técnicas, quanto por atores que queriam criticar as ações da Fundação Renova (está na cláusula W; não cumprem a cláusula Z). Para os atores locais, as cláusulas eram as brechas e os caminhos para acessar direitos e recursos para projetos.

O dispositivo de implementação da reparação, de acordo com o TTAC, a Fundação Renova, em seu programa PG13 – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Eixo Pessoas e comunidades – traz como objetivo “fomentar ações conjuntas para o fortalecimento das políticas públicas de gestão da cultura, turismo, lazer e esporte”, prevendo um diagnóstico do impacto na área de abrangência, apoio técnico e material das estruturas para desenvolvimento das atividades “de acordo com o grau de severidade sofrido por cada localidade, conforme determinação das cláusulas 101 a 105 do TTAC” (RELATÓRIO RENOVA, 2020, p. 213).

A Cláusula 105 do TTAC (2016) previa que: “o diagnóstico referido neste programa deverá estar concluído no prazo de 12 (doze) meses da assinatura deste acordo, sendo as ações de fomento desenvolvidas pelo prazo de 60 (sessenta) meses da aprovação do PROJETO pela FUNDAÇÃO”. No relatório da empresa de consultoria técnica do MPF, considera-se que a Fundação descumpra a cláusula. O diagnóstico foi entregue à Câmara Técnica no prazo, mas, em Nota Técnica, recomendou-se a validação com as comunidades conforme NT3 da CT-ECLET, aspecto que a consultoria do MPF aponta. A consultoria responsável pela Cláusula 101 no Espírito Santo foi a Futura (2017).

No relatório da consultoria, elencaram-se os projetos e iniciativas levantadas pelos participantes de oficinas em uma matriz, estimando risco e custo para cada uma das atividades, representado na Figura abaixo:

5.3 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE INICIATIVAS - MAI: REGÊNCIA

CARACTERIZAÇÃO		RISCOS ENVOLVIDOS			RISCOS ENVOLVIDOS			MÉDIA PONDERADA	CUSTO ESTIMADO	
Ordem	Iniciativa/projeto	5,61%	7,23%	5,34%	7,52%	4,68%	2,81%	33,19%	4,55%	4,55%
		3.1 - Grau de complexidade na implantação da iniciativa	3.2- Grau de segurança na viabilização de recursos financeiros	3.3- Incertezas quanto a disponibilidade de fatores/recursos não financeiros	3.4- Capacidade de governança e gestão na implantação e na operação	3.5- Riscos regulatório, legal, de licenciamento, jurídico ou institucional	3.6- Sustentabilidade social	Macrocritério 3	Macrocritério 4	Indicador ponderado geral
1	Reforma e melhoria dos espaços de convivência e atrativos turísticos.	1	7	4	4	1	1	3,47	1	2,92
2	Reforma da Praça e do Campo Futebol.	1	7	4	1	1	1	2,79	1	2,46
3	Capacitação dos prestadores de serviço ligados ao turismo.	1	4	4	1	1	7	2,64	1	3,45
4	Construção de passarela do porto (cais) até a foz do Rio Doce.	7	7	4	4	10	1	5,75	1	1,47
5	Arborização e paisagismo das ruas e praças.	1	4	4	1	7	1	2,98	1	2,04
6	Melhoria do serviço de saúde público municipal (UBS).	4	4	1	1	1	1	2,16	1	1,49
7	Implantação da Rede de Esgoto.	7	10	1	1	4	1	4,40	1	2,48
8	Construção da ciclovia até a Reserva de Comboios.	7	7	1	1	7	7	4,68	1	1,64
9	Estruturação do turismo pedagógico/científico.	4	4	1	1	1	4	2,41	1	3,28
10	Pavimentação das rodovias ES 010 e ES 440.	10	10	1	1	7	1	5,33	1	4,12
11	Elaboração e implementação de projetos de sinalização padronizada em todos os acessos da vila e dos atrativos turísticos.	4	1	1	1	1	1	1,51	1	2,62
12	Formatação e divulgação do Calendário de Eventos de Regência.	4	7	1	4	1	4	3,75	1	2,91
13	Implantação de agroindústria artesanal para produção de polpas com frutas nativas.	7	7	1	4	1	10	4,76	1	1,67
14	Elaboração e implementação de plano promocional do turismo.	1	1	1	4	1	4	1,93	1	3,98
15	Elaborar um programa de apoio à produção dos grupos de artesanatos, música, teatro.	7	7	4	7	1	10	5,93	1	4,58
16	Apoio às escolinhas de futebol e surf.	1	4	1	1	1	7	2,16	1	2,46
17	Construção de um Complexo Esportivo	10	10	1	7	7	10	7,45	1	1,76

Figura 64 – Matriz de avaliação de iniciativas

Fonte: Futura (2017 p. 200).

Quanto aos espaços de convivência (1), atores entrevistados destacaram: cancha de bocha e esportes de tabuleiro na praça. Entre os projetos que citam para melhorar a vila está também a estrada. O projeto para a praça é visto por um grupo de pescadores com otimismo para manter espaços de interação e a integração entre os locais:

porque a cultura, por ser um povo tradicional pesqueiro, né, uma vila tradicional na pesca, quanta cultura de conhecimento tá inserida dentro dessa cabeça? Só que seu Leoni, ele é daqui pra casa. De casa pra cá. Se tivesse ali debaixo ali, naquela praça, naquele pé de caju ‘jondoso’ que tem ali, uma manilha pintada um tabuleiro de dama, mais 4 manilha menor, ou mais 2, que seja, pro cara jogar uma dama ali debaixo e poder prender o seu Leoni ali por 2 ou 3 horas, ou 1 hora que seja, o quanto de conhecimento e cultura ele não pode disseminar às pessoas que tão ali em volta? Se tivesse um campo de bocha pro cara delegar aí 6 a 8. (Entrevistado 26).

No jornal Voz da Foz, vimos alguns projetos arquitetônicos. Em uma reunião, no entanto, ouvimos: “todos os projetos ‘parado’, a única coisa que anda são as festas”

(informação verbal)¹²⁸. No relatório de Monitoramento Consolidado de 2019 sobre projetos do PG13 – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer –, a Ramboll (2019) aponta que até final de 2018 apenas no Projeto “apoio ao desenvolvimento socioeconômico por meio do turismo, cultura, esporte e lazer nas comunidades da Foz e em Mariana” – que integram as festas tradicionais – houve avanço, conforme vemos na Figura 65.

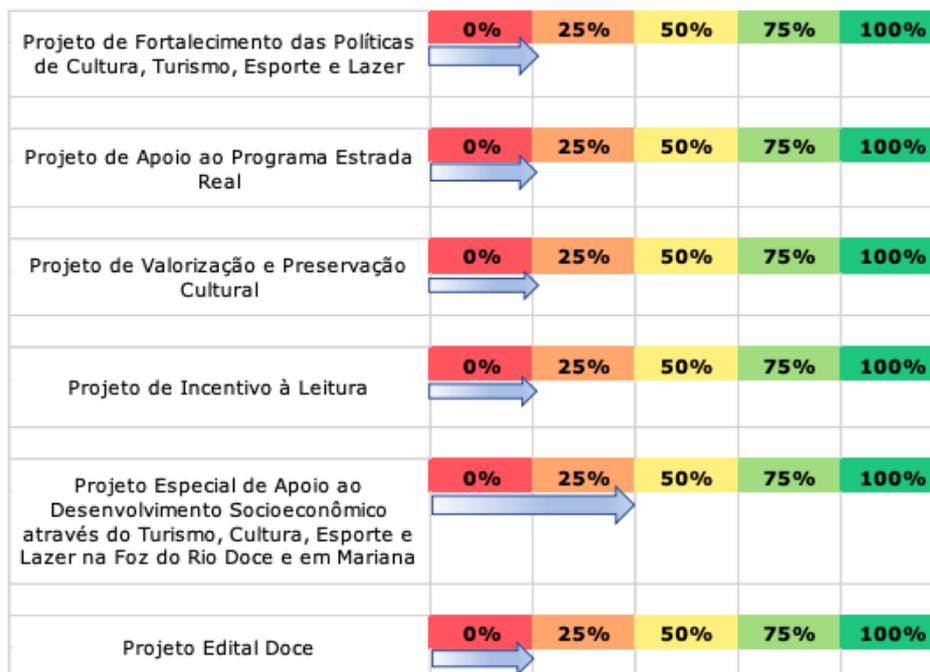


Figura 65 – Relatório de Monitoramento Consolidado PG013

Fonte: Ramboll (2019, p. 82).

Com relação ao Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, não houve progresso, ainda que Linhares seja contemplada:

O cumprimento do item ‘d’, da Cláusula 104 do TTAC, de cunho reparatório, está restrito aos Municípios de Mariana e Linhares. Não houve progresso ao longo de 2 anos, desde a conclusão dos diagnósticos de impacto previstos na Cláusula 101. A Fundação Renova entende que essa ação depende da elaboração dos planos locais de lazer e esportes. No entanto, os mesmos diagnósticos já apontaram as comunidades que tiveram perdas mais significativas em relação ao lazer no rio Doce. (RAMBOLL, 2019, p. 83).

Ao “jogar” de volta para o município, a Fundação parece “ganhar tempo”. Essa prática foi vista também em outros setores e em outras práticas de reparação (JASANOFF, 2005). Com relação ao Projeto de Valorização e Preservação Cultural, a Fundação Renova

¹²⁸ Fala de um pescador na Reunião da Comissão de Direitos Humanos.

enviou minuta com “termo de referência para execução de Inventário de bens materiais e imateriais dos municípios atingidos”, que também tem como objetivo incrementar as políticas de preservação de patrimônio, realizando “campanha de auto declaração de grupos, coletivos e entidades culturais para acesso à Plataforma Rede Cultura Viva, em parceria com os governos de MG e ES” (RAMBOLL, 2019, p. 83).

No projeto de incentivo à leitura, a Biblioteca Comunitária da vila foi indicada pela Câmara Técnica para ser contemplada com as ações de “capacitação de bibliotecários, diagnósticos das bibliotecas, implementação do plano de leitura e apoio a campanhas” (RAMBOLL, 2019, p. 83). No relatório da Ramboll (2019, p. 83), afirma-se que “as ações deste projeto ainda não avançaram tendo havido somente algumas reuniões com responsáveis por bibliotecas em alguns municípios. A Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET) solicitou que fosse iniciada a capacitação em 2019 e que, por meio dela, os próprios participantes elaborem os respectivos diagnósticos locais” (RAMBOLL, 2019, p. 83).

O especial de apoio ao desenvolvimento socioeconômico por meio do turismo, cultura, esporte e lazer nas comunidades da Foz e em Mariana foi o único com avanços:

A Fundação Renova elaborou um calendário de festas e celebrações em Mariana, assim como nas comunidades de Regência e Povoação (Linhares, ES), em parceria com as comunidades e as prefeituras. Vários tipos de apoio financeiro foram concedidos para eventos como ‘Natal de Luz’ em Mariana e ‘Projeto Verão’ em Linhares. (RAMBOLL, 2019, p. 83, grifo nosso).

No entanto, ainda que o apoio às festas tenha avançado, para a Câmara Técnica são práticas insuficientes:

As duas versões desse Programa Especial (Foz e Mariana) foram considerados insuficientes pela CT-ECLET, pela Prefeitura de Mariana e pelo Governo do Espírito Santo. O entendimento é que as ações principais devem estar focadas na infraestrutura. Desta forma, o Governo do ES apresentou um parecer onde inclui demandas de acesso viário na região da Foz, já encaminhado à Fundação Renova. Uma oficina com técnicos de várias áreas do governo estadual foi realizada em dezembro/2018, em Vitória/ES, na qual se chegou ao consenso de que este programa tem caráter de apoio ao desenvolvimento regional. Foi estabelecido um calendário inicial de discussão envolvendo comunidades da Foz, Governo e Renova. (RAMBOLL, 2019, p. 83, grifos nossos).

Os avanços consistem em: vários tipos de apoio financeiro. As festas movimentam o turismo local, no entanto alguns problemas em torno do pagamento de fornecedores em um dos repasses da Renova trouxeram conflitos entre os moradores com relação ao uso e gestão dos recursos e desconfiança com e entre as associações. Com a chegada dos recursos financeiros na vila, a interação entre os indivíduos foi prejudicada, e lideranças passaram a ser

alvo de críticas, com relação aos usos e à distribuição dos recursos. Para alguns, a chegada dos recursos gera desengajamentos:

Projeto de verão que foi apresentado. Todo mundo tá reclamando da programação, daquilo e daquilo, só que, quem se envolve? Quem que vai lá pra saber, quem foi em reunião, como que foi o projeto, quem fez? Quem apresentou? As programações foram eleitas, elencadas por quem? Quem definiu, quem tá responsável por isso? Isso envolve a comunidade, a Renova tá bancando, mas a comunidade, ela tem que acompanhar. (Entrevistado 16).

Com a possibilidade de investimentos a partir dos recursos para reparação, alguns atores destacam a importância das tradições locais nessa construção:

Mas aí a gente sempre focando nessa linha de ‘vamos manter as tradições locais’ [...] mesmo dia a dia com as dificuldades de [...] de apoio no começo, a gente foi fortalecendo cada vez mais isso aí. E hoje, todas as pessoas que trabalham em eventos culturais aqui na vila, que sempre, por exemplo, a gente cria um período do verão agora, na praça, uns eventos onde os jovens da comunidade se juntam, junta o congo, junta os músicos, né? Regência hoje já tem um grupo com a banda, mais de uma banda, são os meninos mesmo da vila que já fazem um som e que vão agregando isso ao público que vai chegando pra cá. (Entrevistado 1).

Em uma das edições do evento, uma banda nacional fez o show principal. Para alguns atores do comércio e do *surf*, essa programação é importante porque atrai o turista e o surfista, porque gira a economia local. Percebemos, no entanto, uma tensão em torno do foco dos investimentos: a banda para o nativo, a banda para o turista. Entendemos que está em questão a legitimidade de modos de vida: do *surf*, da pesca, do nativo, do “de fora”. Se as bandas que giram a economia são as que atraem turistas, para o público do *surf*, é o *surf* que gira a economia do turismo. Outros atores apresentam uma via de integração, mostrando que é importante a promoção do turismo que evidencie as tradições e as atrações para os turistas.

É, são 300 mil reais que vai ser [...], a não ser o que vai ser investido nas bandas de fora, o resto vai ser tudo investido na comunidade. Alimentação, segurança, não seja a polícia militar, vai ter segurança daqui. Tudo, a equipe de apoio vai ser daqui, vai ter umas bandinhas local, vão tocar também. (Entrevistado 7).

Como vimos, a Samarco e, depois, a Fundação Renova apoiam festas e eventos locais. Com relação à festa de Caboclo Bernardo, vemos o depoimento do secretário do município: “o evento tem o objetivo de reestruturar e fomentar o turismo na região e manter a tradição da festa que é realizada há mais de 100 anos. Caboclo Bernardo fortalece a cadeia produtiva do turismo, agregando valores e gerando empregos e renda para a comunidade” (LINHARES, 2019). Nessa mesma notícia, no site da prefeitura, lemos:

De acordo com a secretaria municipal de Obras e Serviços Urbanos, na próxima semana será feito todo o serviço de patrolamento da rodovia ES-440 que liga o distrito de Bebedouro a Vila de Regência. O objetivo da ação é garantir mais conforto e segurança na mobilidade de todos que vão prestigiar o evento. As ações

de patrolamento ocorrem rotineiramente na estrada ao longo do ano. (LINHARES, 2019).

Quando chegava na REBIO e me perguntavam sobre a estrada, tinha um sentido. O acesso na vila pode ser bastante prejudicado com as chuvas. Comentavam na REBIO que, em alguns períodos, tinham que ir buscar equipes com os carros 4x4 da UC. Por isso, sempre perguntavam sobre a estrada. Recordo-me que me preocupei com a estrada em uma das idas à Regência. Sem sinal no celular e com carro alugado, temia que pegasse o fundo do carro ou atolasse. A estrada também dificultava a chegada de turistas e era uma preocupação.

Encontramos, então, a demanda por apoio financeiro para a infraestrutura (Figura 66). Nesse sentido, recentemente o Governo enviou parecer com demandas, e inicia-se processo para repasse de recursos pela Renova para pavimentação das vias de acesso, como medida compensatória. Para alguns setores, é o caminho para o desenvolvimento da vila.



Figura 66 – Divulgaçã das obras de infraestrutura

Fonte: Voz da Foz n. 11 (2020).

Identificamos a demanda pelo asfalto, por um centro de educação, ciências e turismo, na “Carta das Instituições Comunitárias da Região da Foz do Rio Doce” ao CIF em dezembro de 2017. Uma ação institucional frente às demandas pela formalidade no processo de reparação. A articulação dos atores, com esse repertório, parece-me um modo de se livrar de uma lama, de uma demanda antiga na comunidade. Aliás, vemos também na matriz de

demandas (Figura 64), obras de infraestrutura, quanto à estrada, rede de esgoto, passarela do porto, reforma da praça e do campo, ciclovias. Há também demanda por melhoria do serviço de saúde municipal (UBS). O que nos soou, de algum modo, um sentido bastante amplo dos pedidos, que parecem demandas encaminhadas de reunião do poder público em comunidades. No relatório da consultoria, identificaram-se duas linhas de demandas:

- 1) A que envolve a construção de uma estação de tratamento de água e esgoto, a pavimentação das rodovias ES 010 e ES 440 e o aumento do efetivo de médicos na unidade de saúde. 2) A que prevê investimentos diversos na área do turismo e valorização da cultura local. (FUTURA, 2017, p. 93).

Entre as demandas e proposições da “Carta das Instituições Comunitárias da Região da Foz do Rio Doce”, aqui traremos aquelas que se utilizam do termo cultura:

- 4 - Urgente implantação dos projetos e programas de geração de trabalho e renda conversado com as comunidades e de acordo com os Planos de Ação Locais. Implantação das **demais ações socioculturais e educativas demandadas no Plano**
- 8 – Apoio à implantação do calendário **de eventos socioculturais/turísticos** já realizados historicamente em cada comunidade e outros, bem como a implantação do programa integrado de turismo sustentável das comunidades de acordo com o diagnóstico, os planejamentos, ações e projetos das comunidades tendo como destino a Foz do Rio Doce, considerando o asfalto e o Terminal de educação, ciência e turismo em Regência (Tereg) e em Povoação. Realização do circuito nacional de surfe (envolvendo esportes náuticos);
- 10 – Implantação do programa e ações imediatas de fortalecimento da **cultura local/regional**. (CARTA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS, 2017, p. 3).

A cultura no documento está associada aos eventos tradicionais, a planos de ação para fortalecimento do turismo e geração de renda, à educação e ao fortalecimento da dinâmica local. Aparece também o *surf* e a ciência. O centro de ciências e educação para o TEREG é uma ideia defendida por atores da conservação no local. Entendemos como um modo de se organizar para enfrentar os desafios da *invisibilidade* frente ao setor público. Reparar, aqui, é manter o modo de vida, é dar suporte às ações já desenvolvidas, é não deixar morrer, é também viabilizar projetos desejados a longa data, como o asfalto e a reconfiguração do TEREG.

No Projeto Verão, a programação inclui eventos musicais, culturais e esportivos, soltura de tartarugas, mutirão de limpeza das praias e ações lúdicas e educativas para crianças e adolescentes. As associações recebem os recursos da Fundação e são responsáveis pelos pagamentos e prestação de contas. Um dos eventos foi alvo de denúncia por não pagamento dos fornecedores e gerou o descumprimento do acordo entre Associação e Fundação, aumentando ainda mais desconfiança com as lideranças e as associações. As associações apoiadas pelo Tamar ao longo das décadas, nesse momento, viabilizam as ações de reparação, pela gestão dos recursos, e, com o não pagamento, são colocadas junto com suas lideranças

como suspeitas e alvo de críticas. Ouvimos que a Associação de Comerciantes se fortaleceu, frente a de Moradores, nesse período, ao se apresentar como alternativa para o edital da Renova e gerenciar o recurso. No entanto, isso gerou tensões entre as associações. Na entrevista, os atores relataram que isso já fora resolvido e que era por uma questão burocrática que a Associação se disponibilizou a receber o recurso. No entanto, parece-nos que há uma competição por qual é mais eficiente em atender aos interesses, ser mais permeável aos pedidos de seus membros e mediar as demandas da comunidade.

Com relação ao apoio às festas, a Fundação criou em 2019 o Edital Doce, que é visto, agora, como caminho principal para submissão de propostas de eventos pelas associações e instituições para acessar os recursos para Cultura, Lazer, Turismo e Esporte. Em notas técnicas da CT-ECLET e relatórios de consultorias ao MPF, as ações da Renova para as cláusulas 101 a 105 são consideradas acanhadas, já que se limitam ao repasse de quantias financeiras para realização de festas locais, mas sem propostas significativas para recuperação das dinâmicas nos territórios e poucos avanços.

Nesse mesmo relatório, na listagem de ações de projetos, apresenta-se a pavimentação das estradas como atribuição do Governo Estadual. Essa demanda vai ser incorporada na versão do PG013 de 2019, em que se altera o nome do programa para Programa de Promoção da Recuperação da Qualidade de Vida e do Turismo. Na NT-33 da CT-ECLET (2020), lemos:

Dentre as medidas prioritárias, aprovadas pela CT ECLET, destaca-se o desenvolvimento e a implantação de ações que garantam a infraestrutura necessária para a retomada do desenvolvimento econômico, das comunidades atingidas, por meio de melhorias de acessos viários e de outras reformas urbanas. A nova versão do PG 13 incorpora projetos de infraestrutura e melhorias urbanísticas, garantindo o cumprimento da medida prioritária apresentada pela CT ECLET na Nota Técnica nº 16/2018 e presente na Deliberação CIF nº 239, que abrange a construção das vias de acesso a Regência/ES (ES 010 - Vila do Riacho a Regência, ES 440 - BR 101 a Regência) e a Povoação/ES (ES 248 - ES 358 a Povoação), bem como a estrada do Parque Estadual do Rio Doce/IVIG e a Estrada Real.

Na deliberação 377 do CIF, de fevereiro de 2020, a partir da recomendação da NT-33 da CT-ECLET, com relação a aprovação do Programa de Promoção e Recuperação da Qualidade de Vida e do Turismo da Fundação Renova, em seu item 3.1, recomenda-se que sejam destinados trezentos e sessenta e cinco milhões de reais para execução de trechos rodoviários (ES010 – Vale do Riacho-Regência; ES440 – BR101-Regência; ES248 – ES 358- Povoação). A aprovação da destinação do recurso, em juízo ao estado para pavimentação das vias, consta no Termo de acordo judicial (“Infraestrutura”). O termo, atendendo às

deliberações 377, 386 e 388 do CIF, que tratam de projetos de natureza compensatória, apresenta benefícios da pavimentação dos trechos viários à população:

Melhoria do acesso da população local (Regência e Povoação) aos grandes centros, viabilizando melhores condições de saúde, transporte e educação; Extraordinário apoio ao fortalecimento do turismo na região da Foz do Rio Doce, facilitando o acesso de turistas, serviços e progressos tecnológicos, gerando emprego e renda na região. (TRT12, 2020, p. 18, grifos nossos).

Com a recomendação do termo *Recuperação* para integrar o título do programa em questão, pela NT da CT-ECLET, e a partir da noção de reparação integral discutida na exposição de motivos jurídicos do Termo de acordo judicial que autoriza o repasse de recursos, o Juiz Federal da 12ª. Vara, Mário de Paula Franco Júnior, traz que a reparação integral de dano ao meio ambiente inclui compensação pecuniária¹²⁹. Tendo em vista que

¹²⁹ Tanto a doutrina, quanto a própria legislação, parecem utilizar de forma indiscriminada os verbos reparar, restaurar, recuperar, compensar e indenizar, indicando, com isso, uma ausência de uniformidade do tema. Não obstante as dificuldades naturais de se categorizar as diversas formas de “recomposição” do dano ambiental, afigura-se possível, sem qualquer pretensão de esgotamento da discussão, buscar empreender algum tipo de classificação que permita equacionar o dilema processual sobre a natureza reparatória ou compensatória da utilização das garantias. Na esteira do artigo 225, § 3o, da CF/88, aquele que causa um DANO AMBIENTAL fica obrigado a repará-lo integralmente. Logo, a REPARAÇÃO (integral) do dano ambiental pode ser entendida como gênero, do qual se tem as seguintes espécies: i) RESTAURAÇÃO AMBIENTAL, modalidade de reparação in situ, que consiste na restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original (artigo 2o, inciso XIV, da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000); ii) RESTAURAÇÃO AMBIENTAL, também modalidade de reparação in situ, que consiste na restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original (artigo 2o, inciso XIII, da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000); iii) COMPENSAÇÃO ECOLÓGICA, tem lugar quando se verifica a irreversibilidade do dano ambiental na própria área lesada, de modo a compensar-se, então, o patrimônio ambiental com outro equivalente, normalmente em área distinta da degradada, tendo por objetivo contribuir para a melhoria do patrimônio global natural. Aqui, a compensação ecológica tem por fim a “substituição” do bem ambiental afetado por um outro equivalente, de modo que, no geral, o equilíbrio ecológico seja recomposto; iv) COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA (Indenização propriamente dita), tem lugar residual, ultima ratio, quando o dano ambiental não pode ser restaurado, recuperado ou compensado ecologicamente. Nesse caso, terá a sua reparação através de quantificação monetária, pagamento em dinheiro. A indenização em dinheiro e forma indireta de reparar a lesão ao meio ambiente e deve nortear a recomposição do dano ambiental somente se não for possível a reparação in situ ou a compensação ecológica. Não se deve jamais olvidar, na esteira do que defende corretamente o ilustre Prof. Alvaro Mirra, que a noção de REPARAÇÃO INTEGRAL do dano ambiental traz consigo, quase sempre, a ideia ínsita de alguma compensação, quer ecológica, quer pecuniária. Isto porque, diferentemente do dano puramente civil, o dano ambiental, na prática, é sempre em alguma medida irreversível. In verbis: “(...) Na verdade, os elementos da natureza e os bens integrantes do patrimônio cultural não podem jamais ser completamente restabelecidos ou recompostos após a degradação, mesmo com o auxílio dos peritos mais competentes nas diversas matérias – há sempre, em maior ou menor grau, algo de irreversível na lesão acarretada ao meio ambiente. Isso não significa, no entanto, que os danos causados a qualidade ambiental não são reparáveis. A reparação do dano ambiental vai implicar invariavelmente na adaptação do meio ambiente degradado e dos seus elementos a uma situação que possa ser a mais próxima possível daquela anterior ao dano ou daquela em que o meio ambiente estaria se o dano não tivesse ocorrido. Dito de outra maneira, os danos ambientais podem, até, em certas hipóteses, ser irreversíveis, sob o ponto de vista ambiental e ecológico, mas não serão nunca irreparáveis, sob o ponto de vista jurídico. Uma compensação – in natura ou pecuniária – deverá ser sempre concedida para a recomposição, na medida do possível, do ambiente degradado. (MIRRA, A. L. V. Responsabilidade civil pelo dano ambiental e o princípio da reparação integral do dano. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003, v. 1, p. 284). Ora, se na dimensão do

reparar não está mais relacionado a voltar ao estado original, já que ele não mais existe, a articulação feita, portanto, procura resgatar e “dar vida” aos projetos adormecidos na vila, projetos que possam, de algum modo, atender demandas antigas dos atores locais e, no presente, marcado por incertezas e controvérsias técnicas, abrir possibilidades para o futuro.

No diagnóstico da Futura (2017, p. 99) lemos “foi esclarecido que o projeto executivo já está pronto e o que se pretende é construir uma estrada-parque que vise a contemplação do trajeto”. Chamou-nos a atenção também que no relatório destaca-se o predomínio da participação do Tamar na oficina de diagnóstico, o que parece fortalecer e dar um norte com relação ao que é possível de ser demandado no processo de reparação, pela experiência dos atores, diminuindo a assimetria na relação de poder das gigantes da mineração com a vila.

Além do apoio às festas, nesse projeto, iniciou-se a realização de cursos e capacitação “em parceria com o Sebrae, voltados para negócios locais focados no turismo. Segundo o relatório: “houve críticas à natureza de alguns desses cursos do Sebrae por não corresponderem à realidade ou à potencial demanda nas regiões em que foram oferecidos” (RAMBOLL, 2019, p. 83). Em campo, ouvimos comentários sobre outros cursos e capacitações, mas não identificamos os realizadores. Uma das moradoras citava um curso de Economia Social e Solidária, com apoio da universidade, mas apontava como desafio pegar a estrada para o curso e que muitos não poderiam participar pelos horários ofertados, que não condiziam com a disponibilidade daqueles que já tinham alguma atividade.

Com relação ao apoio aos grupos de artesanato (ítem 15 da matriz), a presença das Associações e CNPJs – como a Associação dos Artesãos e Assemelhados de Regência e Região (ARTE), criada em 2008, e a Pimenta Nativa, criada em 2013, por exemplo – pode ter facilitado o acesso de grupos da vila aos recursos da reparação por meio de convênios. Como vemos no Voz da Foz (Figura 67):

Desastre de Mariana ("CASO SAMARCO") há danos ambientais que, por absoluta impossibilidade material, não podem ser restaurados ou recuperados, surge, então, a possibilidade de se adotar medidas compensatórias, quer ecológicas, quer pecuniárias. Sem prejuízo das ações de restauração e recuperação em curso, tem-se que a compensação ecológica vem sendo efetivamente realizada, em maior ou menor medida, pelos diversos programas socioambientais a cargo da Fundação Renova. Do mesmo modo, seguindo essa linha de raciocínio, afigura-se lícita, quando inservível as demais espécies de "reparação", a adoção da compensação pecuniária (indenização em dinheiro) como forma indireta de reparar a lesão ao meio ambiente. Logo, a pretensão dos entes estatais em serem indenizados (compensação pecuniária), nos moldes trazidos a este juízo é perfeitamente lícita e revestida de densidade jurídica, confirmada, inclusive, na Deliberação CIF 377, de 06 de fevereiro de 2020, na Deliberação CIF 386, de 07 de fevereiro de 2020 e na Deliberação CIF 388, de 07 de fevereiro de 2020. (p. 24 a 26, grifo nosso).

Grupos de costura, bordado e artesanato em tecido de Regência

Foi assinado um convênio com a Associação dos Artesãos e Assemelhados de Regência e Região (Arte) que inclui a contratação de uma equipe administrativa para apoiar as atividades internas, como controle de recebimentos e pagamentos. Também foram destinados recursos para a Arte e o grupo Pimenta Nativa adquirirem materiais, equipamentos e para a reforma da sede do Pimenta.

Status = em processo de conclusão de convênio

Figura 67 – Assinatura de convênio em andamento

Fonte: Voz da Foz N. 9 (2019)

Outro edital que prevê repasse de recursos, mas diretamente para atores locais, é o Edital Doce, que prevê o incentivo à “Cultura Popular e Tradicional; Turismo; Lazer e Esporte; Incentivo à leitura; Fomento às Artes e Apoio à Criação e fortalecimento de Pontos de Memória e Pontos de Cultura” (RAMBOLL, 2019, p. 83). Segundo o relatório da Ramboll, o primeiro Termo de Referência do edital encaminhado à CT-ECLET foi muito criticado na reunião de fevereiro de 2019.

Deliberação CIF embasada em Nota Técnica da CT-ECLET define que a distribuição dos recursos deverá ser diferenciada entre municípios mineiros e capixabas, atendendo à solicitação das duas secretarias estaduais envolvidas. Em Minas Gerais, a distribuição de recursos será por edital aberto a pessoas físicas e jurídicas. No Espírito Santo, a distribuição será centralizada nos fundos estaduais das respectivas secretarias (Cultura, Turismo, Esportes), enquanto os municípios não criam seus próprios fundos setoriais. (RAMBOLL, 2019, p. 83).

Após ajustes, a Nota Técnica de 2020 da CT-ECLET pontua que:

O edital será a única entrada para apoio de projetos, incluindo eventos e festas. A partir do início da fase de execução formal do programa, a Fundação não realizará apoio a projetos que não forem apresentados e avaliados como pertinentes nas linhas propostas por meio deste edital. Duas exceções se aplicam. A primeira se refere a eventos nos três polos turísticos desenvolvidos pelo programa, que contribuam com a proposta e perfil do destino e promovam a geração de fluxo turístico, contribuindo também para a recuperação da imagem do destino. Os eventos a serem enquadrados nessa exceção devem ser validados pela Fundação Renova com a CT ECLET. A segunda exceção diz respeito às ações referentes a cultura, esporte e lazer, previstas na Cláusula 99, de cunho reparatório, e acompanhadas no âmbito do Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística (PG 12). Estas ações não se submetem ao Edital Doce, sendo realizadas independentemente do mesmo. (NT33-ECLET, 2020, p. 2, grifos nossos).

Existem diferentes caminhos para acessar projetos e demandas recursos, pelas cláusulas, pelos editais. Com relação ao Edital Doce (Figura 68), alguns atores locais criticaram as datas, porque entendem que não foi disponibilizado com tempo suficiente para elaborar as propostas. Os projetos aprovados em Linhares foram:

LINHARES		
ACFP ASSOCIAÇÃO CULTURAL E FOLCLÓRICA	" Projeto de Estruturação e fomento das festividades e tradições Culturais da vila de Povoação do Rio Doce-ES"	Cultura
Alessandro Lima Guimarães	O GLADIADOR	Esporte e Lazer
Alexsandra Caliman Florindo	11º MICA FUBICA	Turismo
Associação ArenaDojo	ArenaDojo Educação & Jiu-Jitsu - Projeto Humano	Esporte e Lazer
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E AGROINDUSTRIAL DE REGÊNCIA	FESTA DO CABOCLO BERNARDO E 30º ENCONTRO DE BANDAS DE CONGO	Cultura
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E AGROINDUSTRIAL DE REGÊNCIA	VERÃO REGÊNCIA 2021	Turismo
Associação de Moradores do Bairro José Rodrigues Maciel	Projeto Terceira Idade em Movimento	Esporte e Lazer
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E ASSEMELHADOS DE POVOAÇÃO	FESTIVAL GASTRONOMICO DA FOZ DO RIO DOCE - FESTA DO ROBALO	Turismo
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E ASSEMELHADOS DE POVOAÇÃO	VERÃO POVOAÇÃO 2021	Turismo
Associação Pestalozzi de Linhares	Projeto Bem-me-quer	Esporte e Lazer
Cainã Morellato de Almeida	Festival Identidade Regência	Cultura
CONDUTORES SUMARÉ	Projeto Natureza por Perto- Instalação de placas rústicas pela Vila	Turismo
CPP extreme	Caboclos Para o Planeta	Esporte e Lazer
Philippe	Body boarding Povoção - municipal	Esporte e Lazer
INSPETORIA NOSSA SENHORA DA PENHA	Linhares em movimento: em vista do protagonismo juvenil	Esporte e Lazer
Instituto Ecomaris	Rota da Baleia Jubarte - Linhares	Turismo
Patrícia Gomes Barbosa	Festival do Caranguejo	Turismo
Sandra Mara Rangel	Escola Vôlei Praia	Esporte e Lazer
Sidney Rocha dos Santos	ARTE GRAFITE	Cultura

Figura 68 – Projetos aprovados em Linhares - Edital Doce ES

Fonte: Lista Aprovados... (2020).

Cabe analisar qual será a repercussão do Edital Doce nessas comunidades, pelo seu formato de edital. No relatório de diagnóstico na área de turismo, lazer e cultura realizado no Espírito Santo pela consultoria da Renova, colocam a vila como um possível *case* para a Fundação:

Caliman salientou a importância do engajamento das lideranças neste trabalho no que concerne ao direcionamento das ações e projetos que potencializem o turismo, a partir da valorização da cultura local. Segundo ele dadas as proporções do impacto do evento em Regência, a vila traz todo potencial para ser transformada no caso de sucesso da Fundação Renova. (FUTURA, 2017, p. 96).

Em um dos relatórios da Ramboll (2019), também lemos que outras comunidades do entorno criticam o consideram favorecimento de Regência e Povoação, considerando a vila como vitrine da Foz – talvez pela articulação de seus membros e espaços ocupados no CIF e Conselho da Renova, pela presença do Tamar e da REBIO no território, pelo piloto de projetos, pelo modo de organizar em redes de associações que permitem acessar convênios e projetos, frutos da ação pública. No entanto, não podemos afirmar quais desses elementos

integram a crítica, afinal não aprofundamos nossa pesquisa nessas outras comunidades para compreender os elementos que constituem essa crítica. Queremos mostrar ao leitor, no entanto, que, no processo de reparação, existem também desafios a outras comunidades e a vila precisa também “prestar contas” quando alguns projetos avançam, quando se acessam recursos. Ao longo do rio, outras comunidades também estão em busca do reconhecimento. Parece-nos que o rótulo de “vitrine da Renova” também incomoda os atores locais que entendem que a fundação faz muita propaganda, e, no momento que fizemos a pesquisa, queixavam-se, por exemplo, da divulgação de projetos na mídia que sequer saíram do papel e que não tinham perspectiva de quando – e se – seriam implementados.

4.3.5 Síntese da seção

Neste capítulo, apresentamos o território pelo campo da experiência dos atores, modos de habitar, narrativas e ações públicas, pelas ações coletivas e instrumentos de reparação. Consideramos, durante a pesquisa de campo e a escrita da tese, essa discussão necessária, afinal era preciso dialogar essas narrativas sobre o desastre pelas transações no fluxo de suas experiências das temporalidades, memória, presente e futuro, e a fábrica das preensões sobre o desastre e sobre a reparação. Evidenciamos, pelas diferenças, pelo que resgatam enquanto descrição sobre a vila, de suas identidades, pelo que buscam e lançam como caminhos a serem trilhados no processo, essa reorganização nos meios (*milieux*). Na Figura 69, apresentamos algumas das atividades, das narrativas, que se encontram no território e interagem com dispositivo e instrumentos de reparação.

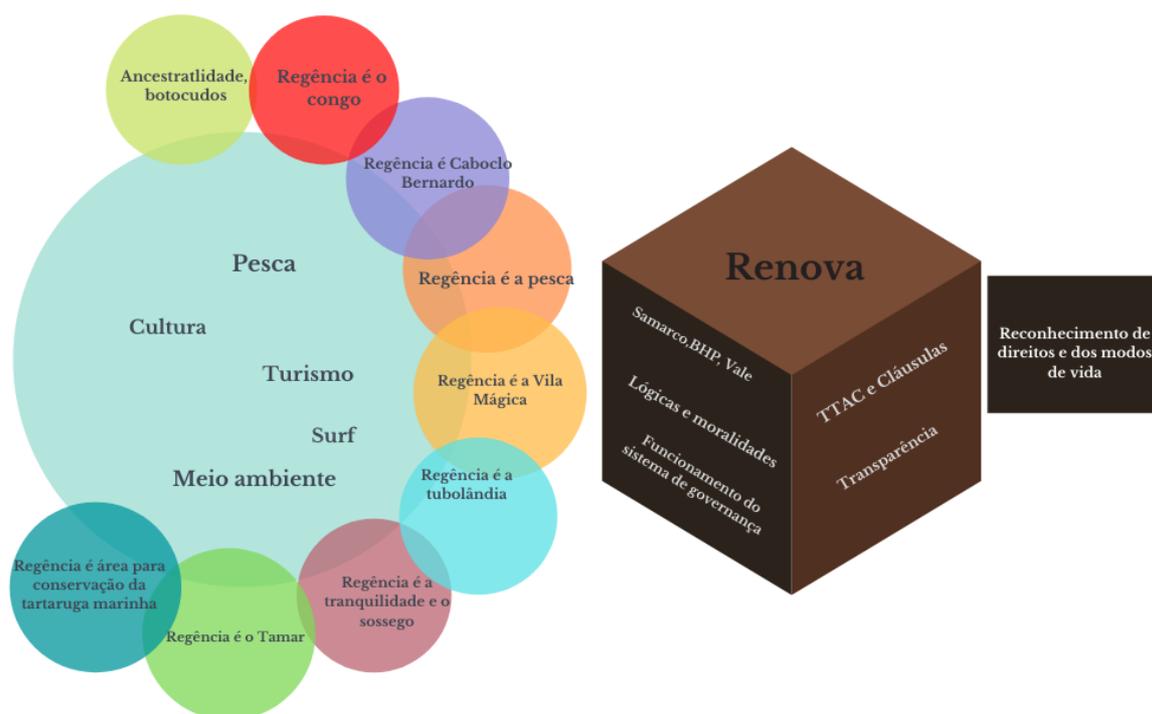


Figura 69 – Narrativas e instrumentos

Fonte: elaborado pelo autor.

Nas bifurcações da trajetória da vila, com os rejeitos e com a reparação agora, chegam novos atores (empresas, rejeitos, advogados-defensores, moradores, *experts*), e quando destacam sua história querem mostrar quem são, frente às invisibilizações do processo e dos instrumentos. Entendemos que estão em busca de reconhecimento enquanto atingidos e que, se por um lado a Renova individualiza no processo com o cartão, por outro lado algo os conecta com e no território. Não queremos assumir, aqui, um discurso de harmonia e integração na vila em uma ação coletiva uniforme e com uma bandeira única. Muito pelo contrário, vemos tensões e conflitos em torno dessas identidades, que se provam nas narrativas sobre o que Regência é (ou continua sendo em suas perspectivas). Utilizam-se repertórios de ação coletiva (protesto, carta), relacionam-se com processos de reconhecimento (editais e apoios), lançam-se repertórios e dispositivos de regeneração (das águas, dos corpos, das relações).

Esses atores encontram-se, agora, com os instrumentos, e vemos dois caminhos nesse processo. Ao se encontrarem veem neles possibilidade de serem reconhecidos e reafirmarem

suas singularidades e suas identidades heterogêneas (nas festas, nas reuniões). Por outro lado, vemos projetos que “correm por fora” dos instrumentos de reparação e que defendem o uso da reparação, apenas, enquanto meio para viabilizar seus projetos (como o asfalto e o Tereg, obras de infraestrutura) ou sua distância desses instrumentos e das mineradoras (quando dizem com orgulho “não recebemos nada da Renova”, como prova moral da legitimidade de seus interesses e objetivos).

Resgate e regeneração se encontram para afirmar que “Regência está viva”. Na Figura 70, apresentamos algumas das leituras possíveis das narrativas a respeito do resgate da história e identidade local em Regência, evidenciando as traduções nos instrumentos de reparação da Renova, especificamente o PG13 em questão.

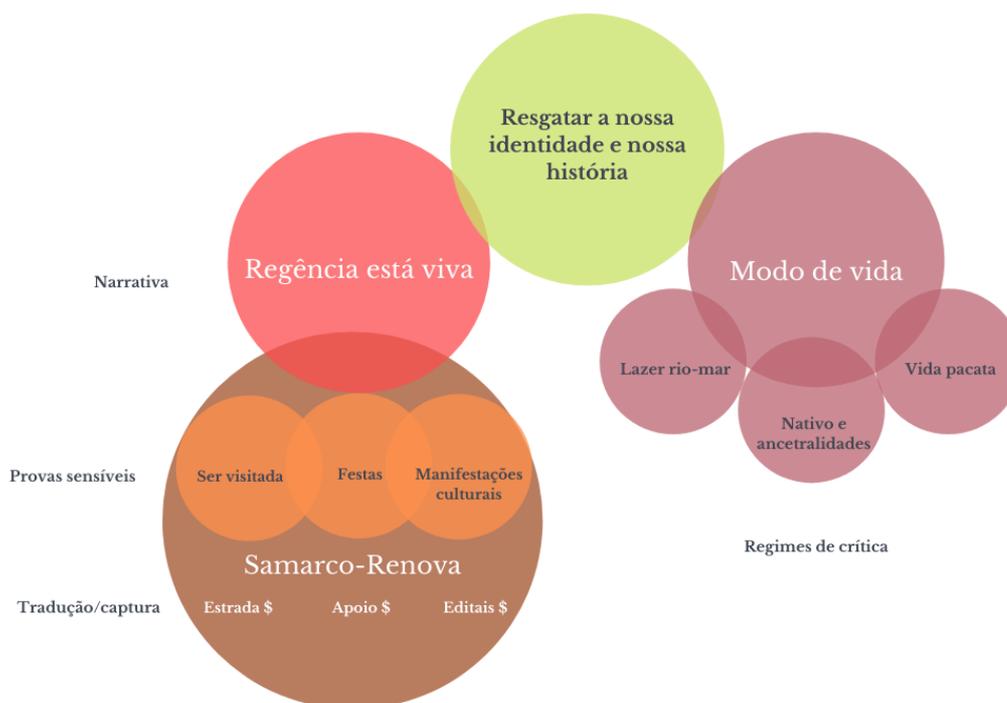


Figura 70 – Síntese analítica da seção

Fonte: elaborado pelo autor.

As provas de que Regência está viva, desse modo, passam pela sua história e cultura, pelo turismo, sobretudo, por sua ação coletiva, ou seja, por aquilo que de algum modo conseguem realizar juntos. Essas provas estão nas festas e nas manifestações culturais e essa narrativa, que antes tinha uma ênfase na resistência e no enfrentamento, agora pode ser vista também na mediação/tradução pela dimensão financeira. Se por um lado, trazem recurso para a comunidade, por outro lado, as ações financiadas pela Renova trazem controvérsias entre

setores: enquanto alguns se interessam mais pelo recurso para atrair turistas (a festa é pra que e pra quem?), há um movimento crítico com relação aos significados da dinâmica de reparação pela lógica financeira dentro da comunidade – que por vezes utiliza como meio, outras vezes se distancia como prova.

As relações mediadas pela moeda são vistas, por alguns, como uma lógica da ganância da mineração, por outros como o meio de reforçar a vida de Regência.

E aí, depois que as pessoas começaram a ver que a Renova tava botando dinheiro pra fazer as coisas, as pessoas começaram, ‘ah, vamos fazer grandes eventos e tal’, e aí começou a ter esses conflitos das pessoas porque, ‘ah, só vou fazer isso se tiver dinheiro e tal, tiver um cachê bom, tal’. E assim, eu sempre procurei, na verdade, particularmente, me manter sempre na minha linha de pensar, de fazer uma coisa, ah, tem o recurso? Tem. Mas vamos distribuir de forma igual pra todo mundo trabalhar lá fora de forma mais harmônica pra não ter esse conflito. Mas eu sempre gostei de trabalhar de uma forma mais conjunta com todo mundo. (Entrevistado 1).

Com relação aos “modos de vida”, os projetos relacionados ao lazer caminham de modo mais lento e, por vezes, são mais difíceis de serem considerados nas dinâmicas de reparação. Os projetos que os atores elencam, seja pelo diagnóstico da Futura (2017, p. 100) – ginástica ao ar livre; ônibus para o esporte, arte e cultura; espaços de lazer infantil, incluindo parquinho de madeira; estruturação das lagoas para lazer; revitalização do Rio Preto como espaço de lazer – seja pelos detalhamentos nas entrevistas – bocha, revitalização da praça, apoio ao teatro –, não ganham prioridade na matriz desenvolvida pelo diagnóstico e ficam de lado ou demoram demais para serem implementados para os atores.

Na Figura 71, procuramos evidenciar como o Programa procura atender às demandas e a identidades de Regência. O projeto de maior quantia financeira parece ser o projeto de infraestrutura inserido no programa, assinado com o Estado e autorizado pela justiça como reparação integral, para repasse de recursos. Alguns outros projetos, relacionados à praça e atividades de lazer não avançaram e são motivos de queixa na comunidade.

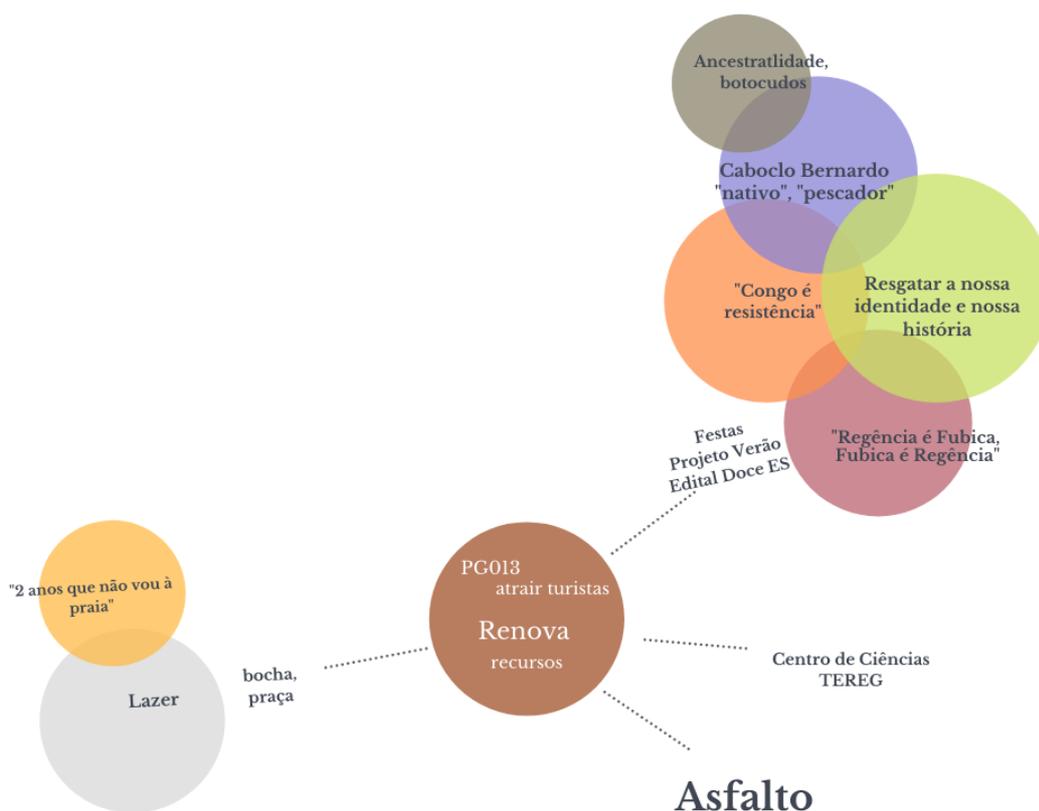


Figura 71 – PG 013 e demandas das comunidades

Fonte: elaborado pelo autor.

O que fica evidente é que o lazer foi afetado, mesmo que entrem no rio e surfem. Existem riscos, percebidos de modos distintos, e as dinâmicas de reparação dos dispositivos não atendem ou não reconhecem tais efeitos de modo satisfatório para os atores locais. Alguns procuram manter seu modo de vida para além da dinâmica de reparação capturada pelos dispositivos, por meio dos encontros, rodas de violão e de uma vida simples, enquanto outros procuram a justiça para fazer valer seu direito do dano lazer. Outros se organizam em rede para mobilizar comunidades ao longo do Rio Doce em torno de protesto ou de afeto. Levantam as questões que lhes tocam no presente (lazer e modo de vida) e afetam seu futuro (saúde e perspectiva para os jovens, por exemplo). Sobretudo, não há atividades que substituam os hábitos e costumes relacionados ao rio-mar, porque, mais que uma atividade, é uma relação. Os atores aguardam respostas sobre a qualidade da água para poderem mergulhar tranquilos com suas famílias e amigos, para receberem turistas e campeonatos de *surf*, para atraírem grupos interessados no ecoturismo e moradores que busquem uma vida tranquila. Cau (2019, 57) relata o desejo de manutenção desses hábitos:

Apesar das mudanças no território material da vila, alguns hábitos e costumes resistem às transformações: o pescador continua acordando cedo, ele vai a praia nos mesmos horários, mexe nos barcos, sente a direção do vento, olha pra água. Refaz o mesmo caminho de todos os dias, reelabora mesmo que de forma imaginária a vida vivida em suas práticas cotidianas [...] os costumes e hábitos locais são formas de resistência, e que é próprio da cultura a reelaboração das condições naturais de sobrevivência de suas práticas. (CAU, 2019, p. 57, grifo nosso).

Ouvimos, no entanto, relatos de pessoas que adoeceram nessa nova relação com o rio. Um Entrevistado atribuiu ao evento também o derrame (AVC) de familiar, considerando que estava relacionado à perda do modo de vida, sendo que antes caminhava todos os dias na praia e agora não fazia mais, por medo. Uma Regência viva, para os atores, depende da sobrevivência de sua cultura e lazer, do rio, da onda, do mar, de Caboclo Bernardo, que, para além de uma conservação, é uma transformação, um misto de elementos que consideram importantes conservar e resgatar a partir do presente. Agora, nas paisagens, os atores veem também lama e são lembrados dela pelas interdições, pelas novas interações, pela agenda de reuniões, pelos pesquisadores.



Figura 72 – Foto da praia em novembro de 2016

Fonte: Aliança Rio Doce (2020).

Vimos também que reparar está, em certa medida, relacionado aos processos e às mediações para acessar recursos e lançar projetos, assim como aos modos como se engajam, como agem coletivamente, como se reorganizam. As mediações e interações com os instrumentos nas atividades econômicas visam viabilizar seus projetos e suas ações. Desse modo, os atores aceitam a logo da Renova em sua praça, em suas camisetas. Eles colocam projetos e demandas antigos em andamento. Há um esforço pessoal e coletivo nos processos. Na próxima seção, apresentamos noções sobre a trajetória da ação pública e seus efeitos nos meios (*milieux*).

4.4 TRAJETÓRIAS DA AÇÃO PÚBLICA: AÇÃO COLETIVA E GOVERNANÇA DA REPARAÇÃO

A concepção de ação pública que adotamos não se limita à ação estatal, às políticas públicas ou ao estatuto jurídico dos atores que a engendram (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; SPINK, 2016). Nesta tese, analisamos uma arena pública em movimento (CEFAÏ, 2017a; 2017b), a arena pública da reparação. Desde as primeiras idas a campo até o momento em que escrevemos as análises e as considerações finais, o crime-desastre e as ações de reparação se transformavam e repercutiam novos efeitos nos meios (*milieux*). Além disso, em um espaço de disputa e de controvérsias (CHATEAURAYNAUD, 2011b), as trajetórias das ações nem sempre são lineares e podem bifurcar em outras mobilizações ou parcerias (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Uma decisão judicial pode alterar o rumo de uma política de reparação, pode bifurcá-la. Na arena, em novos processos de problematização e de “tornar público” (CEFAÏ, 2017a), os atores lançam e relançam suas questões para demandar respostas (CHATEAURAYNAUD, 2011). Se por um lado, os dispositivos procuram capturar a fábrica de pressões nos meios (*milieux*), ao categorizar e definir limites da ação, por outro, são também alvo de controvérsias e de críticas (DODIER; BARBOT, 2017). É em torno desses processos que construímos nossa compreensão sobre a trajetória da ação pública nesta tese.

Ao longo das análises, descrevemos as disputas que emergiam na arena pública, especialmente, nas cenas jurídica e administrativa, em torno do desastre e da reparação, das tensões e controvérsias. Assim, procuramos descrever como os dispositivos foram sendo construídos a partir das seguintes questões: o que permitiam?; para quem?; quais pautas se abriam?; quais pautas encerravam?; sobre quais temas silenciavam?. Procuramos, também, evidenciar os repertórios normativos, no sentido proposto do Dodier e Barbot (2017), para refletir sobre o “como” e o “para quê” os atores “se acoplavam” aos dispositivos para trazer

inteligibilidade às suas críticas. Sobretudo, apontamos que os instrumentos foram alvo de críticas quanto à sua construção, por serem considerados distantes das realidades locais, e, além disso, pelos atores que “assinavam” os dispositivos, acusados de tentarem controlar o processo. O que se criticava com isso era a invisibilização de territórios e públicos atingidos que, frente à “tutela” de seus interesses, eram excluídos do processo de construção e deliberação sobre a reparação, sobre o dispositivo e seus instrumentos colocados em ação nos territórios. Enquanto alguns atingidos são vistos como “vítimas indiscutíveis”, outros precisam se provar enquanto vítimas dentro do processo de reparação implementado pelos dispositivos, adequando-se aos critérios, às cláusulas, aos formulários.

Com uma perspectiva ontológica e epistemológica que permite ir além da ação institucional e sugere levar em conta a experiência dos atores mesmos (DEWEY, 2010), vimos que esses atores se organizaram e agiram, articulando com outros atores, para reformar os instrumentos de reparação, assim como se articularam para agir fora deles. Desse modo, consideramos que existe ação pública fora do dispositivo oficial, que procura definir o que seja a reparação, bem como os modos de “fazê-la”. Alguns atores relatam, inclusive, que os poucos avanços que tiveram na reparação dependeram de muito esforço e articulação, da mobilização das redes e atuação em conjunto. Consideramos oportuno evidenciar essa ação, que pouco se enfatiza como objeto da administração pública. Argumentamos que é preciso lançar luz sobre essas cenas, para além dos caminhos institucionais da reparação, sem deixar de levar em conta o oficial, mas apresentando a pluralidade de modos de lidar com os problemas públicos. Vimos que, para as “reformas” dos Termos, houve um esforço de atores jurídicos e dos *experts* em lançar alertas sobre os dispositivos, assim como de movimentos sociais, das associações e empreendedores locais, dos órgãos públicos, dos cidadãos atingidos. Nossa questão, portanto, amplia-se ao abarcar a reflexão sobre a heterogeneidade em torno da ação pública, para levar em conta também: como os atores locais agem para construir a reparação?

Não queremos, com isso, colocar mais um peso nos ombros dos atingidos, como se devessem ser os empreendedores e os responsáveis pela ação reparatória, não. Nosso posicionamento teórico procura levar em conta as controvérsias e situações de prova para evidenciar o campo de forças (CHATEAURAYNAUD, 2016) e as responsabilizações. Logo, é necessário pontuar, mais uma vez, que não desconsideramos as relações assimétricas, em um contexto em que as comunidades interagem com os aparelhos de Estado e da Justiça e das empresas mineradoras. No entanto, como uma relação, esse campo de forças não está dado a priori, e, nessa conformidade, por meio da investig(ação), tentamos descrevê-lo, na medida

em que dispositivos e entidades procuram capturar e atuar na ‘preensão de’. Dessa maneira, descrevemos essas forças pela experiência e pela capacidade crítica dos atores mesmos e destacamos a existência de um crime-desastre em contextos com vulnerabilidade social. Não poderíamos, assim, responsabilizar unicamente os atores locais enquanto os responsáveis pela sua vulnerabilidade e pela vulnerabilização frente ao crime-desastre.

Essa realidade periférica, então, faz-nos colocar “à prova” as abordagens construídas em outros contextos, em outras democracias, para pensar também aqui a ação pública numa perspectiva pragmatista em contexto nacional, uma realidade marcada pelas assimetrias de poder e, até, da capacidade de agir. Essas reflexões sobre arena pública e sobre ação pública no contexto brasileiro têm sido empreendidas por colegas no campo das ciências sociais, com destaque para a coletânea organizada por Cefaï, Veiga e Mota (2011), e na administração pública, com destaque para Andion e Magalhães (2021). Esses autores têm se dedicado a apresentar contribuições pragmatistas para as políticas públicas e a governança em contexto de crise democrática. A tese de Magalhães (2020) empreende, por exemplo, uma etnografia sobre as experimentações na arena pública dos direitos da criança e do adolescente em Florianópolis. Esse exercício epistêmico de mobilizar abordagens e ferramentas teóricas desenvolvidas em contexto europeu para outros contextos foi também destacado por Chateauraynaud e Debaz (2021) ao refletirem sobre os rompimentos de barragem de Mariana e Brumadinho. É com esses autores que compartilhamos o desafio de pensar o curso da ação pública nos territórios, a governança e as experimentações.

Aqui, levamos em conta as assimetrias e as capturas como formas de pensar o poder, do modo sugerido por Chateauraynaud (2016). Consideramos, assim, que, às margens e excluídos das mesas de definição dos cursos da reparação, os atingidos podem ser capturados pelas lógicas desses instrumentos, especialmente quando buscam por reconhecimento e dependem de auxílios e compensações. Isso faz com que seu espaço de agir fique limitado às preensões sobre o desastre e seus efeitos, sobre a reparação e as vítimas legítimas. Esse processo passa pelos instrumentos da ação pública, principalmente pelos formulários e metodologias.

Nem por isso todos os atores que recebem recursos aceitam as referências impostas. Os atores apresentam suas críticas, suas expectativas e seus repertórios normativos ao lidarem com os dispositivos de reparação, como nos mostra Dodier e Barbot (2017). Esses repertórios apontam para as lógicas que os dispositivos engendram: para a lentidão do processo, para a ilegitimidade dos acordos. Enquanto alguns entendem os Termos como “bíblis”, outros não aceitam que esses acordos, dos quais não participaram, sejam o norte da reparação. Por uma

lógica de resistência, poderíamos pensar o espaço da ação através dos repertórios clássicos de protesto, mas entendemos também como resistência o agir pela regeneração, a busca pela ampliação dos ângulos de visão de futuro e o resgate de suas memórias e identidades. A capacidade de agir se dá, então, em diferentes direções e sentidos. Entendemos que buscar espaços para viabilizar e implementar projetos dentro do dispositivo de reparação ou procurar definir a reconfiguração das ações coletivas nos meios (*milieux*) são formas de ação pública e, sobretudo, formas de existir e resistir.

Em um processo coletivo, de construção da vila, os atores locais mobilizam associativismo, laços comunitários, atores da conservação e suas redes. É em meio aos conflitos que resgatam suas histórias, sua força, mesmo abalados e com um campo de ação “minado” pelo que consideram: lógicas da ganância e dos oportunismos. Nas cenas da reparação, os moradores lançam projetos comuns, resgatam projetos antigos e procuram reorganizar suas vidas, sua comunidade. Em interação com outros atores, eles produzem e demandam dados sobre o crime-desastre, realizam protestos, eventos coletivos, ações culturais, ações em busca de práticas alternativas para a saúde, para o lazer, para o futuro. Consideramos, nesse sentido, a perspectiva da balística e das temporalidades abertas por Chateauraynaud (2011) como profícuos para analisar a ação pública, em sua trajetória, refletindo tanto sobre as memórias mobilizadas quanto sobre as cenarizações de futuro imaginadas e desejadas. Essas temporalidades são mobilizadas nas críticas e na fabricação das preensões nos meios (*milieux*) em interação.

Adotamos, aqui, a perspectiva de trajetória, justamente para atentar para movimentos da ação. Ela pode se estabilizar ao mesmo tempo que pode se bifurcar. Não separamos, como vimos no capítulo teórico, ação de percepção, a partir da noção de preensões nos meios (*milieux*), bem como das capturas dessas preensões. Consideramos que em um campo com tamanhas assimetrias, de decisão, de informação, econômicas e de poder, as aderências deslizam com o crime-desastre. Desse modo, é essencial adotar a análise da ação em movimento para visibilizar as ações nos meios (*milieux*).

Enquanto um entrevistado estava nas mesas de negociação com a Samarco, o Ministério Público e órgãos do Governo Federal, outros sequer compreendiam os termos que esses atores utilizavam¹³⁰. Esse é um dos grandes desafios de uma pesquisa em contextos

¹³⁰ Em campo, ouvimos relatos sobre os desafios de inteligibilidade com os atingidos, por parte das empresas que quando chegam no território aportam com suas palavras - *dam break, masterplan e stakeholders* -, dos dispositivos e atores jurídicos que trazem termos de Ações Cíveis Públicas e do TTAC e seu modelo de

periféricos, a saber, visibilizar as tensões, os bastidores da cena e as áreas sombreadas. Procuramos dialogar, então, com atores de distintos meios. Assim, durante a pesquisa, demos conta, também, de que os atores locais tentam lançar luz sobre algumas sombras, ao mesmo tempo que podem tentar esconder alguns dos sucessos do processo em áreas sombreadas, para evitar que os direitos sejam retirados. Isso pôde ser visto tanto no silenciamento em torno do cartão (“o cartão cala a boca”) quanto no pedido para “falar baixo” quando os atores tratavam do projeto de reconhecimento da comunidade indígena vizinha. Os atores desenvolvem, então, repertórios normativos sobre o fenômeno a partir de suas expectativas quanto aos processos. Dessa maneira, eles desenvolvem dobras, colocam luzes e grudam nas saliências do território, de suas memórias e da natureza, para fazer valer direitos, que até então estavam nas mãos dos “diretores” e dos “atores principais” das cenas.

Nos meios em interação, como sugerem Chateauraynaud e Debaz (2017) para analisar as transformações, diversos atores procuram tutelar as causas dos atingidos. Ouve-se, ainda, de atores políticos que o objetivo é deixar o rio ainda melhor¹³¹, e isso sem perguntar o que seria melhor para os ribeirinhos, para os atingidos, como se incapazes fossem, pela sua vulnerabilidade, de opinar sobre a reparação para seus territórios. Consideramos entre as mais importantes reflexões para os estudos em administração pública: a importância das análises a partir dos meios em interação; levar a sério os atores sem deixar de levar em conta a crítica sobre as assimetrias. Isso porque, além de se permitirem considerar as emergências, aponta-se para o desafio de se atentar para a experiência e a natureza, do modo como sugere Dewey (2010), para se pensarem as dimensões administrativas, políticas e sociais.

Os atores no território têm uma relação com o rio que ultrapassa a interação, aproximando-se da transação (DÉPELTEAU, 2015). Os instrumentos, em contrapartida, ao se distanciarem dos meios (*milieux*), não levam em conta as singularidades das paisagens ou, ainda, o rio em transação com os territórios. Eles são, por vezes, vistos em projetos isolados, desconectados – “este projeto é da área ambiental” e “este é da área social”. Os atores locais

governança - das cláusulas, de definições de impactado e em torno dos programas -, além dos termos dos pesquisadores que chegam em campo, dos encaminhamentos da cena jurídica – quitação geral, reparação integral, nexos causal. Para ver mais sobre, acessar: <<http://jornalasurene.com.br/a-gente-explica/2018/08/23/falar-na-nossa-lingua>>.

¹³¹ “Após uma reunião com os governadores dos Estados atingidos pela lama, Fernando Pimentel (Minas Gerais) e Paulo Hartung (Espírito Santo), Dilma prometeu um plano para recuperar o rio Doce, para torná-lo ‘melhor do que ele estava antes’ e afirmou que o programa pode ser financiado por um fundo, mas que ainda não há detalhes para o projeto [...] A recuperação do rio é algo que nós temos que tornar uma questão objetiva a ser feita agora por um motivo: é a única forma de a gente responder à população que foi atingida de uma forma positiva”, afirmou a presidente. (FOLHA DE S.PAULO, 17 de novembro de 2015).

interagem com os instrumentos fragmentados e se queixam de sua pretensa eficiência, já que os consideram extremamente lentos em suas críticas e desconfiam das obras da empresa, que não cumprem nem o que está escrito nos Termos, ao seu ver. Esse “cumprimento” é disputado dentro do espaço de interpretação administrativa e jurídica, especialmente do TTAC (2016). Alguns atores desconfiam que todo esse processo esteja sendo construído para melhorar a imagem das empresas, seus relatórios de sustentabilidade ou para trazer recursos para o Estado viabilizar obras.

Nesses territórios, os atores criam repertórios e engendram ações coletivas com vistas a disputar os sentidos da ação pública de reparação. Eles lançam projetos com base na cultura e nos afetos, naquilo que lhes é comum. Há um modo de agir no território que não é levado em conta na construção dos dispositivos oficiais. Ao se relacionarem, a ação pelo dispositivo e a ação coletiva local coproduzem ações e efeitos (DÉPELTEAU, 2015), sendo oportuno, assim, acompanhar a atividade coletiva de modo amplo a partir da experiência (BIDET; BOUTET; CHAVE, 2019). Essa transação, dispositivo e meios, implica o território, as suas paisagens e os seus seres, no sentido proposto por Ingold (2015). Mais do que um todo puro e isolado institucional que inter-age com o meio, a política reparatória em si também se transforma nas relações. Por isso, não reduzimos os dispositivos ao controle dos corpos e, do mesmo modo, não desconsideramos esse processo, já que adotamos uma visão processual do dispositivo, como um encastramento recíproco de poderes e provas (DODIER; BARBOT, 2017).

Portanto, por meio dessas reflexões teórico-empíricas, não sugerimos, ao analisarmos os dispositivos de reparação e de governança da reparação, uma reflexão racionalista e normativa sobre eles, de como eles deveriam ser afastados do território e em gabinete, tampouco empreendemos uma crítica ancorada em princípios já pré-estabelecidos, seja pelas lógicas do poder e da mudança radical, seja pelo arrolamento de princípios sobre como a ação pública deveria ser conduzida ou das finalidades desejadas. Em verdade, procuramos dar visibilidade aos princípios e às críticas que os atores mesmos na relação com os dispositivos estabelecem, aproximando-nos do que fora proposto, logo no início da sociologia pragmática, por Boltanski e Thévenot (1991), numa construção intersubjetiva, em que ator e cientista atuam na interpretação (DOSSE, 2003). Isso porque consideramos que é nos meios em interação que identificamos as nuances, as transformações, as contradições, as capturas e as críticas (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017; 2021).

Esperamos que tenha ficado claro que essa atitude não significa falta de posicionamento, mas, muito pelo contrário, relembramos ao leitor de que nos posicionamos,

aqui, pela pluralidade ontológica, pela primazia da experiência ao lado dos atingidos. Por meio da experiência, podemos acessar regularidades e mudanças radicais, relações de força e dominação e de emancipação, luta e ordem no seio das interações entre Estado-sociedade, para além dos quadrantes tradicionais do campo (ANDION, 2012). Mais que isso, apontamos para a importância de refletir sobre o espaço dos não-humanos numa perspectiva do agir público, sem separar experiência e natureza (DEWEY, 1974). Ora, nem por isso, afirmamos que demos conta de descrever todas essas relações em uma tese. O que quisemos e, de certo modo, evidenciamos foram as aberturas, com a perspectiva pragmatista, para analisar a ação pública, como plataforma de pesquisa para esta e pesquisas futuras. Mais uma vez, afirmamos que não estamos propondo uma negação dos caminhos tradicionais do campo. Detemo-nos mais em propor outras vias, como campo de possibilidades, já apontadas por autores do campo da administração (SHIELDS, 1999; FARJOUN; ANSELL; BOIN, 2015; ANDION; MAGALHÃES, 2021) e destacadas para investigação em contextos de incerteza radical (ANSELL; TRONDAL; ØGÅRD, 2017).

A trajetória da ação pública em uma arena com vistas à reparação pode assumir diferentes nuances conforme descrevemos ao longo das seções: i) quanto à coordenação da ação pública; ii) quanto à capacidade estatal de agir e “fazer agir”, à medida que múltiplos atores e arranjos são mobilizados; iii) quanto aos instrumentos nos meios heterogêneos, que atuam no reconhecimento de atores, dos danos e dos territórios; iii) quanto à responsabilização pela ação e à sobreposição de atividades-atribuições entre dispositivos, de reparação e de ação estatal institucionalizada; e iv) quanto aos desafios da ação coletiva nos territórios frente ao contexto de um crime-desastre, da interação com novos atores e seus modos de organizar; v) quanto à mobilização de não-humanos na coordenação da ação pública.

Neste capítulo, procuramos, além de resgatar e complementar relatos descritos ao longo das seções anteriores, trazer outras perspectivas sobre a ação pública para olhar o fenômeno e evidenciar alguns dos elementos delineados acima. Esta seção, em específico, reflete nossa preocupação, especialmente a partir das últimas visitas de campo, com relação ao futuro, com relação aos aparelhos do Estado no local. No fim de 2019 e início de 2020, dialogando com atores do território, servidores públicos da administração pública municipal, com membros de Câmaras Técnicas, com lideranças locais, visualizamos algumas de suas inquietações relacionadas aos desafios futuros para o local. Ou seja, eles problematizavam e abriam ângulos de futuro e, poucos meses depois, o país enfrentou desafios na gestão da crise sanitária da Covid-19. Naquele momento, optamos por não dar continuidade à coleta, pelo

volume de dados e pelas novas interações que emergiriam com o enfrentamento da crise no território. Procuramos, então, “organizar” nossas reflexões sobre a ação pública e suas trajetórias neste capítulo.

4.4.1 Transformações dos atores estatais e seus efeitos

Vou falar, vou ser sincero: poder público hoje abandonou a gente.

Entrevistado 11.

No período que antecede o rompimento da barragem, como vimos ao longo das análises, existiam diferentes públicos, que se organizavam em torno do que um dos entrevistados chamou de “tecido social” e, outro, “arquitetura social”. Com associações, agendas locais, cadeiras em conselhos e comitês, os atores apresentavam uma construção política própria no território. É imprescindível, então, lembrarmos da existência de um sistema sociopolítico ancorado na tradição, no associativismo, conectada com o rio, com o ambiente, seja pelas práticas da pesca, do *surf*, do turismo, seja pelas ações com vistas à conservação empreendidas nos arranjos, que incluem Estado, mercado e sociedade civil no território para lançar pressões sobre o meio (*milieu*). Para o Entrevistado 16, a vila “já era organizada, porque ela já tinha a associação dos moradores, associação de pescadores, associação de Congo [...], as próprias igrejas, já tinha a associação do artesanato, ela já tinha uma estrutura, com lideranças”.

Vimos que a chegada dos atores da conservação no território contribuiu para a institucionalização dessas associações, que, a partir de então, poderiam emitir nota de serviços, integrar espaços em conselhos, organizar festas e fazer demandas oficiais. A integração entre os nativos e os “de fora”, as novas pressões e as transações com os meios (*milieux*) engendraram a construção dos públicos a partir das problematizações relacionadas ao território. Para o Entrevistado 13, a comunidade não era tão engajada nas questões coletivas. Ao relatar, sob uma perspectiva histórica, sobre o fomento desse processo, os atores descrevem que em certos momentos a cobrança sobre a resolução dos problemas recaía sobre o Tamar (Entrevistado 5). Como destacamos, a comunidade parece não distinguir entre ICMBio ou Fundação Tamar. Esses analistas, que chamamos ao longo do trabalho de atores da conservação, atuaram fomentando esse “tecido”, foram representantes da comunidade em diferentes espaços, assim como incentivaram a autonomia dos grupos e associações no processo e engajamento dos atores locais.

No início, o Tamar, ele era muito cobrado da população, até a questão de lixo era problema do Tamar, aí depois começamos a mostrar a questão que tá aqui, mas tudo

no início, era o Tamar. A primeira ambulância foi através do Tamar, o Ministério da Saúde. Aí até que nos últimos 15 anos começou a gente deixar mais criar esse protagonismo comunitário. (Entrevistado 5).

Como discutimos, a REBIO e o Tamar ocupam um espaço de governança do território, mas, para além das institucionalidades, os seus membros coabitaram o território. Eles integraram o espaço e trouxeram leituras e olhares distintos para os fenômenos locais, ancorados na perspectiva ambiental, ou melhor, socioambiental. Isso porque eles fomentaram alternativas econômicas no território, como a confecção, os grupos produtivos e a contratação de locais para monitoramento e atuação nos postos de trabalho. Ao relatar a chegada da lama e a articulação feita pelos atores da conservação, um dos entrevistados destacou a atuação de Joca e afirmou que o ICMBIO e o TAMAR foram o Estado no local (ENTREVISTADO 13). Há uma personificação do órgão em um ator como uma figura emblemática no processo, na articulação e mobilização de atores locais e institucionais para viabilizar ações. Os sentidos de ser o Estado no local, em nossas reflexões, traz, sobretudo, uma visão do que o Estado “deveria ser”, uma expectativa, um repertório normativo (DODIER; BARBOT, 2017). Na ausência de protocolos de ação claros, os atores construíram um espaço de interação entre lideranças locais, empresas e atores estatais, para os quais as empresas deveriam prestar um balanço diário das ações de monitoramento da pluma, por exemplo. Nesse espaço, em que se integra a prefeitura e outros órgãos, demandas relacionadas à segurança hídrica e queixas locais tiveram espaço. Frente às incertezas e com a ausência de um plano institucional de enfrentamento, essa articulação empreendida pelos atores garante visibilidade desse público. Nesse sentido, da expressão “foi o Estado”, esse Estado aproximou atores e viabilizou diálogo e prestação de contas das ações.

Historicamente, os entrevistados destacavam tensões entre Regência e Linhares, especialmente, entre modelos de desenvolvimento, sobre as perspectivas e projetos para Regência. Os atores locais citavam pouco a prefeitura em suas narrativas e, por vezes, quando falavam, apontavam para a falta de “peso institucional” e expressão política da comunidade local na política da cidade¹³². Os desafios de governança e da reparação exigem respostas do município em diversos sentidos, em sua atuação nas comunidades e na continuidade dos serviços. O crime-desastre exige a ampliação do escopo de ação dos municípios, em certo sentido, sendo o Estado questionado e chamado pelos atores locais para atuar sobre os novos

¹³² Destacamos que em 2020 os atores tiveram o primeiro vereador eleito pela comunidade, o ex-presidente da Associação de Comerciantes de Regência.

problemas. Entendemos, ainda, que haja certa sobreposição de atividades com as ações de reparação no atendimento às localidades. Em entrevista com atores da Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência Social de Linhares e da direção da escola da vila, identificamos que, com a chegada da reparação, as Secretarias também tiveram que desenvolver ações de “preparação” frente à chegada de novos atores enquanto usuários dos serviços públicos e das exigências por respostas da prefeitura.

A extensão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por exemplo, “chega” na vila depois do rompimento da barragem. A instalação de uma base do CRAS no território, segundo o Entrevistado 15, foi uma articulação e mobilização da comunidade com a Secretaria de Assistência Social para levar à Regência os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

A Secretaria de Assistência, a comunidade, em algumas mobilizações, requereram que acontecessem serviços de convivência que aconteciam aqui na sede, né, que fossem para o território, mas não na perspectiva do acompanhamento familiar ou de apresentação de demandas. Diante disso a secretaria implantou em cada território, o que a gente chama de extensão de CRAS, que é uma unidade física, que acontecem ações ao longo da semana, no âmbito dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e, pra além disso, a equipe técnica do CRAS, vai uma vez por semana, fazer o atendimento às famílias. (Entrevistado 15).

Nós continuamos indo lá ao longo de 2016-2017, mas a estrutura física mesmo, do CRAS onde você visitou lá, ela foi inaugurada ano pass [...] a partir de junho de 2018, efetivamente, a equipe passou a ir lá praticamente toda semana – antes a gente tava fazendo isso, mas não tínhamos um local fixo. Antes eram feitos só no Centro Ecológico. (Entrevistado 12).

Os servidores afirmam que já existiam ações anteriores, prestadas no Centro Ecológico. Frente ao que entendem como ampliação das vulnerabilidades com o desastre, relacionadas ao “social”, ao convívio e à ocupação, mobilizam-se e demandam ampliação dos serviços. O que era esporádico passa a ser semanal: “2011-2012 existia o serviço de convivência pra idoso. Já tinha serviço de convivência pra idosos, oficinas de artesanato e os atendimentos, mas eram atendimentos esporádicos” (ENTREVISTADO 12). O Entrevistado 15 relata que quando aconteceu o rompimento da barragem os servidores da Assistência Social pensavam que se ampliaria a procura pelos serviços do CRSA e, com isso, foram ao território para fazer um levantamento das situações das famílias antes da chegada da lama.

[...] eu lembro muito bem quando aconteceu o desastre, uma das primeiras preocupações dos CRAS e da Secretaria na época, das equipes que estavam gerenciando na época, foi da gente ir para o território, fazer a identificação dessas famílias, o levantamento dessas famílias e da situação das famílias naquele momento, pra que a gente pudesse monitorar posteriormente. E a gente, na época, a gente falou assim “gente, vai chover pessoas no CRAS a partir de hoje”, e foi completamente o oposto. A gente não tinha demanda de pessoas procurando serviço público, a gente tinha pessoas procurando as empresas, né, quem tava ali no território naquele momento. E foi muito estranho pra gente, porque a gente imaginou

que eles fossem ter o CRAS, por exemplo, como principal referência e não foi, isso não aconteceu. (Entrevistado 15).

As referências sobre quem procurar frente à vulnerabilidade parecem não ser as mesmas entre os servidores públicos e os atores locais. Assim, os caminhos que os atores trilham para “prestar conta” de suas vulnerabilidades e “demandar” podem ser distintos nas expectativas dos atores. Em geral, o ator a quem recorrem é a Fundação Renova. No excerto acima, por exemplo, evidencia-se a procura das empresas, e não das políticas públicas, ou ainda procuram o órgão enquanto mediador para acessar a reparação das empresas. É possível que reconheçam que o dano tenha um autor e, por isso, demandam a ele. Como vimos, há uma centralidade no cartão nas pautas. Mas também podemos refletir se não seria a referência de Estado para os atores frágil, ao ponto de não levarem em conta sua capacidade de implementar ações frente às suas vulnerabilidades, e, por isso, recorrem às empresas.

A Secretaria da Saúde procurou manter os profissionais da estrutura do programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) no local, uma continuidade, e mobilizaram uma servidora para acompanhar as populações atingidas e dialogar com elas.

E essas áreas atingidas já têm uma estrutura de estratégia de saúde da família. Tem as unidades de saúde, já são amparadas por profissionais, por médicos que tão lá. Então houve um esforço, mesmo com a dificuldade de profissionais médicos, houve um esforço muito grande em manter esses profissionais naquela região. [...] E, paralelo a isso, são as discussões na, nas comunidades, que existe uma profissional, a Servidora, que faz esse acompanhamento, mas é um acompanhamento, além de um acompanhamento técnico e estudando as questões de saúde, é um acompanhamento também de contato, de ouvir a comunidade, de saber quais são as principais angústias dessa comunidade e levar pros órgãos responsáveis, né? Por quê? A gente percebe que essa, a insegurança, o grande, um dos grandes problemas que a comunidade tem passado é pela insegurança e, realmente, a insegurança não é fácil. Você imagina você tomar uma água e imaginar, “essa água tá boa ou tá ruim?” – “Ah, tem um estudo que diz que tá boa, mas, em contrapartida, tem alguém que fala toda hora que não tá boa, que existe problema ali.” Então essa instabilidade gera angústia, eu acho que é um dos assim, é um dos problemas principais que tá se passando é não saber, ah, água do rio, a água do mar, eu posso entrar ou não posso entrar?. (Entrevistado 19).

O crime-desastre coloca luzes da cena sobre as ações públicas já existentes no território, e, no decorrer das cenas, esses atores se movimentam. Alguns entrevistados relataram a demora da prefeitura em assumir suas responsabilidades, enquanto outros criticaram que ela sequer assumiu. Os servidores do município entrevistados, no entanto, relataram que o contexto de um crime-desastre ampliou o escopo de atuação em contextos já com sobrecarga de trabalho e que não possuíam em suas equipes especialistas para lidar com essas novas demandas e dinâmicas. Os servidores da saúde citaram as controvérsias em torno da água e dos metais pesados, que demandam parâmetros e protocolos para tratamento e

profissionais especialistas, enquanto os servidores da assistência apontaram a falta de psicólogos e terapeutas especializados em desastres: “Porque aqui não tem ninguém preparado pra trabalhar com desastre, né, não tem ninguém preparado pra fazer isso. E nós temos um público decorrente de um desastre, né?” (Entrevistado 12).

Atores da comunidade afirmam que tiveram que pressionar a prefeitura para que ela entrasse em cena. Eles mobilizaram, então, o argumento: virá uma “conta”, uma “fatura”, caso não se dediquem no presente. Ou seja, os atores mobilizam um cenário futuro para fazer agir:

Eu acho que a preocupação, agora, que é caótica, que a gente tenta alertar, já falamos isso com a Renova em várias oportunidades, direto com o prefeito, ‘prefeito, cuidado, a conta vai ficar na mão da prefeitura depois’. Então, por isso que a prefeitura também entrou mais forte, ‘prefeito, você tem duas: ou se empenhar ou pagar a conta depois.’. (Entrevistado 5).

Essa fatura é decorrente tanto do crime-desastre quanto do processo de reparação, dos efeitos dos processos. Ao longo da pesquisa, ouvimos falar sobre planos e projetos¹³³ que as Secretarias apresentariam para identificação dos problemas e proposição de planos de ação à Fundação Renova. Esses projetos permitiriam acessar recursos junto à Fundação para contratação de profissionais, para equipamentos e estruturar a implementação dessas políticas. Esses planos procuram identificar “a fatura” e desenhar ações de reparação alinhadas às políticas públicas. Assim, procuram garantir que as ações não sejam feitas sem parecer do CIF, que conta com a participação de servidores em cadeiras das Câmaras Técnicas, assim como dos corpos técnicos locais que já atuam e implementam políticas públicas no território.

Alguns dos entrevistados são servidores que participam das Câmaras Técnicas. Eles relatavam que, ao longo do processo, começaram a perceber certo desencontro de informações que recebiam da Fundação ao dialogar com seus pares de outras Secretarias. Isso exigiu uma interação maior entre eles, que entendiam que esse desencontro era intencional e prejudicava as pastas. Com o passar do tempo e com o incentivo do prefeito, essa interação intersetorial tomou a forma de um comitê. Os entrevistados consideraram necessária a criação desse espaço de diálogo frente ao desgaste na definição dos espaços de ação e de interlocução

¹³³Para ver mais sobre a construção de planos de ação na Saúde iniciados em 2018: <<https://linhares.es.gov.br/2018/11/23/Saude-promove-encontro-de-planos-de-acao-dos-municipios-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-em-MG/>>. Para a área da Assistência Social, a assinatura do termo ocorreu em 2020. Disponível em: <<https://linhares.es.gov.br/2020/08/04/prefeitura-assina-termo-de-cooperacao-tecnica-e-financeira-com-a-fundacao-renova-para-fortalecer-servicos-de-protecao-e-assistencia-social/>>.

com a Renova, ator que agora atua no território sob sua jurisdição e sobrepõe agendas, instrumentos, lógicas, e pode deixar uma “fatura”.

A constituição de um comitê para interlocução entre os servidores foi considerada pelos atores como essencial para que se mantivessem atualizados e diminuíssem as assimetrias e fragmentações de informação repassadas pela Fundação Renova. Sobretudo, com a chegada dos rejeitos da Samarco, os desafios de gestão foram ampliados e os atores locais demandam respostas de modo intersetorial, capacidades institucionais e organizacionais dos governos e servidores públicos locais para lidar com o crime-desastre.

Essa gestão municipal que se encerra ano que vem, quando ela iniciou, ela viu a necessidade de criar um grupo de trabalho, chama de comitê. Um grupo, que envolveu vários setores pra tentar discutir, porque, o que começava a acontecer? Uma reunião ia eu, outra reunião ia outra pessoa, outra reunião [...], e você como já está pesquisando essa situação Fundação Renova, acidente, Samarco, deve ter percebido que reuniões acontecem o tempo todo. E aí isso estava gerando uma certa desinformação, então, ‘ah, hoje foi o João, amanhã vai à Maria’ e aí ficava [...], então o que o município entendeu, que precisava criar um grupo de trabalho pra tomar conta dessa situação, assim como o governo de estado fez, o governo municipal também fez. [...] Então hoje existe uma comissão, uma comissão formada por um membro da secretaria do meio ambiente, da secretaria da saúde, um membro da secretaria de assistência, um membro do SAAE, um membro da procuradoria, enfim, um membro da secretaria de turismo, esporte e lazer. Então, cada setor tem um representante nesse comitê e esse comitê que discute as ações que a Renova tem executado dentro do município. (Entrevistado 14).

Lembramos que TTAC (2016) previa que ações de reparação adotassem o padrão e as normas das políticas públicas e que vislumbassem a situação anterior ao evento como referência e objetivo. Os servidores entrevistados procuram estabelecer esses parâmetros, entendendo que as ações devem ser feitas em conjunto, com participação dos municípios na governança das ações públicas implementadas no território. Todavia, eles relatam certo distanciamento e “autonomia” das ações de reparação empreendidas pelas empresas. Ao relatar a construção dos planos pelas prefeituras, o Entrevistado 3 afirmou que seu início demandou participação de atores da Justiça para cobrar responsabilização das municipalidades frente ao processo. Por meio de termos de compromisso com os municípios, ele afirmou, acordaram a criação de planos de ação para que os municípios identificassem as áreas e pudessem atuar, demandar recursos e se integrem ao processo em curso:

Todos os documentos criados nesse sistema de governança, seja o TTAC, seja o TAC-Gov, seja os Aditivos, é, não servem pra você buscar as responsabilidades do poder público. Se isso não fica tão evidente na área de ressarcimento e responsabilização, é, individual, né, dos atingidos – porque é uma questão de relação da empresa causadora do dano com o atingido – quando você pegar áreas afetadas às políticas públicas, propriamente ditas, você vai ver como que o município e o estado estão ausentes. E eu te dou o exemplo da saúde, que a gente tá chegando a 4 anos do desastre onde apenas dois municípios têm planos de atuação pra preservação da

saúde dos atingidos, que é Mariana e Barra Longa. O que que a gente fez, então? Aqui a gente tem uma estratégia, também, de buscar a responsabilização do poder público com estratégias. A gente sabe que eles também sofrem com a arrecadação com todos os problemas, mas são responsáveis da mesma forma. No primeiro semestre, a gente então fez termos de compromisso com os municípios do Espírito Santo pra que eles desenvolvessem os seus planos de ação da saúde de forma participativa. [...] O plano de ação, nem todos os municípios aderiram. Baixo Guandu, Linhares, Sooretama, Baixo Guandu, Linhares, Sooretama, Conceição da Barra, São Mateus e Anchieta, são os que assinaram. Os outros não assinaram. Aqueles que não assinaram a gente pediu uma recomendação, vai fazer de qualquer maneira. E os que não responderam a recomendação, a gente vai fazer a ação civil-pública. Porque tem que, o município tem que ser chamado, e a gente vê muita essa conversa de que, 'ai, município foi impactado, não tem como, não tem técnico'. E quando você traz pra uma linguagem jurídica, '[...] isso não exclui a sua responsabilidade, se vira'. [...] Porque os planos significam o seguinte: eles possibilitam que o município aponte suas vulnerabilidades e tenham acesso a recursos provenientes da fundação Renova pra amparar a sua saúde. Então, por exemplo, você não tem dermatologista, você vai contratar dermatologista, o dinheiro vem da Renova. (Entrevistado 3).

A proposição dos planos prevê, então, diagnosticar e indicar as ações de reparação pelas políticas públicas setoriais, como vemos no relato do Entrevistado 15, quanto às demandas e planos em torno da Assistência Social:

[...] seriam equipes complementares ao CRAS, vão realizar a política pública de assistência social. O objetivo não é ser uma extensão da equipe Fundação Renova, a gente vai atuar na linha da política pública. Da identificação das demandas, das características do território, da identificação dessas vulnerabilidades, tentar fazer esse resgate do antes, de como ela era antes e de como está sendo agora, de tentar fazer esse trabalho de ter um marco, né?. (Entrevistado 15).

Até chegar na definição dos espaços e das responsabilidades de cada um dos atores nesse processo, houve embates entre servidores públicos e os técnicos da Fundação Renova. O Entrevistado 15 relatou que tiveram que desenvolver dois planos dentro do PG05 até chegar no termo de parceria para que o repasse financeiro da Renova suplementasse a política:

E a princípio foi muito difícil delimitar esse espaço, o que que seria da política pública, o que seria da Fundação Renova, até que a gente conseguiu chegar a um meio termo e aí surgiu a construção do plano municipal. Nesse plano municipal, o município apresenta quais são as principais demandas ou as principais atividades que ele precisa executar nesse território enquanto política pública, o que que o município precisa pra poder se instalar lá. Depois disso a gente montou um plano de trabalho, dizendo o que seria necessário quantitativamente, quantas equipes e tal. Depois de uma negociação com a Câmara Técnica [CTOS], porque a quantidade de profissionais, a quantidade de veículos, insumos e etc., foi uma negociação Fundação Renova e Câmara Técnica. A Fundação Renova apresentou uma proposta, uma metodologia, alguns critérios pra poder tentar, garantir que todos os municípios que houvesse necessidade dessas equipes, pudessem ser atendidos de maneira isonômica, talvez, e a partir desse estabelecimento desses critérios, que a gente considera que foi um avanço, enquanto Câmara Técnica foi um avanço – até porque, tinham municípios pedindo coisas absurdas, que não cabia, que a gente entendia que extrapolava aquilo que a Fundação Renova pudesse estabelecer. A gente acatou esses critérios, ainda discordando de algumas questões [...] E, um terceiro documento seria o termo de parceria ou o termo de colaboração aí entre a Fundação Renova e município para o repasse financeiro, pra que esse plano de trabalho seja

executado. Então hoje a gente a gente tá nessa análise do termo apresentado pela Fundação Renova, eles apresentaram a terceira versão do termo (risos), acho que na semana passada, retrasada ou passada eles devolveram esse termo, inclusive, fiquei bastante chateada com a Fundação Renova, porque eles mandaram a segunda versão do termo pedindo que a gente submetesse à procuradoria, uma minuta, na verdade, e aí depois da nossa análise, eles vêm com um terceiro termo pra gente levar de novo pra procuradoria. Então assim, são essas coisas assim que acabam desgastando um pouco essa relação (Entrevistado 15).

As Câmaras Técnicas de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) e de Saúde (CT-Saúde) são vistas como “mesa de discussão” e uma cena em que as demandas e projetos são disputados entre os servidores públicos e funcionários da Renova. Na entrevista com servidores da Secretaria da Saúde, a equipe relatou que recém apresentaram seu plano na reunião da CT-Saúde. Ao relatarem sobre esses caminhos, destacaram a dificuldade de interlocução com a Fundação Renova, criticada, naquele momento, por querer usar suas bases próprias como referência, desconsiderando inclusive as bases do setor público, como o e-SUS.

A, por exemplo, a apresentação dos planos de ação que já, os municípios que fizeram os planos, né? Mariana, Barra Longa, Belo Oriente, Bugre e Linhares. Da bacia toda, dos 42 municípios atingidos, 5 fizeram os planos, já apresentado. Linhares apresentou agora na última reunião. Então, dos que foram, dos anteriores, no caso os últimos Barra Longa e Mariana, tá, já tá assim pacificado, é só Barra Longa que ainda tem uma questão pra acertar. Mas, por exemplo, Belo Oriente e Bugre, ele contesta a margem populacional que foi colocada no plano. E ele pega a base deles, o cadastro deles e diz que a base do SUS, a base que foi consultado que é do e-SUS, ela não é real, porque considera o cadastro deles. Você tá entendendo? Então ele faz uma justificativa, ele contrapõe os planos pegando todas as bases deles. E contesta a nossa base. As nossas bases!. (Entrevistado 23).

Esses questionamentos com relação às bases de dados evidenciam, em certa medida, o grau de autonomia que a Fundação assumiu ao longo do processo, colocando (ou impondo) suas bases acima das bases do Estado no processo. Parece que seu “poder de barganha” nessa negociação (ou imposição) está na gestão dos recursos (neste caso para a decisão de suplementação de uma política, por meio de um plano apresentado pela prefeitura). Na área da Assistência, os atores citam certas dificuldades com relação ao limite mínimo de cadastrados, imposto pela Fundação, para que se suplementem as políticas dos municípios. A Fundação, afirmaram eles, definiu um limite mínimo de 50 cadastrados. Isso sem citar os desafios que as Secretarias encontram frente à falta de organização e estruturação dos dados, anteriores ao evento, como foi o caso citado na Entrevista 15:

Isso sem contar que tudo ainda é muito manual. Nós temos, pela ausência do sistema, a gente tem a dificuldade das pessoas de fazerem uso do Excel, que talvez seria uma alternativa para a gente ter dados mínimos, né, a gente ainda tem uma fragilidade com relação a isso, e com a ausência do sistema, tudo se torna manual, prontuários manuais, relatórios manuais [...], então, as informações, elas vão se

perdendo, né? E aí você não consegue ter esse filtro mais apurado por território, que seria o ideal. Então hoje essa é a situação da vigilância. Relata e vai pro prontuário. Hoje a gente não tem esses dados quantificados por exemplo.

Essa dificuldade relacionada aos dados está no centro da disputa. Ouvimos essa queixa com relação ao meio ambiente (dados de contaminação), à assistência social (dados sobre vulnerabilidades e acompanhamento dos atingidos) e à saúde (tanto no acompanhamento dos casos, como nos exames anteriores que pudessem evidenciar efeitos). Se por um lado não há alguns dados, tendo em vista que não “se preparavam” para o crime-desastre com rejeito de mineração, as bases de que dispõem, por vezes, são preteridas, e a Fundação prefere as suas próprias bases de dados. Os servidores entrevistados consideram que a própria política pública foi afetada pelo crime-desastre, em sua capacidade de implementar as ações, assim como seus corpos técnicos foram sobrecarregados pela agenda da reparação (reuniões, comissões, acompanhamento de relatórios). Na Entrevista 15, ouvimos, por exemplo, “acho que mais de 60% da minha carga horária tava sendo só em decorrência de Fundação Renova”. Assim, os atores pleiteiam recursos da reparação para suas ações:

[...] o próprio trabalho da política pública local, foi afetado na medida que se gerou uma demanda, porque os problemas estão lá no território, só que as equipes continuam as mesmas, a estrutura do governo se mantém a mesma, e a gente não tem, muitas vezes, condições de ir até esse território pra dar o suporte da política pública, que é responsabilidade do Estado, em situações de calamidade, em situações de desastre. E, diante dessa demanda que a gente apresentou e que vem brigando, saiu então a proposta dos planos municipais de reparação em proteção social, que é o que a gente tá agora pleiteando recursos humanos, insumos, equipamentos, veículos, pra que os municípios tenham condições de fazer uma atuação mais frequente, mais diária nos territórios, pra gente compreender essa dinâmica do território, fazer a leitura desse território, e propor ações junto à comunidade, para ela ter condições de se, se autogerir nesse processo. (Entrevistado 15).

Dentre os desafios para agir, citados pelas pastas, estão: a falta de pessoal, falta de dados, a falta de compreensão do problema no presente e dos seus desencadeamentos. Há um grau de indeterminação que deixa os atores sem uma delimitação clara dos problemas:

A principal dificuldade hoje é, exatamente, conhecer essa proporção. Ter noção do tamanho do problema na área da saúde e, tanto na saúde física como a questão também psicológica, a questão mental, então a gente não tem essa dimensão hoje. Por mais estudos que se faça, por mais que se ouça a comunidade, por mais que tenham profissionais de saúde envolvidos diariamente, em contato diário desses pacientes, a gente não consegue mensurar isso. (Entrevistado 19).

Demandam-se capacitação, *experts*, pagamento de profissionais, automóveis para deslocamento e equipamentos para desenvolvimento das atividades. Isso demonstra as

dificuldades operacionais e administrativas das pastas frente à reparação, e, sobretudo, importa destacar que esses relatos datam de um pouco mais de quatro anos do rompimento da barragem. Esses planos e agendas avançaram, não no ritmo esperado pelos atingidos, e segundo os servidores foi possível pela integração entre as pastas, através da criação do comitê que integrou todos os seus representantes nas diferentes Câmaras.

Porque a gente percebeu que a Fundação Renova, uma hora falava uma coisa pra Secretaria de Assistência, o mesmo assunto falava de forma diferente pra Saúde, o mesmo assunto pra Agricultura [...]. E a gente foi percebendo que eles estavam querendo desmobilizar as secretarias e a articulação entre as secretarias no sentido de minar esse fortalecimento aí dessa comissão. E aí a gente percebeu e a gente falou assim: ‘não, vamos concentrar, tudo que um souber, compartilha, mesmo que seja específico da secretaria’, mas a comissão tem um olhar do todo, não tem o olhar só de uma ou duas secretarias e aí a gente começou também a dar devolutivas pra Fundação Renova utilizando a própria comissão. Então se a Secretaria de Agricultura precisava de algo, a gente mandava a demanda pra comissão e a comissão fazia a provocação da Fundação Renova. [...] Então a gente conseguiu, começou a ter uma experiência de como seria uma articulação intersetorial que a gente tanto fala na teoria, mas que dificilmente a gente consegue experimentar na prática, né? (Entrevistado 15).

Na interação com a Fundação Renova, os atores públicos percebem a importância da intersetorialidade para lidar com agendas, de modo transversal e integrado. Esse é um dos efeitos e das transformações que consideramos oportuno destacar: a forma como os atores estruturam comitês, espaços de interlocução, “pontes” entre Secretarias, quando se dão conta de suas fragilidades, das assimetrias e dos desencontros de informação com as pautas fragmentadas pela ação de reparação. A Fundação Renova procura impor agendas, estruturar limites e referências da ação e, ao atuar de modo fragmentado nos Programas, desafia as pastas locais. Alguns dos entrevistados consideravam esses desencontros de informações uma ação planejada da Fundação Renova para fragilizar a ação pública estatal, as próprias secretarias frente aos públicos e entre si.

O modelo adotado para interação entre as pastas do município é apoiado pelo prefeito, que instituiu o comitê em 2017:

[...] veio do gabinete, né, na verdade foi instituído. O prefeito, ele instituiu essa comissão na mesma época que foi criada a comissão, a câmara técnica de saúde. Que a câmara técnica de saúde, ela fazia parte com outras câmaras técnicas de outras áreas, e ela foi desmembrada pra ser exclusiva da saúde. Então, nesse período, quando Linhares conseguiu a cadeira, né, pra, o assento na câmara técnica e também no CIF, a gente tinha cadeira no CIF, o prefeito entendeu que seria uma proposta essa questão da comissão intersetorial envolvendo os setores que tinham relação com o desastre, que eram afetados, né? E aí foi instituído, também, em 2017, a comissão intersetorial. Nós não temos assim, outros municípios, a gente não tem aí notícia que tenha esse tipo de formação, é muito importante. (Entrevistado 23).

O desafio maior nessa interação com a Renova parece estar na dimensão da informação, na prestação de contas orçamentário-financeira e no detalhamento das aplicações de recursos no município. Os servidores relatam que, por vezes, são surpreendidos pelas ações da Renova e das informações que são divulgadas: “A gente não tem controle sobre as informações soltadas pela Renova” (Entrevistado 14).

Quando você pega uma prestação de contas, a fundação Renova mostra lá, gastou ‘x milhões’ com isso, aí você começa a avaliar, pô, por que eles fizeram esse tipo de ação? Eles são muito assim, unilateral, eles decidem dentro da política deles, então não tem a interlocução com o município, que já tem as suas próprias políticas estabelecidas [...] conhece o território, e poderia ser um efeito alavancador daquilo que já seria uma proposição, porque se tem uma política é porque alguém estudou, alguém verificou que precisaria ter investimento daquela área. [...] Por exemplo, 2020, o que que a Fundação Renova designou lá no seu orçamento de recurso financeiro pra reparação em Linhares? Em que áreas? Então a gente quer saber. Mas não, os caras vêm com o negócio pronto, agora a gente nem sabe, né? Nem sabe. (Entrevistado 23).

Na busca pela ação e pela integração dos esforços de reparação às ações públicas já desenvolvidas pelo município, suplementando e alavancando ações e projetos já existentes, os atores se deparam com a impotência frente à estrutura de governança montada. Eles identificam a necessidade de ampliar sua capacidade de ação, de articulação e de comunicação, internas e com os públicos:

Ele vai lá, busca a informação e em determinado momento se sente impotente, fala ‘e agora, quem é que me ajuda com isso aqui?’ – então o município também tem esse sentimento de impotência. Então tudo isso, tudo isso é aprendizado, essa capacidade de articulação que num formato de comunicação veloz que a gente tem hoje, que aparentemente é simples, não é tão simples assim no dia a dia, né? E essa discussão de conceitos e de valores, dos conceitos, acaba ficando o que é prioridade pra um não é prioridade pra outro, a compreensão de um não é de outro. (Entrevistado 19).

Os servidores entrevistados criticaram com veemência a postura passiva da Renova ao aguardar que o atingido se cadastrasse como vulnerável, por exemplo, e consideraram que, em momentos de desastre, é essencial uma busca ativa dos casos. Eles entendem, assim, que a ampliação das equipes, com suplementação orçamentária, viabilizaria essa ação com maior consistência:

A gente compreende que nos casos de situação de desastres/calamidades, é necessário que o poder público faça uma busca ativa daquelas pessoas que não conseguem de alguma forma acessar o serviço, que não conseguem demandar o serviço. As pessoas mais vulneráveis, as mais frágeis, em geral, são as que menos conseguem chegar à política pública, então por isso a gente propõe a questão da busca ativa, em que as equipes vão até as famílias, oferecer o que a política pública tem pra oferecer, a lógica é um pouco essa. (Entrevistado 15).

Os entrevistados destacam, ainda, o esforço para compreender os efeitos nas comunidades, que se processam de modos distintos na interação com o crime-desastre, com os dispositivos de reparação e seus efeitos. E o “certo seria”, consideram, ampliar os diagnósticos e relatórios técnicos para tirar as comunidades da condição que se encontram.

Dá muita dificuldade, o certo teria que ter uma equipe técnica pra cada, né, pra cada público específico desse pra saber lidar com as situações, entender um pouco melhor, porque a gente acaba nem tendo condição, né, condição de recursos humanos assim, pra você entrar na comunidade, estudar aquela comunidade, né, tentar montar estratégias, né, pra tirar aquela comunidade das vulnerabilidades que são encontradas. Se acaba ficando meio perdido, você tenta apagar um pouco do incêndio ali, um pouco do incêndio aqui, né? Sem experiência muito de como lidar com as situações. Porque aqui não tem ninguém preparado pra trabalhar com desastre, né, não tem ninguém preparado pra fazer isso. E nós temos um público decorrente de um desastre, né?. (Entrevistado 12).

Os analistas ambientais que participam das Câmaras Técnicas informam que recebem grandes volumes de material para analisar, de resultados de pesquisa e consultorias às propostas de ações. O volume de trabalho com a rotina de atividades de conservação, de assistência, da saúde, tem, agora, que dar conta também do processo de reparação. Um dos atores da conservação com quem dialogamos em 2018 afirmou que considerava de muita responsabilidade atuar nas Câmaras Técnicas, o que nos pareceu, naquele momento, uma reflexão sobre o excesso de trabalho e a falta de autonomia e de “autoridade” para fazer com que as demandas dos servidores no CIF fossem ouvidas (um dos dilemas clássicos de gestão, a assimetria entre autoridade e responsabilidade). Com isso, eles estavam no sistema de governança, mas sentiam que não dispunham de capacidade de ação naquele espaço. Destacamos, ainda, que aqueles que continuam nos espaços são engajados moralmente com as questões: pelo meio ambiente e agora, também, pelos desafios que a comunidade, na qual vivem e trabalham, enfrenta.

Além das ações de identificação dos problemas, com diagnóstico e planos, os atores citam seus esforços na comunicação intersetorial e com os atingidos, além da criação de comitês e da participação em reuniões de Câmaras Técnicas. Nesse sentido, queixam-se da carga de trabalho gerada nesse processo e, especialmente, da falta de estrutura. Nessas transformações e na “reorganização” frente ao crime-desastre, chegaram também no território movimentos sociais e pesquisadores que interagem com atores locais em torno da definição das questões problemáticas e de seu lançamento na esfera pública.

4.4.2 Os dados e as demandas: movimentos e pressões

Nos processos de problematização (CEFAÏ, 2017a), vemos um movimento em busca de dados para experimentações, em um processo permeado por repertórios morais na avaliação dos efeitos do crime-desastre (CEFAÏ; VEIGA; MOTTA, 2011; DODIER; BARBOT, 2017), assim como para argumentar e atribuir responsabilidades (FELSTINER; ABEL; SATAR, 1980; CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Para o Entrevistado 13, além da mobilização de atores da conservação no território para coordenar as ações com lideranças da comunidade, dos atores públicos do Estado e dos representantes das empresas, o desenvolvimento de pesquisas nesse primeiro momento, também foi central para que os atores pudessem construir a compreensão dos efeitos da pluma de rejeitos. O Entrevistado 10 detalha que esse esforço de pesquisa permitiu acumular dados sobre o meio ambiente:

E aqui a gente já tem bons dados acumulados e a universidade participou com a gente desde o início, gratuitamente assim, botou os seus recursos, a UFES, a FURG, a UFRJ, desde o início vieram com a gente, ICMBio, né, botaram recurso próprio e direcionaram os seus projetos e a gente sabe do tamanho do impacto hoje, por conta disso, senão não saberia, como Minas não sabe. E aqui a gente fez o branco, porque a gente foi avisado de que iria chegar a tragédia. Então os órgãos ambientais e as universidades se reuniram, fizemos dois workshops, fizemos um plano de trabalho, definimos quem ia fazer o que e fomos pro campo. aí o IEMA ficou com água doce, o IBAMA ficou com fauna terrestre, o ICMBio com fauna aquática e as universidades no meio disso, fazendo coleta, análise e tal. Então a gente tem o branco do rio antes da lama chegar. E do mar, do rio e do mar, tem tudo, a gente sabe de todos os níveis. Tem um gráfico da universidade 12 dias antes da bruma chegar aqui, todos os níveis de metais 12 dias, 11, dias, 10 dias, 9, parará, parará, até o pico. Depois a fase aguda de 2-3-4 meses, depois declinando, depois os picos crônicos que a gente sabe que tem de controle [...] Das cheias, das frentes frias, revira tudo. E é um impacto ainda indefinido, de fato. Ninguém sabe o que vai resultar disso.

Os atores precisavam agir num contexto de incerteza radical, e as controvérsias científicas refletiram na “derrapagem” das preensões no local (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017), assim como figuraram nas cenas administrativas e jurídicas (CEFAÏ, 2017a). Os metais pesados entram nos meios (*milieux*) e permeiam o vivido pelos atores. Além das pesquisas realizadas e articuladas entre órgãos de meio de ambiente e universidades públicas (sendo citadas durante a pesquisa especialmente a Universidade Federal do Espírito Santo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de Rio Grande), chegaram redes de pesquisa fomentadas por universidades públicas (Rede UFES¹³⁴, por exemplo) e com acordos jurídicos chegaram as consultorias para a Fundação Renova, as redes de pesquisa que atuam com o CIF (Rede Rio Doce Mar¹³⁵, por exemplo) e as consultorias-assessorias para

¹³⁴ Ver mais em: <<https://redeufes-riodoce.ufes.br/apresentação>>.

¹³⁵ Ver mais em: <<http://rrdm.net.br/quem-somos/>>.

Ministério Público (Ramboll, Lactec, FGV, Fundo Brasil). Os atores locais viram-se emaranhados em redes de atores da ciência, seus métodos e seus resultados. Um dos pescadores relatou:

Pra vocês ter uma ideia, pra vocês ter uma ideia, até hoje, saiu daqui de dentro da associação três caminhãozinho baú, daqueles que nós temos, de peixe, quando a lama veio, até hoje não saiu análise, que a UFES levou pra lá esse peixe, até hoje não saiu a análise do peixe. Aí eu digo a você, tem alguma coisa concreta que eles não querem divulgar, correto?. (Entrevistado 22).

Não saiu uma análise dizendo que a água tá própria. Não tem um técnico de água, com esse monte de amostra que eles tiram diariamente, dizendo assim, ‘tá própria’. Nem de água, nem de solo, leite, né? E muito menos do peixe. Ou seja, todos eles, na verdade dos 8 elementos encontrados apenas 3 tem legislação. Então como é que esses outros 5 elementos nocivos à saúde humana, né, podem ser liberados de forma, sem uma pesquisa mais aprofundada, sem uma resposta mais consistente, né, que possa vir a atestar a qualidade e a segurança da saúde da população, né?. (Entrevistado 26).

Os atores locais demandam, então, respostas, que, por vezes, precisam ser traduzidas para serem incorporadas em seus mundos. Nem sempre os relatórios de pesquisa chegam a respostas do modo como os moradores esperam, e os atores da conservação precisam atuar para traduzir as pesquisas para os moradores. Buscam-se na ciência respostas para compreender o desastre. Quando identificam alguma alteração, precisam elaborar premissões sobre seus significados, consequências e efeitos frente às incertezas. Os processos de pesquisa demandam tempo e, por vezes, identificam situações/elementos para os quais não há regulação específica. Além disso, há uma “corrida” pelos dados e uma produção contrafactual para fazer frente aos dados trazidos pelas empresas.

A empresa afirmava, por exemplo, que o material não era tóxico:

A Samarco afirma que a lama não é tóxica, mas pesquisas indicam que a onda causada pela ruptura revirou metais pesados que estavam depositados no leito do rio. A turbidez em Regência estava controlada, mas voltou a aumentar no fim desse ano, devido ao período chuvoso. Até agora, não há laudos divulgados pela Samarco sobre o efeito da poluição na saúde das pessoas. (FOLHA DE S.PAULO, 30 de dezembro de 2016, grifo nosso).

Os relatórios dos órgãos ambientais em parceria com grupos de pesquisa indicavam a elevação de metais pesados nas águas da bacia, enquanto as empresas afirmam que o nível era compatível com dados anteriores (disputa pelo “estado anterior” do TTAC):

Relatório fala em ‘súbita e expressiva elevação’ de metais pesados nas águas da bacia. Samarco, no entanto, diz que nível é compatível com resultados antes do rompimento da barragem. A Agência Nacional de Águas (ANA) detectou uma ‘súbita e expressiva elevação’ de concentrações de alumínio, cádmio, chumbo, níquel, ferro e manganês nas águas do Rio Doce logo após o rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro. Houve um ‘rápido decaimento’ dessas concentrações nos dias seguintes ao acidente, ocorrido no município de Mariana (MG), mas com valores ainda acima dos registrados em amostragens anteriores. ‘A

confirmação dessa tendência (de decaimento) deverá ser confirmada pelas novas campanhas de amostragem e ensaios de laboratório’, diz o parecer da agência do governo federal. O documento foi citado na ação em que a União pediu indenização de R\$ 20 bilhões em razão do estouro da barragem. Outro laudo usado na ação, dessa vez de autoria do ICMBio, dá a dimensão dos prejuízos com o desastre ambiental: somente a restauração de espécies de peixes diretamente atingidas pelo desastre depende de aportes de R\$ 191,7 milhões durante dez anos. Onze espécies são consideradas como ameaçadas e outras 60 são nativas do rio. A recuperação de áreas de desovas de tartarugas-marinhas, diretamente impactadas, consumiriam mais R\$ 30,3 milhões. (O GLOBO, 29 de novembro de 2015, grifos nossos).

Um dos alertas lançados logo nos primeiros dias procurou abrir a questão sobre os impactos ao longo do tempo, nos médio e longo prazos, mais do que os efeitos imediatos. Esses efeitos imediatos referiam-se à perda da biodiversidade por onde a pluma de rejeitos passava e aos efeitos na renda nas comunidades, na água. Já os efeitos no médio e longo prazo são desconhecidos, e é preciso “cenarizar” futuros sobre os efeitos na biodiversidade e na saúde dos atingidos:

O alerta de risco pelo risco de doenças causadas pela tragédia preocupa muita gente. Especialista em saúde e em meio ambiente, o fundador do Projeto Manuelzão, o médico Apolo Heringer Lisboa, alerta que a população sentirá os efeitos do desastre ecológico por bastante tempo. ‘Haverá chuvas que vão levantar a lama de novo. O que está às margens dos rios será lavado. Já com o sol quente, como agora, surge a poeira. Essa poeira pode entrar no pulmão, na corrente sanguínea...’. (ESTADO DE MINAS, 14 de novembro de 2015, grifo nosso).

Além disso, um dos pescadores alertou para a constante poluição do rio. Ele temia o mau uso dos recursos e afirmou que, mais que a multa, o que se queria era a recuperação do rio, do peixe, da água, do sustento:

Para o pescador, a Samarco precisa arcar com a responsabilidade do impacto ambiental. Mas ele tem reservas em relação à ação judicial proposta pela União e pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que prevê a criação de um fundo de R\$ 20 bilhões para reparar os danos causados pelo desastre. Descrente com a política, teme ‘sumiço’ ou desperdício do dinheiro. Ele lembra ainda que estado, municípios e principalmente o setor industrial poluíram durante anos o Rio Doce sem qualquer responsabilização. ‘A gente não quer multar a Samarco. O que a gente quer é que ela recupere o rio, o peixe, a qualidade da água, o nosso sustento’, diz. O pescador pontua ainda que o plano de recuperação deveria ser elaborado por biólogos e pessoas que entendam do assunto. ‘A gente não pode largar isso na mão de político’. (ESTADO DE MINAS, 05 de fevereiro de 2016, grifos nossos).

Destacamos, ainda, a estima pelos especialistas na condução dos processos na fala do pescador logo nos primeiros meses para definição do curso da ação, dos diagnósticos e da implementação da política de recuperação do rio. Ao longo do processo, em uma das reportagens do *corpus*, com dois anos de crime-desastre, as reclamações se concentram nas indenizações, e o entrevistado é o presidente da Fundação:

RIO DOCE, MG E REGÊNCIA, ES (FOLHAPRESS) - A tragédia de Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015, desencadeou também uma avalanche de

desinformação. Declarou-se a morte de um rio, o Doce, que já era defunto há muito tempo. [...] ‘A natureza está se recompondo muito mais rápido do que se esperava’, comemora Roberto Waack, presidente da Fundação Renova (entidade independente criada para consertar o estrago). ‘A questão social é infinitamente maior que a ambiental’. Quem circula pelos 670 km de cursos d’água entre Bento Rodrigues (distrito de Mariana) e Regência (ES), na foz do Doce, ouve muitas reclamações contra a Renova. A maioria se refere a indenizações, raramente ao rio. (FOLHA DE S.PAULO, de 05 de novembro de 2017).

Com esses argumentos, queremos refletir sobre as lógicas em torno da reparação. Ou seja, como os atores configuram as prioridades; sobre o que se queixam; quais queixas repercutem; quem atua na repercussão dessas queixas. Com a desconfiança de que as indenizações individualizam, trazem efeitos nas dimensões coletivas e engendram a desarticulação, algumas lideranças procuram reengajar os atores em questões coletivas.

Em reunião na comunidade, no Auditório do Tamar em 2018, para tratar das Assessorias Técnicas com Ministério Público, a partir dos novos acordos (TAP Aditivo e TAC-Gov), uma das lideranças locais afirmou:

Para que a Assessoria Técnica funcione a gente vai ter que olhar um nos olhos dos outros, confiarmos no processo e lutarmos juntos para que a Assessoria funcione, porque senão não funciona. Eu não conheço a galera da Ramboll, eu não conheço a galera da Fundação Getúlio Vargas, eu não conheço pessoalmente o pessoal da Fundo Brasil Direitos Humanos, mas eu conheço muito bem seu Nilton, eu conheço muito bem dona Marina, eu conheço muito bem Fabrício que é surfista, eu conheço muito bem Fernando que possui negócio da vila [...]. Então gente, Assessoria Técnica eficiente depende da eficiência da comissão de atingidos. E quem são os atingidos? Somos nós, não são eles. Quem sabe dos problemas somos nós, não são eles. (CANAL ABERTA, 2018, grifo nosso).

Há uma construção plural do “nós” aqui que procura evidenciar os sujeitos que serão assessorados na interlocução com *experts* das assessorias técnicas. Além disso, entendemos que essa fala busca descentrar a reparação reduzida à indenização para integrar os efeitos considerados de médio e longo prazos, especialmente na saúde. A liderança local categoriza as ações em “de curto prazo” e “de longo prazo” e busca ampliar o ângulo de visão dos atores (CHATEAURAYNAUD, 2016) ao refletir sobre a escala temporal dos efeitos. Nesse espaço, a saúde, a segurança hídrica e alimentar e o meio ambiente conectam-se pela qualidade da água e do pescado.

Curto prazo: cartão emergencial e indenização. Como se esse fosse nosso principal problema. A segurança alimentar, a segurança de nossos filhos, da nossa saúde, ela tá muito mais no médio longo prazo. Então pra isso que a Assessoria Técnica vai servir: pra poder atender nossa necessidade, tirar as nossas dúvidas, apaziguar nossa consciência, tirar essa dúvida que nos danifica diariamente que é não saber o que está acontecendo com a água e o peixe de fato. (CANAL ABERTA, 2018, grifos nossos).

Nesse âmbito de configuração das prioridades, os atores procuram lançar a saúde como uma das questões coletivas prioritárias, conectadas com qualidade das águas e do pescado. Lembramos, também, que a Câmara Técnica de Saúde é um desmembramento da Câmara Técnica Multidisciplinar em Saúde, Educação, Cultura, Lazer, Turismo e Informação prevista no TTAC (2016) pela Deliberação 67 do CIF, em 2017. Com isso, queremos argumentar que a saúde como demanda passa a ser construída em múltiplos espaços e por múltiplos atores, ainda que seja uma agenda que a Fundação Renova pouco reconhece, para os entrevistados. Alguns consideram que isso se dá porque a questão da saúde exigiria um acompanhamento de longo prazo, enquanto a Fundação está mais preocupada em encerrar o processo e mediar pela moeda.

Nesses espaços de governança, os atores iniciam uma disputa pelos critérios e metodologias para avaliar os danos à saúde e ao meio ambiente. Estudos independentes vinham sendo realizados e, em 2018, a CT-Saúde e a Renova acordaram a contratação da empresa AMBIOS para “Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH)” seguindo diretrizes do Ministério da Saúde. Entregues os resultados, a Fundação Renova questionou e propôs outra metodologia: a “Gestão Integrada para Saúde e Meio Ambiente (Gaisma)” e judicializou o processo. Vemos, na reportagem no Jornal A Sirene, uma crítica a esse posicionamento das empresas que questiona a própria Justiça:

Os(As) atingidos(as) se viram no meio de mais uma luta para receber os resultados, enquanto a Renova/Samarco/Vale/BHP Billiton adia as conclusões do estudo. Apenas em novembro de 2019, a AMBIOS conseguiu realizar a devolutiva da pesquisa. Segundo a empresa, o ar e o solo dos territórios atingidos, em Barra Longa e em Mariana, estão contaminados por resíduos tóxicos. Não contente com a conclusão, a Renova/Samarco/Vale/BHP Billiton propôs, em dezembro de 2019, uma outra metodologia de análise: a Gestão Integrada para a Saúde e Meio Ambiente (GAISMA). Diferentemente do trabalho da AMBIOS, a GAISMA não adota os padrões recomendados pelas diretrizes do Ministério da Saúde. O próprio Ministério, em parecer técnico, indica a GAISMA como inadequada para estudos de avaliação de riscos à saúde humana. Em janeiro deste ano, o juiz Mário de Paula Franco Júnior, da 12ª Vara Federal, determinou a implementação e a execução do novo modelo de estudo. Já em março, o juiz invalidou todos os estudos já realizados sobre os riscos à saúde, incluindo o da AMBIOS. Como justificativa, ele alegou que os estudos são ‘imprestáveis, inservíveis, inadequados, ante as notórias inconsistências técnicas e metodológicas que apresentaram’. No entanto, não apresentou os embasamentos de sua crítica. (MILITÃO; CARVALHO; ARCANGELO, 2020).

O Ministério Público Federal e as Defensorias Públicas, da União e dos dois Estados, entraram, então, com recurso com o seguinte embasamento técnico ancorado em notas técnicas do “Ministério da Saúde, em nota técnica da CT-Saúde, documento elaborado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (Gesta-UFGM) e em nota técnica da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)”

(MILITÃO; CARVALHO; ARCANGELO, 2020). Entrevistados na pesquisa de campo entendiam que a Renova passara, em certo momento, a judicializar as questões quando não concordava com os resultados. Eles criticavam essa atitude, especialmente porque o processo que deu origem à Fundação fora um acordo para evitar o processo judicial aberto nas ACPs e garantir celeridade. Não seria justo que ela trouxesse, agora, lentidão ao processo.

No território, em entrevista com equipe da saúde de Linhares, foram citados o aumento dos problemas de pele e gastrointestinais. Os entrevistados relatavam a importância da continuidade de estudos para identificar as causas de alterações na comunidade, como elevação de ácido úrico e aumento de algumas doenças. Eles desconfiavam que essas mudanças tinham relação com alteração de hábitos alimentares e interação com os metais. Alguns atores levantam a bandeira da saúde enquanto o espaço de ação na incerteza que interconecta a saúde do meio ambiente e a saúde humana. Se por um lado as preocupações em torno da indenização dividem os atores, aquelas em torno da saúde buscam conectá-los aos seus meios (*milieux*). A problematização em torno da saúde também trouxe, assim, demandas por ação pública no local. Descrevemos brevemente duas situações relatadas pelos entrevistados: i) a pesquisa sobre contaminação na comunidade; e ii) a repercussão de nota da ANVISA sobre quantidade de ingestão diária de pescado.

Um dos resultados de pesquisa que mais repercutiu localmente tratava da exposição de moradores da região a metais pesados¹³⁶. Um dos entrevistados citou que eles conheciam uma doutoranda em toxicologia e estimularam que ela adotasse a contaminação na vila como objeto de pesquisa. Grande parte dos participantes da pesquisa recebeu resultados

¹³⁶ O objetivo geral e a metodologia do trabalho consistiram em “avaliar a exposição ao Al, As, Ba, Ca, Cd, Co, Cr, Cu, Fe, Hg, Mn, Ni, Pb, Se e Zn em moradores de Regência, Povoação e Campo Grande, no Estado do Espírito Santo e que utilizam água de rios e poços afetados pela lama da barragem. Foram incluídos neste estudo transversal 315 indivíduos. A determinação dos elementos químicos no sangue, urina, cabelo, água de beber e alimentos foi feita por espectrometria de massas com plasma indutivamente acoplado (ICP-MS)” (PAULELLI, 2019, p. i) e os resultados apontam: “Os resultados deste trabalho mostram que houve a presença de elementos potencialmente tóxicos em altas concentrações na água (Al, Fe e Mn), alimentos marinhos (As) e folhas (Fe, Mn, Al e Ba) consumidos nas comunidades nos municípios de Linhares e São Mateus. A avaliação de risco mostrou que deve haver preocupação sobre possíveis danos à saúde relacionados à presença de selênio e arsênio em alimentos, mas não especificamente carcinogênicos” (PAULELLI, 2019, p. i); “Sugere-se análise dessas amostras periodicamente para avaliar a possível continuidade da exposição dos moradores aos elementos químicos (arsênio, cádmio, manganês, ferro, alumínio e níquel). Além disso, estudos de remediação da concentração desses elementos químicos, devem ser estimulados na área. [...] Sugerimos que os participantes do estudo possam ser assistidos em relação a sua saúde, realizando novos exames para confirmar a possibilidade de contaminação atual e a necessidade de tratamentos. Os resultados do presente estudo referem-se ao período das coletas em 2017. Isso quer dizer que atualmente os participantes do estudo podem ter maiores ou menores concentrações de elementos químicos no organismo. Estudos epidemiológicos poderão elucidar possíveis efeitos tóxicos decorrentes da exposição aos elementos químicos tóxicos e devem ser estimados” (PAULELLI, 2019, p. 16).

confirmando a presença de metais em seus corpos, e a pesquisa foi, posteriormente, apresentada na comunidade. Durante a apresentação dos resultados, a equipe da Secretaria de Saúde relatou que fora questionada pelos moradores sobre quais seriam as ações da prefeitura frente à contaminação. Os servidores consideraram que foram pegos de surpresa com os resultados e elaboraram críticas ao modo como o resultado da pesquisa chegou na comunidade: “identificaram o problema, mas não trouxeram nenhuma saída para os encaminhamentos, um contato, um profissional”. Essa situação parece ter gerado certo desconforto aos servidores quanto à apresentação, comunicação e relatórios de pesquisa sem o conhecimento prévio de suas equipes que atuam nos territórios.

Tentamos acessar em duas oportunidades as agentes de saúde durante a pesquisa. Na segunda vez, a entrevista foi agendada, e no dia da entrevista foi cancelada. Eles alegaram que não foram autorizados a conceder entrevista e que a pesquisa deveria ser protocolada e aprovada na Secretaria de Saúde. Nesse momento, então, acessamos a Secretaria. Quando fomos entrevistá-los, explicaram-nos que era um cuidado que, agora, tinham para que tivessem ciência dos resultados e pudessem se preparar às demandas dos atores locais. Solicitaram-nos uma apresentação prévia e exclusiva dos resultados desta pesquisa, para que, caso identificassem problemas que exigissem ação e resposta da pasta, pudessem se planejar para a reunião com os moradores. Ou seja, o processo de pesquisa pode contribuir para a produção de conhecimento, para a compreensão dos atores do fenômeno, para a construção dos encaminhamentos e resposta, e por isso exigiam aos pesquisadores que construísem diálogos e pontes com os atingidos, servidores e atores da reparação. O desafio da busca de solução para os problemas públicos que emergem implica não apenas as Secretarias e o poder público, mas pesquisadores e comunidades para uma atuação conjunta.

Frente às fragmentações, ainda, os atores do MAB parecem buscar certa integração dos atingidos ao longo do rio para que possam identificar em conjunto as afetações (na saúde, por exemplo), e os atores da Rede Regenera Rio Doce no local procuram apresentar, como um dos caminhos para solução da contaminação dos corpos, as práticas integrativas, o uso de óleos essenciais e de plantas locais para mitigar os efeitos na saúde dos moradores.

Porque a medicina convencional diz que metais pesados estacionam e não saem, por imaginário. A medicina convencional criou esse imaginário. Só que a medicina oriental e as pajelanças e os raizeiros e as raizeiras, homeopatia, os florais, a medicina ayurvédica diz outra coisa, tem como dinamizar os metais e você ter uma vida, mesmo contaminado, desde que você tenha determinados cuidados na alimentação, na administração de determinados chás e de determinadas plantas, determinadas práticas no seu cotidiano. (Entrevistado 21).

É uma questão de *expertise* e de experimentação, como sinalizaria John Dewey, no desafio de coordenação e levantamento de ações em respostas ao evento.

[...] inspirado na experiência de Brumadinho, que tem um núcleo de práticas integrativas complementares lá, que funcionou muito bem na época do rompimento da barragem, hoje eles atendem com o triplo de capacidade, e aí a gente conseguiu colocar nesse projeto aí de [...] nesse planejamento de saúde, a criação de um núcleo de práticas integrativas complementares no posto de saúde de Regência. Que aí, você pode, aí o SUS acolhe determinadas terapias que é aquelas que a gente acredita que são eficientes. (Entrevistado 21).

As interações entre comunidades atingidas por barragens contribuem para trocas de experiência e para que possam configurar o problema, e não vê-lo como um efeito particular. A demanda por práticas integrativas também foi citada na Reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados na vila de Regência, da qual participamos. A reunião contou com participação de deputados federal e estadual e de equipes do MAB e teve como um dos encaminhamentos levar a agenda de práticas integrativas às Secretarias. A questão da saúde dos moradores foi levada para debate na Câmara dos Deputados pelo deputado presente na reunião, que citou o estudo empreendido por Paulelli (2019):

Organizador do debate na Câmara, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Helder Salomão (PT-ES) ressaltou que uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) com 300 moradores das cidades de Linhares e São Mateus (ES) também retratou a gravidade da situação. ‘297 dessas pessoas apresentaram aumento de arsênio, ou seja, quase a totalidade. 79 tiveram aumento de níquel e 14 de manganês no sangue. Estamos falando de um problema ambiental, econômico, social e de saúde física e mental’, informou o parlamentar. O dado faz parte do relatório da diligência de três dias que Helder Salomão fez juntamente com a Assembleia Legislativa do Espírito Santo a seis cidades da bacia do rio Doce. (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2019).

Um dos encaminhamentos citados pelo deputado federal era denunciar o crime em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos. Em setembro de 2020, relatoria da ONU em Genebra denunciou impunidade frente ao desastre de Mariana e de Brumadinho: “A avaliação da ONU é de que o Brasil enfrenta desafios no cumprimento de suas obrigações de garantir que as vítimas de exposição tóxica realizem seu direito de acesso à justiça” (CHADE, 2020). Vemos que as questões locais dos atingidos, quando se trata de saúde e direitos humanos, são alvo de denúncia, e as respostas da Fundação Renova e das empresas da mineração geralmente citam os valores financeiros despendidos até o momento, como a prova de sua eficiência na reparação.

Entre os encaminhamentos demandados pelos atores, identificamos: dermatologista na vila; novos diagnósticos sobre a contaminação (censo); pesquisas sobre os efeitos do metal

nos médio e longo prazos; e práticas integrativas. Um dos entrevistados relatou, ainda, que, por vezes, o médico que atendia na comunidade considerava que as alterações eram relativas à ansiedade e não aos metais, como se minorasse a condição dos atingidos.

Tá andando de carrão, mas o filho tá bebendo a água do SAAE, entendeu? Tá aí passando dificuldade, o posto de saúde não tem estrutura pra atender quem tem o problema de pele. Então a gente tá até reivindicando posto de saúde, nutricionista, pra ver se existe algum meio de alimentar, uma forma de alimentar que elimine metal pesado do sangue, a gente tá pedindo dermatologista que não tem pra gente entender. Porque toda vez que você vai lá no doutor Geraldo, ele fala que é doença de pele, que é, Toda vez que vai lá é ácido úrico, é, é, ansiedade. Então assim, o médico daqui, ele não, ele não tá atendendo as demandas daqui como se fossem problemas causados pela lama, ele não tá. (Entrevistado 2).

A Nota Técnica n. 8/2019/SEI/GEARE/GGALI/DIRE2 da ANVISA, que trata da avaliação de risco do consumo de pescado das regiões afetadas pelo crime-desastre, foi alvo de disputa entre os atores. A Fundação Renova publicou em seu site uma notícia citando a nota técnica com o título: “Anvisa atesta segurança do consumo do pescado do Rio Doce”¹³⁷.

A nota técnica afirma em suas considerações:

Sobre o consumo de pescados oriundos da região afetada pelo acidente da Samarco, os metais que apresentam maior preocupação à saúde humana são o Mercúrio (Hg) e o Chumbo (Pb). Para o Mercúrio, o consumo diário de uma porção de aproximadamente 309g de peixe constitui risco à saúde, principalmente, se for peixe de água doce. Para o Chumbo, o risco sobre a redução do QI (efeito neurotóxico), em crianças, com consumo diário de 309 g de peixe de água doce não pode ser excluído (MOE < 1). A MOE estimada para efeito nefrotóxicos em adultos aproximou-se de 1, para a população adulta, nos adultos consumidores (consumo de 309g/dia), alimentados por peixes de água doce, portanto, este risco é considerável. Com relação à pressão sistólica, o risco é baixo (não desprezível) para os adultos. O consumo de peixes, mesmo quando abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é uma importante fonte de nutrientes essenciais à saúde humana. Observou-se uma redução significava na ingestão de contaminantes se forem cumpridos os limites legais. Logo é importante ressaltar a importância do controle e da fiscalização, para assegurar que não haja o consumo de pescados com concentração de metais acima daqueles definidos pela legislação vigente. Os limites estabelecidos na legislação vigente, RDC n° 42/2013, são uma medida importante no gerenciamento de risco. Para minimizar o impacto a saúde pela ingestão de mercúrio e chumbo, medidas adicionais de gerenciamento de risco podem ser adotadas, tais como, recomendação de consumo diário de pescados menor que 200g, para adultos, e de 50g para crianças.

A notícia da Renova afirma:

Em nota técnica, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deu parecer favorável ao consumo de peixes e crustáceos provenientes da Bacia do Rio Doce e da região costeira, desde que respeitados os limites diários de até 200 gramas de peixe para adultos e jovens acima de 10 anos(ou 1,4 kg por semana) e de até 50 gramas para crianças até 10 anos e gestantes (ou 350 gramas semanais). Esses foram

¹³⁷ Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/release/anvisa-atesta-seguranca-do-consumo-do-pescado-do-rio-doce/>>.

os parâmetros considerados seguros para o consumo, por representarem risco mínimo à saúde.

Em Nota Pública frente à notícia de liberação do consumo pela Renova, a Anvisa, em conjunto com outros órgãos (MPF, MPES, DPES, IBAMA, IEMA, AGRH e SEAG), afirmou que o uso da nota para outros fins, que não a orientação do CIF com relação às pesquisas sobre riscos à saúde humana, é inadequado. Destacaram que a nota não teria objetivo de fundamentar qualquer decisão relacionada à:

- Proibição ou liberação da atividade pesqueira nas áreas onde, atualmente, existe restrição associada à contaminação por rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.
- Proibição ou liberação do consumo de pescado das áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, pela população.
- Continuidade ou interrupção de programas socioambientais e socioeconômicos executados pela Fundação Renova no âmbito do Termo de Transação e Ajuste de Conduta (TTAC). (ANVISA, 2019, online).

Na comunidade, os atores brincavam, ainda, com relação à indicação de consumo: “então quer dizer que se comer 202g vai morrer, mas 200g tudo bem?”. Além disso, eles consideraram confuso esse processo, das notas, das notícias:

É, a Anvisa depois veio e falou: não foi isso que eu respondi. Mas depois ninguém falou mais nada sobre o assunto, então ficou a dúvida, ainda existe a dúvida. Eu posso ou não posso consumir? Ai soltaram que uma quantidade, quem não come muito peixe, come uma quantidade. (Entrevistado 14).

Vemos, então, desafios em torno das pressões sobre os efeitos de reparação e da compreensão dos resultados das pesquisas com relação aos impactos no pescado e na saúde dos atingidos. Os surfistas afirmam que feridas demoram mais para “secar”, os pescadores relatam que visualizam maior contaminação em algumas espécies, pelo seu comportamento. Os pesquisadores lançam seus resultados para a comunidade acadêmica; as notas técnicas da agência reguladora orientam sobre riscos; a empresa indica que pode consumir uma quantidade - até duzentos gramas diários para adultos e cinquenta gramas para crianças e gestantes. As incertezas continuam a repercutir efeitos no cotidiano e há um esforço de argumentação e contra-argumentação na arena para definir, ou não, o consumo de peixe enquanto problema. A leitura de que pode consumir até 200g parece ter por objetivo dar início ao processo de liberação da pesca, e os órgãos públicos respondem com a nota de esclarecimento em oposição a esse encaminhamento.

Os pesquisadores produzem dados, lançam outros olhares, narrativas e conhecimentos sobre o fenômeno, e os metais relançam as comunidades atingidas, como Regência, para outros contextos de discussão e deliberação. Nesse processo, agora, a vila

recebe olhares internacionais, como na Comissão de Direitos Humanos da ONU e interage com Nota Técnica de agências reguladoras, nacionais e internacionais. As provas no território repercutem, por exemplo, na mídia e em comissões internacionais de direitos humanos. Identificamos nesse espaço, como portadores de causa e repercussão, o MAB, que possui experiência na atuação da defesa de direitos dos atingidos, disputando a própria construção da noção de atingido (DOS SANTOS, 2015). Esses atores possuem repertórios de ação e *expertises* em torno de possíveis efeitos do desastre e contribuem para a interlocução entre as comunidades. Ainda que sejam também questionados por alguns atingidos¹³⁸, outros entendem que essa integração entre os atingidos e movimentos sociais sejam importantes. Entendemos essas questões como tentativas de atribuir sentido e trazer referências para as apreensões, combater ceticismo e minimização em torno da existência de problemas.

A repercussão desses alertas e críticas parece prejudicial para a imagem das empresas, que logo lançam notas afirmando que estavam prestando todo suporte e esclarecimentos demandados ao Estado e Justiça. Entretanto, como vimos, são lançados questionamentos também à Justiça e ao Estado, pelas relações com as mineradoras, pelos acordos, pelas decisões. Uma das provas utilizadas para evidenciar a inação do Estado em coibir crimes como esse está na recorrência, no caso de Brumadinho, além da tramitação de projetos para flexibilização de licenciamento e questionamento das investigações¹³⁹, mesmo após Mariana.

¹³⁸ Um dos entrevistados, por exemplo, questionou: “o que eles fizeram por nós?”, e no campo ouvimos também críticas ao posicionamento progressista e de esquerda.

¹³⁹ Ainda que a Ministra de Meio ambiente à época do evento tenha afirmado: “Teremos que mudar a legislação. Temos que ver se tivemos problema de segurança na barragem. Em todo acidente que acontece você revê todos os padrões de segurança. É óbvio que teremos que verificar o que está posto da atividade de mineração no país, do jeito como é feito, se a gestão do risco pode ser feita de outra maneira, se os enfrentamentos estão corretos, se são suficientes” (O GLOBO, 20 de novembro de 2015) vemos tentativas de “licenciamento flex”, “PEC da Samarco” e “licenciamento a jato” são discutidos (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018). O meio ambiente enquanto impeditivo continua sendo pauta dos governos e atores questionam os interesses de financiadores das campanhas também são colocados em questão. O deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator do novo Código de Mineração, dos projetos de lei 37/11 e 5807/2013 e outros, foi financiado por mineradoras na campanha de 2014 (SENRA, 2015), por exemplo, e teve mandado de segurança impetrado por cidadãos vinculados ao Instituto Socioambiental que pediam afastamento da relatoria por conflito de interesses, pedido negado pelo Ministro Fux (PASSARINHO, 2014). Segundo Senra (2015) novo código, para substituir o Código de 1967, recebeu comentários e contribuições no texto a partir de notebook do escritório de advogados Pinheiro Neto, que defende Vale e BHP. O repórter em reportagem à BBC afirma: “as mudanças feitas pelas máquinas do escritório vão de tópicos socioambientais a valores de multas em caso de infrações”. A discussão sobre o novo código é questionada por deputados mesmo antes do rompimento de Mariana: “Já o deputado Padre João (PT-MG) pediu cautela na tramitação e mais debate sobre o tema. Ele citou algumas preocupações que considera que perduram: “as questões ambientais; o comprometimento no abastecimento de água; o conflito com outras atividades importantes, como a da agricultura familiar; os interesses dos povos tradicionais. Não podemos achar que (a mineração) vai aumentar o PIB e é a salvação para a crise. Temos que ter responsabilidade com esta geração e, sobretudo, com as gerações futuras. O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado

Recordo-me que, no evento da CDH em Regência, um dos integrantes do MAB afirmou que era “luta pra vida toda”. Entendemos, no entanto, que alguns atores locais querem colocar um ponto final, virar a página, tendo em vista o sofrimento em todo o processo. Teriam eles esse direito? A configuração das controvérsias e a participação de *experts* e atores políticos desafiam e atravessam os meios em interação, a interação entre os atores locais.

Localmente, existem desafios à participação, já identificados por Lavalle et al. (2019) no âmbito da pesquisa da rede com o painel de opinião pública¹⁴⁰. Os autores identificam a desconfiança dos atores locais e a dificuldade de articular comunidades que já iniciaram processo de reconhecimento, com a reparação financeira (LAVALLE et al., 2019). Destaca-se, ainda, que o projeto liderado por Adrian Lavalle procurou elaborar cartilha sobre os caminhos institucionais para que os atores locais compreendam os meios para encaminhar suas demandas a exemplo da Figura 73:

Sarney Filho (PV-MA), também reclamou de artigos que, segundo ele, colocam a mineração acima dos interesses das unidades de conservação ambiental e de terras indígenas e quilombolas” (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2015). Resende e Amaral (2019, p. 58) analisaram o comportamento de deputados estaduais do Espírito Santo frente ao crime-desastre e constatam que “mais de um quarto do total das propostas apresentadas se referem a pedidos de interrupção das investigações e retorno das atividades da Samarco”. A pesquisa ainda apresenta indicativos de relação entre o comportamento de parlamentares e financiamento de campanha e nos chama atenção que: “também observamos preocupação semelhante, embora em menor intensidade, entre os deputados que não receberam recursos da empresa” (RESENDE; AMARAL, 2019, p. 58).

¹⁴⁰ Adrian Lavalle é coordenador geral do projeto ComRioComMar, proposto ao Edital CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA n° 06/2016 com título: Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo. O projeto interinstitucional - USP, UFES, IESP/UERJ, UNISINOS, CEBRAP – tem por objetivo geral implementar tecnologia social de governança participativa e analisar os padrões de governança emergentes no contexto de “conjuntura crítica” gerado pelo desastre, identificando as implicações desses padrões para as políticas de reconstrução das comunidades afetadas (especificamente nos municípios de Linhares e Colatina, no Espírito Santo). Para mais informações sobre o projeto: <<https://www.comriocommar.com.br/projeto>>.

Szwako e Machado (2019, p. 3) afirmam que o projeto [...] visou o fortalecimento das capacidades organizacionais das redes e grupos civis das populações atingidas pelo crime-desastre, buscando fortalecer sua capacidade de interação com as autoridades e corporações incumbidas de desenvolver políticas de “reparação integral” dos danos (Secretaria da Casa Civil, 2016). Para tanto, nossa rede de pesquisa definiu objetivos específicos voltados a: identificar e articular redes de lideranças locais e regionais; capacitar lideranças locais em dinâmicas participativas e através da devolutiva dos acúmulos da pesquisa; contribuir na mobilização das comunidades através da implementação de uma tecnologia social de governança participativa; bem como constituir fóruns de debates envolvendo atingidos e autoridades, capazes de colher e priorizar a contribuição dos participantes. [...] veio a se constituir no projeto de intervenção social denominado “ComRioComMar - Opinião Popular”, que articulou as atividades de coleta de preferências e prioridades locais com a capacitação de lideranças e a articulação com autoridades incumbidas de funções públicas na recuperação dos danos do desastre. Ao longo de 18 meses de atividades, este projeto atingiu 21 comunidades locais em 5 municípios, envolveu cerca de 6 mil participantes, aglutinou cerca de 13 mil votos expressando preferências e prioridades, produziu material didático para 6 oficinas de capacitação, e 6 edições de Jornais informativos com tiragem de 1500 exemplares, e organizou mais de 10 fóruns de discussão com autoridades”.

SAÚDE	
Arena de governança do desastre Sistema CIF	Arena da política pública
<ul style="list-style-type: none"> • CIF • CT Saúde: Câmara Técnica de Saúde • P 14: Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada: Atividades de apoio à saúde física e mental dos impactados e estudos epidemiológicos e toxicológico, avaliar riscos e correlações decorrentes do rompimento • Identificar e monitorar os problemas de saúde e situações de risco decorrentes do rompimento da barragem; • Definir e implementar, em conjunto com o Poder Público, ações de enfrentamento dos problemas de saúde relacionados ao rompimento da barragem 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde • Secretaria Estadual de Saúde • Secretarias Municipais de Saúde • Comissões Legislativas • Sistema de Justiça
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	
<p>1. Conselhos e conferências de saúde (nacional, estadual, municipais) 2. Comissão Locais e Regionais 3. Assessorias Técnicas 4. CT PDCS 5. Pastoral da Saúde 6. Movimentos, sindicatos, Fóruns, ONGs</p>	

Figura 73 – Quadro sobre área de saúde da cartilha ComRioComMar

Fonte: Albuquerque e Galdeano (2019, p. 6).

Estávamos em campo em um dos dias em que os pesquisadores da rede estavam em Regência, mas partiríamos naquela tarde e desencontramos. Quem lembrou sobre a reunião que aconteceria com a participação da professora Maria do Carmo, em frente ao campo, foi a irmã Ana Helena, freira que chegara pela manhã na vila e acompanhou a reunião citada acima da Comissão de Direitos Humanos da Câmara com o deputado federal Helder Salomão e a deputada estadual Iriny Lopes, ambos do Partido dos Trabalhadores. Antes da reunião, na Biblioteca do Tamar, a irmã se apresentou e gentilmente passou alguns contatos, inclusive fez questão de me apresentar ao deputado e destacou a importância de pesquisas e da escuta nas comunidades. Ela relatou o drama e o sofrimento em outras comunidades afetadas ao longo do Rio Doce, contando que desde o crime-desastre visitava essas comunidades para apoiar e dar suporte às famílias. Afirmou, ainda, que essa era uma ação quase individual, dela e de outra colega freira, e criticou o que considerava uma omissão da Igreja Católica num momento tão sensível. Nesse contexto, identificamos expectativas com relação aos atores que chegam na comunidade, ao modo como chegam e os repertórios que trazem, assim como aos atores que não chegam.

A participação de diferentes atores da arena pública do crime-desastre na produção e na repercussão dos conhecimentos sobre seus efeitos não acontece sem conflitos. Esses conflitos contribuem para avançar a fabricação das preensões sobre o crime-desastre nos meios (*milieux*) e exigem construção de caminhos e ações públicas, evidenciando a não separação entre ação e percepção destacada por Bessy e Chateauraynaud (2014) e Dewey (2011). Essas articulações com os atores para a produção das preensões permitem ir além da tutela daqueles que detêm o conhecimento e exigem um processo dialógico. No entanto, ponderamos que a vila vivencia, no período de reparação, a crise de algumas de suas lideranças e associações. As associações e lideranças criticadas parecem ter suas agendas capturadas pela agenda e narrativa da Renova. Assim, tentam seguir os caminhos da reparação delineados pela empresa, procuram construir com ela a ação, mas, à medida que os processos se “desvirtuam” e não atendem às expectativas dos moradores, são alvo de desconfiança.

Para além da crise e dos desafios de participação, consideramos que essa cobrança aos atingidos, de que se organizem, lutem, construam os caminhos, não deve atribuir a eles a culpa pelo processo, que pode ser perverso. Ao identificar as fragilidades e as possibilidades de que constituam ações, não queremos impor a eles a responsabilidade do infortúnio que lhes aflige. As conquistas dependem de suas lutas e articulações com os órgãos, mas e se eles só quiserem esquecer? É preciso refletir e garantir também sobre o direito ao esquecimento dos atingidos, ainda que tenhamos identificado que a ação pública de reparação dependa de sua integração ao processo. Voltamos, então, à questão “até que ponto eles têm esse direito?”, para trazer algumas reflexões.

Nas seções anteriores, apresentamos os silenciamentos não só daqueles que sofrem a crítica de terem sido cooptados, mas daqueles que querem “virar a página”, “tocar seus negócios”. É preciso ter sensibilidade nessa questão para apresentar as distintas tonalidades do silêncio e de quem o promove. Alguns atores parecem ler todo silenciamento como: fraqueza; falta de articulação; predomínio de interesses individuais; cooptação; dominação. É preciso, no entanto, apresentar a questão por um ângulo pragmatista: sobre o que silenciam e quais os efeitos que querem silenciar; quem silencia e por que esse ator não teria o “direito” de silenciar na esfera pública. Essa reflexão parece desafiar noções clássicas da participação e da deliberação na esfera pública. Precisamos refletir junto aos atores sobre isso, com sensibilidade. Os atores parecem cansados de serem lembrados, de oficinas, de entrevistas, de novos diagnósticos. Nesse sentido, além dos espaços de mobilização e das interações para

produzir conhecimento, compreensões e interpretações sobre o fenômeno, alguns atores simplesmente procuram “esquecer” o crime-desastre, pelo trauma.

Resgatamos o relato sobre a primeira visita à Regência em que, acompanhado dos colegas pesquisadores, uma liderança afirmou que a mídia (e os pesquisadores, assim entendemos) leva(m) seus dados, divulga(m) o desastre, e como efeito da divulgação da lama em capas de jornal, reportagens (e, por que não, artigos e teses), como consequência, as pessoas tiram Regência dos seus planos (de viagem, de vida). Poderíamos argumentar que seria um estágio de negação no luto, de não aceitação de que o Rio tenha “morrido”, ou ainda falar que esses crimes devam ser amplamente divulgados independentemente do que sentem os atores locais para que se tenham efeitos na arena pública, nas políticas públicas. No entanto, os dois parecem afastados da realidade complexa do local. Parece-nos que esse relato não significava uma interdição às pesquisas e à mídia – “não falem sobre” –, mas um “falem também de outras coisas”, “falem com”, “ajudem-nos a pensar” e reconstruir e superar a condição atual: ajam! É desse modo que trazemos aqui a provocação em torno do silêncio e do esquecimento para reflexão sobre a ação pública. O processo de desenvolvimento comunitário e do território, com os projetos de ecoturismo, ficou em suspenso e, neste sentido, se por um lado alguns atores querem lembrar, outros querem superar; se por um lado os atores apresentam a agenda da luta, outros apresentam o luto. Esses atores que querem viver suas vidas, por vezes, criticam os atores que recebem indenização ou se beneficiam do processo de reparação, afirmando que para esses “quanto pior: melhor”. Os próprios atores se dividem com relação a como interpretam a necessidade de repercutir as fragilidades locais.

Antigamente, falar pra você, antigamente eu acho que as pessoas eram mais unidas. Hoje, quando falam alguma coisa aí e tal, que vai pra comunidade, só 3-4 (três, quatro) se reúnem aí. Não dá pra entender a situação. Então o certo tem que se reunir a comunidade inteira, ó, vamos brigar aqui por essa causa aqui? É dessa forma aqui, né? Não é só 2-3 (dois, três) não e pronto, não. Então eu acho que tá um pouquinho meio desunido aí. (Entrevistado 8).

A fragilidade do “social” pelo “econômico”, como relataram alguns entrevistados, com o questionamento da organização sociopolítica local, poderia, ainda, ser interpretada como falta de resiliência do “tecido social” em lidar com a chegada de atores externos. Há, ainda, uma forte moralidade em torno da moeda e seus usos, como vimos. Inclusive algumas organizações chegaram no território, logo no início do processo de reparação, relataram alguns entrevistados, propondo a destruição desse “tecido” para reconstrução de um outro, e foram vistos como aventureiros. O Entrevistado 5, por exemplo, considerou necessário, sim, reorganizar, mas levando em conta a história local.

É, várias ONGs que vem, e aí quer, faz, tem um projeto aqui, vou fazer aquele projeto, aparece outro, faz outro projeto, aí vem [...], que vem e passa, né? Mas que não se sustentam, não ficam. Faz um trabalho, acho que o trabalho tem que ser contínuo e trabalho de continuidade assim. (Entrevistado 16).

Aos atores que sugeriram o processo de destruir para reconstruir, os atores locais questionavam: “afinal, querem reconstruir para quem?”. Argumentamos, também, que, frente ao desequilíbrio de forças com a chegada da reparação, em um território em vulnerabilidade, a chegada de atores externos precisa levar em conta os vínculos, e não os enfraquecer ainda mais. Em resposta a isso, os atores locais colocam à prova aqueles que chegam, colocam em questão as organizações e os arranjos que lá aportam. Eles se contrapõem, e essas respostas parecem ter caminhos distintos. Em sentido amplo, podem significar: desde não levarem em conta o que trazem, até se aproveitarem do que trazem para fazer valerem seus interesses. A reparação, portanto, traz efeitos para o local na interação com os dispositivos propostos pelos atores externos e legitimados na arena pública (arranjos, processos e métodos), e eles os colocam à prova a partir de suas expectativas. Aqui, não entramos no mérito das intencionalidades de atores que procuram falar em nome dos atingidos ou dos dispositivos que definem o que seja reparação sem integrá-los, porque em uma perspectiva pragmatista importam mais os efeitos, e, neste ponto, procuramos evidenciá-los.

Nessa arena, os modos de ação pública, modos estes conectados por dimensões normativo-legais e outras moralidades, possuem pouca aderência às relações sociopolíticas locais, e, por vezes, se sobrepõem às lógicas de ação dos próprios atingidos. Em meio à vulnerabilidade, alguns atores externos chegam “impondo” interesses e agendas – como no caso citado da organização que procurava “destruir para reconstruir”; dos advogados que levam procurações dos atingidos; dos órgãos do Estado que firmam acordos e definem, junto com empresas, o espaço da reparação; das mineradoras que chegam “comprando” as agendas e interesses, ao financiar e deliberar sobre projetos. Ao longo do processo de reparação, destacamos também que atores da Justiça desafiam os arranjos e sugerem caminhos de reorganização da governança. Interlocutores “de fora” procuram se tornar “representantes dos atingidos”, falar em nome deles, dos corpos e comunidades frágeis, no entanto, alguns atingidos relatam que não têm representantes. Eles questionam até as próprias lideranças locais quando entendem que elas adotam a posição de representar seus interesses.

Esses caminhos dificultam a construção de redes de atores baseadas na confiança. A urgência da necessidade de ação “acelera” processos no território sem o necessário amadurecimento, reflexão ou adaptação às realidades. Traduções, no sentido *latouriano*, são,

portanto, feita às pressas, procurando representar os interesses dos atingidos. Com isso, trazem efeitos nos espaços de produção dos dados e dos sentidos. Nessa “economia da reparação”, em que transacionam provas e dispositivos nos meios (CHATEURAYNAUD; DEABAZ, 2017), os novos Termos e instrumentos, por vezes, sequer são bem compreendidos pelos atores. Linguagem e instrumentos atuam na definição do escopo da ação e apontam para modos de agir. A “crise de representatividade” e a desconfiança nos dispositivos, na medida que não trazem resultados esperados, frustra os atores e gera insatisfação com relação à reparação e sua governança. No repertório normativo (DODIER; BARBOT, 2017) identificamos, por exemplo: “eles estão lucrando com isso” e “a justiça não é pra pobre”. A primeira coloca a prova o uso de recursos e o segundo questiona todo o processo e desigualdade em torno das assimetrias de poder na ação pública.

Não basta, portanto, listar atores, ideias, desvelar interesses e intenções da política reparatória, é necessário problematizar os dispositivos e instrumentos, a rede de relações e efeitos que estabelecem no território, os pesos e as moralidades em torno deles nas comunidades, o que fazem emergir e o que invisibilizam. Nessa arena, os atores precisam aprender a lutar frente à agenda de reparação que é trazida para o território com peso institucional, mas sem aderência aos meios (*milieux*). Há engajamento pessoal e mobilização coletiva para formar experiência do mundo (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011).

Os atores locais, os atingidos, também são postos à prova no processo, seja para se provarem enquanto atingidos, seja para se provarem enquanto capazes de construir a reparação. A construção de instrumentos “dialógicos” de reparação, que não dialogam com os atingidos e os colocam numa posição de beneficiários (ou de clientes) de uma política, exige que desenvolvam repertórios de ação dentro das associações existentes, na interação com atores e organizações públicas já presentes nos meios (*milieux*) e daquelas que se aproximam pelo evento, para a criação de novos movimentos e coletivos. Os posicionamentos são distintos: protestam; assinam cartas endereçadas ao CIF; reúnem-se com atores da Justiça, órgãos públicos e movimentos sociais; sentam-se à mesa com a Fundação Renova e aceitam recursos; recorrem ao Tamar e à REBIO para levar suas queixas; aliam-se a movimentos e integram redes, como a Aliança Rio Doce.

Aliança e Regenera Rio Doce se manifestaram com relação às múltiplas formas como o desastre se espalha e aumenta, motivo pelo qual consideram que “não podemos esquecer” e utilizam *hashtags* como forma de protesto:

Não tem essa de tem pouco ou muito metal pesado no Rio, a verdade é que eles não deveriam estar lá. Agora, os metais se espalham através não só da água, mas dos peixes, dos pássaros que dela bebem, das sementes que plantam, nas plantas que dali

brotam... Esta tudo conectado e cada vez mais o número de atingidos umenta. Por isso, não podemos esquecer este crime, não podemos esquecer que somos todos atingidos!

#crimequeserenova #valenada #mardelama #cacimbademagoa #crimeecologico #ecocidio #chegademineração #aliancariodoce (ALIANÇA RIO DOCE, 2019).

Destacamos também uma diversidade de atores organizados no processo. Em um encontro sobre comunicação, que incluiu movimentos sociais e organizações da sociedade civil atuantes ao longo do Rio Doce, assistências técnicas, Cáritas, fóruns regionais e grupos de pesquisa e extensão de universidades e institutos federais, vemos conectados:

Encontro de Comunicação: conectados pela regeneração do Rio Doce contou com representantes dos seguintes grupos e organizações: Cáritas Regional Minas Gerais; Jornal A Sirene; GESTA/UFMG; AEDAS; Comissão de Saúde de Barra Longa; Comissão de Atingidos de Barra Longa; Projeto Semeando Agroecologia no Rio Doce; Núcleo de Agroecologia NAGÔ; Projeto Comunicação Popular em Defesa do Rio Doce (UFJF-GV); Ecovida São Miguel Coletivo de Permacultura; Farmacologia Verde; Guerreiras das Águas de Baixo Guandu; Escola de Vila Regência; Mar de Rejeitos; Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); IFMG Ponte Nova; ORGANON/UFES; GEPEDES/UFES; Grupo de Pesquisa Ambientes e Sociedades/UFES; Projeto Tamar/Nativos de Regência; Artistas Naif de Vila Regência; Aliança Rio Doce; Regenera Rio Doce; Coletivo Ceramística; Rádio Solta Sapó; Projeto Monumento de Amor ao Rio Doce; Projeto Canoa Havaiana; Fórum SOS Colatina; Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce; Fórum Permanente da Bacia do Rio Doce; WikiRioDoce e Memória Fotografia. (CÁRITAS, 2018, online).

Os atores locais, por vezes, se vinculam a diversas organizações e ações. Os grupos e movimentos interagindo aprendem e desenvolvem estratégias de atuação distintas, vão se aproximando e desenhando ações, respostas e futuros. Reflexão e ação estão em movimento.

Então toda a nossa reflexão – eu sempre falo nossa porque eu tô vinculado a várias instituições, tipo, tô na ASR Surf de Regência, agora tô no movimento da feira, da feirinha da vila, eu sou coletivo à Aliança Rio Doce, né, tipo o movimento Regenera Rio Doce, então quando eu falo nós, assim, uma hora é um, outra hora é outro, né? E, tipo é minha, a manifestação de todos esses coletivos na minha pessoa. [...] É, por ser militante, por ter uma leitura política do processo, por ter essa habilidade afetiva muito grande de trabalhar a partir das sensações, daquilo que tá entre os humanos, então ela consegue mobilizar, sabe? Ela consegue acessar outros níveis de intimidade, que aí implica em níveis de confiança, né? Criando confiança a gente consegue essa [...] às vezes, se você tá sozinho, mas você não tá sozinho, você tá indo lá falar, mas tipo, se precisar, as pessoas se manifestam, né? Então ela tá vindo pra poder ajudar aí nessa parte e é isso. (Entrevistado 21).

Essa noção de como incorporam os coletivos traz um pouco de cada espaço de interlocução e diálogo e evidencia a produção de preensões nesses espaços. Os “dados” encaminham para ações públicas, os sentidos também. O Entrevistado 21, ao empreender uma reflexão sobre as ações desenvolvidas, faz um balanço sobre os movimentos sociais e apresenta a necessidade da força individual para “bater de frente”:

Ah, pra movimento social, bicho, a parada é a seguinte: a galera tem sangue nos olhos, tem uma espada na mão, cara, mas tem muita tristeza, angústia, que não cuida. Então assim, essa luta política é uma luta muito perversa, que provoca muitos danos que não tá no plano físico, e aí o plano espiritual, o plano energético tá ferrado, o plano emocional tá ferrado e, tipo, você vira presa fácil. Então assim, eu acho que nesse movimento, o movimento do militante tem que ser – do militante forte, né? – olhar pra dentro de si, pra ver como é que tá, o que que tá acontecendo, cuidar de si, se fortalecer. E o indivíduo fortalecido, ele ajuda outro indivíduo. (Entrevistado 21).

Nem todos os atores da comunidade, no entanto, estão dispostos a “bater de frente”. O Entrevistado 21 citou quatro nomes de atores-chave no local nesse enfrentamento. Eles representam os projetos, personificam organizações e movimentos sociais. Essa ação de enfrentamento tem seus custos pessoais, familiares. Dois dos entrevistados, que foram citados na lista de atores-chave da luta, relataram dilemas familiares pela ausência, as perguntas que recebiam e que, logo, também se faziam: “será que vale a pena tudo isso?”. Ouvimos também relatos de um pai que se emocionou ao contar a depressão do filho, que militou desde o início do crime-desastre. Contava como se o filho estivesse carregando um fardo pesado demais e fosse preciso cuidar de sua vida. Presenciamos, ainda, o choro, a emoção e a apreensão de servidores públicos que foram listados como atores-chave da “articulação” da ação pública. Ao relatarem os eventos, refletiam sobre suas ações, por vezes, se sentiam impotentes, por vezes se sentiam orgulhosos do quanto lutaram e do quanto as conquistas dependeram dessa luta. É preciso refletir, então, sobre o “custo pessoal” da ação pública dos atores.

Ainda que a comunidade tenha o histórico da ação coletiva, nem todos os atores locais participam. No comércio, encontramos atores desconfiados com os movimentos: “afinal, o que ganham com isso?”. Eles desconfiam de interesses econômicos, político-partidários. Outros atores justificam que não querem se expor e se indispor na comunidade e que o enfrentamento levaria a isso.

Não, não gosto de participar de associações. E quando você participa de uma associação, às vezes tem que tomar opiniões, entendeu? Inclusive, já me chamaram pra ser presidente e essas coisas, só que eu falei que eu não tenho interesse por isso, porque eu não quero ter opinião, não quero bater de frente com ninguém, entendeu? (Entrevistado 11).

Os atores à frente das ações de enfrentamento entendem que um dos desafios está relacionado a serem sempre os mesmos, o que amplifica os custos individuais. O Entrevistado 21 destacou, então, que mudam o escopo da ação ao longo do processo e destacou o “cuidado de si”, as pequenas ações, as ações pontuais. Eles sugerem, então, caminhos para a ação e se organizam em torno de linhas de ação.

Cara, eu não sei, mas mais uma, tipo, aquela sensação de vamos salvar o mundo e tal, vamos resolver o problema, vamos limpar o Rio Doce, vamos juntar as comunidades todas e tal. Sendo que a gente não tava, a gente tava tudo lascado, todo mundo detonado por consequência do rompimento em cada um. Então como é que uma pessoa doente não consegue cuidar de si, vai cuidar do outro? [...] Então a gente parou de pensar quantidade, então eu falei, ‘a gente tem que pensar pequenas ações’, a gente não tinha dinheiro nem nada, todo mundo, praticamente [...] Mas essa questão de mudar a visão de escala de ação foi fundamental, primeiro, pra gente não enlouquecer, que a gente tava ficando doido, né? Então tem uma rede de cuidados, existe uma rede de afeto que é a rede Regenera Rio Doce, e ela é muito diversificada, com todo o tipo de atores. Tipo, a galera da saúde, a galera da luta política, a galera da agroecologia, né? Como tem resposta pra tudo. E quando a gente chama, a galera, a rede Regenera Rio Doce é uma mensagem que as pessoas ouvem, tipo, ‘a Regenera Rio Doce, vou lá ver o que que é, porque esse chamado tá [...] o chamado tá claro’. Então a gente consegue fazer essas [...], trazer essas respostas. Fazer esse convite e trazer essas respostas, não, essas reflexões que aí cada um, na sua possibilidade, vai dando a resposta ou não. Então é mais ou menos assim que a gente tá trabalhando. (Entrevistado 21).

Entendemos essa “mudança de escala” como uma interação entre o pessoal, o íntimo, e o coletivo, na arena. Consideramos necessário, desse modo, levar em conta, refletindo com os autores de nossa base teórica, que não se trata de fragmentar a experiência (DEWEY, 1974) ou dar ênfase a uma escala específica (micro, meso, macro), mas levar em conta esse “jogo de escalas” (REVEL, 1996) a partir das relações (DÉPELTEAU, 2018). Os esforços na interação com os dispositivos de reparação (TTAC, Renova) se sentem na arena e na dimensão mais íntima, com questionamento da família e dos pares (“será que vale a pena? o que você ganha com isso?”). Essas dinâmicas, do enfrentamento coletivo em rede ao cuidado de si, da luta ao afeto, mostram as “adaptações” e os efeitos da ação pública nos portadores de causa (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017).

Vimos, até aqui, redes de atores e ações em torno da produção de dados e conhecimento sobre o crime-desastre e seus efeitos; ações e lutas em torno do processo de reparação, que passam pelo enfrentamento e pelo cuidado de si. Esses processos são marcados por silêncio e emoções, como vimos em Fonseca e Maricato (2013) e pelo trauma, como vimos em Fassin e Rechtman (2009). Há uma forte carga dramática em torno das questões que tocam o território. Em interação com os dispositivos de reparação (TTAC e Renova), os atores desenvolvem articulações para agir, com pesquisadores, com servidores públicos locais, com atores da Justiça. Eles lutam e se engajam, e também se cansam e refletem sobre os cuidados consigo e com a comunidade. Eles procuram construir caminhos e saídas para os dilemas que enfrentam, e esses caminhos integram a experiência de serem atingidos. Essa abertura a uma ampla variedade de interpretações (e ações), mobilizadas para lidar com as aberturas em situações de ruptura, para Chateauraynaud e Debaz (2021), é uma das

características e contribuições do pragmatismo para o estudo de desastres, quando as preensões “deslizam” e perde-se o “controle” sobre “o mundo”.

Ao longo da tese, descrevemos as interações dos atores frente aos dispositivos e a proposição de outros dispositivos, projetos e protocolos, comissões e redes. Nesta seção, ao relatar a ação pública na trajetória da reparação, entendemos que os atores locais agem dentro e fora de um espaço delimitado pelos dispositivos oficiais da reparação, que enfatizam a compensação. Os atores constroem, nas transações com redes de atores e os meios, **reconfigurações** do processo a partir de experimentações. Escolhemos chamar, aqui, de reconfiguração para evitar um rótulo da reparação, capturado pelos dispositivos oficiais. Trata-se apenas de um recurso para evidenciar nuances, uma bifurcação do processo, a partir das ações em distintos graus de formalização, com objetivos mais ou menos definidos, mas com a finalidade de tomar (*to grip*) o processo de reconstrução de seus modos de vidas.

4.4.3 A experimentação, os futuros e os desafios da ação

Essas dinâmicas no campo apontam para a **experimentação** dos processos de reparação. Entendemos que a política de reparação oficial se afasta da experimentação. Como vimos em Zask (2010, p. 11), “parece que ela reivindica mais a princípios fechados e atos eficazes, não as hipóteses, tentativa e erro e progresso passo a passo, sem falar em questionamentos, erros e equívocos”. No campo, no entanto, os atores experienciam e experimentam. Eles avançam na luta, e retornam para cuidar de si. Eles enfrentam e eles cuidam, procurando a justa medida nos momentos específicos, as janelas para lançarem os alertas, mas, sobretudo, eles enfatizam a necessidade de trazer respostas, de construir caminhos que façam sentido aos atingidos, para que as pessoas entendam suas mensagens. Essas ações passam pelas “pequenas ações” com resultados, da elaboração de perguntas às tentativas de respondê-las. Eles lançam os alertas e procuram as respostas com os pares e atores da conservação, com os pesquisadores e movimentos sociais, com a interação em redes ao longo do Rio Doce.

A experiência de ser atingido exige resposta dos atores na arena pública (dos Estados e das empresas, dos atores da conservação, dos órgãos públicos, dos pesquisadores, dos atores da Justiça, dos militantes, dos movimentos sociais, das lideranças tradicionais). Se por um lado alguns desses atores empreendem ações que parecem tentativas de modelizar as respostas como experimentos, que até podem agradar certos atingidos, por outro lado, ao longo do processo, a resposta precisa ser dialogada e co-construída integrando os atores locais em um

processo de **experimentação da ação pública**, de tentativa e erro, passo a passo. Destacamos, nesse sentido, as primeiras ações de coordenação da ação com a atuação de atores da conservação integrando atores públicos e privados para construir respostas na preparação do território. Se por um lado a ação das boias não gerou os resultados esperados com relação à proteção ambiental, protegeu os pescadores locais da perda de renda. O Entrevistado 10, por exemplo, afirmou que todo esse processo de “fragilização” no território também uniu mais as lideranças e os órgãos públicos “numa irmandade”. Com os dispositivos criados através de Termos de Ajustamento de Conduta, a coordenação da ação de reparação no território é captura dos meios (*milieux*) e passa a ser definida em um sistema de governança, que, problematicamente, não incluiu os atingidos na deliberação. Em contrapartida, os atores locais resgatam a “irmandade”, as parcerias, para fazer valerem seus interesses e coordenar a ação pública.

Ao tentarem agir “dentro do dispositivo” para serem reconhecidos, eles se veem capturados pela linguagem, pelas cláusulas, pelos formulários, pelos espaços de cálculo. O processo de captura, como mostra Chateauraynaud (2016), atua nas preensões sobre o processo. Nesse espaço, eles entendem que os representantes não os representam e que as ações de reparação pouco reparam. Ouvimos, por exemplo, que o “crime compensa”, como uma crítica à redução do processo à compensação, mas sem questionar o direito à compensação. Para ultrapassarem as fronteiras estabelecidas, os atores dependem também de esforços institucionais (de atores da conservação e da Justiça) para fazer valerem seus direitos dentro do dispositivo. No entanto, ouvimos, desses mesmos atores, que eles fizeram o que era possível dentro do que fora definido anteriormente pelos Termos. Além de atuarem nesse espaço que chamaremos institucional, as parcerias ajudam a criar e desenvolver projetos comuns, sugerir temas que problematizam e tornam públicos problemas locais mesmo que não estejam contemplados no espaço “do possível”. Os atores entendem que nesse espaço, os responsáveis por implementar a reparação – empresas, Fundação Renova e as empresas contratadas que lhes fazem as vezes – parecem muito interessados na propaganda, em blindar e melhorar a imagem da empresa, uma “reparação para inglês ver”¹⁴¹.

¹⁴¹ Em 11 maio de 2021 Ministérios Públicos e Defensorias Públicas, na ACP n. 1023835-46.2021.4.01.3800, acusam a Fundação Renova e mineradoras (Samarco, Vale e BHP) de gastarem 17,4 milhões de reais em ações de propaganda no ano de “aniversário” de 5 anos do crime-desastre e destaca que foram: “Ao todo, foram 861 inserções pagas em emissoras de TV de alto alcance nacional (114 inserções de vídeo na TV Globo MG/ES; 114 na TV Record MG/ES; 102 na TV SBT MG/ES; 114 na TV Band MG/ES; 102 na TV Rede TV MG/ES; 126 na TV Globo News; 63 na TV Record News; 63 na TV Band News e; 63 na TV CNN) e 756 inserções pagas às

Nesse sentido, instrumentos e metodologias pouco adaptados às realidades das comunidades constroem a reparação e são até aceitos publicamente (pela justiça e por atores econômicos), mas parecem pouco aderentes às realidades locais; há uma incomensurabilidade no processo. Isso fica evidente desde o momento em que não levam em conta os atingidos nas tomadas de decisão dos dispositivos. Os atores não parecem ser vistos como sujeitos de direitos capazes de decidirem sobre a implementação, e os conhecimentos “de fora”, as estratégias e ações “de fora” sem validação no território, podem desestruturar, ou melhor, desequilibrar os sistemas sociopolíticos até então existentes nas comunidades. E, ainda, no processo de produção da justiça, no sentido apresentado por Rifiotis (2014), há um ganho normativo que invisibiliza a dimensão vivencial dos sujeitos. Os atingidos precisam se provar pelos documentos, mas a construção de dispositivos e decisões exigem certezas (ou nexos causais) com relação às consequências ecológicas e na saúde dos atingidos em um processo em andamento. Por meio das “provas aceitas”, parecem dificultar o acesso à Justiça do mesmo modo descrito por Das (1995). A construção da reparação depende, portanto, de ações e de engajamentos de ecologistas, atingidos, cientistas e poder público, como também mostrou Centemeri (2011).

Procuramos, então, levar em conta a observação de Fonseca e Maricato (2013, 270) de olhar para “os instrumentos administrativos e institucionais que direcionam discursos”, mas também para “significados e emoções atribuídos pelos atores quanto a esses discursos”. Pela alta carga de dramaticidade, os atores se emocionam ao relatarem a injustiça, a impotência presente e incertezas futuras, mas também ao falarem de sua força e de sua articulação. Em oposição a esse processo de invisibilização, os atores citam a “irmandade” entre lideranças e órgãos públicos no local, destacam a existência de uma rede de atingidos na criação de movimentos e coletivos para empreender ações e trazer respostas conjuntas. Eles mobilizam suas redes e engendram seus próprios dispositivos, para além do dispositivo

emissoras de rádio (84 inserções na Rádio Itatiaia FM; 84 na Rádio CBN FM/BH; 84 na Rádio Alvorada FM; 84 na Rádio CDL FM; 84 na Rádio BAND FM/BH; 84 na Rádio CBN FM/Vitória; 84 na Rádio Gazeta FM; 84 na Rádio Tribuna FM e; 84 na Rádio Band FM/Vitória) enaltecendo os resultados da reparação e promovendo informações imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas acerca do restabelecimento de uma “normalidade” inexistente acerca de temas como a “qualidade da água e ambiente aquático”, “recuperação de nascentes e bioengenharia”, “recuperação econômica”, “indenização”, “reassentamento e infraestrutura”, “concentração de rejeitos”. Afora a gravidade da desinformação produzida, muitas das quais contrariam estudos e laudos periciais produzidos ao longo do processo de reparação, o investimento publicitário realizado teve o claro propósito de promover a imagem da Fundação, desviando recursos que deveriam ser utilizados para atendimento aos atingidos, o que é absurdo, especialmente quando é observado que, nos termos do art. 6º de seu Estatuto Social”. Para maiores informações: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/fundacao-renova-samarco-indenizacao-84-milhoes-propaganda-enganosa/>>.

oficial; empreendem um processo de coordenação dessa ação pública local; defendem dispositivos baseados no afeto. Não queremos com isso apresentar dois “caminhos da ação” como se tivessem o mesmo peso, financeiro ou institucional. Queremos dar visibilidade às nuances, daquilo que faz agir e tem efeitos nos modos de vida, que alerta e altera os dispositivos oficiais, mas, sobretudo, que procura reconfigurar a agenda e as ações públicas no território. Se reparar está atrelado ao olhar para o estado anterior, reconfigurar é olhar para o futuro.

Entendemos, ademais, que nesse processo de reconfiguração, os atores disputam os sentidos da reparação, problematizam os dispositivos oficiais da reparação e trazem a preocupação com os seus futuros. Os atores locais refletem, ainda, sobre o amanhã sem a compensação. Alguns entendem que a regeneração só acontecerá nesse futuro, sem a presença da Fundação e dos interesses e lógicas que ela traz: “Porque uma hora essa empresa vai embora, e essas pessoas oportunistas, elas vão embora junto, quem ficar, vai ficar porque ama isso aqui, e aí eu acredito que vai começar o verdadeiro processo de regeneração, entende?” (Entrevistado 20). Quando falam sobre futuro, eles refletem, ainda, sobre a revitalização da vila; temem pelos desafios para as políticas públicas, pelas consequências das ações de compensação implementadas na comunidade; apresentam dúvidas, mas também projetos.

Os atores da conservação, por exemplo, entendem que esse processo de reparação do crime-desastre deve, pelo menos, deixar um legado para a comunidade. Citam o Centro de Ciências no TREG e a Unidade de Conservação para compor o mosaico da Foz do Rio Doce, já prevista no TTAC. No Quadro 4, trazemos algumas dessas falas sobre futuro.

Quadro 4 – Perspectivas de futuro

<p>Revitalização da vila, saneamento e turismo</p>	<p>Ó, nós temos o projeto de revitalização da vila, que ali onde cê viu, tem a cúpula do Farol, até, vai ser uma praça, com academia, com todo paisagismo, é, com churrasqueira, pista de skate, vai ficar bom o negócio, esse é um dos projetos. Vai ter o esgoto, que nós não temos saneamento, vai ser feito saneamento, tem um portal pra ser feito na entrada da vila, a proposta de botar o portal não é ter só o portal, mas ter pessoas lá pra recepcionar [...] com folderzinho pra explicar o que é o que e onde fazer o quê. Então, tem várias situações, aqui na praia ter uma passarela que vai até a foz do Rio Doce pra acessibilidade. Não posso tomar banho, mas vou lá ver, à tarde ver o pôr do sol lá, pessoas com cadeiras de rodas (Entrevista 7)</p>
<p>Futuro como situação de prova para Estado e comunidades</p>	<p>Do ponto de vista da política pública, temo ainda mais. Porque, o que percebo é que, num dado momento, quando a Fundação Renova sair, muita coisa ainda vai estar, ainda vai estar como consequência e que vai ficar nas costas do Estado, ou seja, vai ficar na conta da própria população, né? Então assim, temo muito pelo futuro assim. Espero que a capacidade de resiliência das comunidades seja muito boa no sentido de se apropriar daquilo que tão conseguindo, do mínimo que seja, pra conseguir caminhar com as próprias pernas e, o que me entristece, é que diante de toda essa tragédia e dessas famílias que foram atingidas, o oportunismo tem tomado conta desses</p>

	territórios e tem fragilizado, tem quebrado esses laços da comunidade que eram muito fortes (Entrevista 15)
Demanda por planejamento e reflexões sobre as consequências da compensação (asfalto)	Essas coisas, o que vai ficar pro futuro, o que que vai acontecer a longo prazo? Pra agora tá bom, agora, pra quem quer enxergar um pouco mais além, eu acho que [...]. E aí vem o desenvolvimento, o asfalto, mas até pro asfalto, que eu acho que tem que ter mesmo, você tem que ter um planejamento, porque isso também vai refletir em mudança na vila. A vila está preparada pra receber o que vai acontecer? Porque você vai facilitar o acesso de todos, então vão vir boas coisas, mas também vão vir coisas ruins. E aí se não tiver um posto policial? Vai acontecer e você tem que ter [...]. Vai ter um asfalto, mas aí a vila tá preparada? Está se preparando pra isso? O que que tá gerando emprego em Regência? (Entrevista 16)
Crítica à falta de perspectiva de longo prazo endereçada a atores públicos	Nem a municipalidade nem o estado tão pensando muito à frente, então [...]. Cara, nós temos que pensar daqui, no mínimo, 3 anos. De 3 anos pra frente. Então como vai ser quando acabar os cartões? <u>Como é que vai ficar</u> a questão de saúde, de contaminação? Então, principalmente, essa questão de empregabilidade, geração de trabalho e renda, entendeu? A tendência é da coisa piorar cada vez mais, até mesmo porque as ações de mitigação e de, né, disso, não tão muito grandes, entendeu? (Entrevista 5) É. Então todo uma, são umas questões que podem tá vindo, né, num futuro realmente próximo, que a gente, eu, sinceramente, eu não vejo, assim, o município preparado para assimilar tudo isso que tá por vim, não, quando tudo isso, de fato, cessar. (Entrevista 12)
Criação da Unidade de Conservação	A ideia é que essa [...] deixe legados. Não vem com dinheirinho pingadinho que vai sustentar um tempo, não, tem que ser algo estruturado, grande, tal. E a criação desta unidade está no acordo. Está no TTAC que a Renova tem que elaborar e implementar o plano de manejo. Significa tudo, além de construir a sede. Como nós tamo querendo construir a sede pela Petrobras, nós vamos pedir ao CIF, que com o recurso de construção da sede se transforme num fundo de sustentabilidade da unidade. Então sei lá quanto ia gastar, 2-3-4-5-6-10 milhões, não sei, tudo vai ser calculado, isso vai pro fundo de rendimento, e só usar o rendimento para manter a unidade, com o fundo permanente. Esse é nosso projeto, nosso conceito (Entrevista 10)

Fonte: elaborado pelo autor.

A reflexão sobre futuro adentra as preocupações dos atores sobre o que a vila está “se tornando”. Destacamos as experimentações como modo de construir esse futuro. Além do dispositivo de regeneração já citado, destacamos, especialmente, o dispositivo da conservação proposto pelos atores na busca por ações no território que possam deixar legados, que possam garantir governança sobre os meios (*milieux*), que poderá viabilizar mais ações para conservação.

Se por um lado a reparação parece enfatizar o curto prazo na compensação e até quitação geral, os atores locais contra-argumentam que não “estão quites”¹⁴² em manifestações¹⁴³:

¹⁴² A quitação geral foi uma das controvérsias identificadas. Nas entrevistas, defensor público e advogado de alguns pescadores, declararam que os processos e os formulários foram utilizados de modo perverso e feriam os direitos das vítimas especialmente nas mesas de negociação para indenização, porque coletavam materiais

Em carta lançada durante a manifestação, entidades como associações de moradores, sindicatos, colônias e associações de pesca mandam um recado claro às instituições envolvidas na reparação, aos entes federativos e aos homens públicos que estão à frente de todo esse processo: **não, nós estamos quites!** As empresas não ouvirem as vítimas no processo decisório da reparação é o atestado de incompetência do Estado brasileiro em fazer justiça quando grandes interesses atropelam pequenas

ou colocavam condições aos atingidos, que muitas vezes não entendem os termos e agiam na boa-fé ou no desespero para receber. A “quitação geral” consistia em abrir mão de outros direitos, de “encerrar a questão”, ao assinar os acordos de indenização firmados, mediante aceite de cláusulas em que os atingidos renunciariam a ações futuras. Ou ainda, atingidos que aceitavam valores muito inferiores ao negociarem sozinhos com a equipe da Fundação. “Por exemplo, a gente começa a se especializar no programa de indenização, começa a entender quais são os objetivos, a metodologia e começa a diagnosticar que tinha lacunas e inseguranças muito grandes. Não sei se você já ouviu falar da questão da quitação geral? A quitação geral é um exemplo de problema do programa de indenização. Só o ano passado a gente conseguiu reverter isso. Mas, a Renova queria que o atingido fosse negociar e falava assim “Danilo, você teve prejuízo com A e com B, eu vou te pagar A, você vai abrir mão de B” – que é a quitação em geral” (Entrevistado 3). Em documento do Grupo Interdefensorial do Rio Doce, os Defensores Públicos da União e do Estado do Espírito Santo, solicitam “suspensão imediata dos efeitos da cláusula de quitação ampla geral e irrestrita prevista no Programa de Indenização Mediada da Fundação Renova referente aos danos gerais, no Estado do Espírito Santo” (GIRD, 2017, p. 38). Além de parecer jurídico e apoio de advogado e defensoria pública, atores ao longo do processo também defenderam assessorias técnicas independentes aos atingidos e relatórios técnicos de consultorias específicas para contrapor os materiais gerados “pela” ou “para” a Renova, para atuarem em prol dos atingidos. O processo exige uma especialização e acompanhamento de perto de profissionais de diferentes áreas, tendo em vista a amplitude das cláusulas e projetos.

¹⁴³ Conteúdo da carta: Nós, atingidos e atingidas de toda a bacia do Rio Doce e litoral capixaba, somos pescadores e pescadoras tradicionais do rio, do mar e do mangue, marisqueiras. Somos trabalhadores da cadeia de apoio da pesca, comerciantes, pousadeiros e surfistas. Somos ribeirinhos e agricultores familiares e artesãos. Somos povos tradicionais, indígenas e quilombolas, assentados da reforma agrária, moradores das comunidades atingidas. Nós somos homens e mulheres, idosos e crianças que tivemos nossos sonhos e projetos de vida interrompidos há cinco anos, pelo crime das mineradoras Vale, Samarco e BHP. Estamos hoje, dia 5 de novembro de 2020, em Regência (ES), reunidos na foz do rio Doce, para dizer às empresas criminosas: Nossas vidas não têm preço! Não daremos quitação geral as empresas! Não estamos quites deste crime! Não tivemos de volta nossas vidas, nosso rio, nosso trabalho, nossa renda, nosso lazer, nossa autonomia, nossos sonhos, nem sequer as nossas casas foram concluídas em Mariana e Barra longa, nos três reassentamentos propostos. Somos seres humanos e não mercadoria, não estamos a venda, sem reparação não haverá quitação. Temos direito a ter voz e vez nas decisões. Estamos cansados de ter nossos destinos colocados à mercê de empresas, políticos e juizes, poderosos e donos desse sistema, que rouba nossos direitos à luz do dia sem nenhum pudor, e nos afundam cada vez mais nessa lama tóxica de interesses privados. Nossos saberes tradicionais e populares, o nosso conhecimento acumulado por meio de gerações sobre nossos territórios e nossos modos de vida deve ser levado em conta. Já estávamos nos territórios antes da lama chegar. Estaremos aqui, e a nossa descendência estará por gerações nos mesmos territórios, mesmo após a Fundação Renova e os governantes que hoje estão à frente da reparação. Não permitiremos mais que as nossas vidas sejam resolvidas entre quatro paredes pelas criminosas e seus cúmplices. A solução do problema vira de nós, atingidos e atingidas, povo unido e organizado. A verdadeira participação popular virá das ruas, das praias, das escolas, das beiradas de rios e mangues, das vilas e das comunidades atingidas. Virá do povo atingido, em seu espaço de vivência, de afeto e de luta. E por fim, não abriremos mão de nossa saúde e bem-estar. Além das 19 vidas e do aborto em Bento Rodrigues, muitas outras vidas foram perdidas nesses cinco anos. Vidas que se foram, e vidas que nunca mais serão as mesmas. Queremos de volta nossa água, nosso rio, nossas praias, nosso lazer e nosso alimento. Aqui está o povo que sempre trabalhou duro para ter o que comer, e sempre produziu alimento saudável para as nossas famílias e comunidades. Não pedimos para ser atingidos por esse crime, mas agora que fomos, seremos de cabeça erguida e com a certeza de que estamos do lado certo da história. É hora de o Brasil dar um basta a essas empresas que se orgulham de recordes seguidos de lucro – enquanto negam ao povo humilde a justa reparação aos danos causados aos nossos territórios, aos nossos corpos e as nossas vidas. Vale, Samarco e BHP, se preparem, pois estamos aqui para dizer em alto e bom som: saímos do luto, e os próximos cinco anos serão de muita luta! Do Rio ao Mar, não irão nos calar! Águas para Vida, Não para Morte! (MAB, 2020c).

comunidades. Por outro lado, são as comunidades que terão que lidar, por gerações, com os impactos do crime cometido. E estão dispostas a fazer de tudo para terem sua voz finalmente ouvida. (MAB, 2020b, online, grifo do autor).

A reconfiguração lança olhares para o futuro, pelas consequências do crime-desastre e da própria reparação. Os atores buscam governança sobre esse curso de ação pública presente, e também futura. Enquanto eles experimentam e refletem sobre esse futuro, vemos que os atores da reparação como “experimento”, até 2019 em relatório da Ramboll (2019), tinham escopos de ação definidos e aprovados pelo CIF para apenas 12 projetos. Como pensar a reparação como experimento sem ter clareza do escopo? Como estabelecer o escopo sem ter clareza dos meios? Essas questões ficam como aprendizagem para a ação pública. Os atores ainda relatam que as reuniões no CIF reverberam mais em discussões para definição do escopo da ação e pouco se avançou na agenda de implementação das ações e avaliação das ações com a Fundação Renova. Ou seja, continuam discutindo termos, e os atingidos são integrados como “cobaias” nos seus instrumentos, mais do que atores, quando as ações são empreendidas “sobre” eles e não “com” eles.

Uma das disputas que presenciamos numa reunião da CTOS em 2020, por exemplo, colocava em questão a definição de vulnerabilidade e de sua causa, quase como: “de quem é essa vulnerabilidade?”. Essa pergunta evidencia uma situação de “empurra-empurra”, um jogo da culpa (HOOD, 2011), para atribuir o responsável/culpado pela vulnerabilidade das vítimas. Parecem querer medir a vulnerabilidade anterior ao evento e a vulnerabilidade atual para estabelecer de quem é a responsabilidade do “gap”. Afinal, seria do Estado em sua ausência na implementação das políticas no local ou da Renova, que fazendo as vezes das empresas mineradoras, tarda em reparar o crime-desastre? Enquanto a Renova afirma que a vulnerabilidade já existia e era anterior à sua chegada, atores do Estado afirmam que ela foi ampliada com o desastre, contra-argumento que recebe a tréplica: “mas ampliou quanto?”. Esse cálculo parece estar “ancorado” na noção de reparação delimitada pelo TTAC (2016) de retorno a um estado “anterior ao evento”. Quando essa questão surgiu na reunião, a consultora da Ramboll, para o Ministério Público, posicionou-se no sentido de que esse ônus, até decidirem de “quem era”, não poderia ficar para o atingido. Dito de outro modo, enquanto disputam as responsabilidades, a “batata-quente” está queimando na mão do atingido.

Nesse momento da reunião, refletíamos se essa tensão seria um sinal de que a pauta seria judicializada em torno do “nexo causal”¹⁴⁴, tão citado em campo pelos atores, ou se contratariam mais uma consultoria para produzir mais “provas”, outra questão que os atingidos já pareciam não suportar: mais diagnósticos e pouca ação. Não participamos das reuniões seguintes, mas optamos por trazer esse fragmento de caso para refletir sobre as tensões em torno das leituras sobre o TTAC. Enquanto isso, os atores locais buscam outras perspectivas de passado, lemos em suas camisetas que Congo é resistência, e eles parecem refletir sobre como ampliar o escopo para dar conta das consequências futuras, na saúde, por exemplo.

O “legado” não pode ser apenas rejeito, e eles fazem emergirem projetos e ações com perspectivas de “abrir o futuro”, para engendrar ações além das “paliativas”, relativas às indenizações individuais e financeiras. Assumimos que os atores na arena pública disputam não só a definição dos problemas públicos e das soluções, mas também da governança da ação pública, com objetivo de responderem aos desafios da reparação. É a própria “coisa pública” e o “bem público” que se deslocam do Estado para os públicos. Argumentamos, inspirados em Centemeri (2015), que os sentidos dos efeitos na vila de Regência guardam as peculiaridades do engajamento com o meio. Os meios (*milieux*) apresentam sentidos que

¹⁴⁴ Nesse aspecto também se questiona quem deve “provar” a causalidade. Citamos duas reportagens em que essa temática aparece para ajudar o leitor a compreender as tensões: “A dra. Evangelina Vormittag, que também estava presente da reunião, reiterou à reportagem da BBC News Brasil que os estudos conduzidos até o momento de fato não estabelecem relação de causa e efeito entre o desastre o adoecimento da população, mas afirma que o ônus da prova deveria ser da mineradora - ou seja, diante da responsabilidade da Samarco pelo rompimento da barragem, ela deveria ter de provar que não hánexo entre a contaminação dos moradores de Barra Longa e a lama” (MOTA, 2019). Outra reportagem mostra a tensão presente na produção das pesquisas sobre o crime-desastre e apresenta como subtítulo “Nexo causal entre o crime e os impactos é pano de fundo da tentativa da Renova de rescindir com universidades”. Trata-se, então, do rompimento unilateral de contrato pela Renova, antes do prazo de 5 anos estabelecido em contrato, tendo a AGU movido ação, “com base na Deliberação nº 447/2020 do CIF, publicada logo após reunião em que a CTBio se posicionou contrariamente à rescisão. Nesse ínterim, a Rede concluiu o relatório anual do segundo ano de atividades do PMBA, que está em análise pela Câmara Técnica de Biodiversidade do Comitê Interfederativo (CTBio/CIF) e apresentará, nesta quarta-feira (10), a Matriz de Resultados gerada no relatório, em reunião ordinária, a 49ª, da CTBio/CIF. Um dos dados que chama atenção nesse segundo relatório é a verificação de que metade das alterações dos indicadores monitorados no PMBA aconteceram após o rompimento da Barragem de Fundão, em cinco de novembro de 2015, indicando fortemente o nexo causal entre o crime da Samarco/Vale-BHP e os impactos ambientais observados na porção capixaba da calha do Rio Doce e no litoral entre Guarapari, na Grande Vitória, e o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, no sul da Bahia. “Metade das alterações vistas na porção dulcícola e marinha foi identificada através da comparação dos dados pré-rompimento da barragem”, ressalta o coordenador técnico da Rede Rio Doce Mar. A relação direta entre os impactos e o crime, no entanto, ainda é questionada pela Renova. Assim, a definição de nexo causal, no âmbito do Programa de Monitoramento, é uma das tarefas sobre as quais se debruçaram os técnicos – convidados pela CTBio e a Renova – para a jornada de revisão do Termo de Referência nº 4/2016 (TR-4), que define o escopo dos estudos a serem empreendidos para a execução do PMBA. “Está clara a necessidade de definir conceitos, como 'nexo causal' e 'impacto'. Isso foi colocado na jornada de revisão, demos nossas contribuições e esperamos que conste no [novo] TR-4”, explica o pesquisador gaúcho” (COUZEMENCO, 2021).

passam pela paisagem e, sobretudo, pela experiência, que não podem ser definidos de maneira genérica dentro dos instrumentos, dentro de um “experimento” padrão. Ou seja, a construção da problematização sobre o crime-desastre depende da forma como os públicos, engajados nos meios em interação, experienciam o desastre e experimentam a reparação.

Assim, entendemos também que a reparação depende da construção de soluções, em um processo de pesquisa coletiva e de experimentações no sentido pragmatista. Essa posição não pode ser extrapolada para dizer que esse modo de reparação seria o mais eficiente em todos os casos, isso porque não está em questão a eficiência em si. No entanto, poderíamos afirmar que o processo poderia ser mais democrático e plural. Ou, poderíamos questionar quanto à eficiência: “são eficientes para quem?”; “servem para quê(m)?”. Na medida em que os dispositivos de reparação definem nas cláusulas quais são os problemas e as soluções, de modo limitado, com a pesquisa coletiva e a experimentação, os atores participariam mais do que como beneficiários de políticas reparatórias. Enfrentaríamos, assim, os desafios apresentados por Ansell (2011) à democracia que continuam a se impor: a **representatividade** e a **resolução de problemas**. Os dispositivos oficiais parecem abrir outros problemas e estabilizar alguns. Usamos o termo estabilizar, porque é preciso lembrar que, em algum momento, as indenizações cessam e deixam o território, e as questões podem ser relançadas. Quando olhamos numa perspectiva de trajetória, esse elemento não pode deixar de ser levado em conta. Portanto, como processo em andamento: apontamos e deixamos em aberto.

Com relação à coordenação da ação pública, ou à governança da ação pública, defendemos que a pesquisa pública e as experimentações contribuem para que os atores se apropriem do processo e elaborem suas premissões. Isso exige, sobretudo, uma aproximação com os atores da conservação, com os *experts*, com os movimentos sociais e os atores públicos locais. Refletimos, ainda, que os resultados devem retornar ao território de modo inteligível para os atores, e isso deve ser uma preocupação do pesquisador, para além dos *papers*.

Quanto à coordenação da ação, entendemos que os qualificadores da governança (participativa, democrática) fazem sentido em ação e a partir de suas consequências. Não propusemos uma avaliação substancialista dos instrumentos, dos arranjos e das relações (leis, cláusulas, projetos, conselhos, comissões, assessorias), mas, nessa perspectiva pragmatista da ação pública, importam os modos como a governança é posta em ação e à prova por meio dos repertórios normativos dos atores. Nesse sentido, entendemos que foram desenhados modelos de fóruns híbridos nas políticas de reparação (assessorias técnicas, fórum de observadores),

mas os que entraram em funcionamento no território em questão não foram esses, foram aqueles que sequer estão registrados em portarias. Poderíamos, então, refletir sobre a institucionalização desses espaços, por um lado, mas não poderíamos fazê-lo sem os atores locais, em um processo contínuo de revisão sobre os caminhos da ação.

Assim, por mais que tenham sido “reformados” os instrumentos e metodologias, na busca de “consertar” o dispositivo reparatório oficial para que fosse mais inclusivo, o processo de captura da reparação, do que é “problema”, da ação que deve ser desempenhada, por quem deve ser empreendida, não permitiu grandes avanços no processo, rumo a um caminho mais inclusivo e democrático. “Foi o possível”. Nesse contexto, o Entrevistado 3 afirmava que os atores da Justiça fizeram “o que foi possível” dentro do que já tinha sido assinado no TTAC. Os atores da conservação afirmavam que “fizeram o que foi possível” desde a colocação das boias até a proposição do pescador de fato. Ou seja, existe um espaço do possível. Os atores agiram para adequar, adaptar, atribuir novas aplicações e usos daquilo que fora definido. Quando os atores consideravam estar limitados ao escopo do dispositivo, os públicos procuravam extrapolá-lo. Espaço foi ocupado pelo “afeto”, pela “irmandade”, apresentou as preocupações com futuro, com as águas, com o rio, com os peixes, com a conservação, com as futuras gerações.

Partimos, então, para uma preocupação em torno da ação pública refletindo sobre os limites de pensá-la em um contexto de crime-desastre. Nesse momento crítico, há uma disputa entre **dimensões epistêmicas** – relacionadas à produção de dados, à construção de modelos e às propostas de cenários futuros – entrelaçadas com **aspectos axiológicos**, em que classificam os futuros (como desejáveis ou indesejáveis) e apontam para aspectos éticos em torno dos destinos da vila e de suas gerações futuras (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2021). Argumentamos que, por uma perspectiva relacional profunda (DÉPELTEAU, 2015), a ação pública está em movimento, e existem momentos de associação, assim como de afastamento nas situações de prova. Nos momentos de prova, os atores “tiram” do fundo aspectos que pareciam estabilizados e relançam na arena pública questões sobre a vulnerabilidade, a conservação, o futuro. Falar em experimentação e em reconfigurações, nesta tese, é, de algum modo, lançar a atenção para as nuances, o que Certeau (2014) chamaria de microresistências. Os meios em interação são, no sentido descrito por Chateauraynaud e Debaz (2021), mais do que o local das situações e controvérsias, são o local onde as transformações acontecem, onde as experimentações e reconfigurações são possíveis.

4.4.4 Síntese do capítulo: reparação, reconfiguração

É porque tudo que acontece aqui agora é Renova. A Renova, ela tem a responsabilidade dela com o que aconteceu, e ela tem que dar conta da responsabilidade dela, mas, a comunidade tem essa responsabilidade e o poder público tem a sua responsabilidade

Entrevistado 16.

Nesta seção, apresentamos um olhar sobre as trajetórias da ação pública no território, ou seja, sobre as ações públicas que emergem nos meios em uma situação problemática. Para evidenciar como os atores se mobilizam em torno de causas comuns, como lançam alertas e como as controvérsias se processam, destacamos: i) como elaboram as preensões (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014) e as dimensões epistêmicas (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2021); ii) como engendram ações (produção de pesquisas, de arranjos e de dispositivos, de cenarização de futuros) ou repertórios normativos (DODIER; BARBOT, 2017). Com a noção de trajetória, portanto, quisemos evidenciar que: i) a lama movimentada o fundo de um Rio marcado pelos desafios de governança ambiental em tempos recentes¹⁴⁵ e pelas interações marcadas pela exploração dos projetos de desenvolvimento empreendidos desde a colonização; ii) a pesca e o nativo carregam os traços da resistência dos povos marginalizados e perseguidos na consolidação de projetos nacionais de desenvolvimento e a ausência das carteiras de pesca relembram os atores das descontinuidades institucionais nas Secretarias e Ministérios; iii) a agenda do benefício procura capturar as preensões em torno do crime-desastre; iv) as políticas de Estado e discussões em torno dos direitos humanos emergem nas agendas locais ao longo do processo. Por outro lado, os atores locais: i) criam e desenvolvem projetos de resgate da cultura; ii) recorrem a táticas frente aos constrangimentos impostos pelos atores e pelos dispositivos oficiais da reparação; iii) protestam e dizem que não estão quites; iv) organizam-se em torno de coletivos, redes e projetos; v) unem-se em

¹⁴⁵ Em notícia da Agência Estadual de Recursos Hídricos (AERH) sobre a eleição da primeira diretoria do Comitê de Bacia Hidrográfica de Barra Seca e da Foz do Rio Doce, em setembro de 2015, lemos: “O comitê vai gerenciar parte da bacia do Rio Doce, que enfrenta sua pior estiagem dos últimos 84 anos” (AERH-ES, 2015). O diretor-presidente da Agência, na mesma notícia, pondera: “a situação do rio Doce é grave e é preciso comprometimento de todas as partes para amenizar a crise e controlar os usos múltiplos da água. ‘É preciso balancear a quantidade de água oferecida com a demanda de usos múltiplos e a qualidade desejada para cada uso. O comitê é quem vai decidir como essa divisão será feita’, disse. Paim também informou que, para amenizar a crise hídrica e otimizar o uso das águas dos rios, os Planos de Bacias estão sendo implementados em todo o Estado. ‘Estamos desenvolvendo os planos de todas as bacias do Estado e tenho a intenção de licitar a maioria deles ainda este ano. O modelo de plano de bacia geralmente usado em outros estados é o de acordo social e político. Aqui, estamos inovando. Faremos planos com embasamento técnico’, disse” (AERH-ES, 2015).

torno do cuidado de si, do afeto, de uma “irmandade”; vi) propõem projetos para reerguer atividades (pesca, turismo, *surf*) e reconfigurar perspectivas de futuro.

As lógicas de reparação/compensação/experimento e da reconfiguração/experimentação, por vezes, até se aproximam para viabilizar projetos e ações, mas parecem, em seu conjunto, incomensuráveis. Elas diferem, especialmente, com relação à proposição de governança, aos temas e às perspectivas de futuro, especialmente quanto aos efeitos esperados e desejados. A Figura 74 retrata a descrição das trajetórias de reparação desta tese. Entendemos, sobretudo, que a chegada da pluma de rejeitos, do crime-desastre, trouxe contornos à ação pública para reparação, e, a partir de então, novos atores e novos dispositivos atuaram na fabricação de pressões sobre o fenômeno. Vamos retomar, aqui, nesta síntese, alguns desses processos, a partir da perspectiva que adotamos, ancorada na experiência e no território.

Com a ruptura da barragem, chegam no território uma série de atores, mídia, pesquisadores, organizações da sociedade civil. Esses atores interagem para conceber as leituras sobre o evento e empreender ações “no” e “com” o território. Parcerias em torno das pesquisas se formam com coordenação do ICMBio e Tamar, por exemplo. Vemos tanto as organizações que ajudam a lançar alertas, empreender denúncias e a definir repertórios junto com os atores locais quanto aquelas que são criticadas por procurarem “destruir para reconstruir”, desestabilizando ainda mais as relações fragilizadas pelo crime-desastre, de estarem mais interessadas nos recursos que no território. As organizações que atuam ao longo do rio mobilizam suas *expertises* para “aglutinar” pautas em torno do sofrimento dos atingidos e de seus direitos. Nesses movimentos, vemos pautas, especialmente, dos direitos humanos e da saúde, física e mental. Em interação, os atores locais tanto se aproximam desses repertórios quanto colocam em dúvida as motivações dessas organizações. Eles criticam, especialmente, o que chamam de princípio “quanto pior melhor” e o interesse por “recursos da reparação”, os “oportunistas”.

Quanto ao dispositivo oficial, a ação pública surge da articulação entre governo e empresas como resposta ao evento e para evitar a judicialização. Estado e empresas constroem, então, o TTAC (2016), seu sistema de governança e suas lógicas de reparação. Atores lançaram críticas na esfera pública sobre o desenho e sobre os processos. Os atores da Justiça e do poder público, então, iniciam ações em conjunto, em Força Tarefa, para “reformular” o dispositivo. Ainda com relação à ação estatal, vemos que o poder público municipal, ao longo do processo, a partir da pressão de atores locais e dos desafios em lidar com a Fundação Renova, cria um comitê local com servidores, estimula a participação de seus

servidores nas instâncias de governança oficial e desenvolve planos para demandar suplementação de recursos para políticas públicas. Esses atores destacavam a necessidade de dar continuidade às políticas públicas existentes e a importância de ações públicas estatais em proximidade com o território. Atores da vila, no entanto, acusam certo distanciamento do poder público local e consideram que ainda falta perspectiva de longo prazo em suas ações.

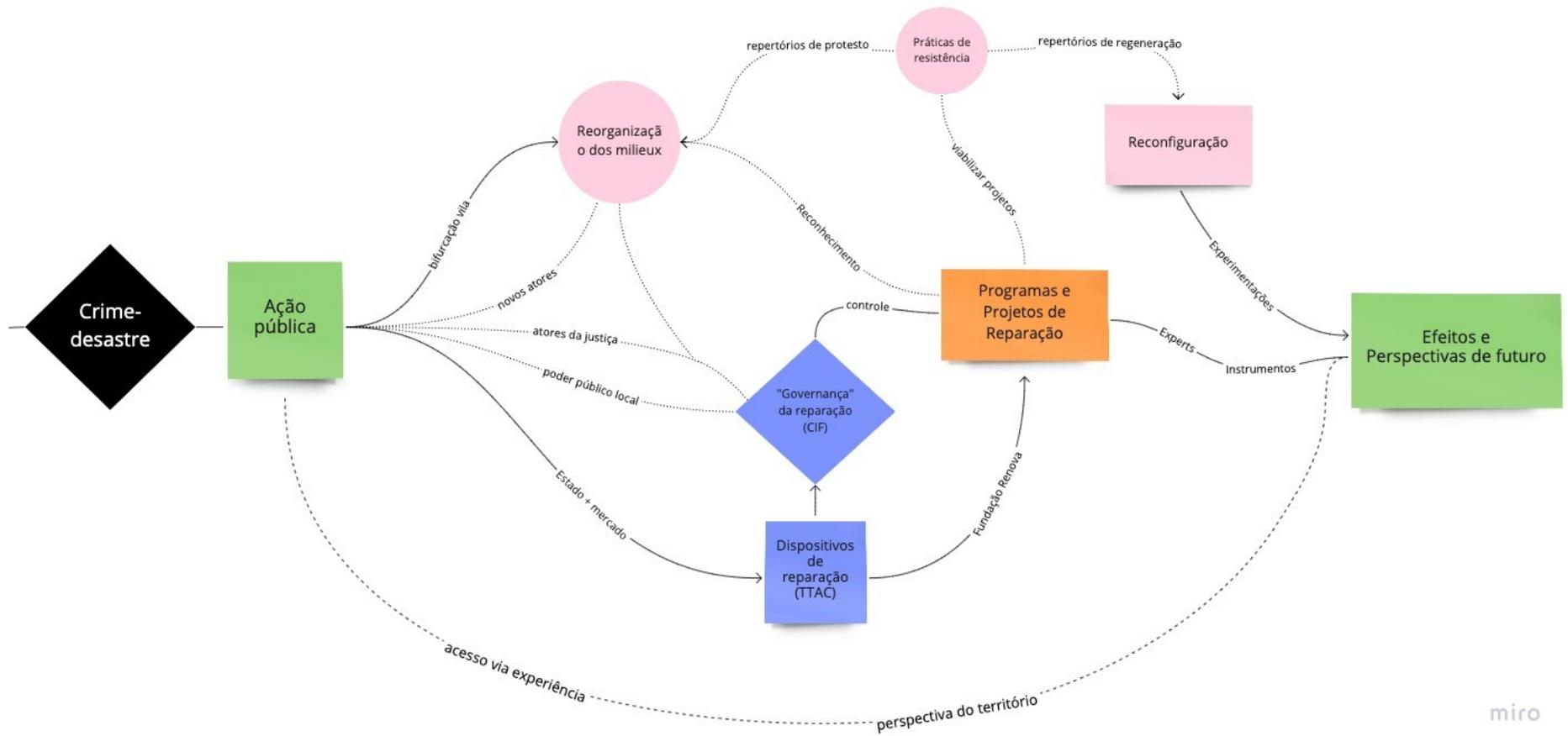


Figura 74 – Trajetórias da reparação

Fonte: elaborado pelo autor.

Destacamos, sobretudo, na construção das experimentações, a aproximação dos atores locais da conservação e as lideranças para empreenderem ações e demandas conjuntas, desde os primeiros dias do evento. Eles mobilizam atores da Justiça, da empresa assim como pesquisadores para a produção de bases de dados e contra-provas para aquelas lançadas pela empresa, para que possam agir e disputar os caminhos da reparação. Esses dados são mobilizados ao longo do processo nas ações judiciais, nas Câmaras Técnicas. Há, no entanto, um questionamento no território com relação aos interesses das lideranças locais. Quando se aproximam dos processos de reparação em busca do reconhecimento, são acusados de priorizarem interesses particulares ou exclusivos de seus grupos. São criticados, ainda, quando não representam interesses amplos da comunidade e, ainda, por reproduzirem a lógica dos instrumentos de compensação. Entendemos que, na busca pelo reconhecimento, do auxílio e da indenização, há uma disputa entre atores locais, e é nessa interação que o processo de captura pelos dispositivos é mais forte no território. São efeitos do processo de reparação, portanto: a chegada de oportunismos com a economia da reparação, o desafio à representação e a emergência de novas redes, mobilizações e pautas.

Enquanto alguns atores procuram alargar as noções estreitas de impacto e das provas aceitas, outros procuram manter-se “fora” do dispositivo oficial e consideram sua lógica perversa. A chegada dos recursos financeiros, especialmente com a indenização, altera dinâmicas locais de grupos e amplia a desconfiança entre os pares. Por isso, alguns atores entendem que a regeneração poderá ocorrer, apenas, fora desse dispositivo oficial. Consideramos que a moeda passa a ser um modo de atribuir equivalências para a Fundação, seus quadros e os atores locais, mas que essa lógica pode dificultar a compreensão mais ampla de direitos dos atingidos. Aqueles que tentam manter-se fora e fazem questão de evidenciar que não receberam recursos financeiros criticam unidimensionalidade dos instrumentos e procuram levantar pautas em torno do meio ambiente e da saúde, de seus futuros. Atores se unem, então, para alargar a noção de reparação, de modo que esta leve em conta os modos de vida, os objetos da conservação (restinga, tartarugas), as ondas, o pescado. Esse caminho, permeado de controvérsias sociotécnicas em torno da contaminação, atravessa os corpos e as agendas. Esse processo de problematização exige esforços coletivos, de pesquisadores, de movimentos sociais, de lideranças locais, de órgãos ambientais.

É importante destacar que, quando os atores levantam a pauta da saúde e do meio ambiente publicamente, procuram não deslegitimar a pauta da indenização, mas se queixam do individualismo como consequência desse processo. Esses atores procuram, a partir dos dados e de aspectos sensíveis sobre água e pescado, mobilizar coletivamente os atingidos em

torno da agenda da saúde e do meio ambiente, agendas de médio e longo prazos que se interconectam, haja vista que a saúde do ecossistema se interconecta com a das comunidades. Ou seja, quando evocam a saúde, questionam sobre a qualidade da água e a contaminação. A presença dos metais pesados é considerada prova do crime-desastre, e os seus efeitos devem ser acompanhados por meio de pesquisas para que possa haver justa reparação. Afinal, sem uma boa compreensão dos efeitos de médio e longo prazo, não se alcançará uma reparação integral. Esse espaço, então, mobiliza diferentes atores e *expertises*.

Na Figura 75, apresentamos algumas das principais ações de atores no território:

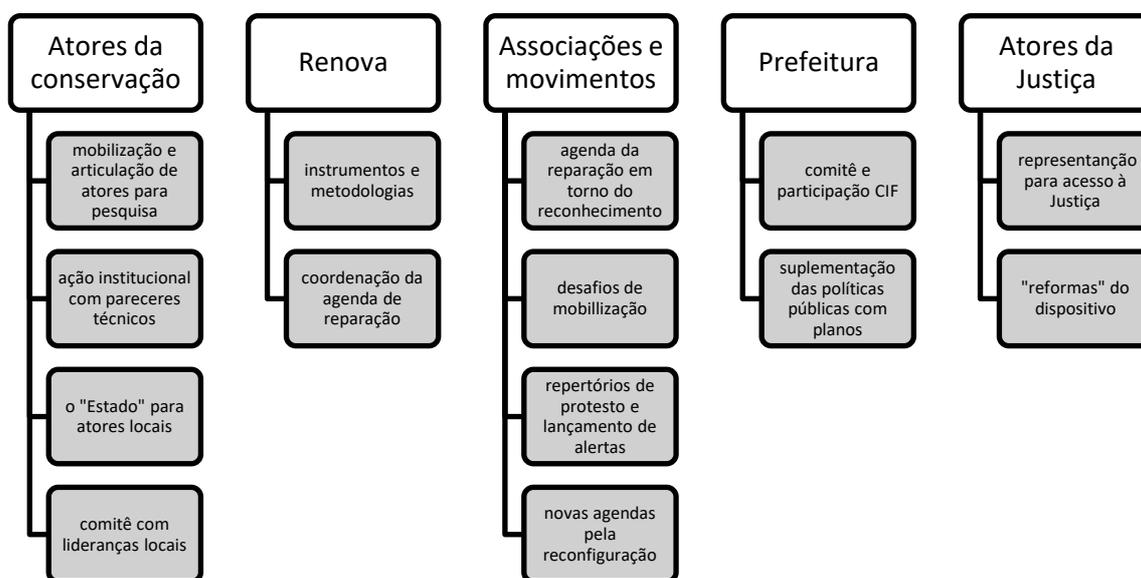


Figura 75 – Agendas dos atores

Fonte: elaborado pelo autor.

A Fundação Renova, criada para implementar as ações de reparação, propõe uma ação dentro de sua noção do que seja reparar, atrelada a uma interpretação do TTAC (2016), e ancora, nos seus dados, nos seus instrumentos e metodologias, o processo. Os atores criticam a falta de transparência e de participação tanto nas Câmaras Técnicas quanto no território. A Renova, no entanto, continua coordenando a agenda de reparação, pelo menos até que saia um novo acordo¹⁴⁶.

¹⁴⁶Em 27 de abril o Estado de Minas divulgou reunião comandada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais que busca por conciliação e novo acordo sobre o rompimento da barragem de Fundão, inspirado em Brumadinho. "Esse pedido de extinção da Fundação Renova, que foi aportado na 5ª Vara Cível de Belo Horizonte e encaminhado ao Cejusc de 2º Grau, será mediado pelo TJMG, que irá buscar uma solução mais célere para o conflito". Para alguns atores locais com quem conversei: "assim caminham os negócios no Brasil. Os estados

Reunimos na Figura 76 algumas das causas, dos alertas, das controvérsias e dos caminhos de experimentação em torno da ação pública. Esses elementos foram descritos ao longo da tese e, aqui, resgatamos alguns deles para sintetizar e retomar algumas reflexões sobre a trajetória da ação pública. Em cada um desses elementos, há uma pluralidade de interpretações e tensões. Por exemplo, na causa das atividades econômicas existem conflitos intersetoriais e categorizações; nos alertas sobre o “acordão”, existem diferentes caminhos de resolução; nas controvérsias em torno dos efeitos na saúde, diferentes perspectivas temporais; nos caminhos da experimentação, diferentes dispositivos e redes mobilizadas. A figura, nesse sentido, é um recurso mais refletivo que categórico, por isso, em aberto e fluido.

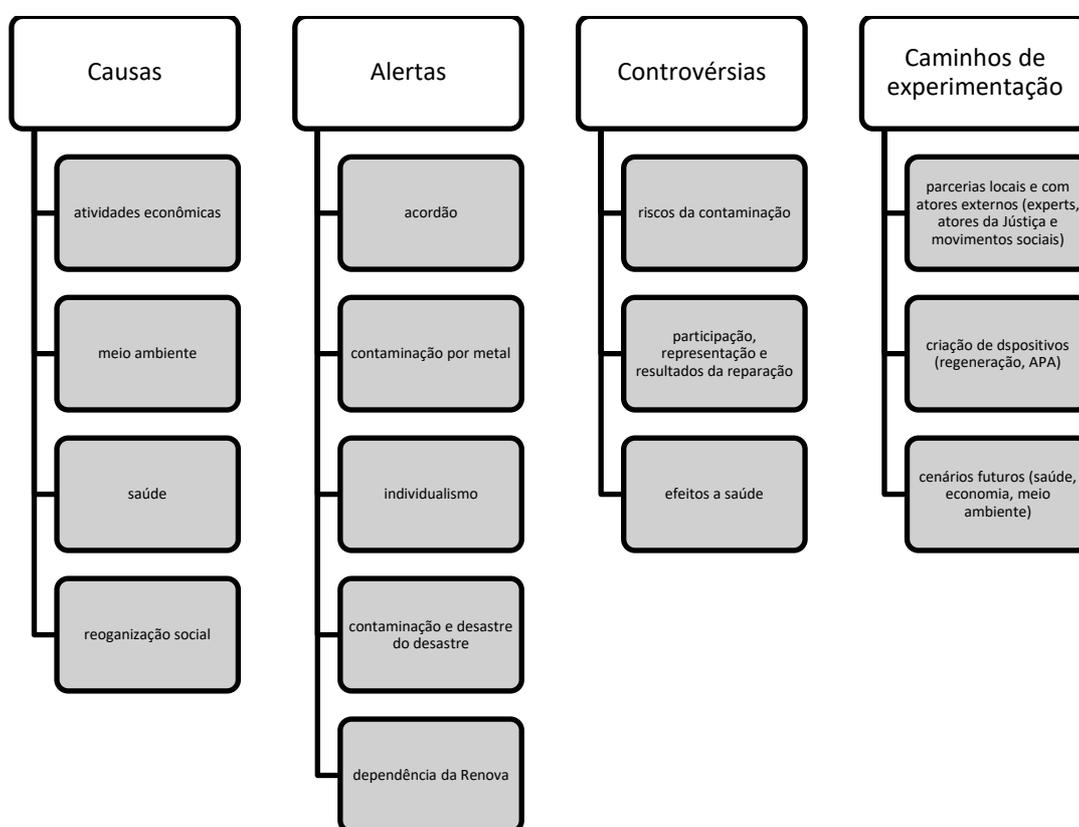


Figura 76 – Causas, alertas, controvérsias e caminhos de experimentação

Fonte: elaborado pelo autor.

vão elencar um conjunto de obras e outros serviços que os interessam politicamente, defini-me um montante de indenizações. Dão um prazo de fechamento e encerramento e fim do processo. E todos ganharão homenagens como os célebres em gestão de processos judiciais em tragédias. Os célebres em governança”. Acesso: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/04/27/interna_gerais,1261028/mariana-presidente-do-tjmg-comanda-reuniao-para-tratar-de-acordo.shtml>.

Soluções “prontas” sem aderência ao serem (im)postas no território também têm efeitos. Elas buscam resolver uma questão e criam outros problemas. Alguns entrevistados que criticam a reparação centrada na agenda de compensação, dos “crimes que compensam”, preocupam-se com agendas mais coletivas, e ouvimos falar em “legados”. “Como que vai tá a escola? Como que vai tá a saúde? Como que vai tá seu médico?” (Entrevistado 2). Mesmo com um acordo em que o Estado é parte e tendo sido destacado no TTAC (2016) seguir o modelo das políticas públicas, os servidores e atingidos questionam os processos de reparação sendo desempenhados por atores sem conhecimento do território e das políticas públicas. Por isso, sugerimos pensar a partir das ações públicas de reparação, para além do que está desenhado nos dispositivos de reparação. Pouco se incluem os atingidos no processo como atores e leva-se pouco em conta a experiência dos implementadores de políticas públicas, e ambos tornam-se objeto de disputa da construção da reparação. Com o plano de suplementação da política pública aprovado, cabe acompanhar como será a implementação:

Na verdade, o que que a gente percebe? A Renova, ela está sempre na defesa da empresa. Então ela não vê com bons olhos a chegada da assistência, né, que ela sabe que a gente vai cobrar os direitos daqueles usuários, que a gente vai querer saber o que que eles vão fazer com esse usuário daqui a 10 anos, daqui a 20 anos, então eles não querem essa cobrança. Eles querem reparar o dano momentaneamente e só. (Entrevistado 12).

No caminho da reconfiguração, as narrativas de regeneração e da ação coletiva vão em busca de reconstruir relações e causas no território. Os atores preocupam-se com o que foram e com o que “serão” a partir dos processos. Quando ocupam esse espaço fora do dispositivo, não precisam agir como “vítimas” aceitas, agem como atores. Organizam eventos para convivência e diálogo, lutam e empreendem projetos próprios. Esses projetos integram inclusive os que chegaram no território para abrir suas pousadas em 2015; aqueles que querem ver o próximo campeão de *surf* sair de Regência; aqueles que querem poder criar seus filhos na vila e ter suas receitas dali, tanto nativos quanto aqueles que a vila acolhe, aqueles que ficam.

Num país marcado pelo formalismo de sociedades prismáticas (GUERREIRO RAMOS, 1966), a leitura pragmatista da ação pública pode trazer contribuições, especialmente com relação à descrição da pluralidade de ações e do processo de construção de instrumentos de reparação em diferentes espaços, regimes e lógicas em interação com os meios (*milieux*). No maior desastre ambiental da história do Brasil, evidenciamos que atores da Justiça, da ciência e da mídia atuam no processo de problematização e de tornar públicos os problemas locais, configuram causas e controvérsias sociotécnicas que se transformam em

controvérsias jurídicas e administrativas. Ao envolver mineradora e governo, vimos as faces mais injustas e lentas da reparação para atingidos estampada nos rostos, nas emoções, nas faixas.

Importa, ainda, retomar a noção de trajetória para apontar a riqueza de mobilizar memória e noções de futuro para refletir sobre ação. Os atores recorrem à sua história, retomam suas identidades e parcerias, ao mesmo tempo que lançam expectativas com relação ao futuro, em diferentes escalas temporais (amanhã, médio prazo, longo prazo). Consideramos, então, que a perspectiva de trajetória contribui para ultrapassar a noção a-histórica funcionalista na área (CHANLAT; SÉGUIN, 1987) e dar conta dos processos de cenários futuros mobilizados nos planejamentos e das preensões sobre o futuro nos meios (mais ou menos deterministas, mais ou menos catastróficos) (CHATEAURAYNAUD, 2012). Ou seja, essa noção nos ajuda a refletir sobre como levam em conta a memória e as perspectivas de futuro na ação. Essas reflexões, em conjunto com os atores, são marcadas pelo drama, pela emoção. Assim, é difícil não se emocionar e ser afetado, não se indignar com os relatos, com a experiência de campo. Somos também atravessados pelo sofrimento dos atores ao ouvi-los e procurar dar forma e inteligibilidade aos relatos que nos confiam. Sobretudo, sentimos também a impotência e limitação para relatar integralmente a complexidade do caso.

Por fim, alertamos, mais uma vez, que, ao analisarmos a ação pública em duas vias no território, não queremos propor uma dualidade, da ação estatal institucional e da ação coletiva nos meios (*milieux*) ou da ação ruim e afastada do território e da boa ação e próxima aos atores. Queremos dar visibilidade aos processos. Entendemos que os atores fazem valer seus interesses e consideram importantes os elementos do dispositivo oficial, enquanto outros não. Queríamos, sobretudo, evidenciar essas nuances. Reforçamos que não é nosso propósito propor um dualismo, mas sim, por outro lado, evidenciar processos sombreados. “Reparação” e “reconfiguração” interagem e transformam-se, ainda, em outras ações e efeitos. Se por um lado a reparação é o espaço onde a captura é mais evidente mediante o reconhecimento para indenizações e apoios financeiros, vemos também na festa apoiada pelas empresas que Regência está viva, e os moradores colocam essa expressão em suas camisetas: “Congo é resistência”. Assim, mais do que encaixar a ação em um desses recursos descritivos, queremos evidenciar, com base no pragmatismo, a hibridez e a heterogeneidade, como eles ocupam e constroem espaços de ação, como, por vezes, lutam e denunciam e, outras vezes pedem silêncio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muita coisa me move, mas eu acho que principalmente o fato de eu perder minha identidade, isso me move! Eu quero que meus filhos saibam de onde eles vieram. Qual a minha história? [...] E eu não quero que nós enquanto atingidos sejamos usados como moeda de troca, sabe? Isso eu me recuso a ser¹⁴⁷.

Luciana Oliveira.

Neste capítulo, resgatamos os objetivos delineados na pesquisa para evidenciar como respondemos a cada um deles, de modo sintético, e defendemos a tese, aqui desenvolvida a partir de cada uma das escolhas teóricas e metodológicas. Defendemos os principais resultados e as contribuições que a tese traz, assim como apresentamos limitações do estudo, reflexões a partir e para além dele e sugestões de trabalhos futuros, como um compromisso de fazer avançar as reflexões sobre o tema da ação pública da reparação pela perspectiva pragmatista.

As considerações finais, como nos propomos aqui, não são um ponto de chegada, um ponto final; são, antes, uma vírgula, um aposto em que apresentamos algum detalhamento, mas, sobretudo, são um “dois pontos” como compromisso em abrir caminhos. Retomo a questão inicial, o ponto de partida da tese: **“Como se desenvolve a ação pública no contexto do crime-desastre da Samarco na vila de Regência Augusta?”**. A temática, como tratamos na justificativa, une curiosidade científica através das interações no campo e das experiências docentes e de pesquisa e afetação com os dramas no campo. Não poderíamos falar, então, em um distanciamento entre sujeito-objeto de uma ciência asséptica, afinal entendemos, a partir de Dewey (1974), a experiência como uma noção de duplo sentido que trata do “que” e do “como”; assumimos a perspectiva profunda da relação por meio da transação (DÉPELTEAU, 2015) que nos encaminha para uma interdependência e para a pluralidade no mundo (TSING, 2015). Essas posturas e curiosidades se evidenciam tanto no “como se desenvolve” quanto no contexto e no território marcados em nossa pergunta. Dito isso, as respostas que trazemos aqui dialogam com esse campo das práticas de reparação no território e com a comunidade científica na área em que atuo. A partir dessa pergunta, delineamos objetivos para o trabalho.

O título da tese é uma paráfrase da música de Tom Jobim, “Águas de Março”, que é considerada um divisor de águas na carreira de Tom e trata tanto da esperança e promessa de vida das águas quanto da lama. Achamos que seria um belo título para a tese, especialmente

¹⁴⁷ Relato em Canal Aberta (2018). Para acessar o trecho do relato: <<https://youtu.be/wfFSgnt6FSU?t=1700>>.

ao relembrarmos de uma entrevista em que o maestro afirmou que, na tradução ao disco *Matita Perê* em 1972, ele pensou em como traduzir “é um espinho na mão, é um corte no pé” para o inglês, pois como iria entender o americano se raramente andava descalço? Esses elementos aparecem aqui, nas águas do Rio Doce e na lama da Samarco, nas promessas de vida e no período difícil que vivem os atores. Além disso, convidamos o leitor a tirar os sapatos para refletir sobre o uso da abordagem pragmatista.

Uma charge com a qual nos deparamos ao longo da tese e que nos tocou forte foi a de Duke (Figura 78). O chargista afirmou que em 18 anos de carreira foi a primeira vez que chorou, ao cantarolar a música de Tom e se dar conta dos sentidos evocados da lama (BAETA, 2015).



Figura 78 – Charge Duke: é a lama, é a lama

Fonte: Baeta (2015).

Trouxemos essas expressões artísticas aqui, para que o leitor também reflita alguns minutos sobre elas. Se o drama do campo está para “Águas de março”, a reparação está para “Nada será como antes”, de Beto Guedes e Milton Nascimento. Se a bossa ficou reconhecida por retratar temas suaves, que aqui ressignificamos, especialmente com a charge, o álbum do Clube da Esquina representou, singularmente com “Nada Será como Antes”, que retrata o

destino imprevisível, uma crítica ao regime vigente e uma problematização do amanhã (COAN, 2012). Em uma das orientações, o professor Maurício lembrou-me desse trecho que reverberou para pensar o processo de reparação como um “nada será como antes” e um exercício de problematizar o “amanhã”. Assim, entendemos que a filosofia do amanhã permite pensar junto com os atores sobre o antes, sobre o drama, sobre a lama e sobre a resistência.

O objetivo geral desta tese consistiu em **compreender as trajetórias da ação pública na reparação do crime-desastre da Samarco em Regência Augusta**. Para isso, apresentamos objetivos específicos centrados em descrever e analisar as ações públicas e seus efeitos na arena; analisar dispositivos, lógicas de ação, moralidades e argumentos em torno das controvérsias; examinar trajetórias e coordenação da ação pública. Optamos pela via pragmatista para compreender a ação pública, as trajetórias e as controvérsias e adotamos procedimentos metodológicos para acessar as experiências, através de pesquisa de campo com engajamento etnográfico e socioinformática das controvérsias, passando pela história oral temática na coleta de dados primários para dar conta da dimensão da memória. A partir da triangulação de fontes e métodos, analisamos as trajetórias como caminhos não lineares no espaço e tempo. Assim, procuramos trazer reflexões e contribuições para olhar a ação pública, em sentido amplo e plural, nos contextos de crime-desastre e reparação, bem como noções sobre as disputas em torno da governança em tempos de turbulência. Se por um lado, a ação pública ultrapassa a noção das políticas públicas do Estado, por outro ela também demanda um arcabouço conceitual e metodológico para ser analisada.

Em diálogo com nossa base teórica, entendemos, então, que a ação pública da reparação se constitui em uma arena pública (CEFAÏ, 2017a) em que os atores problematizam e procuram tornar públicas questões vistas como problemáticas em seu cotidiano, em diferentes cenas (jurídicas, administrativa, da mídia). Para tanto, eles lançam mão de argumentos (CHATEAURAYNAUD, 2011) e fabricam preensões (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014) e, frente às lógicas, aos argumentos e aos dispositivos de reparação, apresentam seus repertórios normativos, que incluem expectativas e críticas aos dispositivos (DODIER; BARBOT, 2017), em um processo marcado pelo sofrimento e emoções que evidenciam as moralidades em jogo (FASSIN, 2011) nos processos de se tornar atingido ou enquanto vítimas do processo (BARBOT; WINANCE; PARIZOT, 2005; BARBOT; DODIER, 2019). Esse processo é marcado por aderências e fricções que atravessam os corpos no mundo sensível e por bifurcações e relançamentos de trajetórias na arena (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017).

Nossa tese é de que **as trajetórias da reparação seguem caminhos distintos que se aproximam e têm pontos de contato, mas engendram distintos elementos da ação em disputa e problematização**. Como processo plural, os atores mobilizam argumentos e contra-argumentos no processo de problematização das situações vividas em momentos de prova, para fabricarem preensões sobre o fenômeno. Sobretudo, **o que está em jogo são as preensões sobre o crime-desastre e sobre os seus efeitos**. Assim, os atores mobilizam provas e são colocados à prova no processo de reparação. Nesse caminho de reparação, **os dispositivos procuram capturar as preensões em torno do que cabe ou não enquanto ação e reparação, e isso se processa por meio dos instrumentos, metodologias e categorizações**. Procuramos evidenciar, sobretudo, que **o processo de problematização e de tornar público na arena passa pelas controvérsias, argumentações, situações de prova, tanto sobre o crime-desastre quanto sobre a reparação**.

Os atores, ao mesmo tempo que **acessam o dispositivo para alcançarem o reconhecimento**, visualizam e **criam também espaços de ação fora dele, para evitar a captura de pautas e agendas**. O reconhecimento nem sempre se traduz em redução de vulnerabilidades, em alguns casos apenas evidenciou sua existência. Os impactos sociais e ambientais são distribuídos de modo desigual (ASCERALD, 2002), e, por isso, entendemos que conhecer e evidenciá-los, de modo amplo, é parte de um processo de visibilizar atores. Há uma busca pela **federação das causas ambientais e de saúde que se unem, especialmente, fora e em oposição ao dispositivo oficial**, que chamam de estratégia de divisão, de lógica da ganância e do individualismo, de uma economia do desastre e dos oportunismos. As controvérsias, nessas causas, estão em torno da contaminação, dos corpos. Assim, enquanto o processo de coordenação da ação pública pelo dispositivo oficial da **reparação dá destaque à compensação e tem em seus quadros e conselhos decisórios maioria de representantes das empresas e preconiza o retorno a uma situação anterior**, que torna-se alvo de controvérsias pelos dados e metodologias, a coordenação da ação pública no território busca uma **reconfiguração que passa pela rede de relações construídas ao longo das últimas décadas, lança um olhar para o passado, para sua história e identidade, mas também um olhar para o futuro**. Vamos detalhar, então, em cada um dos objetivos, alguns caminhos e respostas que trouxemos com a pesquisa.

Com relação ao objetivo específico de **descrever e analisar a ação pública de reparação e seus efeitos**, construímos uma perspectiva pragmatista para olhar o fenômeno na arena pública, assumindo a ação pública em sentido amplo, e sugerimos um caminho a partir do pragmatismo. Para além dos ciclos e etapas de constituição de uma política, aprofundamos

na processualidade e procuramos tornar visível os processos problematização e publicização na arena pública empreendida por entidades e atores individuais para configurar e disputar a trajetória da ação pública. Dialogamos, especialmente, com os trabalhos de Lascoumes e Le Galès (2012), para aprofundarmos na compreensão da ação pública, e de Daniel Cefaï (2011; 2017a; 2017b), para trazer contribuições e olhares para ação pública nas arenas públicas. Para tanto, apresentamos atores e entidades na arena; narrativas sobre a vila e seus atores; dinâmicas e situações vivenciadas nas cenas públicas; preensões nos meios em torno dos efeitos do crime-desastre, em um processo de disputa e argumentação. Optamos por descrever as relações em torno das atividades para evidenciarmos as distintas afetações nos meios (ZHOURI et al., 2016) bem como aproximações e distanciamentos em torno de causas, provas, perspectivas de futuro, ao longo do processo de reparação. Nesse processo, de problematização, os atores disputavam espaços para lançar causas, desenvolviam repertórios em torno das ações e fabricavam ou colocavam em suspenso preensões e dobras sobre os efeitos em suas vidas, em seus corpos e em suas comunidades. Assim, entendemos que as ações públicas podem ser disputadas e construídas a partir da Justiça e das interações locais, implicando, de diferentes modos, as provas com relação ao problema, às soluções e finalidades em questão. Os atores questionam as finalidades de alguns instrumentos e dispositivos, que atuam com vistas a reparar, mas engendram problemas outros que demandam esforços e ações coletivas para enfrentamento ou “reformas”, como o caso da reparação da pesca, da instalação das boias, da ação para as festas em uma Regência viva, de ações para regeneração.

Com relação ao segundo objetivo específico, **analisar dispositivos, lógicas de ação, moralidades e argumentos empregados nas controvérsias sobre a reparação**, identificamos controvérsias centrais em torno da contaminação e seus efeitos (na saúde, no meio ambiente, na comunidade e suas relações, nos aparelhos do Estado). Essas controvérsias adentram as cenas na arena jurídica, administrativa e midiática e mobilizam pesquisadores, *experts* e portadores de causa em torno da dimensão epistêmica, axiológica e ontológica em torno das controvérsias, ou seja, da produção de conhecimento, das realidades possíveis, percebidas e desejáveis. Apresentamos argumentações e contra-argumentações em torno do processo de reparação com vistas a definir na arena o escopo da ação pública ou críticas para modificá-la. Procuramos analisar instrumentos e dispositivos (TTAC, Renova) a partir dos repertórios normativos, ou seja, nas relações com os meios (*milieux*). Ao longo das seções, apresentamos instrumentos jurídicos e administrativos, arranjos organizacionais e redes,

metodologias e procedimentos para descrever o argumento e dispositivos em interação com os meios, engendrando ações e disputando os efeitos.

Ao longo do processo com vistas a reparar, por meio de acordos e decisões judiciais, são lançados instrumentos e metodologias para reparar que passam a coabitar o território com atores locais e atuar na fábrica das preensões sobre o evento, elegendo objetos e sujeitos da reparação. Enquanto essa perspectiva assume os atingidos como sujeitos, no sentido de assujeitá-los, e não garante acesso aos espaços de deliberação (Conselho Curador da Renova, por exemplo), os atores engendram processos coletivos para criarem seus dispositivos de regeneração, que em parte são vistos como mecanismos de coordenação da ação coletiva. Mesmo as reformas dos dispositivos são criticadas por atores locais por reformarem para eles e não com eles (caso TAP). Assim, apenas em 2018 emerge uma “reforma” sobre o processo de governança (TAC-Gov), no entanto, durante a pesquisa de campo, até janeiro de 2020, a Assessoria Técnica preconizada no termo ainda não tinha sido implementada e as Câmaras de atingidos também não foram citadas. Os atores da Justiça entrevistados citaram que foi “o que deu pra fazer”, mas longe estaria do ideal, o que evidencia que há um espaço de ação delimitado. Os atingidos também endereçam críticas aos dispositivos e dentro dos repertórios normativos em torno dos instrumentos e das vítimas. Destacamos a crítica com relação às lógicas de ação.

As lógicas de ação engendradas pelos processos de reparação evocam críticas tanto com relação ao passado quanto ao futuro, sobre o que a vila era e o que estaria se tornando, mas, sobretudo, destacamos que essas críticas e repertórios normativos são repletos de moralidades. As moralidades em torno da moeda demandam dos atores, que recebem cartão e indenizações, que se provem enquanto vítimas, e isso, em nossa visão, é prejudicial ao processo de integração das causas e agendas, atuando na divisão da comunidade. A moeda, segundo os entrevistados, tem efeitos nas relações locais, e são criticados tanto os comportamentos oportunistas quanto os modos e padrões de consumo. Os atores que adotam a perspectiva de reconfiguração evitam tratar da moeda e apontam para a necessidade de descentrar a lógica individualista implementada com os instrumentos e critérios, para uma lógica mais coletiva.

Descrevemos, desse modo, processos e interações desde a chegada da lama, as mobilizações e manifestações, os repertórios mobilizados como respostas ao crime-desastre por distintos atores. Na interação entre distintos setores, damos destaque à atuação dos atores da conservação, que foram o “Estado no local”, que contribuíram para articular redes de atores locais com atores externos para pesquisa, por exemplo, e, além disso, contribuíram

tanto para a compreensão dos caminhos institucionais como atuaram na defesa das comunidades tradicionais. O crime-desastre chega como uma ameaça à conservação em distintos sentidos, seja pela lama, seja pelos efeitos da desarticulação que trazem ao território, e os atores da conservação vão além dos seus papéis institucionais. Há uma forte implicação pessoal e comunitária. Eles contribuem, principalmente, para pensar o legado. Eles são servidores públicos, mas são também moradores da vila, têm uma perspectiva de conservação e de democracia. Acima de tudo, há um sentimento relacionado à injustiça com os atores locais, que são atravessados pelo seu sofrimento no primeiro momento. Quando a moeda chega, no entanto, os atores locais relatam que as redes se enfraquecem e a agenda em torno de uma pauta comum fica capturada pela agenda do cartão e da indenização. Outros atores, lideranças locais e movimentos sociais “de fora” atuam para relançar, então, a questão ambiental e da saúde imbricadas, em que a contaminação dos corpos, seja d’água, dos atingidos ou dos peixes.

Sobretudo, para responder o terceiro objetivo específico, **examinar as trajetórias e a coordenação da ação pública**, procuramos evidenciar os distintos “caminhos” das ações públicas em situação de prova, de onde são lançadas e para onde apontam, tanto numa trajetória de reparação quanto no que consideramos sua bifurcação para reconfiguração. Reparação e reconfiguração se tocam em alguns momentos (para viabilizar projetos e agendas), mas apresentam lógicas incomensuráveis, que se desencadeiam na governança, por exemplo. Identificamos desafios de representação e de participação, mas também processos de reconfiguração dos públicos e de seus repertórios de ação frente ao desastre. Portanto, entendemos que o processo de reparar engendra ações com vistas a reparar que seguem trajetórias heterogêneas, quanto às pressões futuras e aos processos de coordenação.

As comunidades viviam suas realidades, em contextos periféricos, às margens de políticas e sem a compreensão dos riscos relacionados ao rompimento de barragens. Regência, por exemplo, é uma pequena vila com aproximadamente mil habitantes. Com a necessidade de reparação, chegam os instrumentos para tratar dos desafios locais. Poderíamos argumentar que essa chegada se processou como uma “colonização” ou “dominação” da ação pública, com as lógicas criticadas nos repertórios normativos. Mas, sem negar o processo de captura, procuramos evidenciar também as ações públicas empreendidas por atores locais em resposta ao evento e para (re)tomar a apreensão sobre futuros, entretanto, para além disso, para poderem decidir sobre suas vidas. A lama transformou a trajetória de suas vidas, o processo de reparação não garantiu que eles pudessem decidir sobre essas trajetórias, então recorrem tanto aos processos de ampliar o escopo delimitador pelo dispositivo (com as pesquisas, com

os atores da Justiça, com os movimentos sociais e coletivos) assim como resgatam o que “os move”. Retomamos, então, o excerto que abre este capítulo, uma fala da professora Luciana, uma das lideranças na vila, empreendedora, servidora pública, militante, agente de saúde, responsável pelo ensaio do congo mirim, quando questionada sobre o que a move: “o fato de eu perder minha identidade”.

Os atores locais vivem diferentes sofrimentos morais: “exigimos respeito”; “a gente não foi reconhecido”; “eu sou pescador”; “eu também fui atingido, todos fomos atingidos”; “eu não sei quando vão liberar a pesca”; “e quando a Renova sair?”; “e a nossa saúde no longo prazo?”. Essas questões, incertezas e dúvidas acompanham os atingidos. Enquanto alguns atores lutam na via do reconhecimento enquanto impactado como uma forma de alcançar uma reparação financeira, outros atores atingidos procuram fora do dispositivo uma reconstrução coletiva que resgate de identidade, processos de regeneração de médio e longo prazo para uma Regência Viva. Por vezes, são os mesmos, mas argumentamos que essa escolha, como uma *découpage* analítica (BARBOT; WINANCE; PARIZOT, 2015) nos ajuda a lançar o olhar sobre a trajetória e a coordenação. Ainda que por vezes essas agendas se encontrem, em outros momentos, vimos conflitos internos: i) para alguns a causa financeira torna-se uma causa menor, mesquinha e individualista, sendo que buscá-la é dar razão à lógica de reparação da empresa, que segundo eles é dividir para conquistar, causando desavenças e instabilidades no tecido social local; ii) para outros a reparação socioambiental deve se estruturar pelo fortalecimento dos vínculos locais, mais informações e deliberações coletivas, um fórum híbrido de especialistas e atores locais, com agendas múltiplas e coletivas para regeneração; iii) para outros grupos, ainda, a reparação está muito aquém em todos os aspectos: desde os critérios procedimentais (cadastros, fórmula de cálculo e atendimento aos atingidos) à mitigação e respostas frente às incertezas socioambientais (com pesquisas, frente ao desafio das controvérsias sociotécnicas).

Procuramos por meio da Figura 74 representar essas trajetórias e aproximações e apresentamos, por fim, nosso posicionamento pragmatista com relação à reparação. Concluimos, assim, que a ação pública de reparação poderia ser encarada mais como uma experimentação democrática com os atingidos do que como um experimento com suas vidas. Isso fica evidente com os dilemas de ampliar a capacidade de ação dentro dos dispositivos, com novos projetos, espaços de deliberação e instrumentos. Assim, o processo experimentalista permitiria incluir mais os atores, e a atuação dos fóruns híbridos contribuiria para a fabricação das preensões sobre o processo, levando em conta as demandas e expectativas futuras dos atores. Sugerimos, dessa maneira, que, pelo contrário, os

instrumentos construídos dificultam a federação de causas e de pesquisas coletivas. Isso porque a Justiça e as políticas têm dificuldade em aceitar a reflexividade e a experimentação na ação. Queríamos nós também ter as respostas sobre como deveria ser o desenho da reparação, para as mineradoras, para o Estado, para os atingidos. No entanto, se tivéssemos o modelo ou o caminho, correríamos o risco de não incorporar as realidades locais e esquecer a proposição de que a **ação pública seja construída como experimentação pública e democrática**.

5.1 REFLEXÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Recordo-me da pergunta feita por seu João: “**o que tua tese nos ajuda?**”. Compartilhamos essa questão na qualificação, e ela tem me acompanhado ao longo desses anos. Vou tentar, então, esboçar algumas das “ajudas” que a tese pode desenvolver, respondidos os objetivos. Essa questão não representa para mim apenas uma questão pontual, exclusiva ao meu trabalho, mas a entendo como uma questão ampla: o que a ciência e o que a administração podem ajudar nesse contexto? Sem recorrer a uma resposta doutrinária ou apologética, naquele momento minha resposta sinalizava para **a visibilidade dos dramas lá vivenciados para outros públicos, outras comunidades** (a científica, por exemplo). Assim, meu compromisso com seu João e com tantos outros interlocutores que compartilharam seus dramas, abriram suas casas e suas emoções, foi trazer **inteligibilidade**, descrever situações e analisar aspectos que vivenciam em seus cotidianos. Talvez tenhamos nos alongado em alguns detalhes para o leitor e, ao mesmo tempo, tenhamos sido sintéticos demais para os atingidos, para os atores que demandam respostas e vivenciam o drama diariamente. Eu refleti com a entrevista e com as interações, e com a escrita das análises me distanciei do campo, evitando a continuidade da coleta, o que dificultaria chegar na seção final desta tese, isso porque a arena continua em pleno movimento. Mais uma vez, como descrevemos na metodologia, não chegamos à saturação, mas procuramos dar conta da pluralidade. Entendemos que a atuação em uma rede de pesquisa contribuiria para o amadurecimento de algumas questões e que um trabalho isolado, sendo apenas um pesquisador em campo, apresenta desafios quanto ao fôlego e cobertura das questões.

Além das limitações inerentes ao “ser mais um pesquisador em campo”, por sentir as dificuldades de cercar o tema e descrever com densidade e clareza as cenas e movimentos pelo grande volume de material sendo produzido cotidianamente, consideramos que nosso uso do Próspero foi limitado e poderia ser ampliado. Justificamos essa questão por alguns

motivos, seja pela dificuldade em interagir com os pesquisadores do GSPR frente à impossibilidade do doutorado sanduíche com a pandemia, seja pela necessidade de integrar uma perspectiva mais ampla de desastres para dar conta de um dossiê maior para o trabalho analítico com a aplicação da socioinformática.

Pretendíamos, ainda, apresentar os dados e retornar, pelo menos, mais uma vez na vila para apresentar os resultados e complementar algumas das noções por meio de suas contribuições, no entanto, mais uma vez, em função do momento vivido, isso não foi possível. Retornaremos assim que for possível e argumentaremos que a reparação depende da construção de um espaço de experimentação com atores, atingidos, órgãos públicos, mineradoras, pesquisadores, para construção de uma ação pública que não se limite aos dispositivos normativos criados em Justiça e que permita um processo de constantes reconfigurações ao longo do processo. Poderia ter como resposta a esse argumento: – “Ora, mas isso existe. Foi criado um sistema de governança”. No entanto, a resposta parece clara: criou-se um sistema que se sobrepõe às redes sociotécnicas já existentes no território, que não leva em conta essas realidades e suas particularidades. Certamente exigiria um novo percurso, e esse percurso não repararia as vidas perdidas ou os danos nos modos de vida, afinal nada será como antes amanhã. Todavia, ao mesmo tempo, não será como antes o amanhã se puderem construir esse amanhã. Há uma dimensão de esperança nesse amanhã. Esse processo poderia ser menos problemático se encarasse as vulnerabilidades com vistas a superá-las.

Aos estudantes em administração, que costumam questionar sobre teoria e prática, esperamos poder trazer algumas novas considerações, respostas e proposições, seja quanto aos caminhos em aberto para construção de investigação coletiva, seja para ampliar a noção da ação pública em contextos periféricos para além da tecnocracia, em busca da democracia, mas, sobretudo, para que estejam abertos e sensíveis às experimentações “com” e “para” os atores.

5.2 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS

Nesta última seção, apresentamos alguns dos desafios teóricos que consideramos oportunos, empreendemos esforços para avanços sobre a construção de uma ação pública pragmatista e também apresentamos alguns dos dilemas atuais em campo. Consideramos que a abordagem construída aqui possa ser utilizada para tratar de outras arenas no contexto brasileiro e incentivamos pesquisadores que embarquem nesse esforço de refletir sobre a ação pública e os desafios de nosso tempo, frente às crises da democracia e ao antropoceno, para

que possamos, em conjunto, refletir sobre a utilização das abordagens teórico e metodológicas pragmatistas com os “pés descalços” na ação pública brasileira.

Entre os desafios futuros que vislumbramos para o empreendimento de ação pública pragmatista, estão **como construir uma perspectiva de ação pública ainda mais plural e simétrica?** Talvez essa seja uma das principais questões que tocam nossa área. Se por um lado, busca-se ultrapassar a matriz estadocêntrica por uma sociocêntrica (KEINERT, 2000; ANDION, 2012), a questão que colocamos é que precisamos avançar para uma matriz “biocêntrica” para dar conta da simbiose dos meios em interação. Essas reflexões no campo das ciências sociais parecem avançar, no entanto, na área da administração pública e no campo da ação pública, como levar em conta uma perspectiva menos antropocêntrica? Em alguns momentos criticamos a falta de participação dos atores locais, que poderiam argumentar que temos um abismo nos processos democráticos para falar em diversidade ontológica. No entanto, uma das reflexões como forma de proposição é: e se essas agendas e projetos andassem em conjunto? Democratizar a área com e para humanos e não humanos representa um compromisso não apenas humano, mas coletivo, e nos parece que avançar nos instrumentos de gestão e governança centrados apenas nas cadeiras para os humanos não dá conta dos processos vivenciados a partir das crises e catástrofes de nosso tempo. Essa é uma das aberturas, para a qual ainda temos poucas respostas. Entretanto, recomendamos aprofundamento nas noções de experiência e transação como caminhos pela via pragmatista em diálogo com obras recentes, como a obra organizada por Morgner (2020), na série sobre sociologia relacional, dedicada ao conceito de *trans-action* de John Dewey.

Além disso, entendemos que seja necessário refletir e aprofundar mais sobre as emoções, seja em diálogo com os trabalhos de William James, seja com sociologia ou antropologia das emoções em nossa área. Os entrevistados se emocionaram ao lembrarem-se do passado, de diversos modos. Alguns se emocionaram ao lembrarem-se do passado da vila agora em uma dinâmica outra, outros ao lembrarem-se do evento em si e de como sentiram isso nos primeiros momentos, enquanto outros se emocionaram ao pensar no futuro. Ao lembrarem-se do passado, a emoção é carregada de lembranças, fortemente relacionadas à sua cultura, à pesca, ao congo, a entes queridos que construíram essa história e se foram; no presente, a emoção é marcada pelo sentimento de impotência frente aos desafios de lidar com as empresas/fundação e sua lógica, de dúvida sobre as reparações e indenizações, por vezes por não terem sido “aprovados” enquanto atingidos, pescadores, por não saberem se podem beber a água e dar aos seus filhos, por seu lazer e sua relação perdida com o rio; ao falarem de futuro, as emoções são relacionadas à dúvida, ansiedade. Além disso, consideramos que o

diálogo em torno **dos ritmos e da aceleração** possa ser oportuno para pensar a trajetória da ação. Nesse sentido, vemos que o empreendimento de Harmut Rosa (2019) pode trazer *insights* para refletir sobre caminho. Entendemos que essas reflexões nos ajudarão a continuar a construção de um ferramental analítico da ação pública.

Por isso, atualizamos o leitor sobre alguns dos dramas atuais, que se seguem. Hoje há 85 mil ações judiciais sobre o caso (PIMENTEL, 2021b). Consideramos que estudos das cenas jurídicas possam contribuir para a compreensão do fenômeno, como uma outra entrada em campo. No início do ano, uma das tensões foi a decisão favorável do magistrado responsável pelo caso de diminuição do valor do auxílio financeiro para atingidos da categoria de subsistência, cujo fundamento consistiu no valor de referência adotado pelo Governo Federal (FREITAS, 2021). Em 30 de março, promotores, procuradores e defensores públicos pediram a suspensão do juiz Mário de Paula Franco da 12ª Vara, e, em abril deste ano (2021), uma carta aberta com 145 assinaturas (MAB, 2021; PIMENTEL, 2021a) de juristas e organizações não governamentais solicitou afastamento do juiz Mário de Paula Franco, da 12ª Vara Federal, considerando que suas decisões favorecem as mineradoras, não os atingidos (ZUBA; FIÚZA; PIMENTEL, 2021). O STF intervém no processo e institui um novo processo de mediação:

O ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, designou a conselheira Maria Tereza Uille Gomes para fazer a mediação. O resultado deste trabalho é esta carta de premissas que define estratégias para elaboração de um novo acordo. 10 premissas da carta:

- Acordo integral com definitividade e celeridade
- Continuidade de medidas reparatórias
- Continuidade do fluxo de informações via CNJ
- Suspensão da ACP de 155 bilhões principal pelo período de 120 dias; envidar melhores esforços para suspender a ACP de extinção da Renova, após decisão do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência e suspensão da ACP publicidade pelo período de 120 dias
- Havendo alguma divergência entre as partes durante as negociações, deverão comunicar previamente e tentar resolver a questão de forma extrajudicial dentro de máximo de 15 dias
- Autocomposição pelo ordenamento jurídico
- Postergar discussão do cômputo das medidas reparatórias e compensatórias já executadas
- Desburocratização da governança atual
- Entrega de soluções definitivas, quitação de obrigações, visando a extinção de ações judiciais e substituição de acordos previamente firmados
- Fica assegurado às partes tratarem com seus representados os temas discutidos durante as negociações, vedado o compartilhamento de texto ainda em construção. (PIMENTEL, 2021b).

Cabe, assim, um acompanhamento dos novos acordos em curso. Em 26 de abril, por exemplo, uma reunião semipresencial buscou conciliação, seguindo exemplo de Brumadinho. O acordo entre Governo de Minas e Vale, sancionado em fevereiro de 2021, foi o maior já

realizado na América Latina (RONAN; PEIXOT.; MORATORI, 2021). O MPMG entrou com pedido de intervenção de extinção da Fundação Renova (MPMG, 2021a), após ter quatro vezes suas contas rejeitadas pelo órgão. O MP acusa desvio de objetivos, denuncia altos salários da diretoria, com casos em que o somatório chegaria a 1 milhão de reais por ano (MPMG, 2021b).

Em 24 de junho, uma reportagem no G1 retratou os novos prazos para o novo acordo:

Em 120 dias, um novo acordo para reparação de danos causados pela tragédia de Mariana, há mais de cinco anos, será assinado entre as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, além das defensorias públicas e ministérios públicos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Esta é a **expectativa dos órgãos públicos** que definiram nesta semana uma carta com premissas que farão parte deste documento. (PIMENTEL, 2021b, on-line, grifo nosso).

Em diálogo com um de nossos interlocutores em campo sobre o novo acordo, vimos desconfiança com relação ao processo, como mais uma ação de gabinete no âmbito jurídico e político, sendo que os governos parecem interessados em elencar as obras para o novo acordo e os atores parecem interessados em um fechamento, um fim do processo. Nesse diálogo, durante a ligação, ele me disse: “assim caminham os negócios no Brasil. E todos ganharão homenagens! Os célebres em gestão de processos judiciais em tragédias e em governança. É, o crime no Brasil compensa”.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, **Cadernos ENAP**, n. 10, 1997.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 5, 2002.

AERH-ES. **Governador em exercício dá posse à diretoria do CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce**. 18 de set. 2015. Disponível em: < <https://agerh.es.gov.br/governador-em-exercicio-da-posse-a-diretoria>>. Acesso em 22 de maio de 2020.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Promotor vê “lógica perversa” na impunidade do crime socioambiental de Mariana**. 06 de nov. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/610574-promotor-ve-logica-perversa-na-impunidade-do-crime-socioambiental-de-mariana/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005b.

ALBERTI, V. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. **História oral**, v. 8, n. 1, p. 11-28, 2005a.

ALBUQUERQUE, M. do C.; GALDEANO, A. P. **Para além de dizer não: como construir mudanças?** Cartilha n. 5. set. 2019. Disponível em:<<https://www.comriocommar.com.br/materiais>>. Acesso em 04 abril de 2020.

ALIANÇA RIO DOCE. **Aliança Rio Doce une cidadãos, ativistas, iniciativas e interessados para somar forças no movimento [...]**. Facebook: aliancariodoce. Disponível <https://www.facebook.com/aliancariodoce/photos/?ref=page_internal>. Acesso em 15 de junho de 2020.

ALLEN, B. Experiments in democracy. **Contemporary Pragmatism**, v. 9, n. 2, p. 75-92, 2012.

ALMEIDA, A. de P. et al. Avaliação do estado de conservação da tartaruga marinha *Dermochelys coriacea* (Vandelli, 1761) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira-BioBrasil**, n. 1, 2011.

ALVES, F. I. A. B.; CARNEIRO, C. M. B.; PAIVA, D. A. 2020. Os efeitos do desastre ambiental de Mariana sobre a reputação da Samarco Mineração S.A. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**. v.10, n.4, p. 69-89, dez. 2020.

ALVES, M. A. et al. Fórum. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, 2008.

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

ANDION, C et al. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017.

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos Ebape. BR**, v. 10, n. 1, p. 01-19, 2012.

ANDION, C.; MORAES, R. L.; GONSALVES, A. Civil society organizations and social innovation. How and to what extent are they influencing social and political change?. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 90, p. 5-34, 2017.

ANDION, C.; MAGALHÃES, T. (Re) Aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas: experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Sociedade e Estado**, Brasília, 2021. No prelo.

ANDRADE, J. A de; VALADÃO, J. de A. D. Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: tecnologia social e a educação no campo em Rondônia. **Revista de Administração Pública**, n. 51, v. 3, p. 407-430, 2017.

ANSELL, C.; BOIN, A. Taming deep uncertainty: The potential of pragmatist principles for understanding and improving strategic crisis management. **Administration & Society**, v. 51, n. 7, p. 1079-1112, 2019.

ANSELL, C. Collaborative governance. In: LEVI-FAUR, David. **Oxford Handbook of governance**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ANSELL, C.; BOIN, A. Taming deep uncertainty: The potential of pragmatist principles for understanding and improving strategic crisis management. **Administration & Society**, v. 51, n. 7, p. 1079-1112, 2019.

ANSELL, C.; TRONDAL, J.; ØGÅRD, M. **Governance in Turbulent Times**. Oxford University Press: Oxford, 2017.

ANVISA. **Esclarecimento: Caso Samarco: nota conjunta sobre pescado**. 19 de nov. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2019/caso-samarco-nota-conjunta-sobre-pescado>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

BAETA, J. 'Em 18 anos de carreira, foi a primeira vez que eu me emocionei assim'. **O Tempo**. 10 mai. 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/hotsites/mar-de-lama/em-18-anos-de-carreira-foi-a-primeira-vez-que-eu-me-emocionei-assim-1.1162277>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

BAPTISTOTTE, C. Tartarugas marinhas: Projeto TAMAR. In: Congresso de Herpetologia no Brasil, 1., 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Fundação Biodiversistas e Fundação Ezequiez Dias, 1994. p. 33-37.

BARBOT, J.; CAILBAULT, I. Figures de victimes et réparation des violences faites aux corps. **Politix**, n. 2, p. 91-113, 2010.

BARBOT, J.; DODIER, N. De la douleur au droit. Ethnographie des plaidoiries lors de l'audience pénale du procès de l'hormone de croissance contaminée. In: BERGER, M.; CEFAÏ, D.; GAYET-VIAUD, C. **Du civil au politique: ethnographies du vivre-ensemble**. Bruxelles: PIE Peter Lang, 2011.

BARBOT, J.; DODIER, N. Violence et démocratie au sein d'un collectif de victimes. Les rigueurs de l'entraide. **Genèses**, n. 4, p. 84-103, 2010.

BARBOT, J.; WINANCE, M.; PARIZOT, I. Imputer, reprocher, demander réparation. Une sociologie de la plainte en matière médicale. **Sciences sociales et santé**, v. 33, n. 2, p. 77-105, 2015.

BARCELOS, E. et al. A Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce: Mineração e territorialidades em tensão. **Terra Livre**, v. 2, n. 43, p. 225-266, 2014.

BARRETO, L. C.; ROSA, D. D. da; MAYORGA, C. Comunidades sujas de lama: da destruição à resignificação e a resistência em Mariana/MG. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100224&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 fev. 2021. [Epub Aug 05, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32214674>.]

BARTHE, Y.; CALLON, M.; LASCOUMES, P. **Agir dans un monde incertain**. Essai sur la démocratie technique. Média Diffusion, 2014.

BBC. '**Nem deu tempo de chorar**': a difícil missão de salvar filhotes de tartaruga de 'mar de lama'. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151125_tartarugas_tamar_es_cc>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BECK, U. A política na sociedade de risco. **Revista Ideias**, v. 2, n. 1 (nova série), Campinas, 2010, p. 230-252.

BECK, U. **A sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECKER, H. De que lado estamos? In: LÉZÉ, S.; FASSIN, D. **A questão moral: uma antologia crítica** Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

BERNSTEIN, R. J. **The pragmatic turn**. Polity, 2010.

BESSY, C.; CHATEAURAYNAUD, F. **Experts et faussaires**. Pour une sociologie de la perception. Paris: Petra, 2014.

BICALHO, C. S. Impactos dos projetos de desenvolvimento na pesca artesanal de Regência Augusta/ES. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS-UFES, 1., 2011. **Anais...** Vitória, 2011.

BIDET, A.; BOUTET, M.; CHAVE, F. Além da inteligibilidade mútua: a atividade coletiva como transação. Uma contribuição do pragmatismo ilustrada por três casos. In: CANTU, et

al. (Org.). **Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil**. Campinas: Pontes, 2019.

BOEIRA, S. L.; KNOLL, A.; TONON, I. L. Edgar Morin, Chanlat e institucionalistas. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 266-324, 2016.

BOHMAN, J. Réaliser la démocratie délibérative comme mode d'enquête : le pragmatisme, les faits sociaux et la théorie normative, **Tracés. Revue de Sciences humaines**. v. 15, 2008.

BOLTANSKI, L. **De la critique**. Précis de sociologie de l'émancipation. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, L. THÉVENOT. L. **De la justification**. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BORBA, J.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, n. 101, p. 27-55, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – MPMG. **MPMG identifica irregularidades no funcionamento da Fundação Renova e rejeita contas prestadas referentes ao exercício de 2019**. 19 de fev. de 2021b. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-identifica-irregularidades-no-funcionamento-da-fundacao-renova-e-rejeita-contas-prestadas-referentes-ao-exercicio-de-2019.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. **Ministério Público questiona acordo entre União, Estados de MG e ES, Samarco, Vale e BHB Billiton**. 02 mar. 2016b. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/nota-a-imprensa-2013-ministerio-publico-questiona-acordo-entre-uniao-estados-de-mg-e-es-samarco-vale-e-bhb-billiton>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. **MPF obtém decisão que proíbe pesca na Foz do Rio Doce por conta da lama da Samarco**. 19 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/mpf-obtem-decisao-que-proibe-pesca-na-foz-do-rio-doce-por-conta-da-lama-da-samarco>>. Acesso em: 4 março 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF/ES. **MPF/ES realiza reunião com moradores de Linhares afetados pela lama de rejeitos da Samarco**. Assessoria de Comunicação Social, Vitória, dez. 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/mpf-es-realiza-reuniao-com-moradores-de-linhares-afetados-pela-lama-de-rejeitos-da-samarco>. Acesso em: 8 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF/ES. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC**. 2 mar. 2016. Dispõe sobre acordo entre o Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. Brasília, 2016. Disponível em: <http://ibama.gov.br/cif/cif-comite-interfederativo>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF/ES. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta** – TTAC. 2 mar. 2016. Dispõem sobre acordo entre o Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. Brasília, 2016. Disponível em: <http://ibama.gov.br/cif/cif-comite-interfederativo>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF/ES. **Termo de Ajustamento Preliminar** – TAP - entre Ministério Público Federal, Samarco Mineração S/A, VALE S/A e BHP Billiton Brasil LTDA (TAP). 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/acordo-samarco-mpf.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF/ES. **Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar** – TCSA. 2015 .Disponível em: http://www.pres.mpf.mp.br/anexosNoticia/ID-002834__TERMO%20SAMARCO.pdf. Acesso em: 14 maio 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF/ES. **Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar** (TAP) - TAP-ADITIVO - firmado entre Ministério Público Federal, Samarco Mineração S/A, VALE S/A E BHP Billiton Brasil LTDA (TAP). 16 nov. 2017. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/4/49FCEF1A5308BD_aditivoTAP.pdf. Acesso em 10 de maio de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF/ES. **Termo de Ajustamento de Conduta** - TAC-GOV - celebrado entre o MPF, o MPMG, o MPES, a DPU, a DPMG, a DPES, a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Agência Nacional de Águas - ANA, a Agência Nacional de Mineração - ANM, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, o Estado de Minas Gerais, o IEF-MG, o IGAM, a FEAM, o Estado do Espírito Santo, o IEMA-ES, o IDAF-ES, a AGERH-ES e a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A., a BHP Billiton Brasil Ltda e a Fundação Renova. Belo Horizonte. 25 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/casomariana/documentos/tac-governanca>. Acesso em 05 de novembro de 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – MPMG. **MPMG pede na Justiça extinção da Fundação Renova**. 24 fev. 2021a. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-pede-na-justica-extincao-da-fundacao-renova.htm>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª. região. **Ação Civil Pública n. 0132641-52.2015.4.02.5005**. 09 nov. 2015.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª. região. **Agravo de Instrumento AG 0013415-33.2015.4.02.0000 RJ 0013415-33.2015.4.02.0000**. 28 jul. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 45, p. 49-95, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 36, p. 85-104, 1995.

BREVIGLIERI, M.; STAVO-DEBAUGE, J. Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. **Anthropologica**, n. 7, p. 7-22, 1999.

BRYNER, G. C. Organizações públicas e políticas públicas. In: PETERS, G.; PIERRE, J. (Org.) **Administração pública**: coletânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

BURRELL, G; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. Hants: Ashgate, 2008.

CAITANO, D. I. M. O. **No limite da razão**: a tensão, o deliberar e phronesis: uma análise pragmática sobre as situações críticas de gestão no trabalho dos agentes no Complexo Penitenciário do Estado (COPE). 2016. 313 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2016.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER, ESPORTE E TURISMO – CT-ECLÉT. NOTA TÉCNICA N. 33/2020. **Aprovar com ressalvas a nova definição do PG13**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-ECL/2020/cif-ct-ecl-et-nt-2020-33.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL – CTOS. NOTA TÉCNICA N. 022/2018/CTOS-CIF. **Análise do Relatório Técnico do Projeto Piloto**. 20 jul. 2018. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2018/cif-ct-os-nt-2018-22.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL – CTOS. NOTA TÉCNICA Nº 43/2020/CTOS-CIF. **Análise e Avaliação do Projeto Piloto Pescador de Fato no âmbito da CTOS e do CIF**. 27 fev. 2020. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2020/cif-ct-os-nt-2020-43.pdf>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

CANAL ABERTA. **Regência Vive**. YouTube, 06 dez. 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/wfFSgnt6FSU?t=1386>>. Acesso em 18 de maio de 2019.

CANOZO, R. Comédia e resistência nas sátiras gráficas. **Jornal da Unicamp**. 17 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/17/comedia-e-resistencia-nas-satiras-graficas>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CARDOSO, D. et al. Gestão do conhecimento nas respostas a desastres naturais: a experiência da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 2, p. 90-106, 2014.

CÁRITAS. **Comunicadores unidos pela regeneração do Rio Doce**. 06 de ago. 2018. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/comunicadores-unidos-pela-regeneracao-rio-doce/>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

CARTA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO DOCE. 15 dez. 2017. Disponível em: <https://sei.ibama.gov.br/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=9044&id_doc>

umento=1925270&infra_hash=688f5e80673280dc8bee5dbcff3f40ef>. Acesso em: 8 maio 019.

CARVALHO, D. W. Direito Internacional dos Desastres: da Centralidade na Resposta Humanitária à Formação do Dever Internacional de Redução de Riscos de Desastres . **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 335-350, 2020.

CASTILHO, A. L. **O Eco**. Código de mineração: teia liga políticos a mineradoras. 03 de out. 2013. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/27640-codigo-de-mineracao-teia-liga-politicos-a-mineradoras/>> . Acesso em: Acesso em: 10 de junho de 2018

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

CAVALCANTI, S.; LOTTA, G. S.; PIRES, R. R. C. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

CAU, P. F. dos S. **Entre cantos e contos: a construção da memória coletiva das práticas culturais em Regência Augusta**. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário do Norte do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, São Mateus, 2019.

CEFAÏ, D. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. **Rezeaux**, v. 75, n. 1, p. 43-66, 1996.

CEFAÏ, D. **Porquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: Découverte, 2007.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, D. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena público em torno da associação La Bellevilleuse em Paris. In: CEFAÏ, D. et al. (Ed.). **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: EDUFF, 2011.

CEFAÏ, D. Vers une ethnographie (du) politique. Décrire des ordres d'interaction, analyser des situations sociales In: BERGER, M.; CEFAÏ, D.; GAYET-VIAUD, C. **Du civil au politique: ethnographies du vivre-ensemble**. PIE Peter Lang, 2011.

CEFAÏ, D. Mondes sociaux: enquête sur un héritage de l'écologie humaine à Chicago. **SociologieS**, 23 fev. 2015.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017a.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas : o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 129-142, 2017b.

CEFAÏ, D. ¿Qué es la etnografía? Segunda parte. Inscripciones, extensiones y recepciones del trabajo de campo. **Persona y Sociedad**, v. 27, n. 3, p. 11-32, 2018.

CEFAÏ, D. et al. Introduction du Dossier. **Pragmatisme et sciences sociales** : explorations, enquêtes, expérimentations. February 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/sociologies/4915>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

CEFAÏ, D.; VEIGA, F. B.; MOTA, F. R. Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, D. et al. (Ed.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011

CENI, J. C.; RESE, N. Samarco e o rompimento na barragem de Fundão: a narrativa como um recurso performativo da prática estratégica de *sensegiving* inerente ao *strategizing* pós-desastre. **Organizações & Sociedade**, v. 27, p. 268-291, 2020.

CENTEMERI, L. Retour à Seveso: La complexité morale et politique du dommage à l'environnement. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 66(1), 2011. p. 213-240.

CENTEMERI, L. Reframing Problems of Incommensurability in Environmental Conflicts Through Pragmatic Sociology: From Value Pluralism to the Plurality of Modes of Engagement with the Environment. **Environmental Values**, 24, 2015, p. 299–320.

CENTRO TAMAR; RVS SANTA CRUZ (ICMBio). **Informação Técnica no 1/2016**. Assunto: Sobrevoos de Monitoramento da Pluma de Rejeitos Proveniente da Barragem de Fundão. Processo SEI no 02044.010010/2016-48. 2016.

CHADE, J. **UOL**. Relatoria da ONU: Mariana e Brumadinho revelam "farsa da justiça". 17 set. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/17/relatoria-da-onu-mariana-e-brumadinho-revelam-farsa-da-justica.htm>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

CHANLAT, J-F; SÉGUIN, F. (Org.) **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Montréal: Gaëtan-Morin, 1983.

CHATEAURAYNAUD, F. A Captura como experiência: investigações pragmáticas e teorias do poder. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017.

CHATEAURAYNAUD, F. **Argumenter dans un champ de forces**. Essai de balistique sociologique, Paris: Petra, 2011.

CHATEAURAYNAUD, F. Des prises sur le futur Regard analytique sur l'activité visionnaire. In: Dominique Bourg, Pierre-Benoît Joly et Alain Kaufmann (Dir), Retour sur la société du risque - Colóquio de Cerisy. **Anais...** 2012.

CHATEAURAYNAUD, F. Pragmatiques des transformations et sociologie des controverses: les logiques d'enquête face au temps long des processus. IN: CHATEAURAYNAUD, F.; COHEN, Y. (Org.). **Histoires pragmatiques**. Paris: EHESS, 2016, p.349-385.

CHATEAURAYNAUD, F. **Public controversies and the Pragmatics of Protest: Toward a Ballistics of collective action**. 2009. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00373686/document>. Acesso em: 02/08/2019.

CHATEAURAYNAUD, F. **Public controversies and the pragmatics of protest.** Toward a ballistics of collective action. Working Paper EHESS, Paris, 2009.

CHATEURAYNAUD, F. A criticidade das causas ambientais: apreender as controvérsias públicas pelos ambientes em interação. In: CEFAÏ, D.; MELLO, M. A. S.; MOTA, R. F.; VEIGA, F. B. (Ed.). **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa.** Niterói: EDUFF, 2011, 2011.

CHATEAURAYNAUD, F. Trajectoires argumentatives et constellations discursives. **Réseaux**, n. 6, p. 121-158, 2014.

CHATEAURAYNAUD, F.; DEBAZ, J. Agir avant et après la fin du monde, dans l'infinité des milieux en interaction. **Multitudes**, n. 3, p. 126-132, 2019.

CHATEAURAYNAUD, F.; DEBAZ, J. **Aux bords de l'irréversible: sociologie pragmatique des transformations.** Paris: Éditions Petra, 2017.

CHATEAURAYNAUD, F.; DEBAZ, J. Plurality of Temporalities, Complexity and Contingency in Repairing after Dam Failures in Minas Gerais. In: CENTEMERI, L., TOPÇU, S.; BURGESS, J. P. **Repairing Environments in Post-Disaster. Situations. Experiences, Mobilizations, Frictions.** Routledge (Forthcoming in 2021).

CIA VILA REGÊNCIA. **Turnê Cultural da Banda Natividade e Cia de Artes Regência Augusta [...].** 20 set. 2017. Facebook: ciadeteatroregenciaaugusta. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ciadeteatroregenciaaugusta/photos/a.189680604570126/680186625519519>>. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da social-democracia?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 117-150, 1991.

COAN, E. I. “Os quarenta anos do álbum ‘Clube da Esquina’: resistência política e inovação musical na Sociedade do Espetáculo brasileira”. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 54, jun. 2012.

COCCO, G. La catastrophe du rio Doce, le Tchernobyl brésilien. **Multitudes**, n. 1, p. 5-13, 2016.

COELHO, T. P. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 41, p. 252-267, 2018.

COHEN, Y. La pratique des praticiens. IN: CHATEAURAYNAUD, F.; COHEN, Y. (Org.). **Histoires pragmatiques.** Paris: EHESS, 2016, p.349-385.

COMETTI, J.-P.. Qu'est-ce que le pragmatisme? Gallimard, Paris: 2010, p. 59.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE – CBH-DOCE. **Plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Doce e planos de ações para as unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos no âmbito da bacia do rio doce.** Relatório Final – Volume I. Junho 2010. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PIRH_Doce_Volume_I.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2018.

CORRÊA, D. S. A sociologia pragmática em três gestos: uma proposta para a teoria social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 19., 2019. **Anais...** Florianópolis, 2019.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. C. A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 1, p. 67-99, Apr. 2016 .

COSTA, C. G. F.; HOLANDA, A. K. C.; DÍAZ-AMBRONA, C. G. H. Riesgo, innovación y desarrollo en un clima cambiante: el papel de las políticas de preparación para sequías y gestión de riesgo de desastres en Ceará, Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 87-105, 2016.

COUZEMENCO, F. **Século Diário**. Metade dos indicadores ambientais se alterou após rompimento da barragem. 09 fev. 2021. Disponível em:
<<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/metade-dos-indicadores-ambientais-se-alterou-apos-rompimento-da-barragem>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

CREADO, E. S. J. et al. Modos de olhar, contar e viver: a chegada da lama da Samarco na foz do Rio Doce, em Regência Augusta (ES), como um evento crítico. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. 1ed. RJ: Folio Digital, Letra e Imagem, 2016. v.1, p.233-261.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA SILVA, G. A.; BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F. Refugiados de Bento Rodrigues: o desastre de Mariana, MG. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 2, p. 63-81, 2017.

DAGNINO, E. Sociedade, espaços públicos e a construção democrática: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002. 364 p.

DAS, V. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Oxford: 1995.

DE PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. The new public service revisited. **Public Administration Review**, v. 75, n. 5, p. 664-672, 2015.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. Cengage Learning, 2012.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V.. The new public service: Serving rather than steering. **Public administration review**, v. 60, n. 6, p. 549-559, 2000.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **The Sage handbook of qualitative research**. SAGE, 2011.

DÉPELTEAU, F. 'Toward a processual - Relational Adaptation of 'Substantialist' Sociology: starting with Durkheim', **Sociologia**, v. 4, 2017.

DÉPELTEAU, F. 'Relational sociology, pragmatism, transactions and social fields' **International Review of Sociology**, v. 25, n. 1, p. 45-64, 2015.

DÉPELTEAU, F. 'Relational Thinking in Sociology: Relevance, Concurrence and Dissonance'. **The Palgrave Handbook of Relational Sociology** (Ed. by F. Dépelteau). New York: Palgrave Macmillan, p. 3-34, 2018.

DEWEY, J. **Experiência e Natureza**. Os pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974.

DEWEY, J. **A arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

DEWEY, J. **Le Public et ses problèmes**. Tradução do inglês de Joëlle Zask. Paris: Gallimard, 2010b.

DEWEY, J. **Reconstrução em Filosofia**. São Paulo: Ícone: 2011.

DEWEY, J. **Teoria da vida moral**. São Paulo: IBRASA, 1964.

DEWEY, J. **A arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

DIELEMAN, S. Pragmatist tools for public administration. **Administration & Society**, v. 49, n. 2, p. 275-295, 2017.

DIMAGGIO, P.J.; POWELL, W.W. Introduction. In DIMAGGIO, P.J.; POWELL, W.W (Eds.), **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 1-38.

DODIER, N. O espaço e o movimento do sentido crítico. **Forum sociológico**, n. 13-14, n. 2, p. 239-277, 2005.

DODIER, N.; BARBOT, J. A força dos dispositivos. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 487-518, aug. 2017.

DODIER, N.; BARBOT, J. As ações para reparação. Transformar o olhar sobre as vítimas. In: CANTU, R.; et al. (Org.). **Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil**. Campinas: Pontes, 2019, p. 331-348.

DOS SANTOS, M. C. O conceito de "atingido" por barragens-direitos humanos e cidadania. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 2, p. 113-140, 2015.

DOSSE, F. **Império do Sentido: a Humanização das Ciências Humanas**. São Paulo: Edusc, 2003.

DRESCH, R.; DOWBOR, M. A interação entre a sociedade civil e o ministério público do trabalho do estado do espírito santo: um estudo a partir do desastre da samarco. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 19, n. spe, p. 104-120, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 maio 2021.

DUKE; GALVÃO, R. Charge O Tempo. **O Tempo**. 21 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/charges/charge-o-tempo-21-11-1.1175099>> . Acesso em: 7 abr. 2019.

DURAN, P.; THOENIG, J.-C.. L'Etat et la gestion publique territoriale. **Revue française de science politique**, p. 580-623, 1996.

EMIRBAYER, M. ‘Manifesto for a Relational Sociology’. **The American Journal of Sociology**, Vol. 103, No. 2, p. 281 – 317, 1997.

ESCOBAR, H. Mud tsunami wreaks ecological havoc in Brazil. **Science**, v. 350, p. 1138-1139, 2015.

ESPINDOLA, H. S.; NODARI, E. S.; SANTOS, M. A. dos. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 81, p. 141-162, 2019.

FABRÍCIO, S. A.; FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A. A Panorama of Mariana and Brumadinho Disasters: What do we Know so Far?. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 27, n. 1, p. 128-152, 2021.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011.

FARAH, M. F. S. Institucionalização do Campo de Administração Pública: reflexões sobre o passado e desafios do futuro. **NAU Social**, v. 9, n. 17, 2018.

FARAH, M. F. S.. Formação em política pública no Brasil. Das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “campo de públicas”. **Estudios Políticos**, n. 49, 2016, p. 192-215.

FARJOUN, M.; ANSELL, C.; BOIN, A. Pragmatism in Organization Studies: Meeting the Challenges of a Dynamic and Complex World. Perspective. **Organization Science**. v. 26, n. 6, 2015 p. 1-18.

FASSIN, D. Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals. **Anthropological Theory**, v. 8, n. 4 , 2008.

FASSIN, D. **Humanitarian reason**: a moral history of the present. Berkeley: University Of California Press, 2011.

FASSIN, D. Introdução. In: LÉZÉ, S.; FASSIN, D. **A questão moral**: uma antologia crítica Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

FASSIN, D. Introduction: governing precarity. In: FASSIN, D. et al. **At the Heart of the State**. Pluto Press, 2015.

FASSIN, D. **La raison humanitaire**. Une histoire morale du temps présent. Paris: Gallimard/Seuil, 2010.

FASSIN, D.; RECHTMAN, **The empire of Trauma: an inquiry into the condition of victimhood**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FELSTINER, W. L. F.; ABEL, R. L.; SARAT, A. The Emergence and Transformation of Disputes: Naming, Blaming, Claiming.. **Law and society review**, p. 631-654, 1980.

FERNANDES, V. Lama no Rio Doce: Fundação Renova rompe contrato de estudos com a Ufes. **A GAZETA**. 07 out. 2020. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/lama-no-rio-doce-fundacao-renova-rompe-contrato-de-estudos-com-a-ufes-1020>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FESTA do Caboclo Bernardo mantém viva a tradição de Regência. Canal Samarco Mineração. YouTube. 30 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vk8twvQDvns>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

FISCHER, F. Beyond Empiricism: policy inquiry in post positivist perspective. **Policy Studies Journal**, v. 26. n. 1, p. 129-146, 1998.

FISCHER, F.; FORESTER, J. (eds.). **The argumentative turn in policy analysis and planning**. 2. ed. Durham: Duke University Press, 1996.

FONSECA, C.; MARICATO, G. Criando comunidade: emoção, reconhecimento e depoimentos de sofrimento. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 15, n. 2, 2013.

FONTOURA, Y. et al. “Da lama ao caos”: reflexões sobre a crise ambiental e as relações Estado-empresa-sociedade. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, 6(15), p. 17-41, 2019.

FOZ DO RIO DOCE. **Portal Foz do Rio Doce – Tudo sobre Regência, Degredo e Povoação**. Disponível em: <<http://www.fozdorioce.com.br/>>. Acesso em: 14 abril 2019.

FREGA, R.; SILVA, F. C. da. Pragmatism and the Social Sciences. A Century of Influences and Interactions, vol. 1. **European Journal of Pragmatism and American Philosophy**, v. 3, n. III-2, 2011.

FREITAS, E. Tragédia de Mariana: Renova não poderá substituir auxílio por 'kit proteína' em 2021, mas redução do valor é mantida. **G1**. 19 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/19/tragedia-de-mariana-renova-nao-podera-substituir-auxilio-por-kit-proteina-em-2021-mas-reducao-do-valor-e-mantida.ghtml>>. Acesso em: 10 maio 2021.

- FREITAS, C. M. de; SILVA, M. A. da; MENEZES, F. C. de. O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 25-30, set. 2016 .
- FREITAS, C. M. de et al. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00052519, 2019.
- FREITAS, M. et al . O desastre da Samarco/VALE/BHP: Análise crítica de alguns discursos, racionalidades e percepções. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 68, n. 3, p. 51-56, Sept. 2016 . Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 maio 2019. [<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300015>].
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Análise do Escopo e da Implementação do Projeto-Piloto Pescador de Fato para o Reconhecimento do Pescador Profissional Artesanal. Rio de Janeiro: São Paulo: FGV, 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29594/Capa_Nota%20T%C3%A9cnica%20Pescador%20de%20Fato.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- FUNDAÇÃO RENOVA. **Quem faz parte.** Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/quem-faz-parte/>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.
- FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório Técnico:** Projeto Piloto – Pescador de Fato (Comunidades de Povoação e Regência, Linhares – ES). Junho de 2018. Versão 1.0 Edição 1.0 Atualização 1.3. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2018/cif-ct-os-nt-2018-22.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2019.
- FURLAN, R. Fenomenologia da vida contemporânea: a carne do mundo. In: SILVA, C. A. F.; MÜLLER, M. J. (Org.), **Merleau-Ponty em Florianópolis**. Porto Alegre, RS: Editora fi, 2015. p. 319-358.
- FUTURA. Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer - Linhares. Janeiro de 2017.
- GARRISON, J. Pragmatism and public administration. **Administration & Society**, v. 32, n. 4, p. 458-477, 2000.
- GAZETA ONLINE. Site internacional de viagens elege praia de Regência a 6ª melhor para surfar. 17 mar. 2017. Disponível em <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/norte/2017/03/site-internacional-de-viagens-elege-praia-de-regencia-a-6-melhor-para-surf-1014035052.html>>. Acesso em: 12 de março de 2019.
- GOMES, L. C. et al . Genotoxicity effects on *Geophagus brasiliensis* fish exposed to Doce River water after the environmental disaster in the city of Mariana, MG, Brazil. **Braz. J. Biol.**, São Carlos, v. 79, n. 4, p. 659-664, Nov. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-69842019000400659&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 fev. 2020. [Epub Nov 14, 2018. <https://doi.org/10.1590/1519-6984.188086>].

GOUVEIA, F. **Controvérsias sobre a sustentabilidade do etanol combustível no Brasil: panorama e investigação socioinformática dos jornais online de amplo alcance.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

GRASSANO, F. As tragédias nas capas dos jornais FSP, OESP e O Globo. In: CALDAS, G. **Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?** 2a. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2017.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – GESTA/UFGM. **Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental.** Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/parecer-sobre-o-cadastro-integrado-do-programa-de-levantamento-e-cadastro-dos-impactados-plci-elaborado-pelas-empresas-samarco-e-synergia-consultoria-ambiental/>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

GRUPO INTERDEFENSORIAL DO RIO DOCE –. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA com pedido de Tutela de Urgência.** 27 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.defensoria.es.def.br/site/wp-content/uploads/2018/05/ACP-DPU-DPES-Termo-de-Quita%C3%A7%C3%A3o-Geral.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

GUERREIROS RAMOS, A. **Administração e estratégia do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

GUERREIRO RAMOS, A. **Administração e Contexto Brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1965

GUIVANT, J. S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 1, 2001.

GUIVANT, J. S. O legado de Ulrich Beck. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 227-238, 2016.

HARMON, M. M. **Public administration's final exam: a pragmatist restructuring of the profession and the discipline.** University of Alabama Press, 2006.

HERMSDORFF, R. A onda da vida - uma história de amor e surf. Site Adoro Cinema. Disponível em: <<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-228652/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

HILDEBRAND, D. L. Pragmatism, neopragmatism, and public administration. **Administration & Society**, v. 37, n. 3, 2005, p. 345-359.

HOOD, C. **The Blame Game: Spin, Bureaucracy, and Self-Preservation in Government.** Princeton: Princeton University Press, 2011.

HOOD, C. Intellectual obsolescence and intellectual makeovers: Reflections on the tools of government after two decades. **Governance**, v. 20, n. 1, p. 127-144, 2007.

HOWELL, S. (Ed.) **The Ethnography of Moralities**. London: Routledge, 1997.

HUEBNER, D. R. History and Social Progress. Reflections on Mead's Approach to History. **European Journal of Pragmatism and American Philosophy**, Vol. 8, No. VIII-2, 2017

HUTTER, B.; POWER, M. (Ed.). **Organizational encounters with risk**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Laudo técnico preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. Brasília, 2015.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuição da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A.B (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO, 2016. **Nota Técnica 006/2016 do Centro Tamar, Apa Costa das Algas, Rebio de Combios e RVS de Santa Cruz**. 22 mar. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/docs/doc-3_20160036149-1-ibama.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Nota Técnica nº 23/2017/TAMAR-Vitoria- ES/DIBIO/ICMBio**. Monitoramento da Pluma de Sedimentos Proveniente da Barragem de Fundão. 25 set. 2017. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/nota_tecnica_23_2017_Tamar_ICMBio_monitoramento_pluma.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Editora Vozes Limitada, 2015.

JASANOFF, S. Restoring reason: causal narratives and political culture. In: HUTTER, Bridget; POWER, Michael (Ed.). **Organizational encounters with risk**. Cambridge University Press, 2005.

JAIME, P.; LIMA, A. Uma trajetória antropológica: entrevista com Didier Fassin. **Horizontes Antropológicos**, v. 17, p. 257-279, 2011.

JOAS, H. **The Creativity of Action** . Chicago: University of Chicago Press, 1996.

KARAM, C. A. **Legitimando uma inovação social: o caso do corpo de bombeiros voluntários de Joinville**. 2014. 404 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

KEINERT, T. M. M. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. Annablume, 2000.

KETTL, D. F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.) **Reforma do Estado e administração pública gerencial**, São Paulo: FGV, 1998.

KISSSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

LABOR - Revista do Ministério Público do Trabalho. **Desastre em Mariana: uma catástrofe trabalhista**. Brasília, ano IV, n. 7., 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Labor_n7.pdf>. Acesso em: 2 set. 2018.

LAMBERT, L. Após extinção de ministério faltam dados sobre a pesca no Brasil. **Correio Brasiliense** 25 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/12/25/interna-brasil,562521/apos-extincao-de-ministerio-faltam-dados-sobre-a-pesca-no-brasil.shtml>>. Acesso em 08 de dezembro de 2019.

LANDAU, L. **O Resgate de Regência. Maio de 2017**. Disponível em: <<https://www.lucaslandau.com/regencia>>. Acesso em 03 de abril de 2019.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologie de la action public**. 2a.ed. Paris: Armand Colin, 2012.

LASCOUMES, P.; SIMARD, L. L'action publique au prisme de ses instruments. **Revue française de science politique**, v. 61, n. 1, p. 5-22, 2011.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA-Edusc, 400 p., 2012.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LAVALLE, A. G. et al. As dificuldades da participação: desencontro de interesses na recuperação do rio doce. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 1, p. 121-145, 2019.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7 ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H.; CREADO, E. S. J. TRIGUEIRO, A.; SILVA, B. J.; DUARTE, L.; SANTA-NA, N. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. GEPEDES, 2017. Disponível em: <goo.gl/v24e3h>. Acesso em 08 dez. 2018.

LINDER, S. H.; PETERS, B. G. Instrumentos de gobierno: percepciones y contextos. **Gestión y Política Pública**, volumen II, número 1, enero-junio de 1993, pp 5-34, 1993.

LINHARES. **Festa de Caboclo Bernardo divulga programação**. 24 mai. 2019. Disponível em: <<https://linhares.es.gov.br/2019/05/24/Festa-de-Caboclo-Bernardo-divulga-programacao/>>. Acesso em: 9 setembro 2019.

LISTA DE APROVADOS EDITAL ES. 2020. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/02/lista-de-aprovados_edital_es.pdf>. Acesso em: 08 de dezembro de 2020.

LIPIETZ, A. **Audácia**: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**: Dilemmas of the individual in public service. Russell Sage Foundation, 2010.

LORINO, P. **Pragmatism and organization studies**. Oxford University Press, 2018.

LOSEKANN, C. Não foi acidente! O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI A. (Ed.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil. Marabá: Iguana; 2018. p. 67-112.

LOSEKANN, C.; MILANEZ, B. A emenda e o soneto: notas sobre os sentidos da participação no TAC de Governança. **Versos**, v. 2, p. 26-45, 2018.

LOSEKANN, C. Desafios da participação na reparação de desastres-entre modelos, públicos e comunidades imaginadas. **Ciência e Cultura**, v. 72, n. 2, p. 34-36, 2020.

LOTTA, G. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 145-173, 2018.

LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

LUDWIG, L.; MATTEDI, M. A. Dos desastres do desenvolvimento ao desenvolvimento dos desastres: a expressão territorial da vulnerabilidade. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 39, 2016.

MAB. **Carta dos atingidos e atingidas para VALE, SAMARCO, BHP e sociedade brasileira**. 04 nov. 2020c. Disponível em <<https://mab.org.br/2020/11/04/carta-dos-atingidos-e-atingidas-para-vale-samarco-bhp-e-sociedade-brasileira/>>. Acesso em 25 de junho de 2021.

MACHADO, F. V.; DOWBOR, M. W.; AMARAL, I. Desastre da Samarco e políticas de saúde no Espírito Santo: ações quem do SUS?. **Saúde em Debate [online]**. v. 44, n. spe2, p. 145-158.

MACIEL, F. R. P. **Caminhos e práticas traçados pela ação**: a dinâmica indivíduo-território e a gestão de pequenos empreendimentos em tiradentes - MG. 2016. 430 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2016.

MAGALHÃES, T. **Garantir direitos não é brincadeira: investigação, experimentação e inovação social na política pública de proteção integral de crianças e adolescentes em Florianópolis**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. 2020.

MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 18, n. SPE, p. 680-696, 2020.

MANIFESTOS de uma regência viva. Canal Liberta Corpo. Youtube. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vxgfhI8RUfY>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MANTERYS, A. 'Relational Sociology Paradigms'. **State of Affairs**, n. 12, p. 67-94, 2017.

MARCHEZINI, V. As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - **BIB**, v. 83, p. 43-72, 2018.

MARINATO, F. A. **Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2007. 251 p.

MARTINS, A. do S. **Histórias Vividas, Histórias Contadas: Refazendo o Território após o Crime Ambiental da Samarco no Rio Doce**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo. 2018. 120p. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10858/1/tese_12571_Ang%C3%A9lica%20N.%20Martins.pdf

MATARAZZO, G. **Gestão de Unidades de Conservação Ambiental: Perspectivas pragmáticas e organizacionais**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Administração, Florianópolis, 2017. 271 p.

MATARAZZO, G.; MELO, D. J. A. Abordagens Pragmáticas e Estudos Organizacionais: uma Aproximação Frutífera?. In: XXXIX Encontro da ANPAD - EnANPAD 2015, 2015, Belo Horizonte. **Anais do XXXIX Encontro da ANPAD - EnANPAD 2015**, 2015.

MATARAZZO, G.; QUINTÃO, F.; SERVA, M. Vigiar ou Educar: A Governança Ambiental como Experiência. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021.

MATARAZZO, G.; SERVA, M. Ação pública ambiental: uma investigação etnográfica pragmatistas dos dispositivos de uma Unidade de Conservação (UC) federal em um território. In: CANTU, R. et al. (Org.). **Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil**. Campinas: Pontes, 2019, p. 475-496.

MATTEDI, M. Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 261-285, 2017.

MEDEIROS, C. R. de O.; ALCADIPANI, R.; OLIVEIRA, L. B. de. Mitos no desengajamento moral: retóricas da Samarco em um crime corporativo. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 70-91, 2018.

MELLO, F. C. As transformações de Francis Chateauraynaud: percepção e reflexividade na segunda onda da sociologia pragmática francesa. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 159-184, Apr. 2019.

MELO, D. Acreditação em escolas de gestão: por uma leitura pragmatista do fenômeno. **Ciências em Debate**, v. 4, jan./dez. 2020.

MENDES, J. F. A. **Representações sociais e complexidade: a identidade dos atingidos pela lama na barragem de fundão (Mariana-MG)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C.. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Letra e Imagem Editora e Produções LTDA, 2016.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

MILITÃO, J.; CARVALHO, J.; ARCANGELO, W.. **A Sirene**. Validade de estudos sobre saúde em disputa na justiça. 08 mai de 2020. Disponível em: <<http://jornalasurene.com.br/saude/2020/05/08/validade-dos-estudos-sobre-saude-em-disputa-na-justica>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MIRANDA, L. S.; MARQUES, A. C. Hidden impacts of the Samarco mining waste dam collapse to Brazilian marine fauna - an example from the staurozoans (Cnidaria). **Biota Neotrop.**, Campinas, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032016000200401&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 maio 2019. [Epub Apr 08, 2016. <https://doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2016-0169>.]

MIRANDA, M. G. et al. Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 2, p. 3-12, Apr. 2017.

MISOCZKY, M. C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. (Orgs.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 141-176.

MISOCZKY, M. C. A.; ABDALA, P. R. Z.; DAMBORIARENA, L. A.. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. **APGS. Administração Pública e Gestão Social**. Viçosa. v. 9, n. 3 (jul./set. 2017), p. 184-293, 2017.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MONTYSUMA, M, F. F. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, n. 1, 2006.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MORGNER, C. (Ed.). **John Dewey and the notion of trans-action: A sociological reply on rethinking relations and social processes**. Palgrave Studies in Relational Sociology. Cham: Palgrave, 2020.

MORIN, Edgar. Um festival de incertezas. **Espiral-Revista do Instituto de Estudos da Complexidade**, v. 4, p. 5-12, 2020

MOTTA, P. R. de M. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, p. 82-90, 2013.

MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM – MAB. **Carta aberta de juristas brasileiros sobre o caso do Rio Doce**. 28 abr. 2021. Disponível em <<https://mab.org.br/2021/04/28/carta-aberta-de-juristas-brasileiros-sobre-o-caso-do-rio-doce/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM – MAB. **Mulheres resistência do Rio Doce**. Disponível em <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/mulheres-resistencia-do-rio-doce>>. Acesso em: 22/12/2018b.

MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM – MAB. **Rio Doente ou Rio Morto**. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/rio-doente-ou-morto>>. Acesso em: 22/12/2018a.

NATURA ECO TURISMO. Foz do Rio Doce vista do alto. Disponível em: <<https://www.naturaecoturismo.com.br/cursos/biologia-reprodutiva-e-conservacao-de-tartarugas-marinhas/curso-regencia-tartaruga-marinha-14/>>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
NICOLINI, D. *Practice theory, work, and organization: An introduction*. 1. ed. Oxford: University Press, 2012.

NOVAES, J. N. **De watu ao mar: navegando na memória coletiva da vila de Regência nos anos iniciais da educação básica**. Dissertação (mestrado). Instituto Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades. 2020. 138p.

NUNES, E. de O. . **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Zahar, 1997.

O GLOBO. **Recifes de Abrolhos ameaçados pela lama de Mariana**. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/recifes-de-abrolhos-ameacados-pela-lama-de-mariana-18058373>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **O Eco**. Projeto do Senado completa cerco ao licenciamento ambiental. 22 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/analises/projeto-do-senado-completa-cerco-ao-licenciamento-ambiental/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

OGIEN, A. Pragmatism's Legacy to Sociology Respecified. **European Journal of Pragmatism and American Philosophy**, v. 7, n. VII-1, 2015.

OGIEN, Albert. Pragmatismes et sociologies. **Revue française de sociologie**, v. 55, n. 3, p. 563-579, 2014.

OLIVEIRA, V. C. S.; KEINERT, T. M. M. A Perspectiva Sociocêntrica e a Reconfiguração das Principais Políticas Sociais após a Constituição de 1988. A perspectiva sociocêntrica e a reconfiguração das principais políticas sociais após a constituição de 1988. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 3, p. 1-15, 2016.

ORGANON, Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco - **Relatório preliminar**. Novembro / dezembro. Mimeo. 2015.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o governo. Brasília: MH Comunicação, 1994.

PACHECO, R. S.. Administração pública nas revistas especializadas — Brasil, 1995-2002. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 63-71, out./dez. 2003

PASSARINHO, N. Ministro do STF rejeita tirar deputado da relatoria do marco da mineração. **G1**. 16 de nov. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/09/ministro-do-stf-rejeita-tirar-deputado-da-relatoria-do-marco-da-mineracao.html>> Acesso em: 10 de junho de 2018

PAULELLI, A C. C. **Avaliação da exposição a elementos químicos em moradores residentes em áreas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em Mariana (MG)**. 2019. Tese (Doutorado em Toxicologia) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. doi:10.11606/T.60.2020.tde-19122019-111327. Acesso em: 2021-07-08.

PEIXOTO, A. Aprender a ser atingido. **Jornal A Sirene**, setembro de 2016. Escrito com apoio de Ane Souza, Bárbara Torisu, Elizabete Tavares, Fernanda Tropa, MAB e William Menezes.

PÉREZ, K. L. Z.; CARRASCAL, O. N.; RIVERA, A. R. R. R. Modelo de Análisis de la Vulnerabilidad Psicosocial en la Gestión del Riesgo de Desastres. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 1-19, 2017.

PIMENTEL, R. Mais de 5 anos após tragédia de Mariana, novo acordo de reparação aos atingidos será feito. **G1**. 24 jun. 2021b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/06/24/mais-de-5-anos-apos-tragedia-de-mariana-novo-acordo-de-reparacao-aos-atingidos-sera-feito.ghtml>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PIMENTEL, T. Mais de 140 juristas e entidades pedem suspensão de juiz que julga ações da tragédia de Mariana. **G1**. Belo Horizonte, 28 abr. 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/04/28/mariana-mais-de-140-juristas-e-entidades-pedem-pela-suspensao-de-juiz-que-decide-casos-ligados-a-tragedia.ghtml>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PIRES, M. A. et al. (Ir)responsabilidade social empresarial: uma avaliação do desastre de Mariana-MG. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1188-1206, 24 set. 2020.

PIRES, R. R. C. Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas. **BIB**, São Paulo, n. 81, 1º semestre de 2016 (publicada em agosto de 2017), pp. 5-24.

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

PoEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Mimeo. 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Tradução de Maria Theezinha Janine Ribeiro. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. (Projeto História: História e Cultura) São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 41-58.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética e história oral. **Projeto História**, n. 15, São Paulo, Educ, abr. 1997.

PROTESTO tem morte e velório do Rio Doce em Regência <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2015/11/protesto-tem-morte-e-velorio-do-rio-doce-em-regencia-1013915461.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

QUARANTELLI, E. L. **Disasters: Theory and research**. Beverly Hills: Sage, 1978

QUARANTELLI, E. L. (Ed.). **What is a disaster? Perspectives on the question**. Londres: Routledge, 1998.

QUÉRÉ, L.; TERZI, C. Some features of pragmatist thought still remain insufficiently explored in ethnomethodology. **Qualitative Sociology**, v. 34, n. 1, p. 271-275, 2011.

QUÉRÉ, Louis; TERZI, Cédric. Pour une sociologie pragmatiste de l'expérience publique. **SociologieS**, v. 23, 2015.

QUINTÃO, F. R. **Horta comunitária do pacuca: o processo de mobilização de um coletivo para criar e desenvolver uma horta comunitária**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Administração, Florianópolis, 2019.

QUINTINO, I. C. A. **O Congo Capixaba como Patrimônio Imaterial: as festas de São Benedito na Serra e as Bandas de Congo**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Museologia e patrimônio)-Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro–UNIRIO. 2018, 89 p.

RAMBOLL. Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da Bacia do Rio Doce - Dezembro/2018 a Março/2019.

Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/samarco_rel_ativ_mar2019_rev01_final>. Acesso em: 25 jun. 2020.

REBIO COMBOIOS. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Comboios. Dezembro de 2018.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Plano_de_Manejo_da_Rebio_de_Comboios.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

REGÊNCIA Augusta é enfeitada por artistas da Vila. Centenário de Caboclo Bernardo está chegando. SITE DE LINHARES. 22 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/regencia-augusta-e-enfeitada-por-artistas-da-vila-centenario-de-caboclo-bernardo-que-esta-chegando>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

REGÊNCIA vai respirar cultura com “A Barca no Museu”. PORTAL EU VI EM LINHARES. 18 set. 2014. Disponível em: <<https://www.euviemlinhares.net/noticia/2526/regencia-vai-respirar-cultura-com-la-barca-no-museur>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

REINHARDT, G. Y.; ROSS, A. D. Expanding social science through disaster studies. **Social Science Quarterly**, v. 100, n. 7, p. 2523-2529, 2019.

RENOVA. **Relato de atividades 2016.** 2016. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/themes/fundacao-2016/arquivos/relatorioatividades.pdf>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2018

RENOVA. **Relatório mensal de atividades.** Junho 2020. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/07/relatoriomensaldeatividadesjulho20refjunho20.pdf>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

RENOVA. **Fincada do mastro do congo é tradição cultural em Regência (ES).** Comunidades. 05 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/fincada-do-mastro-do-congo-e-tradicao-cultural-em-regencia-es/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RESENDE, R. C.; AMARAL, I. Comportamento legislativo e financiamento eleitoral: o caso do desastre da Samarco. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 1, p. 44-61, 2019.

REVEL, J. Microanálise e construção social. In. REVEL, J.(org.). **Jogos de Escalas–a experiência da micro-análise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIFIOTIS, T. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, p. 119-144, 2014.

ROCHA, A. C. et al. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. **Cadernos EBAPE. BR**, 2021.

ROCHA, M. M.; MATTEDI, A. M. A Questão dos Desastres em Destinações Turísticas: o Caso da Destinação Costa Verde e Mar em Santa Catarina. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 15-29, 2016.

ROCHA, M. M.; SILVEIRA, M. A. T. Gestão de Risco no Turismo. Análise dos Destinos Turísticos no Brasil e a Vulnerabilidade a Desastres Naturais. **Marketing & Tourism Review**, v. 6, n. 1, p. 1-34, 2021.

RODRIGUES, K. F.; CARPES, M. M.; RAFFAGNATO, C. G. Preparação e resposta a desastres do Brasil na pandemia da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 614-634, 2020.

ROLAND, M.C.; FARIA JÚNIOR L. C. S.; MANSOLDO F.F.; SENRA L.M.; FERREIRA L.F. Negociação em contextos de violações de Direitos Humanos por empresas: uma breve análise dos mecanismos de solução negociada à luz do caso do rompimento da barragem de Fundão. **Versos 2018**, v. 2, n. 1, p. 3-25.

RONAN, G.; PEIXOTO, G.; MORATORI, M. Brumadinho: governo de Minas e Vale fecham acordo de R\$ 37 bilhões. **Estado de Minas**. 04 fev. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/02/04/interna_gerais,1235010/brumadinho-governo-de-minas-e-vale-fecham-acordo-de-r-37-bilhoes.shtml>. Acesso em: 05 de junho de 2021.

RONCONI, L. Governança pública: um desafio à democracia. **Emancipação**, v. 11, n. 1, p. 21-34, 2011.

ROSA, H. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na modernidade. Campinas: Editora UNESP, 2019.

RUI, A. Lama da Samarco faz comerciantes abandonarem Regência, no ES. **G1**. 06 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/04/lama-da-samarco-faz-comerciantes-abandonarem-regencia-no-es.html>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

SABEL, C. Dewey, Democracy and Democratic Experimentalism. **Contemporary Pragmatism**, v. 9, n. 2, 2012.

SALDANHA, M. C. **Do sistema tripolar GTP – geossistema, território e paisagem à geografia transversal e de travessias**: uma abordagem geográfica do distrito de Regência Augusta – Linhares (ES). 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-graduação em Geografia. 2018.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E.; RIBEIRO, R. M. Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do PROERD em Santa Catarina. **Revista Alcance**, v. 14, n. 2, p. 231-246, 2007.

SAMARCO. **Um ano do rompimento do Fundão**. 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/Book-Samarco_final_baixa.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SÁNCHEZ, L. E. et al. **Os impactos do rompimento da Barragem de Fundão**. O caminho para uma mitigação sustentável e resiliente. Relatório Temático n. 1 do Painel do Rio Doce. Gland, Suíça: UICN, 2018.

- SANTOS, I. C. D. Aprendendo do Jeito mais Difícil: As Lições Aprendidas com os Desastres. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 11, n. Especial, p. 164-179, 2021.
- SANTOS, L. G. de M.; GALDEANO, A. P.; CARDOSO, M. G. M. Por uma tecnologia crítica, reflexiva e engajada com o público. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 19, n. spe, p. 199-221, dez. 2019 .
- SANTOS, L. G. de M. Campos de ação estratégica e os recursos de poder do sistema de gestão de recuperação de direitos na bacia do Rio Doce. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 19, n. spe, p. 146-172, dez. 2019 .
- SANTOS, L. S.; SERFIM, M. Quando o Desastre Bate à Porta: Reflexões Sobre a Ética da Gestão Pública de Riscos e de Desastres. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 2, p. 1-16, 2020.
- SANTOS, M. M. Desastres naturais no brasil: um estudo das práticas de auditoria adotadas quanto à aderência ao Guia INTOSAI. **Revista da CGU**, v. 7, n. 11, p. 110-127, 2015.
- SARAIVA, C. M.; FERREIRA, P. T. M. A Lama da Samarco e o Crime Corporativo: uma reflexão necessária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 2, 2018.
- SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR- CETINA, K.; SAVIGNY, E. **The practice turn in contemporary**. Londres: Routledge, 2001.
- SCHATZKI, T. R. On organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.
- SCHOMMER, P. C. et al. Accountability, coprodução da informação e do controle: observatórios sociais e suas relações com órgãos governamentais. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 6, p. 1375-1400, 2015.
- SÉCULO DIÁRIO. **Projeto do Porto Norte Capixaba foi aniquilado por técnicos do ICMBio e do Ibama**. 02 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/projeto-do-porto-norte-capixaba-foi-aniquilado-por-tecnicos-do-icmbio-e-do-ibama>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- SENRA, R. **BBC Brasil**. Novo código da mineração é escrito em computador de advogado de mineradoras. 7 de dez. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_escritorio_mineradoras_codigo_mineracao_rs>. Acesso em: 10 jun. 2018
- SHIELDS, P. M. Pragmatism as philosophy of science: A tool for public administration. In J. White, **Research in public administration**, Stamford, CT: JAI Press, v. 4, p. 195-226, 1999.
- SHIELDS, P. M. The community of inquiry: Classical pragmatism and public administration. **Administration & Society**, v. 35, n. 5, p. 510-538, 2003.
- SHIELDS, P. M. Rediscovering the taproot: Is classical pragmatism the route to renew public administration?. **Public Administration Review**, v. 68, n. 2, p. 205-221, 2008.

SHOOK, J. R. **Os Pioneiros do Pragmatismo Americano**. Trad. F. B. Said. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, A. S. DA. A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 8, n. 1, p. 194-204, 2018.

SILVA, B. J. "A LAMA QUE ROLOU DE CIMA": Alguns desdobramentos sociopolíticos e sociotécnicos sobre as águas do rio doce e do oceano atlântico na região da foz, após o rompimento da barragem de fundão. Dissertação Ciências Sociais UFES, 2018.

SILVA, M. Z.; CAYRES, D. C.; SOUZA, L. a. M. de. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: O caso da barragem de Fundão, MG. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 464-488, Aug. 2019 .

SILVA, R. O. Desastres e logística humanitária. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 3, p. 326-326, 2013.

SIMPSON, B. Pragmatism, Mead and the practice turn. **Organization studies**, v. 30, n. 12, p. 1329-1347, 2009.

SNIDER, K. F. Expertise or Experimenting? Pragmatism and American Public Administration, 1920-1950. **Administration & Society**, Vol. 32 No. 3, July 2000 329-354.

SNIDER, K. F. Living pragmatism: the case of Mary Parker Follett. **Administrative Theory & Praxis**, p. 274-286, 1998.

SNIDER, K. F. On the problem of adopting pragmatism in public administration. **Administration & Society**, v. 43, n. 1, p. 133-141, 2011.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online]. n. 16, 2006, pp. 20-45.

SOUZA, L. A. M. de; RODRIGUES, M.; SILVA, P. de S. Institucionalização e capacidades estatais em dois municípios capixabas atingidos pelo desastre-crime do rio doce: os casos de Colatina e Linhares. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 19, n. spe, p. 84-103, dez. 2019 .

SPINK, P. K. Assuntos públicos e a abordagem das linguagens de ação pública. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 21, n. 70, 2016.

STAVO-DEBAUGE, J. La sociologie dite "pragmatique" et la philosophie pragmatiste, une rencontre tardive. Texto preparado para o seminário "**Pourquoi le Pragmatisme?** L'Intérêt du Pragmatisme pour les Sciences Humaines et Sociales. Villa Vigoni, 2012.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. Cosac & Naify, 2015.

STÜRMER, J. A. P. **Governança ambiental, uma análise a partir das práticas de gestão em unidades de conservação**. 2020. 446 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de

Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2020.

SUASSUNA, D. M. F. de A. A educação ambiental e o Projeto Tamar. **Ambiente & Educação**, v. 9, n. 1, p. 55-67, 2004.

SUASSUNA, D. M. F. de A. Entre a dominação racional-legal e o carisma: o Projeto Tamar e sua intervenção em comunidades pesqueiras do litoral brasileiro. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 521-539, 2005.

SZWAKO, J.; LAVALLE, A. G.; DOWBOR, M. Minerodependência, prevenção, aprendizado: entrevista com Pedro Jacobi. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 1, p. 222-233, 2019.

SZWAKO, J.; MACHADO, F. V. Desastre, políticas e sociedade civil: o Rio Doce à luz das interações Estado/sociedade. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2019.

TALONE, V. A memória actancial: As consequências de situações de ferimento, tensão e morte”. In: CANTU, R.; LEAL, S.; CORRÊA, D. S.; CHARTAIN, L.(Org). **Sociologia, crítica e pragmatismo: Diálogos entre França e Brasil**. Campinas: Pontes, 2019, pp. 387-412.

TAMAR. **Costurando a harmonia entre as comunidades e o meio ambiente**. 16 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.tamar.org.br/noticia1.php?cod=923>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

TAVARES, L. C. A.; MACHADO, D. F. C. Gestão de Desastres em Turismo – Um Estudo de Caso em Macacos - MG. **Marketing & Tourism Review**, v. 5, n. 1, p. 1-35, 2020.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019.

TEIXEIRA, J. B. **Relatório Técnico**. Levantamento e sistematização de informações para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce – ES. Dez. 2007. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/Relat%C3%B3rio%20-%20Turismo.pdf>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2020.

TEIXEIRA, M. B. M. et al. Crime & Castigo: narrativas sobre o rompimento da barragem da VALE em Brumadinho. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 7, n. 3, p. 374-405, 2020.

TEIXEIRA, R. O. S.; ZHOURI, A.; MOTTA, L. D. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2020.

TENÓRIO, F. G.. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Brazilian Journal of Public Administration**, v. 32, n. 5, p. 7 a 23-7 a 23, 1998.

TENORIO, F. G.; TEIXEIRA, M. A. C. O conceito de gestão social e a democracia regressiva no Brasil após 2016. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 13, n. 2, 2021.

THÉVENOT, L.; STAVO-DEBAUGE, J. Sociologie pragmatique. **Dictionnaire de sociologie**. Paris: Encyclopedia Universalis, 2015.

THOENIG, J.-C. Teorias institucionais e instituições públicas: tradições e conveniência. In: PETERS, G.; PIERRE, J. (Org) **Administração pública: coletânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

THOENIG, J.-C.. Pour une épistémologie des recherches sur l'action publique. In: FILÂTRE, D; TERSSAC, G. de. **Les dynamiques intermédiaires au coeur de l'action publique**, Octarès, p.285-306, 2005.

THOMÉ, J. A.; DE MARTINI, E. A.; JUNIOR, N. O. L. **Avaliação inicial dos impactos da pluma de rejeitos da Samarco nos ambientes estuarinos, costeiros e marinhos**. Tamar. 2016.

THOMÉ, J. C. A. et al. Nesting biology and conservation of the leatherback sea turtle (*Dermochelys coriacea*) in the state of Espírito Santo, Brazil, 1988–1989 to 2003–2004. **Chelonian Conservation and Biology**, v. 6, n. 1, p. 15-27, 2007.

TONET, R. S. **Atividade artesanal e autonomia complexa: uma análise segundo a sociologia pragmática em contexto de DTS na Região das Vertentes - MG**. 2014. 259 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

TORRES, C. C. de A. et al. Repertórios em rede: o caso da mobilização de duas espécies de tartarugas marinhas em uma ação civil pública. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 49, p. 75-96, 2017.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO – TRF1 - 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG. **Sentença comissão de atingidos de Ipaba do Paraíso - Distrito de Santana do Paraíso/MG- matriz de danos**. 09 dez. 2020. Disponível em: <<https://portaladvogado.erpsa.com.br/erprenova/outros/ged/files/4AB/4AB4675A-E406-4063-8A7E-4CA963B432CB.PDF>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO – TRT12 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. **Decisão: Infraestrutura, Turismo e Lazer**. 02 ago. 2020. Disponível em: <<https://trf1.jus.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C90825E73B7F31D0173BB4503A1115C>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

TSING, A. L. **The Mushroom at the End of the World**. Princeton University Press, 2015a.

TSING, A. L. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015b.

TURNBULL, N.. Harold Lasswell's "problem orientation" for the policy sciences. **Critical Policy Studies**, v. 2, n. 1, 72–91. 2008.

UOL. O caminho da lama. 22 jun. 2017. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/o-caminho-da-lama/capitulo-5/>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde soc.**, São Paulo , v. 19, n. 4, p. 748-762, Dec. 2010 .

VALÊNCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 748-762, Dec. 2010.

VALÊNCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. **Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia; 2011.

VALIM, H. S. **Religião E Etnicidade: O Herói Caboclo Bernardo E A Construção Da Identidade Étnica Na Vila De Regência Augusta – ES.** Dissertação (Mestrado). Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, 2008.

VALIM, H. **A SIRENE.** Como funcionam as redes de regeneração na foz do Rio Doce. 28 dez. 2017. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/cotidiano/2017/12/18/como-funcionam-as-redes-de-regeneracao-na-foz-do-rio-doce>>. Acesso em: 15 set. 2019.

VANDENBERGHE, F. ‘A relação como operador mágico. Superando a divisão entre sociologia processual e relacional’. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro , v. 7, n. 2, 2017, p. 341-370.

VANDENBERGHE, F.; VÉRAN, J-F. **Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

VARA FEDERAL DE COLATINA-ES. **Decisão Ação Cautelar.** 09 nov. 2015. Disponível em: <http://www.pres.mpf.mp.br/anexosNoticia/ID-002825_DECIS%C3%83O%20CAUTELAR%20-%20SAMARCO.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public understanding of science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

VIÉGAS, R. N. **Os descaminhos da “resolução negociada”:** o Termo de Ajustamento de Conduta como forma de tratamento de conflitos ambientais. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 311p.

VIEIRA, D. R.; ZORZAL E SILVA, M. Discursos e assimetrias na reparação dos danos decorrentes do desastre da barragem da Samarco. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 19, n. spe, p. 62-83, dez. 2019 .

VORMITTAG, E. M. P. A. de A.; OLIVEIRA, M. A. de; GLERIANO, J. S. Health evaluation of the Barra Longa population affected by the disaster in Mariana county. **Ambient. soc.**, São Paulo , v. 21, 2018 .

VOZ DA FOZ N.3. **Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova**. Maio de 2018. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/07/voz_da_foz_junho.pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

VOZ DA FOZ N.4. **Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova**. Setembro de 2018. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/09/e4_voz-da-foz_v_zap.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2020.

VOZ DA FOZ N.5. **Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova**. Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/12/e5_voz-da-foz_simples.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2020.

VOZ DA FOZ N.8. **Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova**. Julho de 2019. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/07/vozdafoz08.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

VOZ DA FOZ N.9. **Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova**. Setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/11/vozdafoze9simples.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

VOZ DA FOZ N.11. **Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova**. Setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/11/vozdafoze9simples.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

WILSON, W. The study of administration. **Political science quarterly**, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887.

ZASK, J. La politique comme experimentation. In: DEWEY, J. **Le Public et ses problèmes**. Paris: Gallimard, 2010.

ZHOURI, A. (Org.). 2018. **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA. 711kb; e-PUB.

ZHOURI, A. et al . O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 68, n. 3, p. 36-40, Sept. 2016 .

ZHOURI, A. et al. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 2, 2017.

ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 16, n. 32, p. 51-68, 2019.

ZIMMERMANN, B. Pragmatism and the capability approach: Challenges in social theory and empirical research. **European Journal of Social Theory** v.9, n.4, 2006.

ZORZAL, M., CAYRES, D. C.; SOUZA, L. A. M.. et al. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: o caso da barragem de Fundão, MG. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 2, p. 464-488, 2019.

ZUBA, F.; FIÚZA, P., PIMENTEL, T. **G1**. MP pede a extinção da Fundação Renova após reprovação das contas da entidade pela 4ª vez. Belo Horizonte, 24 fev. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/24/mp-pede-a-extincao-da-fundacao-renova-apos-reprovacao-das-contas-pela-quarta-vez.ghtml>>. Acesso em: 25 jun. 2021.